

ELIZABETH AMORIM DE CASTRO

ARQUITETURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ (1853 - 1955)



ELIZABETH AMORIM DE CASTRO

## ARQUITETURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ (1853 - 1955)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira

Curitiba,  
agosto de 2010

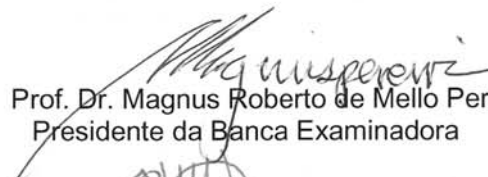



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
**E-mail:** cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

### **PARECER DA BANCA EXAMINADORA**


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a argüição da Tese de Doutorado de Elizabeth Amorim de Castro, intitulada: **Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua.....*aprovação*....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, onze de agosto de dois mil e dez.

  
Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira  
Presidente da Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa (FAU/USP)  
1º Examinador

  
Profª Drª Zulmara Clara Sauner Posse (UFPR)  
2º Examinador

  
Prof. Dr. Marcus Levy (UFPR)  
3º Examinador

  
Profª Drª Judite Maria Barboza Trindade (UFPR)  
4º Examinador



Dados internacionais de catalogação na publicação  
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Castro, Elizabeth Amorim de.  
Arquitetura das escolas públicas do Paraná  
(1853-1955) / Elizabeth Amorim de Castro. - 2010.  
360 f. : il. ; 31 cm. + anexos.

Orientador: Magnus Roberto de Mello Pereira.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do  
Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e  
Artes, Curitiba, 2010.

Bibliografia: f. 325-343.

1. Edifícios escolares – Paraná – História.  
2. Arquitetura – Paraná – História. I. Pereira,  
Magnus Roberto de Mello. II. Universidade Federal  
do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e  
Artes. III. Título.

CDD  
371.0981621



Pelos prédios e instalações escolares e não pelas leis e regulamentos é que se pode conhecer o verdadeiro programa de ensino de uma localidade.

Anísio Teixeira, 1934



Para a Bel, Lelê, Ida, João, Marinho e Zu

## RESUMO

O edifício escolar é um produto cultural histórica e geograficamente determinado, concebido a partir da teoria e da prática arquitetônica, estruturadas em princípios e conceitos, como uma resposta às demandas programáticas, pedagógicas, higienistas e sociais vigentes. A partir de tais pressupostos é realizada a *leitura e a interpretação da história da educação pela arquitetura dos edifícios escolares* analisando o processo de constituição histórica dos edifícios escolares do Paraná entre 1853 e 1955, distribuídos em cinco períodos. Para o desenvolvimento do estudo são utilizadas categorias analíticas próprias da disciplina como o programa de necessidades, o partido arquitetônico, a técnica construtiva e a ordenação, que identificam permanências e mudanças e a constituição de tipologias espaciais. Considerando que a racionalidade, a utilidade, a economia e a adequação integram o caráter do edifício escolar em todo o período é examinada a solução da arquitetura para as diferentes necessidades e imposições pedagógicas e higienistas.

### Palavras-chave:

Arquitetura  
Edifícios Escolares  
Escolas Públicas  
História da Educação  
História do Paraná

## ABSTRACT

The School Building is a cultural outcome, geographically and historically determined, conceived as such from the Theory and Architectural Practices, structured on principles and concepts as a response to the programmatic, pedagogical, hygienist and social current demands. Departing from such presumptions, *it is put forth the reading and the interpretation of the History of the Education through the School Buildings' architecture*, taking into analysis the historical embodiment of School Buildings in the State of Paraná between 1853 and 1955, disposed in five periods. As for the development of the study, analytical categories relevant to the discipline are used - like the necessities program, the architectural parti, the construction technique and the ordonnance, which identify continuities and changes, and the constitution of spatial typology. Considering that the rationality, the usefulness, the economy and the adequacy - all of which make up the School Building's character throughout the entire period, it is then examined the architectural solutions for the distinguished necessities and the pedagogical and hygienist impositions.

### Key words:

Architecture  
School Building  
Public Schools  
History of Education  
History of the State of Paraná

## SUMÁRIO

<b>Resumo / Abstract</b>	iv
<b>Sumário</b>	v
<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo I ARQUITETURA E ARQUITETURA DAS ESCOLAS NO BRASIL</b>	17
1.1 Tipologia, Caráter, Higienismo, Urbanismo e Arquitetura	17
1.2 O final do século XIX	35
1.3 Os primeiros edifícios escolares republicanos	43
1.4 Escola Nova e suas Arquiteturas	57
1.4.1 A década de 1920 e o neocolonial	57
1.4.2 O modernismo da década de 1930 no Distrito Federal	71
1.4.3 Escola Nova e Arquitetura em São Paulo	93
1.5 A Arquitetura Modernista e os edifícios escolares	101
<b>Capítulo II ARQUITETURA E EDUCAÇÃO: REGULAMENTAÇÃO E MÉTODOS DE ENSINO NO PARANÁ</b>	115
2.1 Higienismo, Arquitetura e Pedagogia nos tratados e manuais sobre o edifício escolar	115
2.2 A regulamentação paranaense sobre o edifício escolar no século XIX	127
2.3 A regulamentação paranaense sobre o edifício escolar no século XX	140
<b>Capítulo III ARQUITETURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ (1853-1955)</b>	174
3.1 Os primeiros edifícios escolares - segunda metade do século XIX	174
3.2 Período: Primeira República	186
3.2.1 Os primeiros edifícios escolares republicanos	186
3.2.2 A década de 1920	209
3.3 Período: 1930-1945	227
3.3.1 A década de 1930 e as escolas déco	227
3.3.2 O neocolonial e o modernismo nos edifícios escolares (1940-1945)	238
3.4 Período: 1945-1951	254
3.5 Período: 1951-1955 (arquitetura modernista e edifícios escolares)	271
3.5.1 O Centenário da Emancipação Política do Paraná, a Arquitetura Modernista e os edifícios escolares em Curitiba	271
3.5.2 As escolas modernistas do interior do Estado	280
<b>Considerações Finais</b>	289
<b>Relação e créditos de Fotografias, Figuras, Mapas, Quadros e Tabelas</b>	300
<b>Glossário de termos de Arquitetura</b>	321
<b>Fontes e Referências Bibliográficas</b>	325
<b>Agradecimentos</b>	345
<b>Anexos</b>	348
Tabela 01: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos no Paraná na segunda metade do século XIX	349
Tabela 02: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos no Paraná entre 1900 e 1930	349
Tabela 03: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos na década de 1930	351
Tabela 04: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados na primeira metade da década de 1940	352
Tabela 05: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados entre 1945 e 1951	353
Tabela 06: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados entre 1951 e 1955	355





## Introdução

A escola polariza, mais que a habitação, as ações da sociedade para com ela mesma. Por ser o lugar de transmissão do saber formalizado, a escola traduz o modo como a sociedade se pensa e se projeta. Ela realiza em si, de maneira incontestável, a união do projeto político ao projeto de arquitetura, sendo este último o organizador e configurador de uma instância simbólica através da forma em todos os seus aspectos.<sup>1</sup>

É possível, de acordo com a historiadora Rosa Fátima de Souza, *ler e interpretar a história da educação pela arquitetura dos edifícios escolares*.<sup>2</sup> O tema é objeto da presente pesquisa que analisa o processo de constituição histórica dos edifícios escolares do Paraná entre 1853 e 1955. Os poucos trabalhos sobre a arquitetura escolar no Brasil foram desenvolvidos, em sua maioria, no âmbito da História da Educação e estabeleceram importantes relações entre a pedagogia e sua materialização no espaço escolar.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. Espaço e Estratégia. Rio de Janeiro: José Olympio; Uberlândia: Prefeitura Municipal, 1988. (p. 03)

<sup>2</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Prefácio. In BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2005. (p. 7)

A discussão proposta sob o título **ARQUITETURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ (1853-1955)** procura identificar o que o edifício escolar revela em relação às demandas pedagógicas e higienistas, ao contexto cultural, econômico e político e à linguagem formal vigentes na sua concepção.

A arquitetura, conforme o professor Adolfo Morales de Los Rios Filho, é a “arte, a ciência e a técnica de conceber, projetar e erigir edifícios e cidades, com utilidade e beleza”.<sup>3</sup> Ou ainda, “a arquitetura procura, portanto, satisfazer as necessidades e as exigências materiais, físicas, intelectuais, morais e sociais da coletividade humana, por meio de obras sólidas, salubres, econômicas e belas”.<sup>4</sup> A adequação do edifício às atividades que ali serão exercidas, isto é, sua utilidade ou funcionalidade, constitui-se em um princípio da arquitetura presente no mais antigo tratado, escrito pelo engenheiro militar do Império Romano, Marcus Vitruvio. Para ele, o projeto arquitetônico e a construção deveriam estar baseados em três fundamentos: *Firmitas* (solidez, ou seja, aspectos técnicos e construtivos), *Utilitas* (utilidade, adequação funcional) e *Venustas* (beleza que, naquele momento, estava relacionada à proporção compositiva e formal e ao emprego das ordens clássicas). Seus *Dez Livros sobre a Arquitetura (De architectura libri decem)*, elaborados no século I a.C. e recuperados em 1414, foram exaustivamente estudados, estruturando a reflexão arquitetônica a partir do Renascimento. Como princípios, são “imutáveis, permanentes e, portanto, aplicáveis a qualquer gênero ou espécie de arquitetura”<sup>5</sup>, e, em tal condição, viabilizam a leitura proposta do edifício escolar.

Carlos Alberto Maciel definiu, mais recentemente, o trabalho do arquiteto como “um esforço em compreender, interpretar e transformar os dados pré-existentes do problema arquitetônico, que se constituem em fundamento para seu trabalho: o lugar, o programa e a construção”.<sup>6</sup> O clima, a localização e as características do terreno (ou seja, a geografia) são também condicionantes da solidez e da utilidade, o que permite afirmar que tais questões, presentes no Tratado de Vitruvio, permanecem contemporâneas.

O arquiteto ao desenvolver o projeto para um edifício tem como pressuposto atender as necessidades das atividades que ali serão desenvolvidas, e após uma interpretação, colocá-las no papel e materializá-las no espaço construído.

---

<sup>3</sup> RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. *Teoria e Filosofia da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955. Primeiro Tomo. (p. 25)

<sup>4</sup> RIOS FILHO, A. M. *Teoria e Filosofia...* 1955. (p. 29)

<sup>5</sup> RIOS FILHO, A. M. *Teoria e Filosofia...* 1955. (p. 295)

<sup>6</sup> MACIEL, Carlos Alberto. *Arquitetura, projeto e conceito*. In *Arquitextos*, nº 211. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/arq211.asp>. Acesso em 4 de dezembro de 2006.

A arquitetura é, pois, um produto cultural determinado histórica e geograficamente e deve responder no espaço edificado às demandas de seu tempo e do local em que está sendo produzida. Este *produto arquitetônico* é concebido com base em um saber específico levando em consideração elementos que articulam teoria e prática e, assim, podem ser considerados categorias projetuais: programa de necessidades, técnica construtiva, partido arquitetônico e linguagem formal. Segundo o arquiteto e urbanista Lucio Costa:

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas em seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidos, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a “comodulação” e a “modenatura”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento.<sup>7</sup>

Para a arquiteta Beatriz Santos de Oliveira:

A arquitetura não é uma área que permite a pureza do recorte de matemática trata-se de um campo de limites difusos, desfocados, que é atravessado por outros, tingindo-se deles. Fazer um projeto de arquitetura é habitar a interdisciplinaridade com todas as suas conseqüências. Lidamos com a racionalidade das ciências exatas ao mesmo tempo que com a complexidade dos indicadores sócio-culturais e com a subjetividade das questões plástico-formais.<sup>8</sup>

Ao trabalhar com ampla gama de questões, o arquiteto incorpora e processa conhecimentos de outras áreas, o que permite Vitruvio afirmar - “a arquitetura é uma ciência ornada de várias disciplinas e erudições”.<sup>9</sup> Arquitetos do Renascimento como Leone Battista Alberti - (1404-1471), filósofo humanista, cientista natural, matemático e teórico da arquitetura, que escreveu *De re ædificatoria* em 1472 - baseavam-se naquelas premissas. Alberti inaugurou uma tradição tratadística da arquitetura contribuindo para a definição de um novo papel do arquiteto, distante do canteiro de obras e portador de conhecimentos artísticos e científicos.<sup>10</sup> Passando do artesão medieval, artífice de um ofício mecânico, para um intelectual:

Alberti acreditava que a maior qualidade do arquiteto era a de saber julgar corretamente. Mas o acerto no julgamento dependia, entre outras coisas, do exato conhecimento do profissional sobre a região em que ia construir (clima, solo, vegetação, materiais e técnicas construtivas, hábitos culturais, etc.); sobre o terreno (solo, topografia, insolação, características do edifício, paisagem); sobre os materiais e técnicas construtivas, sobre o uso do edifício e sobre a história da arquitetura.<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup> COSTA, Lucio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil (p. 9-98). In *Arquitetura Religiosa. Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978. (p. 17)

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *A Construção de um Método para a Arquitetura. Procedimentos e Princípios em Vitruvio, Alberti e Durand*. São Paulo: 2002. (p. 5)

<sup>9</sup> Apud RIOS FILHO, A. M. *Teoria e Filosofia...* 1955. (p. 91)

<sup>10</sup> SILVA, Elvan. *A Forma e a Fórmula. Cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença*. Porto Alegre: Sagra, 1991. (p. 178-187)

<sup>11</sup> OLIVEIRA, B. S. *A Construção de um Método...* 2002. (p. 23)

Houve, portanto, o reconhecimento desde Vitruvio da necessidade de um amplo conhecimento para o exercício da arquitetura. No entanto, a inserção dos diferentes saberes, não significa simplesmente uma transposição e sim uma *composição*, reunião e organização de partes, e uma interpretação das informações. Como explica Adolfo Morales de Los Rios Filho:

Nas ciências matemáticas ou físico-naturais prepondera a ciência pura ou a utilização da ciência por meio da técnica. Cabe-lhes a solução matemática, prática e econômica dos mais diversos problemas científico-técnicos ou técnico-construtivos. Nelas se evidencia a capacidade de criar coisas úteis e produtivas. Na arquitetura se constata a fertilidade de imaginar coisas úteis e belas. Diferenciam-se, dessa forma, pela plasticidade; o sentido do plástico é secundário naquelas, mas preponderante nesta. E, apreciando o sentido da aplicação, verifica-se que aquelas podem ser simplesmente especulativas ou de aplicação prática; ao passo que a arquitetura é, como tôdas as belas-artes, uma arte aplicada. Qualquer ciência é *análise*; a arquitetura é *síntese*. Análise e síntese são métodos ou atos mentais opostos. Na análise (do gr. *analyen*, resolver) vai-se do composto ao simples; o fundamental é o particular. Na síntese (do gr. *synthénai*, compor), vai-se do simples ao composto; o fundamental é o conjunto.

Mas a arquitetura não prescinde de ser ciência, uma vez que ela hoje não pode existir sem estar calculada no que construtivamente lhe disser respeito. **Não terá existência real, portanto, sem que se avalie e se meça o que estruturalmente constitui o edifício; o que atua sobre êle: ar, luz, sombra, pressão do vento, trepidação, movimentos sísmicos; e o que, servindo, influi sobre os que o habitam: ventilação, transporte mecânico, instalações elétricas e de água, gás, esgotos, etc.**<sup>12</sup>

Condicionantes presentes na produção do projeto arquitetônico e do edifício escolar, onde o atendimento às demandas higienistas e pedagógicas foram sempre destacadas e justificadas pela própria razão básica da arquitetura: projetar e construir edifícios para abrigar de forma adequada as diferentes atividades humanas. Para as escolas, locais de ensino que reúnem um grupo significativo de estudantes, é recorrente o atendimento às necessidades pedagógicas e higienistas. Importância que será verificada nos diferentes discursos de arquitetos, médicos, políticos e pedagogos sobre o edifício escolar.

Simultaneamente, as categorias projetuais definidas por Lucio Costa – imposições do meio físico e social, programa de necessidades, técnica construtiva, partido arquitetônico e modenatura - correspondem a um consenso na arquitetura. Mesmo quando em algumas circunstâncias uma seja mais valorizada que outra, ou ainda, dentro de uma categoria seja modificada a importância dada a algum aspecto, não altera o fato de todas estarem presentes no projeto e na construção de qualquer obra arquitetônica, incluindo as escolas. Considerando a presença daquelas categorias na elaboração do projeto de arquitetura, elas serão utilizadas aqui como categorias analíticas.

---

<sup>12</sup> RIOS FILHO, A. M. Teoria e Filosofia... 1955. (p. 49-50) - Grifo meu.

O programa de necessidades de uma escola, ou ainda seu sistema construtivo, foi modificado atendendo as diversas conjunturas históricas no Brasil. Às salas de aula e gabinete de professor das escolas imperiais foram acrescentados na metade do século XX ambientes administrativos, biblioteca, gabinetes médico-odontológicos, ginásios esportivos e laboratórios. Na análise dos edifícios em cada período deve-se levar em conta que ali se dispunham os ambientes necessários para o desempenho das atividades pedagógicas no momento em que foram concebidas e construídas. Ou seja, na edificação das escolas houve o atendimento ao programa arquitetônico, sendo uma resposta às demandas pedagógicas, higienistas e sociais vigentes historicamente, o mesmo acontecendo com a técnica, o partido e a modenatura adotados. A arquitetura, portanto, é um produto do seu tempo, situada em espaço definido, que tem como um de seus pressupostos, a partir do Renascimento, a valorização do conhecimento científico. A incorporação do conhecimento técnico e científico no produto arquitetônico é uma característica importante desde aquele momento, que perdura até os dias atuais. Encontra-se presente tanto nas salas de espetáculos que demandam um tratamento acústico sofisticado e nos arranha-céus que exigem uma estrutura rigorosamente calculada, assim como nas escolas que devem aliar economia e durabilidade com eficiência pedagógica.

O saber técnico-científico no século XVIII assumiu relevância com o racionalismo e foi na arquitetura estreitamente relacionado ao Neoclassicismo. Embora o conhecimento amplo tenha sido uma característica necessária ao arquiteto desde a Antiguidade, foi no Iluminismo que ganhou a conotação que mantém. Naquele contexto histórico, o ambiente urbano obteve importância como *locus* do conhecimento e de sua propagação, da vida social, política, econômica e cultural. Descobertas médicas no campo do higienismo iriam alterar de forma significativa a sociedade, ditar regras de convívio e comportamento e trazer imposições ao espaço urbano e às edificações - preceitos que estiveram incorporados ao edifício escolar desde o século XIX no Brasil. Com constância, observa-se nos discursos produzidos por arquitetos, engenheiros, educadores e políticos a preocupação de atendimento nas escolas às demandas higienistas de aeração, insolação, de limpeza, de áreas mínimas e de conforto. Foi com o Iluminismo que a valorização da cidade, o pensamento racionalista e o higienismo deram à teoria e à prática da arquitetura os parâmetros encontrados na produção edificada, de forma geral, e, em particular, nas escolas brasileiras entre 1853 e 1955. Questões que passariam a ser efetivamente discutidas e implementadas com a

chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro e que o arquiteto Gustavo Rocha Peixoto analisou ao estudar o neoclassicismo no Brasil.

Desde que começou o iluminismo e o neoclassicismo estamos na era da razão em vez da tradição. Antes vigorava a idéia de tradição, um contínuo evolutivo que se constrói constantemente desde sempre e para sempre a partir de valores externos e eternos. Com o iluminismo todo o valor deve ser testado pela razão a quem cabe inaugurar o novo. Substitui-se na escala social de valores a autoridade da tradição pela supremacia da crença nas potencialidades internas da razão humana. (...)

Para o neoclassicismo arte é aparência. Os arquitetos almejaram um **estilo ideal**, que tivesse mais que simples belo físico ideal, mas que garantisse a concordância da beleza do aspecto, a correção da ação moral e o reto juízo. A via de contato entre a arte e a ação instituidora da nacionalidade tem mão dupla: a justeza da arquitetura não só reflete mas também constrói o Estado e a ética social, isto é, civiliza. Talvez por isso tenha prevalecido a idéia de fazer não só para as necessidades de hoje, mas planejar algo que só completará sua significação plena algum dia mais à frente. A arquitetura devia ter valor permanente, transcender a passagem do tempo, ainda fazer sentido em qualquer lugar no futuro.<sup>13</sup>

Cabe ainda ressaltar a dimensão simbólica que a arquitetura assumiu no século XIX no Brasil, relacionando-se com o processo civilizatório e modernizador introduzido por D. João VI. *A justeza da arquitetura não só reflete mas também constrói o Estado e a ética social, isto é, civiliza* - construir e refletir um império (e depois uma nação) civilizada parece à primeira vista uma tarefa grandiosa! Como produto cultural historicamente concebido, a arquitetura traz em suas formas e seu ordenamento o pensamento, a técnica e as aspirações de um determinado momento. A presença da Família Real no Brasil, a transformação em sede do Império Português, a necessidade de sua inserção no cenário político e cultural foram demandas materiais e simbólicas que impuseram intervenções no espaço urbano, no comportamento social e nos padrões estéticos e construtivos. Ao impor, intervir e aplicar colocou-se em prática as idéias iluministas estabelecendo uma nova ordem e materializando/refletindo erudição, civilidade e adequação aos seus ditames.

É necessário (...) reconhecer na arquitetura um papel simbólico. Os edifícios “significam” coisas, desde as corriqueiras e óbvias até as mais ricas e complexas. A arquitetura [é] feita de elementos físicos que tanto transmitem significados como podem ser enriquecidos por eles.<sup>14</sup>

O entendimento das dimensões material e simbólica da arquitetura contribui para a compreensão do significado da construção de edifícios escolares públicos que desde as Escolas do Imperador incorporaram conceitos, valores, ações políticas, padrões pedagógicos, higienistas e arquitetônicos. Condicionantes materiais que revelam signos de erudição, civilidade e adequação aos padrões e aspirações sociais vigentes, associado às noções de desenvolvimento, progresso, modernização e

<sup>13</sup> ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Introdução ao Neoclassicismo na Arquitetura do Rio de Janeiro (p.25-39). Apud CZAIKOWSKI, Jorge (org.). Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (p. 39)

<sup>14</sup> STROETER, João Rodolfo. Arquitetura e Teorias. São Paulo: Nobel, 1986. (p. 70)

civilização. A partir do século XIX, com a introdução da instrução popular, a construção de escolas materializou e simbolizou o comprometimento do governo nesta direção, além de assentar a ação num arcabouço científico, na inserção de inovações técnicas e de conceitos pedagógicos, higienistas e arquitetônicos. O edifício escolar foi, ao longo do período estudado, uma resposta política à demanda cada vez maior pela educação pública e, sendo assim, deveria representar e representou a ideologia que a sustentava.

Sem discutir ou validar a política educacional e de edificação de escolas públicas no Brasil e no Paraná, é possível verificar na constituição do edifício escolar ao longo de 100 anos como estão inseridas as inovações, técnicas e conceitos pedagógicos, higienistas e arquitetônicos. Segundo Helio Duarte, arquiteto modernista:

É assim mesmo, a escola planejada para uma determinada época encontrará, mais tarde, uma outra forma, melhor condizente com a realidade dos processos educacionais sempre em evolução e por ela será invariavelmente substituída.<sup>15</sup>

No universo estudado encontram-se escolas ecléticas, déco, neocoloniais e modernistas. Entendendo que o edifício escolar deveria atender à demanda pedagógica vigente, foram encontradas escolas ecléticas destinadas ao método de ensino mútuo, utilizado no Império, e ao de ensino seriado, empregado a partir da Primeira República. O escolanovismo foi aplicado em edifícios neocoloniais, déco e modernistas. E ainda, mesmo filiadas a estilos ou métodos pedagógicos diferentes, é possível identificar em muitas escolas semelhanças no programa, na técnica construtiva ou ainda no partido arquitetônico. Cabe, portanto, questionar quais foram as permanências e as mudanças no programa de necessidades, na técnica construtiva, no partido arquitetônico e na modenatura dos edifícios escolares considerando os diferentes direcionamentos pedagógicos.

Na historiografia, a arquitetura tradicionalmente foi dividida em períodos com semelhanças formais, espaciais, de escala, do emprego de materiais e técnicas construtivas inseridas em um contexto ou padrão cultural comum. A esta disposição peculiar que apresenta a obra de arquitetura “produzida segundo certos princípios, numa determinada época, por um povo ou uma raça”<sup>16</sup> é dado o nome de *estilo*. A divisão cronológica adotada acaba por simplificar o estudo da arquitetura.

Embora úteis, as demarcações que se estabelecem sobre a história, caracterizando ciclos a partir de certos aspectos, devem ser encaradas com relatividade, pois **as manifestações humanas nunca são reguladas por princípios que garantam uma homogeneidade absoluta. As características capitais de cada período não são necessariamente exclusivas do**

---

<sup>15</sup> DUARTE, Hélio. O problema Escolar e a arquitetura (p. 4-6). In Revista Habitat - revista das artes no Brasil. Nº 4. São Paulo: Habitat, set-dez de 1951. (p. 5)

<sup>16</sup> RIOS FILHO, A. M. Teoria e Filosofia... 1955. (p. 326)

**período, nem necessariamente excludentes.** O historiador e o crítico de arte podem, eventualmente, simplificar seu esquema de abordagem, ao, partindo de uma denominação histórica, tentar explicar todos os fenômenos do período estudado a partir de sua designação, enquanto que o correto seria a recíproca.<sup>17</sup>

A afirmação do arquiteto Elvan Silva é pertinente: não há *exclusividade nos estilos* e nem rupturas tão marcantes que possam estabelecer limites bem definidos. Mas, no caso dos edifícios escolares, a colocação pode ser estendida também para o método pedagógico, que não determinou uma linguagem formal específica, nem um partido arquitetônico único.

Os discursos, sempre embasados por critérios técnicos e científicos, produzidos por arquitetos, médicos, pedagogos e políticos sobre cada *nova* etapa da educação pública - e conseqüentemente de seus edifícios escolares - ressaltaram diferença e ruptura com o momento anterior. As escolas recém-construídas seriam sempre mais adequadas às necessidades vigentes e mais modernas que as anteriores. No entanto, nos 100 anos de produção de edifícios escolares aqui analisados verificam-se permanências, demonstrando um processo evolutivo, de acumulação de conhecimentos, de formatos e repertórios, intrinsecamente ligados às demandas pedagógicas e higienistas, às técnicas e materiais construtivos e ao contexto social, mas não por eles determinados. Colocado de outra forma, o partido arquitetônico (ou ainda o edifício escolar como um todo) não se modificou substancialmente a cada *nova* imposição pedagógica ou *novo* ambiente solicitado, passou por adequações que foram, às vezes, sutis. Os diversos textos, porém, insistem na *diferença*, na *novidade* e na *modernidade* - paradoxo que pode ser entendido percorrendo os princípios da arquitetura. Ao se projetar e construir estão presentes os fundamentos - *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas* - e a busca da melhor técnica construtiva, da correta adequação funcional e correspondência formal e, conseqüentemente, da *modernidade*. Cada *nova* obra de arquitetura materializa o contexto social no tempo e no espaço. Se a educação, desde o século XIX, está relacionada com o progresso e a civilização, os edifícios que vão abrigá-la necessariamente devem materializar e simbolizar tais expectativas.

Ao mapear e analisar a produção dos edifícios escolares do Paraná relacionando-os com outros produzidos no Brasil ao longo do recorte temporal estabelecido, este trabalho procurará identificar e justificar as permanências e apontar

---

<sup>17</sup> SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 273) - Grifo meu.



as rupturas. Para isso, serão utilizados os princípios *Firmitas, Utilitas* e *Venustas* e dois conceitos da arquitetura: o de caráter e de tipo.

O termo caráter tomou corpo na segunda metade do século XVIII, resultante da aproximação realizada entre arquitetura e a poesia, pelo arquiteto francês Germain Boffrand (1667-1754) inspirando-se na *Arte Poética* de Horácio.<sup>18</sup> Para Boffrand, a arquitetura e a poesia eram irmãs, sendo a primeira uma *poesia muda* e a segunda uma *arquitetura falante*. O edifício seria dotado de um caráter próprio - resultante da sua finalidade utilitária e da personalidade do cliente - e a sua arquitetura deveria falar, explicar sua função.

Em seu *Principes tirés de l'art poétique*, Boffrand exemplificou o caráter geral e específico de cada arquitetura, ressaltando o fundamento superior da “conveniência”<sup>19</sup> através de uma comparação entre a poesia e a teoria arquitetônica. Seus princípios eram os mesmos: “escolher o estilo apropriado em função do destinatário, expô-lo numa linguagem apropriada e não misturá-lo com elementos de outros estilos”.<sup>20</sup> A ordem dórica, por exemplo, poderia perfeitamente expressar a solidez e a ordem coríntia, a delicadeza. E ainda:

a arquitetura deve falar aos homens como as palavras de uma língua, e para isso é preciso que ela responda à sua função de informação. Esta tem a sua gramática e o seu vocabulário próprios que seguem regras preciosas, mas ela pode também estar no seu conteúdo, no seu «caráter», de uma grande diversidade. Assim o arquitecto deve satisfazer uma nova exigência: conhecer bem as múltiplas «qualidades» e fazê-las aparecer em seus edifícios.<sup>21</sup>

O autor refere-se à dimensão simbólica da arquitetura, que deveria não só seguir os princípios vitruvianos - *Firmitas, Utilitas* e *Venustas* - como também expressá-los, deixá-los evidentes. Jacques-François Blondel (1705-1774), arquiteto e professor da *Academie des Beaux-Arts*, definiu o caráter como a qualidade expressiva que funciona como a linguagem, inserindo-o no princípio de conveniência, isto é, da relação entre a finalidade do edifício e o caráter que o exprime.<sup>22</sup>

Isto porque surge, nessa época, a idéia de que cada edifício deve comunicar, na sua forma externa, a função que ele abriga: trata-se da chamada *architettura parlante*. Assim, o melhor estilo para uma igreja seria o Gótico, associado à forte religiosidade medieval. Já o Clássico abrigaria com mais adequação um edifício institucional, como um palácio de justiça, inspirado no poder de organização do Estado no Império Romano, quando surgiu, inclusive, a base para todo o direito regulador da vida em sociedade.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> SZAMBIEN, Werner. Simetria, gusto, caracter. Teoria y Terminologia de la Architectura em la Época Clasica. 1550-1800. Madrid: Akal, 1993. (p. 265)

<sup>19</sup> A conveniência do projeto (ou decoro vitruviano) deveria ser o resultado da correspondência entre todos os termos da equação arquitetônica: uso, lugar e medida à maneira de uma razão proporcional matemática. OLIVEIRA, B. S. A Construção de um Método... 2002. (p. 52)

<sup>20</sup> THOENES, Christof. Teoria da Arquitetura: do Renascimento aos nossos dias. Londres: Taschen, 2003. (p. 290)

<sup>21</sup> THOENES, C. Teoria da Arquitetura... 2003. (p. 290)

<sup>22</sup> THOENES, C. Teoria da Arquitetura... 2003. (p. 298)

<sup>23</sup> SÁ, Marcos de Moraes de. Ornamento e Modernismo. A construção de imagens na arquitetura. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. (p. 66-67)

O desenvolvimento da teoria do caráter dentro do ecletismo, no século XIX, foi denominado de *historicismo tipológico* “voltado, predominantemente, a escolhas apriorísticas de cunho analógico que deviam orientar o estilo em relação à finalidade a que se destinava cada um dos edifícios”.<sup>24</sup>

Ao longo da história da arquitetura, percebe-se que alguns conceitos valorizados em determinados momentos foram em seguida sucedidos por outros. O significado ou ainda a intenção de cada um também pode receber pequenas alterações, em função do contexto ou ainda do teórico que o formulou. Para o historiador Werner Szambien, o século XVI e o início do XVII foram submetidos à *ordem* e à *ordenação*; já a segunda metade do XVII viveu a era da *proporção*; a primeira metade do XVIII contemplou a ascensão da *conveniência*, enquanto o *caráter* dominou a segunda metade. A *economia* ou a *utilidade* deram o tom ao XIX.<sup>25</sup> No entanto, assim como nos estilos, não há exclusividade de conceitos, não há ruptura que defina, por exemplo, a saída da *conveniência*, para a entrada do *caráter*. E embora, alguns deles estivessem em evidência em determinado período, não significou que os demais tenham sido abandonados ou ainda que não estivessem inseridos naquele. O *caráter*, por exemplo, permaneceu importante no ecletismo do século XIX e nas diversas correntes formais do XX.

A disciplina de Architectura, ao ser questionada pelas novas tecnologias postas à disposição da criação arquitectónica no Séc. XIX, procurou uma nova especificidade ao desenvolver a doutrina da composição arquitectónica, aparecendo a **Teoria do carácter como um instrumento de interpretação, preferencialmente direccionada para a arquitectura pública, onde se põe em evidência a especificidade de cada género arquitectónico num contexto cultural determinado.**<sup>26</sup>

Qual seria o caráter de uma escola? Quais deveriam ser as características do edifício escolar nesses 100 anos? O que deveria ficar expresso e materializado? O caráter insere-se na dimensão simbólica da arquitetura e materializa-se revelando a íntima relação entre a edificação, os princípios e os conceitos que estruturaram a sua concepção. O caráter do edifício escolar será analisado nos discursos dos arquitetos, médicos, pedagogos e políticos, considerando que expressam suas intenções, expectativas e critérios. Todos procurarão impor na materialização do espaço seus princípios - arquitetônicos, pedagógicos e higienistas - e declarar nos discursos o

---

<sup>24</sup> PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa (p. 9-27). In FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel, 1987. (p. 14)

<sup>25</sup> SZAMBIEN, W. Simetria, gosto, caracter... 1993. (p. 21)

<sup>26</sup> PIRES, Amílcar de Gil e. Carácter da Architectura e do Lugar. Apud Revista ARTiTEXTOS n° 06. Lisboa, julho de 2008 (p. 107-120). Disponível no endereço eletrônico: [http://home.fau.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART\\_Amilcar-Pires.pdf](http://home.fau.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART_Amilcar-Pires.pdf). Acesso em 13 de abril de 2010. (p. 108) - Grifo meu.

alinhamento científico e a modernidade da ação, características que definem também o caráter da escola e de seu edifício.

**A arquitetura comunica, a quem observa, para que serve. Seu principal significado é, portanto, o uso.** A escada que mostra, antes de mais nada, a possibilidade de subir ou descer, significa esta serventia. Mas a arquitetura também comunica muitas coisas, através de sua *função segunda*, simbólica. *Conota* idéias. Transmite, por exemplo, a idéia hegeliana, ao dar-lhe uma forma física, concreta construída. Comunica, pela ação dos arquitetos, filosofias ou ideologias. Como toda a obra de arte, retrata o seu autor (*ri-tratto* = re-trazido), e é por isso que todo o edifício tem uma personalidade, um tom, um humor, um sentido pessoal.

Mas a arquitetura retrata também um estilo que é a concretização de um temperamento, um *Zeitgeist*<sup>27</sup> de uma época, de um povo, de uma cultura. Comunica uma seleção e um julgamento que são do indivíduo, mas fala também sobre a História e sobre a *sua* história.<sup>28</sup>

O texto do arquiteto João Rodolfo Stroeter contribui ao deixar evidente a importância da utilidade, do uso ou, ainda, da adequação funcional na arquitetura. Para *comunicar o seu uso*, o edifício deve necessariamente materializar e expressar tal princípio - condição que remete ao seu caráter. Se a educação pública, ao longo do período estudado, foi relacionada à modernidade, racionalidade, conhecimento científico, ordem, progresso e civilização, o edifício escolar deverá também incorporar tais conceitos em suas formas e signos ou, ainda, expressá-las em seu caráter. Se a arquitetura *comunica, conota, transmite, retrata a função, a ideologia e o espírito de seu tempo*, é possível estabelecer o *caráter* como um conceito que a estrutura e que, portanto, está presente ao longo do período estudado. A relação estabelecida entre a arquitetura pública e a presença do caráter<sup>29</sup> reforça a escolha deste conceito e indica outro: o tipo.

O objectivo da composição passava pela expressão de um uso inerente a uma determinada tipologia arquitectónica, onde os edifícios, pela sua disposição, pela sua estrutura e pela forma como são decorados, devem indicar, objectivamente, o seu uso e destino. Ao não o fazerem contrariam a expressão que se pretende que seja verdadeira e objectiva.<sup>30</sup>

Para Giulio Carlo Argan<sup>31</sup>:

O nascimento de um tipo é (...) condicionado ao fato de existir uma série de edifícios que tem entre si uma evidente analogia formal e funcional: em outros termos, quando um tipo se fixa na

<sup>27</sup> *Zeitgeist*: termo alemão que significa “fantasma do tempo” ou “espírito do tempo” que caracteriza a essência, muitas vezes intangível, de um período histórico. Apud SÁ, M. M. Ornamento e Modernismo... 2005. (p. 124)

<sup>28</sup> STROETER, J. R. *Arquitetura e Teorias*... 1986. (p. 93 e 95) - Grifo meu.

<sup>29</sup> PIRES, A. G. *Carácter da Architectura*... 2010. (p. 108)

<sup>30</sup> PIRES, A. G. *Carácter da Architectura*... 2010. (p. 108) - Grifo meu.

<sup>31</sup> Giulio Carlo Argan (Turim, 1902 - Roma, 1992) é considerado um dos mais importantes historiadores de arte do século XX. Formou-se em letras em Turim em 1930, onde foi aluno de Lionello Venturi. Iniciou sua carreira com estudos sobre a arquitetura do Renascimento e dedicou-se, ainda, ao período medieval, durante o aperfeiçoamento em Roma com Pietro Toesca, e à época contemporânea, alinhando-se ao viés racionalista da revista *Casabella*. Como inspetor da *Direzione Generale delle Belle Arti* (1933-55), redigiu em 1939 a lei n° 1089, que ainda hoje rege a tutela do patrimônio artístico, e criou o *Instituto Centrale per il Restauro*. Após uma temporada no *Warburg Institute* em Londres, publicou em 1946 um estudo sobre a perspectiva de Brunelleschi, com traços marcantes de sua formação panofskiana. De abril de 1968 a novembro de 1970 foram publicados sucessivamente os volumes de *História da arte italiana*, que desde então têm servido como referência para o ensino da arte e da arquitetura nas universidades italianas. Entre 1976 e 1979 exerceu a função de prefeito de Roma e, em 1983, elegeram-se senador pelo Partido Comunista. Continuou a escrever até os últimos anos, publicando, em 1990, *Michelangelo architetto*, com Bruno Contardi. In COSAC NAIFY. Giulio Carlo Argan. Disponível no endereço eletrônico: <http://editora.cosacnaify.com.br/Autor/673/Giulio-Carlo-Argan.aspx>. Acesso em 19 de fevereiro de 2010.

prática ou na teoria arquitetônicas ele já existe, numa determinada condição histórica da cultura como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas.

No processo de comparação e superposição das formas individuais para a determinação do tipo são eliminados os caracteres específicos dos edifícios isolados e são conservados todos e apenas os elementos que comparecem em todas as unidades da série. O tipo se configura assim como um esquema deduzido através de um processo de redução de um conjunto de variantes formais a uma forma-base comum.<sup>32</sup>

Argan ainda afirma que as séries tipológicas, na história da arquitetura, formaram-se principalmente em relação à configuração dos edifícios (ou seja, o aspecto geral do conjunto ou ainda o arranjo estrutural das partes em um todo). O tipo é apenas referência a um esquema, um “objeto segundo o qual qualquer pessoa pode conceber obras que não se assemelharão em nada entre si”.<sup>33</sup> Embora este conceito estivesse presente na História da Arquitetura desde Vitruvio, foi Quatremère de Quincy<sup>34</sup> quem o sistematizou e aprofundou, constituindo-se em um dos fundamentos de sua teoria da arquitetura. Na tentativa de estruturar, disciplinar e reconduzir a arquitetura às suas regras e princípios e de combater uma tendência historicista de cópias literais de modelos existentes, Quatremère relacionou o conceito de tipo com o de caráter.<sup>35</sup>

O tipo é um elemento importante da dimensão conceitual da doutrina da Arquitetura. Abarca a essência da arte em particular, mas também resulta no que poderia ser um desdobramento prático da teoria ao guiar a concepção do artista e o julgamento do público. Para Quatremère, a relação entre arquitetura antiga e moderna não era outra coisa senão a modificação do tipo, uma transformação conceitual requerida cada vez que um edifício é projetado. O tipo arquitetônico é o princípio que regula as modificações e a chave para a legibilidade do público, pois é por ele que se imprime o “caráter distintivo” aos edifícios.

Quatremère estabelece uma relação entre as etimologias dos termos tipo e caráter. “Tipo” deriva do termo grego *typos*, no sentido de gravar ou imprimir. Caráter, do grego *characteer*, traz o significado de marca e de traço distintivo. Na voz original, publicada na *Encyclopédie Methodique* (1825), é apresentada uma breve discussão sobre a relação entre os dois conceitos: um verdadeiro tipo possui caráter próprio, e este permanece impresso em sua forma.<sup>36</sup>

Nas palavras de Quatremère de Quincy:

Cada um dos principais edifícios deve encontrar em sua destinação fundamental, nos usos que lhe concernem, um tipo que lhe é próprio. A arquitetura deve tender a se conformar, da melhor forma possível, a este tipo se quer imprimir, a cada edifício, uma fisionomia particular. É da confusão entre estes tipos que nasce a desordem tão comum que consiste em empregar

<sup>32</sup> ARGAN, Giulio Carlo. Sobre o conceito de tipologia arquitetônica (p. 65-70). In ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e Destino. São Paulo: Ática, 2001. 1ª edição, 2ª reimpressão. (p.66)

<sup>33</sup> ARGAN, G. C. Sobre o conceito... (p.66)

<sup>34</sup> Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (Paris, 1755-1849)- escultor, escritor, arquiteto e acadêmico - dedicou inteiramente sua carreira à formulação de um *corpus* disciplinar para as artes e a arquitetura. PEREIRA, Renata Baesso. Quatremère de Quincy e a idéia de tipo (p. 55-77). In Revista de História da Arte e Arqueologia. Nº 13. Campinas: Unicamp, jan.-jul., 2010. (p. 56). Disponível no endereço eletrônico: <http://www.unicamp.br/ chaa/rhaa/revista13.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2008.

<sup>35</sup> STRÖHER, Ronaldo de Azambuja. Quatremère de Quincy e Jean-Nicolas-Louis Durand. Algumas considerações sobre a interpretação do conceito de tipo em arquitetura (p. 9-24). In STRÖHER, Eneida Ripoll (org.). O Tipo na Arquitetura: da teoria ao projeto. São Leopoldo: Unisinos, 2001. (p. 13)

<sup>36</sup> PEREIRA, R. B. Quatremère de Quincy... 2010. (p. 68)

indistintamente as mesmas ordenações, disposições e formas exteriores em monumentos destinados aos usos mais diversos.<sup>37</sup>

Na arquitetura, o tipo foi se conformando pela repetição de esquemas, formatos e soluções que ao longo dos anos se mostraram eficientes e adequados considerando os princípios vitruvianos - *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas*. A função do edifício foi um dos fatores que mais determinou tipologias, principalmente pelos programas e demandas comuns.

Dessa maneira os diferentes tipos ou de Ordem, ou de templo, ou de ambiente se adequavam mais a um programa que a outro. Como exemplo, para as habitações de inverno que precisavam de luz direta, era recomendado entre os tipos de átrio, aquele cujas viguetas das calhas não formassem balanços pronunciados. Então, o que Vitruvio vai mostrando em seu tratado é que uma determinada opção tipológica é mais econômica que outra, uma se adequa mais a determinado clima e, assim, são estas conveniências cotidianas que levam à escolha dessas resoluções arquitetônicas disponíveis. **Portanto, a eleição de um tipo construtivo-formal com sua técnica, proporções e organização, implica a consciência de uso, de lugar e de medida.** (...)

Tínhamos, então, um método de projeto baseado na manipulação de tipos arquitetônicos. O que isto significa em termos de projeto? Uma revolução em eficiência e economia no trabalho. Conhecemos a importância da idéia de padronização para a sociedade industrial. Também, é muito mais fácil partir da aceitação de tipos já consagrados, pois atalham o caminho do projeto, resolvendo, antes de nós (ou por nós), parte das contradições e dúvidas que acompanham o processo de criação. São didaticamente convenientes na sua condição de signos, pois seu reconhecimento e sua repetição torna-os facilmente assimiláveis e influentes no contexto arquitetônico. E, claro, a presença de regras protege a sociedade de atrocidades arquitetônicas embora, também, iniba as transformações trazidas pelo novo. De qualquer maneira, as novidades introduzidas ao padrão, aceitas e recomendadas por Vitruvius e Alberti, se adequam melhor à *mediocritas* humanista, do que os extremos de permanência ou mudança absolutas.<sup>38</sup>

É possível concordar com Argan e identificar uma tipologia de escolas - *reconhecida e repetida; adequada, econômica e conveniente* ao seu *uso*, entre 1853 e 1955, no Paraná? Como foi constituído historicamente esse tipo? Como a consciência de uso, lugar e medida contribuiu para a conformação tipológica das escolas? A leitura dos edifícios escolares revela a complexidade na discussão entre tipo, caráter e metodologia de ensino.

Durante o século XIX e início do XX, os novos programas de arquitetura e os avanços da tecnologia construtiva foram propagados pela divulgação dos tratados de arquitetura e manuais técnicos. No caso dos edifícios escolares, havia uma revisão da legislação em vigor, a classificação dos tipos de escolas, a definição de um programa de necessidades, a descrição e o tamanho dos equipamentos essenciais em cada ambiente, detalhes construtivos, as áreas e dimensões mínimas de salas, coeficientes de

<sup>37</sup> QUATREMÈRE DE QUINCY. "Type". Encyclopédie Méthodique: Architecture. Op. cit., Tomo III, p. 545. Apud PEREIRA, R. B. Quatremère de Quincy... 2010. (p. 68)

<sup>38</sup> OLIVEIRA, B. S. A Construção de um Método... 2002. (p. 70 e 78) - Grifo meu.

ventilação e insolação. Toda esta informação técnica vinha acompanhada de projetos de escolas construídas, onde se conferia a aplicação das orientações. As soluções para escolas de mesmo tamanho e mesma finalidade, por exemplo, acabavam por assemelhar-se, fato que continuamente repetido gerou tipologias, *fixadas pela prática (...) numa determinada condição histórica da cultura como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas*, como afirma Argan.<sup>39</sup> Contudo determinações, demandas e soluções espaciais e formais foram sendo formuladas ao longo do tempo, aliando-se às inovações para constituir um conhecimento e estabelecer regras sobre o funcionamento e o formato de um edifício escolar.

No Brasil, o complexo arquitetônico construído pelos jesuítas no período colonial, é referência na compreensão histórica do edifício escolar. Estes locais multifuncionais (de culto, trabalho, ensino, residência e serviço) foram estrategicamente determinados de modo a materializar e simbolizar ordem, setorização, hierarquia, *a diferença na uniformidade*. A visão de mundo jesuítica foi impressa no espaço, gerando uma tipologia específica, a disposição em quadra, e um caráter de austeridade, funcionalidade e imponência que era imposto ao meio urbano, deixando sua herança nas escolas construídas posteriormente. Estabeleceu-se um tipo, “didaticamente conveniente na sua condição de signo, pois seu reconhecimento e sua repetição o tornam facilmente assimilável e influente no contexto”, como escreveu Argan.<sup>40</sup>

Contudo sua aplicação vai além da simples reprodução, pois os arquitetos e engenheiros no Brasil ao projetarem as primeiras escolas republicanas não se limitaram a copiar os exemplos publicados nos manuais franceses ou os modelos jesuíticos do período colonial. Como é próprio deste ofício, atenderam as condições sociais, econômicas e geográficas que influenciaram e condicionaram os edifícios escolares paulistas, cariocas e paranaenses, tomando-os como referência e não como modelo. O processamento do conhecimento produzido e das formas acumuladas historicamente pela arquitetura resultam no edifício projetado e construído. Quando há manutenção de algumas características e formatos, não significa cópia ou ainda estagnação, e sim que eles foram experimentados, discutidos, funcionaram, e por isso mantidos como resultado do conhecimento elaborado. Por outro lado, se aparecem alterações, elas se

---

<sup>39</sup> ARGAN, G. C. Sobre o conceito de tipologia... 2001. (p.66)

<sup>40</sup> ARGAN, G. C. Sobre o conceito de tipologia... 2001. (p.66)

referem a mudanças conceituais da própria disciplina arquitetônica ou ainda de determinantes do projeto.

Baseada em tais pressupostos, a pesquisa apreendeu e analisou, entre 1853 e 1955, o edifício escolar público projetado e construído no Paraná, as tipologias utilizadas e o caráter imposto, procurando *ler e interpretar a história da educação pela arquitetura dos edifícios escolares*, como afirmou a historiadora Rosa Fátima de Souza.<sup>41</sup> A análise vai adotar como categorias o *programa* e o *partido arquitetônico*, a técnica construtiva e a *modenatura*, procurando apreender as permanências e rupturas que cada uma delas imprimiram no edifício escolar.

Entendendo a importância de contextualizar esta concepção e produção, será abordada a constituição histórica do edifício escolar público no Brasil, relacionando-a a teoria e a prática da arquitetura de forma geral e aos princípios e discursos pedagógicos e higienistas vigentes.

Os 100 anos desta produção não poderiam ser analisados de forma integral. Optou-se por uma periodização já consagrada pela historiografia da educação e da arquitetura escolar: a segunda metade do século XIX, a Primeira República, a era Vargas, a segunda metade da década de 1940 e, finalmente, a primeira metade da década de 1950. Cada período possuiu características políticas, pedagógicas e/ou arquitetônicas que, em princípio, imprimiram mudanças no edifício escolar. O desenvolvimento deste estudo, no entanto, mostrou que os limites não estão tão evidentes e que tipologias e caráter encontram-se superpostos.

Os edifícios escolares públicos decorrem de uma ação política e possuem regulamentação específica para sua edificação. A análise das leis, decretos e regulamentos constituídos no Paraná entre 1853 e 1955 revelam o processo histórico de constituição de regras arquitetônicas, normatizações construtivas e imposições higienistas, que em conjunto com propostas pedagógicas contribuíram para a conformação do caráter e da tipologia do edifício escolar.

As primeiras normas estabelecidas na recém-criada Província do Paraná já se encontram impressas no também primeiro edifício escolar público paranaense: o Liceu de Curitiba.

A formação da rede de escolas públicas no Estado acompanha o lento processo que ocorreria no Brasil. O levantamento inicial relacionou a construção de 600 edifícios no período, tendo como fontes primárias principais as mensagens e os relatórios de

---

<sup>41</sup> SOUZA, R. F. de. Prefácio... 2005. (p. 7)

governo, os projetos arquitetônicos e o cadastro da Coordenadoria do Patrimônio do Estado. Tendo como critério as escolas construídas em áreas urbanas e em alvenaria de tijolos, foram selecionadas 203 unidades para estudo, as quais foram relacionadas nas tabelas do Anexo. As escolas, destinadas ao ensino infantil, primário, secundário, normal, profissional ou superior, construídas em regiões urbanas e em alvenaria de tijolos, foram agrupadas a partir da cronologia estabelecida pela historiografia da educação no Brasil. Como às vezes a distância entre o projeto e a construção de um edifício escolar ultrapassou os limites dos períodos de estudo, adotou-se como critério de inclusão em cada etapa cronológica a data do projeto arquitetônico.

As escolas são analisadas individualmente em cada categoria - programa e partido arquitetônico, técnica construtiva e modenatura - e em cada período procurando identificar a padronização ou a diversidade tipológica do edifício escolar paranaense. Considerando que a racionalidade, a utilidade, a economia e a adequação integram o caráter do edifício escolar em todo o período é examinada a solução da arquitetura para as diferentes necessidades e imposições pedagógicas e higienistas. Desta forma, espera-se apreender o seu processo de constituição histórica e viabilizar a *leitura e a interpretação da história da educação pela arquitetura dos edifícios escolares*, a partir dos termos próprios da disciplina, ou seja, utilizando seus princípios, conceitos e categorias.





## 1. Arquitetura e Arquitetura das Escolas no Brasil

### 1.1 Tipologia, Caráter, Higienismo, Urbanismo e Arquitetura

Os antigos colégios jesuítas são logo lembrados quando se pensa em escola e edifício escolar no Brasil. A Companhia de Jesus desembarcou no Brasil-colônia em 1549, permanecendo até 1759, com a missão inicial de contato e conversão dos índios e, mais tarde, da educação dos filhos dos colonos.

O programa arquitetônico das edificações jesuíticas era composto de atividades para o culto (igreja com coro e sacristia), para o trabalho (salas de aulas e oficinas), para a residência (cubículos ou celas), para o serviço (enfermaria, cozinha, pomar e horta).<sup>1</sup> Foi adotado o partido arquitetônico em quadra, onde cada quarto abrigava uma

---

<sup>1</sup> COSTA, Lucio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil (p. 9-98). In *Arquitetura Religiosa. Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978. (p. 17)

atividade, definindo de forma clara a setorização do espaço construído. Mas, por que a quadra? O antigo Mosteiro de Santo Antão, o velho, foi a primeira casa dos jesuítas no mundo, doado em 1542 à ordem pelo rei de Portugal, D. João III. Aquele conjunto arquitetônico estruturava-se em torno de uma quadra, disposição utilizada nas construções monásticas desde a Idade Média. No primeiro conjunto arquitetônico construído pelos jesuítas, o Colégio de Coimbra, foi mantida a mesma configuração.<sup>2</sup>

Segundo o historiador inglês John Bury, a produção arquitetônica dos jesuítas na Europa inseriu-se na corrente maneirista, situada depois do Renascimento e antes do Barroco. Os maneiristas “estavam determinados a expurgar dessas formas o espírito legado em suas origens” e “empenhados em violar as normas clássicas (...) que seus predecessores humanistas haviam adotado com idealismo sincero, agora considerado pouco criterioso”.<sup>3</sup> O arquiteto maneirista esteve sujeito a *Acta Ecclesiae Mediolanensis* de São Carlos Borromeu que estabeleceu regras para o projeto de igrejas, com o objetivo de fazê-las acessíveis à comunidade em geral. Para isso, a valorização dos “sentidos, mais do que do intelecto, na assimilação cristã, e a arquitetura, juntamente com outras artes, se tornou um veículo prático para a educação cristã e os empreendimentos missionários”. O maneirismo situou-se na Itália na primeira metade de século XV, desenvolvendo-se de modo mais amplo na Europa na segunda metade do século XVI. Os arquitetos da Companhia de Jesus foram considerados seus grandes propagadores. Em Portugal, o arquiteto italiano Filippo Terzi projetou a primeira igreja da ordem de Santo Inácio em Lisboa, São Roque, iniciada em 1580. A arquitetura jesuítica no Brasil e em todo o mundo lusitano, adotou o maneirismo durante o período principal de sua atividade construtora, que começou em fins do século XVI e se estendeu até o início do XVIII. O arquiteto jesuíta Francisco Dias, colaborador de Terzi na Igreja São Roque, foi enviado ao Brasil em 1577, onde exerceu atividade projetual e construtiva por meio século.<sup>4</sup>

Lucio Costa destacou a importância da atuação de Francisco Dias no Brasil:

A presença de um arquiteto profissional de sua categoria no Brasil daquele tempo foi sem dúvida decisiva, não só no sentido de fixar, de forma definitiva e logo de início, as características de estilo próprias da nossa arquitetura jesuítica, como de influir nas construções contemporâneas não jesuíticas.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> CARVALHO, José Antônio. O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982. (p. 23)

<sup>3</sup> BURY, John. A Arquitetura Jesuíta no Brasil (p. 43-61). In BURY, John. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. Org. Myrian Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991. (p. 44)

<sup>4</sup> BURY, J. A Arquitetura Jesuíta... 1991. (p. 45-46)

<sup>5</sup> COSTA, L. A Arquitetura dos Jesuítas... 1978. (p. 43)

O partido arquitetônico adotado nos edifícios jesuítas foi o da quadra, tradicional solução eclesiástica, encontrada na primeira casa dos jesuítas no mundo e adotada nas novas construções. No entanto, Lucio Costa alertou que nos colégios brasileiros, devido à vida ativa dos padres, “faltavam quase sempre nesses pátios aquela atmosfera de sossego e recolhimento, peculiar aos claustros dos conventos das demais ordens religiosas”.<sup>6</sup> Ou seja, para um mesmo partido, atividades diferentes. A presença de um arquiteto profissional, autor de diversos conjuntos arquitetônicos dos jesuítas, entre os quais o Colégio da Bahia, seria responsável pela propagação de um caráter e uma tipologia tão específicos nesta produção arquitetônica que chegou a ser denominada de Arquitetura Jesuítica no Brasil, a qual tinha como intenção inserir simbolicamente as doutrinas cristãs dentro do espírito da contra-reforma e da missão educativa da ordem. Quais são os símbolos transmitidos, as doutrinas materializadas no espaço, isto é, qual o caráter imposto?

A Companhia de Jesus deveria atender a uma “concepção hierárquica do universo, na idéia de uma ordem cósmica, na qual todas as coisas têm o lugar que lhe cabem e o subordinado se submete de bom grado ao superior”.<sup>7</sup> A escola para os jesuítas era uma forma de “construir nos indivíduos o homem ideal. Ela, como um meio pedagógico autônomo afastava do mundo corruptor o educando, formando-o dentro de um mundo idealmente construído”.<sup>8</sup> A quadra estabelecia “a unidade do corpo arquitetônico apesar da diversidade de funções que abriga[va]”. Cada atividade definia um programa específico: residência, aulas, serviços, oficinas e igreja ocupavam nesta planta homogênea espaços delimitados e determinados que obedeciam a uma hierarquia posicional, expressando na arquitetura uma “concepção hierárquica de mundo” e com o indivíduo se submetendo a ela.<sup>9</sup> Apenas a igreja tinha destaque na fachada jesuítica, pois, como casa de deus, era decorada e com formas e aberturas diferenciadas do restante do conjunto que mantinha uniformidade e sobriedade arquitetônicas. “É uma diferenciação que conserva a homogeneidade de linguagem. Há uma evidenciação dos graus de importância sem a perda da unidade visual do conjunto”. A quadra, fechada em si, delimitava a vida interna do colégio, onde a circulação ocorria em torno de um pátio, ponto central de todos os olhares, propiciando uma visão comum “de um mesmo mundo ideal não corrompido”.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> COSTA, L. A Arquitetura dos Jesuítas... 1978. (p. 27)

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. Espaço e Estratégia. Rio de Janeiro: José Olympio; Uberlândia: Prefeitura Municipal, 1988. (p. 18)

<sup>8</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 68)

<sup>9</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 58)

<sup>10</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 59)

Na uniformidade da perspectiva interna que construiu a alusão de um mundo objetivado na estrutura divina do universo, houve a tentativa de reproduzir a imutabilidade de sua ordem. “Espaço fechado, voltado para si mesmo, e, ao mesmo tempo, espaço das janelas em série que abrem a fachada, mas disciplinam o diálogo”.<sup>11</sup>

Formato que também permitia uma constante vigilância da atividade interna. Nas salas de aula, os estudantes eram distribuídos em filas, vendo apenas o professor e ficando de costas para os demais alunos<sup>12</sup> - situação mantida até hoje.

A aula organiza-se como uma pequena sociedade onde cada estudante tem sua função a desempenhar. Todo o grupo está dividido em dois campos; de um e de outro lado, uma hierarquia viva, bem constituída, sujeitas a contínuas modificações impostas pelo merecimento pessoal. Ou, como na conjugação dos casos de consciência que se propunham como disciplina curricular. No espaço organizado, a arte das distribuições e a exigência de clareza. O sentido da construção de um mundo monista e puro, onde qualquer mistura tende a trazer confusão e desordem. Por isso, convém manter separados os pátios e, se isto não for possível, que se conserve pelo menos apartados os diferentes serviços por meio dos pavimentos ou quartos de quadra específicos.<sup>13</sup>

A localização dos conjuntos arquitetônicos jesuítas era cuidadosamente estudada. A proximidade de um rio e a localização em terrenos elevados constituíam-se em condições importantes.

Estão no alto, soberanos - uma simbologia de posição e hierarquia -, o poder simbólico da altura concretiza-se na implantação de seus edifícios. A paisagem ao redor faz-nos perceber sua imponência e lhe rende homenagem, tributa-lhe respeito. A altura sacraliza o monumento, confere-lhe o poder pela proximidade do céu. É a localização estratégica no sentido religioso e também no profano: possui qualidades relativas ao sentido de poder e de conquista e também aquelas que dizem respeito à organização espacial da economia produtiva, transporte e defesa.<sup>14</sup>

Mas a filosofia jesuítica pregava o entrosamento na vida social.

Torna-se então necessário estar no centro dessa atividade, captar-lhe o movimento e nele trabalhar, sem esquecer, contudo, de se impor, através de uma simbologia espacial própria. O pátio externo, o “terreiro”, que dá lugar ao acontecimento social e político, é o mesmo que permite a perspectiva imponente da igreja e do colégio. O espaço vazio do pátio, aliado ao espaço construído da igreja e do colégio, que têm uma escala diferente das construções que lhe fazem vizinhança, possuem uma teatralidade que não é casual (...). O status transmitido e a mensagem dirigida destes edifícios jesuítas àqueles que chegam e os vêem é imediatamente a do primeiro símbolo de civilização.<sup>15</sup>

Os conjuntos jesuítas eram *civilizadores e símbolos de civilização*, uma vez que os colégios deveriam “não só ser como parecer com a tendência progressista característica dos tempos modernos aliada ao mundo das idéias cristãs. A razão e a fé unidas para a maior glória de Deus”.<sup>16</sup>

<sup>11</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 68)

<sup>12</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 70)

<sup>13</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 95 e 96)

<sup>14</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 35, 36 e 38)

<sup>15</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 40)

<sup>16</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 100-101)

O local de implantação dos colégios, no centro das atividades do núcleo urbano, no topo de uma elevação privilegiada no sítio escolhido, pôde proporcionar o desejado contato com a sociedade, a proximidade necessária para mostrar-lhes o seu dinamismo, sua erudição intelectual, seu brilhantismo nas questões técnicas mais variadas, sua habilidade nas questões práticas e, portanto, sua imprescindibilidade no cotidiano urbano colonial. Símbolo da fé militante, estas instituições, só por seu posicionamento na urbe, pela vista de seus alçados austeros, se faziam símbolo da razão dos novos tempos. Nas fachadas dos colégios e residências, as inúmeras janelas efetuavam o necessário diálogo com o mundo profano, mas de uma forma rigorosamente uniforme, regularmente repetida - uma "maneira de dialogar severa e lógica, mas despojada. Baluarte da razão renascentista, estas fachadas não se permitem as contidas expressões barrocas de suas igrejas. As aberturas nos contam da disposição constitutiva da Ordem para a ação e definem seu caráter disciplinar. Mas, ainda apesar delas, a herança monástica se revela no seu fechamento em quadra e na divisão de seus espaços internos pela estrita disciplina imposta por uma arquitetura celular.

O estilo da religiosidade jesuítica, definido pela busca de equilíbrio entre a vida ativa e a vida ascética, materializa-se na organização espacial dos colégios e residências. Numa perfeita correspondência entre a função dupla de seu apostolado e forma idealizada para se enquadrar nos moldes das regras divinas, a quadra consegue reunir em si o trabalho e a contemplação hierarquizados nas disposições parciais de suas partes.<sup>17</sup>

Os jesuítas imprimiram em seu espaço valores de ordem e hierarquia, que serão encontrados nas escolas construídas posteriormente. A adequação do edifício ao programa imposto, a distribuição interna das salas, a disposição de cada ambiente, o destaque formal de parte do conjunto arquitetônico e a possibilidade de vigilância foram características que se mantiveram.

A produção arquitetônica dos jesuítas inseriu-se em um contexto histórico conhecido como Iluminismo ou Ilustração, que dominava a Europa desde o início do século XVII. O Iluminismo defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica e sua forte influência no século XVIII fez com que este passasse a ser reconhecido como o Século das Luzes. Representou a inquietação social frente aos costumes e à religião, proveniente de uma alteração no modo de visualizar o mundo que passava a pensar, explicar e ainda modificar os mais diversos aspectos da sociedade pela ótica racional. Uma importante contribuição teórica foi o método empírico e analítico de Isaac Newton<sup>18</sup> que extrapolou os campos da física e da matemática e se expandiu para a compreensão do pensamento em geral. Assim, certos pontos essenciais da sociedade deveriam ser submetidos ao método crítico e, a partir daí, reestruturados. Na organização do saber do século XVIII e primórdios do XIX todo conhecimento deveria

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, B. S. Espaço e Estratégia... 1988. (p. 101 e 104)

<sup>18</sup> Isaac Newton (1642-1727) - Físico, matemático e astrônomo inglês, foi um dos mais influentes cientistas em toda a história da ciência. Legou ao mundo o cálculo diferencial e integral, a mecânica e a ótica racionais e a teoria da gravitação universal - uma obra que consolidou a revolução científica do século XVII e eliminou a dependência da ação divina e influenciou profundamente o pensamento filosófico do século XVIII, dando início à ciência moderna. Em *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* (Princípios Matemáticos da Filosofia Natural), estabeleceu princípios que definiram as bases da ciência moderna. Não apenas os movimentos dos planetas, mas também dos cometas e das marés, foram examinados à luz de princípios matemáticos.

estar subordinado ao imperativo da utilidade e da razão científica que assegurasse e legitimasse sua concretização.

O século XVIII foi marcado na Europa pelo crescimento populacional; aumento da expectativa de vida; inovações tecnológicas que possibilitaram a expansão do setor agrícola; o desenvolvimento da economia de alguns países, entre os quais a Inglaterra; ampliação do consumo de certos produtos, derivados de uma preocupação com o luxo e o supérfluo nas camadas mais ricas da sociedade, que promoveu a incorporação de novos hábitos alimentares e contribuiu para o aumento do comércio e mudanças no vestuário e de higiene corporal. Foram transformações materiais que alteraram as formas de viver e o ambiente social e se expressaram nas cidades.<sup>19</sup> Para a historiadora Maria Pinheiro de Carvalho,

A cidade, portanto, teve uma relevância fundamental durante o século da Luzes. Valores centrais no novo pensamento ilustrado só podem ser concebidos dentro do ambiente citadino. Ali era “o quadro normal da existência e do pensamento”, o espaço da associação dos homens, onde as idéias realmente tinham lugar para a circulação, tanto nos cafés, como nas tertúlias e praças. Contrapunha-se ao isolamento do campo, espaço de dispersão e solidão. Como bem exprimiu o revolucionário francês Anacharsis Cloots, “a razão habita a cidade”.<sup>20</sup>

No que se refere à remodelação de suas formas estéticas, a cidade ilustrada visava uma racionalização do espaço urbano, relacionando-o à noção de utilidade e ao seu funcionamento interno, dentro do qual a *circulação*, o *embelezamento* e a *higiene* constituíam as três principais virtudes.

As relações entre Ilustração e cidade provinham da relevância que teve o espaço urbano para o desenvolvimento do pensamento racional. A Ilustração entendida enquanto um movimento de idéias desenvolvido na Europa ao longo do século XVIII - cujos pressupostos principais eram o “primado absoluto da razão” e o “caráter universal e imutável da natureza humana” permitiu o surgimento de uma nova forma de encarar o mundo, a qual não apenas se gerou no ambiente citadino, como nele produziu mudanças.<sup>21</sup>

A importância atribuída ao ambiente urbano se contrapôs às condições precárias das cidades medievais, como a de Paris, por exemplo, caracterizada pela desordem: precária infra-estrutura, ocupação densa, pouco conforto, ausência de normatização construtiva e péssimas condições sanitárias.<sup>22</sup> No século XVIII, o espírito ilustrado, buscando a expressão material e simbólica dos ideais da razão, iria intervir principalmente na cidade, locus das atividades humanas mais valorizadas - cultural e industrial - para transformar aqueles que nela habitavam e difundir o *progresso* e a *civilização* entre os povos.<sup>23</sup> A intervenção urbana, estruturada nos conceitos *circulação*, *embelezamento* e *higiene*, tinha como objetivo o *bem-estar* de seus

<sup>19</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Uma idéia ilustrada de cidade. As transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821). Rio de Janeiro: Odisséia, 2008. (p. 28-32)

<sup>20</sup> CARVALHO, M. P. Uma idéia ilustrada de cidade... 2008. (p. 32)

<sup>21</sup> CARVALHO, M. P. Uma idéia ilustrada de cidade... 2008. (p. 21) - Grifo meu.

<sup>22</sup> SENNETT, Richard. Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008. (p. 196-197)

<sup>23</sup> CARVALHO, M. P. Uma idéia ilustrada de cidade... 2008. (p. 28)

habitantes - o qual só seria atingido se a cidade proporcionasse as condições adequadas, ou seja, se configurasse como um espaço dotado de utilidade, funcionalidade e beleza capaz de incutir o espírito ilustrado e a razão no indivíduo e na sociedade.

Várias áreas do conhecimento contribuiriam para a transformação da cidade. O conceito de circulação, por exemplo, foi expandido da medicina para toda a sociedade. Na França desenvolveu-se uma política sanitária em resposta às precárias condições urbanas com ações dirigidas em três direções: primeiro, a identificação e o controle de locais que poderiam provocar doenças (cemitérios e matadouros, por exemplo); segundo, o controle e o estabelecimento da adequada circulação da água e do ar; e, por fim, a organização dos sistemas de abastecimento de água e de escoamento de esgoto.<sup>24</sup> Para o filósofo Michel Foucault esta foi uma das etapas da constituição da medicina social, estruturada no século XVIII.

O aporte teórico foi dado pelo trabalho do médico inglês Willian Harvey<sup>25</sup> sobre a circulação do sangue, o qual deu início a “uma revolução científica que mudou toda a compreensão do corpo - sua estrutura, seu estado de saúde e sua relação com a alma - dando origem a um novo modelo de imagem”. As descobertas de Harvey, em relação ao fluxo sanguíneo (medicina) e os novos ideais capitalistas sobre movimento individual na sociedade (economia) valorizaram a circulação na cidade iluminista do século XVIII.

A aplicação da teoria de Harvey em relação à pele foi outra contribuição importante para a constituição do elo entre a cidade e a nova anatomia. O médico Ernst Platner fez a primeira analogia entre circulação e experiência ambiental, afirmando em 1700 que o ar era como sangue que percorria o corpo e a pele era a membrana que lhe permitia respirar. A imundice, obstruindo os poros, retinha os humores do excremento, favorecia a fermentação e putrefação das substâncias e facilitava a reabsorção dos dejetos que cobriam a pele. A higiene pessoal ganhou força e o vestuário modificou-se para facilitar as funções respiratórias e circulatórias e analogicamente o panorama das cidades também foi transformado.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. O nascimento da Medicina Social (p. 79-98). In FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 13ª edição. (p. 89-91)

<sup>25</sup> Willian Harvey - médico inglês (1578-1647), diplomado em Pádua (1602), na universidade mais avançada de sua época, onde foi discípulo de Gerolamo Fabrizio. No livro *Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus*, publicado em Frankfurt (1628), apresentou sua revolucionária teoria sobre a circulação sanguínea, defendendo o caráter cíclico da circulação sanguínea, com o coração funcionando como uma bomba. Este livro iria influenciar as técnicas cirúrgicas e também a veterinária e, depois dele, suceder-se-iam descobertas importantes nos setores da anatomia, da fisiologia e da patologia. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/WilliHar.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

<sup>26</sup> SENNET, R. Carne e Pedra... 2008. (p. 261-269)

Foucault caracterizou este processo como uma “medicalização da cidade” - não focada nos homens, mas uma “medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência”.<sup>27</sup> Nesse contexto dois termos passaram a ser utilizados com frequência nos discursos político, médico e arquitetônico: salubridade e higiene pública (ou higienismo).

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde.<sup>28</sup>

O higienismo era a política de saúde que emergiu na sociedade européia, no século XVIII, e que transcendia os limites da medicina e se integrava, na realidade, a toda uma gestão política e econômica direcionada à racionalização da sociedade. Buscava com isso combater a doença e a elevada taxa de mortalidade, que afetavam diretamente a produtividade do trabalho.<sup>29</sup>

E como política de saúde e base para o bem-estar da sociedade, a *higiene* transformou-se em necessidade e virtude a ser buscada nos meios individual, social e físico. As mudanças que o espírito ilustrado idealizou passavam necessariamente por novos hábitos de higiene impostos pelo conhecimento científico e racional, que proporcionariam o bem-estar da sociedade. A condição adequada para a vida humana seria, portanto, uma questão médica e higienista. Se o homem vivia na cidade, este ambiente deveria proporcionar tais condições, baseadas nos conceitos racionais e ilustrados de utilidade e funcionalidade e na incorporação do conhecimento médico e higienista no espaço arquitetônico e urbano.

A salubridade, ou seja, as condições físicas para evitar a propagação de doenças e epidemias e, conseqüentemente, proporcionar o bem-estar também foram inseridas no discurso e na produção arquitetônica e urbana. Os princípios de *solidez, utilidade e beleza* de Vitruvio e a preocupação com o meio físico e conforto, ou ainda o bem-estar, do usuário são e sempre foram próprios da arquitetura. No entanto, no século XVIII, as questões higienistas influíram de forma significativa no conhecimento e na técnica edificatória e foram incorporadas ao discurso do engenheiro e do arquiteto, profissionais que tinham por atribuição conceber e construir o espaço arquitetônico e urbano. E assim como a atuação do médico tornou-se mais abrangente, aqueles extrapolaram o projeto e a construção de edifícios, construíram cidades e acreditavam

---

<sup>27</sup> FOUCAULT, M. O nascimento da Medicina Social... 1998. (p. 80-92)

<sup>28</sup> FOUCAULT, M. O nascimento da Medicina Social... 1998. (p. 93)

<sup>29</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do Passado (p. 145-183). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. (p. 162)



que poderiam efetivamente contribuir com a racionalidade de seu conhecimento para o pleno desenvolvimento social.

Na introdução de seu *Cours d'Architecture ou Traité de la Décoration, Distribution & Construction des bâtiments*, na seção *Da utilidade da Arquitetura*, Jacques-François Blondel (1705-1774), arquiteto, professor e teórico da arquitetura, explicitou a abrangência que a disciplina tinha no século XVIII:

Si nous considérons ce que nous devons à l'Architecture, & tous les avantages que nous en recevons, nous trouverons que les trésors de la nature ne font véritablement à nous, que parce qu'elle nous en assure une tranquille possession; n'est-ce pas elle qui procure à nos demeures la salubrité, par le choix de leur situation? qui nous enseigne en empruntant les secours de la mécanique & de l'hydraulique, non-seulement à élever & amener les eaux dans nos jardins de propreté, mais aussi dans les dépendances les plus éloignées de nos habitations?

C'est elle qui, dans nos Cités, construit des Ponts, des Ports, des Quais, des Halles, des Marchés, des Magasins pour les grains des Arcenaux, des Cazernes, des Hôpitaux, des Aquéducs, des Fontaines, des Manufactures, des Prisons, & enfin des Sépultures publiques. Tous ces monuments utiles aux Villes libres, ainsi qu'aux Villes frontieres, quand ils sont dirigés par des Artistes du premier mérite, acquièrent chacun en particulier un caractere distinctif; & en annonçant la capacité de Architectes qui en ont donnés les dessins, ils témoignent en même temps l'opulence des Citoyens.

C'est notre Art qui érigeant des Temples à la Divinité, met les fideles à portée de pratiquer le culte extérieur de la Religion; il joint la grandeur & la dignité à une solidité immuable, dans la disposition des Métropoles, des Eglises Paroissiales & Conventuelles, enfin dans tous les monuments sacrés, élevés par la piété & la magnificence des Têtes Couronnées: dans ceux-ci surtout il préside au choix des matieres, à celui de l'ordonnance, & au bon goût des ornements; qui, dans tous ces différents genres d'édifices, doivent s'annoncer avec cette supériorité que les Beaux-Arts réunis savent mettre en oeuvre.

C'est l'Architecture qui commande au courant des rivieres; c'est par elle qu'on parvient à dessécher les marais; que l'on convertit en campagnes fertiles, les terrains les plus incultes, en les délivrant des vapeurs malignes qui nous causeroient des maladies dangereuses & pestilentielles.

Elle change à son gré; elle adoucit le cours impétueux des grands fleuves, elle réprime leurs efforts para des digues, des levées & autres masses solides qu'elle leur oppose; & en les retenant dans leur lit, elles les force de servir utilement à la navigation.

Si l'ardeur du soleil a tellement épuisé l'humidité de la terra, qu'elle n'en ait plus assez pour fournir à la nutrition des légumes & des fruits, l'Architecture nous apprend à faigner les rivieres, & à pratiquer des canaux à travers les campagnes, pour les arroser & leur rendre cette fécondité naturelle, qu'une trop grand aridité leur avoir enlevée.<sup>30</sup>

O arquiteto seria um profissional com conhecimentos científicos capaz de ordenar e racionalizar o espaço urbano, além de contribuir efetivamente na transformação da vida das pessoas. O texto enfatizou algumas questões fundamentais: a importância da higiene e da salubridade na vida humana, os conhecimentos agregados que o arquiteto deveria possuir (de mecânica e hidráulica, por exemplo), os novos

---

<sup>30</sup> BLONDEL, Jacques-François. *Cours d'Architecture ou Traité de la Décoration, Distribution & Construction des bâtiments*. Tome Premier. Paris: Desaint Libraire, 1771. (p. 119-121) - A obra corresponde às lições dadas em 1750 e nos anos seguintes pelo arquiteto na Escola de Belas Artes.

espaços e infra-estrutura urbana e a necessária interferência na circulação, como diria Foucault, das *coisas*.

A obra de Blondel foi uma grande referência até o século XX, como modelo de concepção racionalista da arquitetura, estabelecendo na formação acadêmica um sistema de normas absoluto baseado na razão.<sup>31</sup> A arquitetura estava impregnada pelo espírito ilustrado, científico e transformador e, de forma semelhante à medicina, voltou-se para a intervenção e o melhoramento das condições de vida e do meio de existência da sociedade. Para isso, incorporou outros conhecimentos: o higienismo, as novas técnicas construtivas, a física e a matemática. Cabe lembrar as palavras de Beatriz Santos de Oliveira: “a arquitetura não é uma área que permite a pureza do recorte de matemática trata-se de um campo de limites difusos, desfocados, que é atravessado por outros, tingindo-se deles. Fazer um projeto de arquitetura é habitar a interdisciplinaridade com todas as suas conseqüências”.<sup>32</sup> Esta observação também poderia ser estendida à medicina que, em nome da higiene, interferiu na cidade e no modo de vida das pessoas, evidenciando que o conhecimento científico não era fragmentado, diversas profissões o utilizavam para a sua prática, o que sem dúvida refletia o espírito ilustrado do século XVIII.

No texto de Blondel destaca-se a presença dos três conceitos já relacionados com a racionalização do espaço urbano: a *higiene* ou *salubridade*, *embelezamento* e *circulação* (da água dos jardins ou ainda o curso dos rios).<sup>33</sup> O caráter da arquitetura também foi explicitado e identificado com grandeza, dignidade e solidez nos templos religiosos e demonstração de glória, opulência e triunfo dos cidadãos nos edifícios públicos. O conhecimento técnico e artístico (*solidez*, *utilidade* e *beleza*) dos arquitetos proporcionaria e transmitiria bem-estar.

Além dos arquitetos, os engenheiros também participaram da transformação urbana. Na atuação destes profissionais há uma faixa de superposição que ainda perdura e possibilita a presença de ambos na construção de edifícios e no urbanismo, cujos limites eram no século XVIII ainda mais *difusos* e *desfocados*.

Os primeiros engenheiros saíram das academias militares na Itália, em Portugal e na Espanha, na segunda metade do século XVI. O ensino tinha uma base científico-tecnológica, centrado no estudo matemático, sendo a engenharia e a arquitetura uma de suas aplicações. Esta formação, que valorizava a funcionalidade e a economia,

---

<sup>31</sup> THOENES, C. Teoria da Arquitetura... 2003. (p. 296-298)

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. A Construção de um Método para a Arquitetura. Procedimentos e Princípios em Vitruvio, Alberti e Durand. São Paulo: 2002. (p. 5)

<sup>33</sup> BLONDEL, J. F. Cours d'Architecture... 1771. (p. 124-125)

assegurava uma abrangente atuação dos profissionais: em projetos arquitetônicos e urbanísticos, na elaboração de mapas, na demarcação de limites e territórios, etc.<sup>34</sup>

No Setecentos, a engenharia, estruturada pelo desenvolvimento da teoria e da técnica edificatória<sup>35</sup>, consolidou-se como disciplina autônoma, científica e com atuação civil, “marcada pela busca da racionalidade matemática e do rigor científico na manipulação de aspectos mecânicos da construção, não apenas de edifícios, mas também de pontes e viadutos, etc.”<sup>36</sup>

Em Portugal, a atuação dos engenheiros era predominante, sendo responsáveis pela reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1º de novembro de 1755. A intervenção proposta naquela ocasião pelo engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, consistia na reestruturação dos bairros centrais, com novo traçado elaborado a partir de parâmetros iluministas e racionalistas. Na região medieval da Baixa foram implantadas ruas retas e largas projetadas em função de duas praças, cujos espaços eram definidores da estrutura da cidade. A prioridade foi a circulação do ar, a remoção de dejetos e a eliminação do risco de incêndios, implantando um novo padrão estético com a imposição da uniformidade das fachadas.

Os ideais da cidade ilustrada - *circulação, embelezamento e higiene* - foram colocados em prática. A historiadora Marieta Pinheiro de Carvalho salientou a vinculação da transformação urbana lisboeta, dentro de novos parâmetros, com a intenção da monarquia portuguesa de civilizar o reino. Para o Marquês de Pombal<sup>37</sup>, mentor desta ação, civilizar tinha uma acepção mais ampla, além da mudança de hábitos culturais, a transformação política, econômica e social realizada pela Coroa Portuguesa, objetivando a felicidade de seus súditos.<sup>38</sup> Outro historiador, Paulo César Garcez Marins, destacou que as ações empreendidas por Pombal foram “emblemáticas” e tinham um objetivo claro: a reconstrução estava permeada pelo esforço de recuperação do Império Português, debilitado pela queda da produção de riquezas em suas colônias e pela ascensão de um rei com fraca atuação política.<sup>39</sup>

---

<sup>34</sup> SOUSA, Alberto José de. O ensino de arquitetura no Brasil imperial. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2001. (p. 23-24)

<sup>35</sup> Galileu Galilei com a estabilidade das construções, Robert Hooke com sua lei sobre a elasticidade dos corpos, Edmé Mariotte e Jacques Bernouille com o fenômeno da flexão, entre outros. (SILVA, Elvan. A Forma e a Fórmula. Cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença. Porto Alegre: Sagra, 1991 - p. 302)

<sup>36</sup> SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 303)

<sup>37</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo foi primeiro-ministro do rei D. José, agraciado com o título de conde de Oeiras e, posteriormente, marquês de Pombal. Além da forte atuação na reconstrução de Lisboa após o incêndio de 1755, protagonizou um processo modernizador em Portugal: reformou a Universidade de Coimbra, o Exército e a Marinha; reorganizou as finanças do Estado; criou a Imprensa Real e a Escola de Comércio e deu impulso a várias manufaturas para tornar Portugal menos dependente da Inglaterra. Quando o D. José morreu e a rainha Maria I subiu ao trono, em 1777, o marquês perdeu poder político e foi afastado do governo.

<sup>38</sup> CARVALHO, M. P. Uma idéia ilustrada de cidade... 2008. (p. 46-49)

<sup>39</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. (p. 90)

A materialidade da *nova* cidade simbolizava uma *nova* fase de Portugal, civilizada, absolutista e ilustrada. No traçado de Lisboa estava inserida uma reestruturação econômica, política, administrativa e social, com a modernização e a secularização do país; a redefinição da natureza do Estado; a centralização e a racionalização administrativas; e a maior intervenção na sociedade. As transformações urbanas faziam parte da política de governo, com perspectiva civilizadora e estruturada nos conceitos de *ordem* e *bem-estar*, representando na sua materialidade o poder real.<sup>40</sup>

O Brasil, neste contexto, iniciou um “lento e contínuo processo de incorporação dos novos padrões de construir, habitar e arruar que se pode perceber nas grandes cidades do litoral brasileiro durante o século XVIII”.<sup>41</sup> A modernização foi acentuada com a chegada da Família Real portuguesa em 7 de março de 1808, que transformou a colônia em centro do poder e sede da corte. Tal situação provocou mudanças econômicas (abertura dos portos e liberação do estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil), institucionais (criação de uma estrutura burocrática de governo) e sociais (implantação do projeto civilizatório com a construção de uma corte nos trópicos e a inserção do Rio de Janeiro no mundo ocidental).

Entre inúmeras ações empreendidas poderiam ser destacadas a criação de instituições científicas e culturais e a intervenção no espaço urbano do Rio de Janeiro.<sup>42</sup> A cidade, como sede dos poderes político e econômico do Império português, vivenciou um processo de crescimento até então nunca experimentado. Para o arquiteto Gustavo Rocha-Peixoto, o notável impulso de desenvolvimento material que ocorreu no Rio de Janeiro e no Brasil com a chegada da Corte Portuguesa não se deu desordenadamente. As reformas urbanas, sociais e políticas, o caráter dos empreendimentos e a importância conferida ao desenvolvimento de uma arte (a arquitetura) oficial alinhada com a produção européia mais contemporânea fizeram parte de uma visão que se impôs ao território colonial, a fim de transformá-lo em Europa.<sup>43</sup> A presença da corte determinou a realização de ações civilizatórias e de ordenamento social e urbano.

A arquitetura neoclássica foi a linguagem escolhida para a modernização do Rio de Janeiro empreendida por D. João VI. Tendência vinculada à visão racionalista do

---

<sup>40</sup> CARVALHO, M. P. Uma idéia ilustrada de cidade... 2008. (p. 28)

<sup>41</sup> MARINS, P. C. G. Através da rótula... (p. 147)

<sup>42</sup> Criação da Imprensa Régia (1808); fundação da Academia Real Militar (1810), do Real Teatro de São João (1813), da Real Biblioteca (1814), da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) e do Museu Real (1818); e chegada da Missão Artística Francesa (1816), por exemplo. A necessidade de comunicação com o restante da América Portuguesa obrigou a implantação de estradas, serviço de correio e comércio entre capitâneas. (CARVALHO, M. P. Uma idéia ilustrada de cidade... 2008 - p. 103)

<sup>43</sup> ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Reflexos das luzes na terra do sol. Sobre a Teoria da Arquitetura no Brasil da Independência: 1808-1831. São Paulo: ProEditores, 2000. (p. 261)

século XVIII que propunha o retorno à sobriedade da arquitetura clássica e rejeitava a profusão ornamental do rococó e do barroco tardio, buscava a austeridade, a consistência e o controle formal. Adjetivos como austera, clara, disciplinada, precisa, ordenada, rigorosa, solene e comedida estavam relacionados à arquitetura neoclássica, garantindo desta forma sua filiação e ação civilizatória.<sup>44</sup>

A cidade de cerca de 50.000 habitantes precisou abrigar da noite para o dia um contingente de cortesãos europeus orçado em 15.000 pessoas. Mais que um salto demográfico quantitativamente imenso, esses novos 30% apresentavam um perfil civilizatório muito diferente dos cariocas. Os recém-chegados, habituados com os padrões sociais europeus, acharam o Rio de Janeiro desatualizado. D. João iniciou então uma etapa de profundas modificações na cidade e na sua arquitetura não para acantonarem provisoriamente a corte inesperada, mas para aproximarem os jeitos da nova capital aos parâmetros que os europeus estavam acostumados a chamar de civilizados.

A transferência de um monarca europeu foi um fator de transformações políticas, sociais e econômicas muito radicais. A gente do Rio viu de perto um rei de verdade, recebeu diplomatas, passou a ouvir línguas estrangeiras todo dia nas ruas, olhou multiplicarem-se os navios do porto, assistiu à loucura da rainha, acostumou-se às cerimônias pomposas da corte. Os funerais de dona Maria, a coroação de D. João VI, grandes batizados de príncipes iniciaram a cidade em novos hábitos, nova urbanidade.

Tudo isso deu ao Rio de Janeiro uma posição toda peculiar na história. A arquitetura, mais que simples expressão das novidades, foi agente de transformações. O Rio precisou modernizar-se na medida do possível e as principais iniciativas oficiais nesse sentido foram urbanas ou arquitetônicas. O neoclássico se firmou como tendência dominante na arquitetura oficial do Rio.<sup>45</sup>

Em contraposição à predominância das casas térreas e singelas, de programa e partido simplificados, formalmente vinculadas ao período colonial, foi imposto um padrão construtivo classicizante e moderno, com níveis de conforto condizentes com o da corte em Portugal. As ações normativas e posturas municipais determinaram pela arquitetura e ordenamento urbano mudanças no comportamento social. Por outro lado, a disciplina e a nobreza austera das novas construções “deveriam permitir aos cariocas a leitura do programa civilizador da monarquia”.<sup>46</sup>

A legitimidade da monarquia portuguesa, sua honra, reputação e enobrecimento residiam no poder e na tradição dinástica (...). Mas era imperiosa a manifestação exterior destas qualidades, representando-as de forma a consolidá-las frente à Corte, aos estrangeiros e ainda aos súditos, avessos à autoridade eficaz. (...)

O esforço setecentista [na reconstrução de Lisboa] de implantação de ruas retas e construções simétricas, perfeitamente alinhadas e uniformes, não eram apenas desejáveis mas absolutamente necessárias na nova corte. Impunha-se evidenciar uma sintaxe urbana que demonstrasse a força da Coroa em sobrepor os interesses do Estado monárquico, em tese promotor do bem público, sobre os interesses particulares.<sup>47</sup>

<sup>44</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. Reflexos das luzes... 2000. (p. 272) e ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Introdução ao Neoclassicismo na Arquitetura do Rio de Janeiro (p.25-39). Apud CZAIKOWSKI, Jorge (org.). Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (p. 26-29); ROCHA-PEIXOTO, G. Reflexos das luzes... 2000. (p. 269-284) e SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 294)

<sup>45</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. Introdução ao Neoclassicismo... 2000. (p. 29)

<sup>46</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. Introdução ao Neoclassicismo... 2000. (p. 30)

<sup>47</sup> MARINS, P. C. G. Através da rótula... (p. 166-167)

A intervenção buscando a modernização teve uma dupla finalidade, material e simbólica, de forma semelhante à reconstrução de Lisboa. E, aqui como lá, foi estruturada em novas propostas estéticas, nos conceitos de *beleza*, *higiene* e *circulação*, de *ordem* e *bem-estar* a partir de uma *concepção ilustrada de cidade*, como definiu Maria Pinheiro de Carvalho, ou ainda do *neoclassicismo*, como denominou Rocha-Peixoto.<sup>48</sup>

A ação apoiada em um discurso cientificista, higienista e normativo foi abrangente. Além das regulamentações de ordem construtiva, determinou-se o enterro de mortos em cemitérios, a construção de um lazareto, o controle sanitário de alimentos frescos, do matadouro, de medicamentos e dos espaços urbanos, dissecação de pântanos e escoamento de água.<sup>49</sup>

A presença de artistas franceses, a partir de 1816, foi mais uma etapa deste processo civilizatório. Incompatibilizados com o governo de restauração francês, o grupo, conhecido como Missão Francesa, liderado por Joaquim Lebreton (1760-1819), ex-secretário da Seção de Belas Artes do Instituto da França, foi recrutado com o objetivo de criar uma instituição destinada ao ensino de artes no Brasil, a *Academia Imperial e Escola de Belas Artes* no Rio de Janeiro, que seria inaugurada em 1826. A chamada Missão Francesa era composta pelo pintor histórico Jean Baptiste Debret (1768 -1848), o paisagista Nicolas Taunay (1755 - 1830) e seu irmão, o escultor Auguste Marie Taunay (1768 - 1824), o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776 - 1850) e o gravador de medalhas Charles-Simon Pradier (1783 - 1847). Enquanto a escola não foi fundada, os artistas realizaram trabalhos para a corte portuguesa e participaram da organização dos cerimoniais da chegada da Imperatriz Leopoldina em 1817, da aclamação de D. João VI em 1818 e da coroação de D. Pedro I em 1822.

A criação da Academia Imperial de Belas Artes inaugurou o ensino artístico no Brasil no molde das academias de arte europeias, com formação científica e humanística. O curso de arquitetura foi organizado e dirigido por Grandjean de Montigny, arquiteto laureado pela *École de Beaux-Arts* de Paris, em 1799, e ganhador do *Grand-Prix de Rome*, um dos mais altos reconhecimentos artísticos para a sociedade francesa de fins do século XVIII e início do XIX.<sup>50</sup> A academia consolidou no

---

<sup>48</sup> CARVALHO, M. P. Uma idéia ilustrada de cidade... 2008 (p. 103 e 129) e ROCHA-PEIXOTO, G. Reflexos das luzes... 2000 (p. 280), respectivamente.

<sup>49</sup> MARINS, P. C. G. Através da rótula... (p. 171)

<sup>50</sup> CONDURU, Roberto. Grandjean de Montigny: um acadêmico na selva. In: BANDEIRA, Julio; XEXÉO, Pedro Martins Caldas; CONDURU, Roberto. A Missão Francesa. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. (p. 143)

Brasil a arquitetura neoclássica, instituiu a crítica e aumentou o número de arquitetos de formação superior com capacidade de multiplicar esta linguagem.<sup>51</sup>

(...) o ensino acadêmico foi gerador de autonomia institucional para o arquiteto brasileiro. Ele permitiu formar uma categoria de especialistas com reconhecimento oficial, saber específico e jargão profissional. E tudo isso deu ao arquiteto inserção social burguesa independente dos condicionamentos diretos da corte e do mecenato eclesial. E a arquitetura racionalizada e iluminista pôde expandir-se. Radicou-se antes na elite econômico-cultural e progressivamente nas camadas intermediárias da sociedade. Com sua feição e controle formal expandiu-se de cima para baixo o racionalismo iluminista que se postulava como civilizatório.<sup>52</sup>

Após a abdicação de D. Pedro I, o neoclassicismo entrou em nova fase, protagonizado por arquitetos e artistas brasileiros formados pelos franceses na Academia de Belas Artes. Foi um momento de construção da cidadania brasileira, onde o ideário de modernização estreitamente relacionado à linguagem neoclássica espalhou-se. Em São Paulo, Minas Gerais e no interior da Província do Rio de Janeiro são encontrados exemplares significativos desta arquitetura construída para os cafeicultores.

No momento em que se formavam administrativamente as províncias do Brasil no âmbito do centralismo administrativo do Império, a arquitetura neoclássica chegou às capitais provinciais como expressão oficial da institucionalização política brasileira e símbolo oficioso da civilização que devia se espalhar pela nação a partir da capital.<sup>53</sup>

Como exemplo, pode-se citar a presença do engenheiro Pierre Taulois, em 1857, na cidade de Curitiba, fazendo recomendações para adequá-la à condição de capital da recém-criada Província do Paraná. A retificação do traçado de ruas e o alinhamento construtivo, por exemplo, estavam entre as preocupações levantadas. O Paraná, com pouca expressividade econômica e social, recebia ecos da *concepção ilustrada* de cidade - ou ainda dos princípios racionalistas da arquitetura neoclássica - e, embora sem condições financeiras de intervenção, almejava alcançar esta modernidade.

Portanto, independentemente da influência da academia, o racionalismo do neoclassicismo e os ideais da cidade ilustrada - *circulação, embelezamento e higiene* - instituídos dentro do processo civilizatório e de modernização iniciado em 1808 - não ficaram restritos à permanência da corte portuguesa e marcaram o século XIX e início do XX no Brasil. A busca pela modernização foi uma constante neste cenário. Ora buscando espelhar-se na Europa, ora voltado para a nossa realidade, o saber técnico-científico foi, cada vez mais, protagonista desta ação civilizadora, capaz de transformar a sociedade.

<sup>51</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. Introdução ao Neoclassicismo... 2000. (p. 31)

<sup>52</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. Reflexos das luzes... 2000. (p. 324)

<sup>53</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. Introdução ao Neoclassicismo... 2000. (p. 32)

A relevância da ciência no século XIX foi sentida em todo o mundo, momento de “consolidação da Revolução Industrial e de suas conseqüências: renovação e diversidade ideológica, questionamento dos valores convencionais, impulso científico e tecnológico, surgimento de novos problemas e dos modos de resolvê-los”.<sup>54</sup> Descobertas científicas resultaram em novas técnicas, as quais permitiram o aperfeiçoamento e o aumento da produção industrial e estruturou um mercado econômico global.<sup>55</sup> Foram igualmente importantes no período a industrialização de materiais construtivos, como o ferro e o cimento, e a introdução de uma nova forma de construir, mais rápida e econômica e com materiais pré-fabricados, e de uma nova estética, cujo predomínio é o da funcionalidade técnica.

A vida na cidade passou a solicitar espaços mais especializados (tais como: mercados, escolas, museus, bolsas de valores, bibliotecas, hotéis, hospitais, estações ferroviárias, etc.), os quais tinham um programa de necessidades específico, até então pouco conhecido ou inexistente.

Neste contexto, a resposta formal dada pela arquitetura também se diversificou, assim como a atuação dos engenheiros alargou-se. A engenharia priorizou o conhecimento técnico e matemático, procurando responder aos problemas e demandas advindos da industrialização e do aumento da população nas cidades e seus arredores de forma pragmática: “que objetiva solucionar o vetor (função, estrutura e economia) com os instrumentos da indústria”.<sup>56</sup> Inseriu-se, nesta postura, a adoção de novos materiais como o ferro e o vidro nas edificações que ampliou as possibilidades construtivas e tornou-se expressão de uma “ideologia progressista no próprio arrojo de suas linhas”.<sup>57</sup> Esta nova linguagem formal, comprometida e associada com a modernidade, ficou conhecida como arquitetura dos engenheiros, que teve como um dos grandes exemplos a Torre Eiffel em Paris, de 1889, construção que mostrou o alcance da técnica construtiva.

Paralelamente à vertente da engenharia, a *Academie de Beaux-Arts* francesa estruturou o ensino de arquitetura de forma tradicionalista, valorizando seu aspecto artístico. Assim como a escultura e a pintura, por exemplo, aspectos como simetria, composição e proporção eram enfatizados. Desde o século XVIII, a *Beaux-Arts*

---

<sup>54</sup> SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 297)

<sup>55</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, Nicolau (org.). História da Vida Privada no Brasil. v. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 4ª edição. (p. 8-11).

<sup>56</sup> ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. O Eclétismo e seus Conterrâneos na Arquitetura do Rio de Janeiro (p. 5-24). In CZAIKOWSKI, Jorge (org.). Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (p. 6)

<sup>57</sup> ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 2ª reimpressão. (p. 84-91)



encontrou na inspiração/imitação dos estilos do passado (historicismo) sua linguagem formal, encaixando-se nesta linha o Neoclassicismo e o Ecletismo.<sup>58</sup>

Em relação ao repertório formal adotado, o neoclassicismo teve como referência a arquitetura da antiguidade e estruturou-se no sistemático estudo dos edifícios romanos e gregos<sup>59</sup> e em importantes descobertas arqueológicas<sup>60</sup>. O racionalismo iluminista foi associado a um “fundamentalismo arquitetônico de tendência arqueológica”, voltado para a arte clássica e não renascentista.<sup>61</sup> Rocha-Peixoto qualificou a arquitetura neoclássica como “a expressão de ordem, disciplina, contenção, equilíbrio, razão, nobreza”.<sup>62</sup>

O Ecletismo, apesar de manifestar-se desde o século XVIII na Europa, encontrou seu apogeu no XIX, estendendo-se até a Primeira Guerra Mundial, no contexto das grandes transformações a partir da Revolução Industrial, do aumento da população urbana e da consolidação da burguesia. A arquitetura eclética associou num mesmo edifício elementos de diferentes estilos, comprometendo-se com outros valores: “dramaticidade, conforto, expressividade, luxo, emoção, exuberância”.<sup>63</sup>

O Ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto. Foi a clientela burguesa que exigiu (e obteve) os grandes progressos nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa, na sua distribuição interna, que solicitou uma evolução rápida das tipologias nos grandes hotéis, nos balneários, nas grandes lojas, nos escritórios, nas bolsas, nos teatros e nos bancos, que soube encontrar o tom exato de autocelebração nas estruturas imponentes dos pavilhões das Exposições Universais (de Londres - 1851 - e de Paris - 1867-78-79) - obtendo a aglutinação de todas as expressões formais em torno do mito do progresso: o *Crystal Palace*, a *Tour Eiffel*, *Les Galeries des Machines*, o *Baile Excelsior*, os romances de Julio Verne, etc.<sup>64</sup>

As três correntes desenvolvidas na arquitetura no século XIX têm em comum a valorização da técnica e da ciência como fundamentos de uma arquitetura racional, com princípios estruturados na *utilidade*, *ordem*, *simplicidade*, *caráter* e *modernidade*.<sup>65</sup> Mesmo no caso da linguagem eclética, as diferentes possibilidades formais não impediram a incorporação daqueles valores, que se mantiveram ao longo dos 100 anos de escolas públicas aqui analisadas. Tanto o neoclássico das primeiras

<sup>58</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. O Ecletismo e seus Contemporâneos... 2000. (p. 7)

<sup>59</sup> Surgiram neste momento os primeiros estudos fidedignos das antiguidades gregas, realizados por James Stuart e Nicholas Revett, pesquisadores ingleses que foram para Atenas e lá permaneceram entre 1751 e 1754 realizando pesquisas e registros a respeito da arquitetura dos templos gregos.

<sup>60</sup> Herculano em 1711, Villa Adriana de Tivoli em 1734 e Pompéia em 1748.

<sup>61</sup> SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 299)

<sup>62</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. O Ecletismo e seus Contemporâneos... 2000. (p. 7)

<sup>63</sup> ROCHA-PEIXOTO, G. O Ecletismo e seus Contemporâneos... 2000. (p. 7)

<sup>64</sup> PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa (p. 9-27). In FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel, 1987. (p. 13-14)

<sup>65</sup> COLQUHOUN, Alan. Modernidade e tradição clássica. Ensaio sobre arquitetura. São Paulo: Cosac&Naify, 2004. (p. 74).

escolas, como o modernismo dos anos de 1950, incorporaram a ciência, a tecnologia<sup>66</sup> e a adequação técnica e funcional aos novos programas<sup>67</sup>, a racionalidade construtiva e, sobretudo, a *modernidade* de seu tempo. E esta não foi uma especificidade da construção de escolas. As inúmeras inovações, descobertas e mudanças impregnaram aquele momento.

Especialmente a partir das últimas décadas do século XIX, idéias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nesta linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas principalmente a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade.

É exatamente associadas a estas idéias que as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão se afirmando neste momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo.<sup>68</sup>

A mudança e o novo, portanto, foram a ideologia deste contexto imbuído de *objetividade técnica* e *progresso científico*. A palavra *modernização* - advinda das descobertas científicas colocadas em prática por intermédio da técnica é uma ação material que atinge estruturas e processos políticos, econômicos e sociais - passou a ser muito utilizada e com ela outros termos se tornaram freqüentes: *Civilização*, *Progresso*, *Ciência* e *Razão*. Todo o pensamento, a ação e o discurso que incorporavam o espírito racional, moderno, científico, progressista e civilizado eram imediatamente identificados com os novos tempos, adquirindo, por conseqüência, um valor positivo, incontestável e de verdade.

A construção de escolas públicas no Brasil e no Paraná também esteve estreitamente relacionada ao conhecimento técnico-científico de ponta que deveria estar explícito e implícito no edifício escolar, materializado e simbolizado no espaço, formas, material construtivo empregado, mobiliário. Imprimia-se, portanto, na arquitetura o caráter científico, moderno, austero e civilizatório da ideologia dominante da sociedade.

---

<sup>66</sup> As construções arquitetônicas, por princípio, atendem a um programa de necessidades, o qual, no limite, define a sua especificidade. Cabe ressaltar a importância que tal programa assume no momento em que as demandas passam também a incorporar os conhecimentos científicos e técnicos produzidos naquele momento. É o que Argan classificou de tipologia marcada pelas funções práticas (de hospitais, escolas, hotéis, etc.), instituída na segunda metade do século XIX. ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2001. 1ª edição, 2ª reimpressão. (p. 67)

<sup>67</sup> Um exemplo dessa especialização é a do edifício hospitalar, cujo programa construtivo, a partir de meados do século XIX, tornou-se mais complexo com as contribuições do higienismo e da microbiologia - para maiores detalhes ver CASTRO, Elizabeth Amorim de. O Leprosário São Roque e a Modernidade. Uma abordagem da Hanseníase na perspectiva da relação Espaço-Tempo. Curitiba, 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.

<sup>68</sup> HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M.. O imaginário moderno... 1994. (p. 14)

## 1.2 O final do século XIX

Na passagem do Império para a República no Brasil, um novo grupo ligado à “arte do operatório” - ou seja, de cientistas que poderiam colocar em prática as transformações requeridas, começou a ganhar força. Conhecidos como a geração de 1870, esses intelectuais, comprometidos com a abolição da escravatura, a república e a democracia, acreditavam poder transformar a sociedade através da ciência. Médicos (normatizando o corpo), educadores (conformando as mentalidades) e engenheiros (organizando o espaço) seriam responsáveis pela “organização social” e “artífices e porta-vozes dessa modernização”, ganhando um espaço cada vez maior no aparato estatal e nas intervenções governamentais.<sup>69</sup>

O papel mais proeminente do engenheiro em relação ao arquiteto no contexto brasileiro pode ser atribuído ao sólido ensino de base tecnológica promovido pela então Escola Central do Rio de Janeiro (em 1974, Escola Politécnica) que possibilitou àquele uma atuação polivalente e mais adequada às demandas do país: construir pontes, ferrovias e estradas, remodelar centros urbanos, modernizar portos, planejar as atividades industriais e projetar edifícios para os mais variados fins.<sup>70</sup> Concomitantemente, o ensino de arquitetura da Academia de Belas Artes entrava em novo ciclo de descrédito e decadência que se estenderia até o final do Império.<sup>71</sup> Havia, conseqüentemente, mais estudantes politécnicos que acadêmicos e entravam no mercado mais engenheiros que arquitetos. Profissionais comprometidos com os novos tempos e com uma atuação abrangente que precisavam de ferramentas projetuais para ajudá-los no desempenho de suas atividades.

Para os projetistas profissionais era necessário que as escolas, as academias, preparassem um sistema de regras razoáveis e concretas, de acordo com as atribuições exigidas pelo tempo, colocando a liberdade criadora em limites bem definidos. As severas regras distributivas e tipológicas, o ritmo das estruturas modulares fixadas por J. N. Louis Durand (em seu *Précis des leçons d'architecture*, Paris, 1801-1823), nas quais deviam se basear o decoro e a ornamentação neoclássica, constituíram o fundamento da metodologia profissional por muito tempo: na metade do século [XIX] foram adotadas pelo determinismo compositivo dos engenheiros (...), foram utilizadas também nos projetos neogóticos e guiaram, no final do século, os primeiros edifícios com vigas e pilastras em cimento armado.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover - a Engenharia de um Brasil Moderno (p. 202-222). In HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (p. 211)

<sup>70</sup> HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil (p. 9-42). In HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (orgs.). *A invenção do Brasil...* 1994. (p. 23-24)

<sup>71</sup> SOUSA, A. J. O ensino de arquitetura... 2001. (p. 60)

<sup>72</sup> PATETTA, L. Considerações sobre o Ecletismo... 1987. (p. 12)

Seguindo uma tradição oriunda do Renascimento, os séculos XVIII e XIX foram férteis na produção teórica da arquitetura. No entanto, os tratados sobre a arquitetura erudita passaram a ser substituídos por manuais e textos operacionais, relacionados à prática da disciplina.

Neste aspecto, Jean-Nicolas-Louis Durand desempenhou um papel fundamental propondo um novo método projetual. Como professor de composição da *École Royale Polytechnique* de 1795 a 1830, não aceitava a metodologia academicista estruturada no estudo da arquitetura pela cópia e análise de edifícios e na separação do ensino em decoração, distribuição e construção, divisão que, para ele, comprometia a visão plena da arquitetura. Propôs um sistema didático que imprimia objetividade e clareza ao método de projetar e possibilitava uma noção clara dos princípios gerais da arquitetura. A arquitetura era uma arte de *compor* ou *dispor as partes do edifício* a partir de dois princípios: a *conveniência* - que exigia solidez, salubridade e comodidade - e a *economia* - que implicava dotá-lo de simetria, regularidade e simplicidade.<sup>73</sup> O atendimento a estes princípios no projeto resultaria na beleza da obra.<sup>74</sup>

O método compositivo de Durand compreendia três etapas: a descrição dos elementos da arquitetura (colunas, pilastras, paredes, portas, arcadas, coberturas, etc.), as formas gerais de sua associação e, finalmente, o estudo de projetos exemplares. A composição constituía-se numa combinação progressiva de elementos e partes do edifício para formar um conjunto, apoiada sobre uma retícula quadrangular dirigida por dois eixos de simetria. O processo formativo das partes e do conjunto tinha origem nessa grade ortogonal na qual, definido o programa de uso, se faria a disposição das partes na composição da planta. Das combinações horizontais da planta nasciam todas as verticais e a associação destas duas resultava um número quase infinito de soluções arquitetônicas racionais de edifícios, que Durand mostrou nas pranchas de desenho do seu famoso *Précis des leçons d'architecture*.<sup>75</sup> Para ele, a habilidade do arquiteto estaria na capacidade de resolver dois problemas: primeiro, dada uma certa quantia, produzir o edifício do modo mais decente possível (ou seja, mais conveniente), como na construção privada; e, em seguida, dadas as conveniências requeridas por um edifício, erguê-lo pelo menor custo, como nos edifícios públicos.

<sup>73</sup> Para Durand, há uma relação de causa e efeito entre a composição e o custo da obra, o que o permite subordinar ao princípio geral da *economia* noções que se referem à estética das formas: simetria, regularidade e simplicidade. In SZAMBIEN, Werner. Simetria, Gusto, Caracter. Teoria y Terminología de la Arquitectura em la Época Clasica. 1550-1800. Madrid: Akal, 1993. (p. 223)

<sup>74</sup> OLIVEIRA, B. S. A Construção de um Método... 2002. (p. 88)

<sup>75</sup> DURAND, Jean-Nicolas-Louis. Précis des leçons d'architecture donnés a l'Ecole Royale Polytechnique suivi le La Partie graphique des cours d'architecture faits a l'Ecole Royale Polytechnique depuis sa réorganisation. Liège: Dominique Avanzo et Compagnie Éditeurs, 1841.

Assim como na Europa, a obra de Durand foi utilizada no século XIX na formação de engenheiros e arquitetos no Brasil. Alberto Souza atribui a ela o perfil racionalista e de severidade estética dos engenheiros da Escola Politécnica e Gustavo Rocha-Peixoto acredita que o manual contribuiu para a autonomia formal e o vocabulário arquitetônico simples e rigoroso do neoclássico brasileiro trazido pela Missão Francesa.<sup>76</sup>

Outro livro presente nas escolas de arquitetura e engenharia brasileiras durante o final do século XIX e início do XX, foi o *Traité d'Architecture* de Léonce Reynaud. Sucessor de Durand na cadeira de arquitetura da *École Polytechnique* e responsável pelo curso de arquitetura na *École des Ponts et Chaussées*, na qual se formara em 1833, Reynaud renovou as bases do ensino de arquitetura na primeira metade do século XIX. Seu *Traité* foi utilizado tanto na *École* quanto na *Beaux-Arts*, consagrando-o como um dos grandes teóricos da arquitetura de seu tempo. Opondo-se à cultura iluminista de Quatremère de Quincy e de Durand, propôs uma concepção inteiramente nova da arquitetura, manifestação dinâmica que participava do fluxo de história e que, longe de viver do passado, voltava-se para o futuro. Acreditando que a teoria e a prática da arquitetura deveriam inserir-se no contexto cultural emergente da primeira metade do século XIX, Reynaud propôs um novo método compositivo.

Na perspectiva de Reynaud, o processo de composição deve caminhar não das partes ao todo, mas do todo às partes, ou, dito de outra forma, a concepção arquitetônica deve ser guiada por um método sintético, ao invés de analítico, ao contrário portanto do que preconizava seu antigo professor [Durand]. A seus olhos, e de modo geral de toda a geração que se formou durante o apogeu da cultura romântica, a vantagem do método sintético era evidente: somente uma arquitetura complexa, ou orgânica nos termos da própria época, seria capaz de incorporar a complexidade e o dinamismo do século da indústria, para inserir-se plenamente nele e poder interagir com a sociedade contemporânea.<sup>77</sup>

Como um manual, a obra está dividida em duas partes: a arte de construir e a da composição. A primeira conta com informações que colocavam o profissional a par das modernas técnicas construtivas, já a segunda apresenta o método compositivo e disponibiliza um rico repertório formal. O compromisso da arquitetura e dos arquitetos com sua época evidencia-se no texto inicial:

La plupart de nos architectes reconnaissent en effet aujourd'hui l'insuffisance des études archéologiques, auxquelles ils s'étaient trop exclusivement abandonnés dans ces derniers temps; ils éprouvent le besoin de rompre les étroites entraves qui leurs étaient imposées soit au nom de la Grèce ou de Rome, soit à celui du moyen âge; sans dédaigner les traditions, ils se jugent une autre et plus belle mission que celle de refaire le passé; et, conformément aux sages avis de Vitruve, ils sentent la nécessité de s'appuyer sur la science et l'industrie de l'époque, de

<sup>76</sup> SOUSA, A. J. O ensino de arquitetura... 2001. (p. 71) e ROCHA-PEIXOTO, G. Reflexos das luzes... 2000. (p. 89-90), respectivamente.

<sup>77</sup> PUPPI, Marcelo. Léonce Reynaud e a concepção teórica do ecletismo no Rio de Janeiro. In Revista 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume III, n. 2, abril de 2008. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.dezenovevinte.net/19e20/>. Acesso em 4 de junho de 2009.

se pénétrer de l'esprit moderne, d'être, en un mot, les hommes de leur temps e de leur pays. Leur sympathie ne pouvait donc faire défaut à mes efforts pour **mettre les préceptes de l'art de bâtir en harmonie avec l'état actuel de nos connaissances scientifiques, et pour donner à l'enseignement de l'Architecture une théorie qui paraissait lui manquer.**<sup>78</sup>

Sua proposta, portanto, era harmonizar os preceitos da arte de construção com o conhecimento científico daquele momento. Mas, na segunda parte do livro, Reynaud foi além, afirmando que a “arquitetura é uma arte: precisa ser útil e econômica, como qualquer outra atividade que faz uso da técnica, mas deve sobretudo falar à imaginação, papel aliás que lhe é próprio e que conseqüentemente lhe garante um lugar à parte na esfera das atividades de caráter técnico”.<sup>79</sup>

Trois choses principales sont à considérer dans un édifice: la commodité, la solidité, la beauté. Chacune d'elles a ses conditions spéciales, mais elles peuvent toujours se concilier. Dans toute oeuvre bien conçue, les deux premiers semblent se prêter un mutuel secours et servent de base à la troisième; les murs e les supports sont placés de la manière la plus favorable, aussi bien aux usages qu'à la solidité et au caractère de la construction, et les formes qui résultent d'une bonne disposition ainsi que d'une judicieuse réparation des matériaux, étant franchement mises en evidence, ennoblies par d'harmonieuses proportion, accentuées et animés par des ornements de bon goût, portent ce cachet de perfection que constitue le beau. Por obtenir ce concurs essentiel, l'architecte ést tenu, quand il veut composer un édifice, d'embrasser toutes ces choses à la fois dans ce qu'elles ont de fundamental; de diriger d'abord ses méditations de manières a se représenter vivement les traits saillants de l'être qu'il s'agit de créer; et de laisser entièrement de coté les dispositions secondaires, en se réservant d'y revenir plus tard. C'est par synthèse et non par analyse qu'il doit procéder. Mais l'enseignement de l'art exige une autre marche; il vent qu'on se place successivement à chacun des points de vue, afin de n'y rien négliger e de les faires apprécier complètement.<sup>80</sup>

Mesmo com conceitos teóricos distintos, Reynaud e Durand concordavam com os princípios da arquitetura formulados por Vitruvio. Utilidade, solidez e beleza eram buscadas no produto arquitetônico nas dimensões material e simbólica, onde estariam inseridos o conhecimento científico e tecnológico e as demandas próprias das atividades ali exercidas e da salubridade exigida. Estes foram e são condicionantes da atividade arquitetônica como um todo e, em particular, da brasileira, incluindo nesta última a construção de edifícios escolares entre 1853 e 1955.

A escola [no Império] era uma unidade de ensino com um professor. O termo escola era utilizado com o mesmo sentido de *cadeira*, ou seja, uma aula régia de gramática latina ou uma aula de primeiras letras correspondia, cada uma, a uma cadeira específica, o que representava uma unidade escolar, uma escola. Cada aluno freqüentava as *aulas* que quisesse, não havendo articulação entre as mesmas.<sup>81</sup>

<sup>78</sup> REYNAUD, Léonce. *Traité d'Architecture. Première partie I - Art de Bâtir. Études sur les matériaux de constructions et les éléments des édifices.* Paris: Dalmont et Dunod Éditeurs, 1860. 10<sup>a</sup> edição. (p. II) - Grifo meu.

<sup>79</sup> PUPPI, M. Léonce Reynaud... 2009.

<sup>80</sup> REYNAUD, Léonce. *Traité d'Architecture. Deuxième partie - Composition des édifices. Études sur l'esthétique, l'histoire et les conditions actuelles des édifices.* Paris: Dunod Éditeur, 1863. 2<sup>a</sup> edição. (p. 1-2)

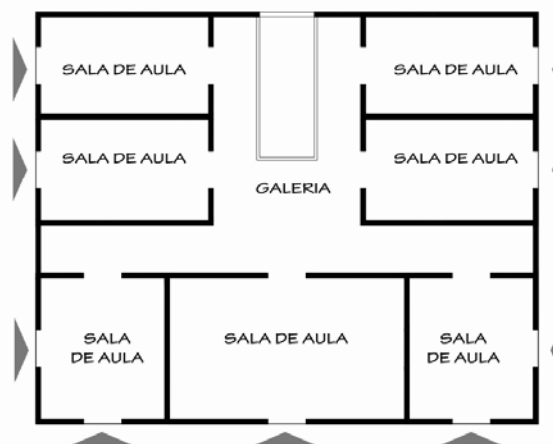
<sup>81</sup> CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial. In *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 5. Campinas: Editora Autores Associados, jan/jun 2003. (p. 201)

A escola no período imperial era frequentemente instalada em prédios existentes, que serviam precariamente como local de ensino e residência do professor. No entanto, a falta de edifícios escolares apropriados foi apenas um entre tantos problemas encontrados na instrução pública. A sala de aula ressentia-se de mobiliário, não havia material escolar e o método de ensino não garantia um aprendizado satisfatório. A alta evasão escolar, a falta de preparo dos mestres de primeiras letras e a pouca assiduidade de professores e alunos completavam o quadro precário, juntamente com a falta de higiene e a insalubridade.<sup>82</sup> Situação precária já apontada por autoridades na década de 1840 que insistiam na necessidade de instalações adequadas para as escolas públicas.

Entretanto, somente na segunda metade do século XIX foram construídos, no Brasil, os primeiros edifícios escolares públicos concebidos especificamente para esta atividade.<sup>83</sup> Com a vitória brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870), alguns cidadãos iniciaram uma campanha para erigir uma estátua equestre do Imperador D. Pedro II, o qual recusou a homenagem e sugeriu que os recursos destinados ao empreendimento fossem usados na construção de escolas públicas. Surgem, a partir de 1870, as chamadas “Escolas do Imperador”: oito edifícios escolares construídos no Rio de Janeiro entre 1872 e 1877.



Figura 01: Planta esquemática da Escola de São Cristóvão,  
Rio de Janeiro



<sup>82</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. O bê-a-bá no caos. In Revista de História. Ano 1, nº 4. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, outubro de 2005. (p. 82-85) e SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez de. No tempo da palmatória. In Revista de História. Ano 2, nº 23. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, agosto de 2007. (p. 67)

<sup>83</sup> CARDOSO, T. F. L. A construção... 2003. (p. 202) e SCHUELER, A. F. M. No tempo ...2007. (p. 69)

De maneira geral, estes exemplares apresentam uma arquitetura imponente e de boa qualidade construtiva. O primeiro edifício projetado e construído para a instrução primária no Rio de Janeiro foi o da Escola da Freguesia de Sant'Anna, depois Escola São Sebastião - localizada na Praça Onze e inaugurada em 4 de agosto de 1872 (Foto 01).<sup>84</sup> Em seguida, a Escola de São Cristóvão, de 25 de outubro de 1872 (Foto 02). As imagens mostram que os dois edifícios eram semelhantes, antecipando a tendência de projetos padronizados consolidada anos depois. São três volumes justapostos, tratando a composição como uma somatória de partes, como ditava a cartilha de Durand: o central, com um pavimento, e os laterais, com dois. O primeiro, com um frontão triangular adornado, definindo o que poderia ser acesso principal do edifício. No entanto, a planta mostra que a entrada valorizada corresponde a de uma sala de aula. Todo o perímetro foi recoberto com platibandas, indicando um sistema de captação de águas pluviais. A Escola de São Cristóvão (Foto 02) apresentou uma diferença: a implantação recuada em relação ao alinhamento predial.

O programa arquitetônico destas escolas constituía-se de várias salas de aula reunidas em um mesmo edifício, todas com acessos independentes, situação que obrigou a presença de um espaço livre em torno de todo o edifício. A implantação de edifício, solta em relação aos limites do terreno, representa uma das primeiras imposições normativas de base higienista para edifícios escolares: o afastamento de outras construções e a presença de um grande número de aberturas possibilitando a adequada iluminação e ventilação em todo o seu perímetro. No cenário urbano da segunda metade do século XIX, marcado pela continuidade construtiva, esta foi uma especificidade do edifício escolar.

A planta em “U” impôs a presença das diversas salas em torno de um pequeno pátio central (Figura 01), solução próxima dos claustros conventuais. A composição simétrica apresentou salas de aula com tamanhos diferenciados, que abrigariam um número distinto de alunos. Não havia gabinetes de professores, salas administrativas, nem tampouco vestíbulos, portarias ou instalações sanitárias nestes edifícios, uma vez que eram um agrupamento de escolas, independentes entre si, compartilhando uma galeria e um pátio interno.

No final da década de 1880, das 94 escolas primárias em funcionamento no Rio de Janeiro, apenas 13 localizavam-se em edifícios projetados e construídos para o

---

<sup>84</sup> Em 1897, recebeu a denominação de Benjamin Constant. O edifício foi demolido em 1938. In RIO DE JANEIRO. Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro. Escolas do Imperador. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas\\_imperador/escolas\\_imperador.htm](http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escolas_imperador.htm). Acesso em 17 de março de 2009.



ensino.<sup>85</sup> A realidade da escola-residência ainda se mantinha. A arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff classificou a construção das Escolas do Imperador como um *evento* na constituição da rede de escolar pública e não uma política de governo. “Fruto de um episódio casual, de verbas cedidas por beneméritos ocasionais, estas escolas estavam longe de traduzirem um projeto educacional coerente e bem acabado”.<sup>86</sup>

Outros *eventos* também foram registrados: as escolas públicas de primeiras letras projetadas e construídas para este fim nas cidades de Recife, em 1872, e de São Luiz, em 1873. Na Província de São Paulo, o primeiro edifício escolar público edificado pelo governo, em 1874, foi destinado à Escola Normal, à Inspeção-geral de Instrução Pública, ao Tesouro Provincial, ao Fórum Civil e à Câmara Municipal. A carência de prédios públicos fazia do compartilhamento de espaço entre diferentes atividades e serviços públicos uma prática corrente.<sup>87</sup>

Ainda na cidade de São Paulo, na década de 1870, foram construídas três escolas primárias, localizadas em terrenos doados e considerados, naquele momento, periféricos: no Bairro da Luz, do Arouche e na Rua Santo Amaro. O projeto arquitetônico das escolas foi elaborado pelo engenheiro Elias Fausto Pacheco Jordão, então diretor da Repartição de Obras Públicas.<sup>88</sup> A inauguração da Escola Pública do Arouche (Foto 03), em 1877, foi notícia de jornal, onde se destaca a descrição do espaço físico e, conseqüentemente, do programa de necessidades:

É o primeiro exemplo de um edificio expressamente levantado para tal fim, e com as acomodações apropriadas.

A casa, de bonito aspecto, limpa, arejada e mobiliada convenientemente, divide-se em dois compartimentos independentes, sendo um para o sexo masculino, outro para o sexo feminino. (...)

Cada compartimento, além do salão destinado á escola, possui acomodações, um pequeno jardim, poço, etc.

Os salões escolares tem bancos-mesas, feitas na fabrica do Ypanema, pelo sistema americano, e dá cada um deles franca acomodação a mais de 70 alunos.<sup>89</sup>

As Figuras 02 e 03 mostram as plantas esquemáticas das escolas da Rua Santo Amaro e do Arouche, respectivamente. Ambas contavam com duas salas de aula, cada qual com acesso próprio - definindo espacialmente a separação de meninos e meninas. Na primeira, dois ambientes de apoio para cada setor; na segunda, apenas um. Verifica-se ainda a presença de vestíbulo que faz a transição entre os ambientes externos e

<sup>85</sup> SCHUELER, A. F. M. No tempo... 2007. (p. 69)

<sup>86</sup> WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Espaço e Educação. Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. São Paulo, 1992. 233p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. (p. 75)

<sup>87</sup> WOLFF, S. F. S. Espaço e Educação. ... 1992. (p. 72 e 89-90)

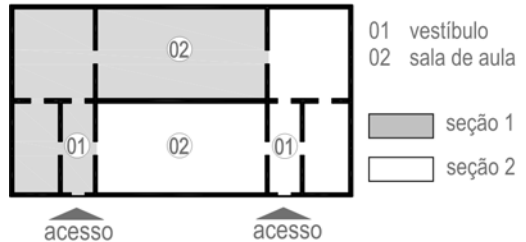
<sup>88</sup> WOLFF, S. F. S. Espaço e Educação. ... 1992. (p. 96-114)

<sup>89</sup> Jornal A Província de São Paulo, de 20 de junho de 1877. Apud WOLFF, S. F. S. Espaço e Educação. ... 1992. (p. 100)

internos. Comparando os programas das escolas paulistas e cariocas algumas diferenças podem ser apontadas: o número de salas de aula encontrado nas primeiras é muito menor que nas outras, no entanto aquelas apresentam ambientes de apoio que permaneceram por um longo período no programa de ambientes escolares.

A implantação do edifício da Rua Santo Amaro definiu um pequeno jardim frontal, com a fachada principal voltada para ele. Nos fundos, um amplo pátio foi dividido por um muro, isolando o recreio dos alunos e abrigando as instalações sanitárias externas.

Figura 02: Planta esquemática da Escola Pública da Rua Santo Amaro, São Paulo



Outra característica importante foi o despojamento formal destas escolas. Segundo Silvia Ferreira Santos Wolff,

São prédios muito simples que visam ensinar um conteúdo pedagógico elementar a meninos e meninas. Face ao sistema de educação simultânea de alunos de diferentes graus de escolaridade, **pouca especialização se exigia de seus espaços. Apenas a necessidade de separar os estudantes por sexo.**

E é este programa educacional, limitado ao essencial, duas salas de aula, que seu autor contemplou com uma arquitetura singela. **Uma arquitetura que prenuncia uma busca de racionalidade, um rigor que a falta de recursos só ajudava a apurar.**

São prédios de fachada simples, que pouco ou nada, a não ser pela fatura de tijolos bem aparelhados, diferenciam-se em sua aparência das construções residenciais do período. (...) Eram casas de ensino para as crianças pobres nas periferias da cidade, passíveis de serem descobertas por acaso, ou sequer notadas. Para a sua aparência não era necessário mais do que a correção.<sup>90</sup>

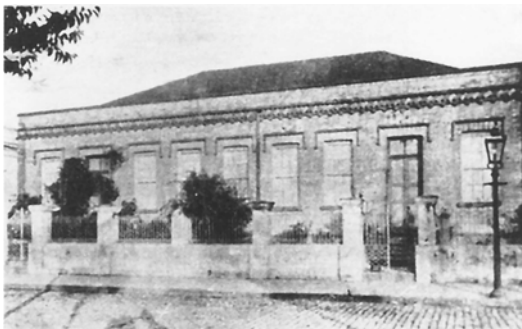
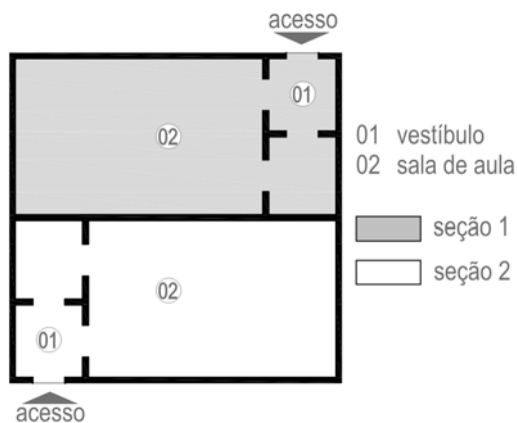


Foto 03: Escola Pública do Arouche, São Paulo - sem data

Figura 03: Planta esquemática da Escola Pública do Arouche, São Paulo



As escolas de primeiras letras paulistas não apresentaram a imponência das Escolas do Imperador e se aproximaram, formal e programaticamente, dos edifícios projetados e construídos no Paraná até a década de 1910. Foram projetadas e construídas dentro dos princípios de *conveniência* (solidez, salubridade e comodidade) e *economia* (simetria, regularidade e simplicidade) ensinados por Durand e eram portadoras dos conceitos de utilidade, ordem e caráter austero, próprias de uma arquitetura racional.

<sup>90</sup> WOLFF, S. F. S. Espaço e Educação. ... 1992. (p. 110) - Grifo meu.

### 1.3 Os primeiros edifícios escolares republicanos

O fim do Império foi marcado por uma imensa discussão sobre assuntos educacionais, tendo em vista uma tomada de posição face às más condições do sistema escolar então vigente.

Com a República, a instrução primária passa a ser defendida como obrigatória, universal e gratuita, isto é, fator de progresso individual e coletivo. Acreditava-se que através da educação, sobretudo a popular, o Brasil poderia superar o seu atraso. Cabem aos estados as principais iniciativas com relação à educação no período da 1ª República: há uma reorganização da administração escolar, implanta-se o uso de instrumento de planejamento, os recenseamentos, amplia-se a rede e a clientela escolar.<sup>91</sup>

A Proclamação da República, de inspiração positivista, buscou uma nova estruturação social, procurando romper com aquela vinculada ao Império, considerada arcaica, e trazer parâmetros modernos ao país. E modernidade significaria não só a eliminação da mão-de-obra escrava e um novo regime político, mas também a incorporação da ciência e das novas tecnologias surgidas na Europa e nos Estados Unidos e a inserção do país na economia capitalista.<sup>92</sup>

A Instrução Pública, nesse contexto, assumiu um papel fundamental, na medida em que era vista como transformadora da sociedade. Uma das principais ações no período foi a estruturação do ensino primário com a criação de grupos escolares e o estabelecimento da escola graduada, surgida na Europa e nos Estados Unidos. O novo modelo agregaria qualidades pedagógicas e econômicas, tais como uma melhor divisão do trabalho do professor e o aumento da oferta da instrução popular. A escola *moderna* passaria, portanto, a representar uma articulação entre a expectativa da renovação do ensino, o projeto político de disseminação da instrução popular e vantagens econômicas.

São Paulo destacou-se como o primeiro estado brasileiro a estabelecer a instrução pública primária tendo como base a escola agrupada e seriada (Lei estadual nº 169, de 7 de setembro de 1893). O Grupo Escolar, inicialmente chamado de Escola Central, constituía-se, como afirma a historiadora Maria Luiza Marcílio, na “reunião de ‘escolas’ num só edifício, com os alunos distribuídos em classes, cada classe sob a regência de um professor e tendo um diretor”.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. *Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920*. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991. (p. 2)

<sup>92</sup> MORAES, João Quartim de. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Iluminuras/Edusp/Fapesp, 1997. (p. 73-92)

<sup>93</sup> MARCÍLIO, Maria Luíza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005. (p. 165-166)

Com o enfoque na difusão do ensino elementar, os republicanos criaram os Grupos Escolares, adotando o modelo das escolas seriadas, que se caracterizavam por reunir, num mesmo prédio, várias classes homogêneas de alunos, definidas pelo nível de ensino, dentro de um plano geral de estudos. Os conteúdos, divididos, passaram a ser ensinados em períodos de no máximo quinze minutos, dentro de uma jornada escolar diária, atendendo ao conceito de fadiga mental retirado da ideologia higienista da época. O método em vigor, denominado intuitivo, com base teórica no evolucionismo de Spencer, fundava-se no princípio de que a educação deveria recapitular, no indivíduo, o processo de evolução da humanidade.<sup>94</sup>

Em 1894, foi inaugurada na capital paulista a Escola Normal de São Paulo, composta do Curso Normal, de uma escola-modelo preliminar e outra complementar<sup>95</sup>, além do jardim de infância (Foto 04). A construção materializou uma concepção pedagógica e seu edifício tornou-se um paradigma para os futuros grupos escolares e escolas normais paulistas, evidenciando a funcionalidade necessária à atividade de ensino.

Foto 04: Escola Normal de São Paulo - sem data



A grande inovação em termos de espaço físico trazida pela escola graduada foi o estabelecimento de uma sala de aula para cada série. Com essa definição, outros aspectos passaram a ser considerados: uma edificação com diversas salas; circulações largas possibilitando a efetivação de nova forma de ensino e incorporando, simultaneamente, critérios higiênicos e técnicos; e grandes e numerosas aberturas permitindo insolação e ventilação eficientes, dimensionamento adequado de ambientes para um número definido de alunos.

<sup>94</sup> RIO DE JANEIRO. Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro. A Educação Pública na Primeira República ou República Velha. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas\\_1a\\_republica/escolas\\_1a\\_republica.htm#primeira\\_republica](http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_1a_republica/escolas_1a_republica.htm#primeira_republica). Acesso em 17 de março de 2009. Grifo meu.

<sup>95</sup> A Lei paulista nº 169 dividiu o curso primário em duas partes, o preliminar e o complementar (cada uma com duas classes) e instituiu a Escola-modelo que definiria o exemplo a ser seguido pelos demais grupos escolares. MARCÍLIO, M. L. História... 2005. (p. 166).

Contudo, a Escola Normal de São Paulo, projetada pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, não só agregou as recentes idéias pedagógicas e científicas, como também sedimentou conceitos importantes da arquitetura e utilizou técnicas construtivas mais sofisticadas.

Tratou-se de um conjunto de edifícios, cada qual com uma finalidade específica, dispostos a partir de um eixo central e contornados por um jardim, que se fez presente em todo o terreno<sup>96</sup> - característica que o aproximou dos edifícios jesuítcos, ao reunir espacial e administrativamente várias atividades, a partir de conceitos de ordem e hierarquia espacial e formal. Embora não tenha sido adotado o partido arquitetônico em quadra, a disposição do edifício principal em forma de “E” sucedido por outro de menor porte destinado às atividades desportivas definiu um pátio interno e lembrou a configuração das escolas jesuítcas (Figura 04).

O edifício principal, inicialmente com dois pavimentos, recebeu um tratamento formal elaborado, como convinha a uma escola destinada à formação de professores (Foto 04). Concebido em volume único, apresentou na fachada principal, de maior extensão, avanços na porção central e nas extremidades, evitando a monotonia das prolongadas linhas retas. A escolha ornamental indicou o caráter do edifício: apuro representando a importância do edifício, mas também contenção, racionalidade e austeridade. A rustificação do térreo trouxe solidez ao edifício e a presença de uma ordem toscana no pavimento superior denotou filiação à linguagem clássica da arquitetura, com conotação severa.

Em termos de distribuição espacial, foi dividido em alas (Figura 04). O desenho ao lado destaca de forma esquemática a setorização do edifício da Escola Normal de São Paulo, fórmula que será repetida por mais de 50 anos. A configuração espacial apresentada coincidiu com a descrição do caráter identificador de uma escola feita pelo arquiteto Carlos Lemos: “alas perpendiculares ao corpo principal da fachada nobre, quase sempre provido de uma escadaria central”.<sup>97</sup> A hierarquia e a ordem foram impostas pela distribuição dos diferentes ambientes: na ala central, localizaram-se o vestíbulo de características monumentais e os ambientes administrativos; na parte posterior, o anfiteatro; e nas alas laterais, as salas de aula - das escolas-modelo no



<sup>96</sup> A análise ora apresentada baseia-se no livro de Maria Cristina Wolff de CARVALHO, Ramos de Azevedo (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000 - p. 178-188) e nas plantas de arquitetura mostradas no trabalho de Carlos MONARCHA (Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora: Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997. p. 121 e 132)

<sup>97</sup> LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1985. (p.102)

pavimento térreo e da escola normal no pavimento superior, disposição que indicou a graduação na estrutura de ensino e, conseqüentemente, no espaço, a qual permanecerá válida por muito tempo.

Além de uma setorização bem delimitada, outra característica importante foi a separação física de meninos e meninas, uma vez que a escola normal, assim como alguns grupos escolares, era de frequência mista. Este foi um dos mais importantes condicionantes espaciais definidos pela escola graduada. Na Escola Normal de São Paulo e na maioria dos edifícios escolares construídos durante a Primeira República, tal demanda foi atendida com a utilização da tradicional simetria na composição arquitetônica a partir de um eixo central e alas laterais, as quais faziam a separação dos alunos por sexo, contando cada uma com toda a estrutura necessária para a concretização do ensino de forma independente: salas de aula, laboratório, instalações sanitárias e circulação (Figura 04, página 44).<sup>98</sup>

A definição de espaços (de ensino e administrativos / masculinos e femininos / alunos e professores) era tão importante que criou outra necessidade: a de acessos secundários. Um estudante não poderia utilizar a entrada principal da escola, havendo, portanto, acessos em cada ala lateral do edifício. As divisões e hierarquias institucionais demarcaram ordenamento e segmentação do espaço. Além de acessos específicos, a distribuição do edifício em alas determinou circulações diferenciadas.

A inclusão no corpo do edifício de instalações sanitárias, por seu custo elevado e exigência de um maior apuro técnico-constructivo, indicou a importância atribuída ao edifício da Escola Normal paulista. A incorporação de banheiros ao edifício escolar só se tornou freqüente, em São Paulo, a partir de 1911.<sup>99</sup>

A implantação do conjunto arquitetônico, assim como aconteceu nas Escolas do Imperador, distanciou-se das regras coloniais: os edifícios foram afastados dos limites do terreno, situação que, aliada à presença do jardim e da utilização do porão alto, traduziram um comprometimento com tendências construtivas mais recentes que só iriam consolidar-se, no Brasil, após a 1ª Guerra Mundial.<sup>100</sup> O edifício voltou-se para a Praça da República, grande espaço aberto que permitiu uma visão completa de sua arquitetura. Tais características lembram as escolas jesuíticas, implantadas sempre em locais nobres e de boa visibilidade. Todos esses elementos contribuíram para a

---

<sup>98</sup> É importante destacar que tal prática também era encontrada em outras instituições, como os hospitais que mantinham alas masculinas e femininas de internamento - ver CASTRO, Elizabeth Amorim de. *A Arquitetura do Isolamento em Curitiba na República Velha*. Curitiba: Edição da Autora, 2004.

<sup>99</sup> ARTIGAS, Vilanova. *Sobre escolas* (p. 87-98). In ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.

<sup>100</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1983. (p. 54)

imponência da Escola Normal de São Paulo e, posteriormente, dos edifícios-escola republicanos, ressaltada pelos historiadores da educação. Tanto que, muitas vezes, pelas dimensões, pelo refinamento plástico e pelo porte, foram chamados de *palácios da instrução*.

Também merece destaque o emprego de materiais e técnicas aprimoradas na construção da Escola Normal de São Paulo: alvenaria de tijolos, argamassa de cal e cimento, cobertura em ardósia, estrutura metálica, aberturas amplas, vidros lapidados e sistema de captação de águas pluviais em folha de flandres.<sup>101</sup>

A Escola Normal paulista destacou-se como instituição e edificação, sendo um marco na história da educação e da arquitetura escolar brasileira e um modelo, não só de ensino, mas de partido arquitetônico. Afinal, como colocou Carlos Monarcha, ele estaria “carregado de simbolismo latente: predomínio da ciência sobre a fé, organização racional do espaço físico e social, porvir fulgurante e vitória da ordem e do progresso sobre as forças caóticas”.<sup>102</sup>

A escola graduada, estruturada em novos paradigmas, necessitou de um espaço especializado onde suas atividades pudessem ser desenvolvidas. O edifício escolar concebido especialmente para tal finalidade tornou-se imprescindível para a implantação do novo modelo. O livro *Practical illustrations of the principles of school architecture*, escrito por Henry Barnard e publicado em meados do século XIX, ressaltou que uma escola projetada e construída com critérios pedagógicos e higienistas proporcionava o ambiente adequado de ensino e aprendizado e o desenvolvimento de conceitos como ordem, disciplina e higiene.<sup>103</sup>

As primeiras escolas primárias construídas em São Paulo na Primeira República mostraram a permanência dos parâmetros encontrados na Escola Normal. A definição de um programa afinado com a pedagogia; a concepção e a distribuição de espaços baseados em premissas higienistas; a imposição de normas, hierarquia e ordenamento no espaço; a escolha do terreno e a implantação contribuindo para o destaque do edifício no cenário urbano; a utilização de técnicas e materiais construtivos atualizados; e a solução plástica comprometida com a modernidade foram, e ainda são, critérios adotados no projeto arquitetônico de uma escola.

A escolha dos terrenos para a implantação das escolas paulistas também era criteriosa e obedeceu à necessidade de visibilidade e de caráter próprio. Deveriam ser

---

<sup>101</sup> MONARCHA, C. *Arquitetura...* 1997. (p. 107)

<sup>102</sup> MONARCHA, C. *Arquitetura...* 1997. (p. 107)

<sup>103</sup> BARNARD, Henry. *Practical illustrations of the principles of school architecture*. Hartford: Press of Case, Tiffany and company, 1851. Disponível no endereço eletrônico: <http://name.umdl.umich.edu/afm4842.0001.001>. Acesso em 21 de abril de 2010.

amplos, centrais e, preferencialmente, ocupar quadras inteiras - situação que permitia tanto o destaque do edifício no cenário da cidade, como sua identificação como escola. Estas edificações integravam um seletivo grupo de marcos urbanos, composto pela praça central e pelas sedes da prefeitura, correios, casa bancária e igreja matriz.<sup>104</sup>

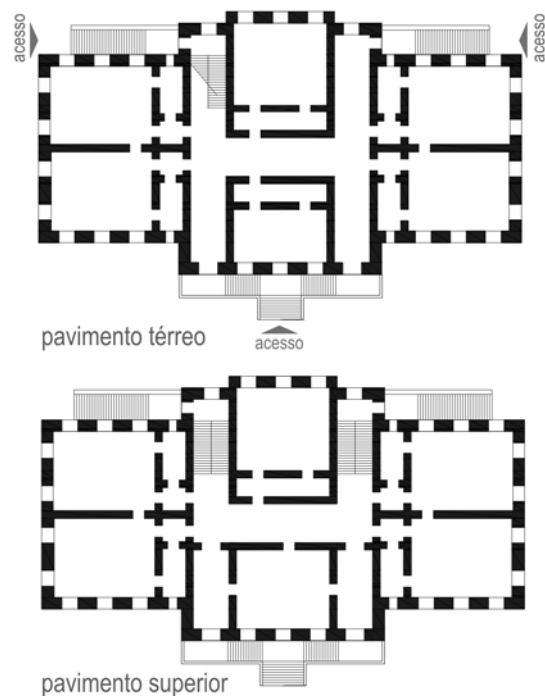
Ramos de Azevedo também assinou o projeto do primeiro grupo escolar em São Paulo, inaugurado em 17 de agosto de 1895, denominado de Escola Modelo da Luz e, mais tarde, de Grupo Escolar Prudente de Moraes. Como modelo, a instituição e seu edifício deveriam ser exemplo e padrão para os demais grupos escolares. Seria o local onde os alunos normalistas exercitariam o ensino e experimentariam novos métodos, devendo sua arquitetura materializar e simbolizar este pioneirismo, além de orientar os novos projetos.

Edifício, projetado em bloco único, com dois pavimentos e porão alto, apresentou na fachada principal a parte central destacada em relação às laterais por avanço e tratamento diferenciado dos vãos (Foto 05). Ali foram definidos dois acessos principais, independentes entre si e valorizados por escadaria monumental, bifurcada no segundo lance. A composição, simétrica, utilizou-se de platibandas, colunatas e vergas e sobrevergas diferenciadas. As grandes aberturas definiram o ritmo da composição e indicaram a disposição das salas de aula (no total de 12) distribuídas simetricamente, de forma a dividir o espaço interno em duas seções: a feminina e a masculina. Para cada sala de aula havia um pequeno vestíbulo e uma sala menor,



Foto 05: Grupo Escolar-Modelo da Luz, em São Paulo/SP - sem data

Figura 05: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Grupo Escolar-Modelo da Luz, em São Paulo/SP



<sup>104</sup> BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971*. São Carlos: Brasília: EdUFSCar; INEP, 2002. (p. 43-45)



possivelmente destinada ao professor. Além delas, integraram seu programa de necessidades o salão de honra, o museu escolar e os laboratórios de física e química, localizados no pavimento superior.<sup>105</sup> Registros indicaram que armários para o museu escolar e aparelhos de física e química foram instalados nos corredores do pavimento superior.<sup>106</sup>

Havia dois acessos secundários, para alunos, na parte posterior do edifício (Figura 05). Junto a cada um desses, no porão, as instalações sanitárias e as oficinas de manutenção predial e de produção do material escolar.<sup>107</sup>

Internamente, a palavra de ordem foi concisão. Os vestíbulos possuíam dimensões acanhadas e não havia indicações de ambientes administrativos, tais como portaria, secretaria e sala do diretor. Devido à ordenação espacial, em bloco único e extremamente racionalizada, a área de circulação era pequena e a possibilidade de controle da movimentação de alunos foi maximizada. Constavam ainda duas áreas de recreação e práticas desportivas ao ar livre, contornadas por passarelas cobertas. Percebe-se a adequação a um *programa de necessidades* enxuto, o qual não desperdiçou espaço, mesmo considerando um grande número de salas. Os ambientes atenderam às prescrições higienistas: ampla ventilação e iluminação, circulações largas, acessos diferenciados e separação em duas seções. Na composição predominou a sobriedade, sem que se abrisse mão da imponência do edifício.

A política de formação de uma rede de grupos escolares em São Paulo exigiu a construção em larga escala de edifícios para tal finalidade. Para concretizar essa ação de forma rápida, a custos reduzidos e contando com poucos profissionais especializados, o governo lançou mão de projetos padronizados. Tendo como base uma normatização rígida, elaborada com parâmetros higienistas e pedagógicos, inspirados em modelos estrangeiros, foram projetadas escolas, que poderiam ser implantadas em diferentes terrenos.<sup>108</sup>

O estudo das arquitetas Maria Lúcia Pinheiro Ramalho e Sílvia Ferreira Santos revelou que dois terços do total de grupos escolares construídos em São Paulo (cerca de 90 unidades), entre 1884 e 1920, adotaram este formato de projeto. As variantes encontradas neste universo foram o número de salas de aula (relativo ao programa arquitetônico de necessidades), a ordenação espacial e a linguagem formal. A técnica

---

<sup>105</sup> MARCÍLIO, M. L. História da Escola... 2005. (p. 178)

<sup>106</sup> Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1907/8. Apud CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. Arquitetura Escolar ... 1991. (p. 3)

<sup>107</sup> MARCÍLIO, M. L. História da Escola... 2005. (p. 178)

<sup>108</sup> RAMALHO, Maria Lúcia Pinheiro; WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. Escolas públicas paulistas na Primeira República (p. 66-71). In Projeto Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho, Indústria e Construção, nº 87. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., maio de 1986. (p.67)

construtiva adotada e os materiais utilizados nas construções estavam padronizados. O porão alto, por exemplo, foi um recurso que possibilitou a implantação em terrenos com características topográficas distintas.

Uma variação de padrão foi o emprego de uma mesma planta com fachadas distintas, como os grupos escolares de oito salas de aula construídos em 1895 em nove municípios paulistas. O arquiteto Victor Dubugras projetou, na ocasião, as fachadas dos grupos escolares de Botucatu, Piracicaba (Foto 06) e Espírito Santo do Pinhal (Foto 07).<sup>109</sup>

Novamente depara-se com edifícios ecléticos, com composição simétrica. As entradas principais foram colocadas nas duas extremidades do edifício (Figura 06). Um pequeno vestíbulo fez a transição para o espaço interno e, na sua frente, uma escadaria contida na alvenaria. As oito salas de aula, quatro em cada pavimento, localizavam-se na parte central do edifício. Assim como no exemplo anterior, as circulações eram compactas. Verifica-se a existência de duas salas de apoio no pavimento superior, localizadas na prumada de cada vestíbulo, solução distinta daquela encontrada na Escola Modelo da Luz, onde cada sala de aula teve um ambiente que lhe dava suporte. Não houve indicativos da localização das instalações sanitárias, provavelmente situadas no pátio de recreação.

Ao comparar o projeto de Ramos de Azevedo e com o de Victor Dubugras observa-se, em certa medida, uma simplificação formal que correspondeu à



Foto 06: Grupo Escolar de Piracicaba/SP, projetado por Victor Dubugras - sem data



Foto 07: Grupo Escolar de Espírito Santo do Pinhal/SP, projetado por Victor Dubugras - sem data

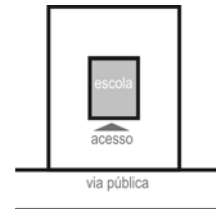
Figura 06: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Projeto-tipo para Grupo Escolar de Victor Dubugras



<sup>109</sup> CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. *Arquitetura Escolar...* 1991. (p. 3)

concisão programática e de ordenação espacial. O programa arquitetônico dos grupos escolares paulistas dos primeiros anos republicanos foi constituído por salas de aula e ambientes de apoio.<sup>110</sup>

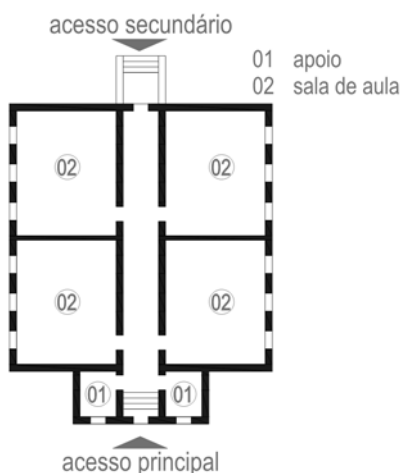
A análise do conjunto dessas escolas ainda revelou o emprego de materiais construtivos de boa qualidade e a presença de galpões destinados à prática desportiva e de instalações sanitárias construídos nas laterais ou nos fundos do terreno, ligados ao edifício principal por passarelas cobertas. Em relação à implantação, os grupos escolares foram locados no centro do terreno, condição considerada imprescindível para a adequada ventilação e insolação do edifício, destacando-os no cenário urbano ainda marcado pela continuidade construtiva. No entanto, outra demanda higienista não era levada em consideração no projeto: a orientação da sala de aula em relação à posição do sol ou à direção dos ventos, uma vez que sempre se mantiveram alinhados com os limites do terreno e o arruamento. Embora fundamentais para o conforto ambiental, estas questões não mereceram a atenção dos projetistas possivelmente devido à necessidade de um maior aproveitamento do terreno e redução de custos construtivos.<sup>111</sup>



Ainda em relação aos edifícios escolares paulistas, é importante destacar que os exemplares de grandes proporções não foram predominantes. Maria Luiza Marcílio afirma que, em 1911, houve um “surto de construções de grupos escolares”: 59 edifícios em todo o Estado, sendo apenas 15 de grandes proporções.<sup>112</sup> O arquiteto Vilanova

Artigas, em seu estudo sobre as escolas paulistas, trouxe um exemplo de como se constituía o pequeno grupo escolar (Figura 07): edifício de um pavimento, com quatro salas de aula e duas salas de professores, dispostas simetricamente a partir de uma circulação central. A colocação das duas salas de apoio na frente do edifício estabeleceu um acesso principal.<sup>113</sup> Na outra extremidade, localizou-se o acesso secundário, provavelmente para o pátio de recreação e/ou ginástica. Ordenação espacial que, embora utilizando a simetria, não definiu claramente as seções feminina e masculina

Figura 07: Planta esquemática de grupo escolar paulista construído em 1911, segundo Vilanova Artigas



<sup>110</sup> RAMALHO, M. L. P.; WOLFF, S. F. S. Escolas... 1986. (p. 70)

<sup>111</sup> CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. Arquitetura Escolar... 1991. (p. 2) e RAMALHO, M. L. P.; WOLFF, S. F. S. Escolas... 1986. (p. 67)

<sup>112</sup> MARCÍLIO, M. L. História da Escola... 2005. (p. 178-179)

<sup>113</sup> ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas (p. 87-98). In ARTIGAS, Vilanova. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Cosac & Naiply Edições, 1999. (p. 94)

e, portanto, a circulação permanecia compartilhada. Tal projeto foi amplamente utilizado para *escolas reunidas*, um agrupamento de classes sem administração comum, como, por exemplo, na cidade de Itaberá.<sup>114</sup>

Na comparação da planta de 1911 com as das escolas de Victor Dubugras verifica-se semelhanças no partido arquitetônico. A configuração em bloco único e um programa composto por *salas de aula+salas de apoio* são características comuns às duas unidades. As plantas são simétricas e dispostas a partir de um eixo central (longitudinal ou transversal, ver esquema abaixo), situação que permite a separação em duas seções. As salas de aula, retangulares, apresentam iluminação direta unilateral e estão distribuídas ao longo de uma circulação central. As salas de apoio são espaços que atendem a diferentes atividades - gabinetes para o diretor ou professores ou ainda administração. A diferença entre estes edifícios reside na quantidade dos ambientes dispostos em um ou dois pavimentos.



As escolas com tipologias em quadra, “E” ou “U” foram construídas em São Paulo a partir de 1905, sempre atendendo a um número igual ou superior a seis salas de aula.

À medida que o número de escolas construídas aumentava em São Paulo, acumulava-se conhecimento, tecnologia e experiência sobre esses edifícios. O estado era reconhecidamente uma referência no assunto e passou a produzir seus próprios manuais construtivos. Em 1920, foi publicado o livro *Projetos para Grupos Escolares, escolas reunidas e rurais*, de autoria de Mauro Álvaro de Souza Camargo<sup>115</sup>, engenheiro-arquiteto, formado na Escola Politécnica de São Paulo. Sua atuação profissional foi desenvolvida, a partir de 1902, no âmbito do Serviço Sanitário da Secretaria do Interior de São Paulo<sup>116</sup>, acompanhando, portanto, todo o processo de instituição da rede de escolas públicas paulistas. O livro de Mauro Álvaro, um manual técnico de arquitetura com diretrizes e modelos para a construção de escolas, no intuito de relacionar os principais elementos que norteiam o projeto de escolas, fez uma revisão da literatura estrangeira sobre arquitetura escolar.<sup>117</sup> O detalhamento de parâmetros higienistas foi discutido a partir das questões construtivas, apresentando dimensões da sala de aula, cubagem de ar, tipos de iluminação, relação área/aluno,

<sup>114</sup> CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. *Arquitetura Escolar...* 1991. (p. 111)

<sup>115</sup> CAMARGO, Mauro Álvaro de Souza. *Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurais*. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, nº 18. São Paulo: Casa Espindola, 1920.

<sup>116</sup> FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: EdUSP, 2005. (p. 92-93)

<sup>117</sup> CAMARGO, M. A. S. *Projectos de Grupos...* 1920. (p. 38)

ventilação, etc. O manual também estabeleceu comparativos dessas orientações e índices com a legislação sanitária e verificou suas aplicações nos edifícios escolares construídos, definindo *parâmetros possíveis* para a realidade paulista. Ao fazer referência ao número de alunos em cada sala de aula, por exemplo, admitiu que 30 seria um número ideal,

mas, em se tratando dum problema dispendioso como é o da instrução primária e o qual difficilmente será desenvolvido na medida do accrescimo da nossa população, parece-nos de boa razão darmos preferencia ao limite fixado pelas leis sanitarias [40 alunos/classe], com o qual podemos resolver o problema das construcções escolares mais economicamente.<sup>118</sup>

Mauro Álvaro discorreu sobre as questões referentes à sala de aula: tipo de revestimentos; número e dimensões de carteiras, de janelas e da porta, entre outros. Além disso, apresentou uma série de projetos arquitetônicos de edifícios escolares já construídos em São Paulo, selecionados por melhor atender os parâmetros higienistas e pedagógicos, levando em consideração o número de salas de aula de cada unidade.

Para grupos escolares mostrou o projeto de edifícios com doze, dez, oito e seis salas de aula - sendo os dois primeiros com dois pavimentos e os demais com apenas um - todos com sala para o diretor e professores e instalações sanitárias incorporadas ao edifício.

A versão com dez salas de aula foi construída em Araraquara, cidade do interior paulista (Foto 08 e Figuras 08, 09 e 10).<sup>119</sup> A escola, configurada simetricamente, apresentou núcleo central, de dois pavimentos e abrigando salas de aulas e a diretoria, e alas laterais térreas com mais salas de aula e um gabinete de professores. Ao fundo, as instalações sanitárias. Cabe novamente ressaltar o número reduzido de ambientes administrativos, restrito à diretoria (que ocupa uma posição central na composição) e salas de professores. A simetria na distribuição dos ambientes deixou evidente a divisão do edifício em duas seções.

A linguagem formal adotada mostrou uma transição entre o ecletismo e o nascente neocolonial e, sobretudo, um caráter conciso e austero. Edifício com pouca ornamentação, de telhado e beiral aparentes e pequenos frontões curvilíneos localizados nas duas extremidades da fachada frontal. A composição marcou a centralidade com um arco e sobre ele um balcão e ganhou movimento com um jogo de avanços e recuos de planos. De forma distinta de muitos exemplos aqui apresentados,

---

<sup>118</sup> CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 6)

<sup>119</sup> Edifício construído na década de 1920 (Fonte: WOLFF, S. F. S. Espaço e Educação... 1992 - p. 275). Atual Escola Joaquim Antônio de Carvalho, localizada na Praça Pedro de Toledo, Araraquara/SP.

não existe acesso principal, a escola contou com duas entradas, localizadas nas extremidades do edifício, evidenciando a separação de alunos e alunas.

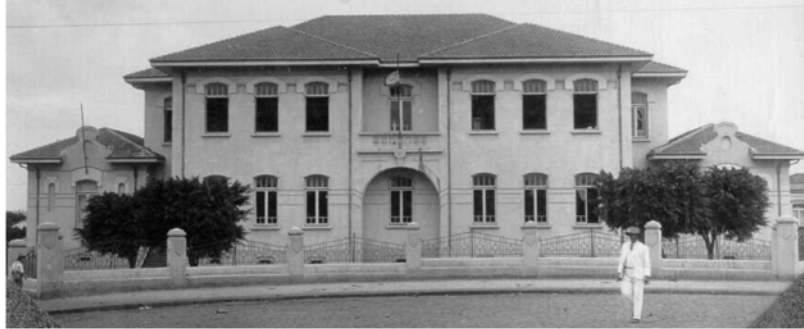


Foto 08: 2º Grupo Escolar de Araraquara, São Paulo - 1930

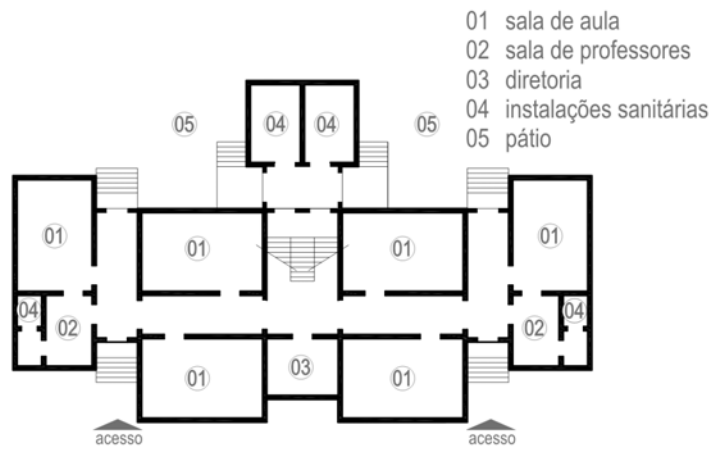


Figura 08: Planta esquemática do pavimento térreo do Projeto para Grupo Escolar - tipo Oscar Thompson

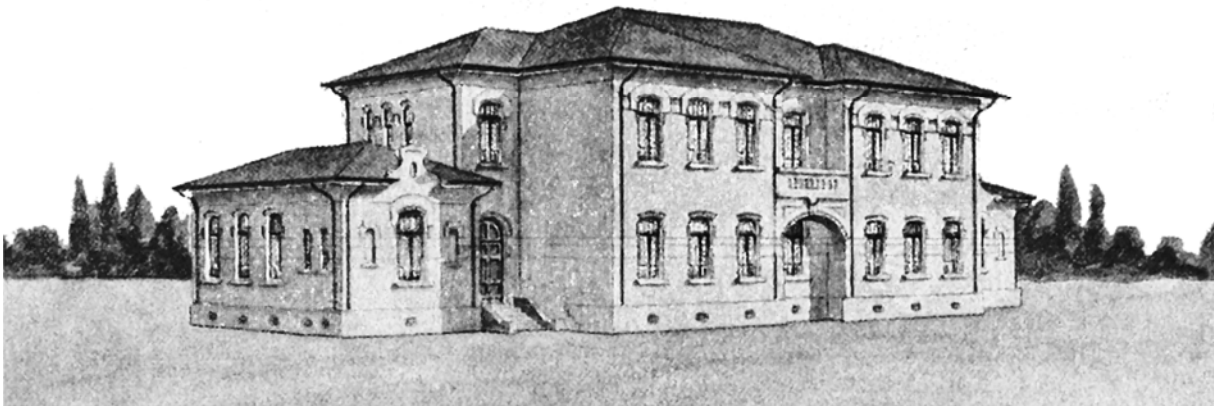


Figura 09: Perspectiva do Grupo Escolar - tipo Oscar Thompson

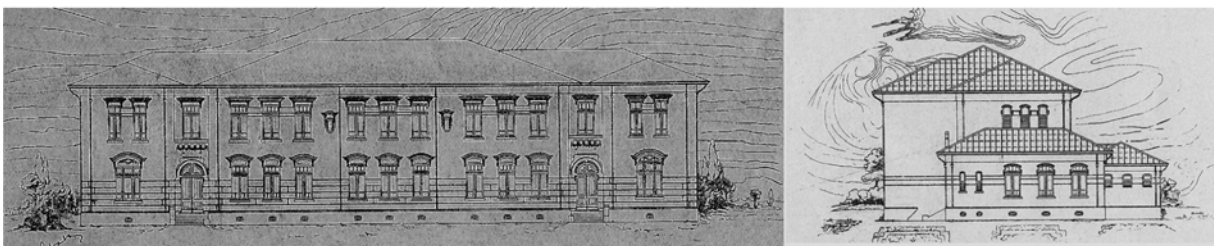


Figura 10: Fachadas principal e lateral do Grupo Escolar - tipo Oscar Thompson

Para escolas reunidas com seis salas de aula (no livro, denominadas “tipo Eloy Lessa”) o projeto arquitetônico escolhido foi elaborado em 1911, assinado por Mauro Álvaro e José Van Humbeeck, e construído em sete cidades do interior de São Paulo, entre as quais Mogi-Guaçu.<sup>120</sup> Trata-se de edifício térreo, com tipologia em “U” e um pátio interno (Figuras 11 e 12). O acesso às salas de aula foi estabelecido por uma galeria coberta que circundou o pátio, solução também encontrada nas escolas normais. O tratamento plástico assemelhou-se ao encontrado no exemplo anterior (Foto 08 e Figuras 09 e 10).

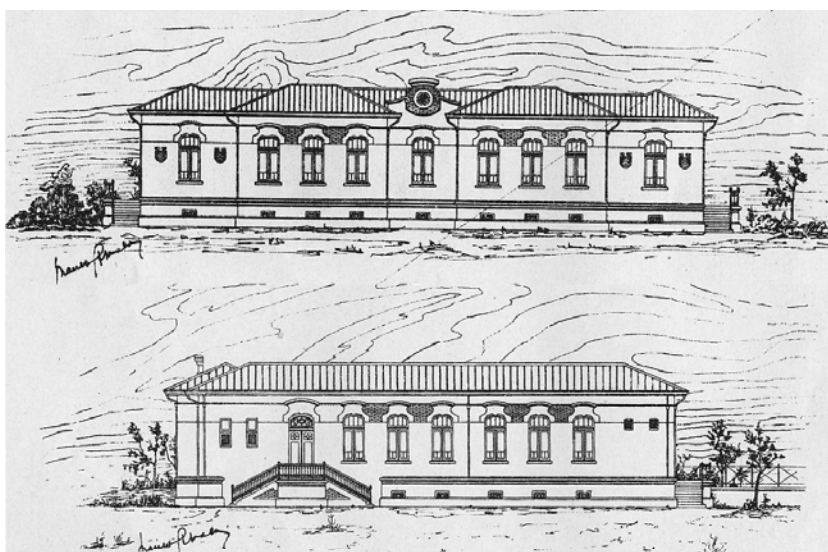


Figura 11: Fachadas principal e lateral das Escolas Reunidas - tipo Eloy Lessa



Figura 12: Planta esquemática do pavimento térreo das Escolas Reunidas - tipo Eloy Lessa

Ainda dentro da categoria de escolas reunidas, Mauro Álvaro apresentou uma escola de quatro salas de aula, denominada “tipo Mário Ayrosa”. As Figuras 13 e 14 exibem fachadas e planta do edifício, em bloco único e estruturado numa circulação longitudinal centralizada, com ambientes em seus dois lados. Na parte frontal, duas

<sup>120</sup> Projeto construído nas cidades paulistas de Mogi-Guaçu, Ituverava, Pereiras, Itápolis, Orlandia, Santo André e Itatinga (CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. *Arquitetura Escolar...* 1991. p. 68).

salas de apoio (portaria e diretoria), em seguida quatro salas de aula e nos fundos as instalações sanitárias. A configuração espacial e a solução formal simplificaram-se ainda mais.

Para as escolas reunidas, foram dadas duas opções, sempre com um pavimento: com seis e quatro salas de aula. A primeira, com um programa semelhante ao dos grupos escolares, com sala para o diretor e professores e instalações sanitárias. A segunda, sem a sala dos professores e com um depósito. A semelhança com a planta das escolas de 1911 trazida por Vilanova Artigas é grande (Figura 07, página 51) e será o modelo adotado nas escolas paranaenses até 1920.

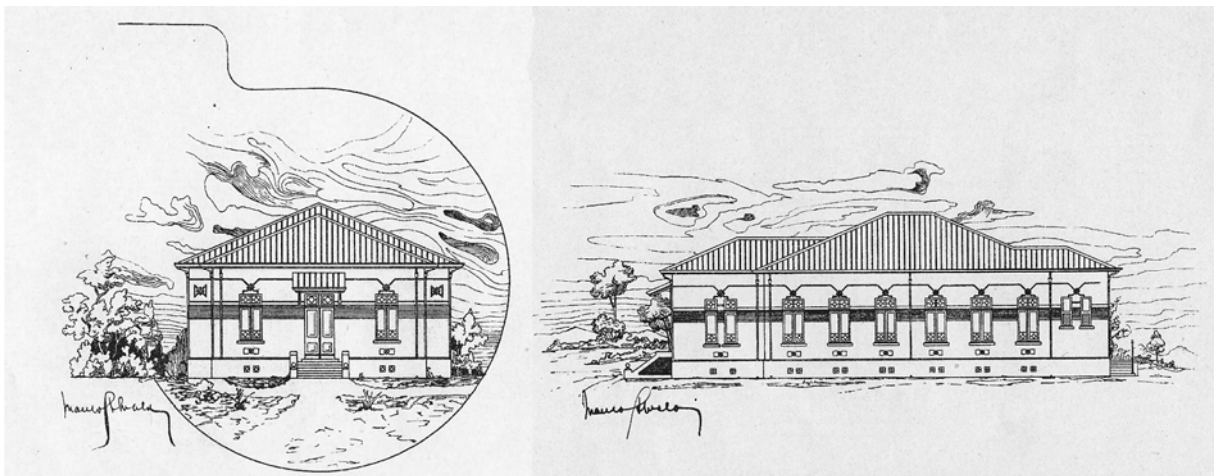


Figura 13: Fachadas principal e lateral das Escolas Reunidas - tipo Mário Ayrosa

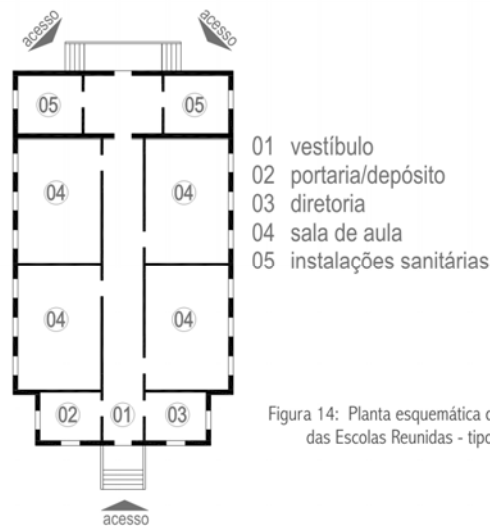


Figura 14: Planta esquemática do pavimento térreo das Escolas Reunidas - tipo Mário Ayrosa

Embora não explicitamente, ficou estabelecido - e ainda se mantém - como critério de classificação de edifícios escolares o número de salas de aula. No presente trabalho considera-se de pequeno porte a escola com até quatro salas; de médio porte, entre seis e oito; e finalmente de grande porte, com mais de dez.



## 1.4 A Escola Nova e suas Arquiteturas

### 1.4.1 A década de 1920 e o neocolonial

Após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) ganhou força o movimento que buscou na identidade nacional uma atitude libertária, progressista e de modernidade. O contexto social, político e cultural daquele momento fez com que os países americanos não mais se espelhassem na Europa e se voltassem para dentro, buscando e valorizando o auto-conhecimento.

Segundo Nicolau Sevcenko, no Brasil, Euclides da Cunha e Lima Barreto foram os precursores desta atitude, forçando “as elites a executar um meio giro sobre os seus próprios pés e voltar o seu olhar do interior do Atlântico para o interior da Nação”.<sup>121</sup>

Na educação também se procurou uma renovação de métodos e processos de ensino no movimento denominado *Escola Nova* ou *Escola Ativa*.

O ensino tradicional era considerado intelectualista porque se preocupava em desenvolver quase que exclusivamente a dimensão intelectual do ser humano, deixando de lado outras dimensões tão importantes como a física, a emocional, a social. Daí a proposta da Escola Nova de uma educação integral. Verbalista porque só valorizava a palavra, principalmente a escrita, desconsiderando a ação, a experiência, no processo de aprendizagem. Excludente porque atendia apenas a uma parcela das crianças em idade escolar.<sup>122</sup>

Estruturados nos novos conhecimentos da pedagogia infantil, os educadores filiados à *escola nova* acreditavam na “maior liberdade para a criança, [n]o respeito às características da personalidade individual, nas várias fases do desenvolvimento, colocando o ‘interesse’ como motor de aprendizagem”. A criança passou a ser o “centro da educação e da atividade escolar”<sup>123</sup>, segundo o direcionamento pedagógico surgido no final do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. A educação precisava integrar o indivíduo à sociedade e, ao mesmo tempo, ampliar o acesso de todos à escola.

No Brasil, o escolanovismo esteve ligado a John Dewey, filósofo e pedagogo americano, que defendia ser a educação o único meio efetivo para a construção de uma sociedade democrática, respeitando as características individuais de cada pessoa e considerando-a parte integrante e participativa de um todo.

---

<sup>121</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (p. 122)

<sup>122</sup> BUFFA, E.; PINTO, G. A. *Arquitetura e Educação...* 2002. (p. 65)

<sup>123</sup> FERNANDES, Noemia Lucia Barradas. *Arquitetura Escolar Carioca: edificações construídas entre 1930 e 1960*. Rio de Janeiro, 2006. 142 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (p. 21)

Desde a década de 1920, vários intelectuais brasileiros trabalhavam na chamada reconstrução educacional do país, entre os quais Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Carneiro Leão e Lourenço Filho. Em 1924, fundaram a Associação Brasileira de Educação e, a partir de 1927, promoveram as Conferências Nacionais de Educação, fóruns de discussão e elaboração de propostas sobre o tema.

Anísio Spinola Teixeira (Caetité/BA, 1900-1971), após concluir o Curso de Direito no Rio de Janeiro, voltou à Bahia para assumir a Inspectoria Geral do Ensino (1924-1928). Ao se deparar com a realidade precária da educação baiana, escreveu:

Como se há de criar a consciência nacional da educação popular, como se há de criar a boa vontade e o entusiasmo pela escola primária, como se há de movimentar essa opinião pública indispensável para as obras que exigem despesas públicas, se a escola primária que conhecemos é a da sala alugada, sem adaptação e sem recursos, onde um professor humilde se esforça para ensinar rudimentos de cultura? A instalação de uma escola primária, em altas condições de perfeição técnica e de aparelhamento, se impõe, na Bahia, como medida preliminar para a execução de um plano de difusão e melhoramento do ensino primário.<sup>124</sup>

O edifício escolar, na visão de Anísio Teixeira, seria um pré-requisito para a reestruturação de ensino, incorporando novos valores, entre os quais o trabalho - numa perspectiva de cooperação, disciplina e solidariedade - e o civismo.<sup>125</sup> A importância da arquitetura e do edifício escolar no processo de renovação pedagógica foi também tema constante para Fernando Azevedo (São Gonçalo do Sapucaí/MG, 1894-1974), professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo. Em 1926, coordenou dois inquéritos para o *Jornal O Estado de São Paulo*: um sobre *Arquitetura Brasileira* e outro sobre *Educação no Brasil*. No ano seguinte, em 1927, assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, a convite de Antônio Prado Jr.

No cargo, Azevedo propôs uma reestruturação do sistema educacional. A arquitetura escolar foi um elemento chave no processo, pois materializaria os princípios da escola nova, com uma linguagem formal de valorização e preservação das tradições nacionais - início, segundo a arquiteta Beatriz Santos de Oliveira, do encontro oficial entre a Escola Nova e a Arquitetura Neocolonial.<sup>126</sup>

A escola pública deveria constituir um verdadeiro padrão arquitetônico, quer sob o ponto de vista do ajustamento do estilo às necessidades sociais e pedagógicas da população infantil, quer sob o ponto de vista espiritual, isto é, da significação histórica do estilo preferido.<sup>127</sup>

---

<sup>124</sup> TEIXEIRA, Anísio. *O ensino no Estado da Bahia: 1924 a 1928*. Salvador: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1928. Apud DÓREA, Célia Rosângela Dantas. *Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar: planejando escolas, construindo sonhos*. São Paulo, 2003. 231 p. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Curso de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (p. 19)

<sup>125</sup> KESSEL, Carlos. *Arquitetura Neocolonial no Brasil - entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008. (p. 165-166)

<sup>126</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *A Modernidade Oficial: A Arquitetura das Escolas Públicas do Distrito Federal (1928-1940)*. São Paulo, 1991. 360 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. (p. 44)

<sup>127</sup> MARIANNO FILHO, José. *À margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas C. Mendes Júnior, 1943. (p. 75)

A escola, caracterizada como a instituição que propiciava o primeiro contato do brasileiro com a nacionalidade, deveria ser plasmada numa arquitetura de fundo nacional.<sup>128</sup>

O neocolonial vinculou-se ao movimento nacionalista, reagindo contra a arquitetura academicista importada da Europa e predominante nas primeiras décadas do século XX (Ecletismo). Seus teóricos mais proeminentes foram Ricardo Severo, engenheiro civil português radicado em São Paulo, e José Marianno Filho, médico pernambucano residente no Rio de Janeiro. O ano de 1914 foi considerado o marco inicial do movimento, data em que Ricardo Severo proferiu a conferência *A Arte Tradicional do Brasil* pregando a valorização da arte tradicional como manifestação da nacionalidade e elemento de constituição de uma arte genuinamente brasileira.

A arquitetura colonial foi reconhecida e esteve presente nos principais pavilhões da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro, e na Semana de Arte Moderna, em São Paulo - ambos em 1922.

A questão do “nacional” estava na ordem do dia, manifestando-se em todos os setores da vida intelectual, e de forma particular em São Paulo. A guerra européia se encarregara de ferir de morte o espírito da *belle époque*, e embora as reações não se limitassem à busca nativista pelas raízes brasileiras, por algum tempo “modernidade” e nacionalismo” foram quase sinônimos.<sup>129</sup>

A linguagem neocolonial foi adotada nos cinco edifícios escolares construídos no Distrito Federal: as escolas primárias Uruguai<sup>130</sup> (Foto 09), Argentina<sup>131</sup> (Foto

Foto 09: Escola Uruguai, no Rio de Janeiro - sem data



Foto 10: Escola Argentina, no Rio de Janeiro - sem data



Foto 11: Escola Estados Unidos, no Rio de Janeiro - sem data



<sup>128</sup> KESSEL, C. *Arquitetura Neocolonial...* 2008. (p. 170)

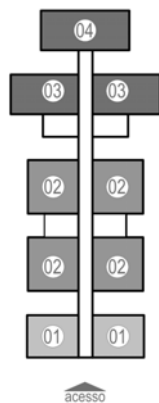
<sup>129</sup> KESSEL, C. *Arquitetura Neocolonial...* 2008. (p. 92)

<sup>130</sup> Denominação atual: Escola Municipal Uruguai, situada à Rua Ana Néri, 192 - São Cristóvão, Rio de Janeiro. Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) pelo Decreto “E” nº 9.414 de 21 de junho de 1990.

<sup>131</sup> Denominação atual: Escola Municipal Sarmiento, situada à Rua Vinte Quatro de Maio, 941 - Engenho Novo, Rio de Janeiro. Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) pelo Decreto “E” nº 9.414 de 21 de junho de 1990.

10) e Estados Unidos<sup>132</sup> (Foto 11), a Escola para Débeis e a Escola Normal<sup>133</sup> (Figura 17). As quatro primeiras foram projetadas por Nereu Sampaio e Gabriel Fernandes e inauguradas em 1928.<sup>134</sup>

01 administrativo/atendimento  
médico-odontológico  
02 salas de aula  
03 biblioteca/oficinas  
04 pavilhão de ginástica



As Escolas Uruguaí e Argentina tinham o mesmo projeto arquitetônico. O partido consistiu-se de três blocos independentes volumétrica e funcionalmente, interligados por uma circulação central: no primeiro concentraram-se as atividades administrativas e de atendimento médico-odontológico; no segundo, as salas de aula; e em seguida, biblioteca, museu e oficinas e, por fim, o pátio coberto para a prática de ginástica (esquema à esquerda).<sup>135</sup> A configuração espacial destas escolas possuiu diferenças daquelas apresentadas até agora. A setorização foi definida por blocos, permitindo a separação física e hierarquizada de atividades: na

parte frontal, a administração realizava o contato com o exterior; no centro, o cerne da escola, as salas de aula, que por sua localização estariam protegidas do barulho; e ao fundo, as atividades manuais e esportivas. Ainda permaneceu a simetria na planta. As demais escolas de Fernando Azevedo seguiram a tradicional configuração em torno de um pátio central (esquemas à direita).

A pesquisa da arquiteta Beatriz Santos de Oliveira registrou a justificativa do projeto arquitetônico elaborada por Nereu Sampaio e Gabriel Fernandes. Os argumentos giraram em torno do atendimento às questões higienistas e pedagógicas. Foi um texto técnico com memórias de cálculo, tipos de revestimentos de superfícies e índices de iluminação e ventilação, além da presença no programa arquitetônico de biblioteca, museu, ginásio, oficinas, gabinetes médico e odontológico. Na análise da legislação referente à instrução pública no Distrito Federal verificou-se que os três primeiros ambientes constavam na Reforma Educacional de 1893 e o atendimento médico-odontológico estava previsto na Reforma Educacional de 1914.<sup>136</sup> Ou seja, em termos de programa arquitetônico, as escolas Argentina e Uruguaí não apresentaram inovações, no entanto Fernando de Azevedo foi o primeiro a implantá-los. A novidade estaria na



<sup>132</sup> Denominação atual: Escola Municipal Estados Unidos, situada à Rua Itapiru, 453 - Catumbi, Rio de Janeiro. Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) pelo Decreto "E" nº 9.414 de 21 de junho de 1990.

<sup>133</sup> Denominação atual: Instituto Superior de Educação, situado à Rua Mariz e Barros, 273 - Praça da Bandeira, Rio de Janeiro. Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) pelo Decreto "E" nº 875 de 1965.

<sup>134</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 50-70)

<sup>135</sup> O esquema apresentado baseia-se nas plantas apresentadas em OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 53 e 92)

<sup>136</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 85-106)

presença das oficinas de trabalhos manuais, uma vez que na proposta de Azevedo, o ensino primário teria cinco anos sendo o último pré-vocacional, por isso a necessidade de espaços onde a criança seria apresentada a diversas atividades.<sup>137</sup>

O bloco frontal foi o único a receber um tratamento plástico mais elaborado, com a presença externa de frontão com volutas, portada arrematada por cimalthas curvilíneas e encimada por balcão em ferro batido, apliques de colunas torsas nas aberturas arqueadas e painéis de azulejos. Os demais blocos receberam um acabamento austero, destituído de elementos ornamentais.<sup>138</sup> O tratamento formal diferenciado dos blocos pode ser justificado por uma conciliação entre a ainda arraigada tradição de imponência dos edifícios públicos e pela necessidade de barateamento dos custos construtivos.

Ainda em relação ao memorial descritivo do projeto das Escolas Argentina e Uruguai, a opção pelo neocolonial foi descrita no último parágrafo do texto:

A arquitetura foi inspirada na arte tradicional brasileira introduzindo-se as inovações indispensáveis à completa obediência às normas pedagógicas e higiênicas modernas. Embora fosse necessária a modificação ou a substituição de elementos da arquitetura tradicional que se não adaptavam às exigências das instalações modernas, parece-nos que o conjunto guardou a lembrança da nossa casa solarenga e que deve ser lembrada às novas gerações.<sup>139</sup>

A linguagem neocolonial tinha como objetivo fazer a referência à identidade nacional, com elementos da arquitetura colonial. No entanto, ainda segundo Nereu Sampaio, o projeto atendeu “às normas pedagógicas e higiênicas modernas”. Ou seja, os edifícios das Escolas Argentina e Uruguai materializaram as novas demandas com uma linguagem tradicional, a qual naquele momento era considerada adequada e moderna.

A experiência das escolas neocoloniais não ficou restrita à capital federal. Heitor de Mello, renomado arquiteto carioca, atuante nas duas primeiras décadas do século XX, foi autor do Grupo Escolar D. Pedro II, outro grande exemplar desta corrente, construído entre 1920 e 1922 na cidade de Petrópolis (RJ).

---

<sup>137</sup> Decreto Municipal nº 3281, de 28 de janeiro de 1928. Apud OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 77-78)

<sup>138</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 88 e 90)

<sup>139</sup> SAMPAIO, Nereu. Novos Grupos Escolares para o Distrito Federal. In *Architectura - Mensário da Arte*. Rio de Janeiro, nº 2, julho de 1929 (p. 39). Apud OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 67-68)



As Fotos 14 e 15 mostram uma composição assimétrica, com um núcleo central avançado em relação ao restante do edifício e um conjunto de três janelas interligadas por moldura em alvenaria e ladeadas por óculos no pavimento térreo e uma janela de sacada, no superior. Um frontão curvilíneo, com óculo centralizado, e uma torre à direita completaram a composição. O grande porte da edificação veio acompanhado de imponência e apuro ornamental.

O edifício, com 12 salas de aula, adotou o partido arquitetônico em quadra, com um pátio central, como nas escolas jesuíticas coloniais. A simetria esteve presente na planta, possibilitando uma completa divisão entre as seções masculina e feminina, estendida ao pátio interno pela presença de um muro de madeira (Figura 16). Seu programa, além das salas de aula, contemplou diretoria, salas de professores, vestiários, salão nobre, instalações sanitárias, sala de exposição de modelos e recreios cobertos.<sup>140</sup> Ficaram de fora as salas para o atendimento médico e dentário e as de trabalhos manuais, embora, como já visto, constassem na legislação vigente. Não houve, portanto, uma padronização de programa arquitetônico e mesmo considerando as escolas de grande porte existiram variações em relação aos ambientes, que poderiam ser creditadas às condições ou demandas locais.

Mas será o edifício da Escola Normal do Rio de Janeiro (1926-1930) a mais importante realização de Fernando de Azevedo, como Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, e o exemplar mais proeminente do neocolonial em escolas. Seu projeto arquitetônico, de autoria de José Cortez e Angelo Bruhns, foi escolhido por intermédio de um concurso público, que definiu preliminarmente como condição necessária a adoção da arquitetura tradicional brasileira.

Em Outubro ultimo, foi inaugurado o grandioso edificio da Escola Normal, projectado e fiscalizado pelos engenheiros architectos Cortez & Bruhns. (...)

A construcção monumental em que serão installados os cursos normaes do districto é um sumptuoso edificio colonial de linhas severas e bem lançadas, formando seu corpo um todo harmonioso de grande belleza e suggestão architectonica.

Não só na construcção, como na decoraçção, foram nelle respeitadas as linhas do estylo e o material empregado consegue todos os effeitos, de cantaria e madeira, propios á architectura primitiva. Suas salas, em numero de 52, distribuidas em tres pavimentos, obedecem a um rythmo geral e servem-se dos recursos de ventilação e illuminaçção modernas, porém, em harmonia com o estylo da obra.

A disposiçção claustral, com o aproveitamento do systema ecclesiastico em outras dependencias dá, alem do conforto, um aspecto de severa nobreza.

Ao centro fica o pateo com o tradicional claustro, que é considerado uma obra architectonica de grande relevo.

---

<sup>140</sup> Estes ambientes, embora obrigatórios nas escolas francesas e americanas, foram pouco frequentes no Brasil. No levantamento aqui realizado os recreios cobertos foram encontrados no Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba, construído em 1903.

O auditorio de musica e canto coral, completamente isolado das demais peças é de magnifica acustica.

A sala de reunião da congregação é vasta e mobilidade com severidade. O gymnasio tem todos os aperfeiçoamentos modernos, salas de banho e uma grande varanda circular para os espectadores. O teatro, onde poderão ter lugar conferencias, exhibições de cinematographo e espetaculos infantis, tem capacidade para mil pessoas.

No edificio, construído em terreno que mede 17.807 metros quadrados, será installada uma escola publica sob a denominação de Escola Portugal.

A Sede tem capacidade para tres mil alumnos, e possui na parte da frente tres pavimentos. Não só o museu como as aulas dispõem de relógios electricos, inter-communicantes, assim como aparelhos telephonicos automaticos.

O mobiliario é inteiramente novo e obedece a principios pedagogicos e hygienicos.

O material dos laboratorios e aparelhos medicos foram importados da Allemanha. A construcção durou 18 mezes.

O porteiro tem um luxuoso edificio que occupa um anexo.

Há cincoenta e cinco bebedouros e 56 aparelhos Hygéa.

O pavilhão Jardim de Infancia para creanças de 4 a 7 annos, é completamente independente.

Foi previsto um “bar” para pequenas refeições. Os aparelhos hygienicos que são os mais modernos, existem na proporção de um para vinte alumnos.

Há um archivo de fichas e a bibliotheca obedece ao mesmo systema do Ministerio das Relações Exteriores.

Existem salas especializadas de physica, chimica, historia natural, psychologia experimental, geographia, salas de canticos, de trabalhos manuaes, de desenhos, de leitura, museus de historia natural, de hygiene e pedagogia.<sup>141</sup>

O partido arquitetônico teve novamente como referência as construções monásticas e jesuíticas, com a presença do pátio central ou claustro. A composição da fachada (Figura 17, página 66), mesmo remetendo-se aos frontispícios de igrejas pernambucanas barrocas, possuía um tratamento classicista com a utilização rigorosa da simetria, a divisão em três volumes, a rustificação no pavimento térreo e uma ornamentação mais elaborada nos demais pavimentos.

Em todo o conjunto verifica-se esmero construtivo acentuado, grandiosidade e monumentalidade arquitetônicas comparáveis apenas com a Escola Normal de São Paulo, construída no final de século XIX. A sua importância não se restringiu ao meio pedagógico e político, o edificio foi relacionado por vários historiadores da arquitetura como um dos mais representativos do movimento neocolonial brasileiro (Figura 17, página 66).<sup>142</sup>

O edificio de grande porte, contava com 52 salas e capacidade para três mil alunos. No texto foram ressaltadas características como a adequação aos preceitos pedagógicos e higienistas e a presença de equipamentos modernos, tais como os relógios elétricos. Seu programa arquitetônico compreendeu além das salas de aula,

<sup>141</sup> A nova sede da Escola Normal RJ. In A Casa. Anno VIII, nº 79. Rio de Janeiro, dezembro de 1930. (p. 21-23)

<sup>142</sup> BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. 4ª edição - 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2005. (p. 56); SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. 2ª edição - 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2002. (p. 36) e SANTOS, Paulo Ferreira. Quatro Séculos de Arquitetura. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel Barra do Pirai/RJ, 1977. (p. 99-100)



laboratórios, museu, biblioteca, auditório-teatro, salas para atividades específicas (desenho, canto, trabalhos manuais etc.), uma escola primária e um jardim de infância. Na descrição formal do conjunto: *edifício colonial de linhas severas e bem lançadas, formando seu corpo um todo harmonioso de grande beleza e sugestão arquitetônica*. Ao tratar das salas e destacar os cuidados com a ventilação e a iluminação desses ambientes, constou a observação que estas intervenções estavam *em harmonia com o estylo da obra*. Tal preocupação foi encontrada em textos de Fernando de Azevedo: o “estilo tradicional brasileiro” deveria “imprimir à construção, externa e internamente, os signos naturais do clima e da raça, o cunho nacional”.<sup>143</sup> E ainda:

**O edifício** [da Escola Normal] - cuja base deve lançar-se no fim deste ano - **será, só por si, uma forte, luminosa lição de higiene e de civismo**. As suas linhas esculturais, brasileiras, digamos assim, ensinam o gosto das nossas coisas, a inteligência e o bem-querer do país, pelo cultivo das nossas tradições mais belas e significativas. As salas amplas, harmoniosas, lavadas de luz, incutem, de par com a limpeza, e de alegria tropical e sadia força de nossa natureza. (...) O edifício terá um pátio central, no andar térreo, ponto de confluência da população escolar, circundado de colunas em arcaria. (...) No terceiro andar, (...) as paredes internas serão recobertas de azulejos, em que se reproduzirá, em seqüência expressiva, rigorosamente lógica, através de quadros episódicos, a evolução social e política da nacionalidade; uma lição simbólica que seja, ao mesmo tempo, de pura arte.<sup>144</sup>

Vai, afinal, possuir a cidade a sua Escola Normal vazada de acordo com as necessidades pedagógicas que ela deve atender. O ilustre Snr. Fernando de Azevedo estabeleceu, nas próprias condições do edital de concorrência, que o projeto deveria inspirar-se na arquitetura tradicional brasileira. É que não passou despercebida ao ilustre educador a significação cívica da escolha do estilo tradicional brasileiro num edifício onde se vai plasmar a mentalidade de milhares de jovens patriotas. A escolha da arquitetura brasileira para confecção de grupos escolares partiu de Heitor de Melo, no Grupo Pedro II, em Petrópolis. Minas, Bahia e Pernambuco acompanharam o movimento tradicionalista iniciado pelo malogrado patriota. Se a arquitetura brasileira já havia dado abundantes provas de vitalidade, desde a época do Centenário, estendendo-se posteriormente às habitações domésticas dos bairros residenciais, faltava-lhe a grande demonstração, a grande prova que eu ardentemente anelava. Com o edifício da Escola Normal o estilo arquitetônico brasileiro dá a sua grande batalha campal. As suas qualidades excelsas, a nobreza, a dignidade, a simplicidade acolhedora transparecem nas linhas arquitetônicas.<sup>145</sup>

Os textos destacaram as características monumentais e simbólicas do edifício, cujos elementos formais seriam informação e referência à identidade nacional. Segundo a arquiteta Célia Rosângela Dantas Dórea, a arquitetura escolar, como integrante do sistema educacional proposto, “deveria se enquadrar dentro dos princípios da Escola Nova e, ao mesmo tempo, contribuir para a descoberta e a preservação das tradições

<sup>143</sup> O ambiente nacional da escola. Entrevista a Fernando de Azevedo. Jornal A Noite. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1927. Apud DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 167)

<sup>144</sup> AZEVEDO, Fernando de. A reforma do ensino no Distrito Federal: discursos e entrevistas. São Paulo Melhoramentos, 1929. (p. 81). Apud DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 167) - Grifo meu.

<sup>145</sup> MARIANO FILHO, J. À margem do problema... 1943. (p. 50)

nacionais”.<sup>146</sup> Os historiadores Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal aprofundam a questão:

Na sua concepção [de Fernando Azevedo] **os edifícios escolares deveriam trazer impressa na pedra a marca distintiva da brasilidade**, de forma a desenvolver nas crianças o apego aos valores pátrios e aos signos da nacionalidade. Nesse sentido, recorrendo a uma pretensa tradição arquitetônica colonial, Azevedo indicava o estilo arquitetônico neocolonial como a arquitetura escolar por excelência. (...)

Os princípios que deveriam reger as edificações pautavam-se em necessidades pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, salas de jogos, pátios de recreação, instalações sanitárias etc.), estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico), e nacionalizantes (constituição do sentido de brasilidade, pela retomada de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto às nossas tradições). O ambiente, segundo o reformador, deveria ser educativo, ou seja, alegre, aprazível, pitoresco e com paisagem envolvente.<sup>147</sup>

Figura 17: Escola Normal do Rio de Janeiro



A associação da arquitetura com a identidade nacional foi uma constante nos edifícios escolares construídos e analisados por Fernando de Azevedo, assim como a adequação das escolas às propostas pedagógicas, consideradas “escolas funcionais”:

As plantas davam visibilidade a vários aspectos dos ideais escolanovistas. Incorporavam ambientes como gabinetes dentários e médicos e laboratórios, requisitos das construções escolares desde os anos 1910. A entrada única para alunos e alunas consolidava os princípios da co-educação defendidos pelos escolanovistas nos anos 1920. As bibliotecas e os museus escolares eram revalorizados. À mera observação indicada pelo ensino intuitivo, a escola ativa

<sup>146</sup> DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 168)

<sup>147</sup> FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil (p. 19-34). In Revista Brasileira de Educação. Campinas: Editora Autores Associados Ltda., Mai/Jun/Jul/Ago 2000, nº 14. Número especial - 500 anos de educação escolar. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>. Acesso em 29 de maio de 2009. (p. 28-29) - Grifo meu.

preceituava a atividade constante do aluno. Assim, em vez de lugares de freqüentação, museus e bibliotecas passavam também a espaços de experimentação.

Abolidas as carteiras fixas, cadeiras e mesas construíam novas maneiras de uso do espaço da sala de aula. Distribuídos os alunos e alunas em grupos, a posição dos móveis era alterada, negando a frontalidade com o quadro-negro e deslocando da posição central a professora. Na reorganização do espaço e na reordenação do tempo, uma nova relação entre professor e aluno se estabelecia.<sup>148</sup>

A adequação à atividade que abriga e ao seu conseqüente programa de necessidades é condição necessária a qualquer obra de arquitetura. As primeiras escolas republicanas, assim como as “funcionais” de Azevedo, foram concebidas e configuradas de acordo com o método de ensino vigente, com as possibilidades técnicas com o programa estabelecido e, sobretudo, possível. A presença de alguns ambientes nas escolas de Azevedo, que não existiam nas anteriores, não indicou mais “funcionalidade” dos atuais edifícios, e sim diferença no programa arquitetônico. Até porque um gabinete médico ou uma biblioteca podiam funcionar em salas convencionais. A incorporação desses ambientes foi possibilitada pelas condições políticas e econômicas de inserir atividades e serviços que até então não existiam na escola. Este *ganho de qualidade* pedagógica, tão salientado pelo próprio Fernando de Azevedo e por historiadores da educação foi materializado e simbolizado em edifícios escolares com uma linguagem formal distinta da anterior, o neocolonial. A diferença plástica e de programa arquitetônico, não veio acompanhada da diferença de partido arquitetônico, uma vez que as escolas neocoloniais do Distrito Federal do final da década de 1920 foram em sua maioria concebidas de forma tradicional, simétricas e dispostas em torno de um pátio central. Poderiam ser descritas pelo texto abaixo que trata das primeiras escolas republicanas:

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas. (...)

Por outro lado, o convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares... 2000. (p. 28-29)

<sup>149</sup> FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares... 2000. (p. 25)

Segundo Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal, a monumentalidade seria uma característica das primeiras escolas republicanas. De fato ela estava presente nas unidades mais importantes, assim como ocorreu em alguns exemplos neocoloniais. As escolas de maior porte construídas desde o início da República, nas principais cidades e localizadas em áreas nobres tiveram, e ainda têm, uma valorização formal, como as escolas normais de São Paulo (ecletica) e do Rio de Janeiro (neocolonial), que apresentam quase trinta anos de diferença.

O partido arquitetônico, configurado simetricamente em torno de um pátio central (aliás, uma herança jesuítica) empregado nas escolas de Azevedo será repetido até a década de 1950. Se, mesmo *com a divisão formal da planta*, a separação entre meninos e meninas não era mais realizada, está se tratando de uso e não da configuração do espaço. Ou seja, uma mesma disposição de ambiente permitiu duas maneiras de utilização. Não foi o produto arquitetônico que possibilitou uma nova prática e sim outro enfoque pedagógico. A mesma observação pode ser feita em relação aos museus e bibliotecas que passariam de lugares de freqüentação a *espaços de experimentação*, ou ainda às salas de aula que teriam carteiras móveis *negando a frontalidade com o quadro-negro e deslocando da posição central a professora*. As indicações referem-se ao uso do espaço e não à sua concepção. As bibliotecas continuavam a ter livros; os museus, objetos; assim como a sala de aula deveria manter uma dimensão adequada ao número de alunos e bons índices de iluminação e ventilação. A proposta tratava da *reorganização do espaço e reordenação do tempo* [e de] *uma nova relação entre professor e aluno* que poderia ser colocada em prática em qualquer sala de aula, museu ou biblioteca.<sup>150</sup>

O debate mais interessante em relação às escolas de Fernando Azevedo não tratou do escolanovismo ou ainda do programa e partido arquitetônicos adotados. Foi no âmbito da própria arquitetura que se impuseram os maiores questionamentos. Apesar de estreitamente relacionado à brasilidade e à valorização do nacional, a apropriação de elementos da arquitetura colonial e barroca num contexto completamente diferente provocou reações contrárias e mostrou a grande contradição do neocolonial. Inicialmente como oposição ao ecletismo do início do século XX, o movimento procurou recuperar elementos ornamentais e estruturais da arquitetura colonial para expressar nacionalidade e modernidade, mas acabou preso em sua própria proposta, reproduzindo de forma acrítica este repertório.

---

<sup>150</sup> FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares... 2000. (p. 28-29)

Em texto sobre a *contradição* do neocolonial, o arquiteto Lucio Costa afirmou que

A Escola Normal pode ser muito bem composta, tudo o que quiserem menos arquitetura no verdadeiro sentido da expressão. A Escola Normal é simplesmente uma anomalia arquitetônica. **Uma escola é um problema atual. Temos ao nosso alcance meios verdadeiramente ideais para resolvê-lo econômica, higiênica e artisticamente**<sup>151</sup>: o que lá está é deplorável. E se considerarmos que sob aquele manto de alvenaria inútil se escondem as linhas perfeitas e puras de sua arquitetura, então é cem vezes deplorável!

Se um daqueles mestres antigos que o Sr. Mariano diz admirar, mas parece não compreender, voltando por um milagre à terra, lhe houvesse acompanhado a construção, de certo teria ficado cheio de espanto assistindo a esta coisa para ele inedita e infelizmente tão comum para nós: depois de completamente pronta a estrutura de um edifício, envolver-se todo o seu primitivo contorno em quatro ou seis vezes a espessura simulando arcos, pilastras e frontões. E os incansáveis arqueólogos futuros, pesquisando-lhes as ruínas poderão chegar a esta conclusão curiosa: Havia um povo antigamente que construía seus edifícios e em seguida os revestia de inúmeras camadas de tijolos. Atribui-se a uma crença religiosa, etc.<sup>152</sup>

As irônicas palavras de Lucio Costa colaboram para o entendimento dos procedimentos construtivos utilizados nas edificações neocoloniais. Como na década de 1920, a técnica edificatória era diferente daquela do período colonial, utilizava-se o artifício de revestir paredes e pilares para proporcionar o resultado original, de grande espessura. No mínimo, tal atitude resultou no aumento do custo da obra, já avultado pelo caráter monumental do edifício e sua refinada infra-estrutura.

Os altos custos da construção escolar proposta por Azevedo renderam-lhe sérias críticas por parte de educadores cariocas e da imprensa. Afinal, dada a carência de escolas públicas no Rio de Janeiro e as vultosas somas empreendidas na construção de apenas 9 prédios - somente a Escola Normal, com todas as escolas anexas, havia custado à Municipalidade, mais de 15 mil contos de réis - o plano de edificação escolar de Azevedo mostrava-se insatisfatório num momento em que se pregava a ampliação da população brasileira no interior do ensino público primário. Se, por um lado, o projeto de Azevedo previa uma maior racionalização dos usos, com diferenciação de espaços para cada atividade realizada no interior da escola, prendia-se ainda a um conceito estético de prédio que remontava à monumentalidade dos primeiros grupos escolares.

Caros, os suntuosos edifícios escolares construídos nas primeiras décadas republicanas consumiam boa parte das já minguadas verbas da instrução pública. O esforço e o gasto despendidos para *dar a ver* as realizações republicanas na área da *educação popular* passaram a ser alvo de críticas à medida que se desenvolviam movimentos em defesa da democratização da escola pública. Os prédios monumentais passaram, nesse momento, a significar a elitização da educação e o desprezo para com a educação dos mais pobres. Ao criticar-se a edificação da reforma Fernando de Azevedo, iniciava-se um movimento que iria permitir uma mudança na concepção arquitetônica da escola no Brasil.<sup>153</sup>

Volta-se à questão da monumentalidade do edifício escolar que passa necessariamente pela compreensão do seu conteúdo simbólico, não restrito à demanda

<sup>151</sup> Lucio Costa enumera os princípios da arquitetura, que deveriam reger o projeto de uma escola ou de qualquer outra construção e que não estão longe dos fundamentos de Vitruvio: Firmitas, Utilitas e Venustas. (Grifo meu)

<sup>152</sup> COSTA, Lucio. Uma Escola Viva de Belas Artes. In O Jornal. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1931. Apud OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 187-188) - Grifo meu.

<sup>153</sup> FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares... 2000. (p. 29)

de abrigo da atividade de ensino. A escola é lócus do conhecimento e formadora de cidadãos e, nesta condição, sua sede deve representar tal importância. Como investimento público torna-se uma ação política, realização que deve ser visível e se possível admirada, reiterando a importância republicana dada à educação. Como instituição voltada para o futuro, buscando melhorar as condições sociais e as possibilidades nacionais, a escola e seu edifício devem proporcionar condições de funcionamento e estar alinhados com a modernidade pedagógica, programática, construtiva e formal.

A observação da arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff, sobre as primeiras escolas republicanas, permanece válida para as que foram construídas posteriormente e pode ser entendida como uma descrição do caráter da escola pública brasileira até a década de 1950.

A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações [...] Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito “evidentes”, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental.<sup>154</sup>

A monumentalidade observada nas escolas construídas no Rio de Janeiro no final da década de 1920 será combatida nos anos seguintes. A imponência, o porte e a linguagem formal desses edifícios não mais estarão relacionados com a modernidade, a racionalidade e a nacionalidade. Seu alto custo e suas referências coloniais serão substituídos por outras formas, modernistas, alçadas à condição de racionalistas, funcionais e técnicas. O neocolonial e o modernismo, no entanto, tiveram em comum as demandas escolanovistas.

---

<sup>154</sup> WOLFF, S. F. S. Espaço e Educação... 1992. (p. 48)

### 1.4.2 O modernismo da década de 1930 no Distrito Federal

A década de 1930 iniciou-se com a tomada do poder por Getúlio Vargas. Um de seus primeiros atos foi a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (1930). A educação deveria ser um meio efetivo de transformação da realidade sócio-econômica: o arcabouço de ascensão social e a base da nascente indústria nacional.

As escolas construídas durante a Primeira República não atenderam plenamente a demanda por educação. O alto custo de construção desses edifícios e o crescimento demográfico da época contribuíam para uma estrutura educacional composta por poucas escolas com sede própria, muitas unidades localizadas em prédios alugados e em condições inadequadas e um número significativo de crianças sem educação formal. Ainda se mantinha, portanto, a necessidade de edifícios escolares, porém com um consenso que eles deveriam ser concebidos e construídos com princípios diferentes.

Cecília Meireles, em sua coluna no jornal Diário de Notícias, em dezembro de 1930, fez uma reflexão sobre a questão:

A questão agora novamente posta em foco da construção de prédios escolares deve merecer dos responsáveis uma atenção muito especial, porque justamente estamos atravessando um momento que exige o maior cuidado em cada ato levado a efeito, para não termos depois a censurar incompetências que se revelarem. **Se observarmos o critério seguido até aqui para a construção de edifícios escolares, teremos de reconhecer que ele se subordinou sempre à própria concepção que se formava da educação.** Quando ela se limitava a aparecer como uma simples fórmula de alfabetização, o problema se resumia, também, à quantidade de escolas, para abranger o maior número possível de alunos. Quando a questão da higiene infantil abriu novos horizontes à escola, não se tratou mais da simples expansão que esta pudesse ter. Pensou-se em adaptá-la, também, a servir a criança mais cuidadosamente, dando-lhe novas possibilidades de conforto. Mas as coisas estão em constante evolução. E a ciência educacional situou agora os assuntos escolares em tal nível que não é de prédios numerosos que necessitamos, nem mesmo de prédios apenas subordinados a meia dúzia de regras preliminares de higiene. Temos diante de nós todo um mundo novo, com a ampliação de vistas que decorre do estudo da criança e das suas necessidades de formação. Possuímos, para honra nossa, uma Reforma de Ensino que o regime revolucionário apenas terá de desenvolver em alguns pontos. Essa Reforma, que contém as melhores coisas do pensamento e da experiência dos grandes educadores contemporâneos, não pode ser realizada com prédios de qualquer espécie, como já ficou verificado nestes breves anos em que se fez a sua tentativa de realização. Precisamos de prédios ajustados às necessidades e à prática da escola definida pela Reforma de Ensino. Essa Reforma, aliás, determinou a construção de um certo número de edifícios já muito diferentes dos que anteriormente se levantavam para idênticos objetivos. Terão esses, porém, sido a solução justa do problema dos prédios escolares adequados à Nova Educação? Sobre isso é que preciso refletir convenientemente. Porque, pelo simples fato de se fazer um edifício bonito não se pode esperar ter resolvido a questão. Não se trata de urbanismo, mas de educação. A educação não prejudicará jamais o urbanismo. O que é de temer é que o urbanismo possa de algum modo comprometer a educação. **Não é superfluo, neste momento único da história do mundo - em que tudo se volta para a criança como para uma esperança imortal, e tudo a deseja servir, convenientemente -, que a arquitetura pedagógica, quer na parte**

propriamente de ambiente, quer na de utilização, esteja devidamente esclarecida pelo espírito da época, e perfeitamente orientada nas suas intenções.<sup>155</sup>

O que o *espírito da época* deveria esclarecer à arquitetura ou ainda quais norteadores da *arquitetura pedagógica* deveriam compor este edifício escolar? O debate sobre o formato do edifício escolar, estruturado em conceitos escolanovistas, estava profundamente influenciado pelos acontecimentos e discussões que ocorriam no âmbito da arquitetura. A posição de vanguarda assumida pelo neocolonial vinha sendo suplantada pela arquitetura modernista, objeto de manifestações durante toda a década de 1920.

Para que a nossa arquitetura tenha seu cunho original, como o têm as nossas máquinas, o arquiteto moderno deve não somente deixar de copiar os velhos estilos, como também deixar de pensar no estilo. O **caráter da nossa arquitetura** como das outras artes, não pode ser propriamente um estilo para nós, os contemporâneos, mas sim para as gerações que nos sucederão. A nossa arquitetura **deve ser apenas racional, deve basear-se apenas na lógica e esta lógica devemos opô-la aos que estão procurando por força imitar na construção algum estilo**. É muito provável que este ponto de vista encontre uma oposição encarniçada por parte dos adeptos da rotina. Mas também os primeiros arquitetos do estilo *Renaissance*, bem como os trabalhadores desconhecidos que criaram o estilo gótico, os quais nada procuravam senão o elemento lógico, tiveram que sofrer uma crítica impiedosa de seus contemporâneos. Isso não impediu que suas obras constituíssem monumentos que ilustram agora os álbuns da história da arte.<sup>156</sup>

Construir é uma atividade elementar dos homens, intimamente ligada com a evolução e o desenvolvimento da vida humana. O dever dos arquitetos consiste em se porem de acordo com a orientação de sua época. As suas **obras devem exprimir o espírito do seu tempo**. Os abaixo assinados se recusam categoricamente a empregar nos seus métodos de trabalho, os princípios que puderam movimentar as sociedades passadas e confirmam, ao contrário, a necessidade de uma concepção nova. Querem **uma arquitetura satisfazendo as exigências espirituais, intelectuais e materiais da vida atual**. Conscientes das transformações profundas, operadas na estrutura social pelos maquinismos, reconhecem que a transformação da ordem e da vida social fatalmente acarreta uma transformação correspondente do fenômeno arquitetural. O fim exato desta reunião é de conseguir a harmonia entre os elementos presentes, colocando para isto, **a arquitetura no seu verdadeiro plano que é o plano econômico e sociológico**, livrando-se das influências estéreis das academias conservadoras das fórmulas do passado.<sup>157</sup>

É digno de nota o movimento que se manifesta hoje nas artes e principalmente na arquitetura. Tudo faz crer que uma era nova está para surgir, se já não está encaminhada.

A arquitetura, como arte-mãe, é a que mais de resente dos influxos modernos devido aos novos materiais à disposição do artista, aos grandes progressos conseguidos nestes últimos anos na técnica da construção e sobretudo ao novo espírito que reina em contraposição ao neoclassicismo, frio e insípido. Portanto, **praticidade e economia, arquitetura de volumes, linhas simples, poucos elementos decorativos, mas sinceros e bem em destaque, nada de**

<sup>155</sup> MEIRELES, Cecília. Predios Escolares. In Jornal Diário de Noticias. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1930. (p. 7) - Grifo meu.

<sup>156</sup> WARCHAVCHIK, Gregori. Acerca da arquitetura moderna. Publicado no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 01 de novembro de 1925. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/gregori02.asp>. Acesso em 29 de março de 2010. Grifos meus.

<sup>157</sup> WARCHAVCHIK, Gregori. Um congresso que marcou época na história da arte. Este é o 5º de uma série de 10 artigos escritos por Gregori Warchavchik para o jornal Correio Paulistano no final do ano de 1928 intitulado "Arquitetura do Século XX". Republicado na revista Óculum 3, FAU PUC-Campinas, março de 1993. Trata do 1º Congresso de Arquitetura Moderna, realizado em Lausanne, Suíça, entre 26 a 30 de junho de 1928. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/gregori01.asp>. Acesso em 29 de março de 2010. Grifos meus.



**mascarar a estrutura do edifício para conseguir efeitos que no mais das vezes são desproporcionados ao fim, e que constituem sempre uma coisa falsa e artificial.**<sup>158</sup>

Racionalidade e lógica construtiva, repúdio à imitação e à ornamentação eram as palavras de ordem deste movimento que em breve dominaria a arquitetura mundial e brasileira. Em 1929, Charles-Edouard Jeanneret, o Le Corbusier<sup>159</sup>, realizou palestras em Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro disseminando suas idéias para arquitetos, engenheiros e estudantes do porte de Gregori Warchavchik<sup>160</sup>, Flávio de Carvalho, Jayme da Silva Telles, Álvaro Vital Brasil, Carmen Portinho e Lucio Costa<sup>161</sup>. No ano seguinte, Costa foi alçado a diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), onde permaneceu até setembro de 1931 e promoveu uma reestruturação e renovação no ensino acadêmico. Gregori Warchavchik, Affonso Eduardo Reidy<sup>162</sup> e Alexander Buddeus foram convidados para imprimir uma orientação modernista na escola de arquitetura. A permanência de Lucio Costa na ENBA rendeu uma fértil discussão na imprensa. Christiano das Neves, em São Paulo, e José Mariano Filho, no Rio de Janeiro,

<sup>158</sup> LEVI, Rino. A arquitetura e a estética das cidades. Publicado no Estado de São Paulo, São Paulo, em 15 de outubro de 1925.. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/rino03.asp>. Acesso em 29 de março de 2010. Grifo meu.

<sup>159</sup> Charles Édouard Jeanneret, Le Corbusier (1887 - 1965)- arquiteto e escritor suíço nascido em Chaux-de-Fonds, foi um importante representante da escola modernista. Em 1920, passou a colaborar na revista L'Esprit Nouveau, para a qual escreveu uma série de artigos depois reunidos em livro intitulado *Vers une architecture* (1923). Esse foi o primeiro dos muitos textos sobre arquitetura e urbanismo, que o tornaram o principal divulgador do chamado estilo internacional. No salão de outono (1922), apresentou a idéia de pilotis para suporte da estrutura e criação de espaços arejados, fachadas destituídas de ornamentação e cobertura com terraço transformável em jardim. Grifos meus.

<sup>160</sup> Gregori Ilych Warchavchik (1896 - 1972) - arquiteto ucraniano, formado em 1920 no Reggio Istituto Superiori di Belle Arti [Real Instituto Superior de Belas Artes], em Roma. Trabalhou com os ex-professores Marcello Piacentini e Vincenzo Fasolo. Mudou-se para o Brasil em 1923, contratado pela Companhia Construtora de Santos, dirigida por Roberto Simonsen, onde permaneceu por três anos e meio como arquiteto assalariado. Na década de 1920, publicou texto intervindo no debate arquitetônico local ao defender parâmetros racionais para a arquitetura. Sua primeira obra, a casa da rua Santa Cruz, de 1928, foi considerada o primeiro exemplar da arquitetura moderna no Brasil. Em 1930, Warchavchik construiu a casa da rua Itápolis, inaugurada com a "exposição de uma casa modernista", onde além da residência projetou peças de mobiliário, luminárias e esquadrias, e decorou o ambiente com obras de arte e peças de design dos modernistas brasileiros. Foi convidado por Le Corbusier para ser o delegado da América do Sul nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - Ciam e, em 1931, por Lucio Costa para dar aulas na Escola Nacional de Belas Artes - ENBA, no Rio de Janeiro. Warchavchik expôs no Salão de 31 as únicas obras modernas construídas no Brasil até então, e fez as primeiras obras modernas do Rio, entre elas a Casa Nordschild, 1931, e a reforma de uma cobertura no Edifício Olinda, na avenida Atlântica, em 1932, ambas inauguradas com exposições semelhantes à exposição de São Paulo. Associado a Lucio Costa, projetou a Casa Schwartz, em 1932, e uma vila operária no bairro portuário da Gamboa, 1932/1933.

<sup>161</sup> Lucio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima e Costa (1902 - 1998)- arquiteto e urbanista formado em 1924, na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Entre 1922 e 1929, manteve um escritório de arquitetura associado a Fernando Valentim e realizou inúmeros projetos e obras orientados predominantemente pelo estilo neocolonial e eventualmente pelos preceitos ecléticos internacionais. Após a Revolução de 1930, foi nomeado diretor da ENBA, por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entre 1931 e 1933 associou-se a Warchavchik. Seguiu-se, até 1936, um período de intenso estudo da produção dos mestres da arquitetura moderna e de estagiagem de encomendas profissionais, onde escreve o importante texto-manifesto *Razões da Nova Arquitetura*. Em 1935, foi convidado pelo ministro Gustavo Capanema a conceber o projeto da nova sede do Ministério da Educação e Saúde - MES, tarefa em que preferiu trabalhar associado a um grupo de jovens arquitetos: Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos e Oscar Niemeyer, com a coordenação de Le Corbusier. Esse edifício, o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York, 1939 (projetado em parceria com Niemeyer), e o Conjunto da Pampulha foram considerados marcos inaugurais da arquitetura moderna brasileira, sendo o primeiro arranha-céu no mundo a realizar integralmente os "cinco pontos da arquitetura moderna" idealizados por Le Corbusier. Em 1937, passou a trabalhar como diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos - DET, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, criado nesse ano. A vitória no concurso para o plano piloto de Brasília, em 1957, iniciou uma série de projetos urbanísticos que ele desenvolve em seguida.

<sup>162</sup> Affonso Eduardo Reidy (1909 - 1964) - arquiteto e urbanista formado, em 1930, na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Ainda estudante, foi estagiário do urbanista francês Donat Alfred Agache na elaboração do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro. Em 1930, foi professor na cadeira de Composição de Arquitetura da ENBA. Em 1932 ingressou no serviço público, como arquiteto-chefe da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras da Prefeitura do Distrito Federal, onde permaneceu por 30 anos. Participou da equipe que, sob a liderança de Lucio Costa, e a consultoria de Le Corbusier (1887 - 1965), realizou o projeto do Ministério da Educação e Saúde. Sua dedicação ao tema da habitação social foi materializada nos projetos dos conjuntos Habitacional Pedregulho, de 1946 (1º prêmio na Bienal Internacional de São Paulo, em 1953), e Marquês de São Vicente, 1952. O reconhecimento da sua obra foi selado com o projeto do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM/RJ, 1953, sendo a primeira obra em concreto aparente no país.

publicaram artigos agressivos em jornais, expondo sua contrariedade frente à reestruturação da escola, que foram respondidos duramente por Costa.

A tentativa de reestruturação da ENBA influenciou também muitos estudantes. Buddeüs, arquiteto alemão, difundiu revistas racionalistas e funcionalistas, como a *Form* e *Modern Bauformen* e transmitiu aos alunos uma visão radical sobre a nova arquitetura. “O modernismo não é uma evolução do tradicional, isto é, dos valores artísticos do passado, mas uma criação integral do nosso tempo. A orientação modernista é construtiva, social e econômica, ao passo que a orientação tradicional era artística, decorativa, simbólica”. Ensinava aos alunos: “a fachada deve ser o reflexo da planta”.<sup>163</sup>

Neste contexto, a arquitetura deveria *ser apenas racional, basear-se apenas na lógica, ter praticidade e economia, estar no seu verdadeiro plano que é o plano econômico e sociológico*. Estavam sendo delineados os princípios da *nova* arquitetura e, sobretudo, de seu caráter. A *racionalidade* e a *economia* giravam, por exemplo, em torno do atendimento às novas demandas pedagógicas e higienistas, da utilização do concreto armado e de novos materiais construtivos e da incorporação das instalações sanitárias. Mas racionalidade e economia, assim como a utilização das modernas técnicas construtivas, eram princípios presentes desde Vitruvio e que não foram esquecidos nas escolas jesuíticas ou ainda da Primeira República.

A arquitetura deveria *exprimir o espírito do seu tempo*, eis aqui a inspiração de Cecília Meireles: uma reivindicação dos arquitetos modernistas! O termo alemão *zeitgeist* (fantasma do tempo), foi a palavra-chave deste sentimento, justificando a adequação formal às condições técnicas, sociais e culturais de uma época. A arquitetura daquele momento seria estruturada em *volumes, linhas simples, poucos elementos decorativos, mas sinceros e bem em destaque*.

Entretanto, a vaga descrição não consegue dar conta das soluções plásticas encontradas no período. Na década de 1930, ainda não havia uma “filiação clara a alguma doutrina de vanguarda”, os argumentos giravam em torno do repúdio ao ecletismo, do reconhecimento da internacionalização da cultura e de um novo contexto sócio-econômico e da valorização da abordagem social.<sup>164</sup> Estudos filiaram as escolas do

---

<sup>163</sup> AZEVEDO, Paulo Ormino de. Alexander S. Buddeüs: a passagem do cometa pela Bahia (1). Disponível no endereço eletrônico: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081\\_01.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081_01.asp). Acesso em 29 de março de 2010.

<sup>164</sup> SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil... 2002. (p. 79-80)

Rio de Janeiro do período a uma estética déco, próxima das formas de máquinas como carros, navios e aeroplanos, ou ainda ao racionalismo alemão<sup>165</sup>.

Então, o modelo arquitetônico talhado à semelhança das máquinas era aceito não só por ser a conquista mais recente no campo das formas mas, também, porque tinha uma elegância moderna, limpa e concisa que agradava os olhos burgueses da elite intelectual brasileira e, ao mesmo tempo, significava para muitos outros uma quebra com o passado rural e a inserção do seu cotidiano no mundo da fantasia urbana e refinada dos filmes de Hollywood.<sup>166</sup>

No mais, a ausência de retórica decorativa, a ênfase na percepção dos aspectos funcionais e espaciais do edifício, o interesse pelo método e a configuração das massas e formas empregadas num equilíbrio dinâmico, eram características que abrangiam grande parte da produção arquitetônica moderna da linha racionalista.<sup>167</sup>

A arquitetura no Brasil ainda não tinha estabelecido um campo conceitual que pudesse sustentar as conquistas formais da vanguarda européia e, até mesmo, fazer frente à enorme influência e prestígio de suas novidades. Sem uma crítica fundada no campo de conhecimento especializado e, sobretudo, em uma vivência histórica concreta dos fenômenos que deram origem aos movimentos modernos, a arquitetura brasileira continuava sensível aos modelos estrangeiros e permeável a apropriações morfológicas e discursivas de nível superficial.<sup>168</sup>

A arquitetura brasileira na década de 1930, portanto, bebeu de várias fontes. Os conceitos de funcionalidade, eficiência e economia construtiva discutidos e valorizados pelos arquitetos, foram adotados na política de obras públicas empreendida pelo governo de Getúlio Vargas. As modernas linhas geométricas disseminaram-se em todo o Brasil, em especial nas construções escolares e nas agências e postos do Departamento de Correios e Telégrafos.<sup>169</sup>

O texto de Cecília Meireles clamando que *a arquitetura pedagógica, quer na parte propriamente de ambiente, quer na de utilização, esteja devidamente esclarecida pelo espírito da época, e perfeitamente orientada nas suas intenções* vem, portanto, de uma discussão ampla que acontecia naquele momento, influenciada inclusive pela adoção desta arquitetura nas obras públicas.

A 1ª Exposição de Arquitetura Escolar, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 5 e 31 de maio de 1934 e promovida pela Associação Brasileira de Educação, reuniu as propostas arquitetônicas que incorporaram as reflexões e aspirações da Escola Nova. Participaram do evento o Distrito Federal e os estados de São Paulo,

---

<sup>165</sup> Na Alemanha no início do século XX, os arquitetos buscavam uma nova linguagem para a era industrial, sintetizada na Bauhaus (Staatliches Bauhaus, Casa Estatal de Construção, uma escola de arquitetura e desenho). Dentro de um contexto de crise econômica e escassez de moradias, os arquitetos da Bauhaus, dirigidos por Walter Gropius, buscavam soluções formais novas para construções em massa a partir de tecnologias e materiais construtivos mais recentes e econômicos. Esta postura, conhecida como racionalista, definiu os conceitos do movimento moderno: janelas horizontais, muro-cortina de vidro, utilização de materiais novos, estrutura aparente, cobertura plana, despojamento de ornamentações, disposição racional e design global de todos os elementos e preocupação com o espaço interno das edificações. No ano seguinte, a tendência consolidou-se com as Weissenhof Siedlung (casas operárias), perto de Stuttgart, construções que contaram com a participação de vários arquitetos europeus.

<sup>166</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 261-262)

<sup>167</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 264)

<sup>168</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 260)

<sup>169</sup> Na década de 1930 foram construídas 141 agências de correio em todo o Brasil. SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil... 2002. (p. 66-72)

Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Ceará, Sergipe e Goiás.<sup>170</sup> O objetivo foi

o estudo do predio escolar: sua disseminação devidamente orientada; localização; condições geograficas; acessibilidade, transporte, situação econômica da região, segurança, requisitos de ordem pedagogica, higiênica, sanitaria etc. O predio escolar especialmente destinado a esse fim, deverá surgir segundo as bases de um plano que constituirá pelo exame da formação escolar e pelos metodos construtivos mais aplicados, o sistema ou tipo de construção indicado; conseqüentemente, obra de educadores, higienistas e técnicos especializados. A parte formal será exclusivamente uma conseqüência da função.<sup>171</sup>

Arquitetos, engenheiros, educadores e médicos discutiram, em diversas palestras, a edificação escolar frente a novas demandas pedagógicas e higienistas, técnicas construtivas e linguagem formal.<sup>172</sup> Anísio Teixeira abriu o evento com o tema “O problema do predio escolar”:

O que comunica, entre nós, nos estudos sobre predios escolares, um indisfarçavel caracter acadêmico, é o grau realmente alarmante de atrazo em que nos encontramos no assumpto.

Não há ainda o problema do predio escolar, na consciência comum da população.

Há o problema de escolas, mas não há o problema do predio escolar. As escolas se organizam como simples iniciativas espirituas e moraes. A moralização do ensino é um problema muito mais sentido no Brasil, do que o da sua installação e organização.

A insistência com que affirmo esse aspecto do problema educativo brasileiro, pode parecer uma impertinência, de tal modo varios symptomas, entre os quaes, esta iniciativa da A.B.E., vem revelando já termos passado desse nível de organização para os primeiros degraus de um possível plano de eficiencia.

O apreço, entretanto, que continuam a merecer os programmas puramente sentimentaes, pelos quaes nos propomos a resolver os problemas com boa vontade e entusiasmo, revelam que, no fundo, achamos os problemas perfeitamente secundarios, senão superfluidades da imaginação de technicos estravagantes.

O proprio caracter excepcional que se empresta à construcção de predios, demonstra e relega a um plano do luxo essas soluções, só possíveis em momentos de prosperidade ou em administrações extraordinárias. E essa impressão do que o predio e a installação material são os últimos estagios com que se completa e não com que se inicia os programmas de acção, communica ao que se tem construído, até hoje, a extravagância, o luxo e a superfluidade que, tão paradoxalmente, marcam as obras escolares entre nós.

Um simples vicio de posição do problema imposto em tudo isso. Se já tivéssemos chegado realmente a um nível razoavel de convicção sobre a absoluta necessidade de meios para realizar certos fins, o problema de installação das escolas eu poria, no inicio de qualquer plano escolar.<sup>173</sup>

Sobre as escolas monumentais construídas na Primeira República, acrescentou:

O predio, então, como a casa para o novo-rico, não é um problema de installações efficaces e perfeitas, mas um problema de importância, de luxo, uma valorização, - “um monumento”. O seu fim é offerecer uma demonstração materialmente esmagadora da grandeza espiritual da instrucção. Deve ser planejado como são planejados os monumentos, com muita vista e nenhum fundo. Para ser mostrados e não habitados ou usados.

<sup>170</sup> PORTO CARRERO, Oscar. Exposição de Architectura Escolar. Conferencia do Professor Oscar Porto Carrero. In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1934. (p. 3)

<sup>171</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE). 1934. Dossiê 1ª Exposição de Arqitetura Escolar. Rio de Janeiro: Arquivo da Associação Brasileira de Educação. Apud DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arqitetura Escolar... 2003. (p. 179)

<sup>172</sup> As conferências foram, em sua maioria, publicadas pelo *Jornal do Commercio*, entre 30 de março e 3 de junho de 1934.

<sup>173</sup> TEIXEIRA, A. A. B. E. O problema do prédio escolar... 1934. (p. 5-6)

Ora a grande verdade, a verdade tão elementar, que nos constringe a repeti-la, é a de que existe uma relação de causa e efeito, de meios e fins, entre o prédio e a instalação escolar, de um lado, e o programma e os fins da educação de outro lado.

**Pelos prédios e instalações escolares e não pelas leis e regulamentos é que se pode conhecer o verdadeiro programa de ensino de uma localidade.**

Está claro que do prédio, surge o problema do professor, mas este não pode ser resolvido antes daquelle.<sup>174</sup>

Anísio Teixeira colocou em primeiro plano o edifício escolar e seu correto planejamento, enfatizando que a escola deveria ser projetada com parâmetros pedagógicos, materializando-os em espaços que possibilitem uma nova forma de ensinar. Sem um edifício adequado, os novos métodos não poderiam ser colocados em prática - estabelecendo uma relação direta de *causa e efeito*. A dependência extremista entre o edifício escolar e a aplicação de uma nova pedagogia deve ser relativizada, pois foi estabelecida na palestra inicial de um evento sobre a arquitetura escolar, com o objetivo de delinear um novo princípio na construção de edifícios escolares. Naquele momento, e nos outros anteriormente estudados, a precariedade da rede de escolas públicas era um problema que exigia uma ação imediata. Ao mesmo tempo, estava sendo implantada uma metodologia de ensino (a qual já havia sido experimentada por Fernando Azevedo, mas que ganhou ares de novidade na administração subsequente, de Anísio Teixeira) centrando sua ação na criança e no aprendizado através da experimentação, fato que levava à necessidade de ambientes específicos. A política de poucas escolas de custos elevados e de caráter monumental erigidas na Primeira República deveria ser substituída por uma ação de edificação de um maior número de escolas a um custo menor - e este era o foco da mudança.

Porém todo o edifício projetado e construído para escola traz como condição sua adequação às demandas pedagógicas e higienistas vigentes. As escolas monumentais da Primeira República foram questionadas no debate de 1934, sob uma ótica diferente daquela em que foram concebidas. O problema residiria na impossibilidade de multiplicar o número daqueles edifícios, devido ao alto custo, e eliminar as escolas funcionando em instalações alugadas e precárias que continuavam a ser utilizadas mesmo com a consolidação dos princípios escolanovistas.

Novas demandas impostas ao edifício escolar foram discutidas e estabelecidas na 1ª Exposição de Arquitetura Escolar. Em relação à técnica construtiva, o professor João Lourenço da Silva se manifestou a favor do concreto armado como elemento estrutural, do uso do terraço-jardim na cobertura, do emprego de novos revestimentos

---

<sup>174</sup> TEIXEIRA, A. A. B. E. O problema do prédio escolar... 1934. (p. 5-6) - Grifo meu.

como o parquêt, do melhor aproveitamento do vidro, etc. Em sua palestra, discorreu sobre os novos materiais construtivos, suas vantagens e, sobretudo, sua modernidade. Por fim, pediu aos arquitetos que definissem os melhores materiais para a construção de escolas.<sup>175</sup> Talvez a contribuição mais expressiva da palestra de Lourenço da Silva tenha sido sua manifestação inicial:

Inicialmente devo dizer que não existem, no Brasil, materiaes e elementos de construcção especialmente destinados à edificação escolar; para este fim são empregados os que commumente usamos em construcção civil. Ao architecto, entretanto, cumpre seleccionar os que melhor satisfaçam as exigências de ordem econômica, technica e architectonica, observando, todavia, que sua escolha deve attender as nossas condições de clima.

De todas as actividades humanas, a construcção civil foi sempre a mais rotineira. Seus processos foram, através de toda a historia, os mais antiquados. Os materiaes actualmente empregados, só por uma evolução lenta tornaram-se acceitaveis á construcção. Podemos nos certificar de quanto isto é verdade, desde que observemos que ainda hoje se encontra, em nossos technicos, quem não acredita na estabilidade do concreto armado. Presentemente uma transformação radical e rápida se opera de forma a industrializar e racionalizar a construcção moderna.<sup>176</sup>

Para o educador, a especificidade do edifício escolar exigiria uma relação de materiais construtivos próprios. Esse entendimento não levou em consideração que a arquitetura, por princípio, atende e materializa demandas distintas, como hospitais, escolas, residências e estações ferroviárias, que têm e sempre tiveram programas arquitetônicos diferentes, cabendo ao arquiteto propor uma solução espacial para cada finalidade e, dentro de um rol de materiais construtivos, escolher o mais adequado.

Outra observação que não se sustenta refere-se à antiquada e rotineira trajetória da construção civil. O educador Lourenço da Silva não conseguiu enxergar os progressos tecnico-construtivos alcançados ao longo da história da humanidade, considerando revolucionários o concreto armado e a industrialização de materiais.

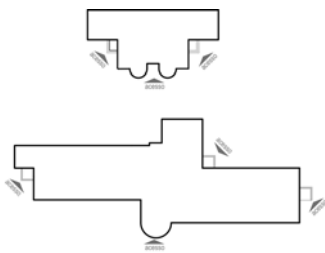
Alguns dos novos princípios delineadores do espaço escolar foram definidos por Enéas Silva, arquiteto fluminense, que tratou *Da circulação do prédio escolar*. Seu texto, mais técnico e carregado de funcionalismo, definiu a circulação como um dos pontos fundamentais do projeto arquitetônico de escolas.

---

<sup>175</sup> SILVA, João Lourenço da. A escola em face dos novos elementos de construcção. In ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. As conferencias sobre o problema do prédio escolar - Palestras do professor João Lourenço da Silva sobre a escola em face dos novos elementos de construcção e do professor Enéas Silva sobre a circulação no prédio escolar. In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1934. (p. 6)

<sup>176</sup> SILVA, J. L. A escola em face... 1934. (p. 6)

Os primeiros cuidados na escola, localização do predio escolar em função da zona circumscripção a que serve, deverão ser tomados a vista das vantagens de circulação existentes nessa mesma zona; na vizinhança próxima da confluência das principais vias de comunicação é a indicação mais acertada; o terreno a localizar, necessariamente amplo e hygido, deverá ser de natureza tal que permita um acesso facil ao predio nelle situado pelo menos por dois dos lados que o limitam; são precarias as situações em que o terreno tem apenas uma face livre sobre a rua; entretanto mesmo neste caso é assaz recommendavel a abertura de dois portões de acesso, um para a entrada principal e outro para uma das entradas secundarias.



De modo análogo, o predio em si deverá ser servido por varias portas de acesso, convenientemente amplas, protegidas por marquises de balanceamento adequado e revestidas de branco pela face interior, permitindo acesso prompto a todas as dependências internas; num predio escolar nunca deverá haver uma única porta de entrada, sempre mais de uma, de preferência uma em cada um dos lados do polygono que circunscreve o perimetro desse mesmo predio; será sempre aconselhavel evitar a

canalização forçada da circulação em um determinado sentido; o acesso em varias direcções, todas de igual amplitude, subdivide a circulação, annullando todas as possibilidades de congestionamento, contribuindo ainda para o trajecto natural em direcção às diferentes vias de comunicação que ligam o predio á zona circumscripção em que o mesmo subsiste; e, mais ainda, é fartamente conhecido de todos nós que á criança desagrada sempre ter que adotar soluções previamente determinadas; releva, entretanto, considerar que, por todos esses vãos de acesso a solução seja a mesma quanto aos objectivos da circulação almejados; nessas condições à criança não será preferível adoptar esta ou aquella porta ser melhor servida do que de outra, mas optará por uma terceira simplesmente pelo prazer infantil de optar! O que é necessario, sobretudo, é que, para a criança que sae da sua classe haja sempre á sua frente um caminho facil e amplo para o ambiente exterior; este é um detalhe simples em circulação escolar, mas que, sendo elementar, proporciona facilidade e conforto - é a circulação espontânea.

As galerias de circulação devem ser amplas e higienisadas; úteis, sobretudo, úteis. Jamais caminhadas longas percorrendo adjacências de salas que não sejam de aulas; nunca se deverão permitir ângulos mortos na circulação; toda a galeria de circulação deve dar directamente para o exterior; evitar sempre uma distancia superior a 30 metros entre uma sala de aula e uma escadaria; a mesma exigência applicada em relação as installações sanitarias; dando (...) logicamente que estas ultimas devem ficar localizadas em conexão com as primeiras; com esta razão logica colabora a razão pratica de que sempre que a criança se dirige para a escada poderá se servir de um lavatorio ou de uma installação análoga se quizer...

Todo o systema de escadas deve ser amplo convenientemente iluminado em dois sentidos pelo menos; um mínimo de 1m60 de largura é o razoável; convenientemente lançadas com degrau de 16x28, nunca além, sem arestas vivas e sem perfis perigosos também; com dois lances sempre que a distancia vertical a vencer seja superior a 2m80: um patamar intercalado da mesma amplitude da escada; um como outro, protegidos por parapeitos e estes munidos de corrimões duplos com 60 e 90 centímetros de altura acima do piso, para uso de criança e adultos respectivamente.

Entre uma galeria e uma escada intercalar sempre um núcleo de circulação no mínimo com a extensão da escada que houver; e, dada a necessidade da installação de uma porta, nesse local, entre o extremo do vão e o inicio da escada haverá naturalmente uma extensão de piso igual a largura da porta a installar.

Na circulação de um predio escolar será sempre de primordial interesse estabelecer uma conexão perfeita entre as salas de aula e as installações sanitarias; estas são installações fixas,

estaveis, por isso que modificações ahi acarretam despesas excessivas; aquellas são partes moveis, elasticas sujeitas a qualquer transformação sempre que se pretenda modificar o systema de actividade escolar; donde se deve concluir que entre estas nunca deverão aquellas ficar intercaladas; sempre que no predio houver salas de ensino especializado a solução do problema admitirá variantes diversas, todas dentro da premissa de que, o isolamento de umas em relação ás outras, não deverá prejudicar o systema de rodizio na circulação que a natureza do programma escolar exige.

A installação de gymnasio e auditorio, peças que podem ser únicas e ter utilização simultânea, requer, da mesma forma, conhecimento completo da função a que se destinam sob um ou outro aspecto; serão preferivelmente centraes, situadas em relação a entrada principal, - para auditorio; em relação ás entradas secundarias, installações de saude e installações sanitarias, para a função de gymnasio; em relação a todo o núcleo de circulação para as funções de gymnasio e auditorio.

O systema de circulação do nucleo central tem a importantíssima vantagem de permittir facil e economicamente uma vigilância perfeita, todas as vezes que a mesma tiver de se fazer sentir em toda a plenitude de seu vigor; e, mais ainda, essa vigilância subsistirá, mesmo que não tenha sido previamente determinada, se nesse núcleo central de circulação ou em suas adjacências ficar localizada a sala destinada exclusivamente aos professores.

Finalizando, nunca será demasiado insistir na preponderância vital que sobre as actividades escolares exerce o systema de circulação adoptado; se num predio escolar todos os problemas devem ser resolvidos com oportunidade logica e pleno conhecimento de todos os seus minimos detalhes, no problema da circulação a importância assoma de valor, uma vez que da sua solução depende directa e exclusivamente o bom êxito da utilização pratica de todas as outras.<sup>177</sup>

Ao se deparar com um programa de necessidades mais complexo em um edificio de maior porte, parece natural a escolha da circulação dos diferentes usuários como um fator preponderante no projeto arquitetônico. Questões como localização do terreno e acessos à escola; circulações internas diretas e amplas; instalações sanitárias próximas às salas de aula; auditório e atividades comuns centralizados; fluxo natural para o aluno e controlado pelo professor ganharam importância no texto do arquiteto por representarem questões a serem resolvidas no projeto.

Além disso, a presença da circulação ampla em todo o edificio estaria pressupondo um partido arquitetônico mais aberto, com priorização das áreas comuns. A proposta, possibilitada pelas novas técnicas construtivas (utilização do concreto armado que aumentou os vãos livres) alinhou-se aos parâmetros da arquitetura modernista e aos princípios escolanovistas.

Por outro lado, o convívio com a arquitetura monumental [da Primeira República], os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> SILVA, Enéas. Da circulação do prédio escolar. In ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. As conferencias sobre o problema do prédio escolar - Palestras do professor João Lourenço da Silva sobre a escola em face dos novos elementos de construção e do professor Enéas Silva sobre a circulação no prédio escolar. In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1934. (p. 6)

<sup>178</sup> FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares... 2000. (p. 25)



A observação sobre os primeiros edifícios republicanos poderia ser estendida a todas as escolas aqui estudadas. A arquitetura monumental foi encontrada nos exemplares ecléticos, neocoloniais, déco e modernistas, estando relacionada diretamente ao porte e ao papel desempenhado pela instituição. As escolas normais são, por princípio, monumentais, na medida em que têm por finalidade formar professores, um dos pilares da instrução pública em todo o período estudado. Sua importância material e simbólica é inquestionável. Já o correto dimensionamento de instalações e ambientes enquadra-se no princípio de utilidade da arquitetura, logo, amplas circulações seriam - e são - proporcionais ao número de usuários que a utilizam. A racionalidade do espaço e a imposição higienista foram valorizadas na arquitetura desde o Iluminismo e se mantêm como princípio. O destaque de um edifício no contexto urbano - relacionado ao porte, à implantação e ao apuro formal e utilizando *uma simbologia estética, cultural e ideológica* - foi, e é, um recurso freqüentemente utilizado em escolas, edifícios públicos, igrejas, hospitais e até residências. Não se trata, portanto, de uma característica da escola do início do século XX.

O discurso dos educadores acompanha o do arquiteto que justifica um *novo* conceito de edifício escolar associado a uma *nova* tendência estética (modernista) e *novas* possibilidades construtivas diferenciando-a da anterior (eclética), como uma resposta às demandas da Escola Nova, substituta do método intuitivo. Como arquiteto, Enéas Silva estruturou seus argumentos nos princípios *Firmitas, Utilitas e Venustas* e no caráter racional e científico do edifício escolar.

Enéas Silva, naquele momento trabalhava com Anísio Teixeira no governo do Distrito Federal, coordenando a Divisão de Prédios e Aparelhamento Escolares.<sup>179</sup> Suas considerações foram resultado do estudo desenvolvido naquela cidade.

Mesmo sucedendo um educador respeitável como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira ao assumir a direção da Instrução Pública do Distrito Federal deparou-se com uma situação precária. A carência de escolas era acentuada e a realidade das existentes ainda era aquela dos prédios alugados. Implantou uma reforma administrativa e, como acreditava que *novos* métodos pedagógicos só poderiam ser introduzidos em *edifícios projetados e concebidos para a nova atividade educacional*, propôs a construção de *novas* escolas. A estatística no início de sua administração mostrou que o Distrito Federal tinha cerca de 160.000 crianças em idade escolar e oferecia apenas 26.160 vagas, em escolas inadequadas física e

---

<sup>179</sup> DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 92)

pedagogicamente.<sup>180</sup> Era premente aumentar o número de escolas, porém a ação deveria ser executada com planejamento e racionalidade.

A primeira imposição foi distributiva. Os novos edifícios escolares seriam implantados segundo critérios urbanísticos como demanda e presença de meios de transportes. No entanto, não existiam terrenos com as características necessárias - situação, dimensão e topografia - disponíveis nas regiões escolhidas. Diante de tal situação, uma nova estruturação foi definida com a divisão do ensino em dois grupos: as escolas nucleares ou escolas-classe, de ensino tradicional, e as escolas-parque ou parques escolares, para as atividades sociais, artísticas, esportivas e médico-higienistas. A criança freqüentaria diariamente os dois tipos de escolas, mas em turnos diferentes.

A solução encontrada por Anísio, baseada na divisão de funções pedagógicas por prédios, espacializava uma separação indesejável dos conteúdos disciplinares objetivados pela filosofia de ensino que abraçava, e reforçava, no senso comum da população atendida, o entendimento tradicionalmente estabelecido de que o pensar e o fazer (escola-classe/escola-parque) ou, o pensar e o viver ativo, eram mesmo coisas incompatíveis. A própria designação dos conteúdos em “ensino fundamental” ou “ensino elementar” e “ensino complementar” ou “ensino especial” mostravam essa dicotomia presente na própria linguagem dos defensores de um ensino integral (íntegro, total, inteiro, global) que fazia possível, na prática, a normalização de procedimentos redutores do alcance da proposta escolanovistas, como esta compatibilização arquitetônica entre custo e programa.

Isso não deve ter passado despercebido a Anísio. Talvez por isso tivesse encomendado aos arquitetos seis tipos de projeto de escola, em cujos programas foram gradativamente implementados os requisitos para a prática de uma maior ortodoxia escolanovista.<sup>181</sup>

Os seis tipos de projetos arquitetônicos foram divididos em dois grupos, como mostra a Tabela 01. Princípios como racionalidade, eficiência, padronização, economia e rigor nortearam o trabalho dos arquitetos Enéas Silva, Wladimir Alves de Souza, Atílio Corrêa Lima, Paulo de Camargo Almeida e Raul Penna Firme que desenvolveram esta família de edifícios escolares.<sup>182</sup>

Em todos os tipos haveria salas de aula, sala administrativa, gabinete médico-odontológico e instalações sanitárias, diferenciando-se entre si pela presença ou não de salas especiais, biblioteca e auditório. Outra característica inerente era a possibilidade de ampliação do edifício. As Figuras 19 a 23 (página 84) apresentam as plantas de cinco tipos, onde as salas de aula e especiais foram dispostas em linha, permitindo acréscimos em ambas as extremidades e mantendo a mesma orientação e iluminação projetada inicialmente.

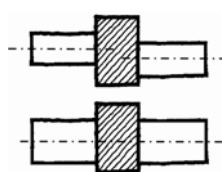
---

<sup>180</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 147)

<sup>181</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 152-153)

<sup>182</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 180)

Tabela 01: Tipos de escolas construídas no Distrito Federal na primeira metade da década de 1930, capacidade e programa arquitetônico	
Grupo 01: Escola Nuclear e Escola Parque	
Escola Tipo Mínimo (Figuras 18 e 19)	Capacidade 240 alunos 02 salas de aula 01 sala especial (oficina e trabalhos manuais)
Escola Tipo Nuclear (Figura 20 e Fotos 14 e 15)	Capacidade 1.000 alunos 12 salas de aula 01 biblioteca para professores
Parque Escolar	Atendimento de 4 escolas nucleares próximas Direção Geral, atendimento médico, auditório, ginásio, instalações sanitárias e vestiários, sala de música, jardim de infância, clube escolar e instalações para a prática desportiva
Grupo 02: Escola Platoon <sup>183</sup>	
Escola Platoon - 12 classes (Figura 21 e Foto 16)	Capacidade 1.000 alunos 06 salas de aula 06 salas especiais (biblioteca, ciências sociais e ciências, desenho e artes industriais, auditório, música e recreação e jogos)
Escola Platoon - 16 classes (Figura 22 e Foto 17)	Capacidade 1.300 alunos 12 salas de aula 04 salas especiais (ciências sociais e ciências, auditório, música e recreação e jogos)
Escola Platoon - 25 classes (Figura 23 e Fotos 18 e 19)	Capacidade 2.000 alunos 12 salas de aula 12 salas especiais (biblioteca, ciências sociais e ciências, desenho e artes industriais, auditório, ginásio, música e recreação e jogos) almoxarifado escolar, refeitório e anexos e sala de professores



A setorização foi bem definida. Em todos os tipos de escolas, ficou estabelecido um núcleo, onde se concentraram as atividades administrativas e o acesso principal da escola, localizado numa posição intermediária em relação aos conjuntos de salas de aula e/ou especiais. O esquema representa a configuração adotada, que, em princípio, é muito próxima daquela encontrada na Escola Normal de São Paulo. As diversas circulações direcionaram-se para este núcleo, evitando *caminhadas longas*, possibilitando a confluência de diversos fluxos e definindo uma centralidade bem demarcada tanto na planta como na solução formal. Além disso, esta configuração possuía *a importantíssima vantagem de permitir fácil e economicamente uma vigilância perfeita, todas as vezes que a mesma tiver de se fazer sentir em toda a plenitude de seu vigor*, como escreveu Enéas Silva sobre a *circulação do prédio escolar*, em 1934.<sup>184</sup> A vigilância, ou o controle, das atividades de ensino e da movimentação de alunos foi uma questão presente desde as escolas jesuíticas.

<sup>183</sup> Sistema Platoon foi implementado no estado de Indiana/EUA, em 1912, por William Wirt, que, desejando um melhor aproveitamento do tempo e do espaço escolar, criou uma estrutura na qual os alunos não teriam salas fixas, mas circulariam entre elas a partir de um horário pré-estabelecido, com base em seus próprios interesses. Esse espírito pedagógico, ao adequar a filosofia deweyana a uma certa maneira de organizar a escola, procurava desenvolver uma educação integral que estimulasse tanto o estudo quanto o trabalho e a recreação. Além desses propósitos, a estrutura também permitia que a escola se tornasse uma verdadeira comunidade onde se praticava o próprio princípio deweyano de que não existiria democracia, mas atitudes democráticas. Atitudes que se desdobravam em quantas fossem as atividades desenvolvidas pela escola através da sala de aula, das salas ambientes e das suas instituições escolares - jornal, clube literário, cooperativa, oficina agrícola etc. - mola propulsora da educação integral. CHAVES, Miriam Waidenfeld. A Educação Integral e o Sistema Platoon: A experimentação de uma nova proposta pedagógica no antigo Distrito Federal nos anos 30. In Revista Educação em foco. Volume 7, nº 2. Juiz de Fora/MG: UFJF, setembro/fevereiro, 2002/2003. (p. 115)

<sup>184</sup> SILVA, Enéas. Da circulação do prédio escolar. In ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. As conferências sobre o problema do prédio escolar... 1934. (p. 6)

Figura 18; Perspectiva da Escola Tipo Mínimo

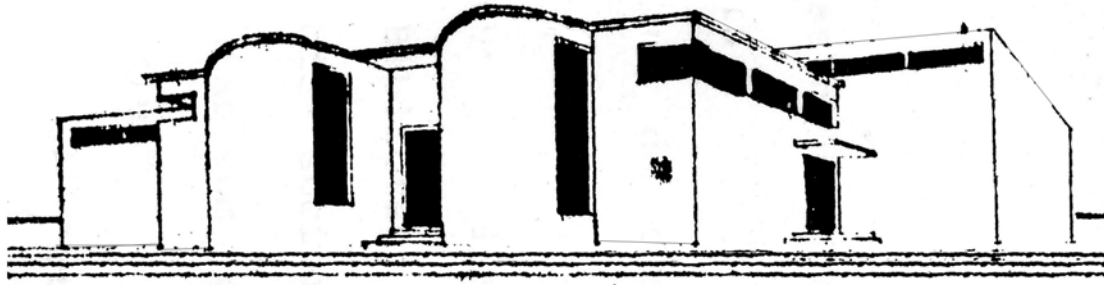
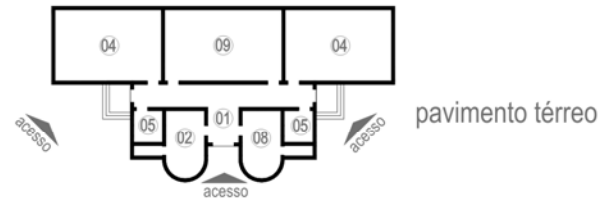


Figura 19: Planta do pavimento térreo da Escola Tipo Mínimo



- 01 vestíbulo
- 02 secretaria
- 03 portaria
- 04 sala de aula
- 05 instalações sanitárias
- 06 gabinete médico
- 07 biblioteca
- 08 gabinete odontológico
- 09 atelier e oficina

Figura 20: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Nuclear

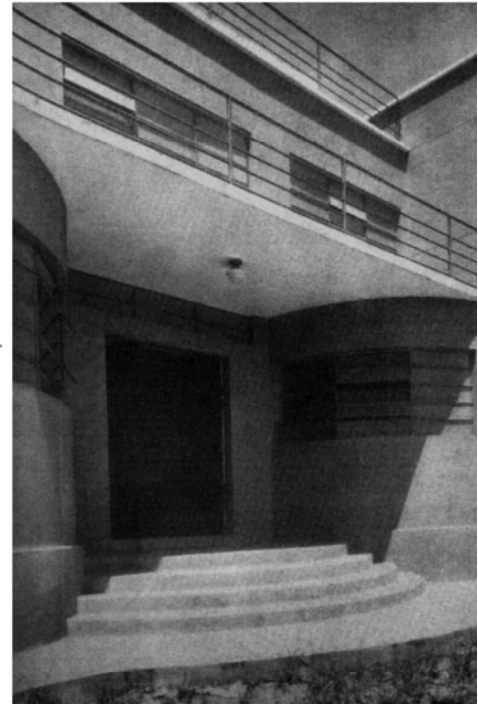
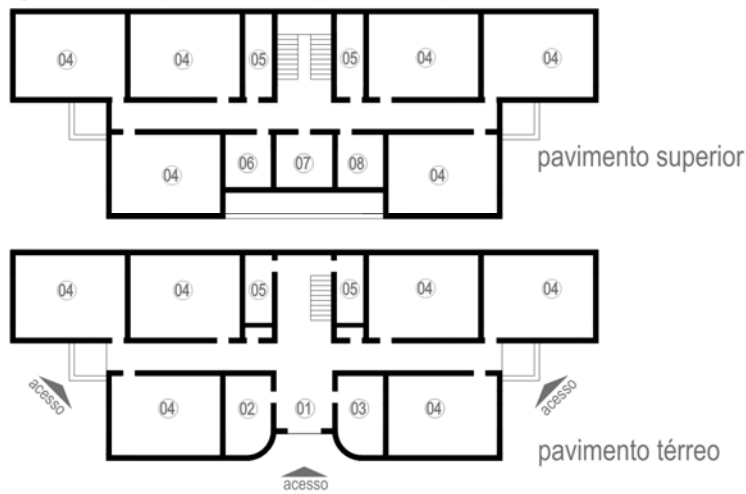
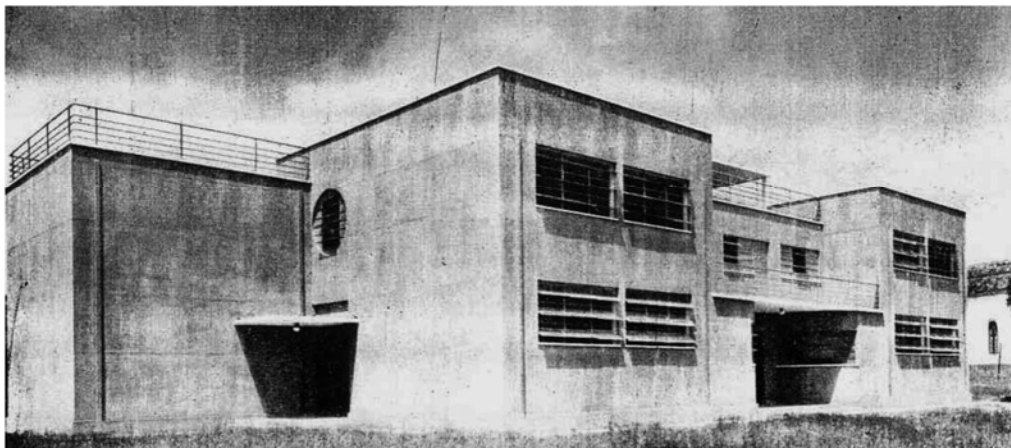


Foto 14: Escola Tipo Nuclear

Foto 15: Detalhe do acesso principal da Escola Tipo Nuclear



- 01 vestíbulo
- 02 portaria
- 03 diretoria
- 04 secretaria
- 05 sala de aula
- 06 ginásio
- 07 instalações sanitárias
- 08 sala especial
- 09 auditório

Foto 16: Escola Tipo Platoon - 12 classes

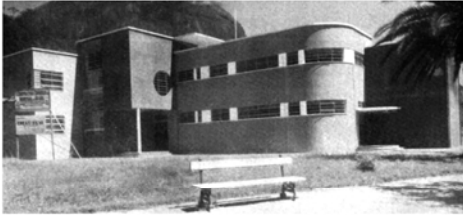


Figura 21: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Platoon - 12 classes

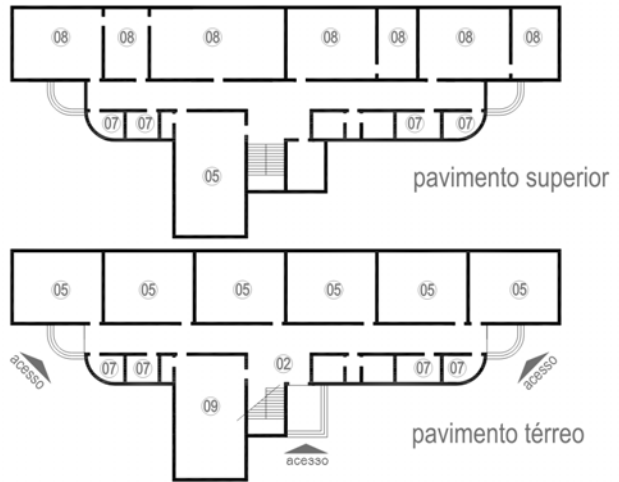


Foto 17: Escola Tipo Platoon - 16 classes



Figura 22: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Platoon - 16 classes



Foto 18: Escola Tipo Platoon - 25 classes

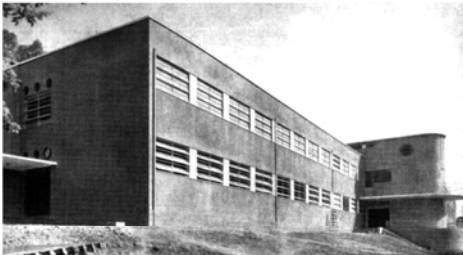


Figura 23: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Platoon - 25 classes

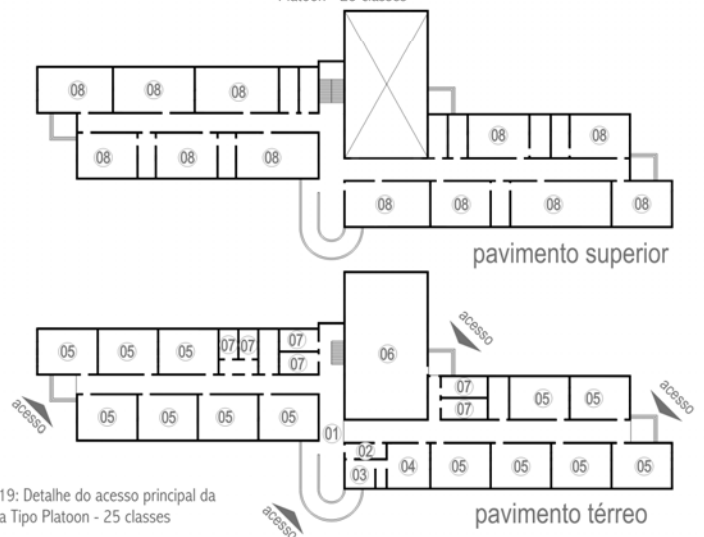


Foto 19: Detalhe do acesso principal da Escola Tipo Platoon - 25 classes

O eixo simples controla geometricamente o espaço a partir de um nó central e hierárquico, composto pelos volumes funcionais responsáveis pelas atividades de recepção, triagem, distribuição e controle de alunos (vestíbulo de entrada, hall, circulação vertical, secretaria, diretoria) como também por aqueles espaços que se destinavam a um maior contato com a comunidade (administração, gabinete médico-dentário e auditório). Deste núcleo sai a circulação horizontal que conecta os ambientes citados às salas de aula, dispostas regularmente e em linha seqüencial de ambos os lados do eixo diretor. Na escola Platoon, 25 classes, a grande extensão do corredor provocada pelo partido obrigou o arquiteto a um artifício que foi a criação de um volume central, cuja função exclusiva de recepção - distribuição facultou a ruptura do inconveniente comprimento, deslocando para dois pontos equidistantes as intersecções de fluxo consideradas críticas e a divisão do volume do tráfego de alunos em duas escadas - uma para cada bloco de salas de aula.<sup>185</sup>

Os conceitos de funcionalidade e racionalidade projetual e construtiva estão presentes nesses edifícios. Enéas Silva, em 1935, escreveu sobre o assunto na Revista da Prefeitura do Distrito Federal, onde relatou algumas características: salas de aula com orientação sudeste, garantindo conforto térmico e índices adequados de iluminação e ventilação natural. O concreto armado foi utilizado para a estrutura e a cobertura plana transformada em terraço para a prática desportiva, com impermeabilização, tratamento isolante e camada de grama. Os revestimentos variavam de acordo com a atividade desenvolvida em cada ambiente, cerâmica nas instalações sanitárias e varandas; mármore nas escadas; parquêt nos demais ambientes; esquadrias de ferro nas aberturas: janelas com sistema basculante horizontal e portas pantográficas de embutir, de modo a otimizar a ventilação natural.<sup>186</sup> Enéas Silva iniciou seu artigo tratando do método projetual para edifícios escolares.

Sendo a construção do prédio escolar pela sua própria especialização um problema de ordem mais pedagógica do que puramente construtivo, cabe ao arquiteto a tarefa de se integrar completamente na concepção educativa social da organização escolar e pesquisar todas as exigências psicológicas e biológicas da criança, sua mentalidade, maneira de viver, de agir e de julgar as coisas; conseqüentemente **concretizar em arquitetura os princípios de segurança, salubridade, expansão, flexibilidade, conveniência, aspecto arquitetônico e economia, características essenciais de eficiência de um prédio escolar.** (...)

O aspecto arquitetônico destas construções é puramente funcional. Não foi objeto de conjecturas, qualquer estilo clássico ou regional. Ritmo plástico obtido mercê do próprio partido arquitetônico adotado em planta, as massas plenas singelamente coloridas em vermelho, alaranjado e verde claro e os vãos de esquadrias recortados de luz e sombra, branco e negro, se harmonizam, se completam, dando ao conjunto um aspecto atraente e sugestivo à jovialidade característica do pequeno escolar. (...)

Concepção puramente baseada em eficiência e economia, realizam de fato esses prédios, em toda a sua plenitude, as características para os quais foram projetados e construídos.

Sem áreas mortas, sem espaço desperdiçado, sem compartimentos inúteis ou inutilizáveis, esquadrihados avaramente até o mínimo detalhe, apresentam, finalmente, esses prédios

<sup>185</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 281-284)

<sup>186</sup> SILVA, Enéas. Os novos prédios escolares do Distrito Federal. In PDF. Revista da Diretoria de Engenharia. Rio de Janeiro, v. 4, nº 16, maio de 1935 (p. 359-365). Apud OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 190)

escolares um teor de economia expresso na seguinte porcentagem de rendimento jamais atingido por instalações congêneres em todo o mundo: instrução: 68 a 72%.<sup>187</sup>

O texto contém alguns pontos estratégicos do discurso modernista: aspecto arquitetônico *puramente funcional*; concepção baseada na *eficiência e economia*; ritmo plástico decorrente do partido arquitetônico. Para o arquiteto, os princípios de segurança, salubridade, expansão, flexibilidade, conveniência, aspecto arquitetônico e economia nortearam o projeto dessas escolas. Não poderia ser diferente, pois o atendimento a esses pontos é, e sempre foi, condição necessária no projeto arquitetônico e na construção de todos os tipos de edificação e, de uma forma muito marcante, estavam na pauta da arquitetura modernista.

De acordo com Beatriz Santos de Oliveira, a imposição de tais princípios refletia o contexto histórico:

Relaciona-se ao que já foi dito a importância atribuída, no texto de Enéas Silva, à salubridade, à higiene e à economia. O destaque a esses elementos é revelador de uma nova consciência de organização do espaço e das massas como responsável pela saúde moral e física do usuário e remetem ao entendimento de “função”, como agente de uma disciplina de espaço. Melhor dizendo, era a disciplina de uma ordem higiênica e saudável, dimensionada pela escala humana, o ponto chave da implementação de um equilíbrio social entre interesses públicos e privados, necessidades econômicas e exigências espirituais. O homem da “era maquinista” tinha que funcionar bem e precisava, para isso, ter atendidas suas necessidades físicas e espirituais através de condições de vida que lhe permitissem saúde e disposição para que não se depauperasse enquanto homem produtivo.<sup>188</sup>

A importância atribuída ao higienismo e a sua atuação integral nos meios físico, social e individual não era novidade. A observância das suas demandas nos edifícios escolares, por exemplo, foi encontrada nas escolas construídas no final do século XIX e na Primeira República. Então o que diferencia os exemplares de Silva dos anteriores? A resposta seguramente deverá conter vários pontos, entre os quais o grau de conhecimento da disciplina higienista, as diferentes técnicas construtivas disponibilizadas em cada período, a estrutura teórica da arquitetura e o contexto social - fatores que renovam a importância e o compromisso com o higienismo e suas conseqüências: alunos e espaços saudáveis, disciplinados, produtivos, equilibrados etc.

Por exemplo, já era de conhecimento na passagem do século XIX para o XX, que as aberturas desempenhavam um papel importante na ventilação e iluminação das salas de aula. No entanto, antes do emprego do concreto armado, que liberou a alvenaria da função estrutural do edifício, era impossível construir janelas que rasgassem a parede de uma extremidade a outra, ou ainda que diminuíssem o seu

---

<sup>187</sup> SILVA, E. Os novos prédios escolares... 1935. Apud OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 359-365) - Grifo meu.

<sup>188</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 200-201)

intervalo. Em 1906, o professor da Universidade de Viena, Leo Burgerstein, na primeira edição de seu livro *Higiene Escolar*, escreveu que “as janelas [de uma escola] devem ser uniformemente distribuídas e os espaços entre as mesmas devem ser os mais estreitos possíveis”.<sup>189</sup> Porém, fez uma ressalva: as regras higienistas seriam cumpridas “dentro dos limites permitidos pelas disponibilidades econômicas”.<sup>190</sup> Enéas Silva e sua equipe, ao projetar as escolas cariocas, já podiam contar com a janela em linha contínua, no entanto não a utilizaram devido ao alto custo financeiro.<sup>191</sup>

Outro ponto importante foi a adequação do projeto à demanda pedagógica do edifício escolar. Enéas Silva tratou do assunto considerando seu projeto como uma *concepção puramente baseada em eficiência e economia*. Já Leo Burgerstein escreveu que um edifício escolar *deve atender antes de tudo ao necessário*. A adequação e a racionalidade projetual e construtiva, que resultam em economia, já se constituía um princípio arquitetônico no início do século XX e até antes disso, no racionalismo ilustrado do século XVIII ou ainda na *conveniência* (solidez, salubridade e comodidade) e na *economia* (simetria, regularidade e simplicidade) ensinadas por Durand.

Na análise de Beatriz Oliveira pode-se destacar a relação estabelecida entre a *organização do espaço e das massas e a saúde moral e física do usuário* ou o *entendimento de “função”, como agente de uma disciplina de espaço*, na qual está implícito o papel da arquitetura como agente de transformação social. Aspiração já observada nas escolas jesuíticas construídas no Brasil no século XVII e na priorização dos conceitos de *beleza, higiene e circulação, de ordem e bem-estar* no iluminismo do século XVIII. O historiador Luciano Mendes ressaltou que o grupo escolar da Primeira República caracterizou-se como um “espaço modelador de hábitos, atitudes e sensibilidades”, que possibilitou a ordem, por refletí-la.<sup>192</sup> Essas foram também características do espaço disciplinado identificado pelo filósofo Michel Foucault no século XIX: repartição de ambientes precisa, de acordo com a função, controle da circulação e determinação do lugar de cada indivíduo.

São espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos funcionais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos,

---

<sup>189</sup> BURGERSTEIN, Leo. *Higiene Escolar*. Rio de Janeiro: Atlantida Editora, 1934. 1ª edição: 1906. (p. 151)

<sup>190</sup> BURGERSTEIN, L. *Higiene...* (p. 120)

<sup>191</sup> ALMEIDA JR., Antônio de. As janelas da sala de aula. (p. 66-79). In SÃO PAULO. 1936. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diretoria de Ensino. Novos prédios para grupo escolar. Estudos da Diretoria do Ensino e da Diretoria de Obras Públicas. São Paulo, 1936. (p. 71)

<sup>192</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. In Revista da Faculdade de Educação. [on line] jan./jun. 1998, vol. 24, nº 1, p. 141-159. Disponível no endereço eletrônico: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-5551998000100010&lng=pt&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-5551998000100010&lng=pt&nrn=iso)>. ISSN 0102-2555. Acesso em 10 de agosto de 2005.



mas também uma melhor economia dos gestos. São espaços mistos: reais, pois regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização características, estimativas, hierarquias.<sup>193</sup>

Espaços *reais* e *ideais*, concretos e emblemáticos, de controle, repletos de características físicas e simbólicas que definem não só a vigilância, mas também o rigor científico, os avanços pedagógicos e higienistas, os princípios racionais e a modernidade das instalações. Todos esses aspectos estiveram presentes na escolha do terreno, na definição do programa, na implantação das escolas e na configuração e solução formal de seus edifícios durante o período estudado. Correspondem à dimensão material e simbólica da arquitetura que estão presentes nas escolas e em edifícios urbanos representativos, não sendo uma especificidade dos anos de 1930. O papel da arquitetura como *transformadora de indivíduos*, atuando diretamente sobre o comportamento daquele que abriga também é destacado por Michel Foucault, em seu estudo sobre a constituição da sociedade disciplinar na Era Moderna e o processo de controle e correção que surgiu em torno dela.<sup>194</sup>

A valorização da técnica como fundamento de uma *arquitetura racional*, com valores fincados na *utilidade, ordem, simplicidade* já foi identificada nas diferentes expressões da arquitetura do século XIX, uma vez que são princípios que as orientam. Os edifícios escolares de Anísio Teixeira e Enéas Silva diferenciam-se das escolas de outros períodos por materializar de forma específica um momento histórico determinado, seguindo princípios inerentes da arquitetura.

Os projetos das escolas estavam, em suas determinações, afinados com um processo maior de modernização da economia e da sociedade brasileira. Arquitetos e educadores somavam esforços em prol da mudança de uma ordem agrária e rural para outra industrial e urbana, adequando seus planos à orientação de Vargas para a organização do trabalho que havia qualificado as sociedades industrializadas. E o que era o trabalho dentro da ideologia populista do governo? Era o agente do processo de homogeneização social, era aquilo que igualava o patrão e o empregado estabelecendo uma harmonia interclassista pelo cooperativismo. E o que foi o trabalho para os arquitetos dessas escolas públicas? Como o colocaram representado em seus prédios? Sem dúvida, o trabalho foi para eles a única realidade palpável, possível de constituir-se “forma”, diante das indeterminações de uma política ambígua e de uma sociedade em transformação, mas a concepção que tinham dele não era diferente daquela colocada pelo governo. Era então, representado na localização hierárquico-administrativa de seus ambientes, organizados de forma a encontrar uma harmonia na subordinação a um conjunto de ordem pragmática. Espaços que propunham a intensificação do tempo na linearidade e sucessão de salas de aula, no encaixamento espacial de um programa produtivo preciso. **A arquitetura**

---

<sup>193</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987. (p. 135).

<sup>194</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e.... (p. 154). Esse momento, cronologicamente delimitado pelo Século XIX, caracterizou-se também por uma série de inovações que afetaram as estruturas sociais e econômicas e a política mundial. Uma série de descobertas científicas resultou em novas técnicas, as quais permitiram o aperfeiçoamento e o aumento da produção industrial e consolidaram um mercado econômico global. Acreditava-se, nesse período, no poder transformador da ciência, na sua capacidade de modificar e melhorar o mundo. SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, Nicolau. (org.) História da Vida Privada no Brasil. v. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 4ª ed. (p. 8-11)

**conserva a função disciplinadora que lhe era atribuída nas escolas jesuíticas, mas eleva o potencial de trabalho, capitalizando o tempo no cálculo dos espaços ocupados ou percorridos.**

A possível rigidez de seu formato causada pela economia de áreas, pelo “esquadrinhamento avaro” de cada compartimento (como salientou Enéas Silva), era quebrada com auxílio das técnicas de controle das atividades pedagógicas. O sistema Platoon, por exemplo, cuidava da movimentação dos alunos, que se deslocavam numa geometria invisível de linhas horizontais e verticais, fazendo com que o sentido “flexível” da forma moderna que o prédio escolar ensejava, não estivesse na própria arquitetura, mas sim no seu uso. A arquitetura adquiria um valor moderno através da atividade produtiva.<sup>195</sup>

Calcado nesta ideologia, o partido arquitetônico acentuou a setorização, definiu graus de circulação e utilizou-se da simetria e da organização axial para definir hierarquicamente as diversas atividades. Procedimentos alinhados com o racionalismo da arquitetura modernista, mas encontrados nas escolas da Primeira República e nas jesuíticas. Procurou também uma solução formal condizente com a *modernidade* dos *novos* tempos, do *novo* contexto político, da escola *nova*, com suas propostas pedagógicas e higienistas distintas. A arquitetura integrou-se a este contexto fazendo o que lhe cabe, materializar e simbolizar as ações, as demandas e os conceitos, que foram simultaneamente políticos, sociais, econômicos – enfim, culturais. A resposta arquitetônica apresentou-se condizente, uma vez que foi considerada adequada e possível pelos administradores públicos - incluindo políticos, pedagogos e higienistas, no momento da sua elaboração. Condição que irá acompanhar todas as escolas estudadas no presente trabalho.

Anísio Teixeira não conseguiu implantar de forma plena sua proposta de educação integral, nem construir todos os edifícios planejados. Perseguido pela ditadura Vargas, acabou se demitindo em 1936 e voltando à Bahia.

A Constituinte de 1934 delegou à União a tarefa de elaboração do Plano Nacional de Educação, unificando o ensino de todo o país, que somente no Estado Novo foi estruturado, com características anti-liberais, centralizadoras e totalitárias. Os princípios escolanovistas, subordinados a um projeto totalitário que encarava a educação como questão de segurança nacional, retrocederam.

Com a mentalidade militarista impressa à filosofia educacional do Estado Novo, desenvolveu-se uma espécie de estética cívica que se externava no gosto pelas paradas monumentais; nos hinos de louvação ao chefe, cantados por milhares, em gigantescos comícios, nos grandiosos projetos de arquitetura dos ministérios. A valorização da hierarquia e da disciplina, o elogio à ordem e ao trabalho, numa perspectiva autoritária, pediam elementos representativos de fácil legibilidade para o povo. A arquitetura moderna racional-funcionalista estava endereçada, afinal, a que audiência? Ela, na verdade, não contava com grande aceitação popular e popularidade era tudo o que importava na política estadonovista. Sendo assim, a arquitetura

---

<sup>195</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 301-302) - Grifo meu.

das escolas que, com Anísio Teixeira, tomou a forma da democracia liberal, passa para uma outra fase.

O Departamento de Prédios e Aparelhamentos Escolares do Distrito Federal, só voltou a projetar novas escolas na administração do prefeito Henrique de Toledo Dodsworth (1937-1945), um médico e professor que escolheu um militar, Pio Borges, para a direção da Secretaria de Educação e Cultura. As novas construções começaram a ser inauguradas em 1942 e o que foi apresentado nada tinha de surpreendente: arquitetura neocolonial para as escolas urbanas e, para as rurais ou aquelas de lugares menos povoados, a arquitetura pitoresca, com característica de residência, onde eram misturados elementos arquitetônicos que não tinham entre si nenhuma relação: torres à moda das casas de campo européias e portais barrocos. A autoria dos projetos já não podia ser detectada porque aparecia somente a figura da instituição e de seu chefe, mesmo nas plantas do projeto. Em tudo notava-se a submissão ao superior hierárquico. A arquitetura das novas escolas mostrava a persistência de um ecletismo que, de resto, nunca abandonou os trabalhos dos alunos e professores da escola Nacional de Belas Artes naqueles tempos, apesar dos movimentos renovadores. O “moderno” ainda era tratado como mais um estilo.<sup>196</sup>

Figura 24: Fachada principal do projeto-tipo de escola com doze salas de aula, Rio de Janeiro



As novas escolas, divididas em urbanas e rurais apresentaram as opções de cinco, oito ou doze salas de aula.<sup>197</sup> A Figura 24 exhibe a fachada frontal da escola com 12 salas de aula, onde está clara a opção pela estética neocolonial, que, no entanto, não lembrou a imponência da Escola Normal inaugurada na mesma cidade em 1930. O edifício, em bloco único e de dois pavimentos, possui composição simples, definida pela simetria, com entrada principal centralizada e marcada por frontão. O telhado foi deixado aparente e um beiral contorna o perímetro da escola. No projeto para escolas de oito salas de aula a composição ganhou movimento com a presença de volumes de diferentes alturas interligados (Figura 25 e Foto 24). Nos dois exemplos, as arcadas estiveram presentes. As plantas e os memoriais descritivos não foram encontrados indicando uma lacuna no registro e análise desta produção arquitetônica.

<sup>196</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 312-313)

<sup>197</sup> OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 313) e FERNANDES, N. L. B. Arquitetura Escolar Carioca... 2006. (p. 85-93)



Foto 24: Escola Henrique Dodsworth / tipo urbana com oito salas de aula, no Rio de Janeiro - sem data



Figura 25: Fachadas e perspectiva do projeto-tipo de escola com oito salas de aula, Rio de Janeiro

### 1.4.3 Escola Nova e Arquitetura em São Paulo

São Paulo, estado pioneiro na construção de edifícios escolares, chegou à década de 1930 com muitas escolas funcionando em prédios alugados e em condições inadequadas, problemas semelhantes aos do Distrito Federal.

Fernando de Azevedo, em 1933, ocupou a direção-geral da Instrução Pública de São Paulo e, no cargo, reformulou o ensino e promulgou o Código de Ensino do Estado, unificando toda a legislação escolar. A nova regulamentação previa, no artigo 32, um “Serviço de Prédios e Instalações Escolares” que teria como objetivo

propagar a nova política das construções escolares, ampliando em todas as camadas sociais a consciência da necessidade de cada escola possuir instalações pedagógicas que façam dela centro de saúde e alegria, ambiente de educação estética e fator de nacionalização.<sup>198</sup>

Os princípios da Escola Nova foram inseridos no código paulista e incorporados à construção de edifícios escolares. Para tanto, uma Comissão Permanente, formada por administradores, médicos higienistas, educadores e arquitetos, fizeram o diagnóstico da situação e estabeleceram um plano de ação. Além de nomes importantes, a comissão teve o mérito de reunir duas secretarias estaduais, de Educação e de Viação e Obras Públicas, no intuito de resolução do problema.

O trabalho iniciou-se com um Censo Escolar realizado em 1934, que definiu as bases da edificação e da adaptação das escolas paulistas. Foram reavaliados os critérios ideais e possíveis de funcionamento da escola e estabelecidas diretrizes para a construção de edifícios escolares, publicados, em 1936, no livro “Novos Prédios para Grupo Escolar”.<sup>199</sup>

Cantídio de Moura Campos, sucessor de Fernando de Azevedo como Secretário da Educação de São Paulo, em 1935, escreveu:

A construção de predios escolares, encaradas as exigencias das modernas conquistas pedagogicas e o augmento rapidamente progressivo da nossa população, representa, no momento, o maior problema da instrucção publica em nosso Estado e do qual defluem os demais, que lhe são quasi todos dependentes. Não será possível, assim, avançar nas applicações e colher os resultados reaes dos methodos modernos de educação, abrindo novos horizontes á intelligencia, transformando a escola, outróra quase que repellida pelo desinteresse que causava, nessa officina attraente e modeladora das almas infantis, sem as disposições materiaes que lhe forneçam as apropriadas construcções. A necessidade imperiosa da criação continua de novas classes, imposta, gradativamente, de anno para anno, sem a correlata edificação de novos predios que as abrigassem convenientemente, foi levando o ensino a regime defeituoso, nos grupos escolares de classes desdobradas e tresdobradas, para acudir a essa expansão em quantidade, com manifesto prejuizo de sua excellencia qualitativa,

<sup>198</sup> SÃO PAULO. 1933. Código de Educação do Estado de São Paulo. Decreto Nº 5.884, de 21 de abril de 1933. Apud BUFFA, E.; PINTO, G. A. *Arquitetura e Educação...* 2002. (p. 67)

<sup>199</sup> SÃO PAULO. 1936.

que decae necessariamente, pois vêm-se dando, nestes últimos anos, apenas três horas de aulas às crianças. E a escola tende a ser, cada vez mais, o prolongamento do lar, ou o próprio lar dos pequeninos desprotegidos.<sup>200</sup>

Urgia, portanto, construir escolas. Como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, Moura Campos também considerava vital para a aplicação dos princípios pedagógicos da Escola Nova um espaço físico adequado, projetado e construído para o ensino. A edificação de prédios escolares seria norteadas por “diretrizes econômicas” e realizada *com o melhor e maior desvelo, pois na instrução generalizada está um índice indiscutível de progresso.*<sup>201</sup>

De forma geral, houve a inclusão de ambientes relacionados à higiene, para o atendimento de alunos (gabinetes médico e odontológico), para a educação higienista (sala de educação sanitária) e para a prática desportiva (vestiários para banho).<sup>202</sup> A sala de leitura, biblioteca ou centro de recreação, passou a integrar oficialmente o programa de necessidades do grupo escolar, buscando a familiarização da criança com a leitura. Segundo a professora Carolina Ribeiro:

Uma sala pequena para comportar uma classe, onde, entretanto, possam estar alguns alumnos; muito ar, luz bem dosada, silencio, calma. Paredes claras (não de todo brancas); livros em uma ou mais estantes abertas; mesas e cadeiras proporcionadas ao tamanho dos alumnos; (...)

Nada de rígido, de formalístico ou complicado ali deve existir; apenas ordem e controle para que as crianças não se constanjam nem se perturbem, mas achem sempre um recanto acolhedor e atraente, quer para o encanto das leituras recreativas, quer para o estudo e preparo das lições.

Se em cada escola houvesse uma sala de leitura sempre aberta e sob orientação inteligente e dedicada, chegaríamos, bem depressa, através do gosto pela leitura ao gosto pelo estudo e assim a uma elevação notável do nível cultural do povo, a uma valorização moral capaz de criar uma mentalidade sã e perfeita.<sup>203</sup>

Outro ambiente incluído nos grupos escolares foi o auditório-ginásio, que abrigaria as atividades esportivas, artísticas e sociais.

O auditorio

Geralmente com capacidade ao menos para um terço da população escolar do prédio a que pertence, o auditorio deve ter condições de acustica indispensáveis às actividades musicas, literarias e dramaticas; sem alusão ás de decisão em conjuncto, como as assembléas, em que um alumno-lider tem de ser ouvido por todos, afim de que todos possam tomar parte dos debates.

O gymnasio-auditorio

Dado o grande dispendio que representam auditorio e gymnasio no mesmo prédio escolar, é possível reunir as salas respectivas numa só: o gymnasio-auditorio.

<sup>200</sup> CAMPOS, Cantidio de Moura. O problema dos prédios escolares (p. 7-30). In SÃO PAULO. 1936. (p. 10)

<sup>201</sup> CAMPOS, C. M. O problema dos... In SÃO PAULO. 1936. (p. 10)

<sup>202</sup> Segundo Antônio de Almeida Júnior, era grande o número de alunos que não tomavam banho. Uma campanha foi iniciada para reverter esse quadro resultando na instalação de chuveiros nas escolas para que as crianças pudessem tomar banho. ALMEIDA JR., Antônio de. Chuveiros no Grupo Escolar (p. 107-109). In SÃO PAULO. 1936. (p. 107)

<sup>203</sup> RIBEIRO, Carolina. Por que uma sala de leitura no prédio escolar? (p. 96-97). In SÃO PAULO. 1936. (p. 97)

Sem cadeiras fixas, e com dois pés direitos, que possibilitem a colocação de aparelhos gymnasticos, o auditorio pode, em qualquer eventualidade, transformar-se em gymnasium, sobretudo se houver, sob o palco, logar sufficiente para as cadeiras não utilizadas no momento. Nesse caso, além das actividades de recreação e de trabalho em conjuncto, o gymnasium-auditorio tanto servirá para exercicios gymnasticos, como para jogos e danças populares e rythmicas.<sup>204</sup>

Na capital paulista foram construídos, entre 1936 e 1938, 11 grupos escolares, sendo o conjunto de exemplares mais representativos das orientações da Comissão Permanente e da aplicação da arquitetura modernista, possibilitada pelo aprimoramento das técnicas construtivas.<sup>205</sup>

Esses prédios adotam a estrutura de concreto armado para pilares, vigas e lajes das salas de aulas. A laje de concreto já vinha sendo utilizada timidamente nos sanitários e circulações; seu emprego nas salas de aula libera o nível do solo, facilita o arranjo interno e possibilita o uso de terraços. É assim que alguns projetos trarão um dos grandes avanços no espaço da construção escolar em São Paulo: a liberação do térreo através do uso dos pilotis. O galpão, portanto, que constituía um volume à parte do edifício escolar, passa a ser incorporado a ele. Até então todos os prédios tinham porão alto para proteger os assoalhos de madeira da umidade do solo. Com o desenvolvimento da técnica de impermeabilização, o piso dos ambientes chega ao solo e os projetos passam a aproveitar a declividade do terreno. O terraço descoberto também aparece em algumas escolas, mas ainda bastante acanhado, porque é a laje de cobertura de apenas um dos volumes menores que compõem o edifício e não toda a cobertura, como preconiza a arquitetura moderna. A fachada se altera com a utilização do concreto armado: as vergas vencem vãos maiores, as janelas das salas de aula se ampliam e tornam-se horizontais.<sup>206</sup>

A utilização estrutural do concreto armado ainda era restrita na época, devido à necessidade de mão-de-obra especializada e ao custo elevado, como advertiu o arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, em 1936.<sup>207</sup>

Portanto, a utilização do concreto armado é bastante controlada, aparece nas lajes de piso, mas não nas de cobertura, e em muitos projetos se mantém portante. Além disso, cada projeto, dependendo do tipo de terreno, possibilita um partido mais ou menos arrojado do ponto de vista estrutural. Os pilotis, por exemplo, só aparecem em escolas situadas em terrenos de solo firme.

Outro símbolo de progresso será a unanimidade na utilização das esquadrias metálicas. Os perfis finos contribuem para a maior durabilidade dos elementos construtivos.<sup>208</sup>

No manual de 1936 constam outras determinações para o edifício escolar, tais como a divisão em tipos que variavam entre quatro (para 320 alunos) e 25 salas de aula (para 2.000 alunos); terrenos afastados das atividades urbanas barulhentas e poluidoras, com área mínima de 8m<sup>2</sup>/aluno; salas de aula para no máximo 40 alunos, com dimensões de (8,00 x 6,00 x 3,60)m e janelas com peitoril de 1,40m.<sup>209</sup>

<sup>204</sup> RUDOLFER, Noemy da Silveira. Por que um "Auditorio-Gymnasium" no Predio Escolar? (p. 93-95). In SÃO PAULO. 1936. (p. 94)

<sup>205</sup> FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirela Geiger de. Escolas paulistas. A introdução da modernidade nos anos 30. (p. 91-95) In Projeto Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho, Indústria e Construção, nº 179. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., outubro de 1994. (p. 93)

<sup>206</sup> CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. O piso nas edificações escolares e a sua estrutura - (p. 80-90). In SÃO PAULO. 1936. (p. 82)

<sup>207</sup> FERREIRA, A. F.; MELLO, M. G. Escolas paulistas. A introdução da modernidade... 1994. (p. 93-94)

<sup>208</sup> FERREIRA, A. F.; MELLO, M. G. Escolas paulistas. A introdução da modernidade... 1994. (p. 94)

<sup>209</sup> SÃO PAULO. 1936.

O engenheiro-arquiteto José Maria da Silva Neves foi responsável pelo projeto arquitetônico da maioria dos novos edifícios escolares paulistanos. Naquele momento, chefiava a seção de Prédios Escolares da Diretoria de Ensino, participava da Comissão Permanente e era professor da Escola Politécnica. No manual de 1936, justificou a adoção da arquitetura modernista para as escolas:

Sejamos artistas do nosso tempo e teremos realizado uma nobre missão. Não podemos admittir hoje uma architectura que não seja racional, pois, a escola deve aproveitar de todo o conforto das construcções modernas, de todas as conquistas da sciencia no sentido de realizar a perfeição sob o ponto de vista da higyene pedagogica.

A arte moderna não reside no “cabotinismo” ou na extravagancia. O movimento que se processou nas artes plasticas deixou na architectura raizes profundas, porque foi baseado em principios logicos e racionaes. Foi justamente o que faltou ao antigo estylo “Art Nouveau”, que desapareceu por ter sido lançado por um grupo de artistas caprichosos, que pretenderam “crear um estylo”.

Fazer architectura moderna não significa copiar o último figurino de Moscou ou de Paris. A architectura racional exige o emprego de materiaes da região, attendendo ás condições de clima, usos, costumes, etc. Obedecendo a esses principios basicos, crearemos um estylo original para cada povo. Não deve haver temores quanto á monotonia da architectura.<sup>210</sup>

O racionalismo nos edifícios escolares, portanto, incorporou técnicas construtivas avançadas, uma linguagem arquitetônica modernista e os novos conhecimentos científicos nas áreas higienista e pedagógica (e conseqüentes inovações programáticas), mas não deixou de atender as condições locais e respeitar a viabilidade econômica - atitude que não representa uma novidade, uma vez que também estavam presentes nas escolas edificadas anteriormente. A insistência nesses pontos teve como objetivo marcar um momento e uma postura distinta da anterior. Reforçando a diferença, os 11 edifícios eram construções de grande porte, implantadas em terrenos amplos, de forma a acentuar a visibilidade de seus grandes volumes, podendo-se considerar presente, mais uma vez, a monumentalidade. A linguagem formal modernista já estava sendo explorada por vários arquitetos na capital paulista, em diversas obras públicas e particulares, associando-se aos *novos* tempos e às *novas* propostas.

---

<sup>210</sup> SILVA NEVES, José Maria da. A fachada das escolas (p. 61-65). In SÃO PAULO. 1936. (p. 64)



Figura 26: Perspectiva do Grupo Escolar Congonhas do Campo, em Tatuapé, São Paulo/SP

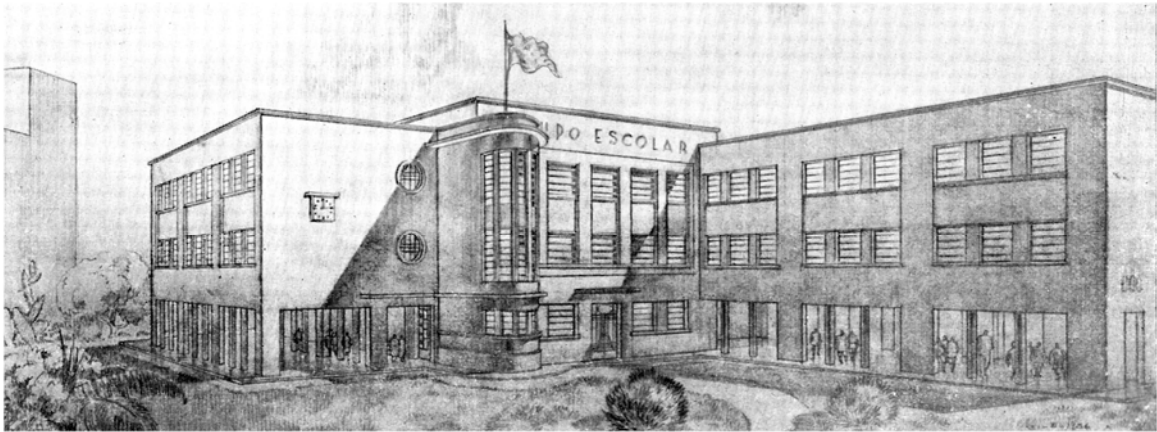


Figura 27: Plantas dos pavimentos inferior, térreo e superior do Grupo Escolar Congonhas do Campo, em Tatuapé, São Paulo/SP

- 01 recreio coberto
- 02 vestibulo
- 03 administração
- 04 sala de aula
- 05 auditório ginásio
- 06 instalações sanitárias



Figura 28: Perspectiva do Grupo Escolar Godofredo Furtado, em São Paulo/SP

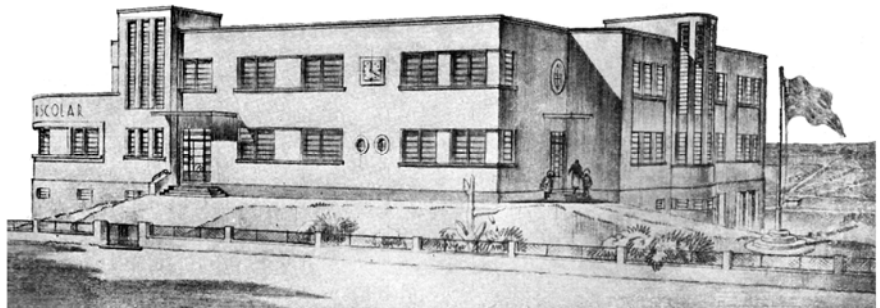


Figura 29: Perspectiva do Grupo Escolar Princesa Isabel, em São Paulo/SP



Foto 25: Grupo Escolar Godofredo Furtado em São Paulo/SP - sem data



Foto 26: Grupo Escolar Princesa Isabel, em São Paulo/SP - sem data



Foto 27: Grupo Escolar Silva Jardim, em São Paulo/SP - sem data

O Grupo Escolar Congonhas do Campo (Figuras 26 e 27), construído no bairro do Tatuapé, na capital paulista, é um bom exemplo. O primeiro ponto a ser destacado é a implantação, que foge dos parâmetros convencionais (não respeitando o paralelismo com o arruamento) e privilegia a correta insolação das salas de aula (nordeste), estruturando a planta em eixos ortogonais, inclinados em relação aos limites do terreno. Estes ambientes, alinhados em apenas um lado da circulação, foram locados em eixos paralelos intermediados por outro que abrigou as demais atividades: administração, auditório e atendimento médico, odontológico e sanitário (definindo alas com funções exclusivas e enfatizando a setorização). Os pilotis apareceram sob as duas alas de salas de aula, formando pátios de recreação cobertos. O fluxo vertical foi definido pelas escadas localizadas nas articulações dos eixos.

A volumetria contou com formas puras e geométricas, diferenciando-se de acordo com as atividades que abrigavam. Os volumes principais, destinados ao ensino, apresentaram formato cúbico e aberturas horizontais emolduradas, num ritmo regular. A ala administrativa, centralizada e também cúbica, destacou-se das outras pela altura maior e janelas pontuais emolduradas acentuando a verticalidade. As escadas foram locadas em volume circular, opção também encontrada nas escolas cariocas de Anísio Teixeira. O resultado plástico *fugiu da monotonia*, como afirmou Silva Neves.

As demais escolas projetadas por Silva Neves aqui apresentadas, os grupos escolares Godofredo Furtado (Figura 28 e Foto 25), Princesa Isabel (Figura 29 e Foto 26) e Silva Jardim (Foto 27) mantiveram muitas das características encontradas no Grupo Escolar Congonhas do Campo.

Uma questão importante foi a distinção feita entre as escolas construídas na capital e do interior de São Paulo. As primeiras apresentaram inovações arquitetônicas e programáticas, as quais não foram reproduzidas nas segundas. O auditório-ginásio, por exemplo, não estava incluído nos grupos escolares interioranos.<sup>211</sup> A correta orientação solar para as salas de aula só foi adotada no município de São Paulo, uma vez que a disposição das salas de aula em linha única e não dos dois lados da circulação onerava em 20% o custo construtivo.<sup>212</sup>

As arquitetas Avany Ferreira e Mirela Mello ao estudar o assunto concluem que

A maioria dos 400 prédios escolares construídos entre 1920 e 1950 no interior é constituída de escolas térreas com capacidade reduzida, erguidas em cidades menores, enquanto as escolas maiores se destinam aos municípios mais populosos. A implantação desses edifícios acompanha o processo de urbanização do estado, que está relacionado com o avanço da cultura cafeeira e

<sup>211</sup> FERREIRA, A. F.; CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.. Arquitetura Escolar Paulista - Restauro. 1998. (p. 22)

<sup>212</sup> FERREIRA, A. F.; MELLO, M. G. Escolas paulistas. A introdução da modernidade ... 1994. (p. 93)

com a instalação das estradas de ferro. Do ponto de vista da técnica construtiva, das propostas espaciais e da linguagem formal, não há no interior os avanços detectados na capital. A linguagem plástica utilizada é a do neocolonial ou a do art déco, sempre restrita à entrada principal, usualmente marcada por um frontão no qual se concentram os detalhes e ornamentos do estilo adotado. O restante do volume tem feições muito singelas e é caracterizado pela regularidade das aberturas das salas de aula. Assim, essas escolas térreas geralmente não se distinguem do casario existente, o que não ocorre com os edifícios de dois pavimentos, que se sobressaem na paisagem urbana pela escala diferenciada.<sup>213</sup>

Nas décadas de 1930 e 1940, a linguagem modernista não era a única opção na construção de escolas públicas. No Rio de Janeiro, o neocolonial materializou uma nova orientação para a educação pública e, em São Paulo, foi também uma opção para as escolas edificadas no interior.

Poucos foram os projetos arquitetônicos encontrados referentes a este período. Os únicos exemplares pertencem ao estudo tipológico realizado pelo arquiteto Vilanova Artigas.<sup>214</sup> No trabalho que traça um panorama da arquitetura escolar paulista, encontram-se quatro plantas referentes aos anos de 1936, 1940, 1943 e 1944 (Figura 30). Não há fotografias, nem desenhos das fachadas, o que impossibilita uma análise formal.

As escolas de 1936 e 1940, com seis salas de aula, assemelham-se pela presença de um núcleo central que concentrou o acesso principal e os ambientes administrativos. As soluções em bloco único e em “T”, respectivamente, mantêm como princípio a simetria da composição. A escola de 1940 não possui as instalações sanitárias incorporadas ao edifício. Os exemplares de 1943 e 1944 adotaram um partido diferente, apoiado na setorização. São blocos de atividades - ensino/administrativo/ginásio ou casa do zelador - interligados ortogonalmente. Não houve preocupação com a simetria, dispondo-se os blocos de forma mais livre.

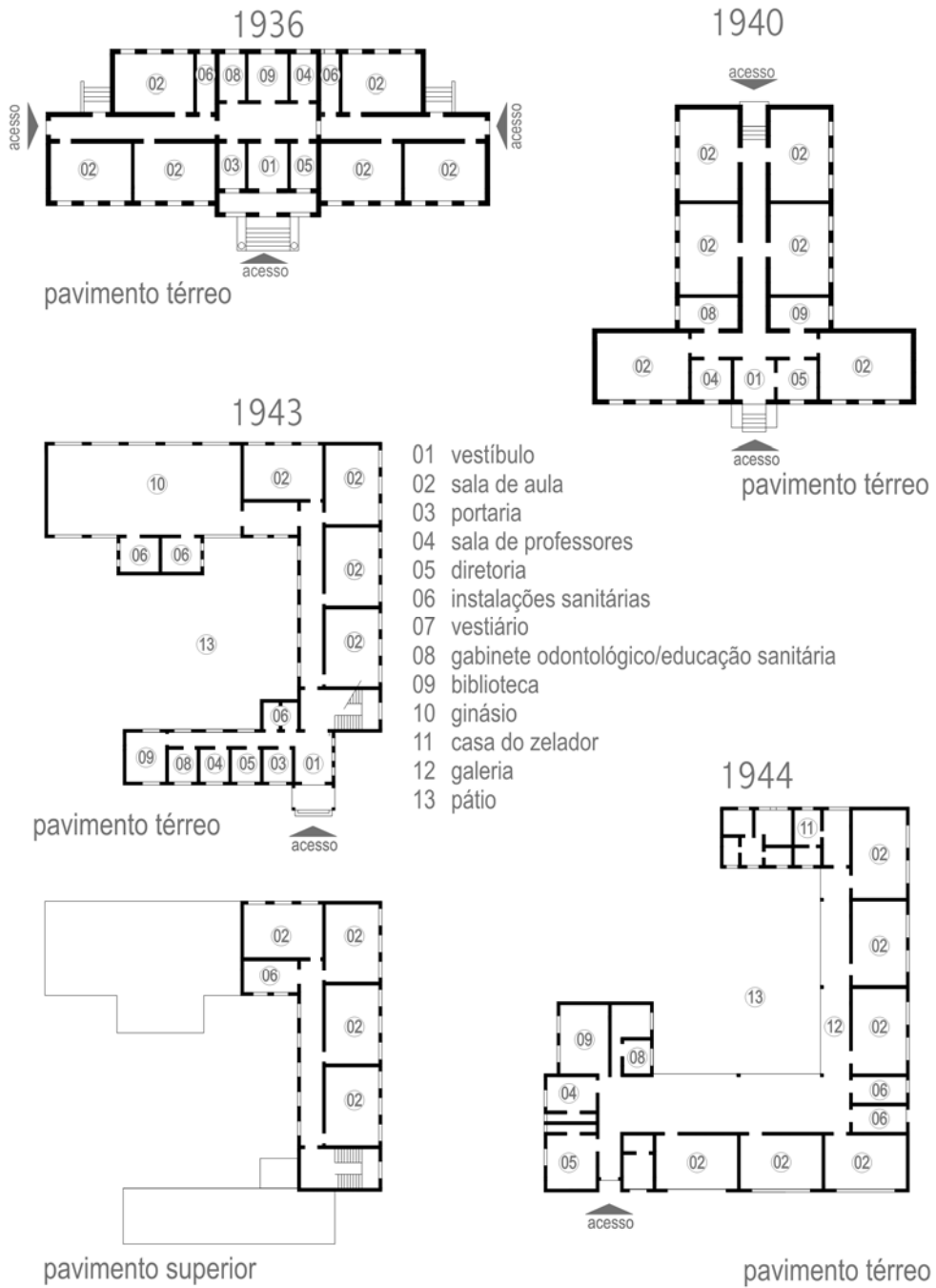
Os quatro tipos de escolas contavam com biblioteca e gabinete odontológico (que dividia espaço com a educação sanitária). No entanto, nos exemplares de 1943 e 1944, a biblioteca foi incorporada ao bloco administrativo e distanciada das salas de aula, situação que contraria sua função pelos princípios da Escola Nova, mas que será mantida nas escolas do Paraná.

---

<sup>213</sup> FERREIRA, A. F.; MELLO, M. G. Escolas paulistas. A introdução da modernidade... 1994. (p. 95)

<sup>214</sup> ARTIGAS, V. Sobre escolas... 1999.

Figura 30: Tipologia de plantas de escolas construídas no estado de São Paulo, entre 1936 e 1944, segundo Vilanova Artigas



## 1.5 Arquitetura Modernista e os edifícios escolares

A experiência modernista sucedida por um retorno à linguagem neocolonial verificada nas escolas públicas cariocas e paulistas não pode ser encarada como retrocesso, como muitas vezes a historiografia da arquitetura sugere. A incorporação de ambientes como ginásios, museus, laboratórios já estava consolidada nas escolas de maior porte, o que representa um ganho em relação ao programa arquitetônico anterior. A adoção do repertório neocolonial foi uma escolha, dentre várias possibilidades existentes na arquitetura, e optar entre linguagens diferentes era uma atitude corrente naquela época. Ao se folhear os exemplares da década de 1930 da Revista *A casa*, periódico carioca especializado em arquitetura e engenharia, verifica-se que edifícios art déco eram contemporâneos às residências neocoloniais e às escolas modernistas. Nas legendas e descrições de todos eles encontram-se adjetivos como *modernos*, *confortáveis*, *racionais* e *higiênicos*. Não havia conflitos e tais qualificações eram necessárias em todas as opções formais, constituindo-se no caráter desejável em qualquer obra de arquitetura.

Uma série de reportagens sobre escolas foi publicada na Revista *A casa* entre o final de 1938 e início de 1939, com o objetivo de “pôr o leitor ao par das ideias e questões aventadas na Europa pelas maiores sumidades na matéria, sendo alguns arquitetos, outros médicos, higienistas, professores e pedagogos, todos educadores, em suma”.<sup>215</sup> Ao trazer a opinião de diversos profissionais, a matéria confirmou o caráter multidisciplinar do projeto e da construção de escolas, já reconhecido no manual *Novos prédios para grupo escolar*, redigido em 1936, que continha também artigos escritos por médicos, arquitetos e pedagogos.

A primeira matéria foi ilustrada com uma escola maternal construída na cidade italiana de Como (Fotos 28 e 29). A composição de volumes puros, grandes superfícies de vidro e cobertura plana é apresentada como uma solução *moderna e racional, adequada* às novas propostas pedagógicas. Além disso, o texto ressalta como ideais: a localização afastada de centros urbanos, a implantação em terreno amplo e arborizado e altos índices de ventilação e insolação - questões presentes no início do século XX. No entanto, um ponto apresenta-se como original: a integração do edifício ao meio ambiente.

---

<sup>215</sup> ROCHA, Francisca Franco da. Escolas. (p. 33). In *A CASA*. Anno XVI, nº 174/175. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1938. (p. 33-36, 47 e 49)

(...) aproximar o mais possível as crianças á Natureza, para manter a vivacidade e alegria da infância, dando-lhes liberdade e saúde.

Nos perímetros das cidades, nos suburbios, nos campos, onde os terrenos custam menos, nada de andares nem de escadas. Que as construções se estendam em sentido horizontal, para que os pequenos e jovens, através das portas e das janelas muita amplas, possam acompanhar o ritmo misterioso da Natureza.<sup>216</sup>

Muito ar, muita liberdade (...); é mais fácil aprenderem o alfabeto sentados sobre a grama que dentro de uma classe. É assim para toda a educação primária. Procurando o aperfeiçoamento sensorial, florescerão todos os dons naturais da criatura humana, tão contrariados, mascarados, recalcados pela escola actual. (...)

Que a classe seja apenas um lugar próprio para coordenar, escrever, desenhar, colecionar, arquivar, comparar os dados colhidos na natureza durante as longas lições de cousas e de ciências naturais.<sup>217</sup>

Foto 28: Escola maternal em Como, Itália - 1938

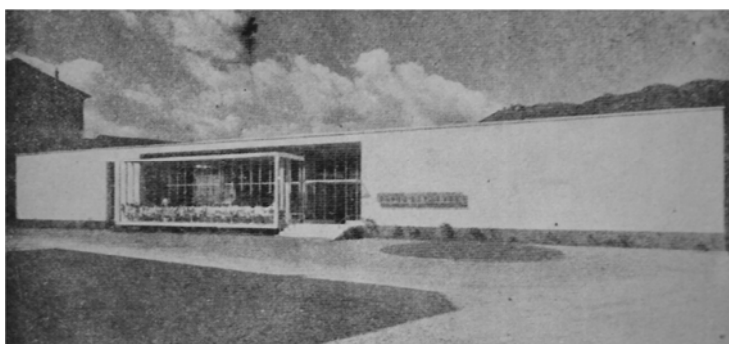


Foto 29: Sala de aula - escola maternal em Como, Itália - 1938



“A nova pedagogia e a nova arquitetura não podem operar independentemente”.<sup>218</sup> Ou seja, o espaço planejado e construído para uma escola contribui para o desenvolvimento das atividades pedagógicas - princípio já bastante discutido. A necessidade da adequação do edifício à atividade escolar foi e continua sendo requerida, porém desde as experiências no Rio de Janeiro e em São Paulo que reuniram a escola nova e a arquitetura de Enéas Silva e Silva Neves, o modernismo vinha se consolidando como a resposta mais adequada aos novos princípios pedagógicos. Não era a única, mas a introduzida e chancelada pelos expoentes escolanovistas no momento em que estiveram exercendo funções diretivas governamentais. Basta lembrar que foi na administração de Anísio Teixeira que as escolas modernistas introduziram-se no Rio de Janeiro e na de Fernando de Azevedo e Moura Campos, em São Paulo. A aplicação da nova pedagogia foi marcada pela construção de um tipo diferente de edifício escolar, que incorporou um programa de necessidades específico e, sobretudo, estabeleceu solução e linguagem arquitetônicas distintas das existentes até então. Materializava-se novamente pela arquitetura a diferença entre o passado e o presente.

<sup>216</sup> ROCHA, F. F. Escolas... 1938. (p. 47)

<sup>217</sup> ROCHA, F. F. Escolas... 1938. (p. 36)

<sup>218</sup> ROCHA, Francisca Franco da. Escolas - continuação. (p. 38). In A CASA. Anno XVII, nº 176. Rio de Janeiro, janeiro de 1939. (p. 37-40)

As teorias que viam a escola como veículo de reforma social, que colocaram “a criança como o centro do processo de ensino-aprendizagem”<sup>219</sup>, foram relacionadas com a arquitetura modernista, também considerada por seus adeptos como *revolucionária*. As palavras de Anísio Teixeira confirmam este posicionamento:

Como a escola visa formar o homem para o modo de vida democrático, toda ela deve procurar, desde o início, mostrar que o indivíduo, em si e por si, é somente necessidades e impotências; que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre uma transação com as coisas e pessoas e que saber é um conjunto de conceitos e operações destinados a atender àquelas necessidades, pela manipulação acertada e adequada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho que, hoje é sempre de grupo, cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um.<sup>220</sup>

Reconheçamos, entretanto, que nenhum outro elemento é tão fundamental, no complexo da situação educacional, depois do professor, como o prédio e suas instalações. Reconheçamos, também com Pascal que o homem é feito de tal modo que embora o sentimento anteceda o gesto, na sua ordem natural, o gesto pode gerar o sentimento. No Brasil, estamos a procurar este efeito. Façamos, o gesto da fé para ver se adquiriremos. A arquitetura moderna é esse gesto. Possam estes prédios escolares, concebidos em juventude, árdegos e elegantes como potros de raça, impacientes de dinamismo e de amor à vida, comunicar a educação e, pela educação, a existência brasileira, as suas finas e altas qualidades de inteligência, coragem e desprendida confiança no futuro. O Brasil precisa, para se realizar, de lirismo - que é a capacidade de esquecer - e de virtude - que é a capacidade de se superar. A sua arquitetura moderna é uma lição magnífica dessas duas atitudes redentoras.<sup>221</sup>

O discurso inflamado está repleto de palavras de ordem para defender um *novo* espírito, simbolizado pela *nova* postura pedagógica e seus edifícios modernistas. Este entusiasmo frente ao modernismo vai aparecer nos textos dos arquitetos e dos administradores que vão acompanhar as escolas analisadas a seguir.

Em 1947, com o fim da ditadura Vargas, Anísio Teixeira assumiu a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e definiu o Plano Estadual de Educação Escolar, onde novamente propôs a educação integral, nos moldes das escolas-classe e escolas-parque.

O engenheiro baiano Diógenes Rebouças e o arquiteto carioca Hélio Duarte elaboraram, em 1947, o projeto arquitetônico da escola-parque Centro Educacional Carneiro Ribeiro, desenvolvido pelo escritório de arquitetura de Paulo de Assis Ribeiro. O conjunto arquitetônico, protótipo do modelo de Anísio Teixeira, foi construído no Bairro da Liberdade, região periférica de Salvador e seria constituído por quatro

---

<sup>219</sup> BUFFA, E.; PINTO, G. A. *Arquitetura e Educação...* 2002. (p. 65)

<sup>220</sup> TEIXEIRA, Anísio. O processo democrático de educação. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Volume 25, nº 62. Rio de Janeiro, abril e junho de 1956. (p. 10)

<sup>221</sup> TEIXEIRA, Anísio. Um presságio de progresso. In *Revista Habitat - revista das artes no Brasil*. Volume 4, nº 2. São Paulo: Habitat, set-dez de 1951. (p.175)

escolas-classe e uma escola-parque com sete pavilhões.<sup>222</sup> A Figura 31 mostra a implantação do conjunto, na qual se destaca o porte do empreendimento, com diversos edifícios abrigando atividades variadas e dispostos em amplo terreno. Auditório, teatro, oficinas e infra-estrutura esportiva seriam destinados a uma população destituída até então destes serviços e equipamentos.

Em 1950 foi inaugurada parte do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, naquele momento contando com três escolas-classe e três pavilhões da escola-parque. A Foto 30 mostra detalhes do conjunto arquitetônico da escola-parque, concebido dentro dos princípios da arquitetura modernista. A utilização estrutural do concreto permitiu a adoção de partidos mais livres, como a biblioteca circular, e de grandes vãos, garantindo a fluidez do espaço e a monumentalidade definida por critérios distintos do academicismo.

Dentro da perspectiva do presente trabalho, uma das maiores contribuições da construção desta escola foi a reunião em um edifício dos princípios escolanovistas, dos ditames modernistas da arquitetura e do idealismo social dos programas arquitetônicos. Segundo o historiador francês Yves Bruand, o programa arquitetônico “visava assegurar à escola um novo significado e possibilidades de ação profunda num meio onde o analfabetismo reinava profundamente”.<sup>223</sup> O caráter de transformação de uma realidade social através da educação estaria impresso nas formas modernistas deste grande conjunto edificado. Foram inseridos neste edifício três pontos-chave do pensamento de Anísio Teixeira: a escola-parque como proposta de uma educação completa, os princípios modernos de arquitetura e a escola como ponto de convívio da comunidade. Imprime-se na materialidade da arquitetura os signos de uma ideologia.

O paradigma urbanístico-arquitetônico modernista, baseado no zoneamento funcional, na fluidez espacial, nas unidades independentes e na implantação de áreas verdes preconizado pela Carta de Atenas<sup>224</sup> foi interpretado pelos arquitetos cariocas desde a década de 1930, surgindo daí uma linguagem própria, considerada uma das vertentes do movimento modernista.

---

<sup>222</sup> EBOLI, Terezinha. Uma experiência de educação integral. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. MEC-INEP Bahia, 1969. (p. 11-12); BASTOS, Maria Alice Junqueira Bastos. A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos). In Revista AU. Nº 178. São Paulo: Pini, janeiro de 2009. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/178/artigo122877-1.asp>. Acesso em 9 de julho de 2009 e WISNIK, Guilherme. O programa escolar e a formação da “escola paulista”. (p. 59-66). In FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). Arquitetura Escolar Paulista - anos 1950 e 1960. São Paulo: FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), 2006. (p. 60)

<sup>223</sup> BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. 4ª edição - 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2005. (p. 262)

<sup>224</sup> A Carta de Atenas foi elaborada por um grupo internacional de arquitetos depois de uma série de congressos nos quais se discutiu como o paradigma da arquitetura moderna poderia responder aos problemas de rápido crescimento das cidades, causado, entre outros fatores, pela mecanização na produção e as mudanças no transporte. No IV Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em Atenas em 1933, este grupo de profissionais finalizou a Carta de Atenas, depois de haver analisado 33 cidades das mais diversas latitudes e climas no planeta.



Estava amadurecida, também, a superação do racionalismo mais ortodoxo, com a consciência de uma nova dimensão estética da arquitetura moderna, acima da aridez do mero rebatimento da função sobre a forma.<sup>225</sup>



Foto30: Escola-parque Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador/BA

CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO  
SALVADOR - ESTADO DA BAHIA

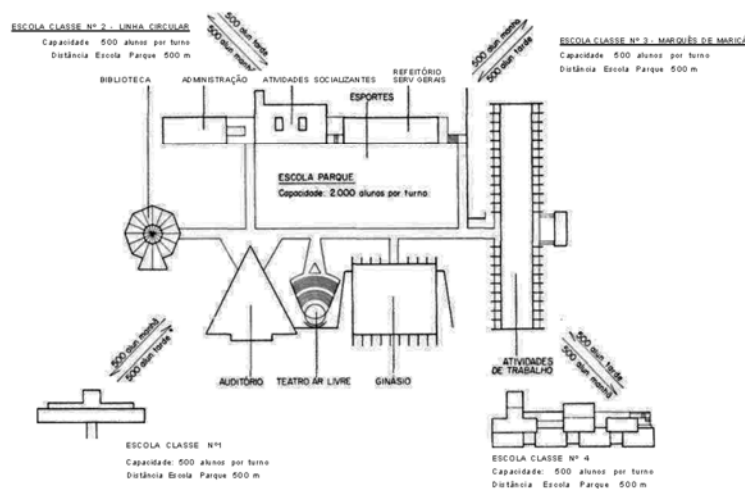


Figura 31: Implantação esquemática da escola-parque Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador/BA

O projeto do Ministério da Educação e Cultura, de 1935, o Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova Iorque<sup>226</sup>, em 1938, e a exposição Brazil Builds, realizada pelo Museum of Modern Art (MoMA) de Nova Iorque<sup>227</sup>, em 1943, deram visibilidade a

<sup>225</sup> SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil... 2002. (p. 95)

<sup>226</sup> Projeto de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

<sup>227</sup> Em 1943, o MoMA (Museu de Arte Moderna), de Nova York, abriu a mostra fotográfica "Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942", organizada pelo arquiteto Philip Goodwin, da comissão de relações exteriores do museu, e por G.E. Kidder Smith, um dos maiores fotógrafos de arquitetura do século 20. Precedida por uma viagem de descobrimento do Brasil pelos dois enviados do MoMA, a mostra gerou o catálogo "Brazil Builds", clássico da historiografia da arquitetura brasileira. Na esteira da mostra, o que se fazia no Brasil passou a ser conhecido por "brazilian school", e seus expoentes, observados pela crítica como vertente diferenciada do modernismo.

nova forma de expressão arquitetônica, com características de criação autenticamente brasileiras em sua flexibilidade e riqueza plásticas; contudo esse caráter nacional não era mais perseguido na cópia esterilizante das formas do passado, mas através de uma linguagem moderna, com marcante interpretação pessoal plenamente válida e de grande significação.<sup>228</sup>

Segundo o arquiteto Guilherme Wisnik, houve, nesta linguagem da arquitetura modernista,

uma forte “elementarização”, isto é, caracterização nítida dos programas na forma volumétrica de cada edifício. Esse elemento eminentemente reflexivo, auto-explicativo, da arquitetura moderna em sua vertente mais plástica, poderíamos completar, é o que distingue fortemente a filiação brasileira dos arranjos decididamente neutros e planares do neoplasticismo holandês e miesiano, por exemplo. Nessa “elementarização” aclimatada aos trópicos, destacam-se tanto a marcação nítida do caráter de cada edifício/programa, com soluções volumétricas livres e arroçadas, quanto a expansão fluida dos espaços, na criação dos jardins e pátios abertos mas não devassados, numa relação de abertura e franca disponibilidade em relação à “natureza” circundante.<sup>229</sup>

As escolas modernistas da segunda metade da década de 1940, após a saída de Getúlio Vargas definiram-se pelas características ressaltadas por Wisnik. O Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi considerado um marco por expressar esta nova linguagem dentro da concepção pedagógica preconizada por Anísio Teixeira. Outros exemplos podem ser dados.

Em 1947, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy projetou o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes. Construído em São Cristóvão, Rio de Janeiro, o Conjunto do Pedregulho, seu nome mais conhecido, destinou-se a atender à demanda habitacional de funcionários públicos do Distrito Federal. A idéia central era a reunião de moradia e serviços em um mesmo espaço, sendo constituído por três edifícios residenciais e quatro de serviço, além de áreas de lazer e piscina. O projeto paisagístico teve a assinatura de Roberto Burle Marx.

A Escola do Pedregulho (Fotos 31 e 32) assumiu posição destacada no conjunto arquitetônico, confirmando o caráter integralista do projeto. O edifício de formas arroçadas foi concebido como um prisma trapezóide montado sobre pilotis, com amplo pátio coberto no térreo. As salas de aula, projetadas para 40 alunos, estão locadas na face sul e voltadas para um terraço particular, todas com sistema de ventilação cruzada. A fachada inclinada garantiu a luminosidade. As aberturas no topo das divisórias entre as salas e o corredor asseguram a ventilação, também reforçada pelo emprego de uma trama de cerâmica no limite do corredor. As instalações pedagógicas foram complementadas por um ginásio e uma piscina. O ginásio interligou-se à escola por um jogo de rampas e marquises, definindo uma via de acesso comum às duas partes. Ao

---

<sup>228</sup> BRUAND, Y. *Arquitetura...* 2005. (p. 107)

<sup>229</sup> WISNIK, G. *O programa escolar...* 2006. (p. 62)

mesmo tempo, escola e ginásio apresentaram soluções formais diferenciadas, proporcionando riqueza plástica ao conjunto.

O Conjunto do Pedregulho seguiu as orientações da Carta de Atenas, que preconizava a proximidade da moradia com serviços e instalações, tais como escolas, áreas de lazer e esportes, postos de saúde e supermercados - formando uma unidade habitacional.<sup>230</sup> No documento, havia uma análise urbanística de 33 cidades, com as seguintes considerações:

18 - É arbitrária a distribuição das construções de uso coletivo dependente da habitação.

A moradia abriga a família, função que constitui por si só todo um programa e coloca um problema cuja solução - que outrora já foi, por vezes, feliz - está hoje entregue, em geral, ao acaso. Mas a família reclama ainda a presença de instituições que, fora da moradia e em suas proximidades, sejam seus verdadeiros prolongamentos. São elas: centros de abastecimento; serviços médicos; creches; jardins de infância; escolas, às quais se somarão organizações intelectuais e esportivas destinadas a proporcionar aos adolescentes a possibilidade de trabalhos ou de jogos adequados à satisfação das aspirações próprias dessa idade; e, para completar, os equipamentos de saúde, as áreas próprias à cultura física e ao esporte cotidiano de cada um. (...)

19 - As escolas, muito particularmente, não raro estão situadas nas vias de circulação e muito afastadas das habitações.

As escolas, limitando-se o julgamento ao seu programa e à sua disposição arquitetônica, estão em geral mal situadas no interior do complexo urbano. Muito longe da moradia, elas colocam a criança em contato com os perigos da rua. Além disso, é freqüente que nelas só se dispense a instrução propriamente dita, e a criança, antes dos seis anos, ou o adolescente, depois dos treze, são regularmente privados de organizações pré ou pós-escolares que responderiam às necessidades mais imperiosas de sua idade. O estado atual e a distribuição do domínio edificado prestam-se mal às inovações por meio das quais a infância e a juventude seriam não somente protegidas de inúmeros perigos, mas ainda, colocadas nas únicas condições que permitem uma formação séria, capaz de lhe assegurar, ao lado da instrução, um pleno desenvolvimento, tanto físico como moral.<sup>231</sup>

Datada de 1933 e discutindo os problemas urbanos daquele momento, a Carta de Atenas tratou de questões referentes à localização e à função social da escola. É evidente a proximidade com os princípios escolanovistas demonstrando que os problemas sociais foram discutidos em várias instâncias. A educação era vista como primordial na sociedade entre guerras que revia seus valores, sendo recomendável uma reestruturação da instituição e de seu espaço físico.

---

<sup>230</sup> Carta de Atenas, Terceira Parte: Conclusões - Pontos de Doutrina nº 88. In INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais. 3ª edição. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. (p. 62)

<sup>231</sup> Carta de Atenas, Segunda Parte: Estado atual crítico das cidades / Habitação, Observações nº 18 e nº 19. In INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais... 2004. (p. 31-32)

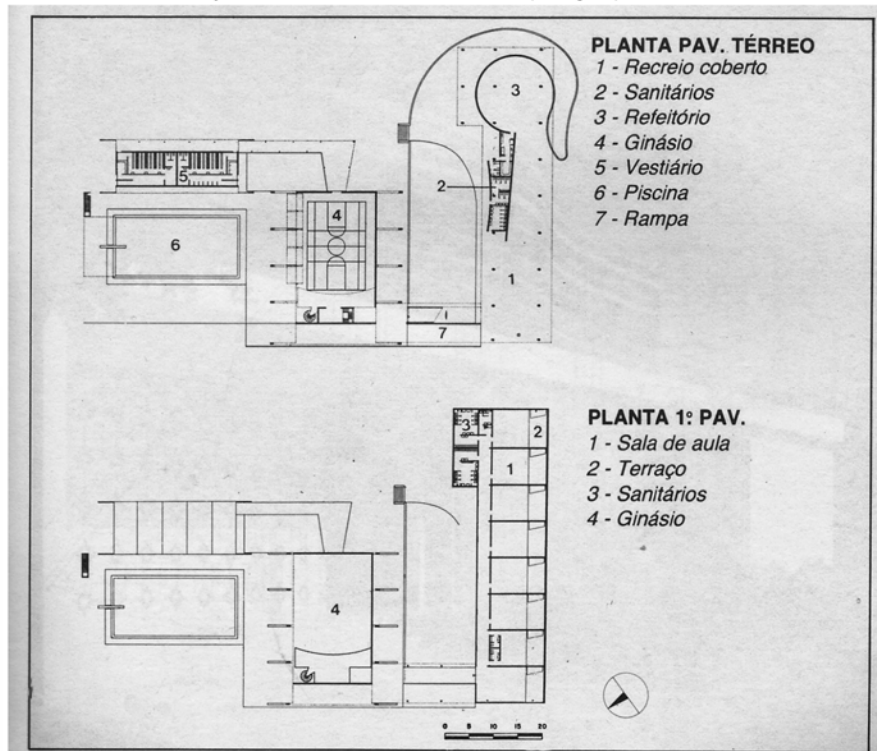


Foto 31: Escola do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Rio de Janeiro / Detalhe do Ginásio de Esportes

Foto 32: Escola do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Rio de Janeiro / Vista aérea



Figura 32: Implantação e plantas dos pavimentos térreo e superior da escola e ginásio do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Rio de Janeiro



Mas, quais valores estavam sendo revistos na arquitetura destas escolas? A recomendação referente à localização do edifício escolar, por exemplo, já existia. A distância de aglomerações, de intensas circulações e de atividades barulhentas, insalubres e perigosas foi recomendada pelos manuais de arquitetura do final do século XIX. Nesta mesma época, havia textos higienistas favoráveis a um ambiente escolar agradável que inspirasse e trouxesse alegria à criança.<sup>232</sup> O que a Carta de Atenas fez foi inserir em sua proposta a escola, concebida com os parâmetros considerados como ideais, dentro de um setor habitacional, ou ainda uma área residencial e de serviços. E mais, os arquitetos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e da escola do Conjunto do Pedregulho materializaram estas recomendações e os princípios da escola nova (instituição abrangente, indo além da formação convencional e trabalhando para o desenvolvimento físico, mental e social da criança) em uma linguagem modernista. Feito também realizado em meados da década de 1930 por Enéas Silva e Silva Neves, mas com um modernismo ainda impregnado pelo racionalismo e o art-déco.

Yves Bruand, historiador francês, tratou do destaque formal, simbólico e situacional do edifício escolar do Conjunto do Pedregulho.

Mas a atenção foi concentrada principalmente na escola e suas dependências, que ocupam uma posição central; sem dúvida alguma, são as obras mais cuidadas e mais originais. De fato, para o arquiteto, a escola representava o símbolo do progresso, num país onde mais da metade da população era analfabeta; a garantia de que as crianças desse grande conjunto iriam gozar de instrução primária assumia um sentido de afirmação e confiança no caminho a seguir, que superava o papel estritamente material do edifício; (...) assim, era conveniente incultar desde o começo, nos habitantes, um grande respeito por essa construção significativa, e foi por isso que Reidy não hesitou em dar-lhes uma riqueza plástica e decorativa que se destaca da dos demais.<sup>233</sup>

Outra experiência relevante de edifícios escolares modernistas foi a realização do Convênio Escolar em São Paulo, na década de 1950. Tratou-se de um acordo firmado entre o governo do estado de São Paulo e a prefeitura de São Paulo, em 1949, no qual o município se encarregaria da construção de edifícios escolares na cidade, enquanto o estado ficaria responsável pela administração. O Convênio Escolar vigorou formalmente até 1959 e resultou na construção de 70 edifícios escolares, projetados por profissionais alinhados com o movimento modernista.<sup>234</sup> Segundo o arquiteto Hugo Segawa, neste momento

---

<sup>232</sup> REIS, Trajano Joaquim dos. *Elementos de Higiene Social*. 1ª edição. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1894.

<sup>233</sup> BRUAND, Y. *Arquitetura*. . . 2005. (p. 226-227)

<sup>234</sup> SILVA, Janice Theodoro da. A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950. In FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). *Arquitetura Escolar Paulista - anos 1950 e 1960*. (p. 41-57). São Paulo: FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), 2006. (p. 46)

Introduzia-se, então, em São Paulo, a arquitetura moderna de inspiração carioca em obras oficiais, sob o traço de arquitetos formados no Rio de Janeiro (Hélio Duarte, Eduardo Corona, Roberto Tibau) com toda a morfologia caracterizadora: volumes geométricos simples predominantemente horizontais com coberturas inclinadas e/ou em “asas de borboleta”, estruturas em arcos, pilotis, quebra-sóis, rampas, fluidez de espaços, integrando com a natureza (o “verde”), etc.<sup>235</sup>

O arquiteto Guilherme Wisnik corroborou com esta colocação:

A flagrante semelhança entre as soluções empregadas pelos arquitetos do Convênio - sobretudo Hélio Duarte, Roberto Tibau e Eduardo Corona - em São Paulo, e os edifícios escolares do Pedregulho, por exemplo, não deixa dúvida sobre a filiação a que estamos nos referindo. Considerando-se, no entanto, que em São Paulo tanto os elementos vazados cerâmicos, cobogós, quanto os painéis de azulejos e/ou mosaico, feitos sob encomenda por artistas como Candido Portinari e Roberto Burle Marx, são substituídos por blocos de concreto industrializados, janelcres, e por painéis pré-fabricados com furos cilíndricos.<sup>236</sup>

A produção arquitetônica do Convênio Escolar gerou um estudo profundo dos ambientes escolares e das atividades que poderiam ali ser desenvolvidas.

A nós arquitetos e engenheiros ocorreu-nos perguntar - Para que espécie de ensino deveriam ser feitos os grupos? Quais os rumos da Educação? Qual o meio subjetivo adequado a uma melhor integração da psíquica infantil? Qual o ambiente físico mais propício? Essas nossas perguntas ficaram sem respostas. Procuramos, então, contornar o problema imaginando um novo tipo de grupo que mais se aproximasse da mentalidade infantil. (...)

Pouco a pouco, mas seguramente, chegou a Comissão às seguintes resoluções parciais.

a) A característica primordial, arquitetônica, de um grupo escolar deve estar subordinada em primeiro lugar à criança.

É para a criança que se faz um grupo e não para os professores - como se faz um hospital para os doentes e não para os médicos. “Tudo o que é bom para o professor é mau para o aluno e vice-versa” assim se expressava o imortal criador de Iasnaia - Poliana. (...)

b) O problema a resolver, no momento, é o de ordem quantitativa. O grupo deverá ter tudo quanto necessita, mas será planejado de forma absolutamente econômica. A qualidade virá como consequência da experiência adquirida.<sup>237</sup>

O trecho reproduz a metodologia de trabalho de um arquiteto ao se deparar com a incumbência de projetar qualquer edifício: definir o programa construtivo, entender a atividade que ali será desenvolvida, relacionar as demandas e propor uma resposta arquitetônica.

Porque não considerar em cada bairro - a escola, o grupo escolar como elemento aglutinador, como fonte de energia educacional, como ponto de reunião social, como sede das sociedades de “amigos do bairro”, como ponto focal de convergência dos interesses que mais de perto dizem com a vida laboriosa de suas populações.

Nela, com o aproveitamento integral do prédio, em rodízio de um farto número de horas, poderíamos, a par da educação ministrada, à noite a adultos, recrear e educar um grande número de pessoas.

A escola passaria a ser um verdadeiro cadinho no amálgama da nossa heterogênea população. Reuniões de pais, pequenos bailes, cursos para mães e noivas, pequenas palestras, cinema e

<sup>235</sup> SEGAWA, Hugo. Arquiteturas escolares. (p. 64-65). In Projeto. Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial e Construção. Nº 87. São Paulo: maio de 1986. (p. 65)

<sup>236</sup> WISNIK, G. O programa escolar... 2006. (p. 63)

<sup>237</sup> DUARTE, Hélio. O problema Escolar e a arquitetura. (p. 4-6). In Revista Habitat - revista das artes no Brasil. Nº 4. São Paulo: Habitat, set-dez de 1951. (p. 4)

teatro educativos, biblioteca, audições de música, teatro de bonecos e jogos. Tudo aí poderia ser realizado. Forças centrípetas convergiriam para a escola e seriam as concorrentes da formação intelectual, social e profissional dessas pequenas comunidades, onde depois de processadas passariam a ser as forças centrífugas - difusoras do conhecimento adquirido.<sup>238</sup>

O Convenio Escolar foi criado para solucionar o déficit de salas de aula, dentro dos limites financeiros existentes. A qualidade deveria estar aliada à quantidade, razão das referências a padronizações de materiais e mobiliário relativas às questões da racionalidade e da economia construtiva e à possibilidade de ampliações futuras, partindo-se de um núcleo inicial que seria expandido de acordo com a necessidade.

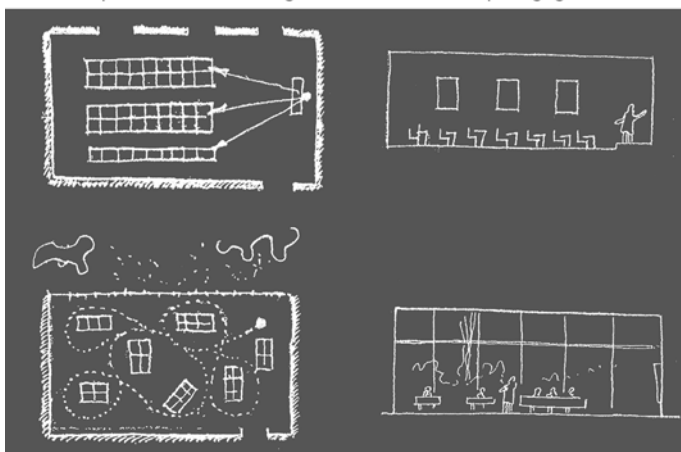
Inicialmente, na sua condição mais primária, a escola mínima se assemelha a uma ameoba. É um ser unicelular. Pode ser representada por, apenas, uma sala de aula. Seu crescimento corre paralelo à satisfação das necessidades baseadas no aumento da densidade infantil e, assim, vai o organismo, em processo evolutivo, tramando uma rede de tecidos e se diferenciando em funções especializadas, até que, atingindo o ápice do processo, estacione. (...)

O prédio não deve utilizar o terreno, antes ser com ele homogêneo, adaptar-se-lhe, ser como coisa “posta” e não “imposta”. Para a programação de um grupo de 12 salas de aulas estabelecemos as seguintes funções concatenadas:

- ensino
- recreação
- administração (incluindo o setor assistencial)<sup>239</sup>

No setor de ensino, constariam as salas de aula, o museu escolar e a biblioteca; na recreação, o recreio coberto e o auditório; e na administração, além dos ambientes afins, as salas para a assistência escolar (médico, dentária, social e nutricional). Não há novidades no programa arquitetônico apresentado, já encontrado nas escolas cariocas e paulistanas da década de 1930.

Figura 33: Comparação entre dois tipos de salas de aula, sendo a primeira de tipo tradicional e a segunda evidenciando a pedagogia ativa



Se a relação de ambientes não foi alterada, o entendimento das funções e atividades de cada um modificou-se. A sala de aula passou a ser considerada “um sistema social e, portanto, um grupo de indivíduos trabalhando juntos, dentro de um sistema”.<sup>240</sup> Não seria mais composta de fileiras de carteiras dispostas uniformemente e voltadas para o tablado do professor e o quadro

<sup>238</sup> DUARTE, H. O problema Escolar... 1951. (p. 5-6)

<sup>239</sup> DUARTE, H. O problema Escolar... 1951. (p. 5)

<sup>240</sup> MARTINS, Joel. Planejamento e organização da sala de aula (p. 26-27). In Revista Acrópole. Nº 314. São Paulo: Acrópole, fevereiro de 1965. (p. 26)

negro. Não mais uma “sala estática, parada” e sim “dinâmica”, cujo “ponto focal é o trabalho de equipe”, como comparou Hélio Duarte nos desenhos apresentados na Figura 33. É interessante observar que o arquiteto indicou nas plantas duas disposições de mobiliário. Ao lado, nos cortes, comparou um ambiente com apenas três aberturas e outro com um pano de vidro que tomou conta de toda a parede, permitindo que o verde entrasse no ambiente. O desenho deixou nítidas as diferenças entre as duas salas de aula, no entanto ambas possuíam o mesmo formato e as mesmas dimensões. As alterações estavam baseadas na organização interna e nas dimensões das janelas, esta última diretamente relacionada à técnica construtiva.

Outro exemplo:

O museu foi colocado à entrada, é peça de passagem obrigatória, não mais uma sala fechada, cheirando a mofo e morta, mas uma exposição viva, onde a criança deverá ter a faculdade de ver, pegar, sentir enfim o que mais lhe interessar.<sup>241</sup>

Além das diferenças na utilização de cada ambiente, o edifício escolar modernista contou com novas possibilidades formais trazidas pelo aprimoramento das técnicas construtivas. O concreto armado, já utilizado rotineiramente naquele momento, como elemento estrutural permitiu um maior espaçamento entre pilares e a liberação do pavimento térreo. A primeira característica aumentou as dimensões das janelas, formando longas faixas horizontais nas fachadas ou ainda grandes panos de vidro com esquadrias de ferro. A segunda possibilitou a criação de áreas cobertas sustentadas por pilotis e destinadas à recreação, recurso já adotado nos grupos escolares paulistanos Congonhas do Campo e Princesa Isabel (Figura 26 e Foto 26, página 96), construídos em meados da década de 1930. O recreio coberto foi incorporado ao conjunto arquitetônico da escola, deixando de ser um anexo colocado ao fundo do terreno.

A melhoria da técnica de impermeabilização fez com que o edifício *encostasse* no terreno, eliminando o recurso do porão alto para seu isolamento do solo. Assim, o nível do piso interno da escola estaria próximo ao externo, incorporando os jardins ao edifício, possibilitando a continuidade espacial e reduzindo a altura do edifício. Seriam, então, as escolas “na escala da criança”, não monumentais e integradas à paisagem e aos seus usuários, propostas da Comissão do Convênio Escolar.<sup>242</sup>

Trata-se de um momento importante de disseminação de técnicas e inovações que difundem uma nova linguagem arquitetônica. Elementos construtivos ganham destaque e tornam-se marcantes: os grandes caixilhos de ferro, ocupando quase todo o pé-direito, a ventilação cruzada feita através de tubos incrustados na alvenaria, os elementos vazados cerâmicos

<sup>241</sup> DUARTE, H. O problema Escolar... 1951. (p. 5)

<sup>242</sup> AS ARQUITETURAS DO CONVÊNIO ESCOLAR. In Revista Habitat - revista das artes no Brasil. Nº 4. São Paulo: Habitat, set-dez de 1951. (p. 7)



identificados como *Janelcret*, as lajes de forro, o piso em cerâmica vermelha, as portas de madeira, as pérgulas, as marquises, os esbeltos pilares em “V”, a telha de fibrocimento, os volumes em forma de “asa de borboleta” e o recreio coberto em arco pré-moldado de concreto.<sup>243</sup>

Outra característica relacionou-se ao partido arquitetônico e à conseqüente ordenação espacial. As escolas eram concebidas como uma reunião de blocos independentes com funções e tratamento formal próprios, implantados de forma paralela ou ortogonal e interligados entre si. A setorização bem delimitada foi uma das características marcantes da distribuição dos ambientes na escola modernista, que resultou em uma volumetria dinâmica. Desta forma, a ordenação espacial perdeu a rigidez e a simetria das configurações tradicionais, solução já adotada nas escolas paulistanas da década de 1930.



Foto 33: Grupo Escolar da Penha, em São Paulo/SP

Foto 34: Grupo Escolar Alberto Conte, em São Paulo/SP



<sup>243</sup> FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger de. *Arquitetura Escolar Paulista - anos 1950 e 1960*. (p. 15-19). In FERREIRA, A. F.; MELLO, M. G. (org.). *Arquitetura Escolar Paulista...* 2006. (p.17)

O edifício escolar modernista, segundo Hélio Duarte, tornou-se mais fluido, *posto* e não *imposto* no terreno, belo para o *passante* e para o *vivente*, com a valorização e enriquecimento dos espaços internos.<sup>244</sup>

Do ponto de vista arquitetônico, o conjunto de escolas construídas pelo Convênio Escolar, apesar de não se restringir a um esquema padronizado - tanto no aspecto construtivo quanto no arranjo e desenho dos ambientes - possui uma fisionomia geral bastante reconhecível. Suas características mais marcantes são a forma abobadada do galpão - feita em arcos pré-moldados de concreto -, que situa a recreação infantil em um ambiente coberto mas aberto, e a separação dos programas de aula e secretaria em blocos distintos, dispostos muitas vezes ortogonalmente, e conectados por circulação externa, sendo, o primeiro, freqüentemente configurado como um pavilhão em dois pavimentos e aberto para a paisagem através de amplos caixilhos que rasgam a fachada de fora a fora, e o segundo, hierarquicamente subordinado, definido como um volume térreo e com aberturas menores.<sup>245</sup>

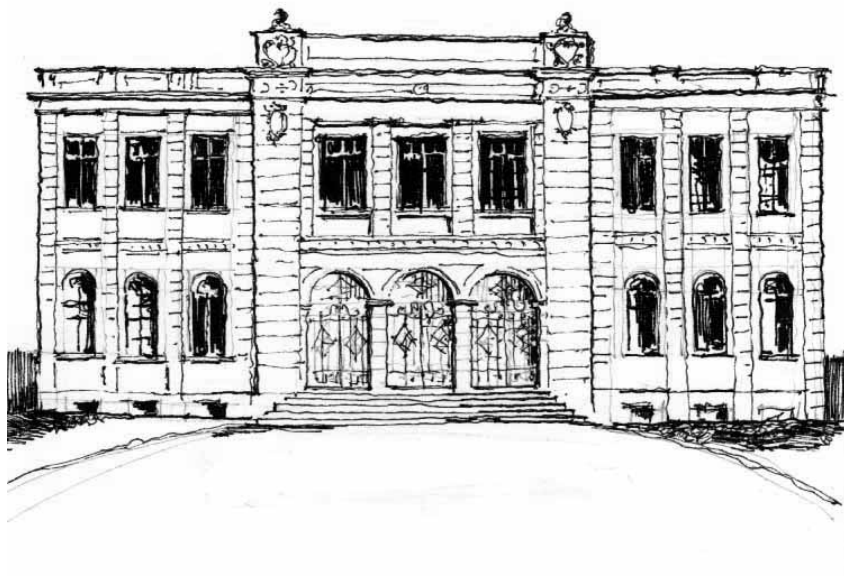
Alguns exemplos das escolas do Convênio Escolar são mostrados nas Fotos 33 e 34. Em termos gerais, eram edifícios de grande porte, com no mínimo de 12 salas de aula. O programa construtivo contou com auditório, laboratórios e bibliotecas em praticamente todas as unidades.

Independente do caráter ou tipologia, os edifícios escolares, desde o século XIX, encontram-se sujeitos a um conjunto de normas, estabelecido pelo Estado. Logo, a arquitetura escolar, seja pública ou privada, atende a uma proposta de sociedade e, para tal, reflete os valores que, em cada momento histórico, são veiculados. O caráter simbólico de cada edifício escolar encontra-se explicitado na materialidade de sua arquitetura.

---

<sup>244</sup> DUARTE, Hélio. Considerações sobre Arquitetura e Educação. (p. 236-238). In Revista Acrópole. Nº 210. São Paulo: Acrópole, abril de 1956. (p. 34)

<sup>245</sup> WISNIK, G. O programa escolar... 2006. (p. 61)



## 2. Arquitetura e Educação: Regulamentação e Métodos de Ensino no Paraná

### 2.1 Higienismo, Arquitetura e Pedagogia nos manuais e tratados sobre o edifício escolar

Estruturado pela ciência higienista o Estado atuou sobre a Cidade e a Sociedade no Brasil Imperial e Republicano estabelecendo a partir de normas uma nova ordem social e associando-a à idéia de *modernização*, de *desenvolvimento*, de *ordem* e de *progresso*.<sup>1</sup> Carlos Monarcha reitera esta posição afirmando que “através de obras, códigos e regulamentos, o poder público empreende a normalização do espaço urbano e das populações citadinas”.<sup>2</sup> Essa regulamentação, corrente no período, estendeu-se a outras instituições, a toda e qualquer atividade, ao ambiente urbano e à sociedade.

<sup>1</sup> CASTRO, Elizabeth Amorim de. A Arquitetura do Isolamento em Curitiba na República Velha. Curitiba: Edição da Autora, 2004. (p. 13-18)

<sup>2</sup> MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora: Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997. (p. 101)

As práticas discursivas (...) compõem-se dos “elementos teóricos” que reforçam, no nível do conhecimento e da racionalidade, as técnicas de dominação. Estes elementos são criados a partir dos saberes disponíveis - enunciados científicos, concepções filosóficas, figuras literárias, princípios religiosos, etc. - e articulados segundo as táticas e os objetivos do poder. As práticas não discursivas são formadas pelo conjunto de instrumentos, que materializam o dispositivo: técnicas físicas de controle corporal; regulamentos administrativos de controle do tempo dos indivíduos e instituições; técnicas de organização arquitetônica dos espaços; técnicas de criação de necessidades físicas e emocionais etc.

Da combinação destes discursos teóricos e destas regras de ação prática o dispositivo extrai seu poder normalizador. A lei, através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta conhecimentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais.<sup>3</sup>

Permeada pelo higienismo, a questão educacional veio também acompanhada de regulamentos detalhados, tanto em relação à estruturação de ensino, como no âmbito construtivo do edifício escolar e na implantação deste no meio urbano.

Se a ordem é necessária por toda a parte, se é o fundamento de todo o bem, de todo o sucesso, é principalmente quando se trata de conduzir, educar e instruir meninos e moços reunidos em grande número no mesmo lugar, quase sempre preguiçosos, muitas vezes indóceis, naturalmente inimigos de todo aperto, de qualquer constrangimento, e comunicando-se reciprocamente pelo exemplo da indolência, sua indocilidade e outros defeitos, daqui a necessidade de regulamentos justos sábios, severos e mantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível.<sup>4</sup>

O edifício escolar foi alvo das maiores atenções, determinando e simbolizando todas as expectativas de formação plena e disciplinada da criança, futuros trabalhadores da jovem nação. Quando projetado e construído como tal, foi considerado um dos componentes mais importantes na instituição da política educacional pública. Como materializador de um conceito pedagógico, o edifício incorporou os conceitos de ordem, controle e disciplina encontrados nos tratados de arquitetura, manuais técnicos, teses médicas, códigos sanitários e posturas municipais. Definições como tipos de ambientes, sua localização e dimensões, configuração formal do edifício, implantação no terreno, situação urbana e materiais construtivos foram objeto de estudos de médicos, engenheiros, arquitetos, educadores e administradores públicos.

---

<sup>3</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. (p. 50).

<sup>4</sup> CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes a conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo os quais se devem regular os nossos colégios*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854 (p. 22). Apud COSTA, J. F. *Ordem Médica...* 1989. (p. 181-182)

Louis Cloquet, arquiteto e professor de Ramos de Azevedo em Gante na Bélgica, em seu *Traité d'Architecture*, obra de referência na Escola Politécnica paulista, reiterou a importância da regulamentação construtiva de escolas:

Depuis que les question d'hygiène ont pris une place très considérable dans la construction des édifices habités et que la pédagogie a fait de si grands progrès, on peut dire que la tâche de l'architecte, dans la conception d'une école, se trouve en grand partie tracée dans le règlement en vigueur.<sup>5</sup>

Tratados de arquitetura europeus e norte-americanos produzidos entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial reproduziram e comentaram as normas vigentes com fartas ilustrações, as principais informações técnicas-construtivas e vários exemplos de edifícios construídos, relacionando, minuciosamente, os diversos tipos de escolas, os ambientes necessários a cada um deles, as dimensões mínimas, o mobiliário adequado. Tornaram-se manuais ou ferramentas da prática projetual e de conhecimento geral, uma vez que eram utilizados nas escolas de arquitetura e engenharia em todo o mundo.

O manual *Practical illustrations of the principles of school architecture*<sup>6</sup>, escrito pelo advogado e político Henry Barnard, Superintendente das *Common Schools de Connecticut*, editado em 1851, não apresentou regulamentos para a construção de escolas. Tratou-se de relatório sobre as condições das escolas existentes, com apresentação das condições e características ideais de uma escola e exposição ilustrada de alguns edifícios escolares (desenhos arquitetônicos, de mobiliário e de equipamentos). Reflexão pioneira sobre a arquitetura escolar, o texto girou em torno do que existia sobre as escolas, relatando os problemas e destacando as qualidades. Os exemplos considerados bons serão mostrados, reproduzidos ou reelaborados pelos leitores da obra, os formatos reaplicados e as características, buscadas. Condições e atributos ali apontados que foram encontradas posteriormente, em novos manuais e escolas. No livro, Barnard expôs o que considerava serem os princípios de uma boa arquitetura escolar e mostrou a sua aplicação em escolas existentes, divulgando e propagando tipologias e caráter do edifício escolar.

Didaticamente, o texto iniciou relatando os principais problemas encontrados nos edifícios escolares da metade do século XIX nos Estados Unidos, sendo o primeiro a implantação: localização inadequada, próxima a fontes de barulho e poeira e a

---

<sup>5</sup> CLOQUET, Louis. *Traité d'architecture. Éléments de L'Architecture, Types d'Édifices - Esthétique, Composition et Pratique de L'Architecture*. Paris: Beranger, 197. 12ª Edição. (p. 244)

<sup>6</sup> BARNARD, Henry. *Practical illustrations of the principles of school architecture*. Hartford: Press of Case, Tiffany and company, 1851. Disponível no endereço eletrônico: <http://name.umdl.umich.edu/afm4842.0001.001>. Acesso em 21 de abril de 2010.

estradas movimentadas. O edifício, normalmente construído com materiais de péssima qualidade, com tamanho, iluminação e ventilação não apropriados, possuía aparência externa e interna repulsiva, contribuindo para o desinteresse da criança, juntamente com a ausência de mobiliário e materiais didáticos. Questões intrinsecamente higienistas que se revestiram da arquitetura e pedagogia e estiveram presentes em muitas escolas aqui analisadas.

Na seqüência, o manual de Barnard definiu os princípios da arquitetura escolar:

II - General Principles of School Architecture:

1. A location, healthy, accessible from all parts of the district; retired from the dust, noise, and danger of the highway; attractive, from its choice of sun and shade, and commanding, in one or more directions, the cheap, yet priceless educating influences of fine scenery.
2. A site large enough to admit of a yard in front of the building, either common to the whole school or appropriated to greensward, flowers and shrubbery, and two yards in the rear, one for each sex, properly inclosed, and fitted up with privies, which a civilized people never neglect.
3. Separate entrances to the school-room for each sex; each entrance distinct from the front door, and fitted up with scraper, mats, and old broom for the feet; with hooks, shelves, &c., for hats, overcoats, over-shoes, and umbrellas; with sink, pump, basin and towels, and with brooms and duster, and all the means and appliances necessary to secure habits of order, neatness and cleanliness.
4. School-room, in addition to the space required by aisles and the teacher's platform, sufficient to accommodate with a seat and desk, not only each scholar in the district who is in the habit of attending school, but all who may be entitled to attend; with verge enough to receive the children of industrious, thoughtful, and religious families, who are sure to be attracted to a district with is blessed with a good school-house and a good school.
5. At least one spare room for recitation, library, and other uses, to every school-room, no matter how small the school may be.
6. An arrangement of the windows, so as to secure one blank wall, and at the same time, the cheerfulness and warmth of the sunlight, at all times of the day, with arrangements to modify the same by blinds, shutters, or curtains.
7. Apparatus for warming, by which a large quantity of pure air from outside of the building can be moderately heated, and introduced into the room without passing over a red-hot iron surface, and distributed equally to different parts of the room.
8. A cheap, simple, and efficient mode of ventilation, by which the air in every part of a school-room, with is constantly becoming vitiated by respiration, combustion, on other causes, may be constantly flowing out of the room, and its place filled by an adequate supply of fresh air draw from a pure source, and admitted into the room at the right temperature, of the requisite degree of moisture, and without any perceptible current.
9. A desk with at least two feet of top surface, and in no case for more than two pupils, inclined towards the front edge one inch in a foot, except two to three inches of the most distant portion, which should be level, and covered with cloth to prevent noise - fitted with an ink-pot (supplied with a lid and a pen-wiper) and a slate, with a pencil-holder and a sponge attached, and supported by end-pieces or stanchions, curved so as to be convenient for sweeping, and to admit of easy access to the seat - these of varying heights for small and large pupils, the front edge of each desk being from seven to nine inches (seven for the lowest and nine for the highest) higher than the front edge of the seat or chair attached.
10. A chair or bench for each pupil, and in no case for more than two, unless separated by aisle, with a seat hollowed like an ordinary chair, and varying in height from ten to seventeen inches from the outer edge to the floor, so that each pupil, when properly seated, can rest his

feet on the floor without the muscles of the thigh pressing hard upon the front edge of the seat, and with a support for the muscles of the back, rising above the shoulder-blades.

11. An arrangement of the seats and desks, so as to allow of an aisle or free passage of at least two scholars, and so as to bring each scholar under the supervision of the teacher.

12. Arrangements for the teachers, such as a separate closet for his overcoat, &c., a desk for his papers, a library of books of reference, maps, apparatus, and all such instrumentalities by which his capacities for instruction may be made in the highest degree useful.

13. Accommodations for a school library for consultation and circulation among the pupils, both at school and as a means of carrying on the work of self-education at their homes, in the field, or the work-shop, after they have left school.

14. A design in good taste and fit proportion, in place of the wretched perversions of architecture, which almost universally characterize the district school-house of New England.

15. While making suitable accommodation for the school, it will be a wise, and, all things considered, an economical investment, on the part of many districts, to provide apartments in the same building, or in its neighborhood, for the teacher and his family, this arrangement will give character and permanence to the office of teaching, and at the same time secure better supervision for the school-house and premises, and more attention to the manners of the pupils out of school. Provision for the residence of the teacher, and not unfrequently a garden for his cultivation, is made in connection with the parochial schools in Scotland, and with the first class of public schools in Germany.

16. Whenever practicable, the privies should be disconnected from the play-ground, and be approached from a covered walk. Perfect seclusion, neatness and propriety should be strictly observed in relation to them.

17. A shed, or covered walk, or the basement story paved under feet, and open for free circulation of air for the boys, and an upper room with the floor deafened and properly supported for calisthenic exercises for the girls, is a desirable appendage to every school.<sup>7</sup>

Alguns destes pontos merecem ser detalhados, como por exemplo a separação física de meninos e meninas, demandando a duplicação de entradas, pátios e instalações sanitárias, assim como a necessidade de recreação e prática de ginástica e a conseqüente área destinada a essas atividades. A preocupação em definir locais para o professor, o aluno, os livros, o guarda-chuva ou o casaco, por exemplo, denotou a importância de tudo ter seu lugar, de materializar e refletir a ordem e a disciplina. Associado ao conforto e bem estar do aluno, o programa de necessidades começou a ser esboçado e questões como insolação e ventilação mereceram atenção, embora sem a definição de índices e taxas. Tais requisitos reunidos deveriam compor um edifício com uma arquitetura de bom gosto e de proporções adequadas. Henry Barnard relacionou as principais características e expectativas de um edifício escolar e delineou seu caráter, pois *a arquitetura comunica, a quem observa, para que serve. Seu principal significado é, portanto, o uso.*<sup>8</sup>

Alguns desenhos acompanharam o texto, ilustrando as propostas, como as Figuras 01 a 03.

---

<sup>7</sup> BARNARD, H. Practical illustrations... 1851. (p. 29-30)

<sup>8</sup> STROETER, João Rodolfo. Arquitetura e Teorias. São Paulo: Nobel, 1986. (p. 93)

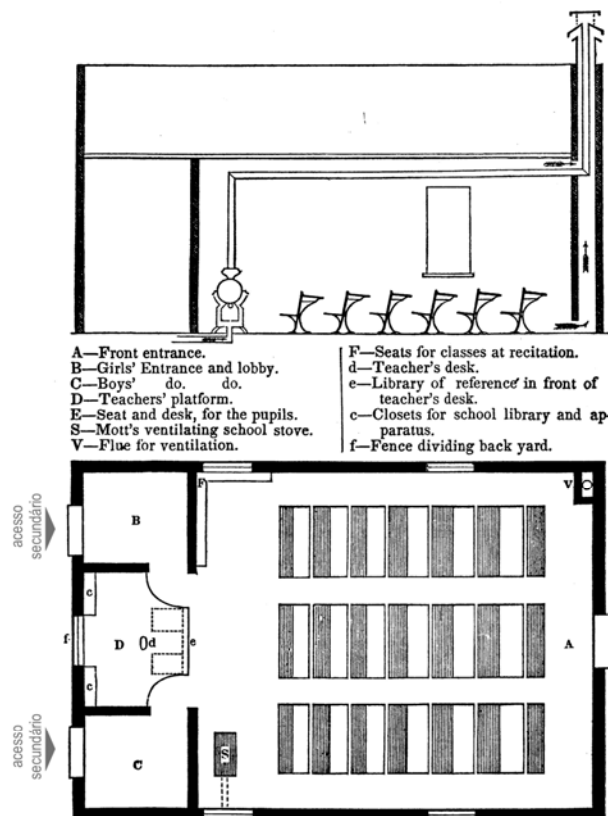


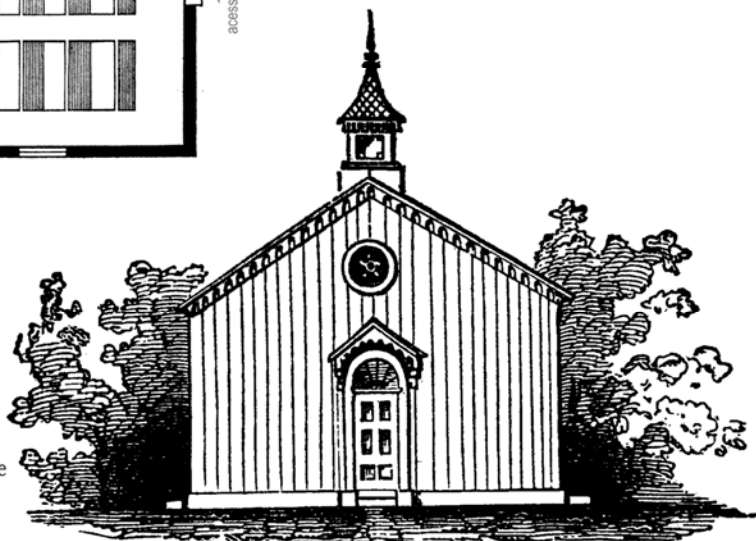
Figura 01: Corte, planta e fachada principal da casa escolar do Distrito de Gloucester, Rhode Island, EUA

Características tipológicas da planta:

- bloco único;
- entrada principal localizada na frente do edifício;
- ao fundo, acessos secundários e separados para meninos e meninas;
- ao fundo, um vestíbulo para guarda de casacos e acessórios dos alunos;
- posição centralizada do professor, com a presença de uma plataforma que possibilita visão e controle plenos de toda sala de aula; e
- carteiras alinhadas na largura e no comprimento da sala, formando fileiras entremeadas de corredores de circulação.

Características tipológicas da composição:

- bloco único / volumetria simplificada;
- austeridade / ausência de ornamentação; e
- destaque formal do acesso principal.



As Figuras 02 e 03 mostram plantas de escolas com um maior número de salas de aula. O programa de necessidades reduzia-se à sala de aula, havendo quando muito um vestíbulo ou ainda circulações internas, fato que refletia as poucas exigências espaciais dos métodos pedagógicos aplicados. Na Figura 02, os acessos principal e secundários foram locados em volume separado, destacando-os formalmente.

Considerando o contexto de implantação de uma rede de escolas públicas nos Estados Unidos e o custo que tal ação demandava, não há como deixar de destacar a austeridade e a economia formal e programática como condições necessárias, ou ainda um caráter a ser imposto.



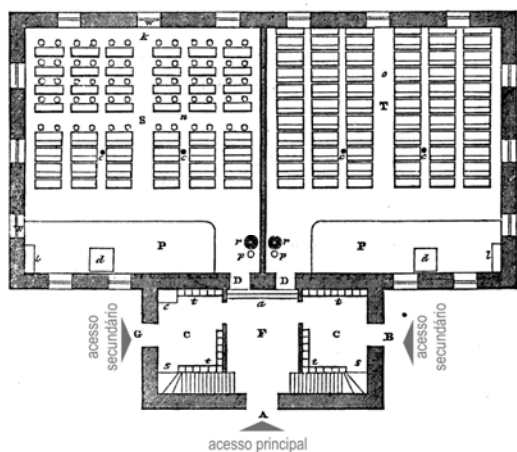


Figura 02: Planta do pavimento térreo de uma casa escolar nos EUA

Características tipológicas da planta:

- composição formada pela justaposição de dois retângulos: salas de aula e acessos;
- entrada principal localizada na frente do edifício;
- nas laterais, acessos secundários e separados para meninos e meninas;
- nas laterais, um vestíbulo para guarda de casacos e acessórios dos alunos;
- posição centralizada do professor, com a presença de uma plataforma que possibilita visão e controle plenos de toda sala de aula; e
- carteiras alinhadas na largura e no comprimento da sala, formando fileiras entremeadas de corredores de circulação.

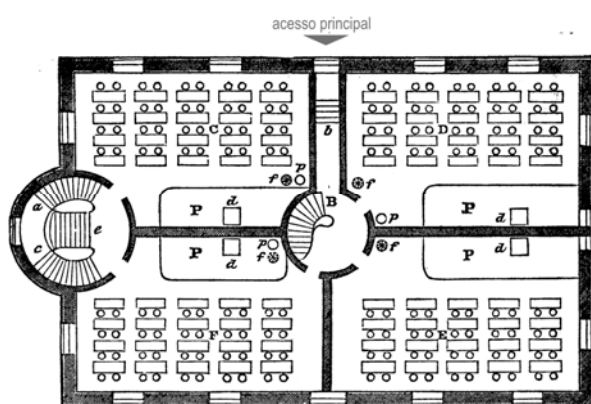


Figura 03: Planta do pavimento térreo de uma casa escolar nos EUA

Características tipológicas da planta:

- bloco único;
- circulação central que concentra o fluxo horizontal (acesso às salas de aula) e vertical (acesso ao pavimento superior);
- posição centralizada do professor, com a presença de uma plataforma que possibilita visão e controle plenos de toda sala de aula; e
- carteiras alinhadas na largura e no comprimento da sala, formando fileiras entremeadas de corredores de circulação.

Na segunda metade do século XIX, os temas escola e edifício escolar foram desenvolvidos e normatizados. A implantação da escola graduada e a estruturação de diversos níveis de ensino impuseram alterações programáticas e uma nova classificação e hierarquização de instituições e de edifícios escolares. As escolas passaram a ser maternais, primárias, secundárias, profissionais, normais e universitárias. Além das condições gerais de implantação de um edifício escolar, basicamente determinadas pela salubridade e localização do terreno, os programas destas diferentes escolas foram, ao longo do período estudado, sendo desenvolvidos e esmiuçados por regulamentações que se sucediam e se tornavam cada vez mais complexas. Uma interessante retrospectiva da normatização francesa foi apresentada no *Traité d'architecture*, elaborado por Georges Tubeuf. O arquiteto francês, herdeiro da tradição acadêmica da Escola de Belas Artes, considerou a Instrução Ministerial francesa de 17 de junho de 1880<sup>9</sup> como a mais completa legislação sobre o tema desde 1850. A estrutura desta norma revelou sua abrangência. A primeira parte, *Condições Gerais*, discorreu inicialmente sobre as características necessárias de um terreno para abrigar uma escola

<sup>9</sup> Réglement pour la construction et l'ameublement des maisons d'école. Instruction ministérielle du 17 juin 1880. In TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique*. Vol. IV: Types de constructions diverses. Paris: H. Chairgrasse fils, [s.d.]. (p.1-15)

- central, ventilado, de fácil acesso, isento de umidade e longe de barulho, poluição e cemitérios - e, em seguida, determinou suas dimensões mínimas (300m<sup>2</sup> ou 10m<sup>2</sup>/aluno). A implantação do edifício deveria respeitar a orientação mais adequada para a região e determinados ambientes, como a sala de aula e o recreio coberto, e possuir índices de ventilação e insolação especiais. A construção do edifício também mereceu especificações como a espessura mínima de paredes; os materiais e revestimentos utilizados que devem ser impermeáveis e duráveis; a necessária elevação do piso em relação ao solo, evitando umidade; e a preferência pela cobertura de ardósia foram indicações expressas.

Na segunda parte, a atenção volta-se para a sala de aula, com dimensões, índices de ventilação e insolação, tipos de esquadria, revestimentos, mobiliário, equipamentos e materiais de apoio definidos e descritos. O *Traité d'architecture* de Tubeuf não só reproduziu na íntegra a Instrução Ministerial de 1880, como ilustrou didaticamente todos seus principais pontos. Como ferramenta de trabalho, a obra também apresentou projetos arquitetônicos de diversos tipos de escolas e descreveu as etapas e os documentos necessários para a aprovação de um projeto arquitetônico de escola.

O formato técnico, ilustrado e didático, mostrando detalhadamente os programas, as técnicas construtivas e exemplos de diversos tipos de edifícios, foi encontrado em vários tratados de arquitetura escritos no final do século XIX e início do XX. Pode-se citar o *Traité d'architecture. Éléments de L'Architecture, Types d'Édifices - Esthétique, Composition et Pratique de L'Architecture*, de Louis Cloquet; o *Éléments et théorie de l'architecture*, de Julien Guadet e o *Édifices Publics pour villes et villages*, de Émile Guillot.<sup>10</sup> Todos reforçaram a conotação racional e científica, materializada e simbolizada pela função, envolvida pela economia e austeridade e delimitada e normatizada pelas demandas higienistas do edifício escolar - princípios e caráter que se mantiveram válidos durante todo o período estudado.

Para exemplificar a permanência e prevalência do caráter racional, técnico e funcional, pautado no higienismo, pode-se também citar o livro *Higiene Escolar*, escrito em 1906 pelo médico Leo Burgerstein, que apresentou um capítulo inteiro

---

<sup>10</sup> CLOQUET, Louis. *Traité d'architecture. Éléments de L'Architecture, Types d'Édifices - Esthétique, Composition et Pratique de L'Architecture*. Paris: Beranger, 19?. 12ª Edição; GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture. Livre VIII. Les Éléments de la composition dans les édifices d'enseignement et instruction publique*. Paris : Librairie de la Construction Moderne, 1909. 1ª edição : 1901; GUILLOT, Émile. *Édifices Publics pour villes et villages*. Paris: H. Dunod et E. Pinat. Éditeurs, 1912, respectivamente.

dedicado ao edifício escolar<sup>11</sup>, seguindo o formato já descrito, mas enfatizando outros pontos.

Para obter bons edifícios-escolas nos pequenos centros de população, utilizam-se projetos modelos apropriados; deste modo, as localidades podem conseguir uma pequena construção que reúna boas condições para escola, favorecendo-as, além disso, a possibilidade de que seus próprios habitantes se encarreguem de realizar os trabalhos correspondentes. É de grande importância que o Estado contribua materialmente para a construção de escolas, concedendo todas as facilidades possíveis (empréstimos sem juros, etc.). As cidades pequenas e as de população média podem obter bons planos por meio de concursos, mas sempre será de **necessidade que os projectos sejam julgados por peritos em higiene escolar**. Pelo que se refere à construção de escolas, a primeira coisa que se deverá ter presente é sua disposição, de forma que se cumpram as regras higiênicas dentro dos limites permitidos pelas disponibilidades econômicas; deve-se atender, antes de tudo, ao necessário e depois às condições estéticas, porém nunca inversamente. Por último, as grandes cidades deverão fazer com que um dos arquitetos da prefeitura correspondente, seja posto em condições de estudar a bibliografia especial e as instalações escolares modelos, inclusive de outros países; do mesmo modo, deverá ter constantemente sob seu controle o estado de conservação do edifício escolar.<sup>12</sup>

Para o médico Leo Burgerstein, como não poderia deixar de ser, as demandas higienistas condicionariam o edifício escolar. A especificidade desta edificação seria tão grande que, no início de seu texto, o médico defendeu a adoção de projetos padronizados, como forma de garantir a adequação necessária ao edifício. Os *peritos* higienistas estariam de plantão analisando e corrigindo projetos escolares de modo a deixá-los em perfeitas condições de uso. A seqüência do texto permitiu a compreensão de tal observação, uma vez que mesmo tratando-se da parte física do edifício escolar - da arquitetura - a ênfase foi dada à relação desta com a incidência ou proliferação de doenças, ou ainda com a indução de hábitos e condutas saudáveis ou não.

Inicialmente foram traçadas algumas considerações gerais sobre a localização e a implantação da escola, assim como relacionadas algumas características que o edifício deveria possuir: terreno amplo em boas condições sanitárias, com áreas de recreação determinadas, em local tranqüilo longe de ruídos e poeiras, arejado e que permitisse iluminação direta sem obstáculos. Recomendações mantidas para pequenas e grandes localidades e ainda regiões rurais. O edifício, com as salas voltadas para dentro do terreno, deveria permitir ampliações futuras. Na seqüência, o texto tratou do abastecimento de água, da relação entre a água e a disseminação de doenças e os cuidados que deveriam ser tomados na locação e construção de poços e instalações sanitárias. Nesta seção, ainda constaram instruções sobre a instalação de bebedouros e a forma de sua utilização.

---

<sup>11</sup> Capítulo VI - Edifício-escola: sua disposição e acessórios. Conservação. Apud BURGERSTEIN, Leo. Higiene Escolar. Rio de Janeiro: Atlantida Editora, 1934. 1ª edição: 1906. (p. 119-180)

<sup>12</sup> BURGERSTEIN, L. Higiene... 1934. (p. 119-121) - Grifo meu.

Sobre o edifício, foi destacada a importância de uma escolha adequada da técnica e dos materiais construtivos para a obtenção da correta impermeabilização, de um efetivo isolamento térmico e de impedimentos na proliferação de microorganismos.

As colônias de cogumelos destruidores, que embora não sejam venenosos, tornam-se onerosos pelas reparações a que dão lugar e que, quanto á higiene, podem ser perigosos para a salubridade dos habitantes, evitam-se mediante o emprego de madeira seca de construção. Tais cogumelos morrem, submetendo o lugar atacado a uma temperatura de 40°. É de necessidade absoluta que as escadas se construam com materiais resistentes ao fogo, assim como também as passagens e coberturas. O edifício escolar não deverá entrar em função até que se ache totalmente sêco.<sup>13</sup>

Uma parte interessante tratou da disposição de ambientes:

A entrada de uma classe não deve dar diretamente para a rua. Nos edifícios grandes deve existir pelo menos uma porta para cada 300 alunos; toda casa escolar disporá, além disso, de uns dispositivos suficientemente grandes, colocados à entrada, onde os alunos possam limpar os sapatos, antes do início dos trabalhos escolares; deve-se limpar também o barro aderido à sola, pois é de máxima importância para professores e alunos, manter o asseio e sobretudo gozar de ar puro, e um dos meios preferíveis para obtê-los é fazer com que as salas de aula não se sujeem.<sup>14</sup>

Os temas coincidiam com os apresentados nos tratados de arquitetura, confirmando uma superposição de disciplinas na questão do edifício escolar, no entanto nesses a ênfase foi na resposta projetual frente aos condicionantes impostos. Já o texto de Burgerstein apresentou orientações técnicas e construtivas justificadas pelas conseqüências que poderiam acarretar, sempre no âmbito do higienismo e da salubridade (como por exemplo, o uso de madeira seca que evitaria a proliferação de cogumelos, prejudiciais à saúde).

No capítulo referente ao edifício escolar foram mostradas apenas três plantas arquitetônicas, visualizadas nas Figuras 04 a 06. O texto não apresentou definições sobre tipos e programas de escolas e, portanto, não se propôs a estabelecer modelos a serem seguidos. No entanto, sua análise pode revelar pontos interessantes.

As Figuras 04 e 05 referem-se escolas situadas em regiões rurais, com um programa básico constituído por uma sala de aula e a residência do professor. Nos dois casos, os edifícios configuraram-se em bloco único, porém na escola francesa (Figura 05), as duas atividades foram locadas em blocos separados, partido semelhante ao encontrado nas escolas americanas da metade do século XIX (Figuras 02 e 03, página 121). Os ambientes de apoio mudaram de uma escola para outra, situação que se justificaria por contextos e locais diferentes, no entanto a tipologia foi mantida.

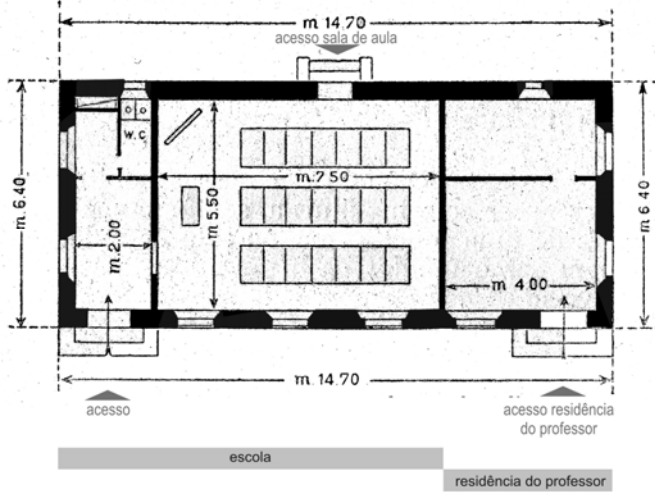
---

<sup>13</sup> BURGERSTEIN, L. Higiene... 1934. (p. 128)

<sup>14</sup> BURGERSTEIN, L. Higiene... 1934. (p. 128-129)

Já a escola rural italiana de três classes (salas de aula) apresentou um programa complexo, próximo ao das escolas graduadas de maior porte (Figura 06). Não cabe analisá-lo, mas ressaltar a ordenação espacial que se estruturou na tipologia em “E” e na setorização de ambientes e atividades.

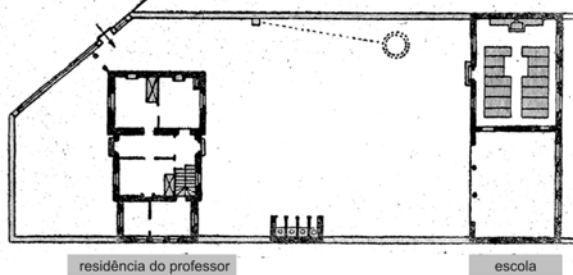
Figura 04: Planta de uma escola rural italiana



Características tipológicas e programáticas da planta:

- bloco único abrigando duas atividades: a escola e a residência do professor;
- o programa da escola foi constituído em sala de aula, ambiente de apoio e instalação sanitária; e
- o edifício possui três acessos: para a sala de aula, o ambiente de apoio e a residência do professor.

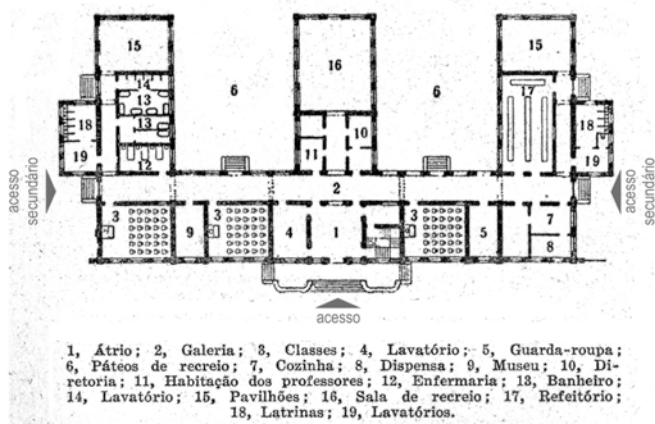
Figura 05: Planta de uma escola rural francesa



Características tipológicas e programáticas da planta e da implantação:

- a escola e a residência do professor serão locados em edifícios distintos e separados;
- o programa da escola foi constituído em sala de aula e um pátio coberto, cada qual com acessos independentes; e
- entre os dois edifícios situou-se uma área aberta onde foram localizadas as instalações sanitárias.

Figura 06: Planta de uma escola rural italiana de três classes



Características tipológicas e programáticas da planta e da implantação:

- apesar de apresentar as mesmas atividades, escola e residência do professor, este edifício apresentou um programa e um partido mais complexo;
- o programa e o edifício escolar foram configurados em diferentes setores: de ensino, de atendimento ao aluno (refeitório e enfermaria), administrativo e residência do professor e recreativo (pátio coberto);
- a setorização está definida na disposição da planta, em “E”- tipologia esquematizada abaixo; e
- na parte central do edifício foi locado o acesso principal e nas laterais, os secundários.

- 1, Átrio; 2, Galeria; 3, Classes; 4, Lavatório; 5, Guarda-roupa; 6, Pátios de recreio; 7, Cozinha; 8, Dispensa; 9, Museu; 10, Diretoria; 11, Habitação dos professores; 12, Enfermaria; 13, Banheiro; 14, Lavatório; 15, Pavilhões; 16, Sala de recreio; 17, Refeitório; 18, Latrinas; 19, Lavatórios.



- 01 vestíbulo / entrada principal  
 02 sala de aula / ambientes de apoio  
 03 enfermaria / ambientes de apoio  
 04 diretoria / residência do professor  
 05 pátio coberto  
 06 refeitório / ambientes de apoio

Nas escolas paranaenses serão encontradas com frequência tais tipologias, sempre relacionadas à complexidade programática e ao porte do edifício escolar. Até 1920, o bloco único foi mais utilizado em escolas menores e com poucos ambientes. Na medida em que o programa arquitetônico ficou mais elaborado e a escola graduada foi consolidada, a tipologia passou a ser em “U” - que possibilitava ampliação do edifício. A planta em “E” pode ser considerada uma variação desta, utilizada quando o auditório-ginásio integrou o programa arquitetônico das escolas, a partir da década de 1930.

Outra questão, já implícita nas tipologias encontradas nas Figuras 01 a 06, que precisa ser discutida é a relação entre porte, configuração e apuro formal da escola. Nos edifícios pequenos e com programa enxuto, o partido arquitetônico e a solução plástica foram simplificados, austeros e contidos. A funcionalidade, a racionalidade e a economia encontraram-se materializadas e simbolizadas, fazendo parte do caráter imposto ao edifício-escola e à instituição-escola.

Mas a diversidade de escolas, suas diferentes localizações e destinações trouxeram, e ainda trazem, implícitas uma hierarquia. Segundo Julien Guadet, as escolas são *numerosas e diversas* e vão desde a *modesta escola rural* até o *palácio universitário*.<sup>15</sup>

De toutes les preuves de l'importance énorme qu'on attache à l'éducation, et des sacrifices énormes que l'on fait pour elle, la plus éclatante, celle qui se manifeste au dehors comme un témoin gigantesque et à formes multiples, c'est le luxe, la splendeur, l'étendue des édifices consacrés à l'enseignement.<sup>16</sup>

Os vários tipos de escolas requerem uma diferenciação programática, de partido arquitetônico e, sobretudo, de tratamento formal. Nas palavras de Tubeuf, o luxo e o esplendor de alguns edifícios escolares seriam testemunhas da importância atribuída à educação. No Brasil, pode-se citar as escolas normais de São Paulo e do Rio de Janeiro como exemplos de um maior esmero construtivo aliado à importância atribuída no contexto republicano à formação de professores; ou ainda, as Escolas do Imperador, construídas como modelo a ser seguido.

Nos edifícios escolares mais elaborados são também encontradas as justificativas técnicas, racionais, econômicas, higienistas e pedagógicas da concepção espacial, do programa arquitetônico, da adequação à atividade ali desenvolvida. O luxo ou o esplendor empregado seria consequência da importância da instituição. Será assim também com algumas escolas paranaenses.

---

<sup>15</sup> GUADET, J. *Éléments et théorie de l'architecture...* 1909. (p. 245)

<sup>16</sup> TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique*. Vol. IV: Types de constructions diverses. Paris: H. Chairgrasse fils, [s.d.]. (p.78)

## 2.2 A regulamentação paranaense sobre o edifício escolar no século XIX

O Paraná, na primeira metade do século XIX, não possuía edifícios escolares concebidos e edificadas com este fim e as poucas escolas existentes funcionavam nas residências dos professores. A historiadora Elvira Mari Kubo registrou que nas cidades de Paranaguá, Antonina, Vila Nova do Príncipe (depois Lapa), Castro e Morretes funcionavam aulas de primeiras letras em salas alugadas.

O problema do edifício escolar recaía sobre cada professor. Normalmente, os mestres davam aulas na própria habitação, pagando ou não aluguel, sendo que as condições internas destes locais variavam.

Só em Curitiba e Paranaguá chegavam as aulas a funcionar em edifício público, mesmo assim sem onerar os cofres provinciais.<sup>17</sup>

Em outubro de 1838, na cidade de Curitiba, após insistentes solicitações ao governo provincial, João Baptista Brandão de Proença, professor público da aula de primeiras letras do sexo masculino, conseguiu “uma boa, decente e grande sala que serve de consistório da começada igreja de São Francisco de Paula, igreja que se acha em completo abandono”.<sup>18</sup>

No Paraná, quando da instalação da Província, a situação da instrução pública era precária. Apenas 615 alunos freqüentavam os cursos de primeiras letras, numa população de 62.000 habitantes. O ensino secundário era praticamente inexistente e o pouco que havia em Curitiba buscava atender à demanda local e do interior da Província.<sup>19</sup>

Surgiram colégios secundários, públicos e particulares, em Curitiba, Paranaguá, Castro, Ponta Grossa e Morretes, funcionando simultaneamente com as aulas avulsas financiadas pelo governo.<sup>20</sup> Da mesma forma que no Rio de Janeiro e em São Paulo, as escolas de Curitiba e do Paraná ocupavam de forma precária espaços arranjados, apresentando os mesmos problemas referentes à instrução pública. Mesmo ciente de tal diagnóstico, o governo não cogitou em construir edifícios para o ensino das *primeiras letras*. Zacarias Góes e Vasconcellos, primeiro Presidente da Província do Paraná, em 1854, condenou a utilização da residência do professor como escola e pediu que estas fossem instaladas em edifícios públicos ou em prédios alugados exclusivamente para tal finalidade.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> KUBO, Elvira Mari. A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986. (p. 212)

<sup>18</sup> SÃO PAULO. 1835. Requerimento do professor João Baptista Brandão de Proença ao Vice-presidente da Província de São Paulo. Curitiba, de 2 de novembro de 1835. Apud KUBO, E. M. A Legislação e a Instrução... 1986. (p. 205)

<sup>19</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura e Educação no Paraná. Curitiba: SEED, 2001. (p. 61)

<sup>20</sup> TRINDADE, E. M. C.; ANDREAZZA, M. L. Cultura e Educação... 2001. (p. 61-62)

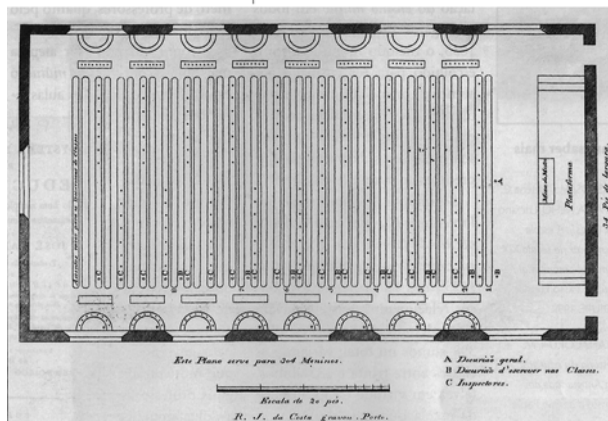
<sup>21</sup> PARANÁ. Província. 1854. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. (p. 13)

O *Regulamento de ordem geral para as escolas da instrução primaria, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primario e secundario*, de 8 de abril de 1857, no Artigo 116 registrou que o governo provincial obrigaria às municipalidades a fornecerem casas para o funcionamento das escolas primárias, proibindo a habitação no mesmo edifício. No Artigo 118, no entanto, foi aberta uma exceção: “só no caso de conhecida deficiência, será permitida a escola na habitação do professor”.<sup>22</sup>

O mesmo Regulamento de 1857 estruturou o ensino público primário em duas ordens (Artigo 2º) e a utilização do método simultâneo por classes (Artigo 8º)<sup>23</sup>, que, centrado no professor, atendia numa mesma sala alunos divididos em grupos (ou classes) conforme o grau de desenvolvimento.<sup>24</sup> Ainda no artigo oitavo ficou estabelecido o direito do professor exercer “qualquer outro método de ensino”, desde que autorizado pelo inspetor-geral. Mais de uma metodologia pedagógica, portanto, foi permitida e apesar da definição legal de um método, o simultâneo, a prática de ensino ainda era uma escolha local. O artigo décimo deixou esta situação mais evidente: “não obstante ser o ensino simultâneo o professor nomeará da última classe, monitores para fazerem repetições nas classes inferiores”.<sup>25</sup>

A presença de monitores responsáveis por grupos de alunos foi uma característica do ensino mútuo, também chamado monitorial ou de Lancaster,

Figura 07: Planta do pavimento térreo de uma sala de aula de ensino mútuo para 304 alunos



desenvolvido para atender um grande número de alunos com o aproveitamento dos mais adiantados como auxiliares do professor. Em um amplo salão, os alunos eram distribuídos nos bancos de forma hierarquizada.

A Figura 07 mostra uma planta de uma sala de aula de ensino mútuo. Trata-se de um salão amplo, destinado a

<sup>22</sup> PARANÁ. 1857. Regulamento de ordem geral para as escolas da instrução primaria, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primario e secundario, de 8 de abril de 1857 (p. 52-74). Apud MIGUEL, Maria Elisabeth Blank; MARTIN, Sonia Dorotea (org). Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4138>. Acesso em 12 de junho de 2008. (p. 66-67)

<sup>23</sup> PARANÁ. 1857. Regulamento... (p. 54)

<sup>24</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Método simultâneo (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=277>. Acesso em 15 de março de 2009.

<sup>25</sup> PARANÁ. 1857. Regulamento... (p. 54)



304 alunos. As carteiras estão dispostas em linhas, nas quais os alunos de mesma condição agrupam-se para receber as orientações do monitor. O professor permanece sobre um tablado de madeira controlando o trabalho geral. As escolas do Paraná poderiam atender no máximo 90 alunos (Artigo 11º)<sup>26</sup>, mesmo assim o esquema apresentado contribui para a compreensão da organização do espaço interno da sala de aula. Entende-se desta forma a importância do mobiliário, pois se não permitisse o enfileiramento das carteiras ou bancos escolares, por exemplo, comprometia a ordenação da sala de aula.

Além de móveis, alguns equipamentos e materiais de trabalho eram considerados tão indispensáveis que constavam na legislação. No Regulamento de 1857, no Capítulo III - Do material das escolas, Artigo 44:

Cada escola do sexo masculino deve ter os seguintes objetos: uma mesa com gaveta e uma cadeira de braços para o professor sobre um estrado, com gavetas destinadas a guardar as coisas do uso da escola; duas cadeiras para os visitantes; bancos em anfiteatro com três ordens; mesas inclinadas para as costas dos bancos da 1ª e de 2ª ordem e sobre elas caixilhos para translados caligráficos e tinteiros fixos, sendo cada um para três alunos; um banco ao lado do professor para castigos; um quadro preto de madeira para exercício de leitura, escrita e contas; um quadro com sistema geral de pesos e medidas do Imperio, e valores das moedas na parede lateral; penas, lapis, esponjas, giz, reguas, papel e livros para meninos pobres; cartões com letras do abecedário; dois ponteiros longos; cabides para os chapéus; talha para água e dois copos ou canecas.<sup>27</sup>

As *Instruções contendo o plano e divisão das escolas de primeira ordem*, de 27 de dezembro de 1856, no Paraná, definiram que as escolas seriam divididas em três classes (Artigo 1º). A primeira classe teria dois bancos em frente à cadeira do professor, um à esquerda e outro à direita, “separados por um espaço que permita a passagem”. A segunda classe localizava-se atrás da primeira. A terceira, com um só banco, posicionava-se no fundo da sala (Artigo 2º).<sup>28</sup> Ou seja, a legislação paranaense estabeleceu que o espaço físico de uma escola primária deveria compreender um grande salão com bancos enfileirados e um tablado para o professor. Este programa, centrado na sala de aula, já havia sido apresentado por Henry Barnard em seu *Practical illustrations of the principles of school architecture*<sup>29</sup>. Tais condicionantes atenderiam tanto ao ensino simultâneo como ao mútuo, uma vez que ambos poderiam ser oficialmente utilizados.<sup>30</sup>

<sup>26</sup> PARANÁ. 1857. Regulamento... (p. 54)

<sup>27</sup> PARANÁ. 1857. Regulamento... (p. 57)

<sup>28</sup> PARANÁ. 1856. Instruções contendo o plano e divisão das escolas de primeira ordem, de 27 de dezembro de 1856. Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004. (p. 44-45)

<sup>29</sup> BARNARD, H. *Practical illustrations...* 1851.

<sup>30</sup> Artigos 8º e 10º / PARANÁ. 1957. Regulamento... Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação..., 2004. (p. 54)

A possibilidade de aplicação de métodos diferentes foi explicada, já em 1854, por Zacarias Góes e Vasconcellos:

A questão de methodo, que, em todos os ramos de conhecimentos humanos sobresahe sempre por sua importancia, porque o melhor importa economia de tempo e de trabalho, avulta muito mais na instrucção primaria, e especialmente para a maioria do povo, visto como o filho do pobre tem pressa de aviar-se para ajudar seo pae nos trabalhos com que alimenta a família, e aprender com tempo huma profissão de que no futuro subsista.

A lei paulistana, satisfeita com incumbir á escola normal que creou, a explicação dos diversos methodos e processos de ensino, sua applicação e vantagens comparativas, á nenhum deo preferencia nem incultou como melhor para o ensino das escolas em geral.

Nesse silencio não descubro inconveniente, antes acerto, porque no concurso do methodo individual, simultaneo, mutuo ou lancasteriano, mixto ou simultaneo-mutuo, e outros, escusado he decidir-se a lei por hum, quando parece certo que a questão de methodos não passa de questão de cifras, dependente inteiramente do numero de alumnos que podem freqüentar a aula, de sorte que, em certas localidades pode-se adoptar hum, e em outras outro; numa escola de 18 alumnos por exemplo não há de reger-se pelo methodo que aquella onde houver um numero 10 vezes maior.

De repente pode mesmo surgir hum methodo, como o de Castilho, chamado - methodo portuguez - que suplante todos os de mais, e convenha logo ensaiar-se.

Assim, pois, conviria que vós, acautelados, como os autores da lei de 16 de março, em abster-vos de huma discreta preferênciã, deixásseis a designação dos methodos, conforme as necessidades do ensino, á autoridade superior incubida de fiscalisar-o.<sup>31</sup>

O texto de Zacarias Góes e Vasconcellos tratou de orientações para a elaboração de legislação específica que só veio a ser efetivada em 1856 e 1857, com as *Instruções contendo o plano e divisão das escolas de primeira ordem* e o *Regulamento de ordem geral para as escolas da instrução primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário*, respectivamente. A Província do Paraná, recém-criada, possuía problemas estruturais de toda ordem. Em relação à instrução pública primária, não havia escolas para todas as crianças; aquelas que estavam matriculadas não a freqüentavam regularmente; os professores, mal remunerados, não tinham formação adequada e a inspeção era deficiente.<sup>32</sup> Isto posto, definir o método pedagógico parece mesmo pouco prudente. Assim como deixar tal decisão a cargo do Inspetor-geral de Instrução Pública, considerando a pouca qualificação dos professores, a precariedade do ambiente escolar e a quase inexistência de inspeção, indica resignação diante de uma situação inexpugnável.

Ainda na regulamentação do espaço escolar, as indicações do mobiliário escolar e da disposição dos bancos poderiam ser encaradas como orientações para uma realidade de uma escola de *18 alumnos e aquella com um numero 10 vezes maior*,

<sup>31</sup> PARANÁ. Província. 1854. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. (p. 17-18)

<sup>32</sup> PARANÁ. Província. 1854. (p. 12-20)

como disse Zacarias Góes e Vasconcellos. A legislação para a instrução pública, naquele momento, parecia ter como função registrar intenções e não definir procedimentos.

No Regulamento de 1857, *Capítulo III - Do material das escolas*, Artigo 42º, ficou determinado que “as salas deve[ria]m ser claras e arejadas, varridas todos os dias e lavadas duas vezes ao menos por mês”. O artigo seguinte (43º) estabeleceu que “à porta da escola haverá uma tabuleta com as armas imperiais, designando a freguesia, vila ou cidade a que pertence e a sua ordem”.<sup>33</sup> Desconsiderando a possibilidade de construções de sedes adequadas, a legislação exigia apenas salas claras e arejadas, sem definição do que poderia ser entendido com isso. A identificação das escolas e a colocação das armas imperiais já tinha sido uma determinação do Regulamento de 1854 do Rio de Janeiro.<sup>34</sup>

Nas décadas seguintes, apesar do reconhecimento da necessidade de construção de escolas, nada foi feito. Os primeiros passos para a construção de casas escolares destinadas à instrução primária no Paraná foram dados após a visita de D. Pedro II, em 1880. O imperador fez donativos a várias cidades da província para a edificação de escolas e João José Pedrosa, Presidente do Paraná, nomeou comissões em Antonina, Ponta Grossa, Morretes, Castro, Palmeira e Lapa para dar andamento à iniciativa imperial arrecadando mais recursos.

Muito espera esta presidencia do zelo e patriotismo da comissão ora nomeada, cujos sentimentos em prol da causa publica terão mais uma ocasião para manifestar-se, acreditando a presidencia que o generoso pensamento de S. M. o Imperador, sendo nessa cidade perfeitamente acolhido, será traduzido em realidade no mais curto prazo possível, por bem da instrução que merece e desafia, na era presente, os mais incessantes desvelos dos povos livres.<sup>35</sup>

Não havendo possibilidade de arcar com o custo da obra, o governo provincial transferiu tal responsabilidade à comunidade, o que não representou novidade, considerando as oito “Escolas do Imperador”, construídas pela iniciativa privada no Rio de Janeiro na década de 1870. O projeto arquitetônico foi solicitado ao Ministério d’Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 22 de junho de 1880.

Com o aviso datado de 11 de abril próximo findo [1881], o ministerio da agricultura enviou-me o projecto de typos e a descripção feita pela inspectoría geral de obras publicas, para a construcção, nesta provincia, das casas escolares a que se refere meu antecessor, Exm. Dr. Dantas Filho, no relatorio com que me passou a administração a 4 de agosto do anno transacto [1880].

<sup>33</sup> PARANÁ. 1857. Regulamento... Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004 (p. 52-54)

<sup>34</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. No tempo da palmatória (p. 66-69). In Revista de História. Ano 2, nº 23. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, agosto de 2007. (p. 68)

<sup>35</sup> PARANÁ. Província. 1880. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou ao Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa a administração, em 4 de agosto de 1880. Curityba: Typ. Perseverança, 1880. (p. 12)

Comuniquei o recebimento deste trabalho as comissões que estão encarregadas de agenciar donativos para as casas de escolas na província, e aguardava participação de já poderem ellas dar começo a construcção dos edificios, alem de enviar-lhes copia da planta respectiva.<sup>36</sup>

Em mensagem à Assembléia Legislativa do Paraná, o então Presidente da Província, Carlos de Carvalho, denunciou a precariedade das escolas primárias existentes em 1882.

Não possui a província um só edificio escolar.

Tendo observado a imprestabilidade das casas alugadas em que geralmente funcionão as escolas, e notado quanto são prejudiciaes á saúde as praticas até hoje seguidas, tanto que em muitas occasiões nas minhas visitas ás escolas me vi obrigado a sahir da sala dos exercícios escolares para receber um pouco de ar respirável, deliberei desenvolver todo o esforço possível para levantar n'esta capital e em outras localidades algumas casas escolares, protesto contra o regimen do ensino na Província do Paraná.<sup>37</sup>

O projeto arquitetônico do edificio construído para abrigar a primeira escola primária de Curitiba e do Paraná, inaugurada em 1882 e denominada “Carvalho”, teve como programa de necessidades uma única sala de aula, dois ambientes de apoio e um vestíbulo - semelhante à escola mostrada na Figura 01 (página 120). A edificação da escola possibilitou um avanço na regulamentação construtiva destes edificios.

Lei nº 734, de 22 de outubro de 1883: Determina a construcção de casas escolares

Artigo 1º: As camaras municipais da Provincia farão construir nas sedes dos seus municipios casas escolares, segundo o plano que for ministrado pelo Presidente da Provincia

Artigo 2º: em cada uma das localidades de que trata o art. antecedente, serão edificadas sucessivamente duas casas escolares para cada sexo, salvo se forem ambas edificadas com entradas em frentes diversas e incomunicaveis.

Artigo 3º: a capacidade do edificio será regulada: pela categoria do povoado, pelo desenvolvimento local e pela frequencia escolar.

Artigo 4º: as construcções dos edificios menores serão executadas de modo que possam ser estas ampliadas sem inconveniente, quando o aumento de alunos o exigir.<sup>38</sup>

Após a edificação da primeira casa escolar em Curitiba, determinou-se que os outros municípios fizessem o mesmo. O Artigo 2º estabeleceu a necessidade de separação física de meninos e meninas e, para isso, dois edificios diferentes ou duas *escolas* [ou seja, salas de aula] incomunicáveis no mesmo edificio.

A necessidade e a importância da casa escolar no período foram reconhecidas. A correta adequação deste edificio estaria associada ao melhor desempenho do professor e do aluno, como observou Carlos Augusto de Carvalho, então Presidente da Província, em 1882.

---

<sup>36</sup> PARANÁ. Província. 1881. Exposição com que o Dr. João José Pedrosa passou a administração da Província do Paraná ao Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel, no dia 3 de maio de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881. (p. 16)

<sup>37</sup> PARANÁ. Província. 1882. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª sessão da 15ª Legislatura, no dia 1º de outubro de 1882 pelo Presidente da Província o Exmo Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882. (p. 89)

<sup>38</sup> Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004. (p. 366-367)

Tenho observado n'esta provincia que as escolas, funcionando em edificios improprios como casa de educação, contrariam preceitos que, desprezados, annullam a influencia moral e social da instrucção publica, produzindo o duplo resultado de amesquinhar o espirito das crianças e inocular no professor o tédio, o aborrecimento.

Eliminado o gosto pelo ensino, afinal o professor sem estímulos adaptando-se á imprestabilidade da mobilia e das casas escolares, com ellas fórma um systema que é a negação do mais modesto plano de educação nacional.

**Acreditando que ao lado da reforma do ensino primario devem ser estabelecidos os devidos aparelhos, e a casa escolar em condições regulares é um d'elles, porque a estrutura deve-se adaptar á funcção, faço esforço para ao menos em algumas povoações desta província levantar-se padrão que atteste a preocupação em melhorar os meios de adquirir a consciência dos direitos e deveres.**<sup>39</sup>

Algumas questões do texto acima merecem destaque, como, por exemplo, a referência às duas dimensões da arquitetura, material e simbólica, definidas pelo caráter funcional do edifício escolar. Considerando a realidade de escolas situadas em cômodos de residências, entende-se a necessidade de salas de aula que comportassem o número de alunos existentes, com um mobiliário que permitisse correta acomodação e distribuição dessas crianças, com iluminação e ventilação suficientes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. A adequação do edifício estaria associada à materialização das demandas higienistas, as quais, se atendidas, trariam melhor desempenho da atividade pedagógica e benefícios psicológicos, a chamada *influencia moral e social da instrucção publica*. Ou seja, a arquitetura insere no espaço, de forma física e simbólica, conceitos pedagógicos e higienistas de ordem, disciplina e racionalidade que seriam fundamentais para o desempenho do professor e a formação da criança. Novamente estabeleceram-se ligações diretas entre o material e o simbólico, o prático e o psicológico, e à arquitetura foi destinado um papel ativo na *transformação dos indivíduos*.<sup>40</sup>

No ano seguinte, foi decretado o *Regulamento para a construção de casas escolares*, no qual as determinações impostas anteriormente foram mantidas e definidas algumas condições de implantação do edifício e de seu programa arquitetônico.

Ato nº 287, de 14 de outubro de 1884:

**Regulamento para a construção de casas escolares**

(...)

Artigo 4º: guardar-se-ão nas construções de casas escolares os seguintes preceitos:

§ 1º: Quanto à localização deve ser preferido:

- 1) O centro da circunscrição escolar, e neste:
- 2) O local mais acondicionado as exigencias de higiene, e neste:
- 3) O terreno com capacidade de isolamento para o edificio e ajardinamento circular.

<sup>39</sup> PARANÁ. Provincia. 1882. (p. 90) - Grifo meu.

<sup>40</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e.... (p. 154).

§ 2º: Quanto à distribuição do edifício, poderá conter:

- 1) Um vestibulo;
- 2) Duas saletas anteriores, uma servindo de locutorio para o professor, outra de vestiario para os alunos;
- 3) A classe;
- 4) O ginasio, ou avarandado coberto;
- 5) Uma privada ou duas, nas escolas promiscuas;
- 6) O patio ou fundo;
- 7) O jardim em roda.

§ 3º: Para a classe exige-se:

- 1) Capacidade superficial correspondente pelo menos a 1m.9,2 ms. por aluno, se o movel for de um lugar, ou a 1m.9 se o móvel for de dois lugares;
- 2) Capacidade cubica nunca interior a 5,5 ms.
- 3) Forma retangular, guardando o comprimento e largura entre si a proporção de 1½:1 mais ou menos
- 4) Luz direta unilateral pela esquerda, ou bilateral, sendo mais entrusa pela esquerda;
- 5) Aparelhos de ventilação.

§ 4º: O exterior guardará o mais possível os elementos de distribuição interna.<sup>41</sup>

O *Regulamento para a construção de casas escolares*, elaborado em 1884, contém muitos princípios da arquitetura escolar anunciados por Henry Barnard, em 1851.<sup>42</sup> Porém, parece uma simplificação da normatização francesa sobre o tema, que neste momento já possuía a *Instrução Ministerial*, de 17 de junho de 1880<sup>43</sup> com regras e definições esmiuçadas, indicando que o processo de normatização e construção de edifícios escolares no Paraná estava apenas iniciando.

A instrução tornou-se um objeto de patriotismo [na França].

Os gemidos da França echoaram até nós.

Dessa temível provação porque ella acabava de passar tiramos uma lição proficua para o futuro da pátria.

E uma santa cruzada formou-se logo em prol da diffusão do ensino.

Assim as províncias do Império, com nobre estimulo, como que estabeleceram entre si um páreo de honra quanto aos progressos da instrucção publica, pelo Acto Additional confiada a seus cuidados.

Mas, ante o maravilhoso desenvolvimento que o ensino tem tomado nos cultos paizes da Europa e na América do Norte, ellas todas sentem-se vexadas do atrazo em que vivem, apesar de seus esforços para imitarem taes paizes; e, sem acurado estudo da causa desse atrazo, muitos attribuem-n'o exclusivamente a nosso magistério, que ainda, com difficuldade, vai se organizando.<sup>44</sup>

A regulamentação paranaense orientou que o terreno para a escola deveria ser central e adequado às exigências de higiene. Quais seriam estas exigências? A alínea seguinte estabeleceu duas: um *terreno com capacidade de isolamento para o edifício e ajardinamento circular*. A norma francesa aprofundou o assunto,

<sup>41</sup> PARANÁ. 1884. Ato nº 287, de 14 de outubro de 1884: Regulamento para a construção de casas escolares (p. 401-402). Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004.

<sup>42</sup> BARNARD, H. Practical illustrations... 1851.

<sup>43</sup> Règlement pour la construction et l'emeublement des maisons d'école. Instruction ministérielle du 17 juin 1880. In TUBEUF, G. Traité d'architecture... [s.d.]. (p.1-15)

<sup>44</sup> PARANÁ. Provincia. 1881a. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª Legislatura, no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo Presidente da Provincia o Exmo Snr. Dr. João José Pedrosa. Curityba: Typ. Perseverança, 1881. (p. 104)

delimitando que o terreno destinado a receber uma escola deveria ser central, de fácil acesso, longe de qualquer estabelecimento barulhento, insalubre ou perigoso e distante pelo menos 100 metros de cemitérios. As imposições higienistas trataram do tipo de terreno (preferencialmente seco), das suas dimensões (um mínimo de 300 m<sup>2</sup> ou ainda 10 m<sup>2</sup>/aluno) e da orientação do edifício (que vai proporcionar melhores índices de iluminação e ventilação).<sup>45</sup>

Apesar do pouco detalhamento, o programa arquitetônico do edifício escolar no Paraná ficou determinado: além da sala de aula, um gabinete para professor, um vestiário para os alunos e um vestíbulo precedendo os demais ambientes. As instalações externas seriam compostas de um pátio coberto, outro descoberto e instalações sanitárias. O jardim circundando o edifício possibilitaria que este, afastado da divisas do terreno, recebesse maior índice de insolação e ventilação. Os ambientes e elementos relacionados eram indispensáveis mesmo nas escolas mais simples, segundo Julien Guadet. Em seu *Éléments et théorie de l'architecture*, o professor da *École des Beaus-Arts* ressaltou que o núcleo de uma escola era formado pela sala de aula, as áreas de recreação coberta e descoberta e as instalações sanitárias e destacou que a ventilação e a iluminação deveriam ser condicionantes permanentes da distribuição interna das escolas.<sup>46</sup>

Em relação à sala de aula, determinou-se a forma retangular, a iluminação pela esquerda e área e volume mínimos por aluno, definições também presentes na norma francesa de 1880. No entanto, os índices diferem, sendo que a regulamentação paranaense possuía os valores maiores: no Paraná, o índice cúbico para a sala de aula era de 5,5 m<sup>3</sup>/aluno e na França 5; já a área mínima aqui era de 1,92 m<sup>2</sup> e no país europeu de 1,25 m<sup>2</sup>.<sup>47</sup> A pequena comparação realizada demonstra que ao elaborar o *Regulamento para a construção de casas escolares*, o governo paranaense tinha conhecimento sobre o tema. Se não estava seguindo a norma francesa de 1880, poderia ter conhecimento das anteriores, uma vez que desde a década de 1850 eram elaboradas regulamentações sobre o assunto naquele país.<sup>48</sup> O presidente João José Pedrosa já havia escrito, em 1881, que *os gemidos da França echoaram até nós*.<sup>49</sup> Tais questões,

---

<sup>45</sup> Conditions générales - Emplacement. Règlement pour la construction et l'ameublement des maisons d'école. Instruction ministérielle du 17 juin 1880. In TUBEUF, G. *Traité d'architecture...* [s.d.]. (p.2)

<sup>46</sup> GUADET, J. *Éléments et théorie de l'architecture...* 1909. (p. 212)

<sup>47</sup> La classe. Règlement pour la construction et l'ameublement des maisons d'école. Instruction ministérielle du 17 juin 1880. In TUBEUF, G. *Traité d'architecture...*[s.d.]. (p.3)

<sup>48</sup> TUBEUF, G. *Traité d'architecture...*[s.d.]. (p.3)

<sup>49</sup> PARANÁ. Província. 1881a. (p. 104)

mesmo em diferentes níveis de aprofundamento, permeavam já há algum tempo as discussões sobre o edifício escolar.

Após a legislação de 1884, foram construídos edifícios escolares em Antonina (inaugurado em 1885), Paranaguá (1888), Lapa (construção iniciada em 1888)<sup>50</sup> e Curitiba - a Escola Oliveira Bello (1884) e a Escola Tiradentes (1895). E mesmo com algumas escolas construídas, mantiveram-se nas mensagens e relatórios de governo os relatos da precariedade da instrução pública no Paraná. Problemas como a falta de professores normalistas, a ineficiência da inspeção escolar, edifícios e o mobiliário inadequado marcaram presença em diversos textos oficiais, alterando a importância atribuída a cada fator no contorno final do problema. Em 1884, Brazilio Augusto Machado de Oliveira definiu um quadro pessimista da situação.

#### Instrução Publica

Exigia de mim maximo zelo o ensino publico da provincia pela situação precaria, deploravel, em que o encontrei. O que elle era, quando assumi a administração, disse-o com plena franqueza no relatorio, que apresentei a Assembleia Legislativa. De tudo carecia, desde o professor até o discipulo, desde o methodo pedagogico até a casa escolar, desde a inspecção até ao material, ainda o mais elementar.

Não exagerei quando escrevi que a instrucção publica do Paraná era uma aspiração de futuro e uma negação do presente.<sup>51</sup>

Quase uma década mais tarde, em 1893, o médico Victor Ferreira do Amaral e Silva escreveu que era “sensível a falta de predios apropriados á escolas”.<sup>52</sup> No ano seguinte, o então Superintendente Geral do Ensino Publico do Estado, admitiu a insuficiência de casas escolares, entretanto estabeleceu como prioridade a formação dos professores.

As escolas que temos são insufficientes; mas, antes de augmentar o seu numero, tratemos de preparar mestres, dando-lhes a instrucção necessaria, cercando-lhes de todas as garantias adequadas a sua nobre missão e collocando, ao lado do estimulo e da recompensa para os bons, o latego do castigo e da expulsão para os dyscolos, que quizerem profanar a magestade do templo sagrado da escola, que é crysol onde se fundem as intelligencias infantis, para d'ahi surgirem limpidas e ascenderem as altas cogitações de mais elevados conhecimentos.<sup>53</sup>

O Regulamento de 1884 definiu parâmetros de construção de edifícios escolares, atendendo às questões de ordem higienista. A legislação referente à instrução pública promulgada posteriormente não apresentou novos critérios em

---

<sup>50</sup> CASTRO, Elizabeth Amorim de. A sede da mais antiga escola da Lapa. In LAPA. Histórias e Memórias da Educação da Lapa. Lapa: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, julho de 2008. (p. 8-10)

<sup>51</sup> PARANÁ. Província. 1884. (p. 31)

<sup>52</sup> PARANÁ. 1894a. Relatório apresentado ao Snr. Caetano Alberto Munhoz, DD Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica, pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Superintendente Geral do Ensino Publico do Estado, em 1º de novembro de 1893. Curitiba: Typ. Lith Companhia Impressora Paranaense, 1894. (p. 6)

<sup>53</sup> PARANÁ. 1894b. Relatorio apresentado ao Snr. Caetano Alberto Munhoz, DD Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica, pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Superintendente Geral do Ensino Publico do Estado, em 29 de novembro de 1894. Curitiba: Typ. Lith Companhia Impressora Paranaense, 1894. (p. 4)



relação a este tema. Como poucas escolas foram edificadas entre 1884 e 1900, não houve demanda normativa.

Sob a égide da República foi criada a Inspeção Geral de Higiene do Paraná e promulgado o Decreto nº 1, de 1º de julho de 1892, *Regulamento do Serviço Sanitário terrestre do Estado do Paraná*<sup>54</sup>, que definiu as atividades da inspeção e apresentou alguns parâmetros em relação ao edifício escolar. O §12º do Artigo 57, por exemplo, determinou que as turmas fossem, no máximo, de 60 crianças e que as salas de aula tivessem uma área mínima de 0,80 m<sup>2</sup>/aluno no ensino primário e 1,00 m<sup>2</sup>/aluno, no secundário.

As poucas definições legais em relação ao edifício escolar não impediram o médico Trajano Joaquim dos Reis, Inspetor Geral de Higiene do Paraná desde 1894<sup>55</sup>, de esmiuçar o ambiente escolar em seis páginas de seu livro *Elementos de Hygiene Social*.<sup>56</sup> Ali se encontram indicações das dimensões mínimas das salas de aula, da cubagem de ar puro necessário para um aluno a cada hora, da cor das paredes de cada ambiente, especificações de revestimento de forros, pisos e paredes, de tamanho dos livros didáticos, etc. É um trabalho monográfico extenso que reúne informações muito próximas daquelas encontradas nos manuais de arquitetura de Julien Guadet e George Tubeuf.<sup>57</sup> No entanto, as soluções construtivas foram justificadas pelos critérios higienistas, como já indicava o próprio título do livro, numa abordagem semelhante a de Leo Burgerstein<sup>58</sup>, adotada alguns anos mais tarde.

A sala de escola destinada a dirigir os primeiros passos de futuros servidores da Patria, necessita de obedecer a diversos preceitos hygienicos que a façam aprasivel.

Para isso attender-se-ha a que esteja em local bem ventilado, que receba bastante luz e bem dirigida, que seja assejada e encerre moveis apropriados, que tenha espaço sufficiente para evitar a agglomeração.

O local para a casa de escola será secco, elevado, espaçoso, para que fique ella isolada, ventilada e clara.

Em torno d'ella convem formar um jardim, porque as arvores e as flores alegrarão a vista das creanças, servir-lhes-hão para instrucção pratica e as convidarão aos exercicios, além da purificação que trazem no ar.<sup>59</sup>

Questões como insolação, ventilação e ausência de umidade eram constantes no discurso higienista e, juntamente com esses aspectos, a necessidade de espaços de recreação tornou-se relevante. Os estudos da época revelaram que a criança

<sup>54</sup> Apud REIS, Trajano Joaquim dos. *Elementos de Hygiene Social*. 1ª edição. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1894.

<sup>55</sup> MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. Trajano Joaquim dos Reis. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPraiz/Menu\\_Autoridades\\_PR/GrOr1902/902-Traja\\_Joaquim\\_dos\\_Reis.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPraiz/Menu_Autoridades_PR/GrOr1902/902-Traja_Joaquim_dos_Reis.htm). Acesso em 30 de março de 2009.

<sup>56</sup> REIS, T. J. *Elementos de Hygiene...* 1894. (p. 261-266)

<sup>57</sup> TUBEUF, G. *Traité d'architecture...* [s.d.].

<sup>58</sup> BURGERSTEIN, L. *Higiene...* 1934.

<sup>59</sup> REIS, T. J. *Elementos de Hygiene...* 1894. (p. 263).

necessitaria de intervalos entre as aulas, que, se demasiadamente prolongadas, condenariam os alunos à *imobilidade, fatigando o cérebro*, prejudicando o corpo e a aprendizagem.<sup>60</sup> Além disso, como a pretensão era uma formação integral - física, intelectual e moral - os exercícios físicos foram incorporados ao programa escolar, resultando na demanda por espaços para tal prática.<sup>61</sup>

Para Trajano Joaquim dos Reis, a escola deveria inspirar sensações agradáveis na criança, pois *se as primeiras impressões recebidas são boas, ellas occupam todo o espirito infantil e não mais terão acesso nelle as más*. Novamente ficaram explícitas as duas dimensões da arquitetura e seu papel proeminente na atividade pedagógica. Em outra passagem, o médico insiste no assunto:

Portanto, exercendo a escola influencia não pequena sobre a creança, carece ser cercada de todos os attractivos, para que elle ame-a, deseje-a, a fim de ser essa influencia benefica.<sup>62</sup>

Sobre o programa arquitetônico:

Sou partidario dos edificios de um só pavimento assoalhado e elevado do solo, de modo a preservar de qualquer humidade. A visinhança de pantano, de fabricas insalubres, de quarteis, hospitaes, e outras habitações collectivas, a sua collocação em ruas estreitas, de grande transito, são condições de insalubridade que devem ser evitadas. Uma creança, pela sua fragilidade está sempre predisposta a ser victimada pelas molestias, principalmente pelas transmissiveis. N'uma rua estreita, quando o predio está colocado entre outros, faltam o ar, a luz o e espaço para o recreio. A rua não convem ser aproveitada para este fim de modo algum, porque de um lado os desastres, de outro lado os mãos exemplos são iminentes. A frente do edificio para o nascente permite ficar a sua esquerda para o norte e estas condições facilitam bôa e regular ventilação, bem como illuminação bem dirigida.<sup>63</sup>

Trata-se de mais um exemplo da permanência das questões higienistas no tema edifício escolar. Trajano Joaquim dos Reis repetiu as orientações já consolidadas na segunda metade do século XIX referentes à localização e implantação do edifício escolar. Como médico, estabeleceu as relações de causa e efeito decorrentes de uma localização ou de um projeto inadequado. A posição favorável a edifícios *de um só pavimento assoalhado e elevado do solo, de modo a preservar de qualquer humidade* não deixou de ser óbvia, uma vez que o Inspetor Geral de Higiene não estava escolhendo uma opção dentre várias, nem assumindo a responsabilidade de elaboração do projeto arquitetônico: edifícios térreos, naquele momento, seriam mais econômicos e de fácil execução - condições importantes diante da precária condição financeira do Paraná. Ao mesmo tempo, ao indicar um piso interno, assoalhado, afastado do piso o médico descartou o chão batido, utilizado nas construções mais

<sup>60</sup> REIS, T. J. Elementos de Hygiene... 1894. (p. 264)

<sup>61</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. 353 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (p.29).

<sup>62</sup> REIS, T. J. Elementos de Hygiene... 1894. (p. 262)

<sup>63</sup> REIS, T. J. Elementos de Hygiene... 1894. (p. 265)

populares. A economia, portanto, não poderia superar as demandas higiênicas e o racionalismo e a funcionabilidade construtiva estariam justamente na correta medida de todos estes fatores.

A presença do mobiliário escolar e a sua adequada disposição indicavam a *ordem* que deveria estar explícita e implicitamente na sala de aula:

Os bancos e mesas serão collocados em duas ou trez ordens parallelas, dispostas no sentido da luz a esquerda. Os assentos terão encosto direito e serão proporcionaes á mesa, cujo plano será inclinado, e ao tamanho do alumno, para que elle possa conservar-se em posição natural e com o tronco direito tanto quanto escreve, como quando lê e estuda.<sup>64</sup>

Segundo o professor da Universidade de Viena, Leo Burgerstein, em seu livro *Higiene Escolar*, a boa acomodação do aluno na carteira escolar, impediria a má postura, a qual, por sua vez, poderia ser

inconveniente para a saúde, por exemplo, [dificultando] o livre desenvolvimento da caixa torácica, assim como também as funções naturais dos aparelhos circulatórios e digestivo e que favorecessem a produção de desvios da coluna vertebral, assim a miopia, isto é, a produção de alterações permanentes que deveriam evitar.<sup>65</sup>

As relações de *causa e efeito* físicas, mentais e psicológicas entre o educando e o edifício/mobiliário escolar não estavam mais sendo colocadas em dúvida. Mesmo reconhecida a importância de sedes apropriadas para escolas, o grande desafio republicano foi superar as dificuldades financeiras e construí-las. A constituição de uma rede de escolas públicas sediadas em edifícios projetados e construídos para este fim só seria viabilizada no século XX.

---

<sup>64</sup> REIS, T. J. *Elementos de Hygiene...* 1894. (p. 265)

<sup>65</sup> BURGERSTEIN, L. *Higiene...* 1934. (p. 135)

## 2.3 A regulamentação paranaense sobre o edifício escolar no século XX

Tem sido empenho do governo promover, tanto quanto possível, a diffusão do ensino, e, n'este mister, tem encontrado esforçada coadjuvação da parte do cidadão a quem confiou a direcção geral d'este ramo do serviço publico [Victor Ferreira do Amaral e Silva].

Por decreto de 11 de Março do anno anterior [1901] foi expedido novo Regulamento da instrucção publica<sup>66</sup>.

Em mensagem anterior eu disse que o ensino primário não tem tido o desenvolvimento que era de desejar, não por falta de escolas, mas por outras causas que então mencionei, a saber: 1º a falta de bons mestres. (...)

A 2ª causa é a deficiência da fiscalisação. (...)

Accresce que, sendo a nossa população disseminada por vasta extensão territorial, a obrigatoriedade do ensino não é extensiva a muitos meninos que moram a grande distancia da sede em que funcçionam as escolas. (...)

Certo, estas causas do atraso do ensino só poderão ser removidas com o correr do tempo, convindo, entretanto, que aproveitemos o que de bom mostra a alheia experiência.

Os grupos escolares têm provado bem.

As suas vantagens sobre as escolas isoladas são intuitivas, sobresahindo entre ellas a da facilidade da fiscalisação, que é constante, diária.

Adoptemos tão util e proveitosa instituição, primeiramente na capital, reunindo em um ou mais grupos, convenientemente distribuidos, as escolas aqui existentes, confiando a fiscalização de cada um delles á um director ou inspector bem remunerado, com obrigações definidas em regulamento.

Outra vantagem do agrupamento das escolas é a economia.

Em vez de as escolas funcçionarem em casas diversas, que custara alto aluguel, passarão a funcionar em um só edificio, que reúna todas as condições exigidas pela hygiene. E mais tarde, quando for possível novos grupos se irão estabelecendo em outras localidades.<sup>67</sup>

Francisco Xavier da Silva, Presidente do Paraná, em sua mensagem de 1902 relacionou os principais problemas encontrados na instrução pública do Paraná: formação precária do professor, fiscalização deficiente e baixa concentração populacional no interior do estado. No mesmo ano, em relatório oficial, Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor de Instrução Pública do Paraná, acrescentou à relação a falta de edifícios escolares apropriados.<sup>68</sup> O primeiro passo do governo em relação a tal carência foi a construção e a reforma de escolas.

A inauguração do primeiro grupo escolar, o Dr. Xavier da Silva, ocorreu em 1903, introduziu o ensino primário graduado no Paraná. No ano seguinte, o Ginásio Paranaense e a Escola Normal ganharam uma nova e ampla sede. Os dois edifícios

<sup>66</sup> Decreto nº 93, de 11 de março de 1901. Regulamento da Instrução Publica do Estado do Paraná (p. 6-74). In PARANÁ. 1910. Regulamento da Instrução Publica do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1910.

<sup>67</sup> PARANÁ. Governo. 1902. Mensagem apresentada pelo Exmº Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo na 1ª Sessão ordinária da 6ª Legislatura, no dia 1º de fevereiro de 1902. Curitiba: Typographia d'A Republica, 1902. (p. 4-5)

<sup>68</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de Dezembro de 1902. In PARANÁ. 1903. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica, em 31 de dezembro de 1902. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1903. (p. 36-43)

inauguraram o processo de institucionalização da rede pública escolar e apresentaram um esmero formal condizente. As escolas existentes receberam readequações, aumentando o número de salas de aulas.

As normatizações sobre a instrução pública nos primeiros anos não trataram do edifício escolar. Os temas giravam em torno da própria estruturação do ensino, não havendo especificações sobre os ambientes necessários ao funcionamento das escolas.

Em 1907, o governo paranaense enviou a professora Carolina Pinto Moreira a São Paulo, com a incumbência de visitar a Escola Normal e alguns grupos escolares e relatar os métodos e a organização do ensino primário. Sobre os edifícios escolares, a professora escreveu:

Na construção de casas escolares devem de preferência ser attendidas as condições de hygiene, quer da hygiene do corpo, quer da do espírito; e tanto é assim que, dil-o um illustre collaborador da “Revista do Ensino”, este gênero de construção muito tem occupado a attenção dos hygienistas e educadores e caracteriza um ramo especial de architectura - architectura escolar.

Ar, luz e accomodações convenientes para um dado numero de alumnos, nunca superior a 50 em cada classe, são as principaes condições de uma boa casa escolar, que deve ser também elegante e alegre; **não convindo, porem, que a elegância degenere para a sumptuosidade e magnificência**, que se observa na maior parte dos prédios escolares de S. Paulo, tanto porque em um só predio se despende quantia que chegaria para a construção de três ou quatro, como ainda porque, e principalmente por isso, o excesso de luxo influirá no espírito da criança para tornal-a vaidosa na escola, sentindo-se mal, depois, na modestia do lar paterno; sentimento este que pode arrastal-a, mais tarde, á pratica de acções condemnaveis para a satisfação da vaidade que se lhe infiltrou na escola.

Predios assim modestos, com as accomodações precisas e muito ar e muita luz, podem ser edificados nesta Capital, um ou dois em cada anno, sem grande sacrificio para o thesouro.

Nas cidades e villas do interior poderão ser elles construidos ás expensas dos respectivos municipios, e até por particulares, bastando para isso que ponha em contribuição o seu grande prestigio e valimento o eminente cidadão que dentro de poucos mezes vae ser investido dos negocios do Estado.

Tenho e fornecerei, quando for necessario, um excellent trabalho relativo ás dimensões que devem ser observadas na construção de casas para grupos escolares.<sup>69</sup>

Para a professora, o edifício escolar, além de atender às demandas higienistas, deveria ser austero e racional - sem excessos, nem luxos e, também, *elegante e alegre*. Neste momento em São Paulo, a monumentalidade arquitetônica dos primeiros grupos escolares ou da escola normal - associada a *sumptuosidade e magnificência* - já não era tão freqüente, uma vez que as escolas de menor porte, com programa enxuto e projeto padronizado foram a opção para o aumento da rede física escolar em todo o estado paulista.

---

<sup>69</sup> Relatório apresentado pela professora normalista Carolina Pinto Moreira atinente á comissão para que foi designada pelo Decreto do Governo de Estado, sob n. 335, de 7 de Agosto deste anno - 1907 (anexo, p. 9-14). In PARANÁ. 1908. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 1908. (p. 10) - Grifo meu.

A *elegância* referida por Carolina poderia estar associada a uma solução formal que incorporasse a importância atribuída à educação e à austeridade, funcionalidade, ordem e racionalidade exigidas pela pedagogia instituída no regime republicano, ou seja, elementos formadores do caráter do edifício escolar. Em relação à alegria, apoiava-se provavelmente no trabalho de Trajano Joaquim dos Reis, que defendia a presença de um *jardim com árvores e flores trazendo alegria à vista das crianças, além de ar puro, incentivando-as às atividades externas*.<sup>70</sup> A rejeição ao luxo justificou-se pelo excessivo custo financeiro e mau exemplo que poderia causar ao espírito infantil – argumentos econômicos e psicológicos colocados lado a lado que novamente atribuíram à arquitetura um papel relevante materializando e simbolizando valores considerados fundamentais para a formação de futuros cidadãos. O médico Jayme Dormund dos Reis, *Director Geral Interino da Instrução Publica do Estado*, em 1909, afirmou que o edifício escolar concebido cientificamente, com organização e adequação das salas de aula e do mobiliário, conforto e limpeza constante, iria incutir nas crianças um novo padrão de vida.

Ora, si os prédios escolares, as salas, o mobiliario fossem organizados de forma a ferir o espírito das creanças, a lhes mostrar a disparidade de conforto existente entre a casa de habitação dos seus progenitores e o templo de instrução, certamente, chegadas á idade viril, e já possuindo o germen do progresso, bebido na comparação cotidiana, não se contentariam com a primitividade em que nasceram, e procurariam quando não sobrepujar, pelo menos egualar, nas condições de vida, aquillo que viram e observaram na casa destinada, não só a lhes fazer conhecer a lettras do alfabeto, mas também os meios e modos de conseguir um sempre crescente bem estar physico, moral e intellectual.

Por isso, a escola hodierna deve ter todos os requisitos exigidos pela sciencia, e si não é possível tudo fazer n'um momento, como reconheço, ao menos iniciemos uma reforma completa dentro dos moldes mais amplos que a observação quotidiana tenha indicado como melhores.

Em um Estado novo como o nosso, ávido de progresso, onde se aninham corações e espiritos sempre promptos aos vôos gigantescos do aperfeiçoamento, onde a natureza foi prodiga em materiaes vegetaes e mineraes propios para construcções civis, materiaes esses que são adquiridos por modico preço; com facilidade se iniciará a transformação, nesse particular, da instrução primaria, dando-se a cada cadeira um predio proprio, com o conforto necessario, vasado nos moldes indicados pela sciencia, com mobiliario e asseio capazes de bem influir sobre o desenvolvimento physico e moral das creanças que nella busquem também o intellectual.<sup>71</sup>

Com a mesma argumentação de Leo Burgerstein, Jayme Dormund dos Reis, filho de Trajano Joaquim dos Reis, defendeu a padronização dos edifícios escolares, garantindo as condições higienistas, a ordem e a racionalidade necessárias para proporcionar e influenciar *o desenvolvimento physico e moral das creanças*. A

<sup>70</sup> REIS, T. J. Elementos de Hygiene... 1894. (p. 263).

<sup>71</sup> PARANÁ. 1910c. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Jayme Dormund dos Reis, Director Geral Interino da Instrução Publica do Estado, em 24 de Novembro de 1909. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1910. (p. 4-5)

abrangente ação higienista só seria eficaz em um espaço condizente e adequado às intenções pedagógicas, como as relatadas, em 1907, pelo Delegado Fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Dr. Laurentino de Azambuja, que, após descrever os problemas encontrados, propõe como solução:

Com estas considerações tenho unicamente por fim patentear a necessidade de se preparar previamente as escolas para receber a acção benéfica de uma bem orientada reforma, que certamente não produzirá os seus salutaros efeitos, se faltarem certos elementos necessários ao seu desenvolvimento, como sejam casa apropriada, mobiliário moderno, aparelhos para o ensino prático e intuitivo das ciências e artes, pátios, jardins para recreios, marchas e exercícios gímnicos.<sup>72</sup>

O texto do inspetor apropriou-se do discurso da professora e do médico: o edifício escolar não deve ser luxuoso, mas sim projetado especialmente para tal finalidade e, conseqüentemente, adequado, elegante, austero, ordenado, bem equipado e mobiliado, racional, científico, técnico, limpo, alegre. Qualidades que definiram o caráter deste espaço nos primeiros anos do século XX, semelhantes aos aspirados pelos jesuítas no século XVII, discutidos pelos tratados de arquitetura, pelo texto pioneiro de Henry Barnard e pelos escolanovistas e modernistas das décadas de 1930 a 1950.

O relatório da professora ainda traz orientações de classificação, de acordo com o número de salas de aula, e definição de programa de escolas primárias, retiradas de um estudo realizado em Minas Gerais.

Junto, entretanto, aqui a parte de um artigo que encontrei no “Jornal do Commercio” relativo a edificação de prédios para grupos escolares e escolas reunidas e isoladas no Estado de Minas Gerais, na qual se poderá colher boa orientação para o mesmo fim, neste estado.

Pensando muito bem que a edificação escolar influe nas condições do ensino, o Dr. Carvalho Brito trata da construção de casa apropriadas para as escolas estaduais. É assim que mandou o engenheiro, a serviço da sua secretaria, organizar as plantas e orçamentos para os seguintes tipos de construção escolares:

1º) Grupo escolar com quatro salões de aulas, duas saletas de entrada, uma sala para museu, gabinete para o director e professores e um alpendre bem largo. Lotação: 200 a 240 meninos. Custo 10 a 14 contos, conforme a zona.

2º) Seis salões, saletas de entrada, vasto salão para museu, gabinete para o director e professores e alpendre. Capacidade: 300 alumnos. Preço: 25 a 30 contos.

3º) Oito salões, um outro para museu, gabinetes, saletas de entrada e vastos alpendres. Comporta 320 a 400 crianças, e custará 40 contos.

Em todos esses tipos figuram um bom serviço sanitário, jardim no centro do edifício e cobertas para exercícios físicos e trabalhos manuais.

Além desses confeccionaram-se mais os tipos seguintes para escolas isoladas.

1º) Escola, cuja frequência seja de 80 a 100 alumnos, compõe-se de dois salões de aulas, comodo para professores e um largo corredor com entradas independentes para os dois sexos. Custo 6500\$000.

---

<sup>72</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Director Geral da Instrução Pública pelo Delegado Fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Dr. Laurentino de Azambuja, em 27 de dezembro de 1907. [anexo, p. 57-68]. PARANÁ. 1908. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 1908. (p. 60-61)

2º) Escola rural, para nucleos colonias. Possui um salão para aulas, um alpendre, etc. Custará 4:000\$000, preço pelo qual está contratada a casa em construção na colônia "Américo Werneck".

Do primeiro typo de escola isolada se está construindo um prédio na povoação de Calafate, arredores da Capital. Ocupa uma área de 32.000 metros quadrados de terreno de campo, o qual vai ser lavrado para servir de pequeno campo pratico de agricultura., como nas demais do Estado.

A este respeito diz textualmente o relatorio:

"Tendo o Estado de Minas o seu futuro na riqueza agricola, é necessário que as nossas escolas primarias se instalem dentro de um campo pratico de agricultura, de modo que as creanças pratiquem o trabalho intelligente de que depende seu exito na vida."

Com este exemplo pratico, vê-se que não andamos a propor chimeras, quando nestas columnas escrevemos sobre o ensino agricola na escola rural. Pelo menos, assim o entendeu o governo mineiro, cujo orgam official, o "Minas Geraes", nos fez a honra de reeditar todas as nossas "Notas pedagogicas" sobre tal assumpto, de magna importância para a prosperidade nacional.<sup>73</sup>

A sucinta descrição mostrou um programa arquitetônico enxuto. Nos três tipos de grupos escolares, as diferenças residiram no número de salas de aula. Todos definiram saletas de entrada (ou vestíbulos para acessos diferentes de meninos e meninas), sala do diretor (não há indicação de outros espaços administrativos), museu e alpendre, também presentes nas escolas paulistas desta época.

No Paraná, os 19 edificios escolares construídos, entre 1908 e 1912 (Tabela 02, Anexos, página 349), no terceiro mandato de Xavier da Silva, não tiveram museu, eventualmente apresentaram gabinetes e abrigaram o ensino primário com duas ou quatro salas de aula (apenas um foi destinado a um jardim de infância, o Emília Eriksen, em Curitiba). O partido arquitetônico que atendeu este programa estruturava-se no bloco único com configuração simétrica, possibilitando a delimitação espacial das seções feminina e masculina e apresentando plantas próximas das mostradas na Figura 07 do Capítulo I (página 51) e Figura 02 deste capítulo (página 121).

Em relação à estruturação administrativa e ao funcionamento das escolas, o relatório que Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, então Diretor Geral de Instrução Pública do Paraná, redigiu no final de 1913, explicou que, por imposições do Regulamento de 1901<sup>74</sup>, até aquele momento

os *grupos escolares* não obstante possuímos com esse nome casas onde funcionam duas, quatro e até mais de quatro escolas, que, independentes sem a mínima relação entre si, naturalmente se fazem concurrencia e se pertubam, em vez de se combinarem e se auxiliarem. (...)

<sup>73</sup> Relatório apresentado pela professora normalista Carolina Pinto Moreira atinente à comissão para que foi designada pelo Decreto do Governo de Estado, sob n. 335, de 7 de Agosto deste anno - 1907 (anexo, p. 9-14). In PARANÁ. 1908. (p. 13-14)

<sup>74</sup> Decreto nº 93, de 11 de março de 1901. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná (p. 6-73). Apud PARANÁ. 1910. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1910, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negócios de Obras Pública e Colonização. Curitiba: Typografia d'A Republica, 1910.



Temos hoje, nas cidades mais importantes do Estado, casas escolares onde funcionam, independentes, quatro escolas, cada uma com excessivo numero de alumnos, distribuídos em quatro classes.<sup>75</sup>

Ou seja, as classes ou séries estariam reunidas em um mesmo edifício, mas não agrupadas administrativamente. Se as escolas, até 1913, funcionaram de forma independente umas das outras, justificou-se a ordenação espacial do edifício escolar encontrada que privilegiou a divisão do edifício em duas seções com acessos separados e, em muitos casos, sem ligação interna.<sup>76</sup> Ao mesmo tempo, os ambientes de apoio, quando existentes, eram em número de dois, um para cada seção, ou quatro, um para cada sala, e, provavelmente, destinar-se-iam às salas de professores. Não havia salas para direção, secretaria ou portaria, uma vez que as escolas não possuíam administração centralizada. Configurou-se, portanto, uma célula programática composta por *1 ou 2 salas de aula + 1 sala de professor ou de apoio* que era multiplicada.

Em 1913, o advogado Marins Alves de Camargo, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização e colega de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, anunciou a elaboração de novos projetos de construções escolares:

Pretendendo esta Secretaria construir diversas casas escolares em varias localidades do Estado, foram pela Directoria Technica confeccionados diversos typos para esses predios, sendo notavel a economia que aquella Directoria introduzio nos respectivos projectos, graças a redução das exaggeradissimas espessuras com que até aqui eram feitas as paredes dessas casas, o que constituía um verdadeiro attentado aos cofres do Estado, pois que nenhum motivo de ordem technica justifica o desperdício de material que se nota nessas construcções em todo o Estado.<sup>77</sup>

A primeira argumentação tratou da redução de custos construtivos, com a diminuição da espessura da alvenaria, possibilitada pelo aprimoramento da técnica construtiva. Marins Alves de Camargo acrescentou ainda que as alterações dos novos projetos não se limitavam a tais questões, apresentavam melhorias estéticas, higienistas e pedagógicas.

Alem dessa modificação foram feitas outras, não só sob o ponto de vista esthetico, como em relação á hygiene e outras exigências de ordem pedagogica, que os actuaes predios não possuem, chegando estes a causar certa impressão desagradavel ao viajante que percorre as

---

<sup>75</sup> PARANÁ. 1914. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Director Geral da Instrução Publica. Curitiba: Typ. do Diário Official, 1914. (p.11-12)

<sup>76</sup> A divisão da escola em duas seções estava previsto no Artigo 169 do Regulamento Organico do Ensino Publico do Estado do Paraná de 1912 (PARANÁ. 1912. Regulamento Organico do Ensino Publico do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. do Diário Official, 1912.). Antes disso, as referências sobre a divisão do espaço entre meninas e meninos foram encontradas no Artigo 2º da Lei nº 734, de 22 de outubro de 1883, que determina a construção de casas escolares e do Ato nº 287, de 14 de outubro de 1884, Regulamento para a construção de casas escolares (apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org.) Coletânea da Documentação... 2004.).

<sup>77</sup> PARANÁ. 1913a. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 1912, pelo Engenheiro Civil José Niepce da Silva, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo. Curitiba: Impressora Paranaense, 1913. (p. 115)

nossas cidades do Interior, pois depara sempre com o mesmo typo de predio escolar, o que lhe faz conjecturar desfavoravelmente do nosso gosto artístico.<sup>78</sup>

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo procurou, em 1914, implantar a escola graduada:

Durante o anno de 1914, foram postas em execução nesta Capital e em diversas outras localidades que eu pude visitar, as instruccões que foram expedidas por esta Directoria e approvadas pela Secretaria do Interior (Portaria n. 4 de 17 de Janeiro de 1914) para a reorganização das escolas publicas primarias, sendo o ensino dividido em quatro series, com um programma comprehensivo de todas as disciplinas essenciaes para a educação popular, de accordo com os mais adeantados ensinamentos da pedagogia.

Reuni escolas systematisando e dividindo os trabalhos, por series, entre os respectivos professores e confiando a um destes a função de director; formei, assim o que em falta de melhor denominação, chamamos *grupos* e *semigrupos escolares*.

Sem duvida, esses estabelecimentos não são organizados à feição dos afamados grupos escolares paulistas, compostos de uma secção para meninas e outra para meninos, dispondo de todo o material technico para o ensino e tendo pessoal administrativo differente do pessoal docente.

As nossas actuaes casas escolares são, em regra, de bello estylo architectonico, têm todas as condições de aeração e de luz, dotadas umas de quatro amplos salões, outras apenas de dous: nas de quatro salões pudemos installar as quatro séries do ensino, uma a cargo de cada professor, - é o nosso *grupo escolar*; nas de dous salões deixamos cada professor com duas séries, - é o *semigrupo*.<sup>79</sup>

Segundo a Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 1914, *Instrucções sobre Organização Escolar e Programma de ensino para as escolas publicas do Estado do Paraná*:

Em cada casa escolar que tiver accomodações sufficientes, organizar-se-á um grupo escolar, ficando cada serie ou classe a cargo de um professor; se a casa tiver accomodações só para dous professores, organizar-se-á um semi-grupo escolar, ficando duas series a cargo de cada professor.<sup>80</sup>

No texto de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo houve elogios aos edificios escolares existentes, adequados às exigências higienistas e de *bello estylo architectonico*. No entanto, quando escreveu que não eram *organizados à feição dos afamados grupos escolares paulistas*, explicou que, em termos de espaço construído, não havia seções feminina e masculina. A afirmação não coincide com as plantas arquitetônicas que serão mostradas no Capítulo III, uma vez que todos os edificios do período apresentaram duas seções, ou ainda, tinham condições de estabelecer a separação de alunos e alunas. Porém, ao querer implantar um grupo escolar de quatro séries (o que exigiria oito salas de aula, quatro para meninas e quatro para meninos) ou

<sup>78</sup> PARANÁ. 1913a. (p. 116)

<sup>79</sup> PARANÁ. 1915. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Director Geral da Instrução Publica, em 31 de Dezembro de 1914. Curitiba: Typ. do Diário Official, 1915. (p. 3-4)

<sup>80</sup> Capítulo II da Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 1914, Instrucções sobre Organização Escolar e Programma de ensino para as escolas publicas do Estado do Paraná (p. 13-17). Apud PARANÁ. 1915. (p. 16)

um semigrupo de duas (necessitaria de quatro salas, duas para meninas e duas para meninos), os edifícios existentes não conseguiram atender a tal demanda. Os *grupos escolares* e os *semigrupos* de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo reuniam, possivelmente, na mesma sala de aula, alunos dos dois sexos.

Os mesmos edifícios elogiados pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, no texto de 1914, anteriormente apresentado, como de *bello estylo architectonico* [e com] *todas as condições de aeração e de luz*, foram definidos como inadequados sob o ponto de vista higienista, pedagógico e estético por Marins Alves de Camargo, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas. As demandas de ensino já foram explicitadas e referiam-se basicamente ao número de salas de aula. A questão higienista não foi esclarecida. Em relação ao *ponto de vista esthetico*, não há dúvidas que se referiu à repetição de um mesmo projeto em cidades diferentes, prática corrente no período. Na continuação do texto, Marins Alves de Camargo explicou que não abriu mão da padronização, mas que seus projetos apresentariam mais opções:

Os projectos confeccionados ultimamente pela Directoria Technica são de construcção leve e elegante e variam de typo embora conservem, mais ou menos o estylo. Para cada ordem de grupo escolar foram estudados 2 ou 3 typos.

Assim temos: grupos escolares modelos, com 8 salas de aula, um grande salão para aulas em commun, gabinete para a Directoria, professores, porteiro, etc., variando o custo desses prédios de 60 a 80:000\$000; grupos com 4 salas de cidade e de villa, variando o seu custo entre 12 e 16:000\$000 se é de madeira ou entre 30 ou 40:000\$000 se é de alvenaria; grupos com duas salas typo de villa e povoado, variando o respectivo custo entre 15 e 20:000\$000 se é de alvenaria e entre 5 e 8:000\$000 se a construcção é de madeira.<sup>81</sup>

O programa arquitetônico das novas escolas contou duas ou quatro salas de aula, configuração disseminada pelo estado e que foi, no mesmo documento, alvo de críticas. O texto também apresentou novidades como os “grupos escolares modelos”, compostos por oito salas de aula<sup>82</sup> (atendendo de forma plena as duas seções - meninos e meninas - de quatro séries primárias) e ambientes administrativos e de apoio: diretoria, sala de professores, portaria e um salão - programa que se aproximou daqueles encontrados nos primeiros grupos escolares paulistas. A visita oficial que o então Diretor de Instrução Publica do Paraná, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, fez às escolas de São Paulo em meados de 1912, contribuiu para a conformação dos novos projetos.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> PARANÁ. 1913a. (p. 116)

<sup>82</sup> É preciso lembrar que o Grupo Escolar Xavier da Silva, até então modelo para as demais escolas, possuía seis salas de aula.

<sup>83</sup> PARANÁ. 1912a. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Director Geral da Instrucção Publica, em virtude do officio de 24 de Junho de 1912. Curitiba: Typ. do Paraná Moderno, 1912.

Quatro anos mais tarde, foi promulgado o novo Código de Ensino (Decreto nº 17 de 1917)<sup>84</sup>, que definiu, entre outros temas, a divisão do ensino primário em quatro séries (Artigo 55, Seção III, Capítulo II), instituiu um grupo escolar modelo em Curitiba, com “8 cadeiras, 4 para cada sexo” (Artigo 70, Seção III, Capítulo II) e ainda estabeleceu parâmetros para os edifícios escolares, que mantiveram muitas características até então vigentes:

Artigo 151 - Cada edificio escolar do Estado terá os seguintes

I requisitos externos:

1. ser, quanto possível, central relativamente á população que é destinada a servir;
2. ter a casa no centro do terreno a ella destinado, o qual limitado por muro ou gradil, terá area sufficiente para conter os pateos de gymnastica e recreio, lavabos, privadas, jardins, etc;
3. ser de acesso facil e seguro;
4. não ser vizinho de fabricas ou outros estabelecimentos onde grandes ruidos sejam inevitaveis, nem de logares insalubres;
5. ter o solo perfectamente drenado, de modo que as aguas tenham facil escoamento.

II requisitos internos:

1. ter cada sala de aula em forma rectangular com a superficie calculada á razão de 1.m.20 por alumno;
2. ter a casa um porão de altura nunca inferior a 1m.50 entre a superficie do solo e o soalho;
3. ter cada sala janellas rectangulares, largas, altas e numerosas de sorte que a superficie vitrea seja igual, ao menos a um quarto da superficie do soalho da sala;
4. ter as privadas convenientemente isoladas das salas, providas de agua e de aparelhos de ventilação, construidas em condições de se poderem facilmente manter no maximo asseio;
5. ter vestibulo e entrada especial para cada sala de aula;
6. haver, entre as diversas salas communações interiores;
7. ter compartimento especial para um pequeno museu escolar e para o acondicionamento dos trabalhos manuaes e materiais respectivos;
8. haver em todos os compartimentos conveniente ventilação sendo o ar recebido directamente do exterior;
9. ter, enfim, todas as condições recommendaveis pela pedagogia e pela hygiene.<sup>85</sup>

As instalações sanitárias permaneceram externas, assim como os pátios de recreação e de ginástica, e não foram mencionados salões ou galpões cobertos. As exigências higienistas foram explicitadas: implantação em terreno que não acumulasse umidade e afastado de locais ruidosos e insalubres, isolamento do edifício em relação ao solo (porão alto) e índices de área mínima de iluminação, ou ainda por aluno.

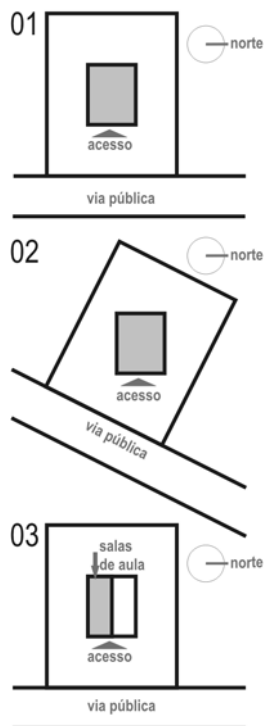
Em termos de programa arquitetônico, foram definidos grupos escolares modelos, já mencionados em 1913, com oito salas de aula e a necessidade de uma sala para *um pequeno museu escolar*. Os demais ambientes previstos nos projetos de 1913, tais como diretoria, portaria e salão, sequer foram citados.

No ano seguinte, em 8 de abril de 1918, foi promulgado o novo Código Sanitário do Estado, Lei Estadual nº 1.791. O segundo capítulo deste Regulamento foi dedicado

<sup>84</sup> PARANÁ. 1917. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917. Código de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1917.

<sup>85</sup> PARANÁ. 1917.

às escolas. As questões abordadas giraram sempre em torno de requisitos higienistas, muitos dos quais já apontados nas legislações anteriores. Os edifícios escolares deveriam ser “isolados, ventilados, claros, seccos, elevados, espaçosos e construídos em local saneado” (Artigo 65). A implantação deveria impedir um sombreamento por outras edificações e a incidência de ventos “prejudiciaes” (Artigo 66).<sup>86</sup>



Ainda em relação ao posicionamento do edifício no terreno, o Artigo 67, §Único, estabeleceu que “a frente do edifício será para o nascente, permittindo esta orientação fixar à sua esquerda o norte, o que facilita boa e regular ventilação, bem como iluminação bem dirigida”. Se o terreno estiver posicionado com o norte à sua esquerda (esquema 01, ao lado), a escola teria uma implantação convencional, com o acesso principal alinhado com seu limite frontal e o arruamento. No entanto, se a situação for diferente (esquema 02), a localização do edifício escolar fugiria dos padrões construtivos urbanos, que mantém o paralelismo com o limite frontal do terreno - condição que não foi encontrada em nenhum edifício escolar aqui estudado. Além disso, o único ambiente com recomendação específica de iluminação foi a sala de aula, que deveria receber luz pelo lado esquerdo (Artigo 72). Para se beneficiar da insolação norte, as salas deveriam ser colocadas em apenas de um lado da escola, o que dificultaria a distribuição de ambientes do edifício (esquema 03).

As determinações de implantação do edifício segundo seu posicionamento em relação à direção norte, portanto, não eram claras e não foram seguidas. As demais abordavam questões já encontradas nas regulamentações anteriores: a predileção por edifícios de um pavimento e elevados um metro do nível do solo (Artigo 67), a fixação de um número máximo de 50 alunos em cada sala de aula (Artigo 69), as dimensões mínimas para este ambiente (6 x 17 x 4) m de altura (Artigo 70), as janelas com peitoril de 1,5 m e a obrigatoriedade da presença de recreios cobertos (Artigo 81).<sup>87</sup> O Código de Ensino de 1917 e o Regulamento para construção de casas escolares<sup>88</sup>, de 1884, trouxeram recomendações sobre importância da insolação e da ventilação do edifício escolar e os cuidados para se evitar um terreno que retenha umidade. A ventilação cruzada destacada no § único do Artigo 69:

<sup>86</sup> Capítulo II - Das Escolas (p. 83-86). PARANÁ. 1918. Regulamento do Serviço Sanitario do Estado do Paraná a que se refere a Lei nº 1791, de 8 de abril de 1918. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1918.

<sup>87</sup> PARANÁ. 1918. (p. 83-86)

<sup>88</sup> PARANÁ. 1884.

Para estabelecer correntes aereas, convém que haja aberturas na parte superior da parede, protegidas por uma rotula, bem como, ventiladores junto ao assoalho, para a renovação de ar, durante o trabalho da classe, quando, nos dias chuvosos, houver necessidade de conservar as vidraças fechadas. Os tectos duplos são os que mais vantagens offerecem para esse systema de ventilação.<sup>89</sup>

A preocupação com a circulação de ar não constou em regulamentações anteriores, mas já havia sido levantada por Trajano Joaquim dos Reis, na metade da década de 1890.<sup>90</sup> O próprio Código Sanitário de 1894, promulgado em sua gestão como Inspetor Geral de Higiene e transcrito na integra em seu livro, não incluiu tais recomendações. No entanto, 24 anos depois, elas foram inseridas no Código Sanitário de 1918, praticamente com as mesmas palavras e temas: os tetos duplos, as dimensões mínimas e a implantação segundo a orientação solar, por exemplo.

As considerações higienistas de 1894, transformadas em lei no ano de 1918, traziam um olhar médico sobre a questão construtiva que resultou em determinações pouco precisas ou com escassas chances de concretização. Pode-se citar como exemplo a implantação da parte frontal da escola voltada para a direção leste ou ainda a indicação de tetos duplos. Embora as recomendações tivessem justificativa técnica, as escolas não foram projetadas desta maneira devido ao aumento de custo.

O Código de Ensino de 1917 e o Código Sanitário de 1918 foram promulgados em um período de pouquíssimas construções escolares. Entre 1908 e 1912 foram edificadas 19 escolas e no governo seguinte, de Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-16), quatro.<sup>91</sup> A gestão de Affonso Alves de Camargo (1916-1920) erigiu apenas uma. No próprio Código de Ensino, tal dificuldade foi exposta no Artigo 157 do Capítulo IX: “á medida que os recursos financeiros do Estado o permittirem, construir-se-ão casas escolares nas cidades, villas e importantes povoações que ainda não tiverem sido dotadas desses melhoramentos”.<sup>92</sup> Em 1913, o então Diretor de Instrução Pública relatou o mesmo problema, indicando que a situação perdurava há algum tempo:

Infelizmente a situação econômica que ameaça o Estado priva-nos de levar a effeito, actualmente, essas tão almejadas construcções [escolares], dotando todo o nosso Estado com edificios compatíveis com a instrucção modernamente ministrada.<sup>93</sup>

Na década de 1920, o processo de construção de escolas públicas foi retomado com Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928) que se empenhou em reverter esta

---

<sup>89</sup> PARANÁ. 1918. (p. 84)

<sup>90</sup> REIS, T. J. Elementos... 1894. (p. 262)

<sup>91</sup> Estes números referem-se às construções em alvenaria situadas em centros urbanos - ver Tabela 01, Anexos, página 349.

<sup>92</sup> PARANÁ. 1917.

<sup>93</sup> PARANÁ. 1913a. (p. 116)

escassez. César Prieto Martinez, diretor da Escola Normal de Pirassununga, coordenou, entre 1920 e 1925, uma reestruturação da instrução pública paranaense.<sup>94</sup>

Sendo a Escola Normal a base solida de toda reforma racional na instrução publica primaria, claro é que deve merecer o maximo cuidado por parte dos governos.

A organização desse instituto eminentemente profissional determina forçosamente o bom ou mau exito de todo o aparelho escolar, pois fornece o material mais importante, que é o professor.<sup>95</sup>

Convictos de que um dos pilares da educação primária era o professor, Caetano Munhoz da Rocha e César Prieto Martinez investiram na sua formação criando uma rede de escolas normais, todas com sedes construídas especialmente para este fim: em Curitiba (1922)<sup>96</sup>, Ponta Grossa (1925)<sup>97</sup> e Paranaguá (1927)<sup>98</sup>.

Considerando ainda que uma Escola Normal na Capital é insufficiente, pois que do interior difficilmente se encaminham candidatos; e mais ainda que os professores aqui formados não deixam a capital, preferindo permanecer na expectativa de uma collocação no centro, ou desistindo, em busca de outro rumo; ficando como consequencia, sem professores a zona afastada do littoral e do interior, servida exclusivamente por pessoal leigo, com graves prejuizos para o ensino, alvitrei a criação de mais duas escolas: uma em Ponta Grossa e outra em Paranaguá.

A primeira, situada num grande centro para onde convergem os negocios de cinco importantes municipios (Tibagy, Ypiranga, Imbituva, Prudentopolis e Guarapuava) dos chamados Campos Geraes, tendo proximos os municipios de Castro, Entre Rios, Teixeira Soares, Iraty, Mallet, Roxo-Roiz e União da Victoria, servidos por estrada de ferro, pode fornecer a zona futura do Estado os professores de que já necessita e de que virá a precisar. A segunda, centro de toda a faixa litoranea, servirá uma zona muito povoada e que mais exige o concurso do normalista, pois compreende uma região rica, ainda não aproveitada em virtude das diversas doenças, proprias dos climas quentes e umidos, das quaes os seus moradores não se libertam, em virtude da sua ignorancia. (...)

À Escola Normal de Ponta Grossa cabe o papel importantissimo de formar professores que possam acompanhar o progresso espantoso de zonas fertes, já colonizadas e por colonizar, onde, como por encanto, surgem povoações que logo são cidades, antes que o professor ou o collegio estrangeiro ahi formem raizes com o intuito de zelar pela lingua, usos e costumes dos paizes de origem, alimentando-lhes a chamma do amor patrio que trouxeram do berço. E si ahi se installarem, que encontrem pela frente uma outra cruzada, mais legitima, que visa firmar o homem ao solo, adaptando-o à nacionalidade que lhe accenou com suas riquezas e vantagens, de modo que os seus filhos sejam legitimos productos do meio em que se formarem, com a mesma lingua e as mesmas idéas de que resultou a formação de uma nacionalidade desdobrada

<sup>94</sup> Lysimaco Ferreira da Costa, então Diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, foi enviado a São Paulo, em 1920, e foi o responsável pela escolha de Martinez. MOREIRA, Fernando Augusto. O Ensino Primário no Estado do Paraná (p. 22-39). In INSPECTORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ. O Ensino. Curitiba, agosto de 1924. Anno I, nº III. (p. 28)

<sup>95</sup> PARANÁ. 1920. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1920. (p. 16)

<sup>96</sup> Hoje, a Escola Normal de Curitiba é reconhecida como Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, situa-se à Rua Emiliano Pernetta, 92, Centro. É um imóvel tombado pelo Patrimônio Estadual desde 2004, sob o número 154. No nível municipal é considerada uma Unidade de Interesse de Preservação (U.I.P.) sob o número 11.103.014 e código 279. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. ESPIRAIS DO TEMPO... 2006. Para maiores detalhes ver Capítulo 5 de CASTRO, E. A. Ensaios sobre a arquitetura... 2006. (p. 53-64)

<sup>97</sup> Hoje, a Escola Normal de Ponta Grossa denomina-se Colégio Estadual Regente Feijó, situa-se à Praça Barão do Rio Branco, Centro. É um imóvel tombado pelo Patrimônio Estadual desde 1990, sob o número 104. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. ESPIRAIS DO TEMPO... 2006.

<sup>98</sup> Hoje, a Escola Normal de Paranaguá denomina-se Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha, situa-se à Rua João Eugenio, 894, Centro. É um imóvel tombado pelo Patrimônio Estadual desde 1991, sob o número 112. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. ESPIRAIS DO TEMPO... 2006.

na maior porção da América do Sul, e cujo futuro, em dias próximos, corresponderá a grandeza do seu território.

A Escola Normal de Paranaguá, destinada a formar educadores para os filhos do litoral, terá a missão de reerguer o nosso caboclo, ensinando-o a defender-se e curar-se das doenças que o aniquilam roubando-lhe a coragem para o trabalho, e armando-o de conhecimentos para melhores proveitos tirar da rendosa indústria da pesca e da lavoura que ali são tão promissoras, mas que permanecem incipientes, com grave prejuízo para a nossa fortuna pública e privada.<sup>99</sup>

O território paranaense foi dividido, portanto, em três setores: região de Curitiba, litoral e Campos Gerais (Mapa 01), cada qual contaria com uma escola normal que forneceria professores para os municípios vizinhos. Essas instituições cumpririam um papel específico em sua região de influência.

Mapa 02: Escolas Normais construídas no Paraná e suas regiões de influência



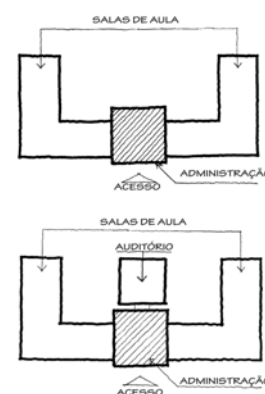
A presença de redes de escolas normais já era verificada em alguns estados brasileiros. Ainda no Relatório de 1924, Martinez relatou a existência de dez escolas normais em São Paulo<sup>100</sup>, sendo que nove contavam com edifícios projetados e construídos especialmente para escola de formação de professores, localizando-se duas na capital e as demais no interior. Destacam-se como características gerais de todas essas edificações: grande porte, linguagem eclética, apuro construtivo, implantação em terrenos generosos e um programa de necessidades mais elaborado: presença de biblioteca, anfiteatro, laboratórios, além das salas de aula, de diretor e de professores e

<sup>99</sup> PARANÁ. 1924. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924. (p. 24-27)

<sup>100</sup> PARANÁ. 1924. (p. 26)



os ambientes administrativos.<sup>101</sup> Analisando os projetos desses edifícios, apresentados no trabalho das arquitetas da Fundação para o Desenvolvimento da Educação de São Paulo, verifica-se que todos foram configurados simetricamente com uma ala frontal, onde se concentram os ambientes administrativos, e duas laterais, com a presença das salas de aula. A configuração em “U” ou em “E” foi predominante (esquemas à direita).<sup>102</sup> César Prieto Martinez, ao planejar as três escolas normais do Paraná, inseriu nos edifícios boa parte das características acima relacionadas.



A Directoria de Obras Publicas, tendo a sua frente um illustre discipulo de Ramos de Azevedo, - Dr. Carlos Ross, interessando-se por tão importante assumpto, estudou varios typos de edificios escolares para uma, duas, quatro e oito salas, de madeira ou de alvenaria, casa para residência do professor rural, etc. Além disso organizou o projecto das Escolas Normaes de Curityba, Ponta Grossa e Paranaguá, typos que merecem referencia especial, pois tem em media vinte salas de aula, além de outras dependências: amplos corredores para ligação, salas independentes entre si, com illuminação rigorosa, installações sanitarias muito commodas, rigorosamente higienicas; distribuição facil de agua, ornamentação discreta em todos os commodos. Tudo isso com uma despeza máxima de 400 contos para as normaes de Ponta Grossa e Paranaguá, inclusive muros de fecho e gradis, canalização das aguas fluviaes, calçadas e sargetas, galpão para gymnastica, installação completa de para-raios e luz electrica em todo o edificio, externamente inclusive.

O edificio de Curityba, que é um verdadeiro palácio, caprichosamente acabado, ficou em menos de 800 contos de réis.<sup>103</sup>

A descrição técnica dos edifícios técnica contribui para o entendimento de alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, foi destacado o número de salas (superior a qualquer edifício escolar construído até então), “independentes entre si” pela presença de “corredores de ligação”. As escolas paranaenses, a partir da década de 1920, passaram a adotar a tipologia em “U”, numa clara ruptura de partido arquitetônico, uma vez que até então os blocos únicos eram predominantes. Esta mudança foi muito ressaltada, sendo efetivamente a *diferença* em relação a tudo que já havia sido feito anteriormente.

As escolas normais tinham uma posição hierárquica superior às de ensino primário, a qual deveria ficar expressa nas formas arquitetônicas de suas sedes. Mas como o caráter deste edifício deveria ser *racional, funcional, moderno, técnico, pedagógico e higienista*, o esmero formal foi minimizado, considerando no final do texto a sede de Curitiba como *verdadeiro palácio*, o que não representou um aumento

<sup>101</sup> As escolas localizam-se nos seguintes municípios: Capital, Itapetininga, Pirassununga, São Carlos, Piracicaba, Botucatu, Guaratinguetá, Campinas e Casa Branca. A décima escola situava-se na mesma sede do Grupo Escolar do Brás, na Capital - CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. *Arquitetura Escolar...* 1991. (p. 120)

<sup>102</sup> CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. *Arquitetura Escolar...* 1991. (p. 120- 145)

<sup>103</sup> PARANÁ. 1924. (p. 45)

de custo, *menos de 800 contos de réis*. Os três edifícios, concebidos com requintes formais, ornamentação abundante e utilização de materiais nobres, foram construídos em terrenos centrais e apresentaram grande visibilidade no cenário urbano. Em seguida, as instalações técnicas como rede de água e esgoto, eletricidade e equipamentos de pára-raios foram relacionadas pela modernidade, conforto e adequação às demandas higienistas que representavam naquele momento, denotando, pela presença de infra-estrutura e aparato técnico refinados, a valorização e a importância dada à formação de professores.

A ação de Martinez na Inspeção-Geral do Paraná não se restringiu às escolas normais, contemplando também a construção de um novo conjunto de grupos escolares, estruturados a partir da valorização do edifício escolar e de novo partido arquitetônico. A arquitetura escolar era um tema importante em seus textos:

A construção de prédios escolares é empreza que exige especial cuidado, razão porque representa problema cuja solução não é facil.

A hygiene moderna, impondo preceitos que em absoluto não podem ser desprezados e a Pedagogia, por sua vez, apontando requisitos que devem de ser seguidos, constituem regras fundamentaes, segundo as quaes é necessario construir edificios escolares.

Por outro lado, não podendo ser desprezada a parte economica que desempenha, no caso, papel preponderante, pois não se trata de construir e conservar uma casa, mas muitas, dadas as exigencias imperiosas de se accudirem as necessidades de villas e cidades que surgem e prosperam, as construções tem de ser naturalmente sujeitas a balanço de um orçamento criterioso e rasoavel. É desse modo, forçoso é harmonisar taes interesses, organisando-se projectos que correspondam perfeitamente ás exigências apontadas.<sup>104</sup>

Os prédios escolares do Estado afastam-se dos preceitos pedagogicos modernos. Nas **construções escolares** nem mesmo os detalhes podem ser menosprezados para que possam **aliar commodidade e conforto, economia e condições higienicas**. (...)

Cada sala deve ter sahida para um corredor espaçoso, onde as classes possam mover-se desembaraçadamente, e esses corredores farão communicar todas as salas entre si. Taes preceitos da architectura escolar, facilmente observaveis, foram olvidados nas nossas construcções, tornando-as defeituosas sob todos os pontos de vista e inadaptadas para os fins a que se destinam. Peccam quase todas pelo tamanho, formato e disposição das salas, pela distribuição inconveniente da luz, pela falta de communicação interna. (...)

A construção de grandes grupos, nas cidades populosas é medida que offerece multiplas vantagens de ordem pedagogica como de ordem economica, pois uma mesma direcção aproveita ao ensino de centena de creanças alem de tornar possivel formação de classes homogeneas.<sup>105</sup>

Segundo o Inspetor-geral de Ensino, o que diferenciava o projeto de uma escola de outro edifício seria sua especificidade, regida por demandas higienistas e pedagógicas - conceito já encontrado no século XIX. Além disso, a racionalidade construtiva resultaria em economia de recursos financeiros, o que garantiria a edificação de mais escolas. A importância dada ao tema ficou clara no Relatório de

---

<sup>104</sup> PARANÁ. 1924. (p. 42) - Grifo meu.

<sup>105</sup> PARANÁ. 1920. (p. 27-28)

1921, quando tratou da Escola Normal de Curitiba: “Na sua construção teve-se em vista simplicidade e solidez, aliada á economia. Não ha um palmo de obra desperdiçado, nem commodo que não seja necessário. Tudo se aproveitou dentro do possível e do útil”.<sup>106</sup>

A moderna pedagogia exigia ambientes específicos e bem definidos no programa arquitetônico de necessidades. A sala de aula recebeu atenção diferenciada nesse novo contexto escolar, constituindo-se em um espaço criteriosamente elaborado visando uma aprendizagem eficiente e agradável. Além disso, seriam várias salas de aula que atenderiam cada série separadamente, como preconizava o ensino graduado. As circulações também estariam presentes e corretamente dimensionadas, impedindo aglomerações e acidentes e as áreas de recreação e de prática de exercícios físicos tornaram-se imprescindíveis.

Convém ressaltar o *caráter* intrínseco de um edifício escolar: ter *conforto* e *comodidade*, ser realizado com *economia* e possuir *condições higiênicas*. As qualidades enfatizadas por César Prieto Martinez tiveram justificativa de ordem pedagógica, semelhante àquelas preconizadas pelo médico e inspetor sanitário Trajano Reis, 26 anos antes: “uma sala de aula deve ter o espaço necessário para 25 carteiras duplas, a mesa do professor e uma area entre esta e a primeira fila de carteiras, para que a turma de alumnos chamados ao quadro possa ficar, sem aperto, distribuída em arco de circulo”.<sup>107</sup> Os problemas de *ordenação espacial* (tamanho, formato e disposição das salas, distribuição inconveniente da luz e falta de comunicação interna) resultariam na inadequação do edifício à atividade de ensino.

A necessidade de construção de edifícios destinados especificamente a escolas novamente era reconhecida, havendo consenso de que este trabalho deveria ser realizado por especialistas, profissionais que tivessem conhecimentos das imposições higienistas, científicas e pedagógicas e que se dedicassem a "estudar a bibliografia especial e as instalações escolares modêlo, inclusive de outros países", como recomendou Leo Burgerstein.<sup>108</sup>

A especialização do edifício escolar apresentou-se como característica e demanda da escola e foi ressaltada desde o final do século XIX. O edifício escolar, projetado e construído como tal, foi valorizado nos discursos oficiais. A sede de uma escola pública representou uma ação política, com uma linguagem arquitetônica

---

<sup>106</sup> PARANÁ. 1921. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1921. (p. 16)

<sup>107</sup> PARANÁ. 1920. (p. 27)

<sup>108</sup> BURGERSTEIN, L. Higiene... 1934. (p. 121)

vigente e a incorporação de conceitos científicos (pedagógicos e higienistas). Desta forma, conforto, comodidade, funcionalidade, adequação, modernidade e economia foram e serão sempre buscados no edifício escolar, constituindo-se em seu caráter. É possível encontrá-lo na justificativa da primeira sede do Liceu de Curitiba (1857), das Escolas Carvalho e Oliveira Bello (1882 e 1884), dos edifícios monumentais das três escolas normais e das singelas casas escolares de duas e quatro salas de aula construídas em todo o Estado.

as construções [escolares] tem de ser naturalmente sujeitas a balanço de um orçamento criterioso e razoável. E desse modo, forçoso é harmonizar tais interesses [pedagógicos, higienistas, políticos e sociais], organizando-se projectos que correspondam perfeitamente às exigências apontadas.<sup>109</sup>

O tipo e o tamanho do edifício dependeriam de diversos fatores.

O problema das construções escolares tem sido largamente discutido, tanto na Europa como na America, em virtude das dificuldades que oferece.

Antigamente a engenharia seguia, em conjuncto, as normas ditadas para o levantamento de predios communs; segundo sua grandeza, traçava os diferentes compartimentos e harmonizava as exigências da esthetica.

A Hygiene, doutrinando sobre a materia, veio em seu auxilio formando um ramo especial que se denominou engenharia sanitaria, verdadeira especialização da engenharia civil.

Tanto os que ahi se formam como os que educam e dirigem necessitam encontrar facilidades, desaparecendo, portanto, todas as dificuldades que sacrificam a saúde, a limpeza, a conservação, a ordem e a própria esthetica.

Quem se der ao cuidado de examinar os trabalhos elaborados em todos os paizes cultos e tiver noção exacta do que deva ser um edificio escolar, verificará que, por toda a parte, as construções dessa natureza muito se distanciam de seu verdadeiro fim: ou contrariam a hygiene, ou desobedecem aos preceitos de ordem pedagogica, ou, então, peccam pelos gastos excessivos.

A regra geral é esta, por toda a parte.

Na Europa o estudo desta questão, deveras interessante, teve a sua primasia na Allemanha, onde os predios escolares passaram por sensiveis melhoramentos e as recentes construções obedeceram a uma orientação inteiramente nova.

Nos Estados Unidos, centro de verdadeira expansão para todos os aperfeiçoamentos, as construções escolares melhoraram de tal forma, que podem ser apontadas como modelares, embora externamente lhes faltem, ás vezes, as linhas architectonicas que tanta harmonia e belleza dão aos edificios.

No Brasil, forçoso é confessar, já se vae tomando interesse por tão importante assumpto. Em se tratando de uma construção escolar, a repartição encarregada do projecto ouve o parecer da direcção do ensino e desse modo a engenharia, a hygiene e a pedagogia se alliam para formar obra perfeita.

As obras de maior vulto, dessa natureza, foram feitas em S. Paulo, sob a orientação sabia do Dr. Ramos de Azevedo, autoridade renomada. Nestes últimos annos, um outro engenheiro não menos illustre, o Dr. Mauro Álvaro, director da Engenharia Sanitaria do Estado, imprimiu nova orientação á vultosa construção de edificios para grupos escolares e escolas ruraes, levados a termo nos beneméritos governos de Rodrigues Alves e Altino Arantes. Sob sua direcção foram divulgados trabalhos dessa natureza, muito uteis e que hão de influir decididamente nas novas construções de escolas no Brasil.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> PARANÁ. 1924. (p. 42)

<sup>110</sup> PARANÁ. 1924. (p. 42-45)

César Prieto Martinez, oriundo de São Paulo, apresentou propostas para a construção de novos edifícios escolares, tomando como parâmetros a experiência paulista e a análise dos prédios escolares com base nos comentários e parâmetros de Mauro Álvaro.<sup>111</sup>

Os predios escolares do Estado afastam-se dos preceitos pedagogicos modernos. Nas construcções escolares nem mesmo os detalhes podem ser menosprezados para que possam aliar commodidade e conforto, economia e condições hygienicas.<sup>112</sup>

Peccam esses predios pela falta de hyiene, pela desproporção das salas de aula, pela irregular distribuição de luz natural, pela disposição das salas de aula que quasi sempre se communicam entre si<sup>113</sup>, ou estão isoladas da administração central: pelo desabrigo dos pateos de recreação pela falta de água abundante, pela installação de sanitarias contíguas ás salas de aula, ou improprias porque de todo sacrificam o serviço de limpeza, ou de todo são incommodas.

Quatro edificios fazem júz a uma excepcional referencia e merecem ser apontados, em suas linhas geraes, como modelos que podem ser seguidos. São elles os de Tybagy, Palmeira e Ypiranga, de um só typo, projectados pelo Dr. Niepce da Silva<sup>114</sup> e o União da Victoria pelo Dr. Moreira Garcez.<sup>115</sup>

Martinez destacou quatro escolas, que estariam em condições de serem consideradas “modelos”, que serão analisadas individualmente no próximo capítulo. Resta aqui traçar algumas considerações frente às palavras do Inspetor-geral. Em relação ao programa arquitetônico, os grupos escolares citados apresentaram quatro salas de aula e duas de apoio, sendo semelhantes ao edifício para escolas reunidas tipo Mário Ayrosa do livro de Mário Álvaro (Figura 13, Capítulo I, página 56).

Em relação à ordenação espacial, houve uma distribuição simétrica de ambientes a partir de um vestíbulo central. As duas seções, feminina e masculina, estão definidas e com acessos diferenciados. Em termos de técnica construtiva, foi empregada a alvenaria de tijolos, não possuíam instalações sanitárias internas e utilizaram o porão alto para nivelamento do edifício e isolamento do terreno. As janelas generosas proporcionavam insolação e ventilação abundantes, porém nenhum deles possuía uma área coberta para recreação. A linguagem formal, eclética, foi mais aprimorada nos três primeiros exemplares.

Muitas dessas características poderiam ser encontradas em outros grupos escolares, como por exemplo, nos de Guarapuava e de São José dos Pinhais. As

---

<sup>111</sup> CAMARGO, Mauro Álvaro de Souza. *Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Ruraes. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo*, nº 18. São Paulo: Casa Espindola, 1920.

<sup>112</sup> PARANÁ. 1920. (p. 27-28)

<sup>113</sup> As escolas construídas até a década de 1910 no Paraná contavam com ambientes amplos (ver Tabela 01, Anexos, página 349), as quais foram divididas para atender a demandas de mais salas de aulas nas escolas. Desta forma, era comum a comunicação direta entre elas.

<sup>114</sup> A informação de autoria destes projetos não coincide com aquela encontrada em PARANÁ, 1907 (p. 29). Ali consta que o autor do projeto do Grupo Escolar de Palmeira, construído em 1907, foi Ângelo Bottechia, naquele momento desenhista da Diretoria de Obras e Viação. José Niepce da Silva foi relacionado, no mesmo documento, como Engenheiro-Diretor (p. 6). Os edifícios de Tibagi e Ipiranga foram erguidos cinco anos mais tarde, 1913, e apresentam o mesmo projeto arquitetônico. Vale ressaltar que Ângelo Bottechia foi apresentado como desenhista da mesma diretoria, em 1912 (INDICADOR Paranaense. [Curitiba], [s/n.], 1912).

<sup>115</sup> PARANÁ. 1924. (p. 44)

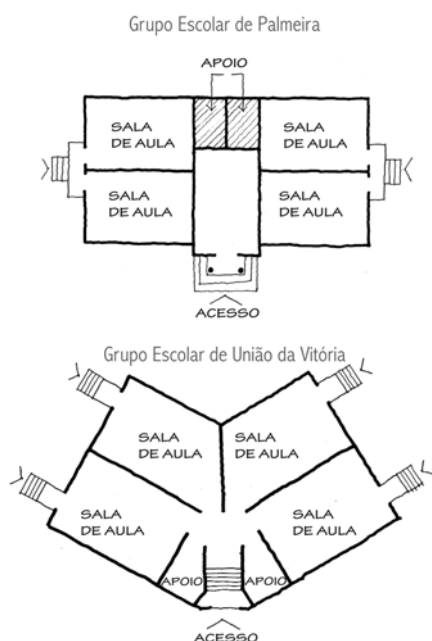
dimensões das salas de aula são muito próximas: nestes edifícios (8,80 x 5,90)m, no de União da Vitória, (8,40 x 5,45)m e nos demais, (8,70 x 5,65)m.<sup>116</sup>

Martinez explica que:

As salas com 10 e 12 metros de comprimento são em parte inaproveitáveis e, em certos lugares, o que é muito pior, servem para duas professoras regendo classes diferentes. Como é natural, esta prática dá péssimos resultados pela quebra constante da disciplina, e dificulta sobremaneira o trabalho de cada professor.<sup>117</sup>

As salas de aula com profundidade superior a 11 metros ocorreram em poucas escolas no Paraná: os grupos escolares Professor Brandão, Barão do Rio Branco e 19 de Dezembro, todos em Curitiba, e o Dr. Franco do Vale, em Imbituva (ver Tabela 02, Anexos, página 349). No entanto, nenhuma delas atingiu o comprimento de 17 metros, permitido pelo Código Sanitário de 1918.<sup>118</sup> Martinez, no texto acima, ao reprovar salas de aula excessivamente alongadas, fez uma condenação à legislação ainda em vigor, mas que não tinha sido aplicada.

A divisão desses salões feita em vários grupos deu resultados bons, permitindo que cada classe tivesse a sua sala independente. O formato das salas existentes não é também recomendável: predominam as retangulares, estreitas e compridas. A distância muito grande entre os alunos da última fileira de carteiras e o quadro negro obriga-os a um esforço prejudicial. A divisão interna dos prédios não é boa; em certos grupos a comunicação entre as salas se faz pelo quintal e em outros elas são passagem forçada, como nos de Rio Negro, Paranaguá, Ponta Grossa e Tiradentes, d'esta capital, pela não existência de corredores. Qualquer desses defeitos é nocivo à boa marcha dos trabalhos escolares. (...)



Cada sala deve ter saída para um corredor espaçoso, onde as classes possam mover-se desembaraçadamente, e esses corredores farão comunicar todas as salas entre si. Tais preceitos da arquitetura escolar, facilmente observáveis, foram olvidados nas nossas construções, tornando-as defeituosas sob todos os pontos de vista e inadaptadas para os fins a que se destinam. Peccam quase todas pelo tamanho, formato e disposição das salas, pela distribuição inconveniente da luz, pela falta de comunicação interna.<sup>119</sup>

Os edifícios elogiados por Martinez, em 1924, foram os de Palmeira (1907) e de União da Vitória (1917). Os esquemas ao lado mostram que ambos, com dez anos de diferença, apresentam tipologias parecidas e o mesmo programa. Nesse período, os métodos de ensino foram discutidos, a estrutura organizacional da instrução pública modificada, vários governos passaram e os

<sup>116</sup> Segundo Mário Álvaro, as salas de aula, destinadas a 40 alunos, devem possuir (5,20 x 7,80)m, com a utilização de carteiras duplas, ou (6,00 x 9,00), para carteiras individuais. CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 5-6)

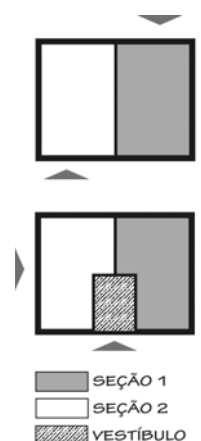
<sup>117</sup> PARANÁ. 1920. (p. 27)

<sup>118</sup> Artigo 70, Capítulo II - Das Escolas. PARANÁ. 1918. (p. 84)

<sup>119</sup> PARANÁ. 1920. (p. 27)

edifícios permaneceram condizentes em relação à atividade ali desenvolvida.

A característica que diferencia estes edifícios dos demais existentes, não identificada por Martinez, foi a presença do vestíbulo funcionando como ambiente de integração. Enquanto as outras escolas impunham a separação completa das seções feminina e masculina, impedindo uma ligação interna entre elas (esquema superior), como determinava o Regulamento de 1884<sup>120</sup>, os edifícios com vestíbulo (esquema inferior) permitiam tal comunicação mantendo a divisão de seções de forma mais tênue e possibilitando que um dos ambientes de apoio fosse utilizado pela diretoria - com acesso pleno a toda a escola. A



integração espacial viabilizou a centralização administrativa, uma das bases da escola graduada, que Martinez e seus antecessores estavam tentando viabilizar. No relatório de 1914 do Diretor de Instrução Pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, estava explícita a reestruturação administrativa das escolas:

Reuni escolas systematisando e dividindo os trabalhos, por series, entre os respectivos professores e confiando a um destes a função de director; formei, assim o que em falta de melhor denominação, chamamos *grupos* e *semigrupos escolares*.<sup>121</sup>

No entanto, a adequação desses edifícios não impediu a implantação de uma nova tipologia arquitetônica, o edifício em “U”, permanecendo, no entanto, o mesmo programa arquitetônico. A nova estruturação pedagógica e organizacional imposta por Martinez, assim com o novo formato do edifício escolar, será mantido mesmo após a sua saída do governo em 1925.

No início da década de 1930, com a tomada do poder por Getulio Vargas, o Paraná recebeu a influência dos princípios escolanovistas que estavam sendo discutidos em todo o país. Em 29 de julho de 1932, foi promulgado o *Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares*.

A escola primária, tendo por finalidade não somente a instrução, mas o desenvolvimento das qualidades físicas e morais da criança, afim de levá-la à felicidade e à realização de seus destinos, deve promover-lhe oportunidades ao cultivo de suas faculdades e despertar-lhe os sentimentos de sociabilidade.<sup>122</sup>

A função mais abrangente da instituição escolar necessitaria de “construções modernas em que o menor detalhe deveria ser previsto para a comodidade, para a

<sup>120</sup> PARANÁ. 1884. Ato nº 287, de 14 de outubro de 1884: Regulamento para a construção de casas escolares (p. 401-402). Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004.

<sup>121</sup> PARANÁ. 1915. (p. 3-4)

<sup>122</sup> Texto integrante do Artigo 62º, Capítulo XX do Decreto nº 1.874, de 29 de julho de 1932. PARANÁ. 1932. Diretoria Geral da Instrução Pública. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares. Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia., 1932. (p.33) e repetido no Artigo 58º, Capítulo XIX do Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares in Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. PARANÁ. 1940. Diretoria Geral da Educação. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares. Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia., 1940. (p. 29)

amplidão, para a uniformidade de luz e de aeração”.<sup>123</sup> Espaços planejados que atenderiam à crescente demanda escolar e seriam fundamentais para a constituição da rede de escolas públicas.

Manoel Ribas, em mais de 13 anos à frente do governo paranaense<sup>124</sup>, estabeleceu como prioridade a educação e a construção de escolas.

Efetivamente, nestes últimos anos, a população escolar cresceu de um modo maravilhoso: vinte mil crianças. No entanto, não têm escolas, que lhes bastem, nem professores que as instruem. Precisamos de cem prédios escolares, inclusive as escolas insuladas. Só na capital precisamos de vários grupos escolares.<sup>125</sup>

Uma das maiores preocupações do Governo tem sido a de difundir o ensino de acordo com as possibilidades orçamentárias, criando escolas em todos os lugares em que são reclamadas pelo aumento da população infantil.<sup>126</sup>

No início de sua administração, após ter constatado, que uma grande parte dos nossos prédios escolares muito deixava a desejar pela falta de acomodações necessárias às nossas populações escolares, o atual Governo determinou a organização de um plano geral de construção de modernos Grupos Escolares para o Estado e bem assim, a reforma completa e a ampliação de muitos prédios, que apesar de ainda se acharem em bom estado, não mais satisfaziam as necessidades do ensino.<sup>127</sup>

Mereceu nossa atenção, desde logo, a edificação escolar, que praticamente não existia no Estado, pois excluindo-se alguns prédios de real valor em Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, nada mais havia em nosso vasto território.<sup>128</sup>

Sob a esforçada orientação do Bacharel Gaspar Duarte Veloso, a quem muito já deve no Paraná a causa do ensino, prossegue, sem desfalecimento, o trabalho de aperfeiçoamento da técnica escolar, e da ampliação e ininterrupto aperfeiçoamento do trabalho educativo no Estado.<sup>129</sup>

O *aperfeiçoamento da técnica escolar*, explicou em seguida Manoel Ribas, seria feito com a difusão de novas doutrinas pedagógicas no seio do magistério e a criação de novos serviços. Entre eles, o atendimento médico e dentário, a ampliação do plano de educação física, a criação de parques infantis, a *execução de programas sobre festividades escolares de caráter cívico e artístico*, a criação de novas bibliotecas infantis e o melhoramento das antigas e o aperfeiçoamento dos refeitórios escolares<sup>130</sup> - ambientes que foram incorporados parcialmente ao programa arquitetônico das escolas cariocas e paulistas.

---

<sup>123</sup> TEIXEIRA, Anísio. Aspectos americanos de educação. Salvador: Diretoria Geral de Instrução Pública, 1928. (p. 76).

<sup>124</sup> De 30 de janeiro de 1932 a 3 de novembro de 1945.

<sup>125</sup> PARANÁ. 1935a. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Manoel Ribas D. D. Governador do Estado do Paraná pelo Secretário dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas Othon Mäder, Exercício de 1934. Curitiba, junho de 1935. (p. 47)

<sup>126</sup> PARANÁ. Governo. 1935. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado ao instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda Republica, em 16 de maio de 1935. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1935. (p. 18)

<sup>127</sup> PARANÁ. 1935a. (p. 325)

<sup>128</sup> PARANÁ. Governo. 1939. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1939. (p. 3)

<sup>129</sup> PARANÁ. Governo. 1937. Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937. (p. 29)

<sup>130</sup> PARANÁ. Governo. 1937. (p. 29-30)



Todas as atividades relacionadas exigiam um espaço específico, indicando que a *ampliação e ininterrupto aperfeiçoamento do trabalho educativo no Estado*, passava necessariamente pela reformulação do programa arquitetônico escolar, sendo necessário

a modernização do plano de construções escolares com a adoção de novas plantas, confeccionadas segundo as exigências mais rigorosas da pedagogia, da arquitetura e da higiene modernas, trazidas de São Paulo e Rio de Janeiro e adaptadas às condições gerais de nosso ambiente.<sup>131</sup>

Em 1932 e 1940<sup>132</sup> registrou-se a promulgação de dois *Regimentos Internos e Programas para Grupos Escolares*, ambos com poucas definições espaciais. As turmas dos cursos primários, por exemplo, ficaram restritas a 45 alunos.<sup>133</sup> Em relação às atividades especiais, o artigo 63, do Regimento de 1932, estabeleceu que “o horário para as aulas de ginástica, música e trabalhos manuais, nos grupos que possuem professores especiais para essas disciplinas, será organizado de acordo com a Diretoria Geral de Instrução Pública”.<sup>134</sup> Ou seja, não havia determinação legal para a realização destas atividades, mesmo considerando que a Constituição de 1937 estabelecia obrigatoriedade da prática de educação física nas escolas primárias, secundárias e normais.<sup>135</sup>

O Regimento de 1940 fez referência à biblioteca escolar:

Capítulo XVIII

Da Biblioteca

Artigo 55 - Em cada grupo escolar deverá ser fundada uma biblioteca para estimular os alunos á leitura de bons livros e despertar-lhes o gosto literário.

§1º - A biblioteca será constituída por donativos feitos pelo corpo docente e discente, autoridades estaduais e municipais e outras pessoas e associações infantis, cabendo a iniciativa de sua fundação ao Diretor ou professores.

Artigo 56 - A direção da biblioteca pertencerá aos próprios alunos que deverão eleger o seu presidente, secretário e bibliotecário.<sup>136</sup>

Segundo o texto, a biblioteca dependeria de iniciativas pessoais para a sua criação (do diretor), para a operacionalização (dos alunos) e para a doação de livros (de todos). O governo seria responsável apenas em estabelecer a sua obrigatoriedade. Na prática, esse ambiente fez parte do programa arquitetônico de escolas de maior porte.

<sup>131</sup> PARANÁ. Governo. 1937. (p. 31) - As plantas citadas correspondem às propostas de edifícios escolares do Distrito Federal e de São Paulo, projetadas pela equipe de Enéas Silva e de José Maria da Silva Neves, respectivamente, e apresentadas na 1ª Exposição de Arquitetura Escolar realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 5 e 31 de maio de 1934 (ver Capítulo I, seção 1.5 Escola Nova e suas Arquiteturas, p. 58-115).

<sup>132</sup> PARANÁ. 1932. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares... 1932 e PARANÁ. 1940. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares... 1940.

<sup>133</sup> Artigo 2º, §1º, PARANÁ. 1932. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares... 1932 e PARANÁ. 1940. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares... 1940.

<sup>134</sup> PARANÁ. 1932. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares... 1932. (p. 33)

<sup>135</sup> FERNANDES, N. L. B. *Arquitetura Escolar Carioca*... 2006. (p. 85)

<sup>136</sup> PARANÁ. 1940. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares... 1940. (p. 29)

Um novo *Regulamento Sanitário do Estado* foi promulgado em 1938. O Artigo 214 tratou das construções escolares e definiu índices e dimensões necessárias das salas de aula: pé-direito de 3,6m, número máximo de 40 alunos e área mínima de 2m<sup>2</sup>/aluno. A iluminação foi detalhada pelo estabelecimento de valores mínimos, pelo direcionamento esquerdo, pelas dimensões das janelas. A quantidade de latrinas, lavatórios e bebedouros foi estabelecida proporcionalmente ao número de alunos.<sup>137</sup> A área coberta para recreio encontra-se disposta no Artigo 214, letra h - “haverá espaços destinados a recreio, de área proporcional á superfície das classes, sendo parte desse recreio coberta”<sup>138</sup>, porém não a especifica.

O Código Sanitário de 1938 apresentou apenas um artigo sobre edificações escolares, com o seguinte texto inicial: “Artigo 214 - Nos edifícios escolares serão observadas todas as disposições deste Regulamento que lhes forem aplicáveis e mais as seguintes”, sendo, em seguida, relacionados 11 itens.<sup>139</sup> Esta regulamentação representou um avanço em relação à normatização do edifício e do ambiente escolar, inserindo especificações cada vez mais detalhadas que acompanham a linha dos manuais de arquitetura - como as clássicas obras de Guadet e Tubeuf de formato técnico, ilustrado e didático mostrando minuciosamente os programas, as técnicas e detalhes construtivos e exemplos de diversos tipos de edifícios. A preocupação em esmiuçar cada ambiente, definindo todos os seus elementos, componentes e equipamentos já se encontra presente no livro do arquiteto e professor Ernest Neufert (1900-1986), a *Arte de Projetar*. Desde sua 1ª edição<sup>140</sup>, em 1936, esta obra explicita os princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades, dimensões de edifício, locais e utensílios (Figura 08).

A normatização oficial e os manuais de projetos arquitetônicos passaram a enfatizar os critérios técnicos e a precisar os parâmetros construtivos mínimos e os equipamentos necessários para a edificação de escolas. O caráter racional e funcional estava definitivamente incorporado ao edifício destinado ao ensino.

---

<sup>137</sup> Decreto nº 6.155, de 12 de janeiro de 1938. PARANÁ. 1938. Decreto nº 6.155 e Regulamento sanitário que dá nova organização á Diretoria Geral de Saúde Pública. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense, 1938. (p. 88-89)

<sup>138</sup> Decreto nº 6.155, de 12 de janeiro de 1938. PARANÁ. 1938. (p. 89)

<sup>139</sup> Decreto nº 6.155, de 12 de janeiro de 1938. PARANÁ. 1938. (p. 88-89)

<sup>140</sup> NEUFERT, Ernest. Bau-Entwurfslehre. Berlin: Bauwelt-Verlag, 1936. Este livro foi reeditado, revisado e ampliado desde então, sendo até hoje uma referência para arquitetos e engenheiros.

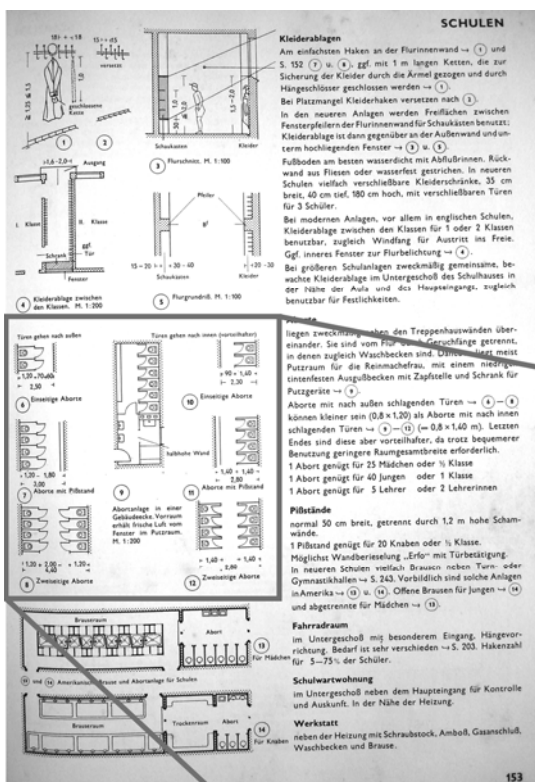
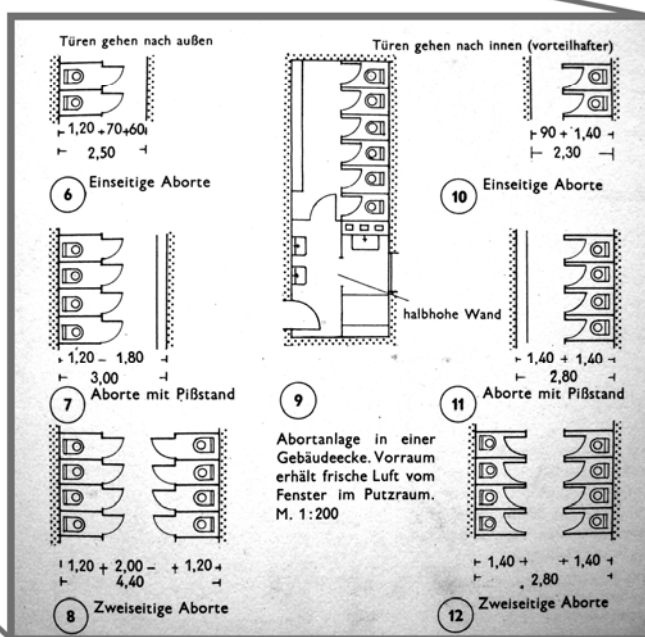


Figura 08: Orientações para o projeto de instalações sanitárias em escolas contidas na 1ª edição de A Arte de Projetar (Bau-Entwurfslehre), de 1936

No detalhe, a disposição e o dimensionamento dos vasos sanitários em banheiros escolares. Enquanto a normatização sanitária estabeleceu quantidades mínimas dos equipamentos, os manuais técnicos de arquitetura apresentavam um detalhamento de cada ambiente escolar, com definição e posicionamento de cada equipamento ou mobiliário necessário, fazendo a relação destes com o número de alunos usuários.



Em 13 de maio de 1947 foi criada a Secretaria de Educação e Cultura no Paraná, primeiramente dirigida por Gaspar Veloso e, em seguida, por Erasmo Pilotto, consolidador da Escola Nova no Paraná.<sup>141</sup> A gestão de Pilotto notabilizou-se pela estruturação administrativa e definição das atribuições da secretaria, por intermédio da Lei Estadual, nº 170, de 14 de dezembro de 1948.<sup>142</sup> Além da ação organizacional, houve um investimento na formação e no aperfeiçoamento de professores, na melhoria da inspeção escolar, no investimento em equipamentos e material escolar, na implantação

<sup>141</sup> VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto e a Escola Nova no Paraná. Curitiba, mimeo. 6 f (p. 3) e RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. In Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná. Curitiba: Governo do Paraná: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953. (p. 35)

<sup>142</sup> Lei Estadual nº 170, de 14 de dezembro de 1948, Dispõe sobre a organização e atribuições da Secretaria de Educação e Cultura, que passa a ser composta pelo Departamento de Administração, Departamento da Cultura, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Instituto de Educação, Colégio Estadual, Museu Paranaense e Conselho de Educação e Cultura. In Diário Oficial de 23 de dezembro de 1948. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1948. (p. 1-2)

de ginásios, jardins de infância, grupos e casas escolares na capital e no interior e em regiões urbanas e rurais.<sup>143</sup>

No setor da educação e da cultura discriminam-se assim as nossas diretrizes e atividades fundamentais:

Foi, primeiro, a reorganização da Secretaria de Educação e Cultura, capacitando-a melhor para ser um cérebro do nosso sistema de educação pública, melhorando o seu aparelhamento técnico, articulando a sua ação com a vida da sociedade a que se destina a servir, mediante a criação do Conselho Estadual de educação, integrando-a melhor em algumas de suas finalidades com a reestruturação do Departamento de Cultura e a organização do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural.

Foi, depois, o esforço para dar à nossa rede escolar primária a amplitude necessária e o esforço de racionalização do trabalho. Ambas as coisas eram do nosso programa contido em nossa plataforma de governo: obter mais escolas em funcionamento, necessárias para cobrir o nosso profundo déficit nesse sentido, e obter mais rendimento no trabalho, isto é, melhores resultados com o mínimo de desperdício.<sup>144</sup>

Em 1948, com Erasmo Piloto à frente da já então Secretaria de Educação e Cultura, foi possível trazer às escolas orientações mais modernas e programas inovadores. Foi criado o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e muitos professores normalistas fizeram cursos de especialização no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação.<sup>145</sup>

Foram muitas as inovações pedagógicas e administrativas implantadas por Erasmo Pilotto, intelectual de reconhecimento nacional que colaborou na criação do Centro de Cultura Filosófica, do Centro de Cultura Pedagógica, da Universidade Popular e do boletim “O Ideário da Escola Nova”. Entre os anos de 1927 e 1930, estes círculos de cultura divulgavam os ideais da Escola Nova e buscavam a formação de intelectuais comprometidos com a renovação das práticas e das teorias pedagógicas. Na década de 1930 colaborou com Cecília Meireles em artigos do jornal Diário de Notícias e também representou o Paraná na V Conferência Nacional de Educação, nos debates que preparavam as teses da ABE para o anteprojeto da Constituinte de 1934.<sup>146</sup>

Erasmo Pilotto, em sua gestão, redigiu o anteprojeto da *Lei Orgânica da Educação*<sup>147</sup>, considerado por Anísio Teixeira o “estatuto dos mais completos que se têm feito entre nós e cuja estrutura é, sob vários aspectos, nova e complexa (...). Aí está um projeto que se constituirá um dos modelos para a experiência dos demais Estados”.<sup>148</sup> A análise deste documento, apesar de não aprovado, possibilita uma aproximação com o pensamento de Erasmo Pilotto em relação à estruturação

<sup>143</sup> RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino ... 1953. (p. 35)

<sup>144</sup> PARANÁ. Governo. 1949. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Sessão Legislativa ordinária de 1949 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1949. (p. 25-26)

<sup>145</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura e Educação no Paraná. Curitiba: SEED, 2001. Coleção História do Paraná; textos introdutórios. (p. 105)

<sup>146</sup> VIEIRA, Carlos Eduardo. Educação e modernidade no projeto formativo de Erasmo Pilotto. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 17 de março de 2009. (9 p.)

<sup>147</sup> PARANÁ. 1950. Ante-projeto da Lei Orgânica da Educação no Estado do Paraná. Estabelece a organização do sistema de educação do Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, 1950.

<sup>148</sup> PILOTTO, Erasmo. Memorial (Manuscrito inédito de Pilotto), 1989. Apud VIEIRA, Carlos Eduardo. Educação e modernidade... 2009. (P. 7)

administrativa e organização das atribuições da Secretaria de Educação e Cultura e do ensino público de forma ampla. Ali foram poucas referências sobre o programa escolar e sua conseqüente demanda espacial. A Escola Paranaense de Educação, órgão técnico responsável pela estruturação pedagógica, teria, entre outras atribuições, estudar e elaborar:

O anteprojeto de leis, regulamentos, programas, normas técnicas, esquema da organização interna das instituições educacionais, planos da organização da rede de unidades do sistema escolar, planos de campanhas especiais de educação, planos de adaptação do sistema escolar às peculiaridades ecológicas, e outras resoluções da mesma natureza, de ordem técnico-pedagógicas.<sup>149</sup>

Mais adiante, ao tratar das Normas Gerais do Processo Educativo (Título IV) e das Disposições Gerais sobre o Sistema Escolar, o anteprojeto definiu que:

Artigo 61 - Os estabelecimentos de ensino primário devem satisfazer, quanto à construção dos edifícios que utilizam e quanto ao seu aparelhamento escolar, a normas estabelecidas em regulamento especial, elaborado pela Escola Permanente de Pedagogia.<sup>150</sup>

A normatização para a edificação de escolas primárias ainda estava por ser definida. Ao tratar de ginásios, colégios e dos cursos técnicos, normais e profissionalizantes, não houve referências às demandas do espaço físico. Somente as escolas pré-primárias tiveram explicitadas suas necessidades, mesmo assim com ressalvas:

Artigo 62 - Na organização e atividade da educação escolar pré-primária, são normativas as seguintes disposições:

I - As unidades de educação pré-primária têm as características de um lar, possuindo assim, sala de estar, sala de refeições, sala de dormir e outras, tudo naturalmente adequado à criança. Não sendo possível contar com espaço suficiente para essa organização, e tendo de dispor, por exemplo, de uma única sala, a disposição e aparelhamento desta deve refletir aquele propósito.<sup>151</sup>

A reestruturação administrativa e pedagógica pensada para o Paraná por Erasmo Pilotto, portanto, não considerou a reorganização espacial escolar e não estabeleceu no anteprojeto proposto a intrínseca relação entre a escola nova e a arquitetura, verificada em São Paulo e no Rio de Janeiro desde a década de 1930. Todas as inovações pedagógicas e administrativas, atribuídas à sua gestão na Secretaria de Educação e Cultura, foram implantadas sem a renovação do edifício escolar, o qual manteve tipologia e programa estabelecidos anteriormente.

---

<sup>149</sup> Artigo 48, inciso I do Capítulo IX, Da Escola Paranaense de Pedagogia. In PARANÁ. 1950a. Ante-projeto da Lei Orgânica da Educação no Estado do Paraná. Estabelece a organização do sistema de educação do Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, 1950. (p. 20)

<sup>150</sup> PARANÁ. 1950a. (p. 22)

<sup>151</sup> PARANÁ. 1950a. (p. 22)

Uma nova referência sobre o programa de necessidades de um edifício escolar foi encontrada somente em 1953, inserida no Código de Posturas de Curitiba, Seção IV, Edifícios Escolares:

Art. 279 - As escolas destinadas a menores de quinze anos e em geral as escolas com internato deverão satisfazer ao seguinte programa mínimo:

- 1) instalação administrativa;
- 2) salas de aula;
- 3) recreio coberto;
- 4) campos de jogos;
- 5) instalações sanitárias.

#### SALAS DE AULA

Art. 280 - As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) ter dimensão mínima de quatro (4,00m) metros e área mínima de vinte e quatro metros quadrados (24,00m<sup>2</sup>);
- b) ter pé-direito mínimo de três metros e vinte centímetros (3,20m);
- c) ter a pintura das paredes de tonalidades claras;
- d) ter pavimentação de madeira;
- e) ter vãos que permitam a circulação do ar através de, pelo menos, 1/5 de sua área, mesmo quando fechados;
- f) ter vãos que permitam a iluminação natural, mesmo quando fechados;
- g) ter dimensão máxima de dez metros (10,00m) de largura.

§ Único - As salas de aula poderão ter dimensão maior de dez metros (10,00m), devendo porém, nesse caso, obedecer ao que a presente Lei estabelece em relação aos auditórios.<sup>152</sup>

#### AUDITÓRIOS

Art. 282 - Os auditórios obedecerão as seguintes condições:

- a) quando retangulares, o comprimento não poderá exceder de duas (2) vezes a largura;
- b) o pé-direito deverá estar compreendido entre a largura e a metade da largura, não podendo ser inferior a três metros e cinquenta centímetros (3,50m);
- c) quando dotados de instalação de ar condicionado, caso em que poderão deixar de existir vãos abertos para o exterior, deverão satisfazer o que dispõe o artigo 351;
- d) deverão satisfazer ao que dispõem as alíneas "a" e "f" do artigo 280, salvo quando dotados de ar condicionado, caso em que poderão deixar de existir vãos abertos para o exterior, observado, porém, o artigo 351.

§ 1º A construção de auditório ficará sujeita à aprovação pelo Departamento competente, em todos os detalhes, inclusive a disposição do mobiliário, compreendidos neste a mesa do professor, com o respectivo estrado, quando houver, as bancadas ou cadeiras, os quadros-negros, as telas para projeção e a "cabine" ou local para aparelho de projeção.

§ 2º As plantas relativas aos detalhes referidos no parágrafo anterior, atenderão ao seguinte:

- a) todos os espectadores terão a vista desembaraçada sobre a mesa do professor, sobre toda a superfície dos quadros-negros e sobre a tela de projeções, o que se verificará por meio de gráficos que deverão ser submetidos à aprovação do Departamento competente juntamente com as plantas;
- b) a distância mínima entre a primeira fila de cadeiras ou bancadas e a mesa do orador, será de dois metros (2,00m);
- c) as faixas transversais destinadas para as cadeiras ou bancadas, terão a largura mínima de oitenta centímetros para cada fila (0,80cm);
- d) os assentos das cadeiras ou bancadas não terão altura inferior a trinta e seis centímetros (0,36cm), nem profundidade menor de trinta e dois centímetros (0,32cm);
- e) os corredores de passagem ou acesso normais às filas de cadeiras ou bancadas, não terão largura inferior a oitenta centímetros (0,80cm);

<sup>152</sup> CURITIBA. Lei Municipal nº 699/1953.

- f) as filas de cadeiras ou bancadas não terão comprimento maior de sete metros (7,00m);
- g) quando houver cadeiras de braços ou quando as bancadas forem divididas por meio de braços, a largura total, correspondente a cada assento, não poderá ser inferior a quarenta e cinco centímetros (0,45cm);

§ 3º Quando os auditórios não forem retangulares, ou quando a sua área exceder de duzentos metros quadrados (200,00 m<sup>2</sup>) poderão deixar de obedecer ao disposto nas alíneas "a", "b", e "c" deste artigo, mas a sua aprovação ficará sujeita a justificação especial das suas condições de acústica e de visibilidade perfeita para todos os espectadores.

§ 4º Os auditórios, quando de área maior de duzentos metros quadrados (200,00m<sup>2</sup>) serão dotados de um anexo com instalações sanitárias separadas para os dois sexos.

#### GINÁSIO

Art. 283 - As dimensões mínimas para o ginásio serão de dez metros e meio (10,50m) por dezenove metros e meio (19,50m) sendo o pé-direito mínimo de quatro metros e vinte centímetros (4,20m);

§ 1º As janelas deverão ficar a uma altura mínima de dois metros e quarenta centímetros (2,40m) acima do piso.

§ 2º As superfícies abertas serão iguais a 1/5 da área, salvo quando houver ventilação artificial, caso em que o projeto da instalação será submetido a aprovação do Departamento competente em todos os seus detalhes.

#### CAMPOS DE JOGOS

Art. 284 O campo de jogos terá a área no mínimo igual a duas (2) vezes a soma das áreas das salas de aula.

§ Único - Os campos de jogos serão gramados ou ensaibrados, e perfeitamente drenados, de modo a não permitir o empoçamento de água ou a formação de lama em qualquer ocasião.

#### RECREIO COBERTO

Art. 285 - O recreio coberto terá a área mínima igual a metade da soma das áreas das salas de aula.<sup>153</sup>

Mesmo contando com uma legislação específica, as escolas construídas na capital do Paraná durante a década de 1950 não a atenderam plenamente. Apesar dos projetos arquitetônicos destas escolas terem sido elaborados entre 1951 e 1952, entende-se que o programa mínimo e suas determinações dimensionais e construtivas foram estabelecidos tomando como base as experiências e discussões em andamento.

Por exemplo: o campo de jogos, atualmente quadra esportiva, não constou nos projetos dos grupos escolares Barão do Rio Branco, Prieto Martinez e Tiradentes. Os auditórios das escolas contaram com palco elevado e instalações sanitárias próprias, as dimensões mínimas exigidas foram respeitadas e as cadeiras não foram fixadas, possibilitando diversos arranjos. As dimensões da sala de aula já estavam consolidadas em (8,00 x 6,00)m - (Tabela 06, Anexos, página 355). Apesar da presença do recreio coberto em todas as escolas curitibanas, suas dimensões ficaram aquém do exigido. Se essas escolas foram construídas como modelos de uma nova configuração espacial, por que não apresentaram o programa arquitetônico completo? Uma das possíveis justificativas pode ser dada pela localização destes edifícios. Dos seis grupos escolares construídos

<sup>153</sup> CURITIBA. Lei Municipal nº 699/1953. Dispõe sobre o Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba. Disponível no endereço eletrônico: [http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/220b4938c3c8e905032568040054c58f/eddece8b372cb8e403256\\_9030076bd6f?OpenDocument](http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/220b4938c3c8e905032568040054c58f/eddece8b372cb8e403256_9030076bd6f?OpenDocument). Acesso em 13 de outubro de 2008.

na capital, três situam-se na região central e em lotes pequenos. Como apresentaram um programa arquitetônico mais completo, uma área construída maior e uma taxa de ocupação alta estavam *apertadas* no terreno, fato que impediu a construção de ginásios, a locação do campo de jogos e da área recreativa externa mais generosa.

No entanto, as escolas deste período cumpriam outro objetivo: representar o processo de modernização que o Paraná estava atravessando, impulsionado pela riqueza advinda café. Na década de 1950, com o objetivo de comemorar o Centenário da Independência do Paraná, o governo comandado por Bento Munhoz da Rocha Netto iniciou a construção, com a coordenação da Comissão Especial de Obras do Centenário, em Curitiba do Centro Cívico, da Biblioteca Pública, do Teatro do Estado, de algumas escolas primárias e do Monumento do Centenário - todos alinhados com a Arquitetura Modernista.<sup>154</sup>

As escolas construídas em Curitiba por Bento Munhoz da Rocha Netto podem ser consideradas exemplos representativos da Arquitetura Escolar Modernista no Paraná, projetadas por arquitetos renomados e de sólida carreira. Tinham a modernidade incorporada no seu caráter, plenamente alinhadas com as propostas elaboradas e a produção arquitetônica do Convênio Escolar de São Paulo.

E, de forma semelhante às discussões no âmbito do Convênio Escolar de São Paulo, as atividades e pensamentos pedagógicos foram relatados em publicações, como o *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*.

A necessidade de uma ligação mais estreita entre os professores, inspetores, delegados e demais funcionários entre si e com a Secretaria de Educação e Cultura, bem assim o imperativo de intensificar-se a divulgação de normas, resoluções, despachos, instruções e atos atinentes ao ensino nos aconselham a criação de um Boletim periódico, a ser editado em futuro próximo e que será remetido para todos os estabelecimentos de ensino e repartições públicas a ele vinculadas.<sup>155</sup>

O conteúdo do *Boletim* constituía-se por artigos de professores e intelectuais abordando temas gerais, sobre cultura, e específicos, relativos à teoria e à prática pedagógica, além de informativos oficiais da secretaria.<sup>156</sup> A filiação aos princípios escolanovistas é clara, porém, de forma diferente do verificado no Distrito Federal e em São Paulo, são poucas as referências em relação ao espaço escolar.

---

<sup>154</sup> Lei nº 674, de 28 de agosto de 1951, Cria a Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná e dá outras providências. Apud PEREIRA, Ivo Arzua. Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná - CEOC- Síntese Histórica. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2008. (p. 19-20)

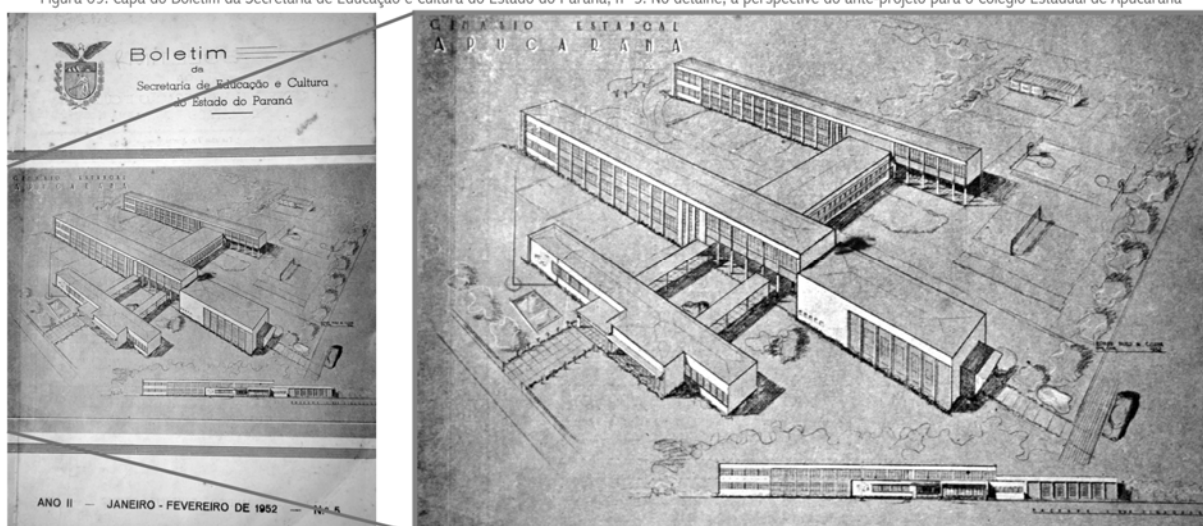
<sup>155</sup> PARANÁ. Governo. 1951. (p. 114-115)

<sup>156</sup> Como exemplo, o número 03 apresentou um artigo sobre a "Romaria de São Gonçalo", do professor Fernando Correa de Azevedo, e um sobre os "Problemas de Orientação Educacional Infantil", de Ledi de Melo Cid. Apud PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná. Ano I, Número 03. Curitiba: julho a outubro de 1951.



A capa do Boletim nº 5, por exemplo, trouxe uma perspectiva do ante-projeto de Romeu Paulo da Costa para o futuro Colégio Estadual de Apucarana (Figura 09). O desenho mostra uma escola projetada em vários blocos interligados por passarelas. Trata-se da obra escolar de maior porte do período, considerando as generosas dimensões do edifício e de seu terreno, as quais não foram encontradas nas escolas construídas em Curitiba. Verifica-se a presença de áreas cobertas sustentadas por pilotis, de aberturas moduladas pela estrutura em concreto armado e de volumes dispostos mais livremente na implantação do edifício, características alinhadas com a arquitetura modernista e com a produção de escolas do Convênio Escolar em São Paulo. Todas estas características indicam a importância do projeto, que não mereceu, no interior da revista, menção alguma. Não houve qualquer notícia sobre o edifício, o início da obra ou ainda a população beneficiada.

Figura 09: Capa do Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, nº 5. No detalhe, a perspectiva do ante-projeto para o Colégio Estadual de Apucarana



Outro exemplo ainda no mesmo volume nº 5 do *Boletim*, o artigo *Programa de Educação Física e Higiênica para escolas pré-primárias e primárias* tratou da importância das atividades físicas e estabeleceu um programa de jogos, exercícios, danças e brincadeiras a ser implantado pelo professor. Apesar do detalhamento, não houve referência ao local de desenvolvimento dos trabalhos.<sup>157</sup> Tal definição foi dada posteriormente nas *Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Primário*, onde constam exigências espaciais e de aparelhamento, tais como

<sup>157</sup> "Programa de Educação Física e Higiênica para escolas pré-primárias e primárias". Apud PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná. Ano II, Número 05. Curitiba: janeiro a fevereiro de 1952. (p. 22-24)

ginásio coberto e canchas ao ar livre, vestiários e descrição de equipamentos.<sup>158</sup> Mesmo com uma descrição detalhada, nem todas foram cumpridas.

No *Boletim* nº 10, um artigo sobre *A Escola e o problema da alimentação*, de Jurandyr Baggio Möckel, tratou dos graves problemas nutricionais enfrentados pela população brasileira e da importância da cantina e do clube agrícola:

A Cantina e o Clube Agrícola são duas instituições que contribuem para reforçar o trabalho escolar no que se refere à alimentação.

Através da Cantina não só a criança recebe a alimentação supletiva, como aprende a corrigir os hábitos errados de alimentação, resultados da ignorância ou descuido dos pais, pois nem sempre são causados pela falta de recursos.

Pelo Clube Agrícola não só a escola difunde os meios práticos de obtenção de produtos ricos em proteínas, gorduras, hidratos de carbono, vitaminas, e principalmente valoriza o trabalho agrícola, contribuindo dessa forma para fixar o êxodo da população rural.<sup>159</sup>

A cantina foi incluída nas escolas de Curitiba, aparecendo também nas unidades de maior porte do interior, com seis ou mais salas de aula. No entanto, o *Clube Agrícola*, não foi encontrado nos edifícios escolares.

Os textos indicaram a relevância de ambientes, mas não determinaram a sua necessária presença no programa arquitetônico de escolas primárias públicas. E mais, não houve alusão sobre a adaptação do espaço escolar às inovações propostas. Os relatórios e mensagens oficiais confirmaram este posicionamento, uma vez que os problemas em relação à instrução pública estavam situados em outros termos: a expansão da rede de escolas públicas.

O rápido e surpreendente crescimento demográfico do Estado, refletindo na instrução pública, representa, para o Governo, séria e constante preocupação. Não descurando, então, da melhoria do aparelhamento e da ampliação da rede escolar, acelerou-se a construção de novas escolas primárias, distribuindo-as de maneira a atender as exigências dos vários municípios do Estado.

Além do que, a mesma importância se deu à questão do aumento do contingente de professores, tanto assim que cuidou o governo do provimento imediato de vagas, preenchendo os maiores claros do quadro do magistério estadual.

Na disseminação de escolas, atendem-se, notadamente, as regiões do norte paranaense, não esquecendo, também da ampliação da rede escolar da Capital, hoje tão desfalcada de estabelecimentos de ensino primário.<sup>160</sup>

#### Ensino primário

Este é o setor de maior responsabilidade e amplitude das atividades da S.E.C. [Secretaria de Educação e Cultura] e mereceu, por isso mesmo, atenção especial.

O Paraná de hoje, em matéria do ensino primário, tem problemas de dois aspectos. Um relativo às zonas velhas, cuja feição social guarda a marca da economia tradicional da erva mate e da madeira, onde, embora não haja uma organização de todo satisfatória, existe há algum tempo,

<sup>158</sup> PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Ano III, Número 10. Curitiba: janeiro a fevereiro de 1953. (p. 54-63)

<sup>159</sup> MÖCKEL, Jurandyr Baggio. *A Escola e o problema da alimentação*. (p. 35-36). In PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Nº 05. (p. 36)

<sup>160</sup> PARANÁ. Governo. 1955. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 3ª Legislatura pelo Senhor Antonio Annibelli, Governador do Paraná. Curitiba, 1955. (p. 113)

uma rede de estabelecimentos de ensino que atende, razoavelmente, no seu número e na sua distribuição às necessidades locais e regionais.

Aí o trabalho é praticamente de ampliação e aprimoramento. O outro, das regiões de exploração recente, com feição econômico-social nova, progresso rápido, crescimento demográfico espetacular e com necessidades educacionais elementares e prementes ou, em outros termos, **ressentindo-se de falta de escolas, de material didático, de professores**, já que, por cuidadosa que seja a assistência do Governo, não pode, este, acompanhar o ritmos da expansão regional.

Diante dessa verificação, procurou a S.E.C. atender, com a eficiência possível os dois aspectos fundamentais do problema atual do ensino primário no Paraná.<sup>161</sup>

Em relação ao ensino ginásial, o diagnóstico foi o seguinte:

A um primeiro exame já se verifica que a situação do ensino ginásial do Estado apresenta deficiências. Com exceção dos estabelecimentos tradicionais e de alguns poucos dos que foram criados nestes últimos anos, os nossos ginásios abrangendo os colégios estaduais e ginásios propriamente ditos, se ressentem de falhas sérias no que toca à instalação, aparelhamento e mesmo constituição de seu quadro de professores. Tal deficiência, que só aos poucos se poderá corrigir, advém, principalmente, da criação simultânea e distribuição arbitrária de estabelecimentos de ensino ginásial, que representam, hoje, um encargo pesado à S.E.C. e na realidade estão longe de dar o rendimento que seria de desejar.

O Serviço de Ensino Médio e Superior, inteirado dessa situação, vem procurando, desde o início de meu Governo, sanar essas deficiências.

No decorrer de 1952, após um amplo levantamento e viagens de inspeção aos Ginásios mais necessitados de assistência técnica, o aludido Serviço elaborou um programa de ação que vem sendo posto em prática e que se pode apresentar esquematicamente como segue:

- a) Reorganização e regularização do quadro de professores. (...)
- b) Instalação de Aparelhamento: apesar das deficiências verificadas em vários dos nossos Ginásios, mesmo em alguns Colégios Estaduais, decorrentes da criação simultânea de vários estabelecimentos, em administrações anteriores e agravadas pelas necessidades crescentes do Estado, pode dizer-se que, no que toca às instalações, a situação melhorou. Os Ginásios de Santo Antônio da Platina, Bandeirantes, Palmeira, Antonina, Prudentópolis e Ribeirão Claro, tiveram seus prédios novos concluídos e neles passarão a funcionar, definitivamente, neste ano.(...)

Os nossos ginásios de um modo geral, não contam com um aparelhamento satisfatório nas cadeiras de Ciências Físicas e Naturais, Educação Física e, em menor escala, nas de Desenho e Trabalhos Manuais. Esta situação não pode ser inteiramente corrigida de pronto, vem sendo gradativamente melhorada pelo S.E.M.S., que está padronizando material de laboratório, e dentro das possibilidades orçamentárias, os está equipando.<sup>162</sup>

A questão da adoção da arquitetura modernista nas escolas sequer foi mencionada, pois no período eram construídas e inauguradas simultaneamente as escolas neocoloniais (projetadas no governo anterior)<sup>163</sup> e as modernistas, situação que gerou alguns equívocos na análise da arquitetura oficial produzida no período estudado,

<sup>161</sup> PARANÁ. Governo. 1953. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba, 1953. (p. 178) - Grifo meu.

<sup>162</sup> PARANÁ. Governo. 1953. (p. 187-188)

<sup>163</sup> Quando assumiu, Bento Munhoz da Rocha Netto deparou-se com muitas obras recém-licitadas, iniciadas ou em andamento, muitas das quais foram concluídas. PARANÁ. Governo. 1951. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba, 1951. (p. 114)

comprometida com a linguagem modernista.<sup>164</sup>

Duas escolas, entre 1952 e 1954, foram inauguradas com propostas pedagógicas diferentes e inovadoras. No entanto, o pioneirismo na área educativa foi instalado em edifícios padronizados e projetados pela administração anterior.

A Escola Experimental Maria Montessori, localizada em Curitiba, foi inaugurada em 3 de setembro de 1952 (Foto 01)<sup>165</sup> por iniciativa da professora Eny Caldeira, empenhada em fundar uma instituição de ensino que aplicasse o método daquela educadora. Com o apoio do governo e de uma equipe de professores da Universidade Federal do Paraná, foi escolhida a Vila Tingüi para receber a escola que administrativamente vinculava-se ao Instituto de Educação do Paraná, antiga Escola Normal.<sup>166</sup>

Centro de Aprendizagem e de Prática de Ensino, a Escola Experimental situada na zona suburbana da cidade, com algumas características de escola tipicamente rural, vai fornecer um campo de experiências pedagógicas, fazendo com que as futuras professoras tomem o sentido da realidade do problema do nosso Estado, do problema da terra e das dificuldades que apresentam as zonas afastadas dos grandes centros. Além dessa experiência caberão ainda à escola, outras finalidades quais sejam: aplicação de novos métodos, estudos da psicologia, de problemas sanitários, procurando realizar um trabalho de educação de base e de levantamento do nível da comunidade.<sup>167</sup>

O Grupo Escolar Guaira, em Curitiba, foi inaugurado em 8 de janeiro de 1954, durante a realização da XI Conferência Nacional de Educação, por Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) (Foto 02). Concebido como o primeiro Centro de Demonstrações do Ensino Primário do Paraná, foi considerado “uma modelar instituição de aprimoramento do magistério primário”<sup>168</sup> pela professora Pórcia Guimarães Alves da Universidade Federal do Paraná e pelo Centro Regional do INEP.<sup>169</sup>

Nestas duas escolas não foi consumada a relação entre a arquitetura modernista e a escola nova, estabelecida em São Paulo e no Rio de Janeiro e as inovações pedagógicas foram implantadas em espaços concebidos tradicionalmente, com disposição simétrica e hierarquização de ambientes. A maior prioridade estava sendo dada

---

<sup>164</sup> Este engano ocorreu por uma questão metodológica: considerar na análise a data da inauguração da obra e não do projeto arquitetônico. A presente pesquisa entende que a filiação formal e as demandas pedagógicas e higienistas são impressas no espaço escolar durante seu processo projetual. GONÇALVES, Josilena Maria Zanillo. *Arquitetura Moderna no Centenário da Emancipação Política do Paraná: a Construção de um marco de Referência*. São Carlos, 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído). Curso de Pós-Graduação da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo. (p. 81)

<sup>165</sup> INAUGURADA ONTEM a Escola Experimental “Maria Montessori”. In *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 4 de setembro de 1952.

<sup>166</sup> COLÉGIO ESTADUAL Maria Montessori. *Caracterização da Escola*. Curitiba, sem data. Mimeo, 3 f. (p. 1)

<sup>167</sup> PARANÁ. Governo. 1955. (p. 144)

<sup>168</sup> INAUGURADO O CENTRO de demonstrações do ensino primário. In *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 9 de janeiro de 1954. (p. 3)

<sup>169</sup> PARANÁ. Governo. 1955. (p. 115)

O que nos importa acentuar, porém, é que o Paraná, a despeito de naturais e incontornáveis limitações, está se integrando aos poucos no espírito da nova pedagogia, obedecendo ao forte anseio de construção existente em seu povo. Na verdade, os mentores de ensino aqui trilham o caminho certo quando preconizam que a ciência se faz, não se recebe. (...)

Já se compreendeu aqui que a solução para os problemas do ensino tem que ser inferida das condições da atualidade paranaense, das necessidades concretas da sociedade de hoje e de sua transformação na de amanhã, dentro de uma instrução educativa, aliando a dissertação à ação.<sup>170</sup>

A ação estava voltada para a construção de escolas, quer fossem neocoloniais ou modernistas. A demanda por edifícios escolares e a grande quantidade de obras iniciadas do governo anterior fizeram com que a modernidade na educação pública estivesse situada, durante a década de 1950, na efetiva implantação da Escola Nova no Paraná e não na racionalidade técnica e volumetria dinâmica da Arquitetura Modernista.



Foto 01: Colégio Estadual Maria Montessori, em Curitiba - 2008



Foto 02: Colégio Estadual Guairá, em Curitiba - 2008

<sup>170</sup> LINHARES, Temístocles. Paraná Vivo. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. (p. 252-253)



### 3. Arquitetura Escolar Pública no Paraná

#### 3.1 Os primeiros edifícios escolares - segunda metade do século XIX

Em 29 de agosto de 1853, por intermédio da Lei nº 704, o Paraná foi desmembrado de São Paulo, elevado à Província e quase um ano mais tarde, em 15 de julho de 1854, Curitiba, proclamada sua capital. Iniciou-se um processo de estruturação social, urbana, administrativa e econômica pautados nas virtudes da cidade ilustrada - *circulação*, *embelezamento* e *higiene*. Segundo a historiadora Altiva Pilatti Balhana, “Curitiba teria que equipar-se, ou seja, prepara-se para caracterizar funções urbanas que lhe dariam, de fato, definição e reconhecimento”.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Equipamento Urbano de Curitiba (pp. 481-489). In WESTPHALEN, Cecília Maria (org.). Un mazzolino de fiori. Volume III. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003.

Foto 01: Antigo Paço da Assembléa, em Curitiba - sem data



Figura 01: Planta do pavimento térreo do Paço da Assembléa

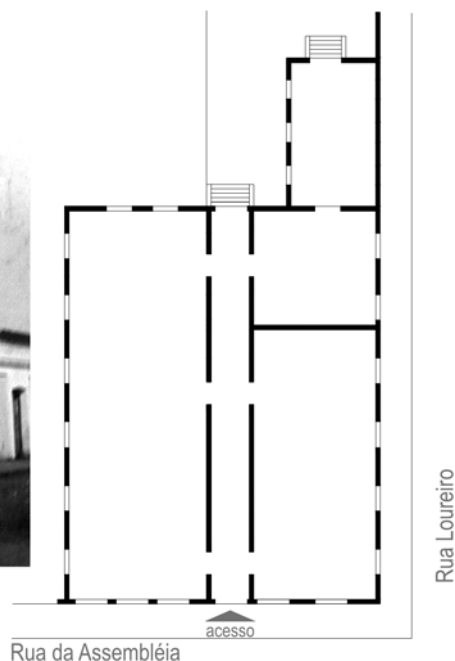
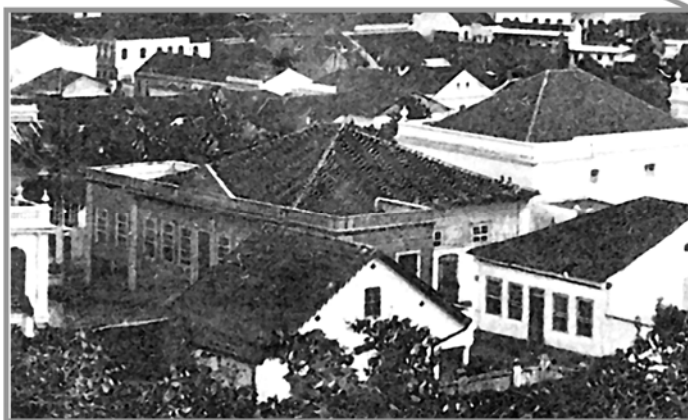
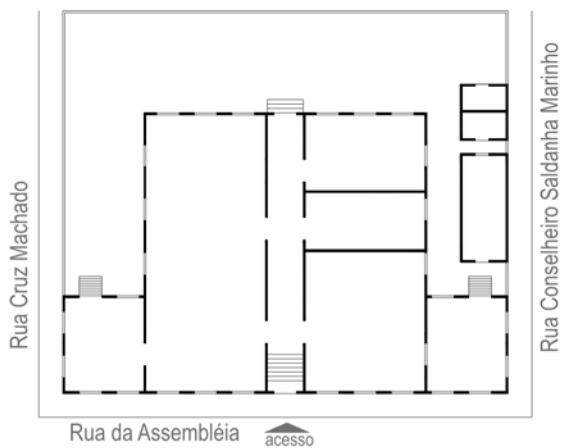


Foto 02: Curitiba em 1903

No centro da imagem e destacado no detalhe encontra-se o primeiro edifício escolar construído no Paraná, destinado ao Liceu de Curitiba, que ali funcionou entre 1857 e 1869. Hoje, a Casa Andrade Muricy ocupa este terreno, localizado na Rua Dr. Muricy, 915, no Centro de Curitiba.



Figura 02: Planta do pavimento térreo do Liceu de Curitiba, primeiro edifício escolar projetado e construído no Paraná



A construção de edifícios públicos, como sedes do aparato administrativo da recém-criada província, era uma das muitas demandas daquele momento. Para o governo provincial e a Secretaria de Governo foi utilizado um sobrado já existente e localizado na esquina da Rua XV de Novembro e Praça Generoso Marques, em Curitiba. As demais repartições públicas instalaram-se em outros prédios alugados.

Os primeiros edifícios públicos construídos pelo governo provincial foram destinados às atividades legislativas e denominado Paço da Assembléia (Foto 01 e Figura 01) e ao Liceu de Curitiba (Foto 02 e Figura 02).<sup>2</sup> As imagens mostram prédios semelhantes e concebidos dentro dos parâmetros da arquitetura brasileira do período: um pavimento, volume compacto, implantado no alinhamento predial, cobertura em quatro águas encoberta por platibanda, acessos centralizados e voltados para a mesma rua que, em seguida, passou a denominar-se *da Assembléia* (atualmente Rua Dr. Muricy). Nas duas plantas, as salas foram distribuídas ao longo de circulações centrais que atravessavam toda a extensão dos edifícios. Outro ponto comum foi a localização, distante uma quadra do então Largo da Matriz (futura Praça Tiradentes) e, no entanto, quase fora da estreita malha urbana da cidade, como mostra o Mapa 01.

O Liceu de Curitiba, primeiro edifício escolar projetado e construído para este fim no Paraná, foi inaugurado no dia 3 de maio de 1857 e destinado ao ensino secundário. A obra, iniciada em 1854, foi interrompida em 1855 por falta de recursos e retomada no ano seguinte.<sup>3</sup>

Attenta à necessidade de hum edificio proprio para as aulas do ensino secundario já creadas e que para o futuro se não de crear, o Conselheiro Presidente da Provincia resolve mandar construir, pela planta levantada pelo engenheiro Emilio Gengembre, na rua da Assembleia, em o logar da cadeia velha, huma casa com as accomodações necessárias aquelle mister.<sup>4</sup>

Prevendo o estado completo de um lycêo nesta cidade, e como indispensavel mesmo ás aulas, já creadas, mandei organizar a planta e dar principio a um edificio, onde não só as actuaes, mas as cadeiras, que de futuro, se crearem, possão ter as precisas accomodações. O laço, que une entre si os diversos ramos de humanidades, e os põe em manifesta dependencia uns dos outros, a nobreza inherente ao ensino, de certo modo, aconselhão que não se ensinem uns aqui, outros ali, uns nesta, outros naquella rua, em casas sem commodos e as vezes arruinadas e indecentes; porem em um edificio sufficientemente vasto, e com capacidade precisa, para receber em si os alumnos, que frequentão aulas, os quaes da circunstancia de estarem todas ellas reunidas em uma só casa, terão a vantagem de não perderem tempo, indo de uma parte

<sup>2</sup> PARANÁ. Província. 1855. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855. (p. 44-45)

<sup>3</sup> PARANÁ. Província. 1856. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo Vice-Presidente em exercicio Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. (p. 38) e PARANÁ. Província. 1858. Relatório apresentado ao excellentissimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos, muito digno Presidente da Província do Paraná, pelo 2º Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, sobre o estado da administração da mesma Província no anno de 1857. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858. (p. 114)

<sup>4</sup> Ato nº 123 de 31 de outubro de 1854. In STRAUBE, Ernani Costa. Do Licêu de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná. Curitiba: Fundepar, 1993. (p. 13) e Correspondência do Inspetor interino da Thezouraria de Fazenda ao Presidente da Província Zacarias Goes e Vasconcellos em 15 de dezembro de 1954. Apud CURITIBA. Boletim da PMC. Prefeitura Municipal de Curitiba. Ano II, Número 8. Curitiba: março e abril de 1943. (p. 63)



para outra parte, de estimularem-se reciprocamente, relacionando-se uns com outros, e estabelecendo certa permuta de ideias, e esse contacto, que faz polir os estudantes e adiantar os seus conhecimentos. Foi nesse pressuposto que mandei dar princípio á construção do edificio, e conto com a vossa aprovação.<sup>5</sup>

Mapa 01: Curitiba em 1857



Restaram poucas informações sobre o edifício do liceu: um único pavimento, 990m<sup>2</sup> de área construída, cinco salas e fachada principal voltada para a então Rua da Assembléia, com dez janelas e uma porta central de acesso (Figura 02).<sup>6</sup> O ensino secundário estava dividido em cinco anos e em seu programa constavam dez matérias<sup>7</sup>, o que permite supor que o número de ambientes do edifício atenderia à demanda classe/sala de aula estabelecida. No entanto, o liceu não apresentava pleno funcionamento, além de poucos alunos (em 1861, por exemplo, eram apenas 22 alunos distribuídos entre a 2<sup>a</sup> e a 5<sup>a</sup> classe), contava no início de suas atividades com apenas três professores<sup>8</sup>, sendo pouco provável que todas as classes funcionassem simultaneamente. Devido a este fato e a limitações financeiras, além da atividade

<sup>5</sup> PARANÁ. Província. 1855. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855. (p. 57-58)

<sup>6</sup> CASTRO, Elizabeth Amorim de; IMAGUIRE, Marialba Rocha Gaspar. Ensaios sobre a Arquitetura em Curitiba - 2. Colégios e Educandários. Curitiba: Edição das Autoras, 2006. (p. 44)

<sup>7</sup> Artigos 2º e 3º do Regulamento da Instrução Primária. PARANÁ. 1858. Regulamento nº 3, de 10 de junho de 1858. Apud MIGUEL, Maria Elisabeth Blank; MARTIN, Sonia Dorotea (org). Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4138>. Acesso em 12 de junho de 2008. (p. 89)

<sup>8</sup> STRAUBE, E. C. Do Licéu de Curitiba... 1993. (p. 14-19)

pedagógica, o edifício abrigou outras instituições: a Tesouraria Provincial, a Inspetoria-Geral de Instrução Pública e a Biblioteca Pública.<sup>9</sup> A múltipla utilização de um edifício público era prática corrente em todo o Brasil naquele momento.

A Biblioteca Pública foi instalada em 25 de fevereiro de 1859 e, naquele momento, possuía 294 livros, distribuídos em quatro estantes, e “uma mesa com doze cadeiras para consulta”.<sup>10</sup> O quadro de funcionários públicos era pequeno, o bibliotecário acumulava a função de subinspetor do liceu, cuja administração e direção era exercida pelo Inspetor-geral de Instrução Pública.<sup>11</sup>

Atividades distintas dividindo o mesmo espaço e compartilhando funcionários e edifícios de funções diferentes concebidos da mesma forma indicam que, na metade do século XIX, a especificidade do edifício escolar não estava tão delimitada. O programa desta escola foi constituído apenas por salas de aula, sem a inclusão de ambientes de apoio e administrativos. O que diferenciaria o local de reuniões dos deputados, da tesouraria, da biblioteca ou ainda das salas de aula do liceu era, possivelmente, as dimensões. A demanda imposta ao projeto foi um *edifício suficientemente vasto* capaz de reunir todas as aulas *em uma só casa*. O alto custo de funcionamento aliado ao número reduzido, à frequência irregular e aos baixos índices de aprovação dos alunos justificou, em 1869, a desativação do Liceu de Curitiba, permanecendo no edifício, no entanto, os outros serviços.<sup>12</sup>

Um quarto de século se passou para que um novo edifício escolar fosse construído no Paraná. A escola de primeiras letras, inaugurada em 3 de dezembro de 1882, foi edificada em terreno doado pelo Comendador Antônio Martins Franco, situado na então Rua Aquidaban (hoje Rua Emiliano Perneta), no centro de Curitiba. Em 6 de maio de 1882, Carlos Augusto de Carvalho, à frente do governo da Província, iniciou a obra, administrada pelo Capitão Evaristo Cícero de Moraes e custeada por donativos particulares.<sup>13</sup>

No dia 3 de dezembro do anno passado inaugurou-se a primeira casa escolar na província do Paraná.

O edificio que mandei construir na Rua Aquidaban, desta capital, no terreno que me offereceu o commendador Antonio Martins Franco, é apenas, como já tive occasião de dizer, um protesto contra o estado da instrucção publica.

<sup>9</sup> CASTRO, E. A. Ensaio sobre a Arquitetura em Curitiba... 2006. (p. 44)

<sup>10</sup> STRAUBE, Ernani Costa. Biblioteca Pública do Paraná: sua história. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006. (p. 24-28)

<sup>11</sup> PARANÁ. 1858. Regulamento nº 3, de 10 de junho de 1858. Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org.). Coletânea da Documentação... 2004. (p. 89)

<sup>12</sup> STRAUBE, E.C. Do Liceu de Curitiba... 1993. (p. 19) e RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovio Corrêa da. Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular e a equiparação do Ginásio Paranaense ao congêneres federal. In Revista do Centro de Educação. Volume 31, nº 1. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2006. Disponível no endereço eletrônico: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/r9.htm>. Acesso em 7 de abril de 2009.

<sup>13</sup> PARANÁ. Província. 1882. (p. 89)

Os cofres provinciaes não despenderão um só real com a construcção do edificio.  
Obtive donativos que cobrirão toda a despesa na importância de Rs. 15:064\$213.  
Esta escola não está provida de tudo quanto constitue uma escola-modelo.  
Esforcei-me, porem, para dotal-la com alguns melhoramentos.  
Os banco-carteias offerecem as condições desejaveis. Para os exercicios escolares mandei vir:  
O museu escolar do Dr. Saffray;  
O necessario metrico de Carpantier;  
O contador vertico-horizontal de Chaumeil;  
Um globo terrestre.<sup>14</sup>

Em 25 de setembro de 1884, a escola da Rua Aquidaban, destinada aos meninos, recebeu a denominação de “Carvalho”, homenagem ao Presidente da Província que a edificou. Entretanto poucos anos depois, em 8 de outubro de 1888, a Escola de Desenho e Pintura foi autorizada pelo governo a utilizar as dependências da Escola Carvalho e em 30 de julho de 1889 a instituição fundada por Antonio Mariano de Lima passou a funcionar na Rua Aquidaban.<sup>15</sup> São desta época as imagens apresentadas do edifício. A Foto 03 mostra a fachada ostentando duas denominações: *Escola Carvalho* e *Escola de Artes e Industrias do Paraná*.

Tratava-se de um prédio com orientação formal eclética, concebido em bloco único e com composição apresentando como elemento principal um frontão triangular sobreposto a três dos cinco vãos existentes - a porta e as duas janelas adjacentes, demarcando a entrada da escola. Embora todo o conjunto mostre um tratamento formal mais elaborado, pode-se classificá-lo como um edifício austero, de pequeno porte e valorizado principalmente pela implantação afastada dos limites do terreno, pouco utilizada no período.<sup>16</sup> A locação central destacou a escola na paisagem urbana ainda configurada pela uniformidade seqüenciada de edifícios e se constituiu numa das características mais freqüentes dos edifícios escolares paranaenses, antecipando uma prática que apenas se consolidaria no século seguinte.

O tratamento formal do conjunto exibiu pilaretes adossados nas extremidades do frontão, entablamento liso e simplificado e pertencente à ordem toscana e uma seqüência de aberturas em arcos apontados, com bandeiras fixas de elementos florais. O acesso às dependências internas era feito pela fachada frontal e pela posterior (Fotos 03 e 04). Uma pequena escadaria vencia o desnível entre o terreno e o piso interno, indicando a existência do porão alto - técnica utilizada na época para evitar o contato do piso com a umidade do solo.

---

<sup>14</sup> PARANÁ. Província. 1884. Relatório que ao Exm. Snr. Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira apresentou o Exm. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello ao passar-lhe a administração, em 22 de agosto de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884. (p. 94)

<sup>15</sup> ESCOLA DE ARTES e Indústrias do Paraná. Datas e conquistas principaes do estabelecimento. Quadro comemorativo. Curitiba, 31 de dezembro de 1891.

<sup>16</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1983. (p. 33-51)

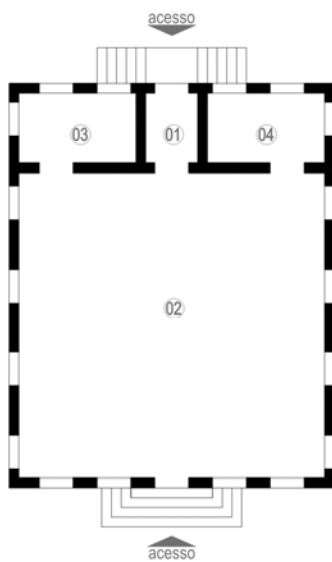


Foto 03: Escola Carvalho, em Curitiba, como sede da Escola de Artes e Indústrias do Paraná - 1891



Foto 04: Escola Carvalho, em Curitiba - 1891. Fachada posterior

Figura 03: Planta do pavimento térreo da Escola Carvalho, em Curitiba



- 01 vestíbulo
- 02 sala de aula
- 03 gabinete do professor
- 04 vestiário

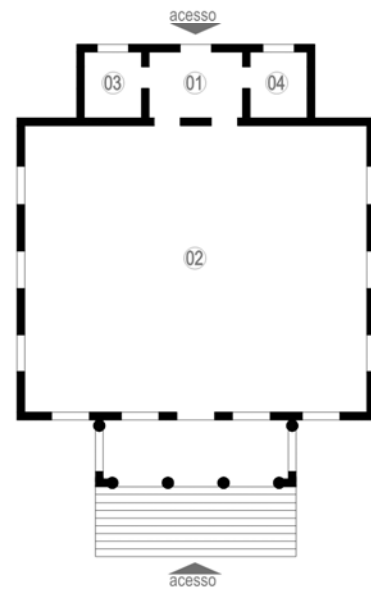


Figura 04: Planta do pavimento térreo da Escola Oliveira Bello, em Curitiba

Foto 05: Escola Oliveira Bello, em Curitiba - década de 1920



O projeto arquitetônico inicial não foi encontrado, somente um levantamento realizado em 1905, data em que o edifício já tinha passado por duas reformas.<sup>17</sup> Mesmo assim, a planta desenhada posteriormente corroborou com a matéria da Gazeta Paranaense, em 9 de dezembro de 1882, que indicou a existência de um único salão, palco dos discursos e da entrega de medalhas já citados.<sup>18</sup> Outros três ambientes foram relacionados: sala de espera, portaria e zeladoria e secretaria e arquivo.<sup>19</sup>

Em 15 de agosto de 1882 foi iniciada a construção de outro edifício escolar em Curitiba.

Na mesma rua do Aquidaban e em um terreno que me foi oferecido para a instrução publica pela Exma. Sra. D. Escholastica Joaquina de Sá Ribas Franco, viuva do Exm. Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, mandei no dia 15 de Agosto d'este anno começar uma outra casa escolar para meninas. É meu intento levantar-a com donativos das senhoras paranaenses. Embora por falta de tempo, ainda não tenha podido solicitar tão gentil concurso, já a Exma. Sra. D. Francisca Corrêa Alves de Araújo, esposa do Snr. Commendador Antonio Alves de Araújo, contribuiu com 500\$000 e a Exma Sra. Baronesa de Guaraúna mandou pôr á minha disposição igual quantia.

Tendo fundada esperança que os cofres provinciaes não serão postos em contribuição.

O novo edifício não gastará mais de 12:000\$000 e por sua elegancia há de trahir a origem dos donativos. Está encarregado da administração das obras o Tenente coronel Antonio Ricardo Lustosa de Andrade.<sup>20</sup>

Foi Brazilio Augusto Machado de Oliveira, como Presidente da Província, que inaugurou a escola, em 28 de setembro de 1884, batizada de “Oliveira Bello”, homenagem ao Presidente da Província que coordenou a sua construção (Luiz Alves de Oliveira Bello, 03/09/1882 a 05/06/1884). A escola, também destinada ao ensino primário, manteve a implantação afastada dos limites do terreno, a elevação do solo e a escadaria de acesso centralizada. O edifício apresentou uma justaposição de três volumes, o principal - correspondente à sala de aula - foi centralizado, sendo antecedido e sucedido por outros dois, com tratamento distinto, que definiram o acesso principal (em pórtico) e os ambientes de apoio, respectivamente (Foto 05 e Figura 04).

A composição de linguagem eclética contou com entablamento trabalhado com frisos e dentículos, sobre o qual foi colocada a platibanda e pórtico com três colunas sustentando arcos plenos. O programa arquitetônico e a configuração espacial possuíram semelhanças com a Escola Carvalho: uma sala de aula na frente do edifício e, nos fundos, o vestiário para alunos e o gabinete do professor, intermediados por um vestíbulo (Figuras 03 e 04). Foi maior o apuro formal deste edifício se comparado ao

---

<sup>17</sup> Em 1895 e 1903. Apud ESCOLA CARVALHO - Histórico. Curitiba, sem data. 2 f. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 42.

<sup>18</sup> PRIMEIRA CASA ESCOLAR. Jornal Gazeta Paranaense. Curitiba, sábado, 9 de dezembro de 1882. (p.2)

<sup>19</sup> ESCOLA DE ARTES... 1891.

<sup>20</sup> PARANÁ. Província. 1882. (p. 89)

anterior, a ornamentação ficou mais evidente e a presença do pórtico delimitado por arcos proporcionou delicadeza ao conjunto.

Foto 06: Escola de Antonina - 1917



Nesse momento, foram construídos edifícios escolares nas principais cidades paranaenses. Em Antonina, a edificação, destinada às escolas do sexo masculino, foi iniciada em 15 de agosto de 1885 e sua inauguração ocorreu no final do mesmo ano (Foto 06). Em 1912, recebeu a denominação de Brasília Machado.<sup>21</sup> Em relação a esta escola, Carlos Augusto de Carvalho escreveu:

Em Janeiro deste anno [1883] quando estive nessa cidade sugeri a idea de aproveitar-se os alicerces destinados a cadêa para a construcção de uma casa escolar.

Acceita a minha indicação, mandei organizar os planos, que remetti já a camara municipal, e nomeei uma commissão para agenciar donativos e encarregar-se da direcção das obras que devem ser feitas com a parte do imposto predial destinada á instrucção publica, com o donativo de Rs. 500\$000 feito por S.M. o Imperador e com donativos particulares.<sup>22</sup>

O projeto arquitetônico original não foi encontrado, mas a Foto 06 mostra um edifício muito semelhante às escolas de Paranaguá e da Lapa (Fotos 07 e 08). O partido estruturou-se em bloco único, emoldurado por platibanda, com porão alto, com a presença de escadaria e acesso centralizado nas duas extremidades dos edifícios. Todas eram construções típicas do final do século XIX, de ornamentação contida e marcada pela seqüência de aberturas em arco pleno. O diferencial foi novamente a implantação solta dos limites do terreno.

<sup>21</sup> PARANÁ. Governo. 1888. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 29 de dezembro de 1888 pelo Presidente da Provincia o exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Typ. Da Gazeta Paranaense, 1888. (p. 108-109) e ESCOLA BRASÍLIO MACHADO. Curitiba, sem data. 4 f. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5036.

<sup>22</sup> PARANÁ. Provincia. 1884. (p. 95)



Foto 07: Escola Faria Sobrinho, em Paranaguá - sem data

Figura 05: Planta do pavimento térreo da Escola Faria Sobrinho, em Paranaguá

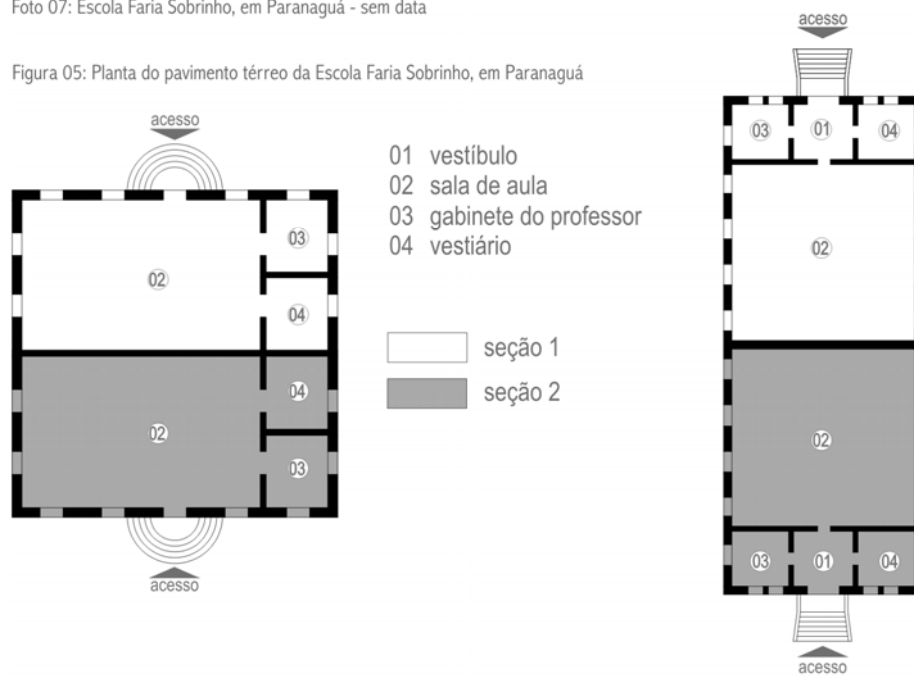


Figura 06: Planta do pavimento térreo da Escola Manoel Pedro, na Lapa

Foto 08: Escola Manoel Pedro, na Lapa - sem data





Foto 09: Escola Tiradentes, em Curitiba - sem data

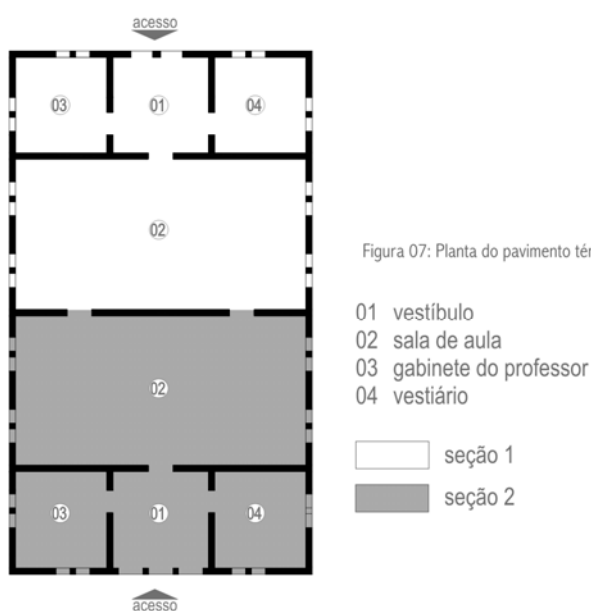


Figura 07: Planta do pavimento térreo da Escola Tiradentes, em Curitiba

Desde 1896, houve registros da intenção do Governo do Paraná em construir uma escola na Rua do Serrito (hoje Presidente Carlos Cavalcanti), em Curitiba, inaugurada somente em 8 de fevereiro de 1895.<sup>23</sup> Projetado por técnicos da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonisação<sup>24</sup>, a Escola Tiradentes foi o exemplar de maior elaboração formal deste conjunto. Mesmo com partido semelhante ao das escolas de Antonina, Lapa e Paranaguá, apresentou ornamentos pouco comuns. O edifício, eclético e em bloco único (Foto 09), possuía acesso centralizado e elegante arcada com três vãos definindo um vestíbulo aberto (loggia). Completa o tratamento diferenciado da entrada, um frontão com um medalhão central ladeado por estátuas sobre a platibanda

<sup>23</sup> CASTRO, Elizabeth Amorim de. Os primeiros edifícios escolares de Curitiba. In LEAHY Anthony (Org.). Curitiba 316 anos de história, tradição e identidade. Curitiba: Instituto Memória, 2009. (p.44-55)

<sup>24</sup> PARANÁ. 1894. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do Paraná pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Secretario d'Estado do Negocios das Obras Publicas e Colonisação. Curitiba, Typ. D'ARepublica, 1894.



que contornou o edifício. A composição, elegante e original, ainda contou com janelas duplas, estreitas e finalizadas em arco pleno e pilaretes canelados e adossados marcando o ritmo vertical. Esta escola possuía duas salas de aula (Figura 07),<sup>25</sup> cada uma com um vestíbulo e duas saletas.

De forma geral, todos os edifícios escolares estavam parcialmente em conformidade com os Regulamentos de 1883 e 1884. Em relação ao programa arquitetônico, atendiam a determinação de escolas separadas para meninos e meninas - se não houvesse possibilidade de edifícios distintos, que se fizessem acessos diferentes.

Lei nº 734, de 22 de outubro de 1883: Determina a construção de casas escolares

Artigo 2º: em cada uma das localidades de que trata o art. antecedente, serão edificadas sucessivamente duas casas escolares para cada sexo, salvo se forem ambas edificadas com entradas em frentes diversas e incomunicáveis.<sup>26</sup>

Além das salas de aula, as escolas possuíam, conforme a norma de 1884, um vestíbulo, um vestiário para alunos e um gabinete para o professor (Artigo 4º, §2º).<sup>27</sup> As instalações sanitárias foram edificadas separadamente, quase sempre no fundo do terreno. No entanto, o ginásio ou avarandado coberto, determinado pelo Artigo 4º, §2º, item 4<sup>28</sup>, não foi colocado em nenhuma escola. Quanto à implantação, apresentaram afastamento dos limites do terreno, com um *jardim em roda* e o *pátio ao fundo* - (Artigo 4º, § 2º do Ato nº 287 de 1884)<sup>29</sup> - posicionamento que garantia adequada insolação e ventilação em todo o perímetro do edifício, tornando-se um diferencial na paisagem urbana. As escolas paranaenses aqui analisadas foram construídas em alvenaria de tijolos estrutural, afastadas do solo e com cobertura em telha de barro.

O conjunto de edifícios escolares produzido no final do século XIX (Tabela 01, Anexos, página 349) apresentou, portanto, semelhanças de partido, de programa, de técnica construtiva e de linguagem formal, sendo coerente com a demanda pedagógica e obedecendo os ditames higienistas previstos na legislação em vigor. Caracterizaram-se pela racionalidade construtiva, austeridade e contenção formal, atendendo aos princípios de *conveniência* e a *economia* defendidos por Jean-Nicolas Louis Durand, o que resultaria na adequação e beleza das obras.<sup>30</sup>

<sup>25</sup> ESCOLA TIRADENTES. Jornal A Republica. Curityba, 10 de fevereiro de 1895. Anno X, Nº 35. (p.2)

<sup>26</sup> Apud MIGUEL, Maria Elisabeth Blank; MARTIN, Sonia Dorotea (org). Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4138>. Acesso em 12 de junho de 2008. (p. 366-367)

<sup>27</sup> PARANÁ. 1884. Ato nº 287, de 14 de outubro de 1884: Regulamento para a construção de casas escolares (p. 401-402). Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004.

<sup>28</sup> PARANÁ. 1884. Ato nº 287... In MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004. (p. 401-402)

<sup>29</sup> PARANÁ. 1884. Ato nº 287... In MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004. (p. 401-402)

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. A Construção de um Método para a Arquitetura. Procedimentos e Princípios em Vitruvio, Alberti e Durand. São Paulo: 2002. (p. 88)

## 3.2 Período: Primeira República

### 3.2.1 Os primeiros edifícios escolares republicanos

Tendo como parâmetro a experiência paulista de implantação da escola graduada, Francisco Xavier da Silva iniciou a reestruturação da instrução pública no Paraná com a construção de dois importantes edifícios escolares em Curitiba. O Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva (Fotos 10 e 11), destinado à educação primária e inaugurando o sistema de escola graduada, e o Ginásio Paranaense, para abrigar o ensino secundário (Fotos 12 e 13).<sup>31</sup>

O primeiro grupo escolar de Curitiba foi projetado por Cândido Ferreira de Abreu, engenheiro civil formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.<sup>32</sup> O partido arquitetônico estruturou-se na definição de partes com funções, atividades e tratamento plástico diferentes que, reunidas, formavam o conjunto edificado, como pregava o método projetual de Durand. Implantado no alinhamento predial e em terreno de esquina, o conjunto foi composto de um núcleo central, que abrigou o acesso principal, e duas alas com salas de aula, com configuração final em “L”.<sup>33</sup>

O núcleo central foi valorizado: a localização na esquina, a altura maior e o avanço em relação às alas laterais demarcaram sua importância, realçada pela presença de ornamentação apurada: frontispício, com cornija, frontão, frisos e dentículos, além de colunetas e pilaretes com capitel com folhas de acanto - elementos de ordem coríntia, a qual ocupa no vocabulário arquitetônico clássico a posição hierárquica mais elevada. A sua utilização indicou a importância do edifício, que marcou o início da escola graduada no Paraná. Os vãos foram diferenciados: o central, único e em arco abatido, formou um conjunto com a placa de identificação da escola e o frontão principal; os laterais, com janelas duplas de verga reta.

---

<sup>31</sup> Para maiores detalhes ver Capítulo 3 de CASTRO, E. A. *Ensaio sobre a Arquitetura em Curitiba...* 2006. (p. 31-42)

<sup>32</sup> PARANÁ. 1904a. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1903. Curitiba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1904a. (p. 8)

<sup>33</sup> O edifício situado na esquina das Ruas Marechal Floriano Peixoto e Silva Jardim, acompanhou a linha construtiva de toda a quadra, denotando a preocupação urbanística de seu projetista.



Foto 10: Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba - sem data

Figura 08: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba

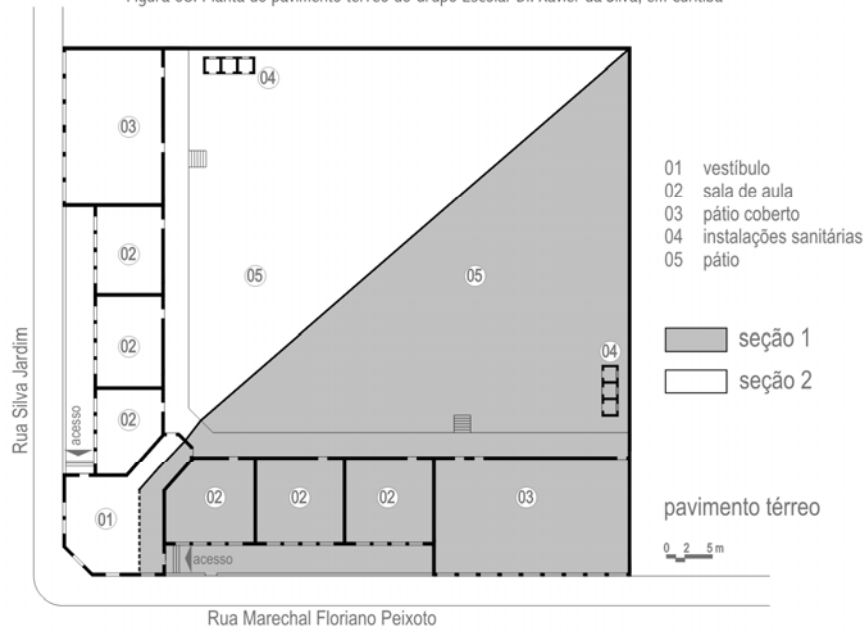
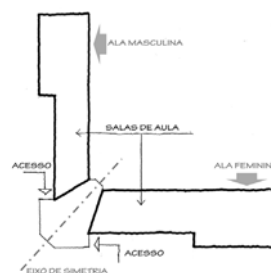


Foto 11: Alunos no pátio interno do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba - 1924



As alas laterais foram marcadas pelo ritmo contínuo das aberturas, em arco pleno, e pela presença do telhado, aparente pela pouca altura da platibanda. Em relação à organização espacial, cada ala abrigou três salas de aula e área de recreio coberta - o que permitiu a separação completa de meninos e meninas, tanto no período de aulas como na entrada e saída - característica encontrada na Escola Normal de São Paulo e nos grupos escolares paulistas. A Figura 08 mostra que a divisão espacial se estendeu ao pátio externo: um muro de madeira, freqüente nas escolas paulistas, delimitou as seções feminina e masculina.

A tipologia em "L", voltada para as faces externas do terreno, permitiu o desenvolvimento do edifício a partir de um eixo de simetria (localizado na diagonal do terreno - esquema ao lado) e definiu um pátio interno, protegido do movimento e dos olhares da rua, como nas escolas jesuíticas. A demarcação externo/interno também se evidenciou pelo tratamento austero recebido pelas fachadas voltadas para o pátio (Foto 11), que não possuíam ornamentação, apenas a seqüência das portas das salas de aulas, em contraponto com o apuro formal das fachadas externas.



Os ambientes administrativos não constaram do projeto inicial. A sala do diretor só veio a ser incorporada ao edifício em 1913, quando o vestíbulo, localizado na área central, foi dividido.<sup>34</sup> As instalações sanitárias situavam-se fora do corpo do edifício, uma para cada seção. O edifício foi construído em alvenaria de tijolos e apresentou porão alto, condizente com a técnica construtiva do período.

A presença de áreas cobertas para recreação nas extremidades do edifício deve ser destacada, uma vez que não foi uma característica encontrada nas escolas paulistas, embora já estivesse relacionada no programa arquitetônico dos grupos escolares franceses da época.<sup>35</sup> Esse ambiente só veio a consolidar-se na escola durante a década de 1950 com a incorporação nos programas do recreio coberto. Trata-se, portanto, de um importante diferencial do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, que, infelizmente, não se reproduziu nas demais escolas construídas no período.

O primeiro grupo escolar no Paraná apresentou um programa arquitetônico de necessidades simplificado e uma ordenação espacial e linguagem formal singulares. No entanto, se um grupo escolar tinha como requisito a presença de um diretor, por que o

<sup>34</sup> PARANÁ. 1913. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo. Anno de 1913. Curityba: Impressora Paranaense, 1913. (p. 106)

<sup>35</sup> TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique*. Vol. IV: Types de constructions diverses. Paris: H. Chairgrasse fils, [s.d]. (p. 7-8) e GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture*. Livre VIII. Les Éléments de la composition dans les édifices d'enseignement et instruction publique. Paris: Librairie de la Construction Moderne, 1909. (p. 218-219)

edifício do Dr. Xavier da Silva não possuía este ambiente? Se para atender plenamente o programa de um grupo escolar a escola deveria contar oito salas de aula (quatro para meninos e quatro para meninas)<sup>36</sup>, por que o edifício do Dr. Xavier da Silva só tinha seis?

Victor Ferreira do Amaral e Silva afirmou que o edifício atendeu a “todas condições técnicas exigidas para obras deste gênero”.<sup>37</sup> O fato da adequação do edifício não deve surpreender, pois seguramente o então Diretor de Instrução Pública do Paraná participou da elaboração do programa arquitetônico de necessidades, que, em princípio, levou em consideração critérios como a legislação vigente, o atendimento às atividades que ali seriam desenvolvidas e as possibilidades financeiras e administrativas. Ou seja, pode-se supor que não havia diretor e, conseqüentemente, não era necessário um gabinete destinado à direção da escola.<sup>38</sup> Quanto às salas de aula, a justificativa pode ser dada pelo número de alunos cursando as duas últimas séries ou pela carência de professores, já que seria “uma [sala de aula] para a 1ª série do primeiro grau, uma para a 2ª série do 1º grau e a 3ª para ambas as séries do 2º grau”.<sup>39</sup> O Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, ao ser projetado e construído, como qualquer outra obra de arquitetura, atendeu às demandas específicas do lugar, do programa e da construção<sup>40</sup>, dentro dos princípios de *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas*, defendidos por Vitruvius. Desta forma, foi a expressão material e simbólica de uma demanda pedagógica, higienista e política específica e como tal, não poderia ser uma simples transposição de um programa ou de um esquema espacial.

O grupo escolar de Curitiba iniciou o processo de construção sistematizada de casas escolares na cidade.

E, a propósito de grupos escolares de que sou apologista entusiasta, lembro a necessidade de irem-se criando paulatinamente nas principais cidades do Estado.

---

<sup>36</sup> A alínea A do Artigo 1º e o parágrafo único do Artigo 21º do Decreto nº 93, de 11 de março de 1901 definem estes condicionantes. Apud PARANÁ. 1910. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Apud PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1910. (p. 6-74)

<sup>37</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Pública do Estado. Apud PARANÁ. 1903. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1902. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1903. (p.8)

<sup>38</sup> Um indicativo desta situação foi relatado pelo Delegado Fiscal da 1ª Circumscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, em 27 de dezembro de 1907. Ao descrever a escola, Laurentino citou os nomes dos professores, mas não houve menção sobre a direção da escola - Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Director Geral da Instrução Pública pelo Delegado Fiscal da 1ª Circumscrição Escolar, Dr. Laurentino de Azambuja, em 27 de dezembro de 1907 (anexo, p. 57-68). Apud PARANÁ. 1908. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretario d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 1908.

<sup>39</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Pública do Estado, em 31 de Dezembro de 1903. Apud PARANÁ. 1904. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e anexos, em 31 de dezembro de 1903. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1904. (p. 3-19)

<sup>40</sup> MACIEL, Carlos Alberto. Arquitetura, projeto e conceito. In *Arquitextos*, nº 211. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/arq211.asp>. Acesso em 4 de dezembro de 2006.

Na Capital já temos tres meios grupos, cada um com duas escolas de series ou grãos diferentes: na Escola Tiradentes, na Escola Oliveira Bello e na Escola Carvalho. Há apenas, por em quanto, um grupo completo em construção - o Grupo Escolar Xavier da Silva.<sup>41</sup>

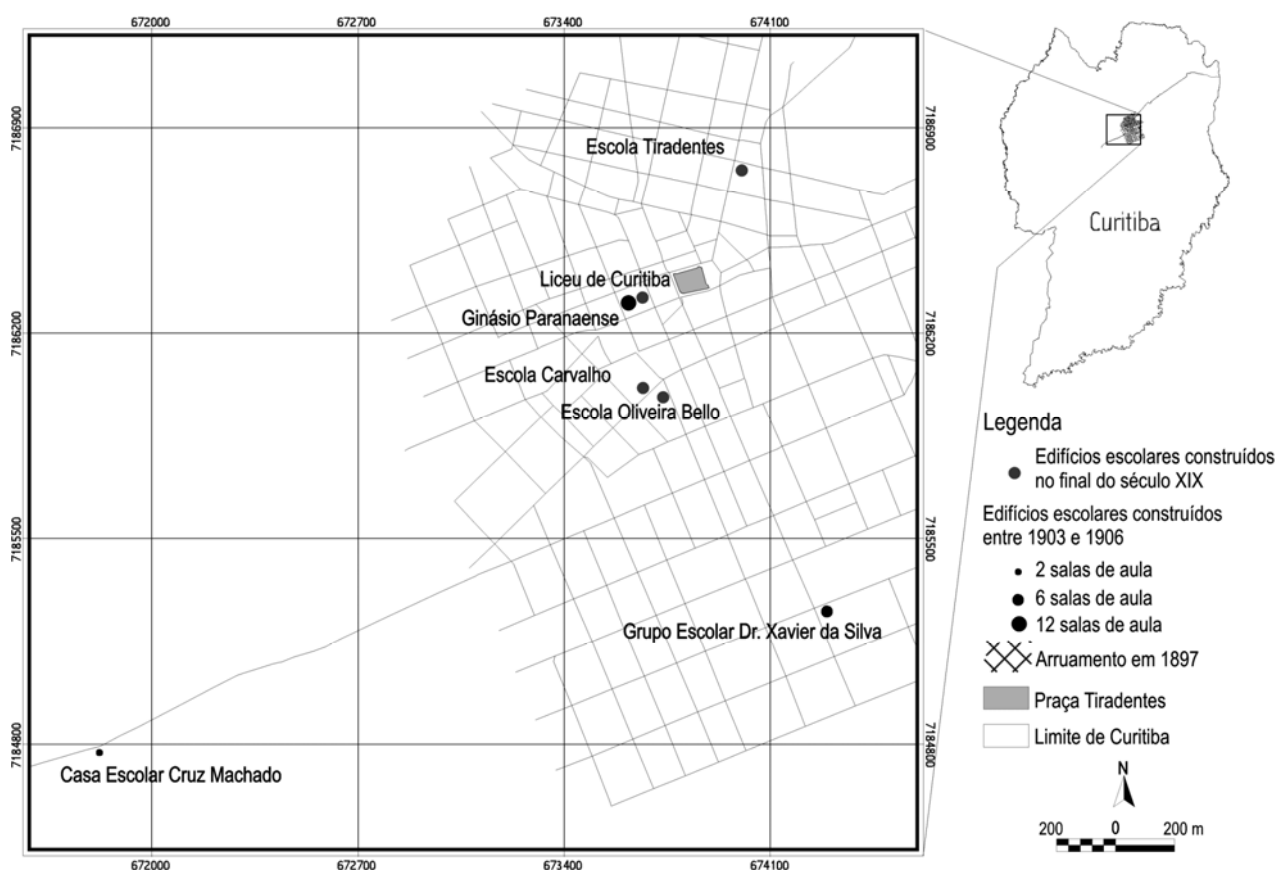
Um dos escolhos para a boa distribuição das escolas, não só nas cidades como nos pequenos povoados, continua a ser a falta de predios apropriados, dificuldade que só será saneada quando o Estado puder mandar construir casas escolares adequadas nos lugares mais convenientes.

Muitos quarteirões e mesmo bairros ficam privados das escolas, a que por sua população tinham direito, pela falta de casa para o funcionamento das aulas.

Tal inconveniente só poderá ser sanado, quando o erario publico dispuzer de recursos suficientes para a construção de casas escolares em profusão.<sup>42</sup>

A localização do Grupo Dr. Escolar Xavier da Silva, distante das escolas existentes, contribuiu para a melhor distribuição destes edificios na cidade (Mapa 02).<sup>43</sup> A região em que foi implantada estava próxima à estação ferroviária e a atividades secundárias e terciárias, as quais impulsionaram uma ocupação urbana que, se não era densa, já demandava a presença de uma escola.

Mapa 02: Edifícios escolares construídos em Curitiba até 1906



<sup>41</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de Dezembro de 1903. Apud PARANÁ. 1904. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica e anexos, em 31 de dezembro de 1903. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1904. (p. 3-19)

<sup>42</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de Dezembro de 1902 (p. 36-43). Apud PARANÁ. 1903. (p. 11-12)

<sup>43</sup> Este edificio situa-se à Av. Silva Jardim, 613, no Bairro do Rebouças, em Curitiba. A escola permanece em atividade sob a denominação de Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva.

O segundo edifício escolar construído no Paraná no início do século XX foi destinado ao Ginásio Paranaense e à Escola Normal.<sup>44</sup> Entre 1876 e 1904, as duas instituições compartilharam o mesmo espaço físico em um prédio da Rua Aquidaban, reformado para abrigar as atividades pedagógicas.<sup>45</sup> Ginasianos e normalistas tinham aulas juntos, situação que Victor Ferreira do Amaral e Silva desaprovava, mas que era mantida pela impossibilidade de manter espaços físicos distintos e aumentar os honorários dos professores, que duplicariam suas horas em sala de aula.<sup>46</sup>

Diante da precariedade do espaço físico, foi elaborado o projeto arquitetônico da nova sede Ginásio Paranaense e da Escola Normal por Affonso Teixeira de Freitas, engenheiro e professor de geometria e trigonometria.<sup>47</sup> A pedra fundamental da obra do Ginásio Paranaense e da Escola Normal foi assentada em 3 de maio de 1903 e, em menos de um ano, no dia 24 de fevereiro de 1904, inaugurado o novo edifício.

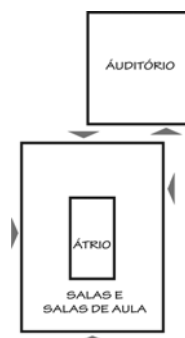
Este anno assignalou-se pela transferencia do Gymnasio e Escola Normal para o sumptuoso edificio, erecto á rua Borges de Macedo.

Os ensinos secundario e normal muito lucraram com este facto, pois as acanhadas dimensões do Gymnasio velho, muito mal comportavam o grande número de alumnos matriculados em ambos os cursos.

Fiz a distribuição das salas do novo predio, destinando-as a fins diversos: directoria, Secretaria, congregação, aulas, etc. e como sobrassem compartimentos amplos sem occupação no momento julguei de utilidade a installação de duas escolas primarias para o ensino pratico de pedagogia aos alumnos da Escola Normal, e de accordo com o Governo e o director da Bibliotheca Publica foi tambem para ahi transferida a mesma Bibliotheca, que hoje se acha installada em dous vastos salões.

As condições do edificio prestam-se admiravelmente para a separação dos sexos, de modo que sómente em aula encontram-se alumnos e alumnas.<sup>48</sup>

Teixeira de Freitas projetou dois edifícios, implantados assimetricamente no terreno (esquema ao lado). O bloco principal, voltado para a Rua Borges de Macedo e com dois pavimentos, abrigou as atividades pedagógicas e administrativas das escolas e a Biblioteca Pública e o outro foi destinado ao auditório.<sup>49</sup>



<sup>44</sup> Para maiores detalhes ver Capítulo 4 de CASTRO, E. A. Ensaios sobre a arquitetura... 2006. (p. 43-52)

<sup>45</sup> STRAUBE, E.C. Do Licêu de Coritiba.... 1993. (p. 23)

<sup>46</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de Dezembro de 1902 (p. 36-43). Apud PARANÁ. 1903. (p. 40) e Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de Dezembro de 1903 (anexo). Apud PARANÁ. 1904. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica e anexos, em 31 de dezembro de 1903. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1904. (p. 15-16)

<sup>47</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de Dezembro de 1902 (p. 36-43). Apud PARANÁ. 1903. (p. 39-40)

<sup>48</sup> Relatório apresentado por Reinaldo Machado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, 31 de dezembro de 1904 (p. 47-52). Apud PARANÁ. 1905. Relatório da Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica e Anexos - 1904. Curitiba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1905. (p. 49)

<sup>49</sup> Este edifício situa-se à Rua Ébano Pereira, 240, Centro, em Curitiba e foi tombado pelo Patrimônio Estadual, em 1977, sob o número 58-II. Atualmente abriga a Secretaria de Estado da Cultura. Fonte: OLIVEIRA LYRA, Cyro Ilídio; PARCHEN, Rosina Coeli Alice; LA PASTINA FILHO, José. ESPIRAIS DO TEMPO: bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

A planta do edifício principal, de dois pavimentos, foi estruturada num bloco único de formato retangular, com salas distribuídas simetricamente em torno de um átrio, com iluminação zenital (Figura 09).

Volumetricamente o edifício apresenta-se como uma caixa, com o telhado encoberto por platibanda em todo o perímetro. A composição ganha movimento pela presença de uma torre implantada na fachada frontal (Foto 12), recurso que divide a fachada em três partes verticais, segundo a estruturação clássica da arquitetura. Enquanto o edifício principal conta com dois pavimentos demarcados por cornijas, a torre possui três. É ela que define o acesso principal no térreo, o balcão no pavimento superior e o nicho do relógio, inserido em moldura de alvenaria na parte frontal deste conjunto. Colunas jônicas estão presentes na torre e no pavimento superior da fachada frontal, aqui ladeando as aberturas. Há uma clara intenção de valorização do pavimento superior, com a utilização de aberturas em arco pleno neste e em verga reta no térreo; do jônico sobreposto ao dórico; com a presença de pedestais nas colunas e de balaustres nos peitoris das janelas superiores. A rusticagem foi empregada nos dois pavimentos como ornamentação, no entanto é descontínua e não existe no porão.

As fachadas laterais também apresentam tripartição, cada qual com um conjunto de três vãos por pavimento. Duas colunas definem o módulo central e recebem após a platibanda um vaso decorativo, no centro do qual se encontra um frontão, onde ainda se lê “Gymnasio” na fachada esquerda (Foto 13). A hierarquização define uma menor valorização das fachadas laterais, com a presença de cornijas e capitéis da ordem dórica.

Há na composição uma forte filiação classicista, rígida e com a utilização conservadora dos ornamentos, indícios de que se trata de um edifício que abriga uma atividade importante, austera e nobre. Se, naquele momento, um número muito pequeno de crianças frequentava uma escola primária, o ensino secundário era ainda mais restrito e a arquitetura deveria mostrar e valorizar esse privilégio, estreitamente relacionado com o *científico*, o *técnico* e o *racional*. O relógio instalado na torre do edifício é outro signo desta importância, uma vez que existiam poucos na cidade, no início do século XX.

A técnica construtiva empregada evidenciou um padrão mais sofisticado, tanto pelo uso de materiais industrializados (o ferro e o vidro), como pela própria presença da cobertura central que exigiu um sistema estrutural diferente do usual naquele momento.



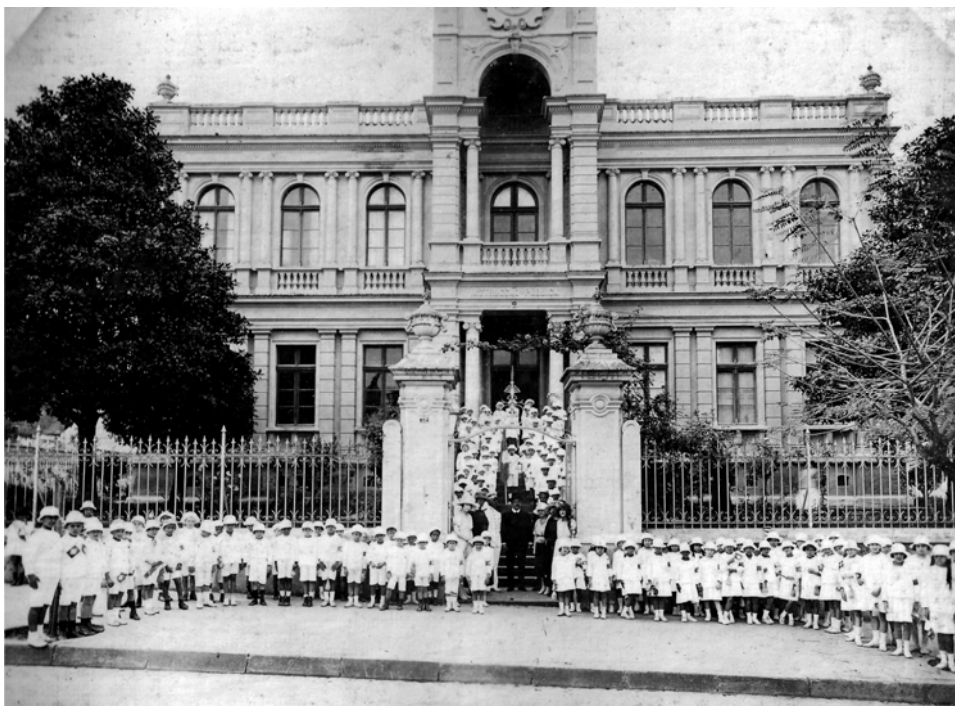
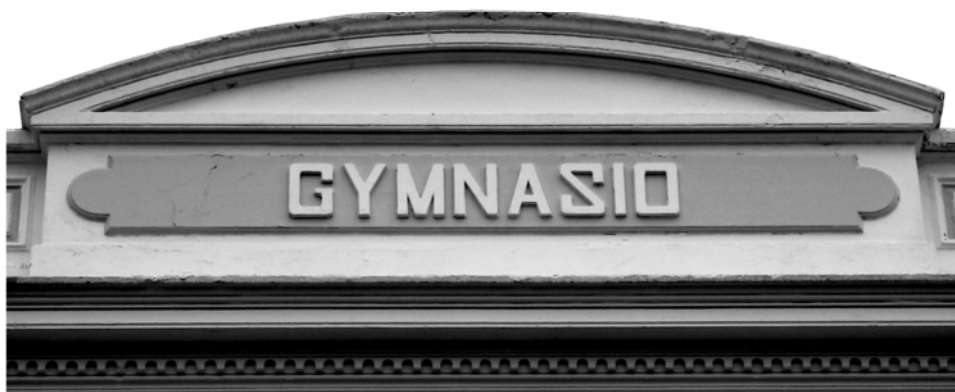


Foto 12: Ginásio Paranaense, em Curitiba - sem data

Figura 09: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Ginásio Paranaense, em Curitiba



Foto 13: Detalhe do frontão sobre o acesso secundário do Ginásio Paranaense, em Curitiba - 2006



O acesso principal destinava-se ao público em geral e os laterais aos alunos do Ginásio (à esquerda) e da Escola Normal (à direita). O primeiro foi valorizado pela sua posição central e por escadaria imponente que vence o desnível do terreno e do porão alto, com balaustres como guarda-corpo. Os demais foram alocados no alinhamento do edifício, descentralizados, e não receberam tratamento diferenciado dos demais vãos. Permaneceram, com isso, os acessos distintos para os alunos das duas instituições, assim como foram delimitados internamente os espaços de utilização e a circulação de normalistas e ginásianos.

O texto do Diretor de Instrução Pública, Reinaldo Machado, em 1904, relatou uma *sobra* de ambientes a qual permitiu a locação da Biblioteca Pública e duas escolas primárias e poderia indicar um super-dimensionamento no projeto arquitetônico. No entanto, consta no mesmo texto que, naquele momento, ainda não haviam sido instalados os laboratórios de química e física e o gabinete de história natural<sup>50</sup>, ou seja, a informação permite supor que não se tratava de excesso de salas, e sim que o ginásio e a escola normal não funcionavam de forma plena.

A possibilidade de abrigar atividades distintas daquelas planejadas inicialmente demonstrou a flexibilidade da ordenação espacial e a baixa especificidade dos ambientes originais. Uma mesma sala poderia abrigar o gabinete de história natural e a biblioteca, a diferença residia apenas no mobiliário e equipamentos utilizados. O edifício concebido para receber uma escola secundária utilizou uma solução espacial tradicional na arquitetura, freqüente em conventos e edifícios administrativos de diferentes períodos históricos. A propalada adequação espacial da nova sede estaria mais relacionada à existência dos ambientes necessários e às corretas dimensões e condições de ventilação e iluminação, do que a uma configuração específica para atividade escolar.

Tais considerações não tiram o mérito do edifício do ginásio, notável pelo seu porte, austeridade e apuro construtivo, condizente com a atenção republicana às questões de instrução pública. Naquele momento eram poucos os prédios de mesma envergadura em Curitiba: a estação ferroviária, a Catedral e as sedes da Santa Casa, do Hospício de Alienados e das Secretarias de Governo estariam nesta relação, sendo que os dois últimos exemplares eram contemporâneos. O Mapa 02 (página 190) mostra a

---

<sup>50</sup> Equipamentos cuja ausência contribuiu para a não equiparação do Ginásio Paranaense ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Relatório apresentado por Reinaldo Machado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, 31 de dezembro de 1904 (p. 47-52). Apud PARANÁ. 1905. Relatório da Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos - 1904. Curitiba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1905. (p. 49)

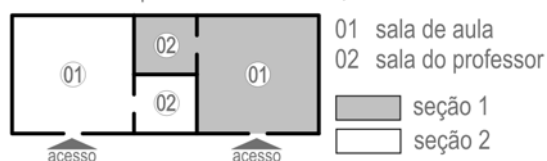
localização do Ginásio Paranaense, no mesmo terreno do antigo Liceu de Curitiba, mas voltado para a Rua Borges de Macedo.

Nos anos seguintes foram construídos três edifícios escolares: o Grupo Escolar Vicente Machado<sup>51</sup>, em Castro, o Cruz Machado, em Curitiba, e o Jesuíno Marcondes, em Palmeira.



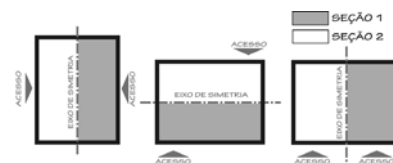
Foto 14: Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro - sem data

Figura 10: Planta esquemática do pavimento térreo do Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro



A escola em Castro, inaugurada em 29 de novembro de 1904, foi projetada e edificada pelo governo estadual, possuindo, segundo Vitor Ferreira do Amaral, “quatro escolas para dois sexos”, com “singela e elegante architectura”.<sup>52</sup> O edifício, de pequenas dimensões, concebido em bloco único e composição simétrica (Foto 14), apresenta apuro formal pela presença de fachada principal com tripartição definida por pedras angulares, pelo ritmo das aberturas e por um pequeno ressalto da parte central, onde se

encontrava um frontão triangular com o nome da escola. Os vãos em arco pleno foram emoldurados. Os acessos às salas de aula eram feitos diretamente por portas localizadas na fachada frontal. Nas laterais, duas janelas, em arco abatido, e de dimensões maiores que as frontais. A platibanda contornava a escola e possuía balaustres na frente. Tendo como base a Foto 14, a legislação ainda vigente e a afirmação de que se tratava de escolas para meninos e meninas foi possível esquematizar a planta da escola (Figura 10), uma vez que o projeto original não foi encontrado. Trata-se de configuração semelhante à encontrada nas seis escolas primárias construídas no final do século XIX no Paraná, com duas seções, independentes entre si, muito provavelmente compostas de *sala de aula+ambiente de apoio*, programa baseado no Regulamento para a construção de casas escolares (Ato nº 287), de 14 de outubro de 1884 (esquema ao lado).<sup>53</sup>



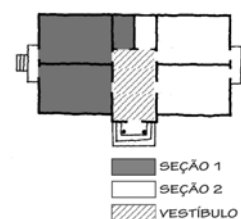
<sup>51</sup> Em 1935, a escola ganhou uma nova sede, construída pelo interventor Manoel Ribas e que será analisada na próxima seção. O antigo edifício, situado no antigo Lago do Porto passou a ser utilizado pela prefeitura da cidade. Mais tarde foi demolido e, no local, construída a nova sede do Paço Municipal.

<sup>52</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de Dezembro de 1902 (p. 36-43). In PARANÁ. 1903.

<sup>53</sup> PARANÁ. 1884. Ato nº 287, de 14 de outubro de 1884: Regulamento para a construção de casas escolares (p. 401-402). Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação... 2004.

As outras duas escolas foram projetadas por Ângelo Bottechia, arquiteto do quadro da Diretoria de Obras e Viação, e construídas entre 1906 e 1907. O Grupo Escolar Cruz Machado (Foto 15)<sup>54</sup>, em Curitiba, e o Jesuíno Marcondes (Foto 16)<sup>55</sup>, em Palmeira, têm em comum a sofisticação plástica, com uma profusão de elementos ornamentais que supera todas as escolas até aqui estudadas. Ambas apresentam configuração simétrica, em bloco único, definição dos setores masculino e feminino e, novamente, hierarquização de acessos (um central e dois secundários), tendo a primeira escola duas salas de aula e a segunda, quatro.

A ordenação espacial nos dois edifícios é idêntica, centrada num vestíbulo ao redor do qual foram locados os demais ambientes (Figuras 11 e 12). A inclusão deste ambiente representou uma grande diferença de partido arquitetônico. Mesmo sendo mantido núcleo *sala de aula+ambiente de apoio* e definidas duas seções, o espaço comum possibilita a comunicação entre as escolas e a administração centralizada (esquema ao lado).



O Grupo Escolar Cruz Machado foi implantado longe do centro da cidade, no então arrabalde do Batel, onde muitos engenhos de mate estavam instalados (Mapa 02, página 190). Uma possível justificativa da localização desta escola seria para o atendimento aos filhos dos trabalhadores das hervaterias localizadas na região.

Um novo conjunto de escolas foi construído a partir de 1910, quando Francisco Xavier da Silva governava pela terceira vez o Paraná (1908-1912). O Grupo Escolar Professor Cleto (Foto 17, página 198), em Curitiba, iniciou este processo. Localizado na Rua Visconde de Nácar, 544, o edifício apresentou um programa arquitetônico ainda mais simplificado, com apenas quatro salas de aula.<sup>56</sup> A escola, em bloco único, apresentou ordenação espacial estruturada em uma circulação transversal, que tinha nas extremidades os acessos ao edifício. Tal disposição permitiu a separação em duas seções (masculina e feminina) com duas salas de aula cada uma, como pode ser visto na Figura 13. A circulação central funcionou como um eixo de ligação entre as duas seções, com um conceito diferente do encontrado na escola de Palmeira, uma vez que não se constituía em um espaço de integração e sim em uma passagem comum.

<sup>54</sup> Localizado na Avenida Bispo Dom José, 2006 - Batel. Hoje funciona neste edifício uma delegacia de polícia.

<sup>55</sup> Este edifício situa-se à Rua Cel. Pedro Ferreira, 223 e foi tombado pelo Patrimônio Estadual, em 2004, sob o número 152-II. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEM, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. ESPIRAIS DO TEMPO... 2006.

<sup>56</sup> PARANÁ. 1910. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1910, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negócios de Obras Pública e Colonização. Curitiba: Typografia d'A Republica, 1910. (p. 40)

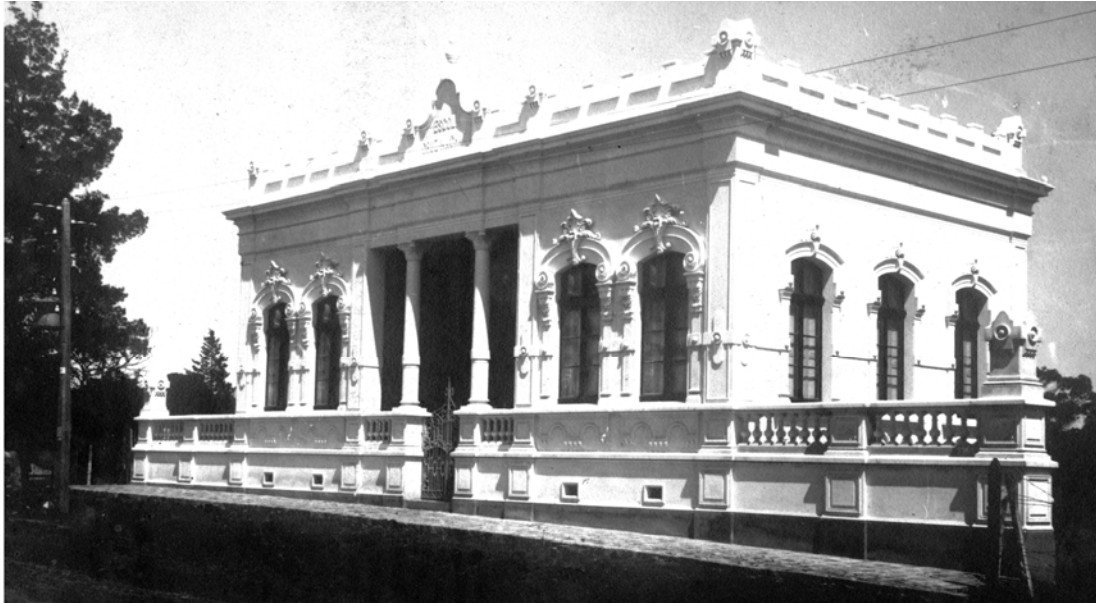


Foto 15: Casa Escolar Cruz Machado, em Curitiba - 1906

Figura 11: Planta do pavimento térreo da Casa Escolar Cruz Machado, em Curitiba

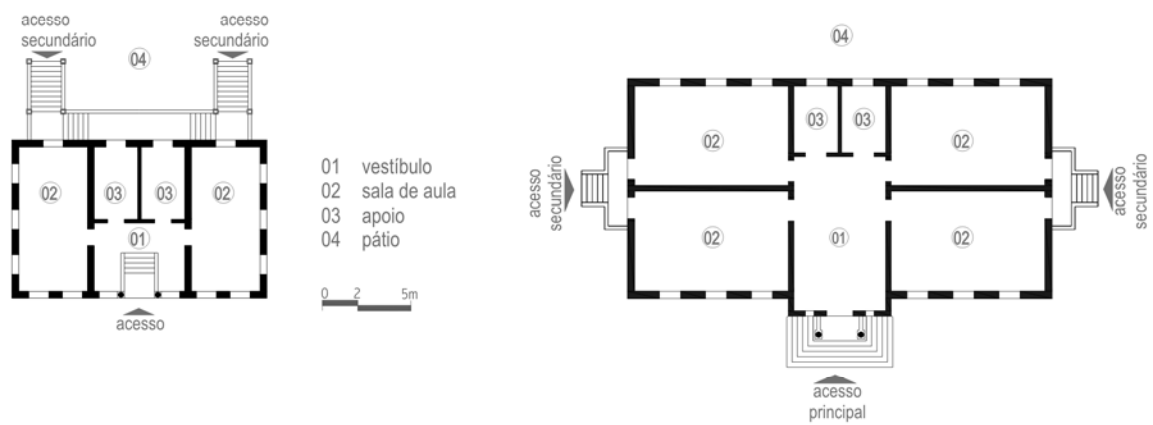


Figura 12: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira

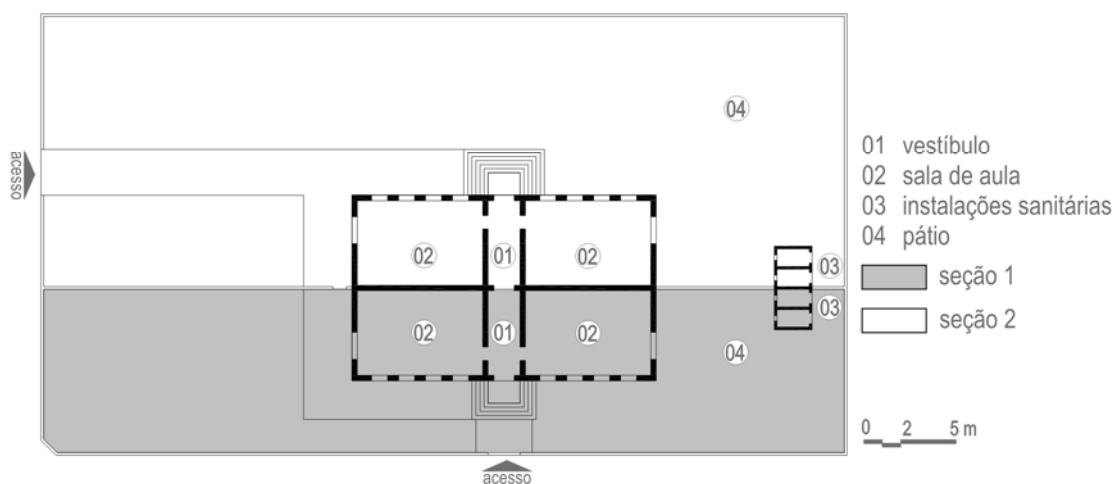
Foto 16: Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira - sem data





Foto 17: Grupo Escolar Professor Cleto, em Curitiba - sem data

Figura 13: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Professor Cleto, em Curitiba



A implantação do edifício no terreno permite compreender que a divisão não se limitava ao edifício, estando presente em todo o terreno. Como na disposição encontrada no Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, um muro separou alunos e alunas que possuíam acessos, pátios de recreação e instalações sanitárias distintas. Também merece destaque a distância que mantinham do edifício principal, sendo necessário atravessar o pátio do recreio para utilizá-las.

A fachada apresentou pouca ornamentação e apenas a entrada foi marcada com pequeno frontão. A linguagem formal contida e austera do edifício foi condizente com a concisão do programa arquitetônico e da ordenação espacial e será mantida nesta série de edifícios (Tabela 02, Anexos, página 349). Para que a política de construção de edifícios escolares fosse efetivada, a economia passou a ser uma qualidade a ser incorporada ao seu caráter, manifestado na racionalidade construtiva e na utilização de projetos padronizados. Embora nas mensagens e relatórios de governo não houvesse referência a tal recurso, foi utilizado com frequência. Outras quatro escolas construídas no período apresentaram o mesmo projeto do Grupo Escolar Professor Cleto: o Macedo

Soares, em Campo Largo, o Barão de Antonina, em Rio Negro, o Professor Raposo, em Jacarezinho, e o Izabel Branco, em Jaguariaíva<sup>57</sup> - todas concluídos em 1911.<sup>58</sup>

Outros exemplos podem ser dados. O Grupo Escolar Dias da Rocha, em Araucária, o Manoel Eufrásio, em Deodoro (hoje Piraquara), o Conselheiro Zacarias (Foto 18) e o Presidente Pedrosa, ambos em Curitiba, possuíam o mesmo projeto e foram concluídos no início de 1912.<sup>59</sup> Estas *casas escolares* contavam com “dois salões de 7<sup>m</sup>,40 x 10<sup>m</sup>,50 [e] um vestíbulo comum de 4<sup>m</sup>,70 x 2<sup>m</sup>,00” (Figura 14).<sup>60</sup> Com um número de salas de aula menor em relação aos grupos escolares anteriores, os edifícios não apresentaram circulação interna. O vestíbulo correspondeu a um volume justaposto, marcou o acesso principal e fez a ligação direta com as salas de aula. Nas duas laterais do prédio localizavam-se as entradas de alunos. Foi uma solução simétrica e compacta, que manteve a mesma técnica construtiva das escolas anteriores, alvenaria de tijolos, o uso do porão alto e a colocação das instalações sanitárias fora do corpo do prédio.

Ainda em 1912, foram edificadas com o mesmo projeto os Grupos Escolares Professor Brandão, em Curitiba (Foto 19), e Dr. Franco Valle, em Imbituva.<sup>61</sup> Tratava-se da planta idêntica só que posicionada de forma rebatida: o vestíbulo foi alocado na parte posterior do edifício, transformando-se em sala de apoio (Figura 15). A fachada frontal passou a ser uma superfície contínua, marcada pelas aberturas e a presença de pedras angulares. A implantação, com a inversão da planta, foi alterada, situando o edifício no alinhamento predial.

---

<sup>57</sup> Este edifício situa-se à Rua Marieta Camargo, 385 e foi tombado pelo Patrimônio Estadual, em 2001, sob o número 139-II. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. ESPIRAIS DO TEMPO... 2006.

<sup>58</sup> PARANÁ. 1910. (p. 40-41)

<sup>59</sup> PARANÁ. 1912. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1911, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negócios de Obras Pública e Colonização. Curitiba, 1912. (p. 23 a 25)

<sup>60</sup> PARANÁ. 1910. (p. 41)

<sup>61</sup> PARANÁ. 1912. (p. 25)



Foto 18: Casa Escolar Conselheiro Zacarias, em Curitiba - década de 1920

Figura 14: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Professor Cleto, em Curitiba

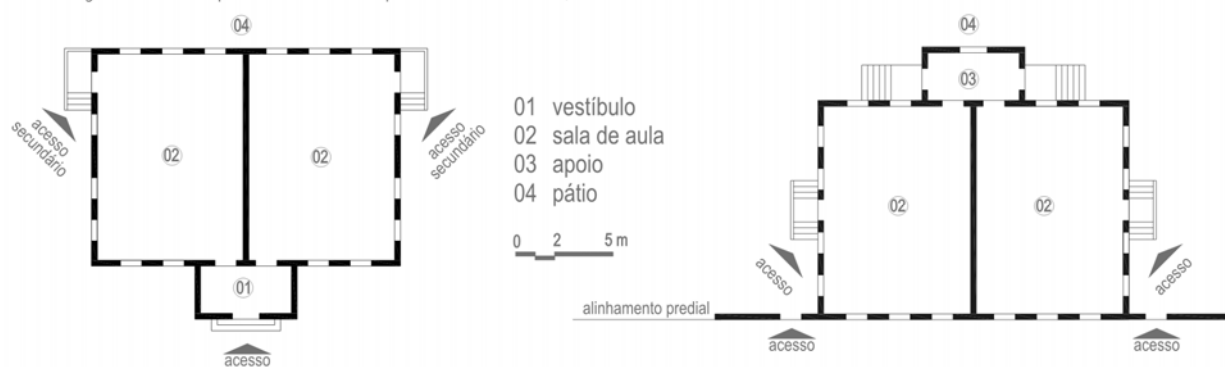


Figura 15: Planta do pavimento térreo da Casa Escolar Professor Brandão, em Curitiba

Foto 19: Casa Escolar Professor Brandão, em Curitiba - sem data



No final de 1912, mais um conjunto de cinco escolas foi concluído apresentando projeto arquitetônico padronizado: o Grupo Escolar Visconde de Guarapuava, em Guarapuava (Foto 20), o Professor Serapião, em União da Vitória, o Barão de Capanema, em Prudentópolis, o Silveira da Motta, em São José dos Pinhais, e o



Senador Correia, em Ponta Grossa.<sup>62</sup> Nestas escolas volta-se a identificar no programa arquitetônico o núcleo *sala de aula + ambiente de apoio* (Figura 16), com as duas seções completamente separadas, sem comunicação interna. Dois pequenos vestíbulos, justapostos às extremidades do edifício principal, faziam a distribuição das salas de cada seção e definiam o acesso.

Foto 20: Grupo Escolar Visconde de Guarapuava, em Guarapuava - sem data

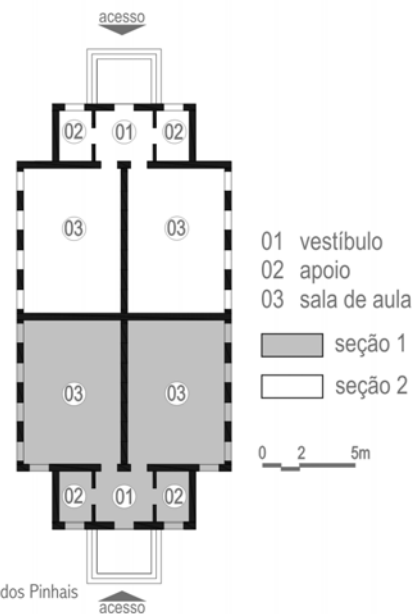


Figura 16: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Sivério da Motta, em São José dos Pinhais

O Grupo Escolar Rio Branco, construído em Curitiba entre 1910 e 1913<sup>63</sup>, apresentou um tratamento formal e uma ordenação espacial semelhante àquela encontrada nas escolas de Ponta Grossa e São José dos Pinhais, só que sem a presença das salas de apoio. Além disso, o vestíbulo, que fazia a distribuição dos ambientes no exemplo anterior, transformou-se em pórtico (Foto 21 e Figura 17).

Outra escola em Curitiba merece destaque, pela solução arquitetônica impar no universo estudado: o Grupo Escolar Dezenove de Dezembro (Foto 22 e Figura 18). A separação dos sexos foi levada ao extremo, com meninos e meninas abrigados em dois edifícios diferentes. O partido arquitetônico estabeleceu um núcleo - *sala de aula+sala de professores+instalações sanitárias* - repetido simetricamente em cada prédio. Esta célula incorporou, de forma inédita - e no mesmo pavimento que as salas de aula -, o banheiro no corpo do edifício. A implantação dos edifícios se fez no alinhamento predial.

<sup>62</sup> PARANÁ. 1912. (p. 24-26) e PARANÁ. 1913a. Nas descrições dos edifícios nos relatórios existem pequenas diferenças de dimensões nos diversos ambientes. Tais alterações eram correntes no período estudado. No entanto, a ordenação espacial e a linguagem formal permaneceram em todos os edifícios estudados.

<sup>63</sup> PARANÁ. 1910. (p. 40) e PARANÁ. 1912. (p. 23).



Foto 21: Grupo Escolar Rio Branco, em Curitiba - sem data

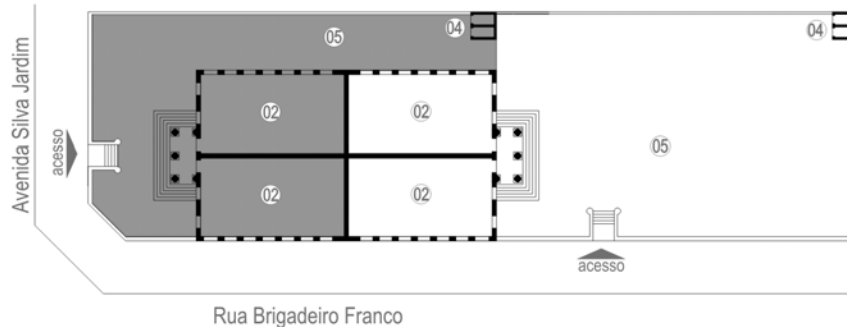


Figura 17: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Rio Branco, em Curitiba

Figura 18: Planta esquemática do pavimento térreo do Grupo Escolar Dezenove de Dezembro, em Curitiba

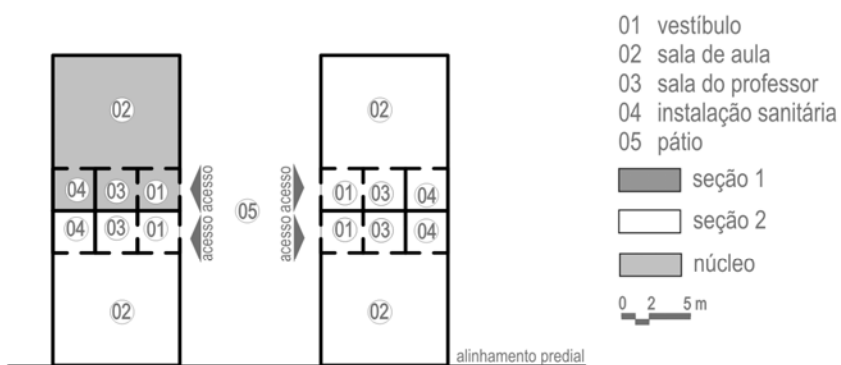
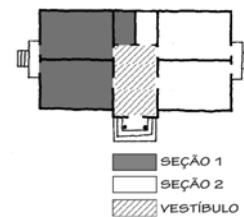


Foto 22: Grupo Escolar Dezenove de Dezembro, em Curitiba - sem data

No final do ano de 1913, Marins Alves de Camargo, respondendo pela Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, anunciou a construção dos grupos escolares Telêmaco Borba<sup>64</sup>, em Tibagi, e Dr. Claudino dos Santos<sup>65</sup>, em Ipiranga. Os dois edifícios foram edificadas com o mesmo projeto da escola de Palmeira (Foto 16 e Figura 12, página 197 e esquema ao lado), de 1907. Além desses, em Santo Antônio da Platina foi erguida uma escola com duas salas de aula, duas de professores e um vestíbulo.<sup>66</sup>



Um novo edifício escolar só iria ser construído em 1917, na gestão de Affonso Alves de Camargo (1916-1920): a nova sede do Grupo Escolar Professor Serapião (Foto 23), em União da Vitória, devido a uma situação específica. Em função da perda de território do Paraná para Santa Catarina, ocorrida após o fim da Guerra do Contestado (1912-1916), a cidade foi dividida entre os dois Estados. O centro urbano inicial passou a pertencer à nova cidade catarinense de Porto União e o governo paranaense teve que projetar “uma nova sede para o município”, que compreendeu o traçado de ruas e a construção de três edifícios - situados em torno da praça central e inaugurados em 1917: a sede conjunta da Câmara Municipal, Fórum, Coletoria e Quartel, o hotel e a escola, uma vez que a primeira sede do Grupo Escolar Professor Serapião encontrava-se na região que passou para Santa Catarina.<sup>67</sup>

Attendendo às condições financeiras excepcionaes que experimenta o Estado, no actual momento, esses edifícios foram estudados de modo a ser adoptado o maxximo coefficiente de economia, d’ahi porque cada um possui tão somente as imprescindíveis dependências.<sup>68</sup>

A *máxima economia* e apenas *ambientes imprescindíveis* determinaram a adoção de um programa arquitetônico para o edifício escolar já conhecido: quatro salas de aula e duas administrativas, divididas em duas seções e com acessos diferenciados. Mas em 1917, com a escola graduada sendo implantada, o edifício apresentou um pequeno vestíbulo, que funcionou como um ambiente de integração.

<sup>64</sup> O edifício situa-se à Rua Cel. Pedro Ferreira, 223, e foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual em 2003 sob o número 152-II. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. *ESPIRAIS DO TEMPO...* 2006.

<sup>65</sup> O edifício situa-se à Rua João Ribeiro da Fonseca, 74, e foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual em 1991 sob o número 113-II. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. *ESPIRAIS DO TEMPO...* 2006.

<sup>66</sup> PARANÁ. 1913. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d’Estado dos Negocios de Obras Publicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo. Anno de 1913. Curitiba: Impressora Paranaense, 1913. (p. 105-106)

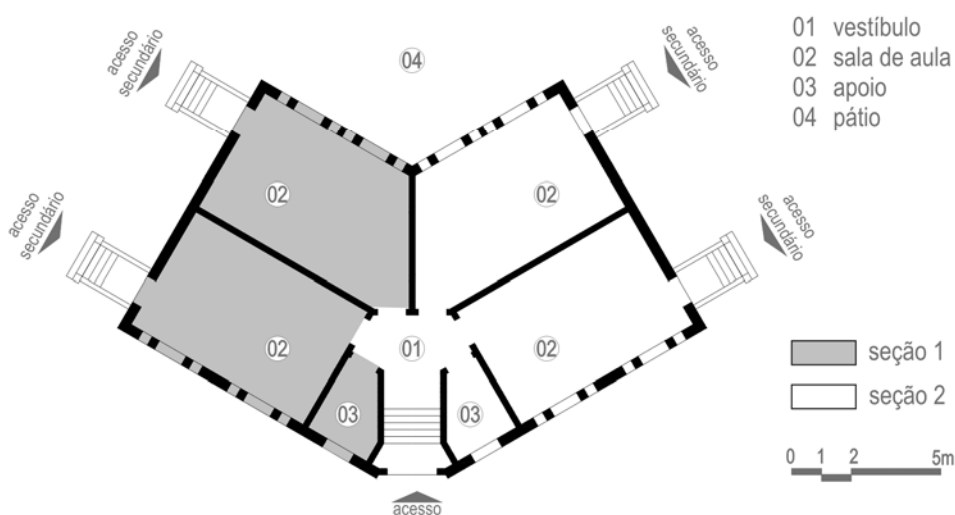
<sup>67</sup> Na nova condição, sua denominação passou a ser Grupo Escolar Balduino Cardoso (SILVA, 1934, p. 109).

<sup>68</sup> PARANÁ. 1917a. Relatório apresentado ao Exmo Snr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretario d’Estado dos Negocios de Fazenda, Agriculturas e Obras Publicas pelo Engenheiro Director de Obras e Viação, Engenheiro Civil João Moreira Garcez. Exercício de 1916-1917. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1917. (p. 19)



Foto 23: Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória - sem data

Figura 19: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória



Apesar da utilização de partido e programa sedimentados, o engenheiro João Moreira Garcez, então Diretor de Obras e Viação, projetou uma escola original (Figura 19). A implantação em esquina possibilitou a definição de um acesso centralizado, com escadas internas que vencem o desnível entre a rua e o piso e conduzem ao pequeno vestibulo. A composição apresenta um edifício em “L” que, pelas pequenas dimensões, parecerá um bloco maciço, diferenciando-se na parte central, da esquina, pelo aumento de altura da platibanda e pelo tratamento diferenciado dos vãos. Esta distinção correspondeu à diferença de funções: no centro, a administrativa e nas laterais, as salas de aula.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> O edifício situa-se na esquina da Praça Coronel Amazonas com a Rua Castro Alves e foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, em 1988, sob o número 92-II. Fonte: OLIVEIRA LYRA, C. I.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. ESPIRAIS DO TEMPO... 2006.

Ainda na década de 1910, pode-se destacar a construção de mais dois edifícios escolares em Curitiba: o Jardim de Infância Emília Ericksen<sup>70</sup> e a sede própria da Universidade do Paraná.

Jardim de Infancia, á rua Silva Jardim, na capital

Foi autor do projecto deste edificio, o auxiliar Marcos Lechaud, não tendo havido tempo para modificar alguns pontos essenciaes do projecto, no ponto de vista architectonico, devido á pressa com que se levou a effeito a respectiva concurrencia.

A construcção do prédio foi contractada com os Snrs. Germano Strobel & Filhos, pela importância de 9:700\$000, tendo se elevado a Rs 25:251\$897 o seu custo definitivo, devido ás alterações feitas nas dimensões da planta primitiva, e bem assim a construcção de muro e gradil na frente, jardim, calçada, pintura, muros de tijolos aos lados com 138m de extensão, etc.<sup>71</sup>

A construção do primeiro jardim de infância projetado especialmente para esta finalidade foi realizada durante o ano de 1910, sendo inaugurado em 23 de janeiro de 1911 (Foto 24 e Figura 20).<sup>72</sup> Localizado no mesmo terreno que o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, o edifício, concebido como uma sucessão de volumes, apresentou três salas de aula, salas de professores e instalações sanitárias, dispostos de forma seqüencial, com a circulação e os acessos realizados por uma galeria externa. No programa, houve a incorporação das instalações sanitárias ao edifício, situação pouco freqüente naquele momento.



Foto 24: Jardim de Infância Emília Ericksen, em Curitiba - sem data

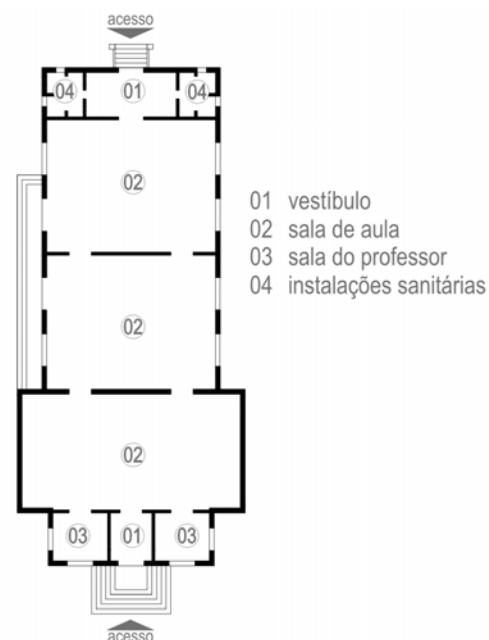


Figura 20: Planta do pavimento térreo do Jardim de Infância Emília Ericksen, em Curitiba - sem data

<sup>70</sup> Emília Ericksen nasceu em Pernambuco, em 1817. Mudou-se com a família para Santos, em 1827, e lá se casou com um marinheiro dinamarquês. Depois de viver por anos na Europa, voltou ao Brasil e instalou-se em Castro, no Paraná, em 1856. Aos 41 anos, em 1858, tornou-se professora primária do estado do Paraná. Em 1862, abriu um jardim de infância, que por seu caráter particular não faz parte do presente estudo.

<sup>71</sup> PARANÁ. 1910b. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vicente Machado de Lima, Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba: Typografia d'A Republica, 1910. (p. 41)

<sup>72</sup> Em 1906 foi inaugurado o primeiro jardim de infância público do estado localizado na antiga anexo a Escola Normal de Curitiba, na então Rua Aquidaban, área central de Curitiba. Por ter sido construído para a residência do Visconde de Nacar, não será feita a análise deste edifício.

O jogo de volumes apresentado na composição valorizou a parte frontal do edifício, onde estavam localizados os ambientes administrativos. Um pequeno frontão sobre a platibanda marcou a entrada da escola. A ornamentação discreta continha trabalho em pedra angular nas quinas da alvenaria e na marcação da entrada, vãos em arco abatido com pequena moldura em alvenaria e medalhas na base e platibanda com frisos em todo o seu perímetro. O recurso do porão alto foi utilizado para nivelamento do edifício no terreno e afastamento da umidade do solo.

A Universidade do Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912, instalou-se inicialmente em um casarão alugado, na Rua Comendador Araújo, em Curitiba. Em 1913, o projeto arquitetônico da sede própria da Universidade do Paraná, de autoria do engenheiro-militar Guilhermino Baeta de Faria, foi elaborado e a construção do edifício iniciada. Não houve inauguração formal e as salas foram sendo ocupadas no momento em que ficavam prontas. Em junho de 1914, todas as aulas já eram ministradas na nova sede.<sup>73</sup>

O edifício de Baeta de Faria diferenciou-se das escolas até aqui relacionadas (Foto 25, página 208) pela imponência de seu porte, tratamento monumental e rica ornamentação, expressões da importância da atividade que o edifício abrigava: o ensino superior. A composição estruturada por princípios clássicos apresentou fachada tripartida verticalmente, com a parte central avançada em relação às laterais. A presença de elementos decorativos foi constante em todo o edifício. Destacaram-se a rustificação no pavimento térreo e o subsolo, dando ao conjunto solidez no embasamento; as colunatas colossais que venceram a altura dos dois pavimentos acima do térreo; e o esmero de todo o núcleo central que definiu o principal acesso ao edifício, com uma grande escadaria. A verticalidade, ressaltada na parte central por uma cúpula<sup>74</sup>, materializou o domínio de uma técnica construtiva mais apurada, demarcou o local de uma atividade científica mais sofisticada, a observação astronômica, e simbolizou a presença do mais alto grau de ensino na cidade.

A Universidade do Paraná oferecia os cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito, Engenharia Civil, Agronomia e Comércio.<sup>75</sup> Seu programa arquitetônico compreendia salas de aula, laboratórios, museus, biblioteca, sala de

---

<sup>73</sup> BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 4, n. 122, dezembro de 1997. (p.11-12)

<sup>74</sup> Com 11 metros de diâmetro, onde deveria funcionar o observatório astronômico da Universidade - BOLETIM INFORMATIVO..., 1997. (p.26)

<sup>75</sup> UNIVERSIDADE DO PARANÁ. 1915. Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1915 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral - Director. Curitiba: Tip. Max Roesner, 1915. (p. 4)

leitura, secretaria, gabinetes dos professores e do diretor e salão nobre, distribuídos em três pavimentos, porão e sótão.<sup>76</sup>

O partido arquitetônico estruturou-se por um pátio central aberto (ou átrio) em torno do qual se desenvolveria o edifício, ocupando toda a quadra - solução idêntica a das escolas jesuíticas. Uma característica singular do projeto foi a definição de etapas de construção, garantindo uma ampliação planejada do conjunto arquitetônico. Inicialmente foi construído o bloco frontal, destacado em cinza mais escuro na Figura 22.



Em meados da década de 1910, Curitiba já contava com três edifícios escolares que se destacavam pela sua imponência e qualidade arquitetônica: o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, o Ginásio Paranaense e a Universidade do Paraná. Não é coincidência o fato de cada um abrigar um nível da instrução, fazendo com que a capital do Paraná tivesse exemplares dignos do ensino primário, secundário e superior. Todas as sedes foram concebidas segundo os princípios da racionalidade e funcionalidade exigidos, adequando-se às demandas pedagógicas e higienistas vigentes, no entanto tiveram em seu programa a exigência de materializar e simbolizar a importância da educação nesses primeiros anos republicanos.

---

<sup>76</sup> BOLETIM INFORMATIVO..., 1997. (p. 17) e UNIVERSIDADE DO PARANÁ. 1915. (p. 35-37)



Foto 25: Universidade do Paraná, em Curitiba - sem data

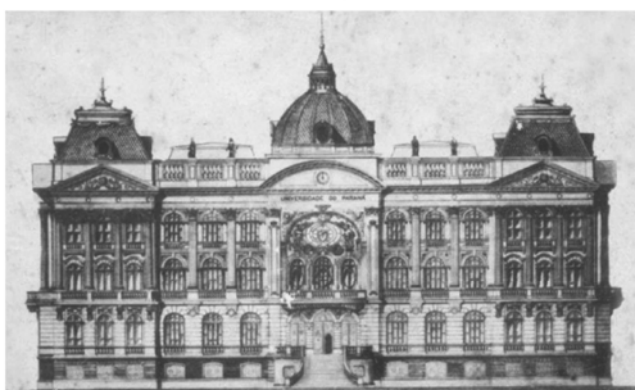
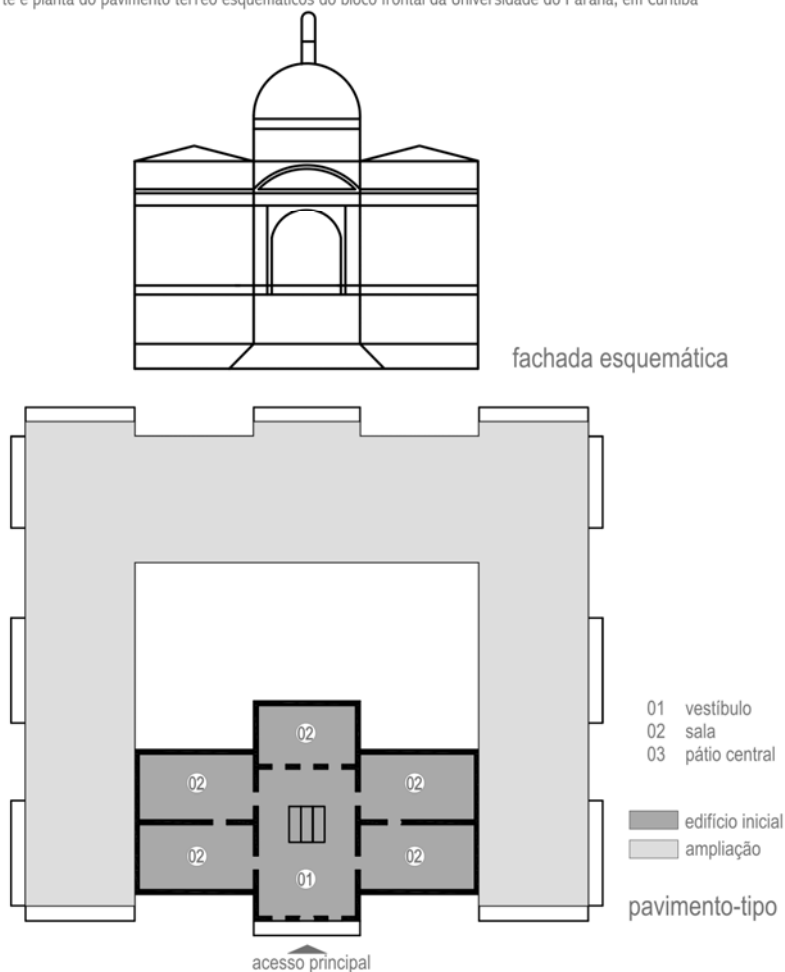


Figura 21: Fachada da Universidade do Paraná - projeto completo, em Curitiba

Figura 22: Corte e planta do pavimento térreo esquemáticos do bloco frontal da Universidade do Paraná, em Curitiba





### 3.2.2 A década de 1920

Os primeiros edifícios escolares construídos na década de 1920, durante a gestão de Caetano Munhoz da Rocha como Presidente do Paraná, foram as escolas normais de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, projetadas pelo engenheiro Carlos Ross, Diretor de Obras Públicas do Estado.<sup>77</sup> Até então, a formação de professores não havia recebido a atenção merecida, compartilhando desde sua criação, em 1876 (Lei Estadual nº 456), o mesmo espaço com o Ginásio Paranaense (Foto 12, página 193). Ao se constituir uma rede de escolas normais na década de 1920, foi preenchida uma lacuna na instrução pública do Paraná e a arquitetura desses edifícios marcou a importância desta ação. Os três prédios (Fotos 26, 27 e 28), embora com algumas especificidades, guardam uma unidade compositiva, estruturada em muitos dos princípios inseridos na Escola Normal de São Paulo, projetada por Ramos de Azevedo.

Os edifícios, implantados em locais centrais e visíveis para toda a população, estão recuados do alinhamento predial, cercados por pequenos muros e o recurso do porão alto deixa-os mais imponentes. Todos apresentam dois pavimentos, sendo que o de Curitiba faz o aproveitamento total do porão, e tipologia em “U”, em torno de um pátio central. Os de Ponta Grossa e de Paranaguá possuem plantas idênticas.

Pela primeira vez no Paraná foram construídos edifícios que contemplavam plenamente o programa de necessidades ideal para uma escola e nada mais significativo que pertencessem às escolas normais, marcos representativos da ação governamental na instrução pública. Além das salas de aula (24 em Curitiba e 18 nas de Paranaguá e Ponta Grossa)<sup>78</sup>, as escolas contaram com ambientes administrativos (secretaria e sala de diretor), biblioteca, sala de professores, laboratórios e instalações sanitárias no corpo do edifício principal. O salão nobre só foi incluído no projeto de Curitiba.

---

<sup>77</sup> PARANÁ. 1924. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1924. (p. 45)

<sup>78</sup> PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Município de Paranaguá - Escola Normal. Sem data. Plantas de situação e dos pavimentos térreo e superior apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4825; PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. 2ª Residência. Ginásio Regente Feijó. Ponta Grossa, setembro de 1942. Plantas dos pavimentos térreo e superior e do Pavilhão de Ginástica apresentadas em três pranchas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5712; PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Escola Normal de Curitiba. Sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e elevações principal e lateral apresentadas em quatro pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 455 e PARANÁ. 1924.



Figura 23: Projeto da fachada principal da Escola Normal de Curitiba



Foto 26: Escola Normal de Curitiba - década de 1920

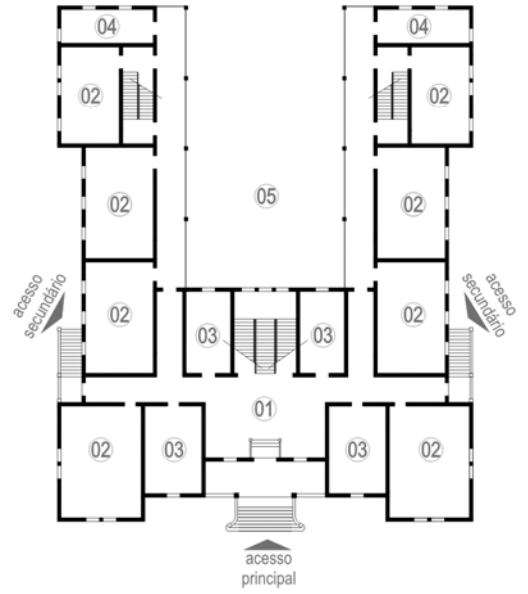
Foto 27: Escola Normal de Ponta Grossa - década de 1920



Foto 28: Escola Normal de Paranaguá - década de 1920



Figura 24: Planta do pavimento térreo da Escola Normal de Curitiba

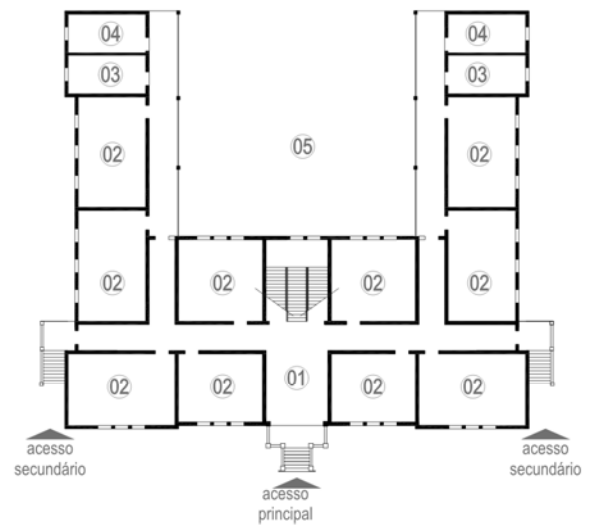


pavimento térreo

0 2 5m

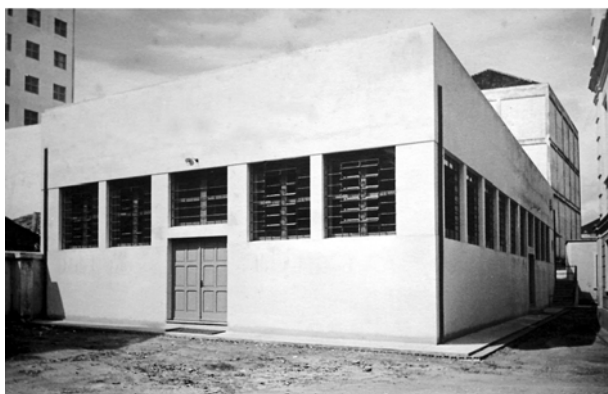
- 01 vestíbulo
- 02 sala de aula
- 03 sala administrativa
- 04 instalações sanitárias
- 05 pátio

Figura 25: Planta do pavimento térreo da Escola Normal de Ponta Grossa e de Paranaguá



pavimento térreo

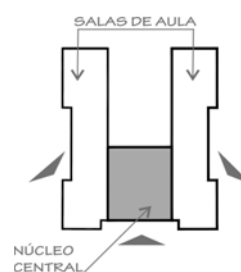
Foto 29: Pavilhão de ginástica da Escola Normal de Curitiba - sem data



Outro ponto de destaque foi a presença de um galpão de ginástica, construído separadamente do edifício principal nas três cidades paranaenses e situado nos fundos do terreno. Este ambiente recebeu, em Curitiba, um tratamento formal diferenciado, destituído de qualquer tipo de ornamentação (Foto 29), caracterizando a

diferença de funções entre ele e o edifício principal.

A escola de Curitiba apresenta uma setorização bem definida (esquema à direita) e hierarquizada: o bloco central abriga o vestíbulo, a escadaria de acesso ao pavimento superior e os ambientes administrativos (Figura 24); as alas laterais, as salas de aula. Tal setorização, presente também na Escola Normal de São Paulo, será mantida por muito tempo nos edifícios escolares. Ela impõe uma posição privilegiada, uma demarcação evidente e centralizada e um maior cuidado formal dos ambientes administrativos, que realizam o contato entre o externo e o interno da escola. A delimitação precisa entre dentro e fora, a definição de um pátio centralizado de uso exclusivo dos internos e a hierarquização espacial foram critérios encontrados no partido arquitetônico adotado pelos jesuítas, que privilegiou formalmente a igreja como espaço de intermediação e ponto focal de todo o conjunto. A centralidade dos ambientes administrativos possibilitou a colocação de alas laterais com as salas de aula, configuração que separou a escola em duas seções e definiu acessos independentes para cada uma delas.



Na composição, houve em todas as escolas a clássica tripartição da fachada, com o avanço das laterais em relação à parte frontal, que apresentou escadaria e vestíbulo aberto para demarcar o acesso principal. No prédio de Curitiba, o porão contou com rustificação; o térreo recebeu colunas jônicas; e o segundo pavimento, coríntias (Foto 30), hierarquização do tratamento formal que refletiu a distribuição do espaço interno: o porão e o pavimento térreo foram destinados às aulas das escolas-modelo e o segundo pavimento, ao curso normal.



Foto 30: Detalhe da fachada principal do Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba - 2006

Foto 31: Detalhe do gradil da porta da fachada principal do Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba - 2009



Foto 32: Detalhe do desenho do vitral interno do Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba - 2009



A ornamentação, embora constante, foi contida e severa indicando a importância do edifício e, ao mesmo tempo, remetendo à racionalidade, uma vez que as qualificações necessárias de um edifício escolar, segundo Cesár Prieto Martinez, Inspetor Geral de Ensino entre 1920 e 1925, deveriam ser *commodidade e conforto, economia e condições higienicas*.<sup>79</sup> Mesmo assim, Martinez afirmou que *o edifício de Curitiba (...) é um verdadeiro palácio, caprichosamente acabado*.<sup>80</sup> Um olhar rápido nas imagens confirma as palavras do inspetor geral: gradis e corrimãos em ferro apresentam um refinado desenho, ora com motivos geométricos, ora com curvas mais soltas; as iniciais da Escola Normal, EN, gravadas na porta de acesso principal (Fotos 31 e 32); forros em estuque e paredes foram decorados e a escadaria interna, iluminada por três vitrais com desenhos dos símbolos do Paraná e com a data de inauguração, 7 de setembro de 1922, Centenário da Independência do Brasil.

A construção dos três edifícios das escolas normais no Paraná materializou uma proposta de consolidação e propagação do ensino normal que estruturaria a instrução primária no estado. Suas sedes, lócus desta ação, definiram um modelo pedagógico, arquitetônico e programático, baseados numa tipologia consolidada e em um caráter de monumentalidade e racionalidade condizentes para escolas deste nível. Ao se formar uma rede de escolas públicas, apenas alguns edifícios assumem tal posição pela importância hierárquica.

Na década de 1920, foram construídas também escolas de pequeno porte. As diferentes necessidades locais impuseram adequações e reduções programáticas que influenciaram a solução espacial dos edifícios. Foi o caso dos “os grupos escolares de Santa Felicidade e Colônia Argelina [hoje Bairro do Bacacheri], município da Capital, com quatro salas e duas saletas: uma para o director e outra para os professores, instalação de fossas septicas e fechos de tijolo e gradil de madeira, foram orçados em 34 contos”. A elaboração de projetos arquitetônicos e orçamentos para a construção destas escolas, em Curitiba, foi anunciado em 1924.<sup>81</sup> O programa arquitetônico, orçamento e condições semelhantes, a de colônias de imigrantes situadas na periferia da cidade, indicam a grande probabilidade de um projeto único, embora somente o do Grupo Escolar de Santa Felicidade, assinado por Valentim Freitas (Figura 26) foi localizado.

---

<sup>79</sup> PARANÁ. 1920. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Pietro Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1920. (p. 27-28)

<sup>80</sup> PARANÁ. 1924. (p. 45)

<sup>81</sup> PARANÁ. 1924. (p. 45); PARANÁ. Governo. 1926. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1926. Curitiba, 1926. (p. 105) e PARANÁ. 1924a. Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná apresentado a Sua Excellencia o Senhor Doutor Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, por Alcides Munhoz, Secretario Geral d'Estado, referente aos serviços do Exercício Financeiro de 1923-1924. Curitiba: 31 de dezembro de 1924. (p. 88)

Não há referência da construção desses edifícios, mas entendendo que a arquitetura expressa uma demanda específica, por intermédio do programa arquitetônico, e materializa em seu partido arquitetônico, linguagem formal e técnica construtiva um consenso historicamente determinado sobre o que deveria ser um edifício escolar, o projeto do Grupo Escolar de Santa Felicidade contribui para a presente análise.



Figura 26: Projeto arquitetônico do Grupo Escolar de Santa Felicidade, em Curitiba. Não construído

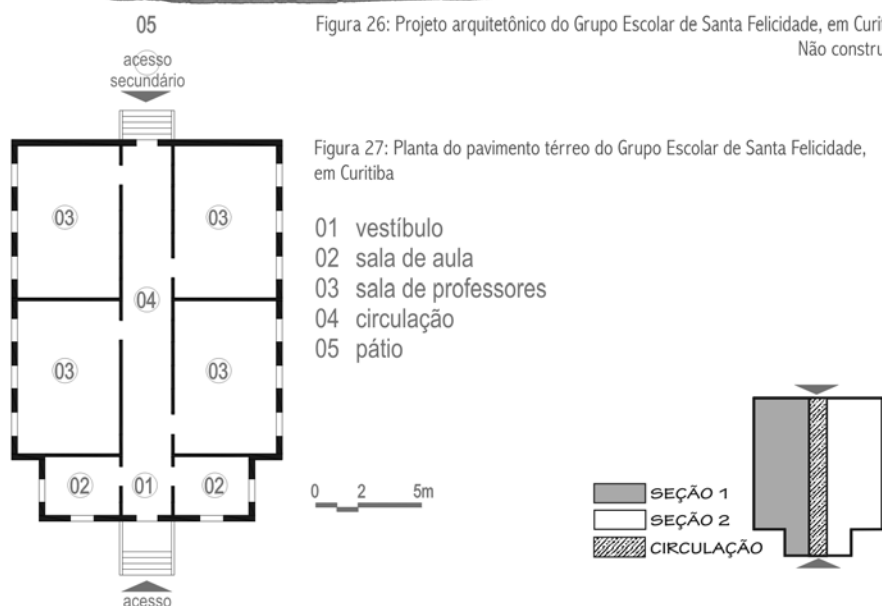


Figura 27: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Santa Felicidade, em Curitiba

- 01 vestíbulo
- 02 sala de aula
- 03 sala de professores
- 04 circulação
- 05 pátio

Tratava-se de um edifício composto por dois volumes justapostos, com programa arquitetônico e tipologia (Figuras 26 e 27) idênticos aos apresentados por Vilanova Artigas<sup>82</sup> (Figura 07, Capítulo I, página 51) referente a um grupo escolar paulista de 1911 e semelhante ao projeto para escolas reunidas tipo Mário Ayrosa (Figuras 13 e 14, Capítulo I, página 56), apresentado no livro de Mauro Álvaro<sup>83</sup> em 1920 (referência técnica nos textos de

<sup>82</sup> ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas (p. 87-98). In ARTIGAS, Vilanova. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Cosac & Naipy Edições, 1999. (p. 94)

<sup>83</sup> CAMARGO, Mauro Álvaro de Souza. Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurais. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, nº 18. São Paulo: Casa Espindola, 1920.

Martinez sobre arquitetura de escolas).<sup>84</sup> O projeto para as escolas de Santa Felicidade e do Bacacheri atenderia à demanda de um edifício de pequenas proporções destinado a uma comunidade afastada da capital. A linguagem formal, sóbria e contida, refletiu tal condição.

No início de seu trabalho no Paraná, Martinez definiu o que seria a nova diretriz de construção de edifícios escolares: os “grandes grupos”, implantados nas “cidades populosas, [oferecendo] múltiplas vantagens de ordem pedagógica como de ordem econômica, pois uma mesma direção aproveita ao ensino de centenas de crianças além de tornar possível a formação de classes homogêneas”.<sup>85</sup> A questão esteve presente, no relatório de 1913, que apresentou novos projetos arquitetônicos de escolas, e no Código de Ensino de 1917.<sup>86</sup> Ambos os documentos fizeram alusão ao grupo escolar modelo, com oito salas de aula e demais dependências e à conveniência de edifícios com duas e quatro salas de aula, para cidades e localidades menores. A proposta de Martinez, portanto, não apresentou inovações, mas teve o mérito da efetiva implantação dessas idéias.

O primeiro grupo escolar construído neste período foi em Ribeirão Claro (Foto 33 e Figuras 28 e 29), no ano de 1925. O projeto arquitetônico contou com um programa arquitetônico conhecido, quatro salas de aula e duas salas de apoio - destinadas ao diretor e aos professores, entretanto, sua ordenação espacial possuía características distintas em relação aos edifícios escolares anteriores. Pela primeira vez em uma escola primária paranaense foi utilizado o formato em “U” para a planta, simétrico, repetindo a tipologia das recém-projetadas escolas normais e dos exemplares encontrados no manual de Mauro Álvaro. O modelo definiu um núcleo central, com ambientes administrativos, e duas alas laterais, com as salas de aula e os acessos ao edifício (Figura 29). O programa arquitetônico enxuto não apresentou entrada principal e vestíbulo e os acessos ao edifício eram feitos pelas laterais.

---

<sup>84</sup> PARANÁ. 1924. (p. 42-45)

<sup>85</sup> PARANÁ. 1920. (p. 27-28)

<sup>86</sup> PARANÁ. 1913a. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 1912, pelo Engenheiro Civil José Niepce da Silva, Secretario d’Estado dos Negocios de Obras Publicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1913 e PARANÁ. 1917. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917. Código de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1917, respectivamente.



Figura 28: Elevação principal do Grupo Escolar de Ribeirão Claro

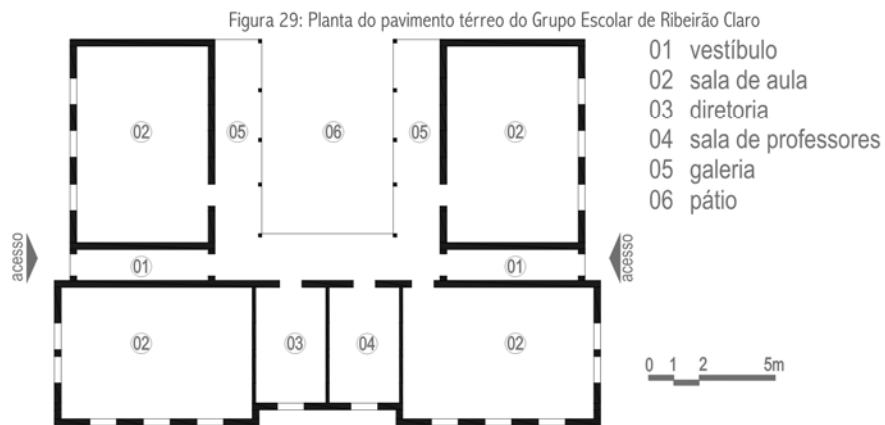


Foto 33: Grupo Escolar de Ribeirão Claro - sem data





No tratamento plástico ainda predominou o vocabulário eclético. O pequeno avanço das alas laterais em relação à central deu movimento à fachada que apresentou vãos em verga reta, intermediadas por colunatas e platibanda com balaústres. O edifício foi construído em alvenaria, com porão alto e instalações sanitárias externas. Novamente são perceptíveis semelhanças formais com os edifícios escolares paulistas, destacando-se o projeto de 1911, *typo Eloy Lessa*, assinado por Mauro Álvaro e José Van Humbeeck (Figuras 11 e 12, Capítulo I, página 55).

A proposta de Martínez previa um edifício com seis salas de aula, concebido como uma ampliação da versão com quatro, o que definiu a padronização de projetos e permitiu a possibilidade de aumento da capacidade das escolas. Características que, sem dúvida, diferenciaram este conjunto de projetos dos demais aqui apresentados, uma vez que os edifícios em bloco único não admitiam tal flexibilidade. Entendendo que população em idade escolar sempre está em crescimento, a tipologia em “U” permitiria um aumento do número de salas de aula sem comprometimento da área já construída, solução que iria se consolidar nos anos seguintes.



Com tal partido o edifício voltou-se para o pátio interno, que passou a ser encarado como mais um ambiente escolar, reservado à recreação, à prática de exercícios e, depois, a cerimônias cívicas e artísticas - característica presente no ensino primário paranaense apenas no Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva (Figura 08, página 187), de 1903. As demais escolas então construídas não delimitavam os espaços externo o interno, tinham como relevante a definição e separação das seções masculina e feminina. Mesmo quando havia o vestíbulo funcionando como ambiente de integração dentro do edifício, o pátio de uso exclusivo da escola e longe dos olhares da rua não estava delimitado, era apenas um espaço em torno do edifício. Ao analisar as implantações dos grupos escolares Professor Cleto e Rio Branco esta observação fica mais clara (Figura 13, página 198, e Figura 17, página 202, respectivamente).

Portanto, as escolas construídas na década de 1920 tiveram como diferencial a tipologia em “U”, que incorporou o pátio interno como ambiente escolar, a possibilidade de ampliação do edifício e a padronização formal e construtiva. A racionalidade projetual impôs uma economia de ambientes: para quatro ou seis salas de aula existiam duas salas de apoio, para os professores e o diretor; não havia vestíbulo e, conseqüentemente, nem entrada principal, sendo os acessos realizados pelas laterais do edifício.



Foto 34: Grupo Escolar de Pirai do Sul - sem data

Figura 30: Planta do pavimento térreo do projeto padrão de grupos escolares com seis salas de aula

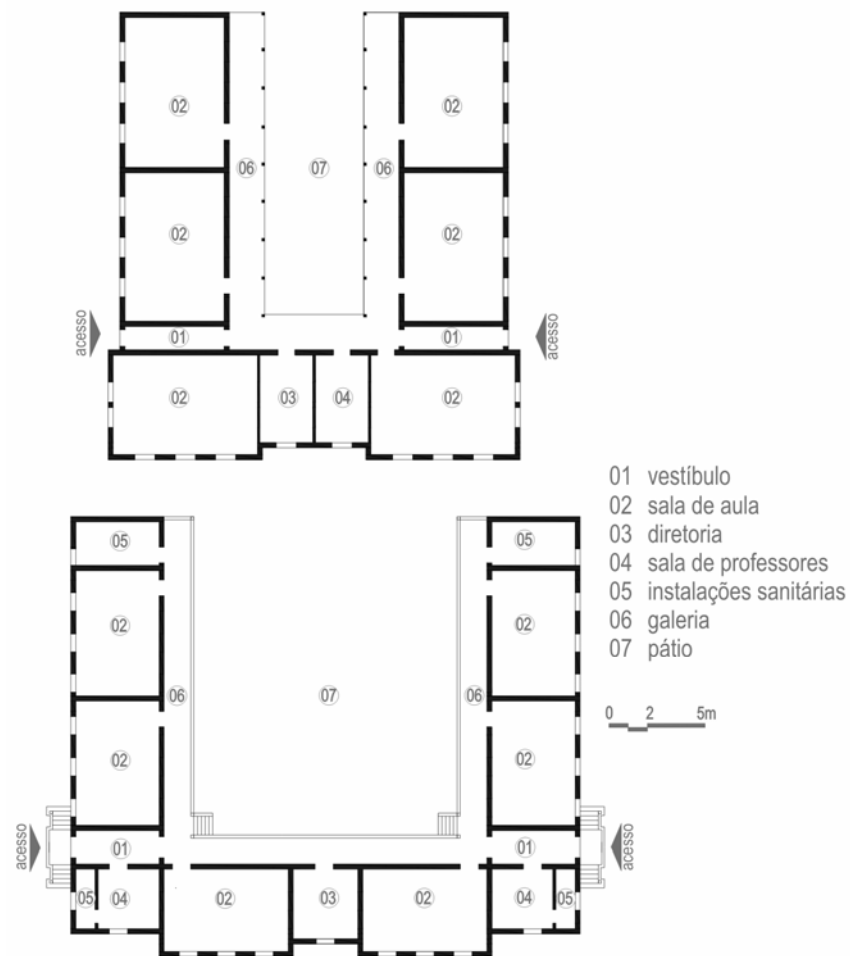


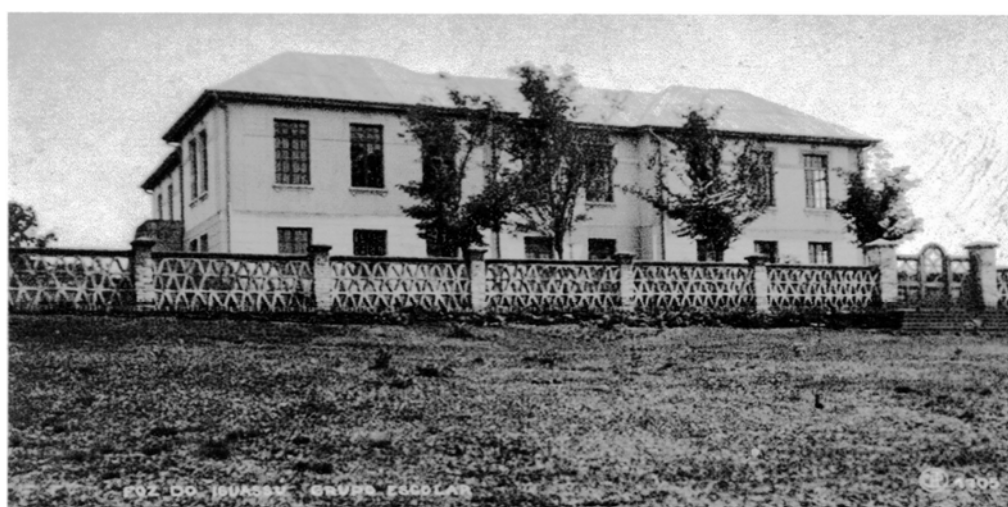
Figura 31: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Tomazina

Foto 35: Grupo Escolar de Tomazina - sem data



Com este conceito foram construídos seis grupos escolares com seis salas de aula (Figura 30), entre 1925 e 1928: em Pirai do Sul (Foto 34), São Mateus do Sul, Colônia Mineira (depois Siqueira Campos), Carlópolis, Cambará e Santo Antônio da Platina. A solução formal foi ainda mais próxima das escolas paulistas do “typo Eloy Lessa” (Figuras 11 e 12, Capítulo I, página 55).

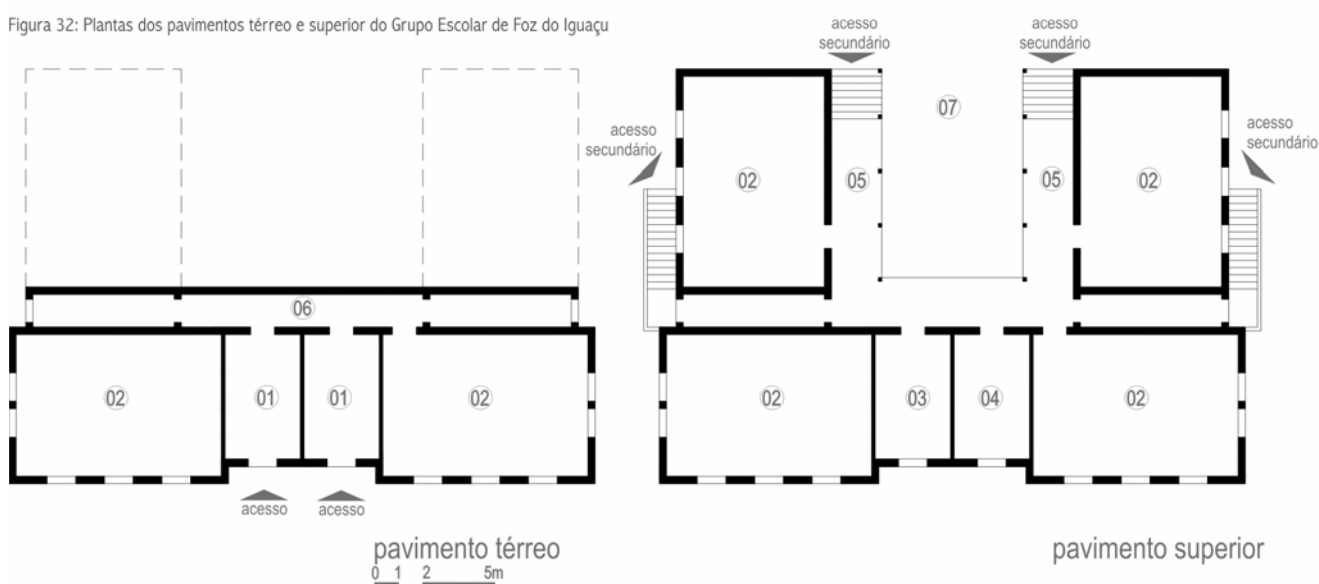
Na cidade de Tomazina foi inaugurado um grupo escolar (Foto 35), em 1928, que, apesar de também possuir seis salas de aula, apresentou uma variação do projeto-padrão: a inclusão de mais duas salas de professores e das instalações sanitárias para alunos e professores (Figura 31). O padrão formal foi mantido.



- 01 vestíbulo
- 02 sala de aula
- 03 diretoria
- 04 sala de professores
- 05 galeria
- 06 circulação
- 07 pátio

Foto 36: Grupo Escolar de Foz do Iguaçu - sem data

Figura 32: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Foz do Iguaçu



Além dos edifícios já relacionados, Caetano Munhoz inaugurou, no final de seu mandato, grupos escolares nas cidades de Entre Rios, Foz do Iguaçu e Curitiba. O

primeiro era composto de quatro salas de aula e sala do diretor.<sup>87</sup> O projeto arquitetônico, fotografias do edifício e outras informações sobre a escola não foram encontradas.

O Grupo Escolar de Foz do Iguaçu (Foto 36), inaugurado em janeiro de 1928, foi a primeira escola pública primária criada na cidade, cuja fundação data de 1914. Recebeu primeiramente a denominação de Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha e depois de Bartolomeu Mitre.<sup>88</sup> Possuía seis salas de aula distribuídas em dois pavimentos, embora a Mensagem de 1928 anunciasse “oito salas de aula, gabinete do diretor etc. distribuídos em dois pavimentos”<sup>89</sup> e foi o primeiro edifício no Paraná construído em dois pavimentos, condição seguramente determinada pelo acentuado declive do terreno (Figura 32).

O projeto e a solução formal seguiram o mesmo padrão das escolas anteriores. A sobriedade plástica, a presença marcante da cobertura, os beirais aparentes, as aberturas de verga reta, a configuração em “U” e a utilização de porão alto foram marcas desses edifícios e de um momento da arquitetura oficial do Paraná.

Em 1926, Caetano Munhoz da Rocha em seu segundo mandato (1924-1928), teve condições financeiras para realizar várias obras públicas e algumas apresentaram a mesma linguagem arquitetônica dos grupos escolares do período: o Leprosário São Roque (Foto 37), complexo de atendimento hospitalar e de abrigo aos portadores de hanseníase, construído na cidade de Deodoro (depois Piraquara) e o Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo (Foto 38), em Curitiba.<sup>90</sup> Embora com finalidades diferentes, os dois edifícios tinham os elementos arquitetônicos descritos anteriormente. Da mesma forma que as escolas, os projetos do leprosário e do asilo foram estruturados a partir de conceitos técnicos, racionalistas, científicos e higienistas que resultaram em determinantes espaciais e construtivos muito próximos dos edifícios escolares: configuração em alas, implantação em terrenos secos e afastamento da umidade do solo, dimensões mínimas de ambientes, índices adequados de iluminação e ventilação, etc. A linguagem arquitetônica utilizada foi austera, contida e adequada à finalidade de afastamento e abrigo de grupos sociais que representavam perigo sanitário e social à sociedade.<sup>91</sup>

<sup>87</sup> PARANÁ. Governo. 1928. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1928. Curitiba, 1928. (p. 111)

<sup>88</sup> FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Turismo, Colégio Bartolomeu Mitre. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.camarafoz.pr.gov.br/museudaimg.php>. Acesso em 27 de setembro de 2007.

<sup>89</sup> PARANÁ. Governo. 1928. (p. 111)

<sup>90</sup> Para maiores detalhes ver os capítulos 10 e 11 de CASTRO, Elizabeth Amorim de. A Arquitetura do Isolamento em Curitiba na República Velha. Curitiba: Edição da Autora, 2004. (p. 101 a 126)

<sup>91</sup> CASTRO, E. A. A Arquitetura do Isolamento... 2004.

Foto 37: Leirosário São Roque, em Piraquara - 1926



Foto 38: Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo, em Curitiba - 1926



Foto 39: Coletoria, Junta Comercial e Diretoria de Águas e Esgotos de Curitiba - 1942

Foto 40: Diretoria de Saúde, Laboratório de Análise e Dispensário, em Curitiba - sem data



Além das instituições de isolamento<sup>92</sup>, outros edifícios públicos foram construídos, entre os quais as sedes da Coletoria, Junta Comercial e Diretoria de Águas e Esgotos (Foto 39) e da Diretoria de Saúde, Laboratório de Análise e Dispensário (Foto 40), ambas em Curitiba.<sup>93</sup> Os dois prédios, localizados na região central da cidade, apresentaram tratamento formal e padrão construtivo elaborados, distintos dos encontrados no leprosário e no asilo e próximos daqueles das escolas normais. Foi feita, portanto, uma distinção na linguagem arquitetônica dos edifícios públicos construídos no mesmo período e pelo mesmo governo relacionada com a finalidade da obra e a sua localização.

Para fechar com chave de ouro o investimento realizado na instrução pública, Caetano Munhoz da Rocha entregou a Curitiba um grupo escolar de grande porte. O anúncio da conclusão da obra recebeu uma descrição sucinta: “Construção comemorativa do primeiro centenário do nascimento do grande Imperador do Brasil, com dezesseis salas de aula, gabinete do director, gabinete dentário, museu, etc.”.<sup>94</sup> Em meio às várias entregas de obras, características de final de governo, o Grupo Escolar D. Pedro II (Foto 41, página 224), construído no Batel, rocío de Curitiba, mereceu poucas palavras de registro, no entanto, sua arquitetura não deixa dúvidas do esmero e cuidado que a obra recebeu.<sup>95</sup>

O edifício foi implantado no centro de um terreno elevado, o que enfatizou seu caráter monumental. A elevação principal (Figura 33, página 224) foi composta por três planos, sendo o central delimitado por pilares engastados, que vencem os dois pavimentos, coroados com capitéis sem referência clássica e que sustentam medalhões. Este plano com maior altura apresenta elementos que o destacam, como a escadaria monumental e a entrada definida por três vãos abertos correspondentes ao vestíbulo, além da placa identificando a escola situada no alto do conjunto (Fotos 42 e 43, página 225). No pavimento superior, toda a fachada principal possui janelas em verga reta que fazem o contraponto com os vãos em arcos plenos do térreo. Nas fachadas laterais, o tratamento é homogeneizado com as vergas retas. A riqueza ornamental está presente em toda a

---

<sup>92</sup> Instituições de regime fechado, com funções de moradia, trabalho e lazer, onde um grupo social, com situação semelhante e separado da sociedade mais ampla, leva uma vida formalmente administrada e sob estreita vigilância. CASTRO, E. A. *A Arquitetura do Isolamento...* 2004.

<sup>93</sup> A sede da Coletoria, Junta Comercial e Diretoria de Águas e Esgotos de Curitiba foi inaugurada em 21 de setembro de 1926. O edifício atualmente abriga a Casa Andrade Muricy e situa-se à Alameda Dr. Muricy, 915. O edifício da Diretoria de Saúde, Laboratório de Análise e Dispensário foi inaugurado em 1928 e atualmente é sede do Museu de Arte Contemporânea de Curitiba. Em 1977, os dois edifícios foram tombados pelo Patrimônio Estadual, processos nº 66/77 e nº 65/77.

<sup>94</sup> PARANÁ. Governo. 1928. (p. 110)

<sup>95</sup> Para maiores detalhes ver Capítulo 6 de CASTRO, E. A. *Ensaio sobre a arquitetura...* 2006 (p. 63-74) e CASTRO, Elizabeth Amorim de. *Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX*. Curitiba: Edição da Autora, 2008 (p. 64-67).

composição mostrando de forma consistente que esta escola primária pública tinha maior importância que as demais.

O projeto já tinha sido apresentado ao final de 1925<sup>96</sup> (Figuras 33 e 34) e a inauguração ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1928.<sup>97</sup> O partido arquitetônico adota a tipologia em “U”. Na parte central, no térreo, um vestíbulo de grandes proporções e ricamente ornamentado distribui e integra os demais ambientes. Uma elegante escada em mármore, com corrimões *art-nouveau* em ferro e iluminada por vitral colorido, faz a ligação com o pavimento superior que conta com um salão de recepção na projeção do vestíbulo. A valorização dos ambientes é percebida interna e externamente pelo apuro ornamental que recebem.

As alas laterais abrigam as 12 salas de aula, os ambientes administrativos (salas de professores e diretor, vestiário e portaria) e as instalações sanitárias, interligados por galeria. A escola conta com o pátio interno, possibilitado pela tipologia em “U”, de pequenas dimensões (Foto 44, página 225). Neste edifício não há acessos laterais, nem diferenciação entre entradas de professores e de alunos, todos utilizam o vestíbulo.

O programa arquitetônico do Grupo Escolar D. Pedro II foi o mais complexo entre os edifícios escolares aqui analisados. As salas apresentaram dimensões próximas das escolas edificadas anteriormente, assim como também possuíam um bom índice de iluminação e ventilação proporcionado por amplas aberturas, mas sua concentração foi maior, ultrapassando a demanda das oito salas para o ensino primário (quatro séries, com separação de meninos e meninas). A escola notabilizou-se por ser um grande empreendimento, incorporar tecnologia ao apresentar dois pavimentos e instalações sanitárias internas, agregar a seu programa construtivo ambientes até então inexistentes nas escolas primárias paranaenses e consolidar o pátio interno como ambiente escolar. A presença de tais características permite afirmar que o D. Pedro II foi o primeiro grupo escolar no Paraná que efetivamente incorporou todas as exigências espaciais da escola graduada e que sua arquitetura refletiu este pioneirismo, apresentando singularidade e esmero formal e formando com as três escolas normais o conjunto mais representativo de edifícios escolares da década de 1920.

---

<sup>96</sup> PARANÁ. 1925. Relatório da Secretaria Geral de Estado para a Presidência do Estado, relativo ao exercício financeiro 1924-25, em 31 de dezembro de 1925. Curitiba: Livraria Mundial e França e Cia., 1925.

<sup>97</sup> Logo após a sua inauguração, o Grupo Escolar Cruz Machado, situado também no Batel e a poucas quadras daquele, foi desativado e seus alunos incorporados ao D. Pedro II. CASTRO, E. A. Ensaios sobre a arquitetura... 2006. (p. 67)

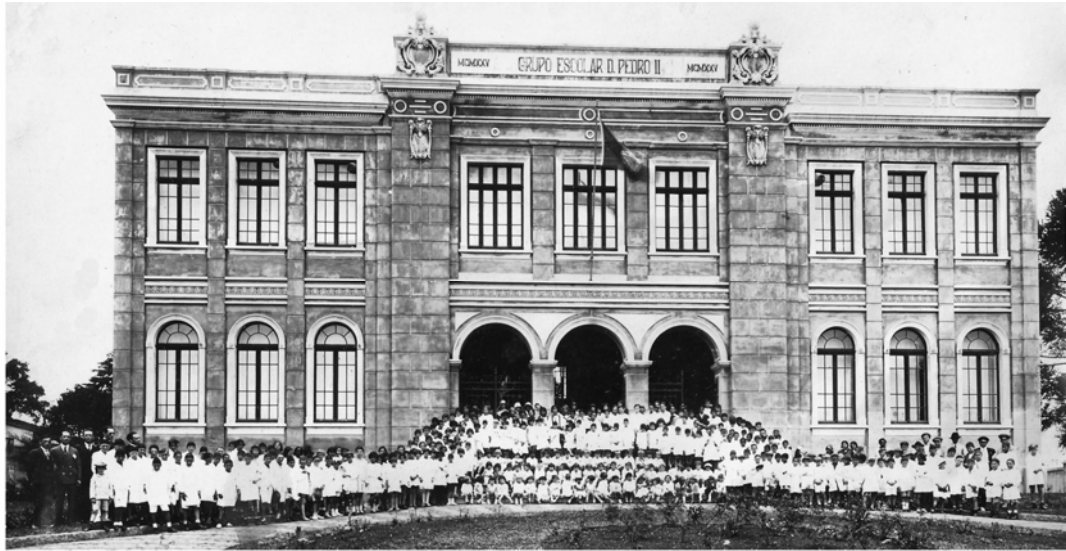
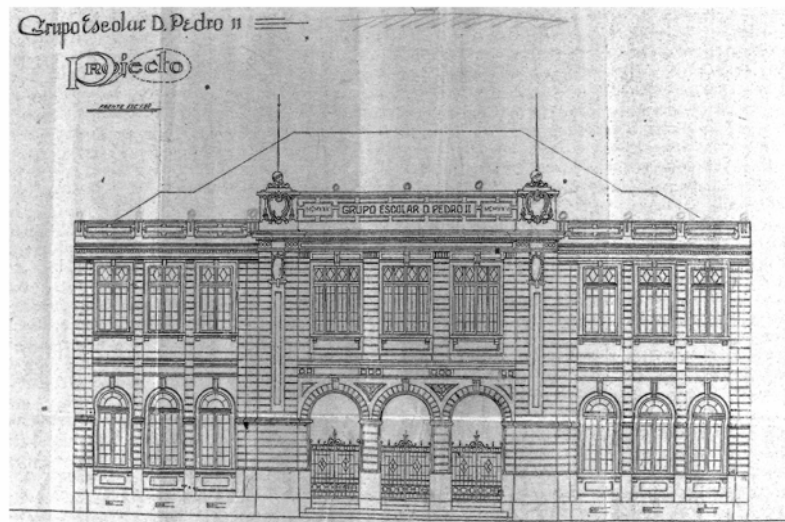


Foto 41: Grupo Escolar D. Pedro II, em Curitiba - década de 1920



10

Figura 33: Elevação principal do Grupo Escolar D. Pedro II, em Curitiba

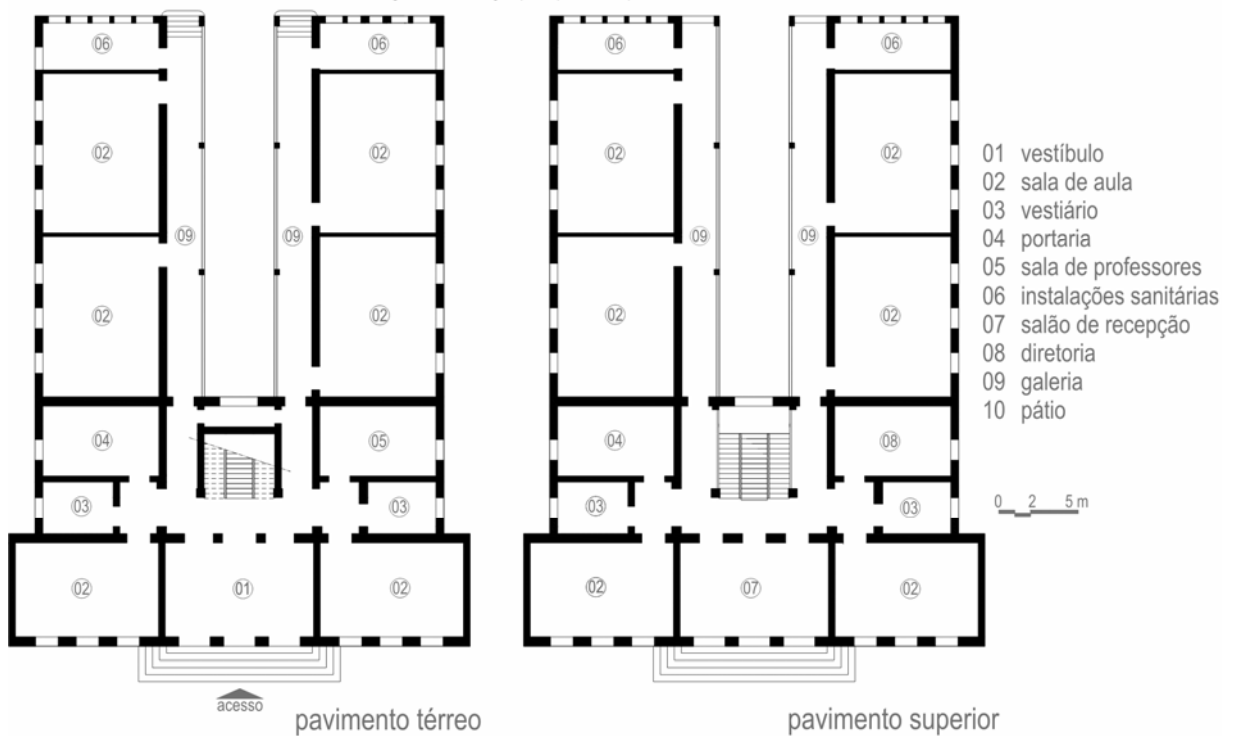


Figura 34: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar D. Pedro II, em Curitiba





Foto 42: Detalhe da placa de identificação na fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II

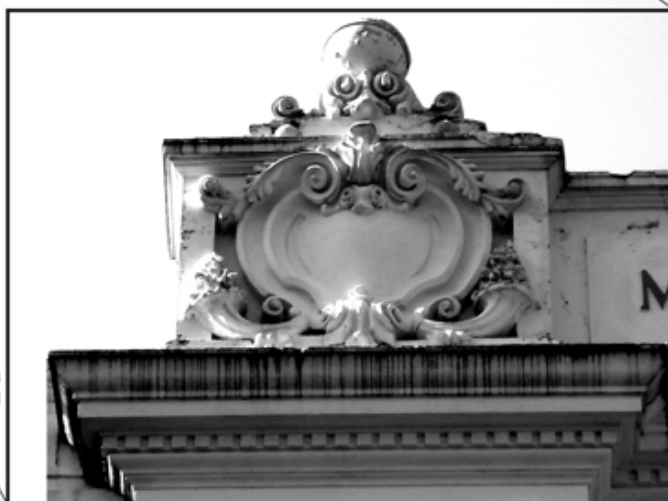
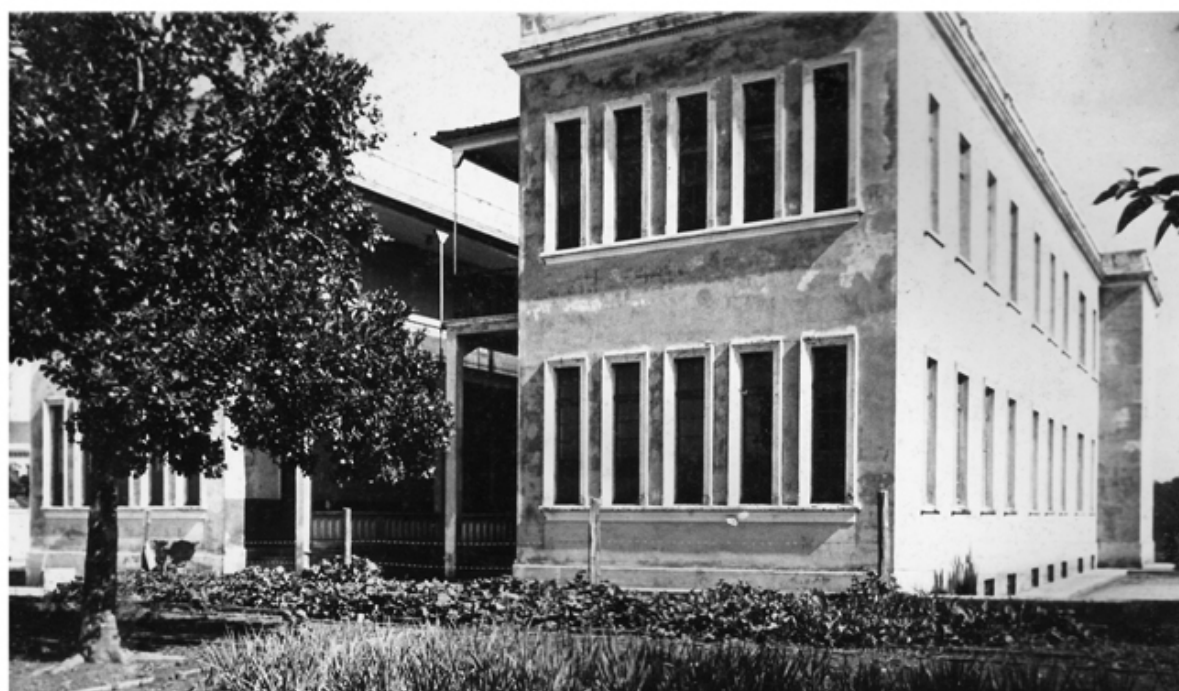


Foto 43: Detalhe do medalhão sobre a platibanda na fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II

Foto 44: Fundos do Grupo Escolar D. Pedro II - década de 1920



O Grupo Escolar D. Pedro II foi a última escola construída na Primeira República.<sup>98</sup> Na Mensagem de 1929, Affonso Camargo, sucessor de Caetano Munhoz da Rocha no Governo do Paraná, anunciou que, entre outras coisas, “aumentar o numero dos edificios escolares” era “objeto de determinações já dadas no sentido de se proceder a estudos e projectos, obedientes á situações, natureza e fins dos edificios a construir”.<sup>99</sup> Sendo assim, Affonso Camargo solicitou, ou iria solicitar, novos projetos arquitetônicos de escolas e depois construí-las, mas não houve tempo para isso, em 05 de outubro de 1930 foi deposto e substituído pelo interventor Mário Alves Monteiro Tourinho.

---

<sup>98</sup> Para relação completa ver Tabela 02, Anexos, páginas 349-350.

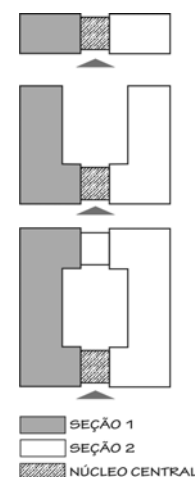
<sup>99</sup> PARANÁ. Governo. 1929. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 2ª Sessão da 19ª Legislativa, em 1º de fevereiro de 1929. Curitiba, 1929. (p. 83)

### 3.3 Período: 1930-1945

#### 3.3.1 A década de 1930 e as escolas déco

Na década de 1930, sob a interventoria de Manuel Ribas no Paraná, foram elaboradas duas famílias de projetos arquitetônicos padronizados (Tabela 03, Anexos, página 351). A primeira (Grupo 1), composta por escolas de duas, quatro, seis, oito e dez salas de aula (Figura 35), manteve duas características das escolas da década de 1920: a padronização de projetos e a possibilidade de ampliação. A célula deste conjunto possuía como programa arquitetônico duas salas de aula, duas administrativas e um vestíbulo, configurada em bloco único, de acesso centralizado e com as salas de aula localizadas nas laterais do edifício. A Foto 45 mostra o Grupo Escolar de Sertanópolis, construído neste formato. Sua fachada posterior (Foto 46) revela a existência de uma espera para ampliação: as paredes das salas de aula eram cegas e o conjunto já contava com a primeira linha de pilares da futura galeria de circulação. As escolas maiores apresentaram alas laterais apostas ao núcleo inicial, passando a exibir a conhecida configuração em “U”. A unidade com dez salas de aula tinha uma ala posterior, fechando o retângulo e retomando a tipologia em quadra das edificações jesuíticas e acrescentando dois ambientes administrativos. No entanto, apesar da demanda escolanovista, não constava no programa arquitetônico ambientes como biblioteca, museu e gabinetes médico e odontológico.

A comparação deste conjunto com as escolas da gestão de Caetano Munhoz da Rocha mostra, no entanto, uma diferença: a presença do vestíbulo central que define o único acesso à escola. Voltou-se, com este partido, à delimitação do núcleo central do edifício que concentrava os ambientes administrativos e intermediava a comunicação entre o externo e o interno da escola. Mesmo não havendo referência à divisão das escolas em seções, esta configuração permitia sua realização (ver esquema à direita).



A utilização estrutural do concreto armado permitiu uma maior quantidade de aberturas e o aumento de suas dimensões. A presença de prateleiras de luz nas janelas, de esquadrias metálicas, foi constante e demonstrou uma preocupação com o controle da incidência da luz solar nos ambientes. Como revestimento externo das paredes foi utilizado o pó-de-pedra.

Figura 35: Plantas-tipo do pavimento térreo da primeira série de projetos arquitetônicos padronizados elaborados e construídos na década de 1930 - Grupo 1

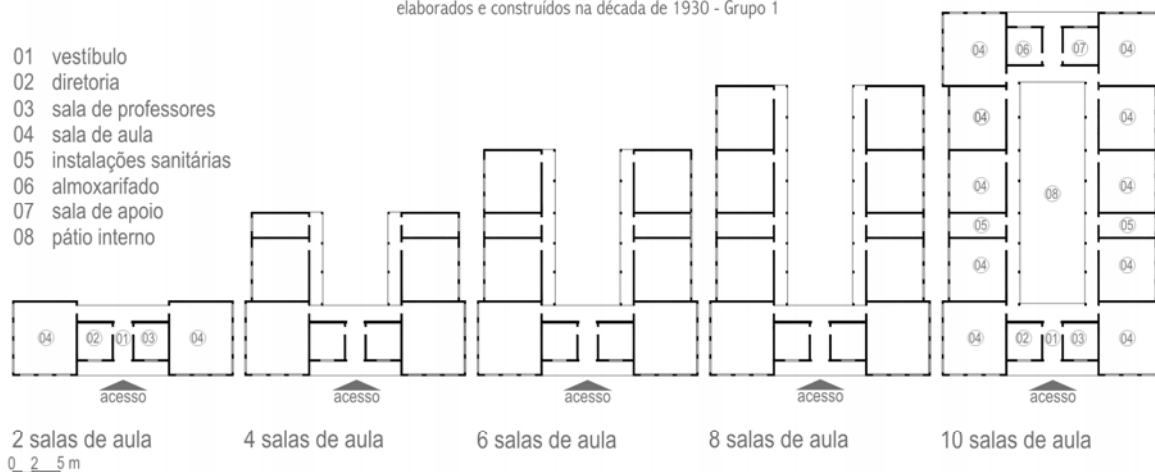


Foto 45: Grupo Escolar de Sertãoópolis - sem data



Foto 46: Grupo Escolar de Sertãoópolis - sem data  
Fachada posterior



As Fotos 47 e 48 apresentam as primeiras escolas construídas pela interventoria de Manoel Ribas: o Grupo Escolar Julio Teodorico, em Ponta Grossa (1935), e a 2ª sede do Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro (1935), respectivamente. A linguagem formal filiada ao *art déco* acompanhou a tendência das obras públicas em todo o país. A simetria da planta foi reproduzida na composição, que manteve a divisão clássica da fachada tripartida, por intermédio de um jogo de avanços e recuos. O acesso principal, centralizado, foi marcado pela presença de fina marquise e levantamento da platibanda, ornamentada em toda a sua extensão por frisos escalonados característicos do período. As aberturas, de dimensões generosas, definiram um ritmo regular na composição.

As duas obras começaram em 1934, inaugurando o “plano geral de construção de modernos Grupos Escolares para o Estado”<sup>100</sup>, ano em que foi realizada a 1ª Exposição de Arquitetura Escolar, com a participação do Paraná.<sup>101</sup> Sem poder medir o grau de influência que aquele debate teve no desenvolvimento dos projetos

<sup>100</sup> PARANÁ. 1935a. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Manoel Ribas D. D. Governador do Estado do Paraná pelo Secretário dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas Othon Mäder, Exercício de 1934. Curitiba, junho de 1935. (p. 325-326)

<sup>101</sup> PORTO CARRERO, Oscar. Exposição de Architectura Escolar. Conferencia do Professor Oscar Porto Carrero. In Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1934. (p. 3)

arquitetônicos de Castro e Ponta Grossa, é possível afirmar que eles também foram norteados pela racionalidade e flexibilidade construtivas tão caras aos escolanovistas.

Foto 47: Grupo Escolar Julio Teodorico, em Ponta Grossa - sem data



Foto 48: 2ª sede do Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro - sem data



Foto 49: Grupo Escolar Hugo Simas, em Londrina - sem data



Foto 50: Grupo Escolar Macedo Soares, em Campo Largo - sem data



Conforme se observa pelos projetos desses Grupos Escolares e pelas suas execuções em Ponta Grossa e Castro, com capacidade para 600 e 800 alunos respectivamente, imperou em seu estudo o mais rigoroso princípio da elegância e da técnica construtiva e pedagógica.<sup>102</sup>

As escolas de Castro e Ponta Grossa diferiram daquelas projetadas por Silva Neves e Enéas Silva. Apesar de revestidas por uma linguagem formal mais atualizada, seu projeto manteve partido, programa e tipologia conservadores, pautados na ordenação simétrica do espaço e numa relação de ambientes escolares modesta. Os edifícios escolares foram *racionais* e *econômicos* como seus predecessores, mas ganharam *modernidade* pelo emprego do concreto armado e pelas linhas retas do art déco.

Uma variante formal desta série pode ser conferida nos edifícios dos grupos escolares Hugo Simas, em Londrina (1937, Foto 49), e Macedo Soares, em Campo Largo (1938, Foto 50). A composição, ainda mais simplificada, definiu-se por linhas e planos bem demarcados.

<sup>102</sup> PARANÁ. 1935a. (p. 326)

Foto 51: 2ª sede do Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira - sem data



Foto 52: 2ª sede do Grupo Escolar Manoel Pedro, na Lapa - 2007



Foto 53: Grupo Escolar Duque de Caxias, em Irati - sem data

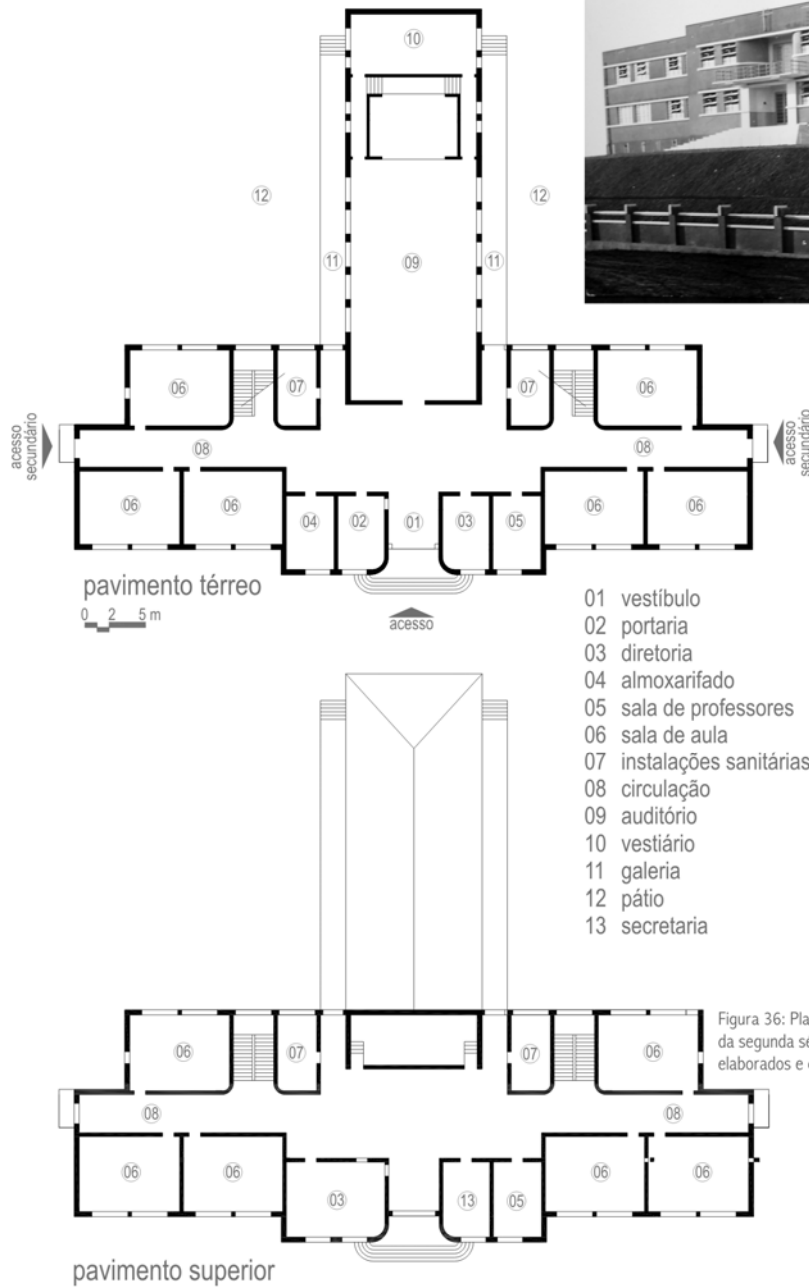


Figura 36: Plantas-tipo dos pavimentos térreo e superior da segunda série de projetos arquitetônicos padronizados, elaborados e construídos na década de 1930

Ainda dentro da estética déco, outra família de projetos arquitetônicos foi elaborada (Tabela 03 - Grupo 2, Anexos, página 351), contando com edifícios de maior porte: de seis (Grupo Escolar Jesuíno Marcondes em Palmeira, Foto 51), oito (2ª sede do Grupo Escolar Manoel Pedro, na Lapa, Foto 52) e doze salas de aula (Grupo Escolar Duque de Caxias, em Irati, Foto 53). O programa arquitetônico tornou-se mais elaborado com a presença do auditório-ginásio e, nas unidades de 12 salas de aula, de gabinetes médico e odontológico e da biblioteca (Figura 36). A planta em “T” dispôs na parte frontal e de forma centralizada os ambientes administrativos e o acesso principal; as salas de aula, nas extremidades; e na transversal desta, o auditório-ginásio. Em contraposição à maior diversidade de ambientes, a composição ficou ainda mais austera. A horizontalidade dos edifícios foi reforçada por linhas contínuas presentes em todo o perímetro, que definiram o posicionamento das aberturas. Os edifícios de dois pavimentos apresentaram sobre a entrada principal um balcão apoiado em laje fina e protegido por guarda-corpo metálico (Foto 53), elemento que deu maior leveza ao conjunto. As maiores dimensões, os dois pavimentos e a implantação afastada dos limites do terreno, proporcionaram a essas unidades maior visibilidade, o que não aconteceu com as construções térreas, que parecem *achatadas* no terreno.

Em meados da década de 1930, foram construídos dois importantes edifícios escolares em Curitiba: a Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti (1935, Foto 54) e a Escola de Aprendizes e Artífices (1936, Foto 56, página 234).

A construção do edifício onde se acha installada a Escola de Trabalhadores Rurales “Dr. Carlos Cavalcanti”, typo moderno, com dois pavimentos e todas as accommodações necessarias tanto para 200 alumnos internos do Abrigo de Menores (secção masculina), os quaes farão o curso de trabalhadores ruraes, como para 600 alumnos externos, que receberão instrucção igual á que é ministrada nos grupos escolares, foi iniciada e concluida em 1934, sendo a sua despesa total de Rs. 355:243\$456.<sup>103</sup>

Devotado sempre ao ensino profissional, que reputo um dos fatores capazes de fazer grandeza econômica do Paraná, construí a **“Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti” predio moderno e majestoso**, situado no arrabalde do Bacacheri, destinado ao preparo intelectual e profissional-rural dos menores desamparados. Ali, os internados do extinto Abrigo de Menores recebem instrução primaria e noções praticas de agricultura familiarizaram-se com o tratamento e a criação dos animais domesticos, aprendem a trabalhar em industrias caseiras e rurais e em outros ofícios. A Escola está no centro de uma área de 20 hectares de terras cultivaveis, com cavalariças, pocilgas, silos e outras instalações para os animais de serviço e de aprendizagem.

Todo o conforto e higiene foram ministrados aos internados, professores e empregados. Ali se formarão os futuros condutores do trabalho rural os feitores das fazendas agrícolas e pastoris.

---

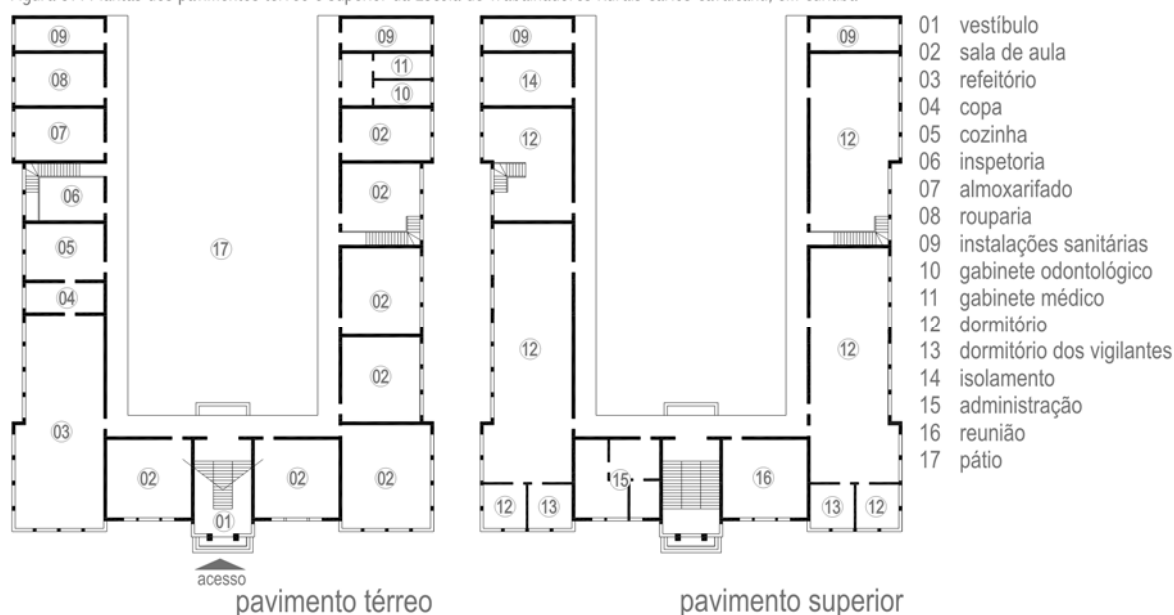
<sup>103</sup> PARANÁ. Governo. 1935. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado ao installar-se a 1ª Legislatura da Segunda Republica, em 16 de maio de 1935. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1935. (p.23)

A capacidade é para 200 alunos internos e já está esgotada, não havendo mais vagas. Poderão entretanto ser admitidos até 600 alunos externos.<sup>104</sup>

Foto 54: Antiga sede da Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti, em Curitiba - década de 1950. Hoje pertencente à Universidade Federal do Paraná.



Figura 37: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti, em Curitiba



A construção da Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti representou um novo direcionamento na área da assistência social, marcada no período Vargas pela ênfase ao ensino profissionalizante rural e urbano, inaugurando uma rede de instituições com dupla finalidade: abrigar e educar para o trabalho no campo crianças pobres e/ou órfãs. O edifício, construído na capital do Paraná, materializou e simbolizou a ação governamental, pautada em novos conceitos e princípios

<sup>104</sup> PARANÁ. Governo. 1936. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura da Segunda Republica em 1º de setembro de 1936. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1936. (p. 97) - Grifo meu.



assistenciais, justificando seu caráter como *moderno e majestoso*. A arquitetura mostrou majestade e imponência pelo porte da obra. A modernidade ficou por conta do uso do concreto armado, da elaboração do programa construtivo (que contou com salas de aula, refeitório e ambientes afins, gabinetes médico e odontológico e dormitórios) e da racionalidade das linhas déco. No entanto não alcançou o partido arquitetônico, estruturado, assim como ocorreu com as escolas primárias, na tradicional tipologia simétrica em “U”.

Foto 55: 1ª sede da Escola de Aprendizes Artífices na Praça Carlos Gomes, em Curitiba - sem data



A Escola de Aprendizes Artífices iniciou suas atividades em 16 de janeiro de 1910, ocupando um edifício na Praça Carlos Gomes (Foto 55) e tendo como objetivo a formação de mão-de-obra qualificada para a nascente indústria paranaense e a assistência social de menores desvalidos e/ou delinquentes. Os alunos da instituição tinham entre 10 e 14 anos e recebiam, além da formação profissional, o ensino primário.<sup>105</sup> A precariedade das instalações foi uma reclamação constante durante toda a Primeira República, porém a construção do novo prédio somente foi viabilizada em 1934, por Manoel Ribas (Fotos 56 e 57 e Figura 39).

Outro melhoramento de grande importancia para a nossa Capital é a construção que está sendo feita do predio para a instalação da Escola de Artes e Officios.

Esta edificação, mediante concurrencia publica, foi contractada com a Companhia Construtora Nacional S.A. (Weyss e Fraytag) pela importancia de Rs. 887:500\$000. (...)

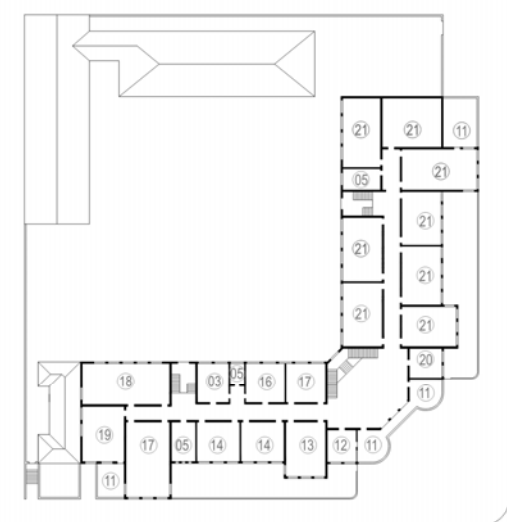
**Dessa maneira lucrará a nossa Capital, que será embellezada com mais um edificio digno de figurar nos centros mais adiantados do Brasil e beneficios extraordinarios advirão para o ensino profissional, preparando homens uteis a si proprios e á comunhão em que irão exercer a sua actividade.**<sup>106</sup>

<sup>105</sup> QUELUZ, Gilson Leandro. História do CEFET. Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (1909-1935). Curitiba: CEFET, 1996.

<sup>106</sup> PARANÁ. Governo. 1935. (p.23) - Grifo meu.



pavimento térreo  
0 2 5m



pavimento superior

Figura 38: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola de Aprendizes Artífices, em Curitiba

- 01 vestíbulo
- 02 portaria
- 03 almoxarifado
- 04 oficina
- 05 instalações sanitárias
- 06 salão de reuniões e de desenho
- 07 casa
- 08 refeitório
- 09 cozinha
- 10 copa
- 11 terraço
- 12 sala de professores
- 13 congregação
- 14 administração
- 15 diretoria
- 16 sala do diretor
- 17 museu
- 18 biblioteca
- 19 sala de leitura
- 20 bedéis
- 21 sala de aula
- 22 pátio

Foto 57: Detalhe do acesso principal da Escola de Aprendizes e Artífices, em Curitiba - sem data



Figura 39: Fachada da Rua Sete de Setembro da Escola de Aprendizes Artífices, em Curitiba

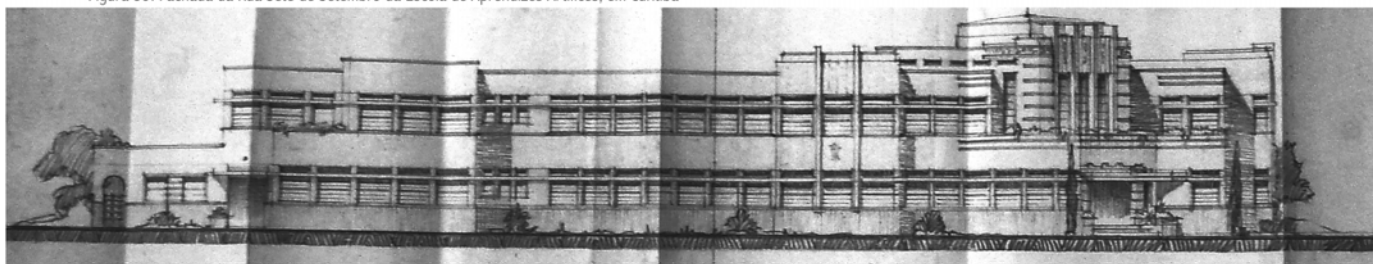


Foto 56: Escola de Aprendizes e Artífices, em Curitiba - 1935. Hoje sede da Universidade Tecnológica Federal do Paraná



**A Escola de Aprendizes Artífices foi de todas a maior e a mais importante.** O Governo do Estado levantou esta admirável obra em terreno de sua propriedade, na esquina da Avenida Sete de Setembro com Desembargador Westphalen, adquirido em 1929, pela quantia de Rs. 170:000\$000. O edifício, hoje um dos mais belos e amplos desta Capital, tem a capacidade para ministrar instrução primária e ensino profissional a 600 alunos semi-internos do sexo masculino. As salas de aulas, como as oficinas, o pátio de recreio, a residência do diretor, o refeitório e demais dependências, servem magnificamente aos fins objetivados.

O custo da construção elevou-se a Rs 976:356\$800, tendo o Governo Federal concorrido com Rs 500:000\$000.

Logo após a conclusão das obras fez-se ali a transferência da Escola Federal de Aprendizes Artífices, que a partir de fevereiro deste ano, passou a funcionar no prédio estadual recém-construído, independentemente do pagamento de qualquer aluguel.<sup>107</sup>

Com área construída de 2.250,74 m<sup>2</sup>, o edifício configurou-se simetricamente em “L”, com núcleo central onde se localizou o acesso principal (Foto 57) e alas laterais com os ambientes administrativos, de ensino, de apoio e de serviço (Figura 38). A composição sofisticada ganhou dinamismo pela articulação simétrica de volumes geometrizados, com a predominância de linhas retas nas laterais e linhas curvas no volume central. A qualidade formal da antiga Escola de Aprendizes Artífices (hoje sede da Universidade Tecnológica Federal do Paraná), superior a da Escola Dr. Carlos Cavalcanti, materializou a importância atribuída às escolas profissionalizantes no período Vargas, valorizando o ensino de ofícios urbanos, afinal *foi de todas a maior e a mais importante*. Tanto que este edifício juntamente com a agência postal e sede do Departamento de Correios e Telégrafos (1934, Foto 58) são marcos da arquitetura art déco da cidade, que materializam e simbolizam ação do governo de Vargas e Ribas.

Foto 58: Sede do Departamento de Correios e Telégrafos, agência postal telegráfica, em Curitiba - sem data



<sup>107</sup> PARANÁ. Governo. 1936. (p. 96-97) - Grifo meu.

Foto 59: Ginásio Estadual de Jacarezinho - sem data. Projetado para a Escola Normal de Jacarezinho



Foto 60: Ginásio-auditério do Ginásio Estadual Rui Barbosa, em Jacarezinho - sem data



Figura 40: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Normal de Jacarezinho, depois Ginásio Estadual de Jacarezinho



Ainda em 1935, foi projetado “o mais moderno e aperfeiçoado estabelecimento de ensino secundário do Estado”<sup>108</sup>, a Escola Normal de Jacarezinho (Foto 59)<sup>109</sup>, que retornou à tipologia simétrica em “U” e aos padrões formais simplificados, encontrados nas escolas de Londrina e Campo Largo (Fotos 49 e 50, respectivamente, página 229). O edifício possuía dois pavimentos, dimensões generosas - com 1.447,00 m<sup>2</sup> de área construída<sup>110</sup>- e seu programa arquitetônico contou com biblioteca, diretoria e sala de professores nos dois pavimentos - sugerindo a presença de uma escola primária anexada para a prática de docência -, gabinetes médico e odontológico, instalações sanitárias e salas especiais destinadas aos laboratórios de física, química e história natural e aos trabalhos manuais (Figura 40). Foram mantidas as principais características dos edifícios escolares até então produzidos: a tripartição da fachada, o tratamento mais elaborado no núcleo central com o acesso principal ao edifício, a setorização e a hierarquização bem delimitadas. O auditório-ginásio (Foto 60) foi separado do edifício principal, solução adotada nas escolas normais da década de 1920.

Essa obra, cujo projeto foi executado **com obediência às mais modernas conquistas da pedagogia e da arte de construir**, custará ao Estado, setecentos contos de réis, aproximadamente.<sup>111</sup>

No texto destacam-se como características a modernidade e a adequação às demandas pedagógicas e às técnicas construtivas, confirmando a racionalidade, a economia e o funcionalismo necessários para um edifício escolar. Tal discurso estava presente nas discussões mais amplas sobre a arquitetura que ocorriam naquele período, a qual, segundo o arquiteto Rino Levi, deveria ter *praticidade e economia*, [ser] *arquitetura de volumes*, [com] *linhas simples, poucos elementos decorativos, mas sinceros e bem em destaque*.<sup>112</sup>

---

<sup>108</sup> PARANÁ. Governo. 1937. Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937. (p. 78)

<sup>109</sup> Pelo Decreto nº 6.150, de 10 de janeiro de 1938, foram reunidos neste edifício o Ginásio de Jacarezinho e a Escola de Professores. PARANÁ. Governo. 1945. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1932 a 1944. Curitiba, 1945. Mimeo. (p. 7)

<sup>110</sup> PARANÁ. 1942a. Relatório de Obras Públicas referente ao decênio 1932-1942. Curitiba: 1942.

<sup>111</sup> PARANÁ. Governo. 1937. (p. 78) - Grifo meu.

<sup>112</sup> LEVI, Rino. A arquitetura e a estética das cidades. Publicado no Estado de São Paulo, São Paulo, em 15 de outubro de 1925.. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/rino03.asp>. Acesso em 29 de março de 2010. Grifo meu.

### 3.3.2 O neocolonial e o modernismo nos edifícios escolares (1940-1945)

A arquitetura escolar pública na década de 1940 no Paraná passou por uma reestruturação, abandonou o art déco e experimentou duas tendências formais distintas: o modernismo e o neocolonial.

Na primeira vertente, foi projetado um edifício destinado ao ensino primário em 1941 para a cidade de Palmas (Fotos 61 a 63), de concepção alinhada com as escolas modernistas do Distrito Federal e de São Paulo e com dez salas de aula. A nova solução apresentou três volumes justapostos em “L” (Figura 42 e esquema à direita), cada qual com



tratamento formal diferenciado e desempenhando uma função diferente: em um dos eixos foram localizadas as salas de aula e de apoio pedagógico; no outro, o auditório, e na articulação, o acesso principal, ambientes administrativos e de atenção ao aluno. A assimetria na composição aparece pela primeira vez nos edifícios escolares do Paraná e, com ela, a presença de apenas um bloco de salas de aula e o abandono da separação física de meninos e meninas, materializado até então pela existência de duas seções de ensino. também de forma pioneira, o grupo escolar reuniu em seu programa arquitetônico gabinetes médico e odontológico, museu, biblioteca, cantina e auditório.

O projeto arquitetônico do Grupo Escolar de Palmas, reproduzido em mais quatro cidades (ver Tabela 04, Anexos, página 352), representa uma modificação tipológica do edifício escolar público paranaense, até então configurado em “U”, procurando marcar um *novo* posicionamento pedagógico por intermédio de um *novo* alinhamento formal da arquitetura. No entanto, a adoção da linguagem modernista era uma das opções existentes na década de 1940 e o neocolonial ainda persistia como alternativa formal.

Na mesma década de 1940 foram construídas escolas neocoloniais no Paraná, que apresentaram uma variedade compositiva não encontrada nas modernistas. Os grupos escolares de Morretes (Foto 64 e Figuras 43 e 44, página 240), Jaguapitã (depois Sertãoópolis - Figuras 45 e 46, página 241), Joaquim Távora (Figuras 47 e 48, página 241) e Rebouças (Figura 49 e 50, página 242) possuíam projetos singulares, mas todos mantiveram a tradicional tipologia em “U”, com a planta simétrica, contendo uma ala central, de dois pavimentos e concentrando os ambientes administrativos, e duas laterais térreas abrigando salas de aula.



Fotos 61, 62 e 63: Grupo Escolar de Palmas - sem data



Figura 41: Detalhe da fachada principal do Grupo Escolar de Palmas

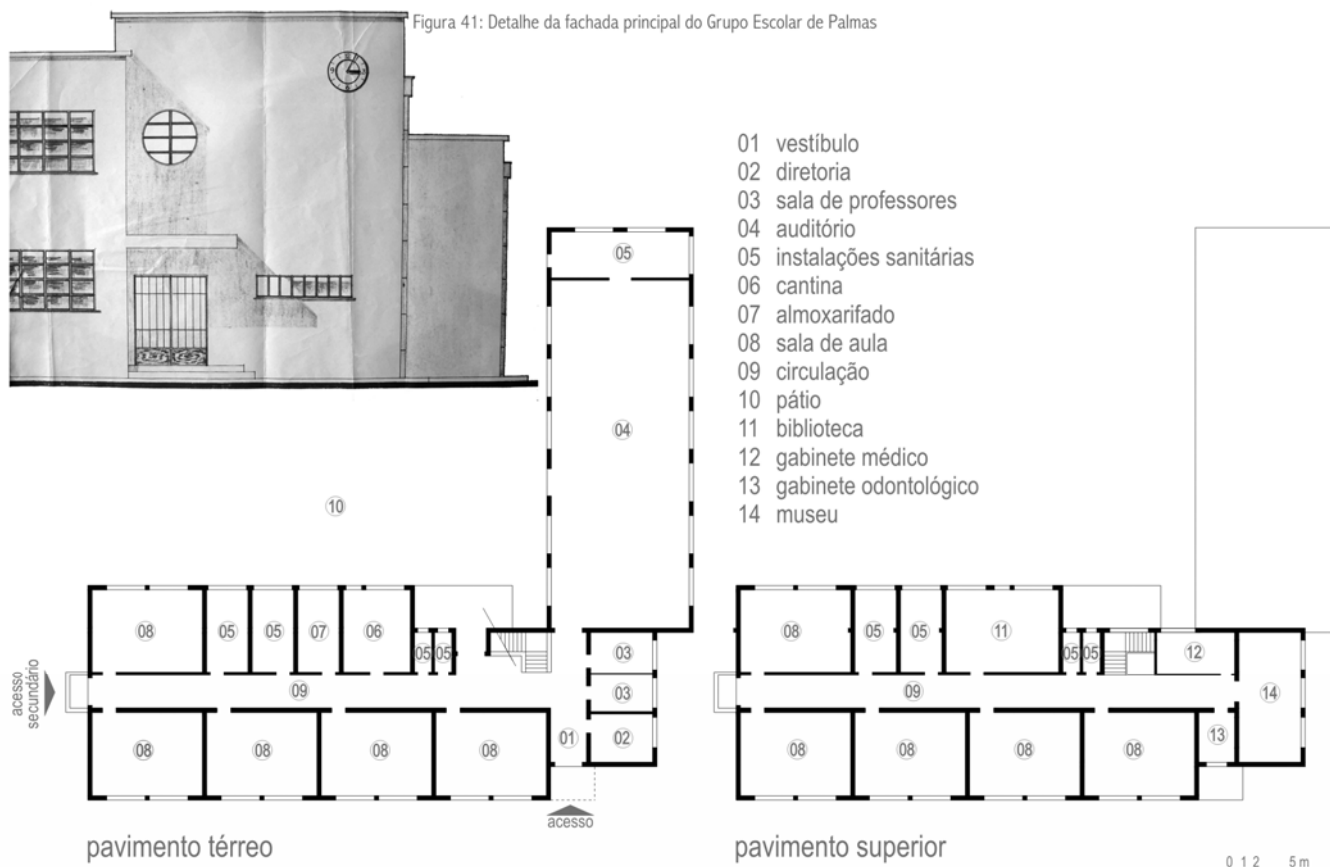


Figura 42: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Palmas



Foto 64: Escola Municipal Miguel Schleder, antigo Grupo Escolar de Morretes - 2010

Figura 43: Fachada principal do Grupo Escolar de Morretes

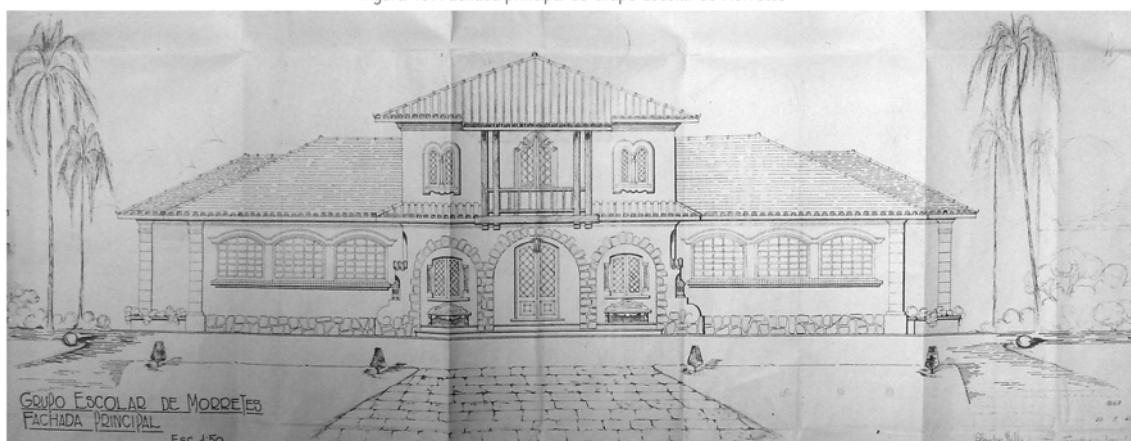


Figura 44: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Morretes







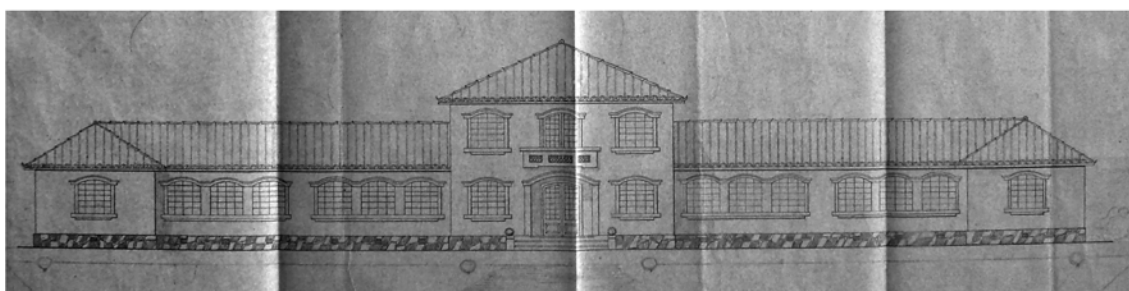
Figura 45: Fachada principal do Grupo Escolar de Jaguapitã, em Sertãozinho

Figura 46: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Jaguapitã, em Sertãozinho



Figura 47: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Joaquim Távora

Figura 48: Fachada principal do Grupo Escolar de Joaquim Távora



O programa arquitetônico também apresentou variações: as escolas possuíam entre seis e nove salas de aula, além de biblioteca e gabinetes médico e odontológico. Ambientes considerados importantes na escola nova, como área de recreação coberta, auditório-ginásio, cantina, museu, portaria e secretaria aparecem em algumas unidades.

O Grupo Escolar Professor Júlio César, em Rebouças, destacou-se pela originalidade de seu partido arquitetônico (Figuras 49 e 50): as alas laterais estão a 45° da ala central, não alinhadas com os limites do terreno, implantação única no universo de escolas estudadas. Além disso, as galerias de acesso às salas de aula estão voltadas para

o lado externo do edifício e não para o pátio interno, contrariando a configuração tradicional utilizada desde as escolas jesuíticas (ver esquemas á direita) que preserva a privacidade da vida escolar e mantém o controle da circulação interna.

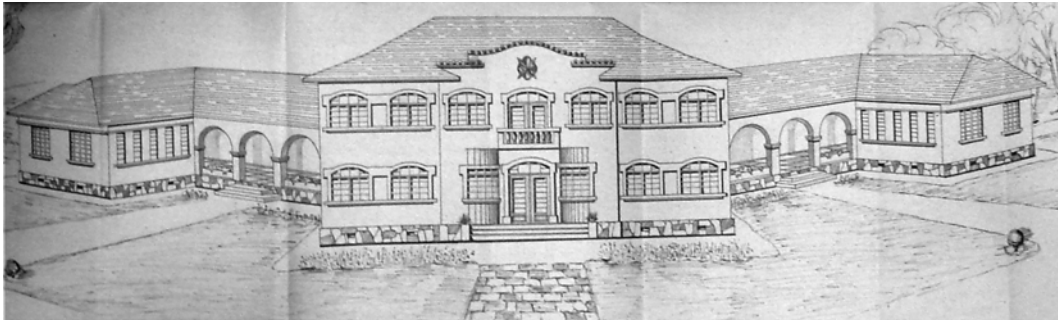
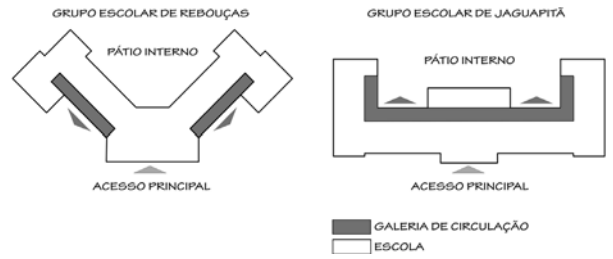
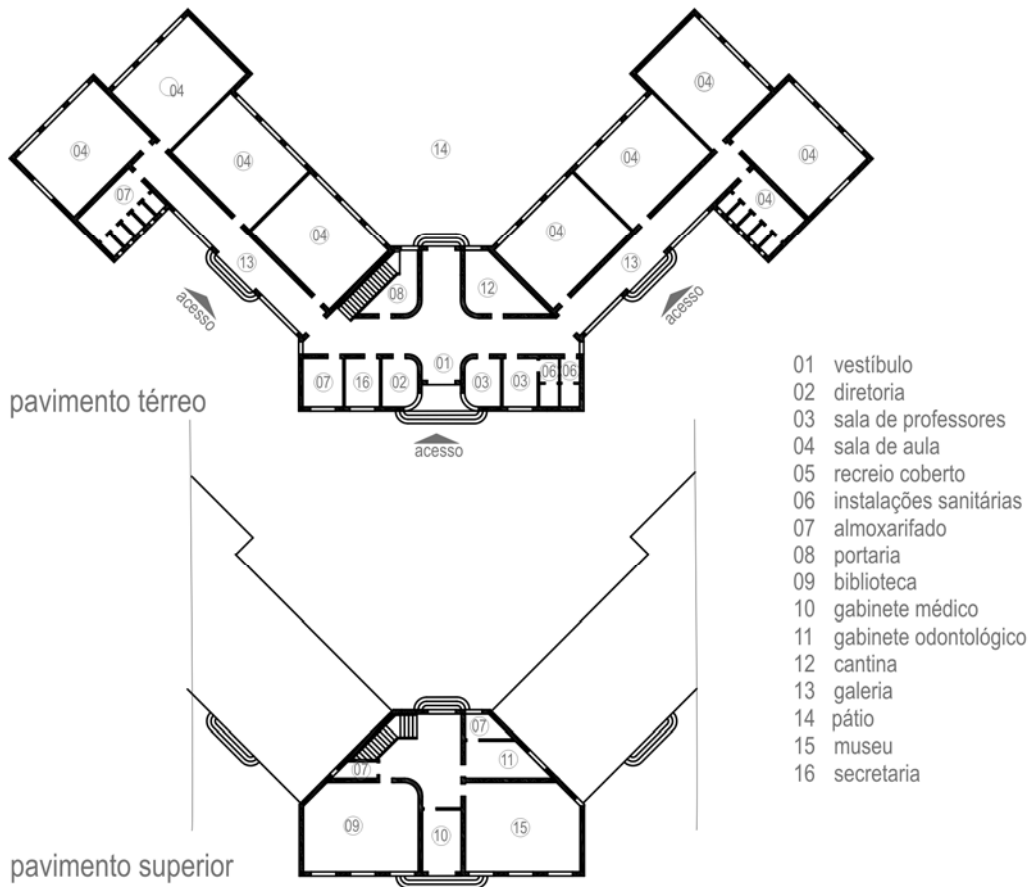


Figura 49: Fachada principal do Grupo Escolar de Rebouças

Figura 50: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Rebouças



Desde o edifício D. Pedro II inaugurado em 1928, não havia sido construído nenhum grupo escolar na capital do Estado, porém no final da interventoria de Manoel Ribas foram edificadas duas unidades de grande porte que se equipararam à escola de Caetano Munhoz da Rocha, os grupos escolares Lysimaco Ferreira da Costa e Julia Wanderley.

Grupo - Escolar Lysimaco Costa

Inaugurado ontem o modelar educandário

Revestiram-se de excepcional brilhantismo as solenidades ocorridas, na manhã de ontem, da inauguração do grupo escolar “Lisimaco Costa”, localizado no Bairro do Água Verde.

**Com instalações moderníssimas que obedecem aos requintes da mais adequada técnica, otimamente aparelhado, esse estabelecimento de ensino primário, de enorme valor educacional para a nossa terra; situa-se como uma casa modelar, no gênero, em todo o Estado.**<sup>113</sup>

O Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa foi o exemplar de maior representatividade da série de edifícios neocoloniais (Fotos 65 e 66).<sup>114</sup> De composição assimétrica, o edifício se compõe de uma justaposição de volumes que apresentam elementos do repertório colonial: pedras em faixa que aludem à cantaria, óculos, sobrevergas e suportes de varanda que se assemelharam aos cachorros (consolos). Uma torre situada na fachada frontal e correspondente à circulação vertical é o elemento focal mais importante do conjunto.

O programa arquitetônico correspondeu plenamente à demanda escolanovista: além de 12 salas de aula, auditório-ginásio, gabinetes médico e odontológico, cantina, almoxarifado, ambientes administrativos, museu e biblioteca (Figura 52).



Embora assimétrico, o Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa manteve a tipologia em “U”, com o acesso principal ao prédio locado à esquerda da torre, não centralizado e definido por uma arcada aberta para o vestíbulo. A setorização ficou delimitada com o administrativo à frente, o auditório à esquerda e duas áreas de salas de aula.

Este projeto arquitetônico foi repetido no Grupo Escolar de Jaguariaíva e no Ginásio Estadual de Londrina, destinado à instrução secundária.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> GRUPO ESCOLAR LYSIMACO COSTA. Jornal O Dia. Curitiba, 5 de dezembro de 1946. (p. 3) - Grifo meu.

<sup>114</sup> Para maiores detalhes ver Capítulo 7 de CASTRO, E. A. Ensaio sobre a arquitetura... 2006. (p. 75-82)

<sup>115</sup> Percebe-se aqui a flexibilidade espacial do projeto arquitetônico, uma vez que foi concebido para uma escola de instrução primária. Um ginásio necessitaria de salas especiais - destinadas ao ensino de química, física, história natural, etc. - as quais poderiam ser locadas em parte das salas inicialmente concebidas para as aulas comuns.

Foto 65: Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, em construção, Curitiba - sem data



Foto 66: Pátio interno do Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, em construção, Curitiba - sem data



- 01 vestíbul
- 02 auditório
- 03 diretoria
- 04 instalações sanitárias
- 05 sala de professores
- 06 almoxarifado
- 07 sala de aula
- 08 cantina
- 09 pátio
- 10 portaria
- 11 balcão
- 12 biblioteca
- 13 gabinete médico
- 14 gabinete odontológico
- 15 museu
- 16 circulação
- 17 galeria
- 18 secretaria

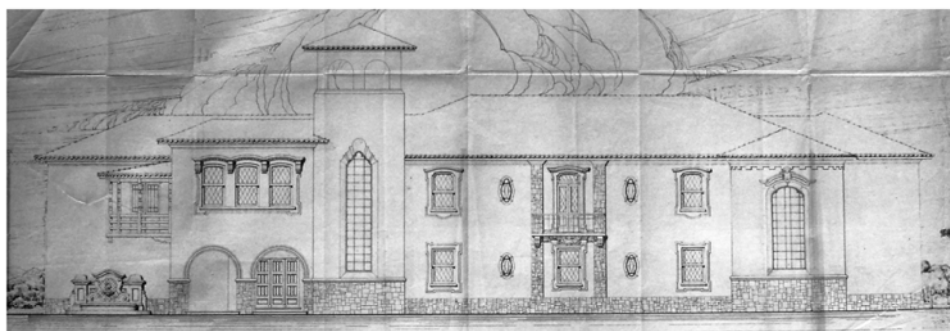
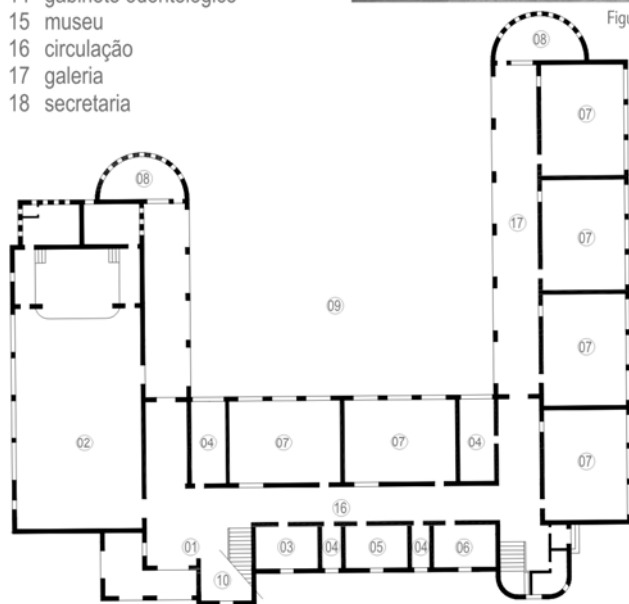
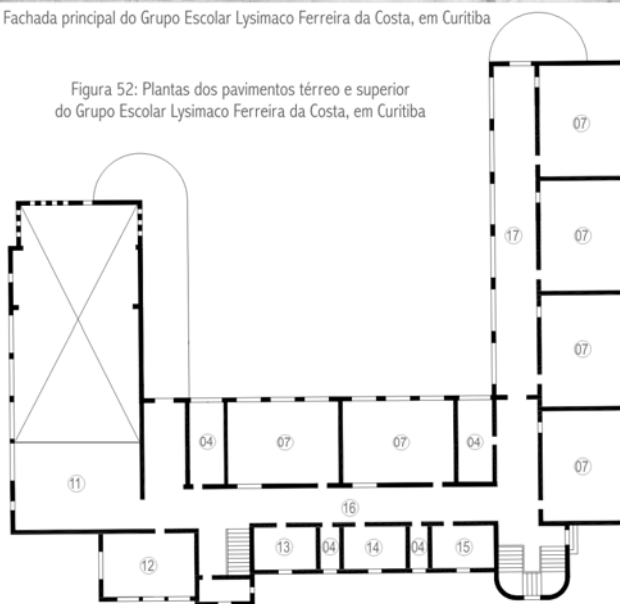


Figura 51: Fachada principal do Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, em Curitiba



pavimento térreo



pavimento superior

Figura 52: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, em Curitiba



Foto 67: Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba - 2008



Foto 68: Pátio interno do Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba - 2008

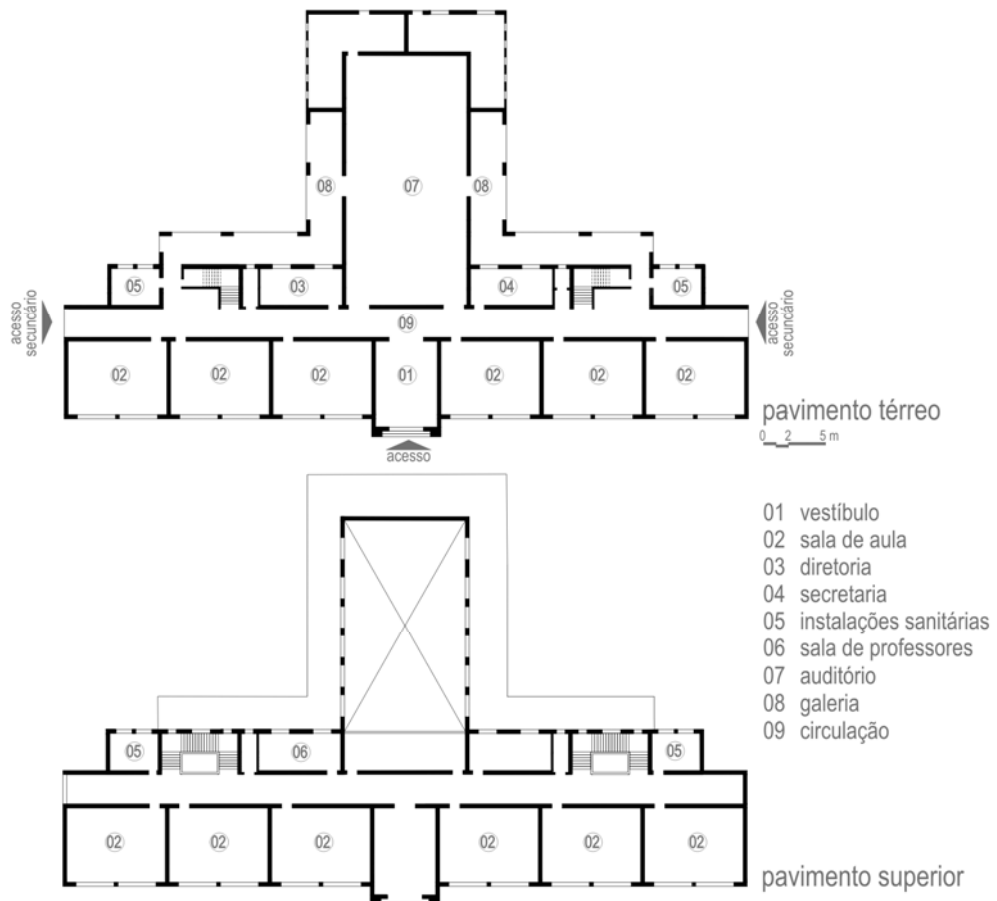


Figura 53: Plantas do pavimento térreo e superior do Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba

O Grupo Escolar do Bigorriho (depois denominado Julia Wanderley<sup>116</sup>), em Curitiba, de mesmo porte e programa arquitetônico que o Lysimaco Ferreira da Costa, apresentou uma solução arquitetônica distinta: configuração simétrica em “T”, semelhante à encontrada na 2ª série de projetos arquitetônicos de escolas produzidos na década de 1930 (Figura 36, página 230). Com linhas retas e sóbrias e predomínio da horizontalidade pela repetição de vãos, a composição destaca o volume central que define a entrada principal da escola (Fotos 67 e 68).

Em meados da década de 1940 foram construídas duas escolas destinadas à instrução primária em Curitiba, que se caracterizam pelo seu grande porte, por apresentarem o programa arquitetônico condizente com as demandas pedagógicas e higienistas do momento, adotarem linguagens formais distintas e estarem afastadas do centro da cidade, como indica o Mapa 03.

Mapa 03: Grupos Escolares construídos entre 1930 e 1945 em Curitiba



O Mapa 03 também revela a escassez de escolas públicas primárias com sedes projetadas e construídas para tal finalidade em Curitiba. Othon Mäder, Secretário dos

<sup>116</sup> Decreto n°2.267, de 29 de janeiro de 1946. PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Dá a denominação de “Julia Wanderley” ao grupo escolar do Bigorriho. Curitiba, 4 de fevereiro de 1946. (p. 1)

Negócios de Fazenda e Obras Públicas do Paraná, já havia diagnosticado em 1934 a falta de grupos escolares na capital do estado<sup>117</sup> e para contornar a situação o governo estadual ampliou algumas escolas existentes, aumentando a capacidade de atendimento, entre as quais os grupos escolares Xavier da Silva, Professor Cleto e Presidente Pedrosa.<sup>118</sup> Mesmo assim os bairros ainda se ressentiam da falta de edifícios escolares. A Prefeitura de Curitiba procurou amenizar o problema e construiu, na primeira metade da década de 1940, três escolas na periferia da cidade: nos bairros do Cajuru (Foto 69), Santa Felicidade e Guabirota.<sup>119</sup> Todas apresentaram o mesmo projeto arquitetônico: unidades com quatro salas de aula, construídas em alvenaria de tijolos, planta em “U” e configuração formal extremamente simplificada, destacando apenas a entrada principal da escola (Figura 54).

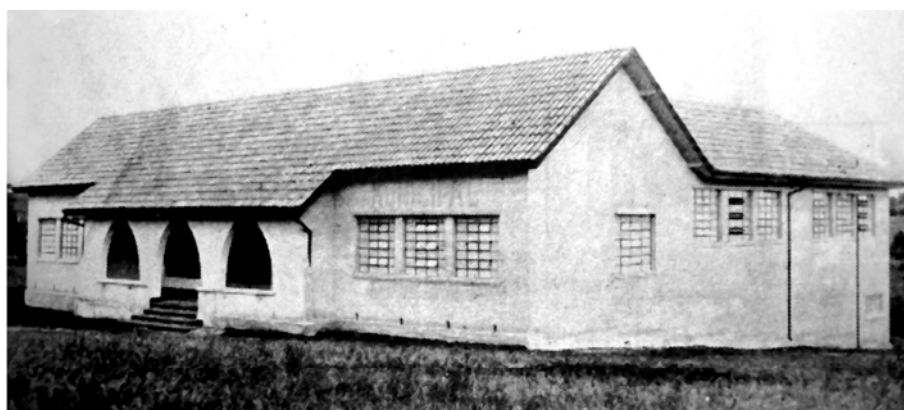


Foto 69: Escola Municipal do Cajuru, em Curitiba - 1942

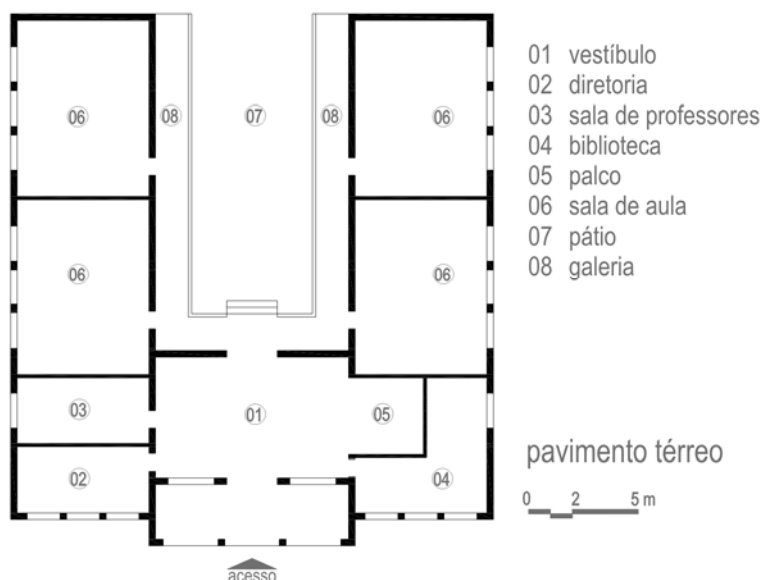
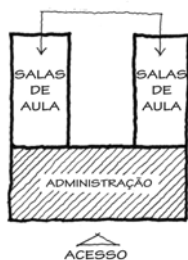


Figura 54: Planta do pavimento térreo das Escolas Municipais do Cajuru, do Guabirota e de Santa Felicidade, em Curitiba

<sup>117</sup> PARANÁ. 1935a. (p. 47)

<sup>118</sup> PARANÁ. Governo. 1937 e PARANÁ. Governo. 1939. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1939.

<sup>119</sup> Atualmente: Escola Estadual República Oriental do Uruguai, Colégio Estadual Professor Francisco Zardo e Escola Estadual Professor Elysis Vianna, respectivamente.



Ressalta-se que, mesmo na condição de escolas periféricas, estas unidades já apresentaram a estrutura mínima de um grupo escolar (Figura 54): quatro salas de aula, diretoria, sala de professores, biblioteca e um vestíbulo que funcionaria como um pequeno auditório em ocasiões festivas - programa arquitetônico mais completo que o encontrado na versão estadual (Figura 35, página 228), com exceção das instalações sanitárias que estão ausentes nas escolas construídas pelo município.

Outra edificação escolar projetada no período e inaugurada em 1950 foi o Colégio Estadual do Paraná, antigo Ginásio Paranaense, que até então funcionava na Rua Ébano Pereira, 240 em Curitiba (Foto 12, página 193). O colégio, com cerca de 1.500 alunos e funcionando nos três turnos, há muito clamava por um novo espaço.<sup>120</sup>

Em 19 de abril de 1943, durante a Interventoria de Manuel Ribas, foi realizada a solenidade de lançamento da pedra fundamental da nova sede do Colégio Estadual do Paraná. O terreno inicialmente escolhido situava-se em frente à Praça Santos Andrade, entre as ruas Conselheiro Laurindo, Amintas de Barros, Tibagi e XV de Novembro.<sup>121</sup> Ribas assim descreveu a obra:

**Trata-se de um edifício de consideráveis proporções, reunindo a beleza e a imponência arquitetônica, ao completo aparelhamento técnico.** Será, assim dotado de todo o requisito necessário, para qualificar-se entre os melhores do país.

Suas dependências compreendem: Salão Nobre, biblioteca, diretoria, secretaria, 3 salas para Inspectores Federais, 2 gabinetes médicos, 2 gabinetes dentários, 10 salas de estar, para o professorado, com separação de sexos e com aparelhamento sanitário anexo, 2 salas de espera, abrigo antiaéreo, teatro com 2 platéias, para 900 lugares e com cabine cinematográfica, 50 salas de aula, 4 laboratórios e 4 anfiteatros. Na torre central, amplo terraço, com um observador astronômico.

O edifício será servido de uma escada elíptica principal, no hall nobre, 2 elevadores e 6 escadas para o acesso aos andares.<sup>122</sup>

As qualificações citadas tratam dos três princípios da arquitetura definidos por Vitruvio (*Firmitas, Utilitas e Venustas*). A *beleza*, a *imponência*, a *adequação*, a *modernidade*, o *completo programa arquitetônico* e o *aparelhamento técnico* - com requintes de um cinema e um observatório astronômico - faziam parte do *caráter* do edifício que iria materializar e valorizar a instrução secundária no Estado. Curitiba, no período, já possuía escolas de grande porte para a instrução pública profissional (rural e urbana) e estavam sendo construídos dois grandes grupos escolares, restava edificar um colégio modelar. A Figura 55 traz a perspectiva do edifício, que ocuparia

<sup>120</sup> Para maiores detalhes ver Capítulo 08 de CASTRO, E. A. Ensaio sobre a arquitetura... 2006. (p. 83-93)

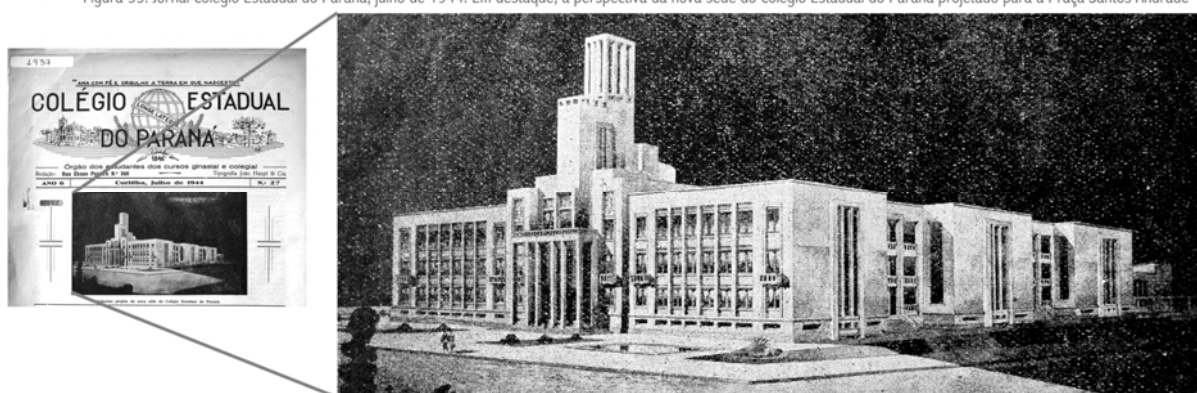
<sup>121</sup> Local onde, mais tarde, foi construído o Teatro Guaira.

<sup>122</sup> O BELÍSSIMO PRÉDIO da nova sede do Colégio Estadual do Paraná. In *Jornal estudantil Colégio Estadual do Paraná*. Ano 6, nº 27. Curitiba, julho de 1944. (p. 1) - Grifo meu.



toda a quadra e ficaria em frente à sede das Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia (antes Universidade do Paraná - Foto 25, página 208), localizada na outra extremidade da praça. O projeto configurado simetricamente em quadra, de linguagem art déco, trazia a marca da imponência e vinha na esteira do monumentalismo apresentado nos pavilhões das Grandes Exposições de Curitiba ocorridas em 1942 e 1943 e patrocinadas por Manoel Ribas. Mas, a obra do Colégio Estadual do Paraná não chegou a ser iniciada, uma vez que o projeto não contemplava espaços para a prática desportiva, havendo a necessidade de desapropriação de mais uma quadra, fato que na região central oneraria os custos.

Figura 55: Jornal Colégio Estadual do Paraná, julho de 1944. Em destaque, a perspectiva da nova sede do Colégio Estadual do Paraná projetado para a Praça Santos Andrade



Um novo terreno foi escolhido meses depois, com área de 43.137,63m<sup>2</sup> e localizado nas proximidades do Passeio Público, entre a Avenida João Gualberto e as Ruas Santo Antônio, Manuel Felix (hoje Agostinho Leão Junior) e Luiz Leão (naquele momento somente constando em projeto). A Companhia Construtora Nacional ficou responsável pela obra e o novo projeto, concebido pelo arquiteto Francisco Basile, contou com programa arquitetônico mais completo que o anterior: edifício principal, ginásio de esportes, piscina olímpica, piscina de aprendizagem, campo de esportes e casa do zelador (Foto 72).

A construção, iniciada em 1944, foi concluída seis anos depois, demora justificada pela dificuldade financeira, falta de mão-de-obra qualificada e escassez de material construtivo. A cerimônia de inauguração, em 29 de março de 1950, dia do aniversário de Curitiba, contou com a presença do então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, do Ministro da Educação, Clemente Mariani, do então Governador do Paraná, Moysés Lupion, e de secretários estaduais, entre os quais Erasmo Pilotto, da Educação e da Cultura.

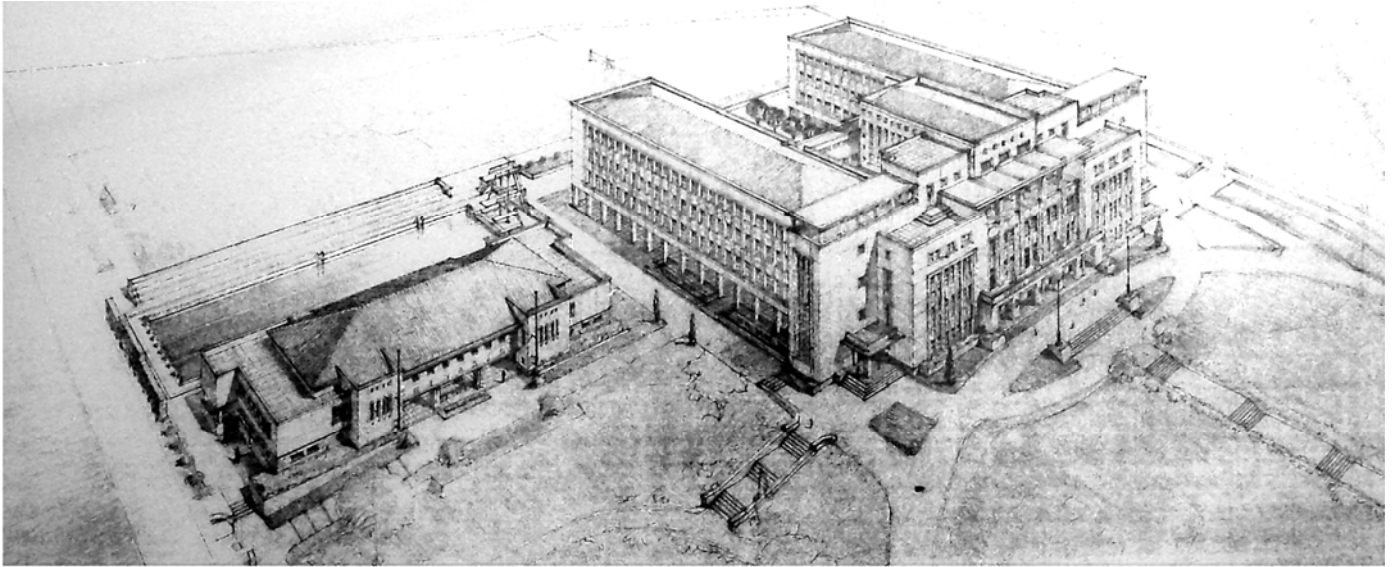


Figura 55: Perspectiva da sede do Colégio Estadual do Paraná para a Avenida João Gualberto, em Curitiba

Figura 56: Plantas dos pavimentos térreo, primeiro, segundo e terceiros do Colégio Estadual do Paraná

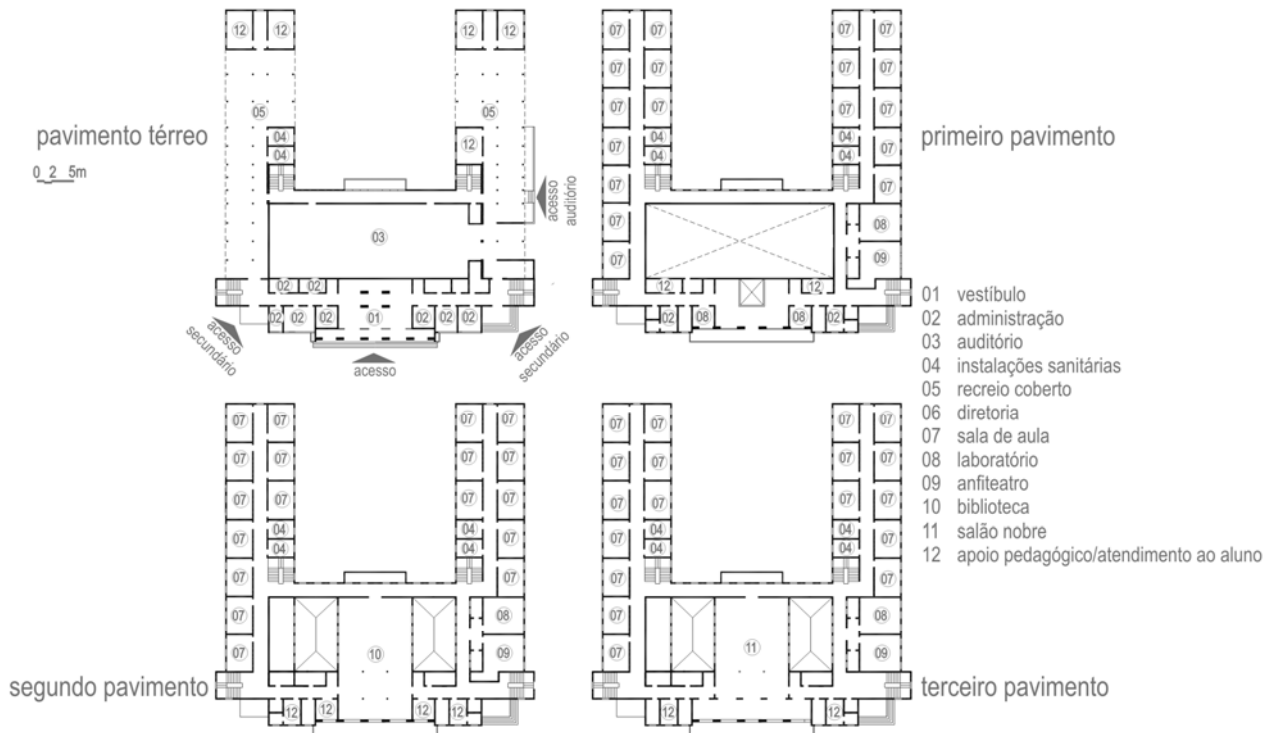


Foto 70: Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data



Foto 71: Pátio interno do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data



Foto 72: Vista posterior do conjunto arquitetônico do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data  
 Destaque para o complexo esportivo que inclui uma pista de atletismo, campo de futebol, ginásio coberto e piscina olímpica, com plataforma para saltos ornamentais.



Foto 73: Laboratório de Química do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data



Foto 75: Gabinete odontológico do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data



Foto 74: Biblioteca do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data



A solução formal adotada pode ser considerada filiada à arquitetura moderna, ainda com alguns elementos do art déco. O jogo de volumes apresentado na fachada principal do edifício deu equilíbrio e imponência ao edifício. O acesso principal, bem definido por um portal de linhas predominantemente horizontais, contrapôs-se à verticalização do restante do conjunto. O vazio representado pela varanda do Salão Nobre, no terceiro pavimento, surpreendeu e tornou a composição elegante. As alas laterais constituíram-se de volumes maciços suportados por pilares no térreo. O tratamento distinto dos volumes marcou as diferentes atividades: na ala central, os ambientes nobres (salão, auditório e biblioteca), ladeados por salas de apoio administrativo e pedagógico e nas alas laterais, uma destinada às meninas e outra aos meninos, as salas de aula foram distribuídas ao longo de uma circulação.

A utilização estrutural do concreto, liberando as paredes da sustentação do edifício, possibilitou a modulação dos espaços internos; a presença de áreas cobertas nas alas laterais para a circulação e recreio dos estudantes, solução que proporcionou ao conjunto leveza e continuidade espacial; e a abundância de aberturas garantindo iluminação e ventilação adequadas aos ambientes internos.

Contando com um terreno mais amplo, o edifício principal, com configuração simétrica em “U”, apresentou subsolo, térreo e três pavimentos, implantação central no seu nível mais alto, condições que permitiram ampla visibilidade da grandiosidade do empreendimento (Fotos 70 e 71, página 250). O programa constituía-se:

1º pavimento [térreo] - Entrada. Tesouraria, com sala de espera. Inspetoria Federal, com sala de espera. Gabinete médico, com sala de espera e sanitários. Hall. Dois elevadores. Portaria. Dentista, com sala de espera. Recreio coberto. Palco. Vestiários. Teatro e platéia. Descida para o subsolo (...). Sanitários amplos. Secretaria geral, com sala de espera. Telefones. Sala para a cantina. Área e outros pontos complementares.

2º pavimento - Terraço. Hall (entrada). Diretoria-Geral, com sala de espera. Escadarias. Grande hall. Salas diversas. Salas de aula, de nº 1 a 16. Sanitários. Inspetoria-Geral, com sala de espera. Gabinetes vários. Sanitários para os professores. Telefones. Dispensa. Portaria. Descida para a platéia do pavimento inferior. Cabine para operações cinematográficas.

3º pavimento - Varanda. Gabinetes. Salas para professores. Sanitários para professores. Salas diversas para depósito, bedel, etc. - Biblioteca. Salas de aulas, nº 17 a 32. Laboratório. Áreas. Anfiteatro. E várias outras instalações para fins diversos.

4º pavimento - Varanda. Gabinetes. Salas para professores. Sanitários para professores. Hall. Saletas para bedel, e outras finalidades. Salas de aula nº 33 a 40. Salão Nobre. Sanitários. Anfiteatro. Laboratório.

5º pavimento -[subsolo] Trata-se de um perfeito abrigo anti-aéreo<sup>123</sup>, elaborado sob todas as exigências modernas. Amplo, com ótimas instalações, fácil acesso, sólido e seguro, podemos

---

<sup>123</sup> É importante lembrar que o período de construção ocorreu após a 2ª Guerra Mundial, o que justifica a preocupação. Ernani Costa Straube registra que, em 1942, houve, em Curitiba, uma campanha para construção de um abrigo antiaéreo. “(...) com a colaboração espontânea da população, professores e alunos visitaram diversos colégios e arrecadaram fundos, tendo sido posteriormente decidido que o abrigo fosse construído no novo prédio [do Colégio Estadual do Paraná], constituindo o subsolo” (STRAUBE, E. C. Do Liceu de Curitiba ... 1993. p. 105).

garantir que atenderá no futuro as finalidades a que se destina. Repetimos: é invulgar e notável.

No mesmo nível do subsolo, localizar-se-á a sub-estação de eletricidade, fornecedora de energia para todo o prédio e adjacências.<sup>124</sup>

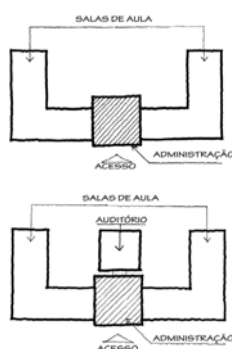
No edifício foram concebidos diferentes acessos: um central, para professores, pais e visitantes; dois laterais, para os alunos; e um para o auditório do pavimento térreo, localizada na lateral direita do prédio. A grandiosidade da obra pode ser percebida sob vários ângulos: são 20.000m<sup>2</sup> de área construída, custo de Cr\$ 48.653.925,10; 56 salas de aula (incluindo laboratórios - Foto 73, página 251 - e anfiteatros); capacidade para atender 1.950 alunos por turno; salão nobre com 317,88m<sup>2</sup>; auditório para 900 pessoas, biblioteca de 383,76 m<sup>2</sup> (Foto 74, página 251); sete salas de desenho, sala de música e quatro de trabalhos manuais. Até hoje o Colégio Estadual do Paraná mantém a posição de maior e mais importante escola pública do Paraná.

---

<sup>124</sup> O NOVO EDIFÍCIO do Colégio Estadual do Paraná. In Jornal estudantil Colégio Estadual do Paraná. Ano 7, nº 35. Curitiba, junho de 1945. (p. 1-5)

### 3.4 Período: 1945 -1951

Entre 5 de novembro de 1945 e 6 de fevereiro de 1947 passaram pelo comando executivo do Paraná Clotário de Macedo Portugal, Brasil Pinheiro Machado e Mário Gomes da Silva que, devido a curtas permanências, não tiveram tempo de elaborar e implementar políticas na área de educação. Em 12 de março de 1947, foram restabelecidos os trabalhos legislativos e empossado Moysés Lupion, eleito após quase dez anos de vigência do Estado Novo. Em seu governo (12/03/1947 a 31/01/1951), realizou um diagnóstico da situação do Paraná e planejou ações contidas na *Planificação de obras para o Estado do Paraná organizada pelo Governo Moysés Lupion*, entre as quais a construção de “mais de 700 salas de aula”, dobrando a quantidade existente até então.<sup>125</sup> A maciça edificação de unidades escolares planejada só foi possível com a utilização de projetos padronizados, executados à exaustão em todo o Paraná: foram 21 escolas de quatro salas de aula edificadas no período com o mesmo projeto arquitetônico (Foto 76, Figuras 58 e 59 e Tabela 05, Anexos, página 353).



Os edifícios apresentaram uma solução formal extremamente simplificada, com referências diluídas à estética neocolonial e utilizaram um partido arquitetônico sedimentado. A ala central, bem demarcada volumetricamente, abrigava acesso principal, vestíbulo e ambientes administrativos, possuindo um pavimento, nas escolas com quatro e seis salas e nas demais, dois. Em todos os projetos, duas alas destinadas às atividades de ensino com formato em “L” ligaram-se à principal de forma simétrica. Os edifícios com até dez salas de aula possuíam a tradicional tipologia em “U” e os de maior porte, com 12 salas de aula, em “E” (esquemas acima).

A arcada do volume central presente em todos os edifícios constituiu-se no único elemento específico e característico desta família de escolas projetadas em 1948. Em todas as unidades existiam instalações sanitárias, diretoria, sala de professores, biblioteca e almoxarifado. À medida que a quantidade de salas de aula aumentava o número de ambientes administrativos e de apoio pedagógico também crescia: nas escolas com oito salas foram encontrados espaços para museu e gabinetes médico e odontológico (Foto 77 e Figuras 60 e 61, página 256) e nas de doze, o auditório/ginásio.

<sup>125</sup> PARANÁ. Governo. 1948a. Planificação de obras para o Estado do Paraná organizada pelo Governo Moysés Lupion. Curitiba, 1948. (p. 104)

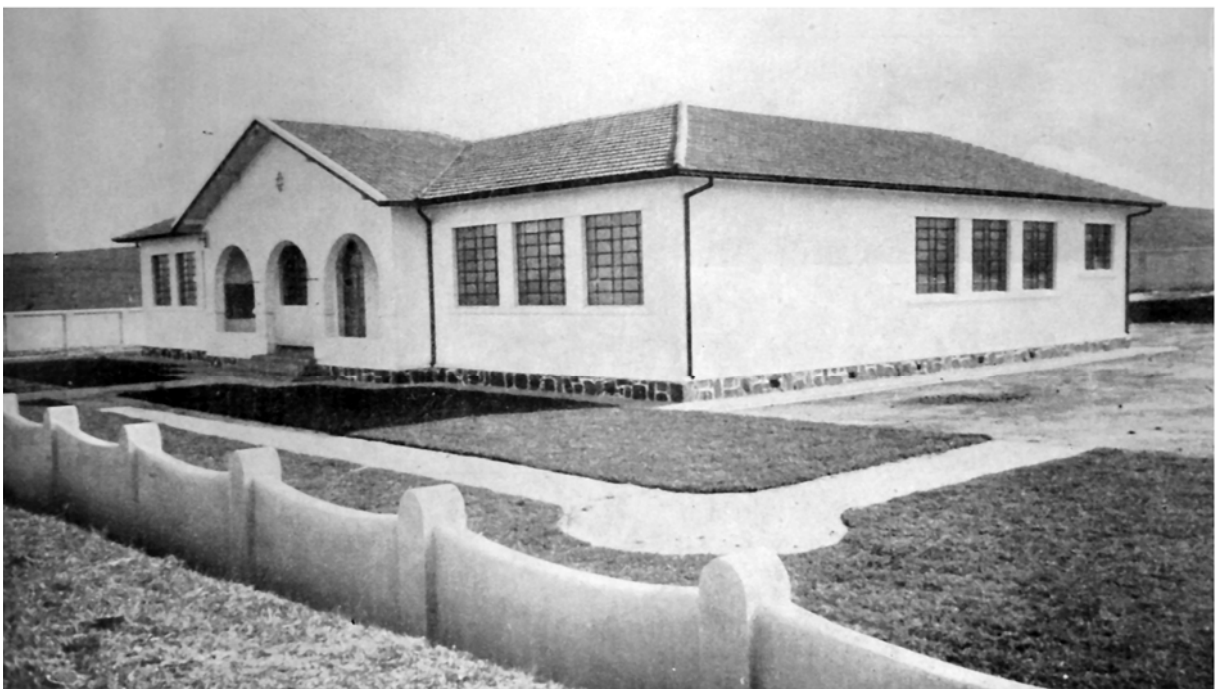


Figura 58: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com quatro e seis salas de aula

Figura 59: Planta do pavimento térreo do projeto-tipo de grupo escolar com quatro e seis salas de aula



Foto 76: Grupo Escolar do Boqueirão, em Curitiba - 1950



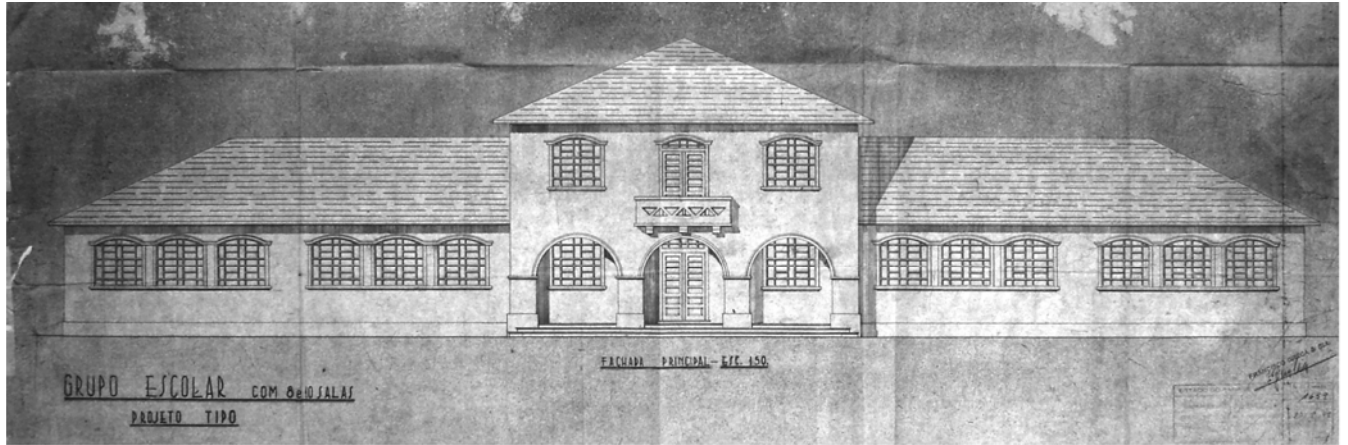


Figura 60: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com oito e dez salas de aula

Figura 61: Planta do pavimento térreo do projeto-tipo de grupo escolar com oito e dez salas de aula

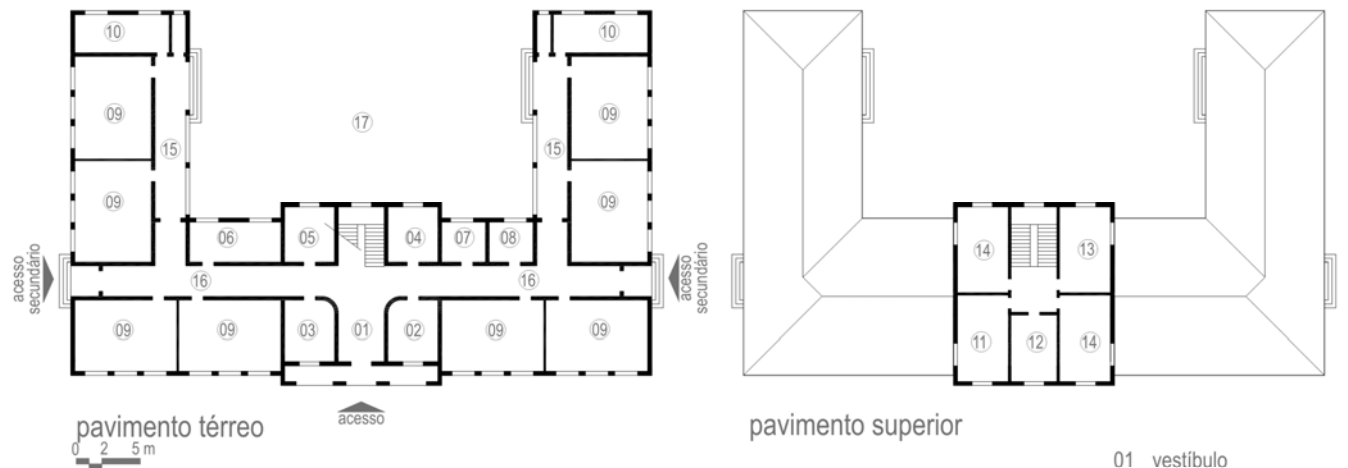


Foto 77: Grupo Escolar do Bacacheri, em Curitiba - sem data



- 01 vestibulo
- 02 diretoria
- 03 secretaria
- 04 gabinete médico
- 05 sala de professores
- 06 cantina
- 07 gabinete odontológico
- 08 depósito
- 09 sala de aula
- 10 instalações sanitárias
- 11 biblioteca
- 12 museu
- 13 almoxarifado
- 14 administração
- 15 galeria
- 16 circulação
- 17 pátio



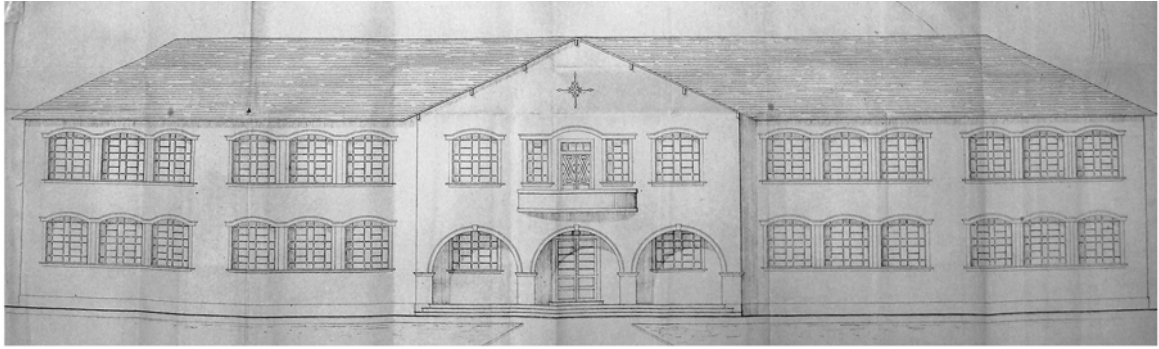


Figura 62: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com doze salas de aula

Figura 63: Planta do pavimento térreo do projeto-tipo de grupo escolar com doze salas de aula



- 01 vestibulo
- 02 diretoria
- 03 secretaria
- 04 cantina
- 05 auditório
- 06 sala de professores
- 07 sala de aula
- 08 instalações sanitárias
- 09 biblioteca
- 10 gabinete médico
- 11 museu
- 12 almoxarifado
- 13 galeria do auditório
- 14 circulação
- 15 pátio

Foto 78: Colégio Estadual Professor Elias Abrahão, antigo Grupo Escolar do Cristo Rei, em Curitiba - 2008

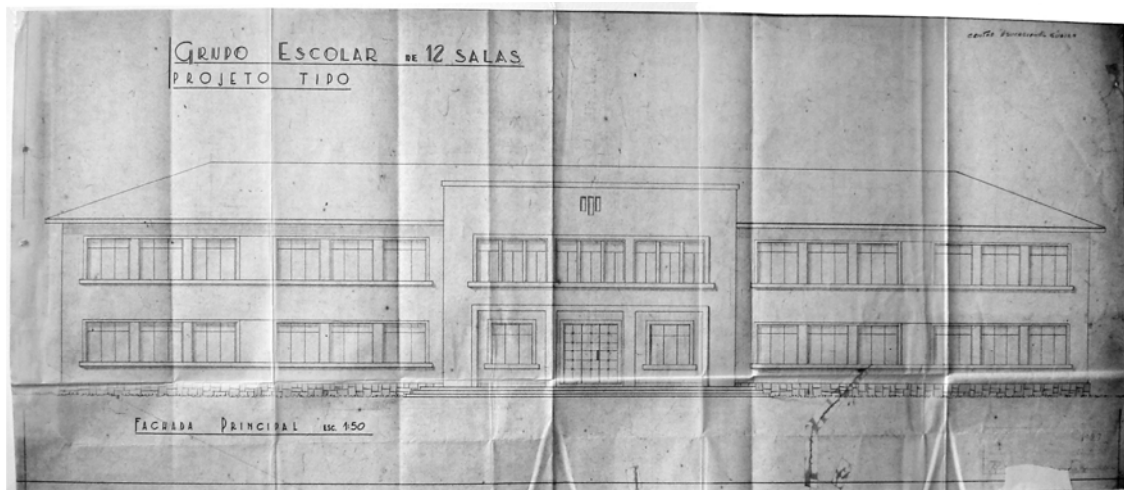


Figura 64: Variante da fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com doze salas de aula

Foto 79: 3ª sede do Grupo Escolar Manoel Pedro, na Lapa - 2008



Em 1950, as fachadas das escolas estaduais foram renovadas, mantendo a mesma ordenação espacial. A Figura 64 apresenta a nova elevação das escolas com 12 salas de aula, na qual as referências neocoloniais foram abandonadas e o edifício recebeu um tratamento geométrico, ténue referência déco. As alterações situaram-se no volume do corpo central que passou a ter platibanda reta e nas aberturas com verga reta (Foto 79).

Outra modificação apenas de fachada, assinada por Geraldo Campelo, engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas, foi encontrada no projeto arquitetônico para as escolas com quatro e seis salas de aula, com apenas um pavimento.<sup>126</sup> Nestes exemplares (Foto 80 e Figura 65) a tentativa de alinhamento com a arquitetura modernista deixou as escolas parecidas com as residências projetadas e construídas naquele momento, não apresentando a especificidade e o caráter esperado para um edifício escolar. Possivelmente buscando certa riqueza compositiva, as salas de aula voltadas para a fachada principal possuíam aberturas de formatos diferentes, à esquerda eram esbeltos retângulos e à direita, quadrados em linha contínua. O tratamento diferenciado para o mesmo ambiente não condizia com a racionalidade, funcionalidade e unidade compositiva próprias do movimento modernista e da arquitetura de escolas.

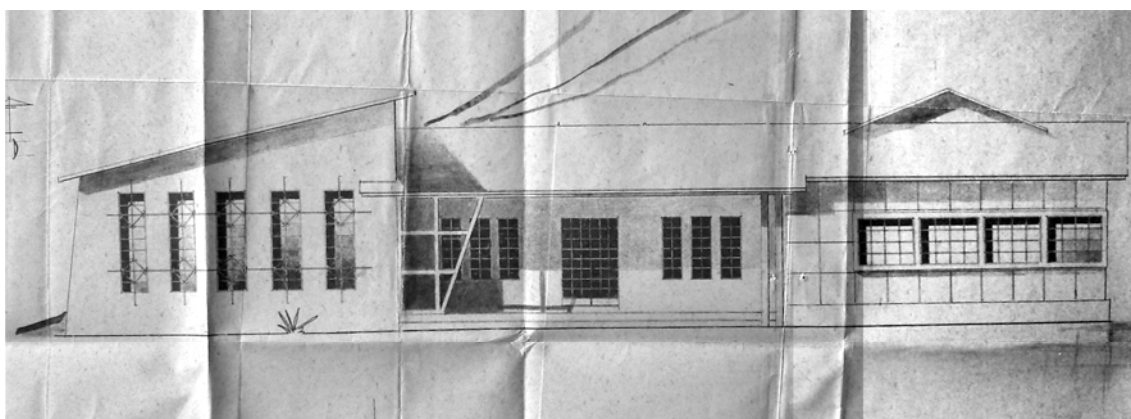


Figura 65: Variante da fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com quatro e seis salas de aula

Foto 80: Grupo Escolar da Vila Hauer, em Curitiba - sem data



<sup>126</sup> PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Projeto-tipo: Grupo Escolar de 4 e 6 salas. Curitiba, 1950. Planta do pavimento térreo, elevação e cortes apresentados em uma prancha. Nº do desenho: 1915. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1449.

Os grupos escolares projetados e construídos no Paraná durante o governo de Moysés Lupion apresentaram como característica geral a pobreza arquitetônica, no sentido mais amplo da palavra (Tabela 05, Anexos, página 353). As escolas do período não mostraram inovações técnicas, programáticas, de ordenação espacial ou estética. A única tentativa de criar um outro padrão espacial poderia ser creditada à versão para duas salas de aula da família *modernista* de escolas, com composição assimétrica e inclusão das instalações sanitárias no edifício principal (Foto 81 e Figuras 66 e 67).

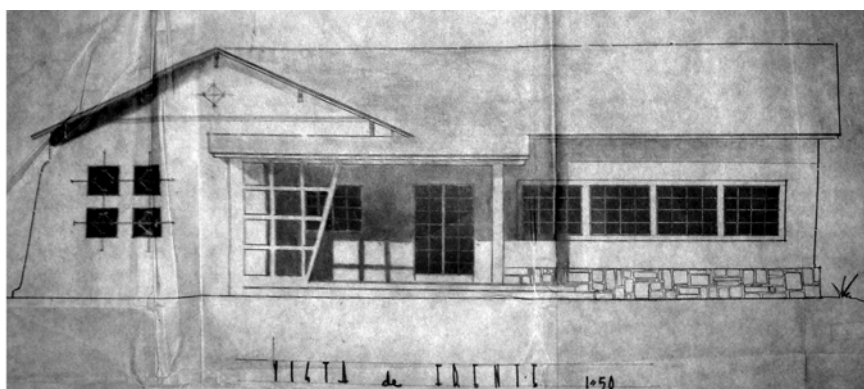


Figura 66: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com duas salas

Figura 67: Planta do pavimento térreo do projeto-tipo de grupo escolar com duas salas

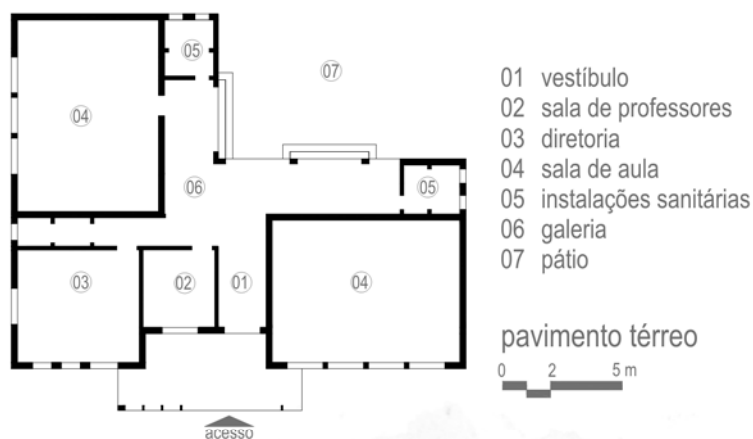


Foto 81: Grupo escolar com duas salas de aula



Além da maciça construção de escolas primárias, no final da década de 1940, foram implantados ginásios e escolas normais.

A simples educação primária, nos nossos centros mais desenvolvidos de população, já não é considerada bastante na formação comum do homem. E a administração pública do Estado precisa colocar-se à altura dessa exigência nova. Nesse sentido, temos desenvolvido uma campanha persistente e intensa, criando todas as facilidades para a iniciativa privada e municipal e fazendo, nós mesmos, o máximo possível para a constituição de ginásios do Estado.<sup>127</sup>

O primeiro ginásio instalado em nova sede no período foi na cidade de Bandeirantes.<sup>128</sup> Em relatório de 1950, Lupion indicou a construção de um grupo escolar de 12 salas de aulas e auditório na cidade, porém na data de inauguração a escola já havia sido transformada em ginásio (Foto 85).<sup>129</sup> O Ginásio de Ribeirão Claro também utilizou o projeto-tipo para grupos escolares com oito salas de aula (Figuras 60 e 61, página 256). O uso de um mesmo projeto para escolas primárias e secundárias indica que as especificidades de cada uma podem ser atendidas em espaços semelhantes, justificando a manutenção da tipologia em “U” e “E”.

Foto 85: Ginásio Estadual de Bandeirantes - sem data



O edifício do Ginásio de Santo Antônio da Platina foi projetado e construído para o ensino secundário (Figuras 68 e 69) e apresentou semelhanças com Ginásio de Bandeirantes: dois pavimentos, 12 salas de aula, a configuração em “E” e programa de necessidades idêntico. A setorização também foi mantida com a presença do corpo central, valorizado formalmente, concentrando o acesso principal e as atividades administrativas, de apoio pedagógico e de atenção ao aluno; e as alas laterais com as

<sup>127</sup> PARANÁ. Governo. 1949. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Sessão Legislativa ordinária de 1949 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1949. (p. 113)

<sup>128</sup> Hoje denominado Colégio Estadual Nóbrega da Cunha, sito à Avenida Prefeito Moacir Castanho, 1403.

<sup>129</sup> PARANÁ. 1950. A concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion. 1947-1950. Curitiba, 1950. (p. 20) RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. In Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná. Curitiba: Governo do Paraná: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

salas de aula; e o auditório centralizado e alocado nos fundos do corpo central. Algumas diferenças, no entanto, foram verificadas: o projeto não contou com os acessos laterais para estudantes e a solução formal adotou linhas retas e volumes simplificados. O projeto arquitetônico foi elaborado em 1948<sup>130</sup>, concomitante às escolas primárias neocoloniais, deixando evidente a intenção de diferenciar formalmente os dois níveis de instrução.

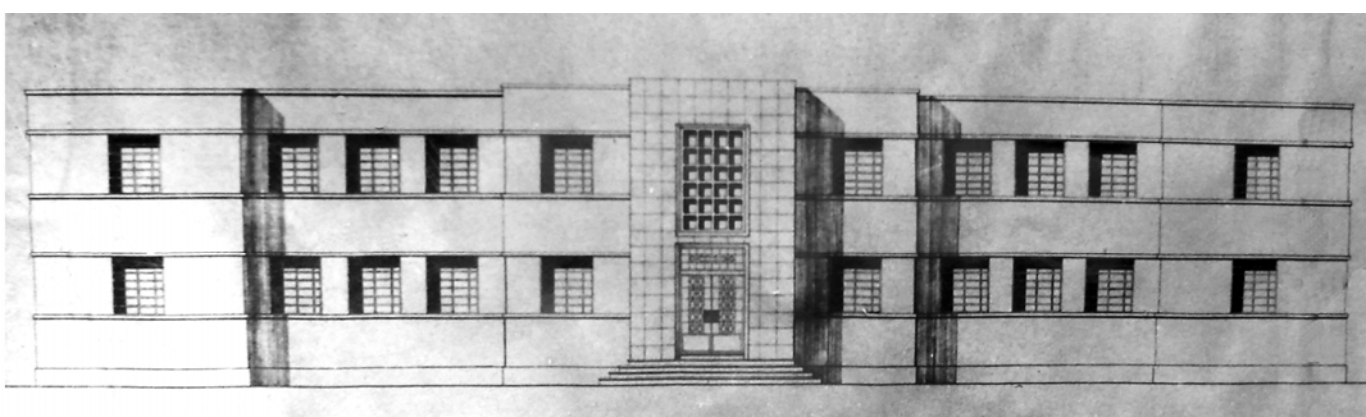
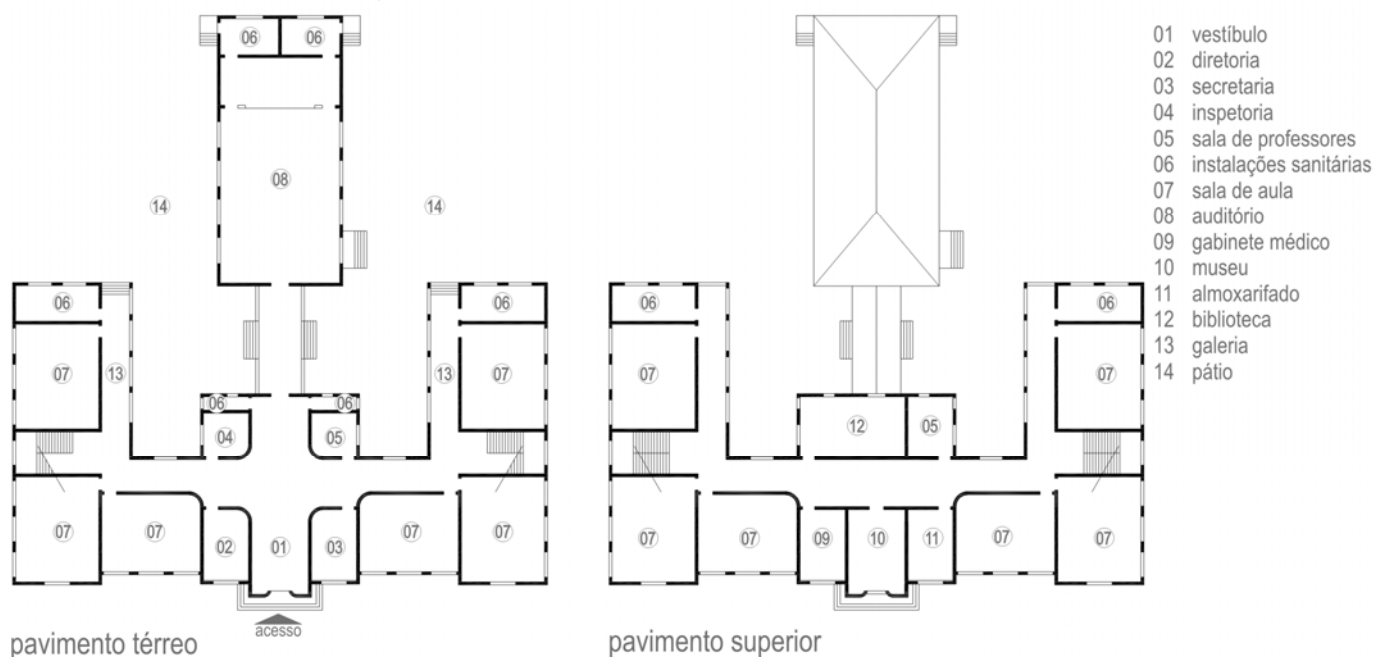


Figura 68: Fachada principal do Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina

Figura 69: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina



<sup>130</sup> PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina. Curitiba, 11 de agosto de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 442.

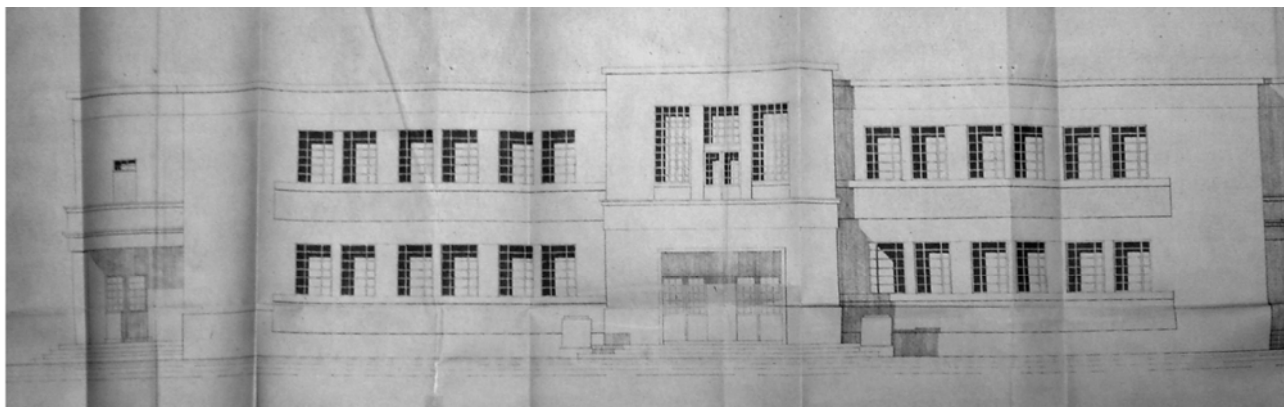


Figura 70: Fachada principal do projeto-tipo para os Ginásios Estaduais de Antonina e de Palmeira

Figura 71: Plantas dos pavimentos térreo e superior do projeto-tipo para os Ginásios Estaduais de Antonina e de Palmeira



Foto 83: Ginásio Estadual de Antonina - sem data



As cidades de Antonina (Foto 83) e Palmeira ganharam ginásios com o mesmo projeto arquitetônico (Figuras 70 e 71), também datado de 1948<sup>131</sup>, que exibiram tipologia em “E”, programa arquitetônico e vocabulário geométrico semelhantes aos encontrados no edifício de Santo Antônio da Platina. No entanto, algumas distinções foram observadas: apesar de definido na fachada, a planta não estabeleceu um corpo central; não houve setorização clara, com as diferentes atividades distribuídas ao longo do edifício; e as entradas laterais retornaram ao edifício. Com isso, a circulação interna parece mais fluida e os ambientes de apoio pedagógico - como museu, biblioteca e laboratórios - ficaram próximos das salas de aula e do aluno, situação que condizia com os princípios escolanovistas. Observa-se uma composição mais elaborada e dinâmica que aquela verificada em Santo Antônio da Platina, pelo jogo de avanços e recuos, o alinhamento das aberturas e a marcação dos acessos laterais.

O Ginásio Estadual de Ponta Grossa<sup>132</sup> foi o maior edifício escolar projetado no governo de Moysés Lupion, com três pavimentos, 24 salas de aula, laboratórios, museu, biblioteca, diversos ambientes administrativos e de apoio e gabinetes médico e odontológico. Em menor escala, seu programa poderia ser comparado ao do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, que, embora tenha sido projetado no período de Manoel Ribas, foi inaugurado por Lupion.

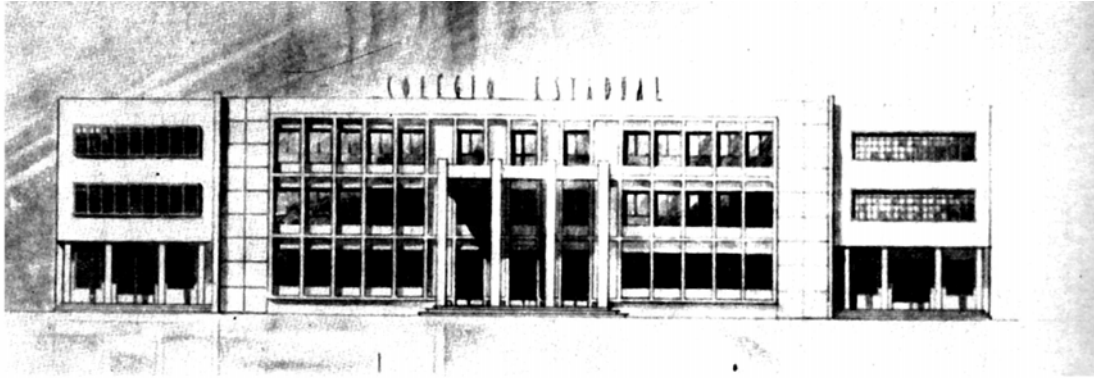
A solução espacial, centrada no tradicional formato em “E”, apresentou concentração das atividades administrativas, de apoio e de atenção ao aluno na parte frontal do edifício; e salas de aula e laboratórios, nas laterais e nos fundos da parte frontal da escola. A escola contou com acesso frontal - demarcado por fina marquise e seqüência de pilares de escala monumental - e laterais - valorizados pela presença de amplo vestíbulo e escadaria imponente (Figura 73). A composição geométrica, influenciada pela estética racionalista, é sóbria com aberturas emolduradas definindo o ritmo na fachada principal, só quebrado pela marquise central. A implantação em local mais alto do terreno acentua a imponência do edifício (Foto 84).

---

<sup>131</sup> PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Antonina e de Palmeira. Curitiba, 06 de julho de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pastas 454 e 622.

<sup>132</sup> Inicialmente projetado para ginásio (PARANÁ. 1950 - p. 70), em 1953 já era indicado como Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia de Ponta Grossa (DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES. Ata de abertura de tomada de preços de acordo com as cartas convites 9 e 10 da Divisão de Projetos e Construções, a carta convite nº 9 para a conclusão do edifício destinado a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia em Ponta Grossa - ex-Ginásio Estadual. In Diário Oficial. Curitiba: Imprensa Oficial, 21 de maio de 1953 - p. 4-5) e permanece abrigando um campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa.





- 01 vestibulo
- 02 instalações sanitárias
- 03 diretoria
- 04 secretaria
- 05 sala de professores
- 06 sala de aula
- 07 cantina
- 08 sala de esportes
- 09 pátio coberto
- 10 depósito
- 11 gabinete médico
- 12 gabinete dentário
- 13 biblioteca
- 14 inspetoria
- 15 sala de professores
- 16 laboratório
- 17 galeria
- 18 museu

Figura 72: Fachada principal do Ginásio Estadual de Ponta Grossa, depois Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia de Ponta Grossa

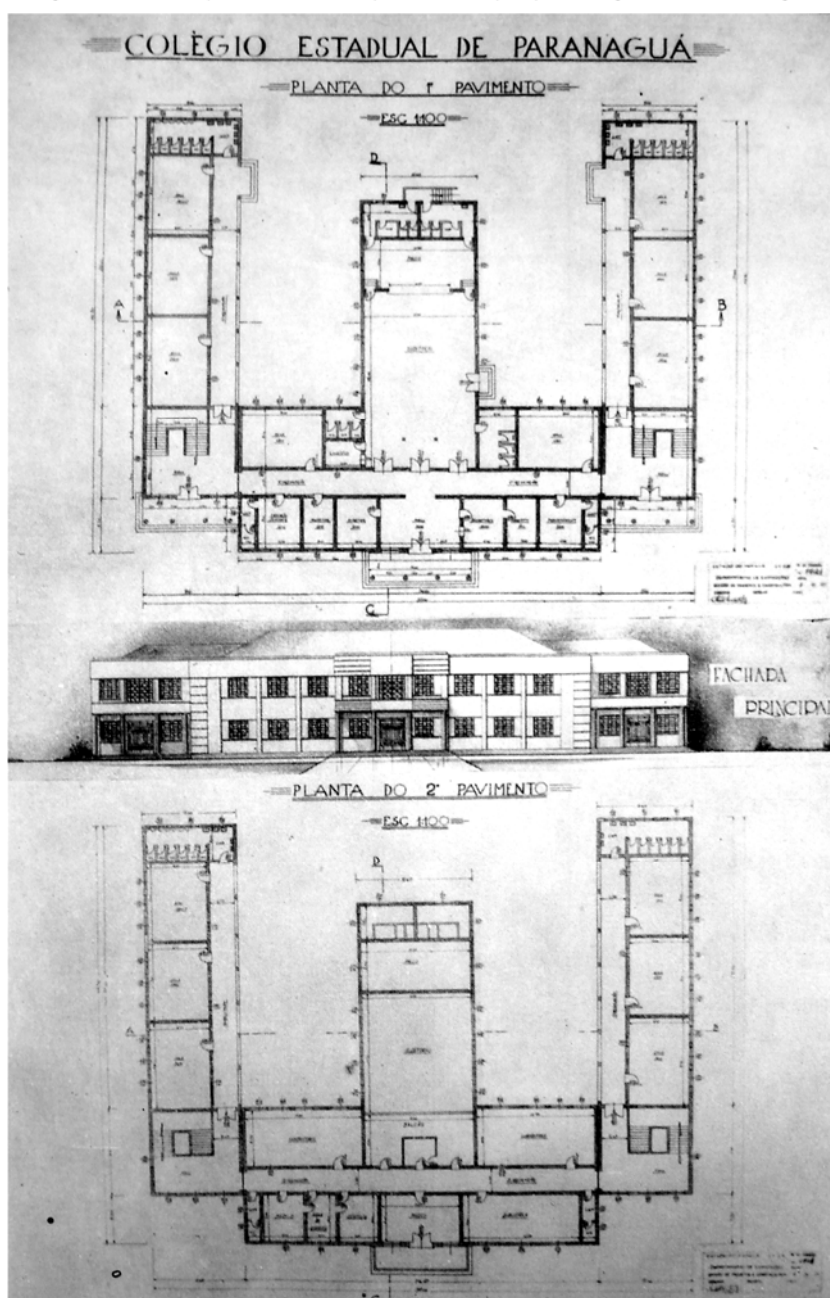
Figura 73: Plantas dos pavimentos térreo, primeiro e segundo do Ginásio Estadual de Ponta Grossa, depois Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia de Ponta Grossa



Foto 84: Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia de Ponta Grossa - 1962



Figura 74: Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal do Colégio Estadual de Paranaguá



Uma inovação foi a presença do pátio coberto, estruturado por pilotis, e localizado na projeção do auditório, agora no primeiro pavimento, solução que proporcionou continuidade espacial no térreo, já encontrada no Colégio Estadual do Paraná e nas escolas paulistanas de meados da década de 1930.

Cabe ainda relacionar o projeto arquitetônico do Colégio Estadual de Paranaguá, que foi apresentado em 1950 e classificado como “em construção”<sup>133</sup>, que seguiu os mesmos princípios dos demais ginásios (Figura 74) consolidando a tipologia em

<sup>133</sup> PARANÁ. 1950 - (p. 66). No entanto, não foi encontrado registro deste edifício nos arquivos consultados, indicando que, se esta obra foi iniciada, não chegou a ser concluída.

“E” e a estética geometrizar para os edifícios escolares de ensino secundário iniciada com o Colégio Estadual do Paraná.

Em 1948, data da maioria dos projetos escolares do Governo Lupion, houve a intenção de relacionar a linguagem formal com o nível de ensino: escolas primárias eram neocoloniais e as secundárias teriam linhas mais contidas, retas e racionais, imprimindo pelas formas um caráter específico e facilmente identificável a cada tipo de edifício escolar. A diversidade estética não era uma especificidade das escolas paranaenses, uma vez que, embora em ascensão, o modernismo não era a única opção formal na arquitetura. Beatriz Santos de Oliveira, ao estudar as escolas cariocas neste final da década de 1940, afirmou que na Escola Nacional de Belas Artes, centro formador de arquitetos, o modernismo era ensinado como mais um estilo, assim como o neocolonial.<sup>134</sup>

No Paraná, e especialmente em Curitiba, a variedade formal era visível, residências neocoloniais conviviam com imponentes edifícios públicos de linhas modernistas, influenciados pelo art déco e o racionalismo alemão e italiano, como mostram as Fotos 85 a 87.

O Hospital de Clínicas do Paraná (Foto 85), construção iniciada em 1949 e concluída em 1961, foi e ainda é o maior hospital público do Paraná e um dos cinco maiores hospitais universitários do País.<sup>135</sup> Sua arquitetura imponente e de linhas déco é um marco na cidade. A sede da Secretaria de Saúde e Assistência Social e do Centro de Saúde, projetada por Carlo Barontini e inaugurada em 1950 (Foto 86), fez referências à arquitetura classicizante de Marcelo Piacentini produzida na década de 1930 na Itália. A Casa do Estudante Universitário, projeto assinado pelo arquiteto Ernesto Guimarães Máximo, inaugurada em 1949<sup>136</sup>, apresentou uma linguagem próxima da arquitetura modernista carioca daquele momento (Foto 87).

O mesmo Ernesto Guimarães Máximo projetou, em 1948, uma importante escola profissionalizante em Curitiba, o Lar-Escola Hermínia Lupion (Foto 88), em Curitiba, edifício com solução plástica muito distante da Casa do Estudante Universitário.

---

<sup>134</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *A Modernidade Oficial: A Arquitetura das Escolas Públicas do Distrito Federal (1928-1940)*. São Paulo, 1991. 360p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. (p. 313-4)

<sup>135</sup> HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFPR. Breve Histórico. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.hc.ufpr.br/Templates/informacoes/historia/historia.html>. Acesso em 30 de junho de 2009.

<sup>136</sup> OLINDA, Maurício de. Casa do Estudante Universitário do Paraná revigorada. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/redacao3/node/203>. Acesso em 30 de junho de 2009.



Foto 85: Hospital de Clínicas do Paraná, em Curitiba - 1971



Foto 86: Secretaria de Saúde e Assistência Social e Centro de Saúde, em Curitiba - sem data



Foto 87: Casa do Estudante Universitário, em Curitiba - 1959



Foto 88: Edifício principal do antigo Lar-Escola Hermínia Lupion, em Curitiba - 2005

Figura 75: Plantas dos pavimentos térreo e superior do edifício principal do Lar-Escola Hermínia Lupion

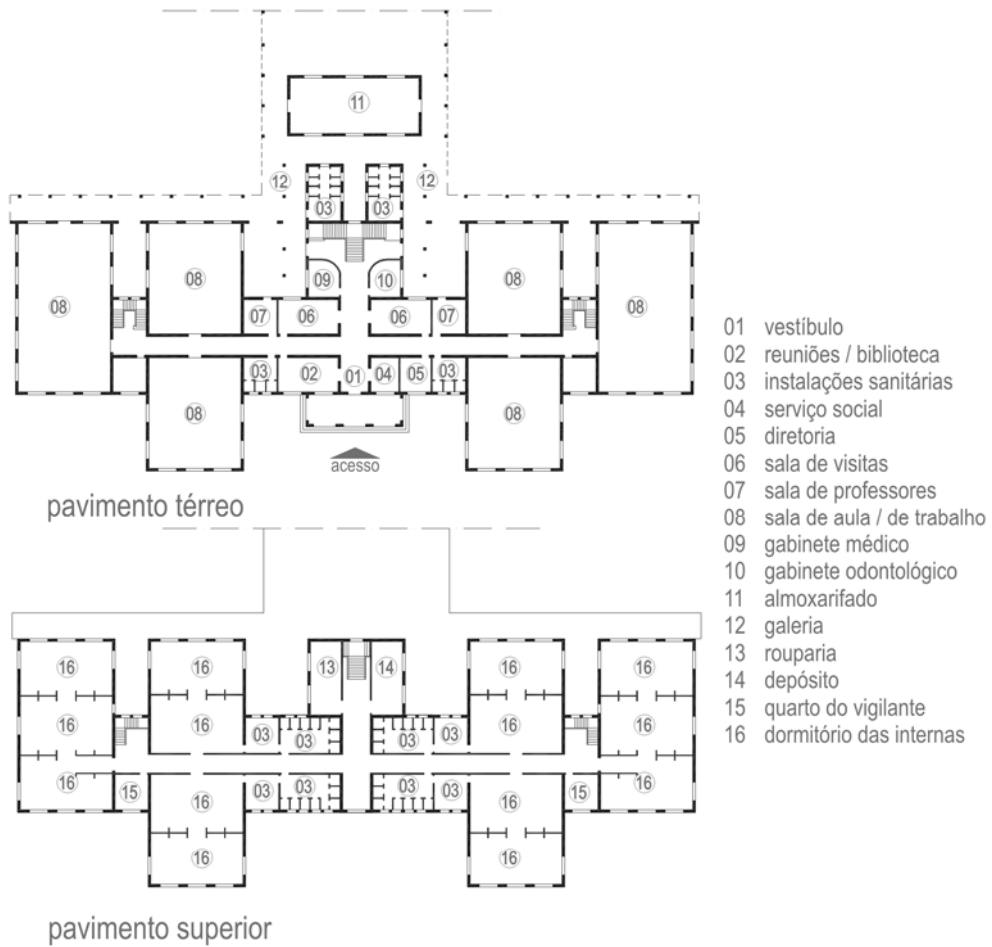
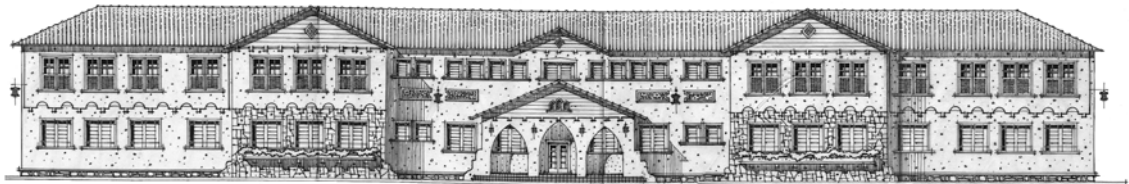


Figura 76: Fachada frontal do edifício principal do Lar-Escola Hermínia Lupion



O Lar-Escola Hermínia Lupion foi uma obra iniciada em 1950 e inaugurada em 1º de julho de 1954, por Bento Munhoz da Rocha Netto.

destinava-se a dar atendimento integral e educação a 300 menores em regime de internato, carenciadas, provenientes do Juizado de Menores e Secretaria do Trabalho e Assistência Social, no que se referia às necessidades básicas, assistência médica e odontológica, serviço social, instrução escolar, preparação profissional, orientação religiosa.<sup>137</sup>

Obra nova, escola com todos os requisitos da técnica moderna de recuperação de menores, com capacidade para 290 meninas. Mobiliário luxuoso, dando às internas bem estar e conforto. As internas recebem aulas do curso primário, administradas por professoras designadas pela Secretaria de Educação. Funcionam, ainda, ali, cursos de datilografia, corte e costura e economia doméstica (artes culinárias), 20 meninas estão matriculadas no Curso de Artes Aplicadas Mabel Lacombe, onde se estão preparando no ofício de tecelagem.<sup>138</sup>

Com funções de abrigo, assistência e formação de crianças e jovens, o conjunto arquitetônico foi concebido no sistema de pavilhões, cada qual abrigando atividades específicas (Figuras 75 e 76).<sup>139</sup> A configuração espacial foi baseada na tradicional disposição de uma ala central, com os ambientes administrativos, de apoio e de atenção ao aluno/interno, e duas laterais, com salas de aula e de trabalho no térreo e dormitórios no primeiro pavimento. A linguagem formal filiou-se a uma variante do neocolonial, conhecida como *estilo missões*.<sup>140</sup> A fachada apresentou um dinâmico jogo de avanços e recuos e foi ricamente ornamentada, com rustificação nos avanços das alas laterais, paredes com tratamento irregular, frontões triangulares com nichos centralizados, arcos apontados no pórtico central e lampiões de ferros nas extremidades - elementos característicos do referido repertório estilístico. Os demais edifícios integrantes do conjunto arquitetônico mantiveram a unidade plástica.

O edifício principal foi implantado no topo do terreno, dominando a paisagem residencial da região (Foto 88). Sua construção apresentou um apuro formal condizente com o porte da obra, uma das maiores do governo Lupion, com 5.440,14m<sup>2</sup> de área construída.<sup>141</sup>

---

<sup>137</sup> LAR ESCOLA HERMÍNIA LUPION. Histórico 1954 - 1979. Curitiba, 1979. 8 p. (p. 2)

<sup>138</sup> PARANÁ. Governo. 1956. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1956. (p. 178)

<sup>139</sup> Situado à Rua Jacarezinho, 1691 - Bairro Mercês, em Curitiba, este conjunto abriga atualmente a Pastoral da Criança.

<sup>140</sup> O Estilo neocolonial no Brasil possuía duas vertentes: o neocolonial luso-brasileiro e o neocolonial hispano-americano. Existe alguma confusão terminológica, mas os termos consagrados para se referir ao neocolonial hispano-americano é estilo missões ou estilo mexicano, enquanto que o neocolonial luso-brasileiro é denominado simplesmente neocolonial. (RUBIES, Jorge Eduardo. O Estilo Missões em São Paulo. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.piratininga.org/estilo-missoes/estilo-missoes.htm>. Acesso em 2 de julho de 2009).

<sup>141</sup> Para maiores detalhes ver Capítulo 19 em CASTRO, E. A. Ensaio sobre a arquitetura... 2006. (p. 191-199)

### 3.5 Período: 1951 -1955 (arquitetura modernista e edifícios escolares)

#### 3.5.1 O Centenário da Emancipação Política do Paraná, a Arquitetura Modernista e os edifícios escolares em Curitiba

Para comemorar o aniversário de 100 anos da Emancipação Política do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Paraná no período de 30 de janeiro de 1951 e 3 de abril de 1955, iniciou a construção do Centro Cívico de Curitiba, que centralizaria as sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.<sup>142</sup> O conjunto, construído parcialmente, foi projetado pelos arquitetos David Azambuja, Olavo Redig de Campos, Flávio Régis do Nascimento e Sérgio Rodrigues, impondo a linguagem modernista nas obras públicas paranaenses (Foto 89 e Figura 77).

O desenvolvimento de uma linguagem com características da arquitetura em conceitos modernos, desenvolvida no Rio de Janeiro nos anos de 1940, denominada de Escola Carioca, será incorporada em Curitiba por uma equipe de uma geração seqüente a dos arquitetos que desencadearam este movimento.

Vieram impregnados de concepções modernas suficientemente desenvolvidas para responder às expectativas de um estado brasileiro que pretendia afirmar sua importância perante a nação.<sup>143</sup>

A Biblioteca Pública do Paraná, projetada pelo engenheiro Romeu Paulo da Costa, o Teatro Guaira, de autoria do engenheiro Rubens Meister, e o Monumento do Centenário, com obras de Erbo Stenzel, Humberto Cozzo e Poty Lazzarotto, completaram o conjunto de obras inicialmente proposto para as comemorações do Centenário (Fotos 90 a 92 e Figura 78, página 273).

A arquitetura oficial de linguagem modernista não ficou restrita às obras comemorativas do centenário estendendo-se a 42 edifícios escolares projetados com forma e conceito alinhados a esta corrente (Tabela 06, Anexos, página 356).

---

<sup>142</sup> A proposta do Centro Cívico de Curitiba foi elaborada, entre 1941 e 1943, por Alfred Agache, urbanista francês, que desenvolveu o primeiro plano urbano para a cidade de Curitiba. O chamado Plano Agache estabelecia como prioridades o saneamento, descongestionamento de vias e a estruturação de centros para permitir o desenvolvimento da vida social e comercial. Devido a problemas econômicos e ao intenso crescimento da cidade, o plano não teve o sucesso esperado e dele restaram as grandes avenidas, como a Visconde de Guarapuava, Marechal Floriano Peixoto e Sete de Setembro; as galerias pluviais da Rua XV de Novembro; o recuo obrigatório de cinco metros para novas construções; a Zona Industrial, atrás da Estação Ferroviária; a previsão de áreas para o Centro Cívico e o Centro Politécnico; e o Mercado Municipal (CAROLLO, Bráulio. Alfred Agache em Curitiba e sua visão de Urbanismo. Porto Alegre, 2002. 135 f. Dissertação - Mestrado em Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 94-103). Dez anos mais tarde, Bento Munhoz retomou a idéia de construção do Centro Cívico de Curitiba, no mesmo local escolhido por Agache, no entanto refez o projeto adotando a Arquitetura Modernista.

<sup>143</sup> MUELLER, Oscar. Centro Cívico de Curitiba. Um espaço identitário. Porto Alegre, 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (p. 63)



Foto 89: Vista aérea do Centro Cívico de Curitiba em construção - década de 1950

Figura 77: Maquete do Centro Cívico de Curitiba de Curitiba

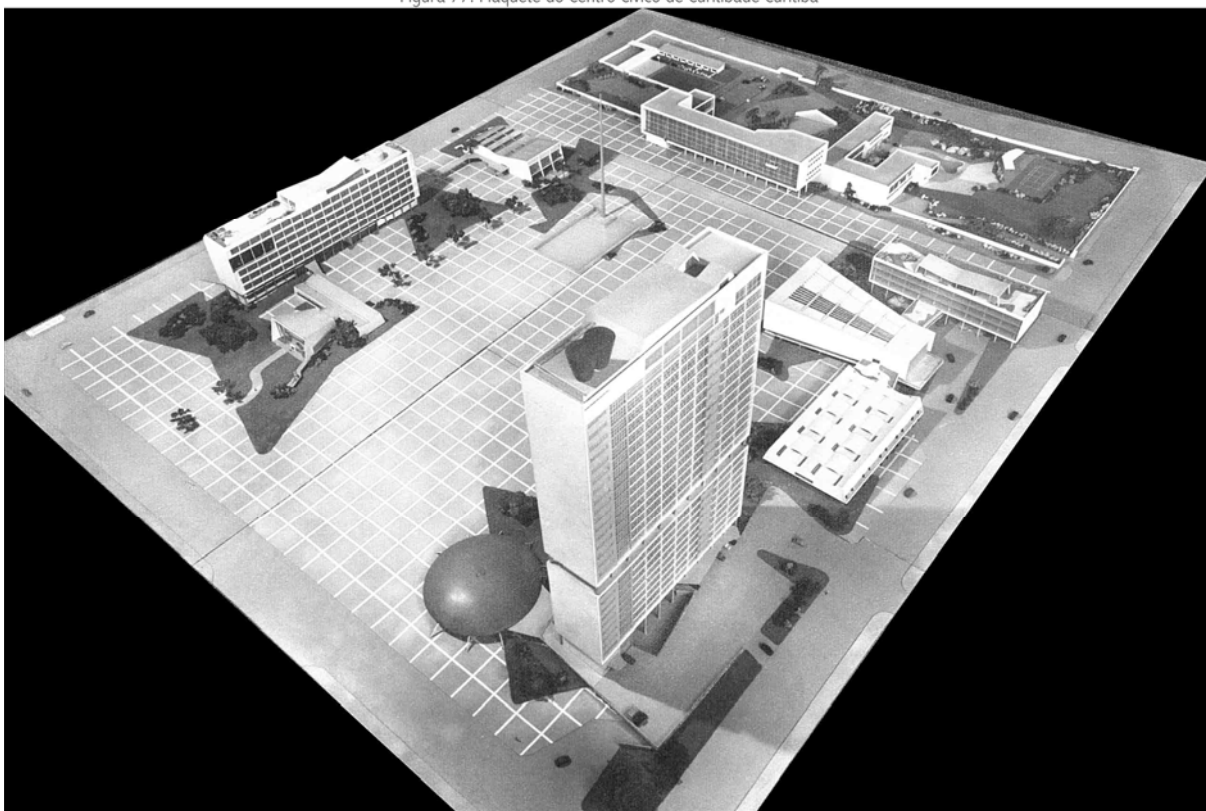






Foto 90: Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba - década de 1950



Foto 91: Teatro Guaíra, fotomontagem, em Curitiba - década de 1950



Foto 92: Praça 19 de Dezembro, em Curitiba - década de 1990. Em destaque, o Monumento do Centenário da Emancipação do Paraná composto pelo Obelisco, o painel retratando as etapas do desenvolvimento do Estado e a Estátua do Homem Nu, de Erbo Stenzel e Humberto Cozzo.

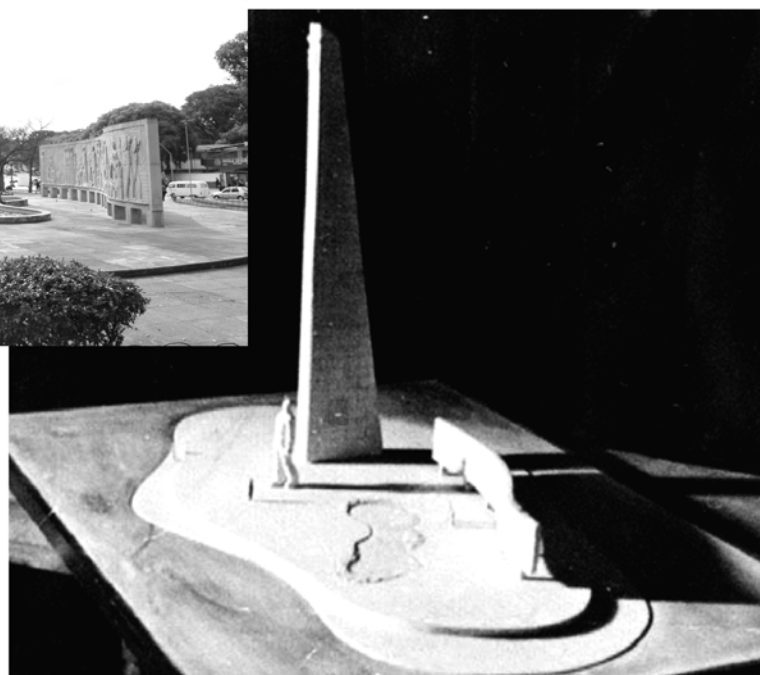


Figura 78: Maquete do Monumento do Centenário, Praça 19 de Dezembro, em Curitiba

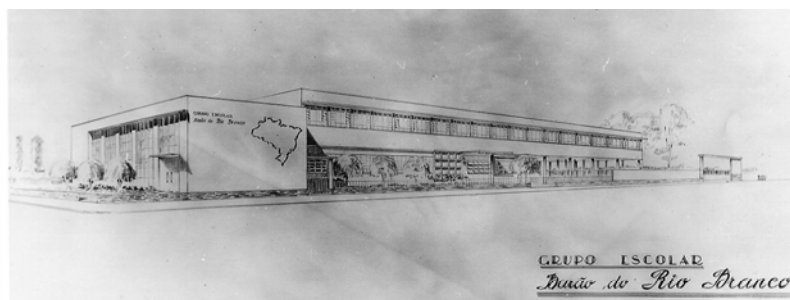


Figura 79: Perspectiva do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Curitiba - década de 1950. Elaborada por Romeu Paulo da Costa.

Figura 80: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Curitiba

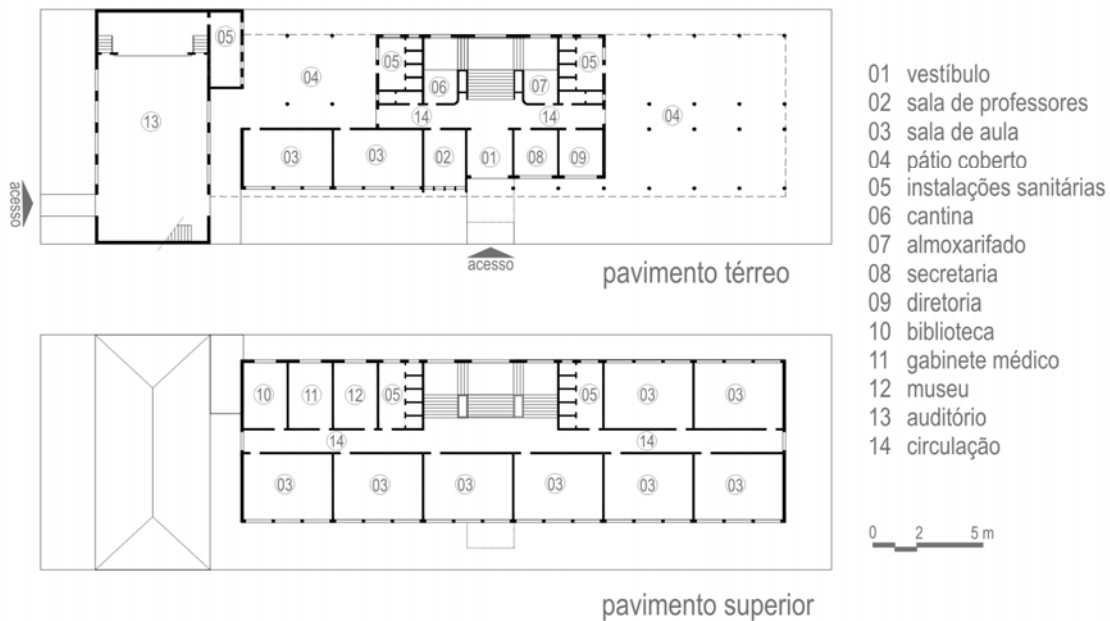


Foto 94: Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Curitiba - 2008



Foto 93: Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Curitiba - década de 1950



Foto 95: Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Curitiba - 2008

A nova sede do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, projetado por Romeu Paulo da Costa (Fotos 93 a 95 e Figura 79), inaugurou a geração de escolas plenamente identificada com a Arquitetura Modernista e as unidades construídas pelo Convênio Escolar em São Paulo. Nas palavras do Secretário de Educação e Cultura, João Xavier Viana, as instalações físicas do Barão do Rio Branco estariam à “altura do desenvolvimento material e cultural de Curitiba”.<sup>144</sup>

A escola foi concebida em dois blocos independentes com funções e tratamento formal próprios, implantados de forma ortogonal e interligados entre si (Figura 80): um destinado ao auditório-ginásio e o outro para as salas de aula e os ambientes de apoio e administrativos.



O programa arquitetônico assemelhou-se ao encontrado nas escolas de grande porte do período anterior. No entanto, foram acrescentadas duas áreas destinadas ao recreio coberto, até então só encontrado em alguns edifícios ginásiais.

O tratamento plástico do conjunto caracterizou-se pelo dinamismo (Figura 79 e Foto 93): o auditório concebido como uma massa de alvenaria com grandes aberturas em duas de suas faces e o bloco principal apresentando leveza pela presença de vãos com tratamentos diferenciados e das áreas livres nas duas extremidades. A entrada, definida por uma esbelta marquise, permite o acesso ao vestíbulo que abriga a escadaria monumental e integra-se ao ambiente de distribuição aberto e intensamente iluminado.

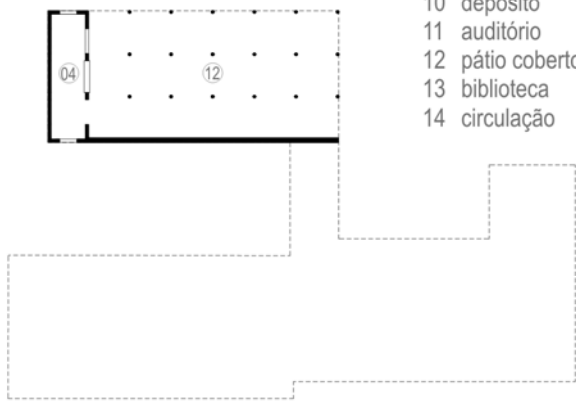
Outras escolas foram construídas utilizando este projeto arquitetônico<sup>145</sup>: os grupos escolares Paula Gomes, Hildebrando de Araújo e São Nicolau<sup>146</sup>, em Curitiba, e os colégios estaduais de Assaí e São Mateus do Sul. A repetição de um mesmo projeto em seis terrenos diferentes pode ter comprometido o atendimento a algumas das exigências sempre requeridas pelos arquitetos modernistas e educadores escolanovistas - especificidades geográficas e de conforto ambiental (locação do edifício condicionada às características de insolação e ventilação locais) -, no entanto mostra a vontade política de impor *novos* tempos e *novas* formas às escolas paranaenses. A modernidade, a racionalidade e a adequação do edifício escolar passaram, neste momento, a estar relacionadas com a arquitetura modernista.

<sup>144</sup> INAUGURAÇÃO DO GRUPO “Barão do Rio Branco”. Jornal O Estado do Paraná. Curitiba, 28 de junho de 1953, página 3.

<sup>145</sup> Elaborado por Romeu Paulo da Costa, engenheiro civil da Secretaria de Viação e Obras Públicas e professor da Escola de Engenharia da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

<sup>146</sup> Estas escolas apresentaram duas salas de aula a mais que o projeto original alocadas no pavimento superior em prolongamento do lado direito do edifício, fato que proporcionou um aumento do pátio coberto no térreo.

- 01 vestibulo
- 02 sala de professores
- 03 sala de aula
- 04 cantina
- 05 instalações sanitárias
- 06 jardim de infância
- 07 secretaria
- 08 diretoria
- 09 almoxarifado
- 10 depósito
- 11 auditório
- 12 pátio coberto
- 13 biblioteca
- 14 circulação



subsolo



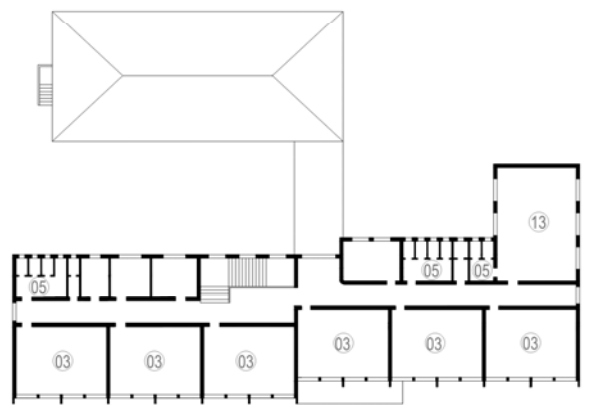
Foto 96: Colégio Estadual Pietro Martinez, em Curitiba - 2008



pavimento térreo



Foto 97: Vista do Bloco posterior do Colégio Estadual Pietro Martinez, em Curitiba - 2008



pavimento superior



Foto 98: Detalhe da rampa do Colégio Estadual Pietro Martinez, em Curitiba - 2008

Figura 81: Plantas do subsolo e pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Pietro Martinez, em Curitiba

O Grupo Escolar Prieto Martinez (Figura 81), também de Romeu Paulo da Costa, foi construído em Curitiba e apresentou organização espacial semelhante à encontrada no Barão do Rio Branco: dois blocos independentes interligados por uma passarela, cada qual com atividades distintas. O edifício frontal, ocupando praticamente toda a extensão do terreno de 3.331,54m<sup>2</sup>, abrigou as salas de aula e os ambientes administrativos e o bloco posterior foi destinado ao auditório no nível do pavimento térreo e a um pátio coberto no subsolo, aproveitando o declive do terreno em relação à rua. O acesso a este pátio é feito por uma rampa semicircular que sai da passarela de ligação entre os blocos. O tratamento formal foi austero (Fotos 96 a 98), com a fachada frontal sendo marcada por sucessivos quadros modulados e em concreto armado contendo duas aberturas.



Com as escolas de Romeu Paulo da Costa ficou evidente a ruptura com a produção anterior de edifícios escolares: blocos interligados, formas geométricas, linhas retas, modulação de aberturas e uso de pilotis possuíam uma qualidade formal significativa que foi estendida aos espaços internos, amplos, bem iluminados e arejados.

O Grupo Escolar Tiradentes<sup>147</sup>, projetado pelo engenheiro Rubens Meister, também fez parte das comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná. A Figura 82 (página 279) mostra imagens da maquete, apresentada em 1953, sob diversos ângulos, momento em que também se descreveu o edifício:

#### Grupo Escolar Tiradentes

Obra destinada às comemorações centenárias, o Grupo Escolar Tiradentes, fica entre a Praça 19 de Dezembro e o Passeio Público, e é um edifício com capacidade para 500 alunos.

**A sua estrutura atende aos princípios pedagógicos mais vantajados, apresentando linhas moderníssimas.** Desse modo, foram aproveitadas as mínimas condições do terreno, sendo que a sua situação privilegiada, dentro de uma vasta área não edificada, faz com que o Grupo se beneficie esplendidamente nas condições de aeração e claridade.

Encontrando-se na área central da cidade, essa escola pública permite ensino gratuito às crianças em zona onde se concentram edificações de apartamentos.

**De acordo com a moderna técnica funcional, apresenta o prédio quatro partes distintas: 1ª) Parte de Ensino; 2ª) Administrativa; 3ª) Recreativa; 4ª) de Assistência ao Aluno.**

A parte de ensino compreende um conjunto de 12 salas medindo 6,00 x 9,00 m. Com capacidade para 45 alunos cada uma, limite considerado ótimo no ensino primário. Nesta parte, também ficam as instalações sanitárias, área de circulação, depósitos e vias de acesso.

Ocupam as salas de aula os dois pavimentos de uma das alas, estando orientados para leste e possuindo excelentes condições de iluminação e acústica. A outra ala é ocupada pela parte administrativa comunicando-se imediatamente com a do ensino. Apresenta o edifício salas para as professoras e para a Diretoria, Portaria, Secretaria, Biblioteca e Almoxarifado.

<sup>147</sup> Esta foi a segunda sede própria da Escola Tiradentes, inaugurada em 1895 (Foto 09, página 184). Na década de 1930 aquele edifício foi demolido e a escola passou a ocupar espaços alugados até a inauguração desta unidade em 1962. In CASTRO, Elizabeth Amorim de. Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX. Curitiba: Edição da Autora, 2008.

Na sessão recreativa contam o auditório e o pátio coberto, este sob o auditório. Apresentando um feitiço moderno, tem o auditório capacidade para 400 espectadores, podendo ser utilizado para projeções cinematográficas, teatro, salão de conferências ou para festas.

Construído sobre arcos de concreto, serve de cobertura a parte do pátio, onde existe um lago decorativo e um ajardinamento vazado em estilização moderna.

A parte assistencial do aluno conta com duas salas especiais para assistência médico-dentária e uma cantina com apetrechamento moderno, além da casa para o zelador.

Esta obra é devida ao grande mestre da arquitetura Dr. Rubens Meister, autor do Projeto do Teatro Guaíra.<sup>148</sup>

O partido arquitetônico apresentou uma nova configuração, sendo considerada “a mais arrojada construção escolar do século”.<sup>149</sup> Os blocos foram reunidos assimetricamente de forma a aproveitar o formato irregular do terreno e definir de forma clara suas atividades. A setorização, portanto, foi um condicionante do projeto, expressado integralmente no espaço: cada bloco apresentou uma concentração de ambientes afins e um tratamento plástico diferenciado, como ditava a cartilha modernista.



O terreno situa-se entre o Passeio Público e a Praça Dezenove de Dezembro, que abriga o Monumento ao Centenário (Foto 92, página 273), e próximo à monumental Avenida Cândido de Abreu, que dá acesso ao Centro Cívico - todas obras do Centenário da Emancipação Política do Paraná.

O edifício apresenta riqueza formal pelo contraste dos volumes retos dos blocos de ensino e administrativos e a massa arredondada do auditório, sustentada pelos arcos de concreto que definem o pátio coberto e a entrada principal da escola (Figura 82).<sup>150</sup> Trata-se de uma solução singular no universo de escolas estudadas, ficando evidente sua posição de destaque e de marco de uma *nova* fase na arquitetura escolar no Paraná.

<sup>148</sup> O PARANÁ NO Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. Curitiba: Comercial e Editora Sant'Ana, 1953. (p. 59-60) - Grifo meu.

<sup>149</sup> RATCHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. In Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná. Curitiba: Governo do Paraná: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953. (p. 37)

<sup>150</sup> Devido a problemas estruturais, o auditório não foi construído, restando somente um terraço em seu lugar. Para maior detalhamento ver CASTRO, E. A. Grupos Escolares de Curitiba... 2008.



Foto 99: Vista da Praça 19 de Dezembro do Colégio Estadual Tiradentes, em Curitiba - 1978



Foto 100: Vista da Rua Presidente Farias do Colégio Estadual Tiradentes, em Curitiba - 2008

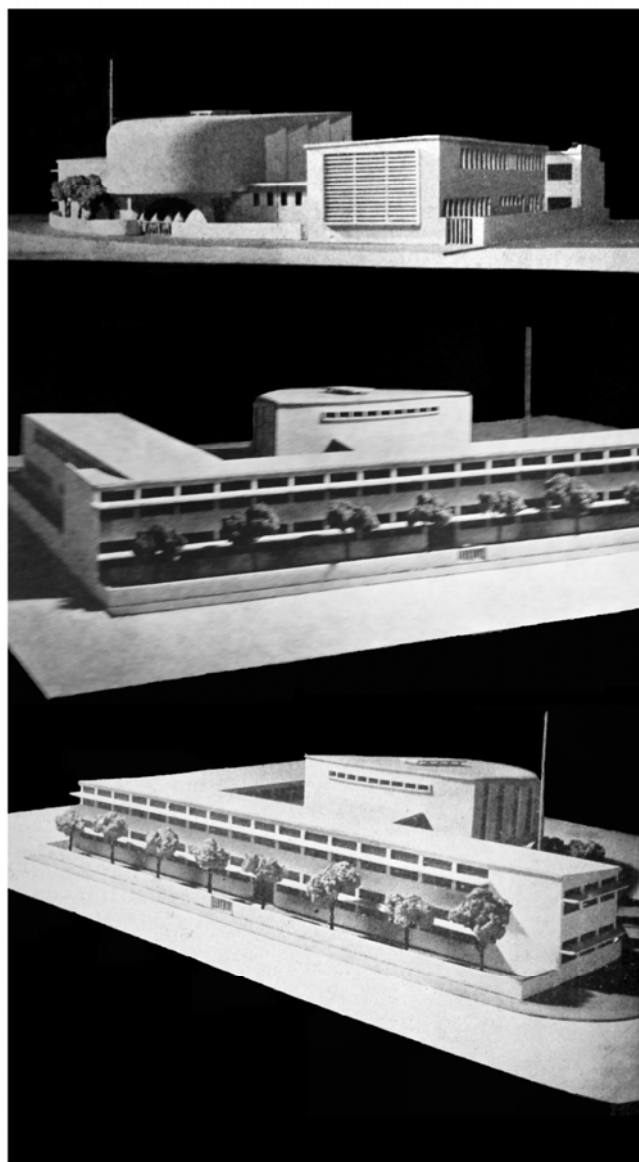


Figura 82: Imagens da maquete do Grupo Escolar Tiradentes apresentadas em 1953

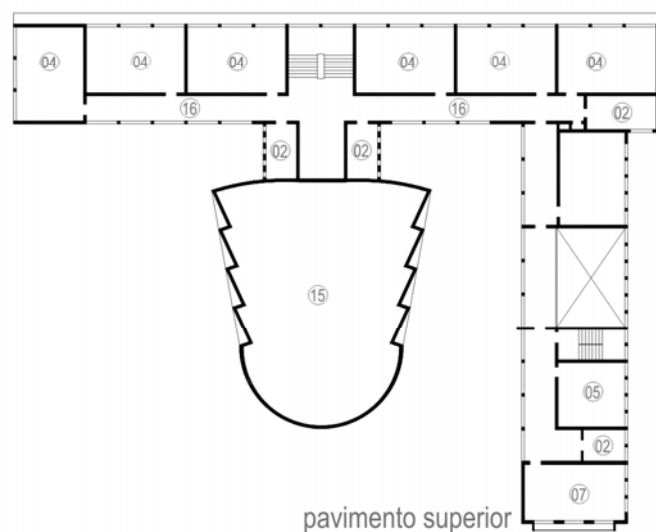


Figura 83: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Tiradentes, em Curitiba

### 3.5.2 As escolas modernistas do interior do Estado

Além das escolas da Capital, o governo construiu outros 36 edifícios no interior do Paraná, priorizando as regiões recém-ocupadas e carentes deste equipamento (Tabela 06, Anexos, página 355).<sup>151</sup> Assim como nos períodos anteriores, o porte das escolas variou de acordo com a necessidade de cada local, estando relacionado basicamente com o número de salas de aula.

As escolas de pequeno porte, com duas salas de aula, apresentaram programas arquitetônicos idênticos e partidos já vistos em períodos anteriores, mas com fachadas remodeladas. Os grupos escolares de Itaqui, em Campo Largo, e de Monte Real, em Santo Antônio da Platina possuíam o projeto arquitetônico muito próximo ao encontrado na primeira série de projetos art déco de Manoel Ribas, nos primeiros anos da década de 1930 (Figura 35, página 228). A única distinção foi a inclusão das instalações sanitárias no edifício (Figura 85). A solução formal simplificada marcou-se pela presença do beiral contornando o edifício e pela marcação horizontal das janelas.

No Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo (Figuras 86 e 87), construído em Londrina, a referência foi o projeto-tipo da administração Lupion utilizado no Grupo Escolar Barigüi do Seminário, em Curitiba (Figura 67, página 260). A fachada foi refeita, surgindo uma versão mais austera, com um pórtico sustentado por pilares revestidos de pedra. O beiral permaneceu e todas as aberturas apresentaram molduras de alvenaria. Romeu Paulo da Costa assinou o projeto arquitetônico.

Os dois edifícios com três salas de aula possuíam como programa arquitetônico (Figuras 88 a 91, página 282): o núcleo principal formado pelo setor administrativo (vestíbulo, sala de professores, diretoria, almoxarifado e instalações sanitárias) e duas alas de salas de aula, assimétricas e perpendiculares entre si.

As demais escolas do período apresentaram partido determinado por blocos independentes, dispostos paralela ou ortogonalmente e interligados entre si por passarelas, consagrada nas escolas modernistas do Convênio Escolar paulista. Tal conceito permitiu uma série de combinações, possibilitando uma melhor adequação ao terreno e às determinações geográficas. Foram elaboradas versões diferentes de escolas com três ou mais salas de aula, repetidas em mais de uma unidade (Figura Tipologia das Escolas Paranaenses - Período 1951-1955, página 297).

---

<sup>151</sup> PARANÁ. Governo. 1953. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba, 1953. (p. 178)



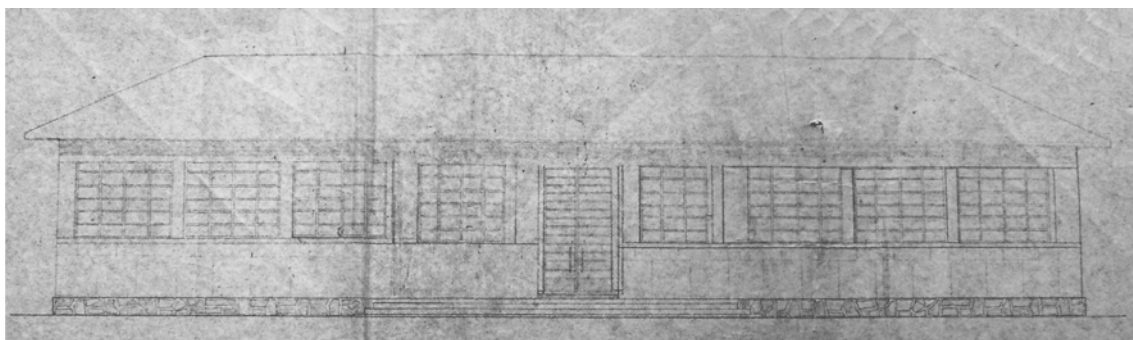
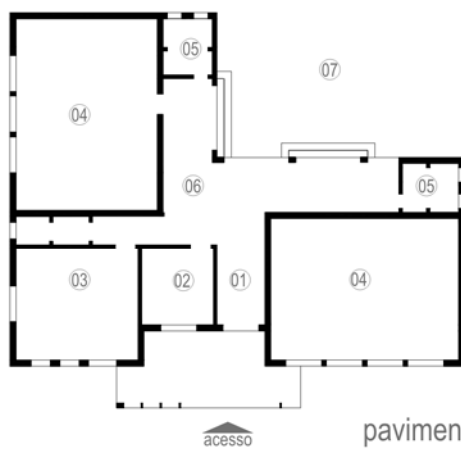
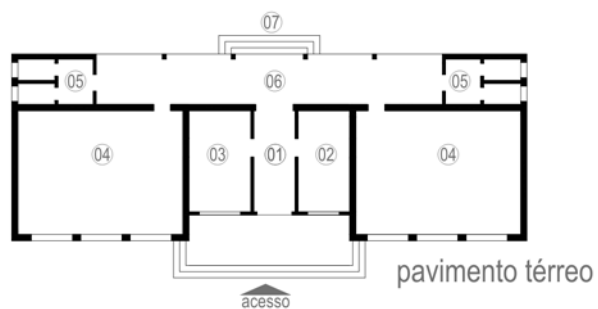


Figura 84: Fachada principal dos grupos escolares de Itaqui, em Campo Largo, e de Monte Real, em Santo Antônio da Platina

Figura 85: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares de Itaqui, em Campo Largo, e de Monte Real, em Santo Antônio da Platina

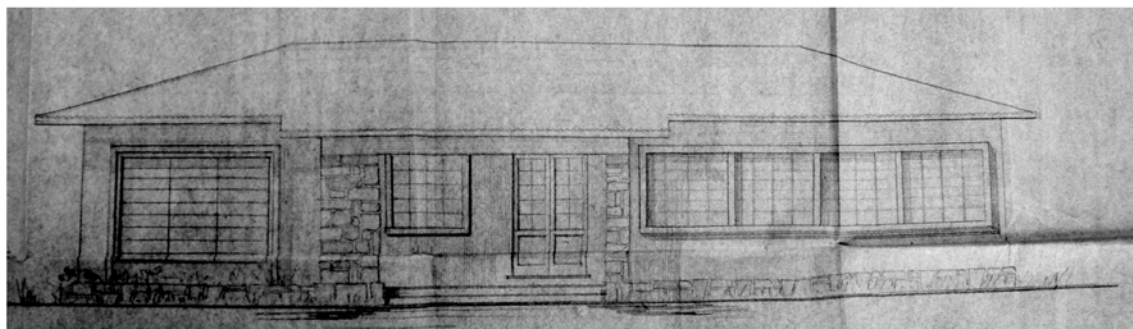


- 01 vestíbulo
- 02 sala de professores
- 03 diretoria
- 04 sala de aula
- 05 instalações sanitárias
- 06 galeria
- 07 pátio



Figura 86: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo, em Londrina

Figura 87: Fachada principal do Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo, em Londrina



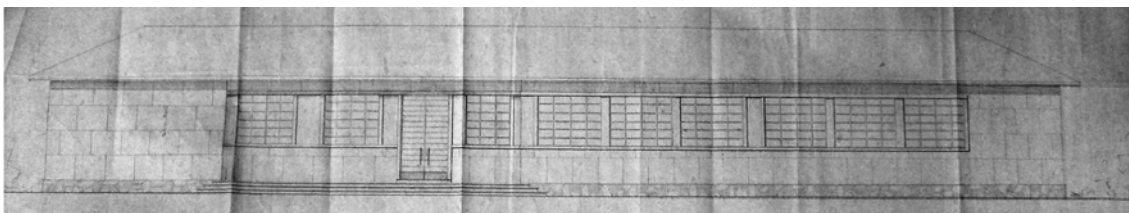


Figura 88: Fachada principal dos grupos escolares de Barro Preto, em Mangueirinha, de Fernandes Pinheiro, em Teixeira Soares, e de São José da Boa Vista, em Wenceslau Brás

Figura 89: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares de Barro Preto, em Mangueirinha, de Fernandes Pinheiro, em Teixeira Soares, e de São José da Boa Vista, em Wenceslau Brás

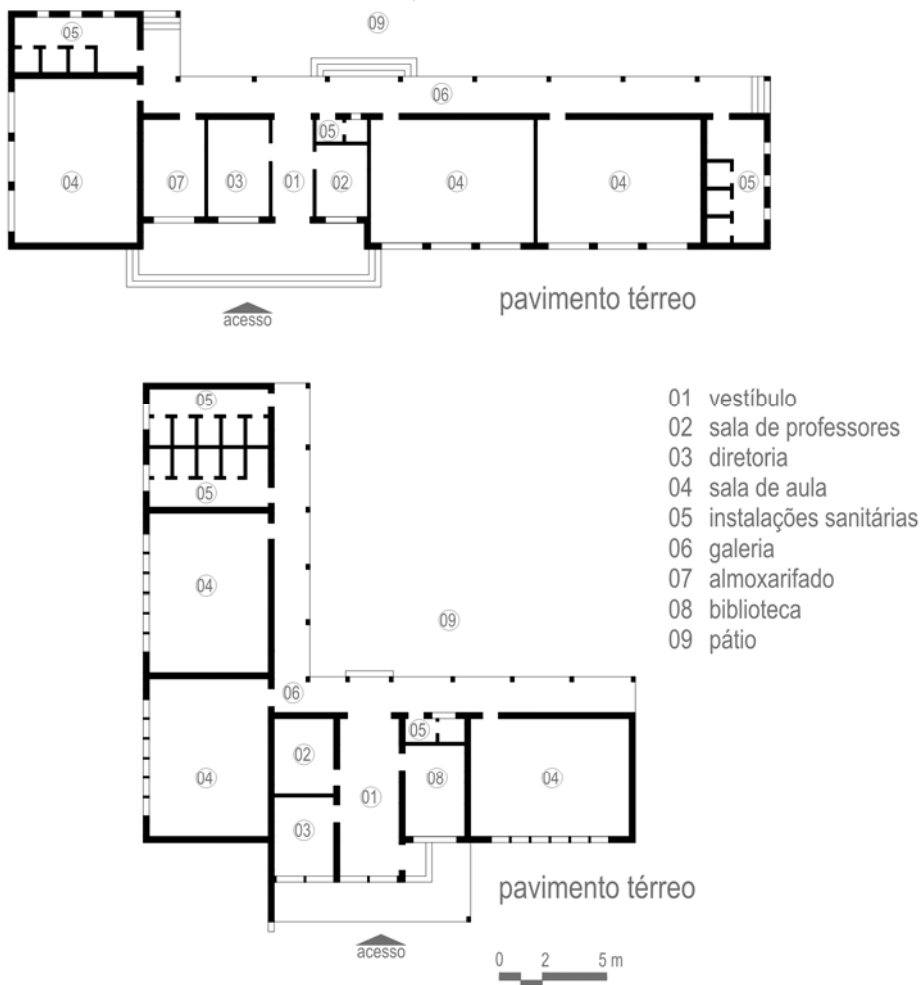
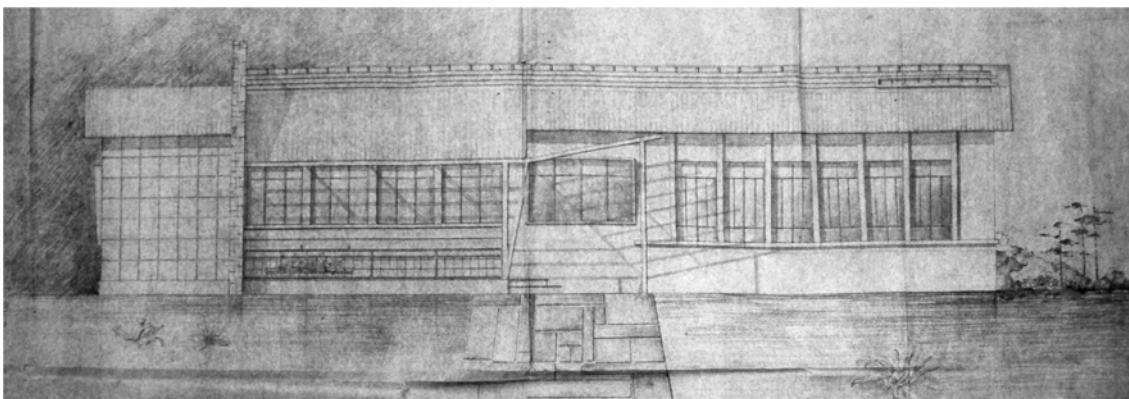


Figura 90: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Men de Sá, em Campo Largo

Figura 91: Fachada principal do Grupo Escolar de Men de Sá, em Campo Largo



Além da possibilidade de plantas com combinações diferenciadas, no conjunto de edifícios há uma maior variedade compositiva, que pode ser verificada nas duas versões com três salas de aula. Enquanto que o Grupo Escolar de Barro Preto - Mangueirinha (Figura 88) manteve a linha formal adotada no Grupo Escolar de Monte Real - Santo Antônio da Platina (Figura 84, página 281), o Grupo Escolar Men de Sá - Campo Largo (Figura 91) apresentou uma composição mais dinâmica: as três partes do edifício, núcleo principal e duas alas de salas de aula, foram diferenciadas no tratamento plástico pelo formato e modulação das aberturas e pelas inclinações nas águas do telhado. Novamente percebe-se uma preocupação com a composição, mais próxima das residências do período, em detrimento da especificidade dos ambientes escolares.

As escolas com quatro salas de aula estão representadas com os projetos para o Grupo Escolar João Carlos de Faria - Cornélio Procópio (Figuras 92 a 93) e o Grupo Escolar de Santo Antônio do Barracão - Japira (Figuras 94 a 95). No primeiro, a tradicional configuração em “U” foi remodelada, apresentando o deslocamento do acesso principal da posição central e tornando a composição assimétrica. O recreio coberto sustentado por pilotis e a cantina foram incorporados ao programa arquitetônico. No tratamento formal percebe-se a inclusão de um elemento identificador das escolas curitibanas de Romeu Paulo da Costa, que também assinou este projeto arquitetônico: a malha quadrada de pequenas aberturas localizada ao lado da entrada principal e inserida nos ambientes administrativos. Ela foi encontrada nos grupos escolares Barão do Rio Branco e Prieto Martinez. Na composição também são destacados a presença do beiral contornando todo o edifício, a marcação diferenciada das alas pela inclinação dos telhados e o revestimento de parte da fachada com pedras.

No Grupo Escolar de Santo Antônio do Barracão, em Japira, a horizontalidade da composição foi reforçada pelo alinhamento e tratamento unificado do bloco de ensino com uma seqüência contínua de aberturas envolvidas por uma moldura de alvenaria. O partido configurou-se em um “T” assimétrico, com o bloco administrativo instalado na alongada ala transversal. Em relação ao programa arquitetônico, a escola possuía uma sala destinada à biblioteca e museu, porém não contou com uma cantina, indicando não haver uma padronização na relação de ambientes escolares.

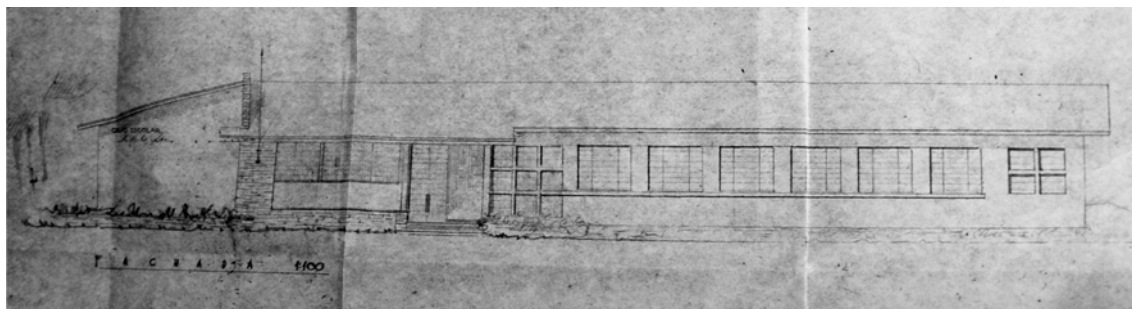


Figura 92: Fachada principal do Grupo Escolar João Carlos de Faria, em Cornélio Procopio

Figura 93: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar João Carlos de Faria, em Cornélio Procopio

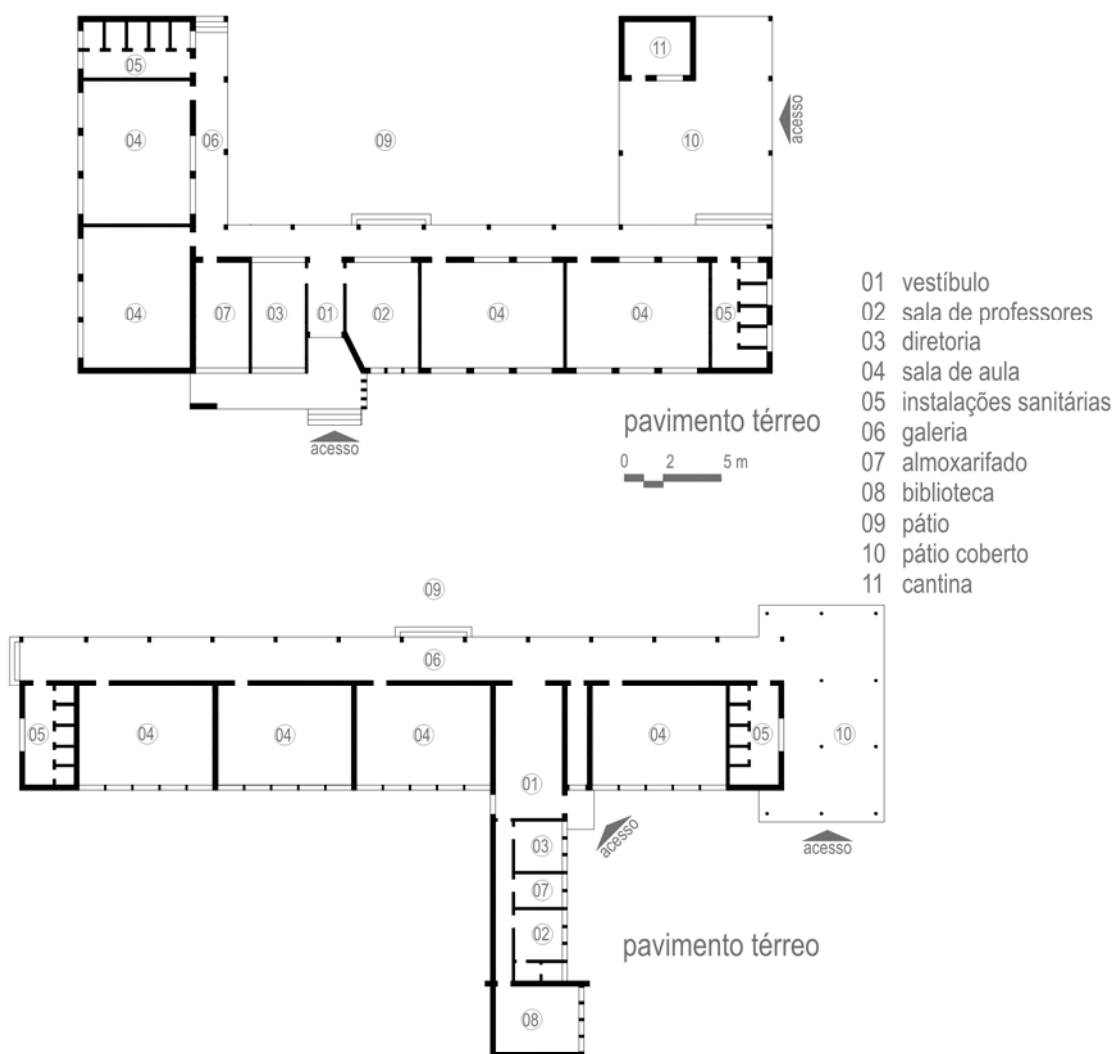
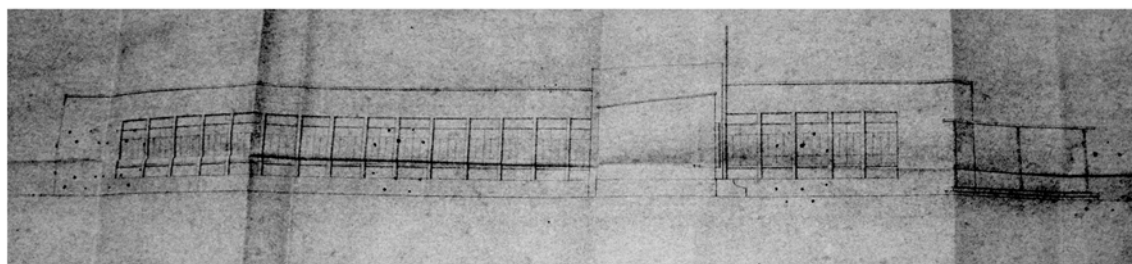


Figura 94: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares Santo Antônio do Barracão, em Japira, e David Carneiro, em Palmeira

Figura 95: Fachada principal dos grupos escolares Santo Antônio do Barracão, em Japira, e David Carneiro, em Palmeira



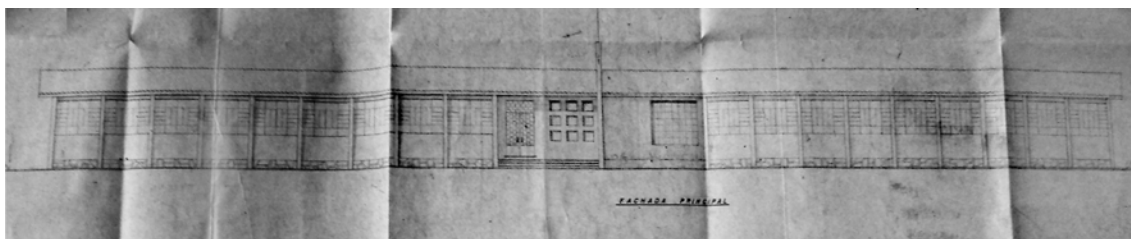


Figura 96: Fachada principal do Grupo Escolar de Vila Rubim, em Cambará

Figura 97: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Vila Rubim, em Cambará

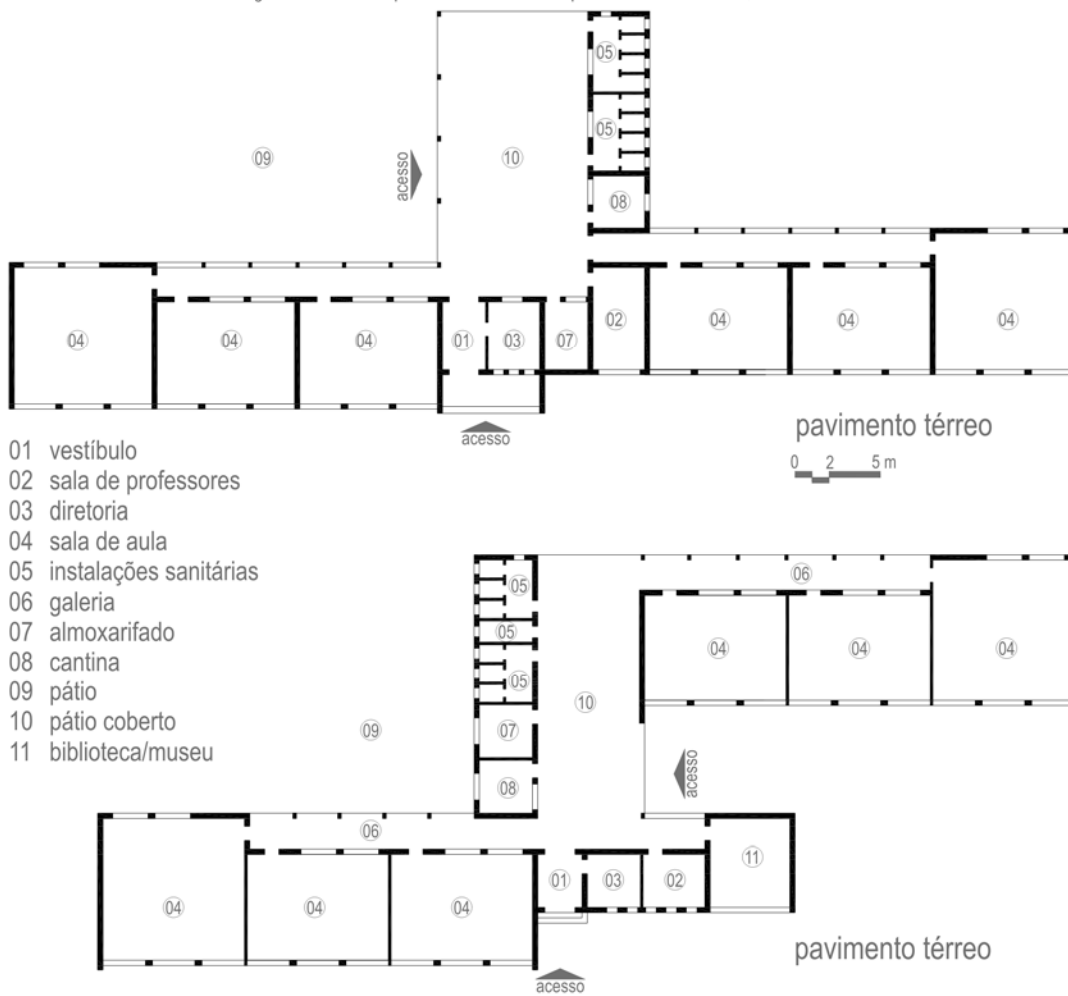


Figura 98: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares Ouvidor Pires Pardini, em Faxinal, e Machado de Assis, em Lupianópolis

Figura 99: Fachada principal dos grupos escolares Ouvidor Pires Pardini, em Faxinal, e Machado de Assis, em Lupianópolis

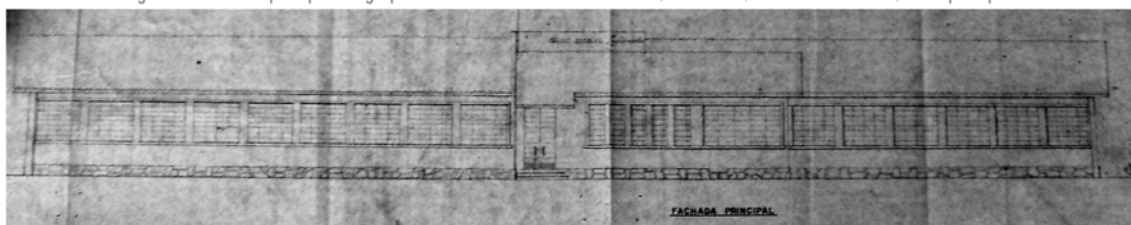


Figura 100: Fachada principal do Grupo Escolar 2º Grupo Escolar de Apucarana

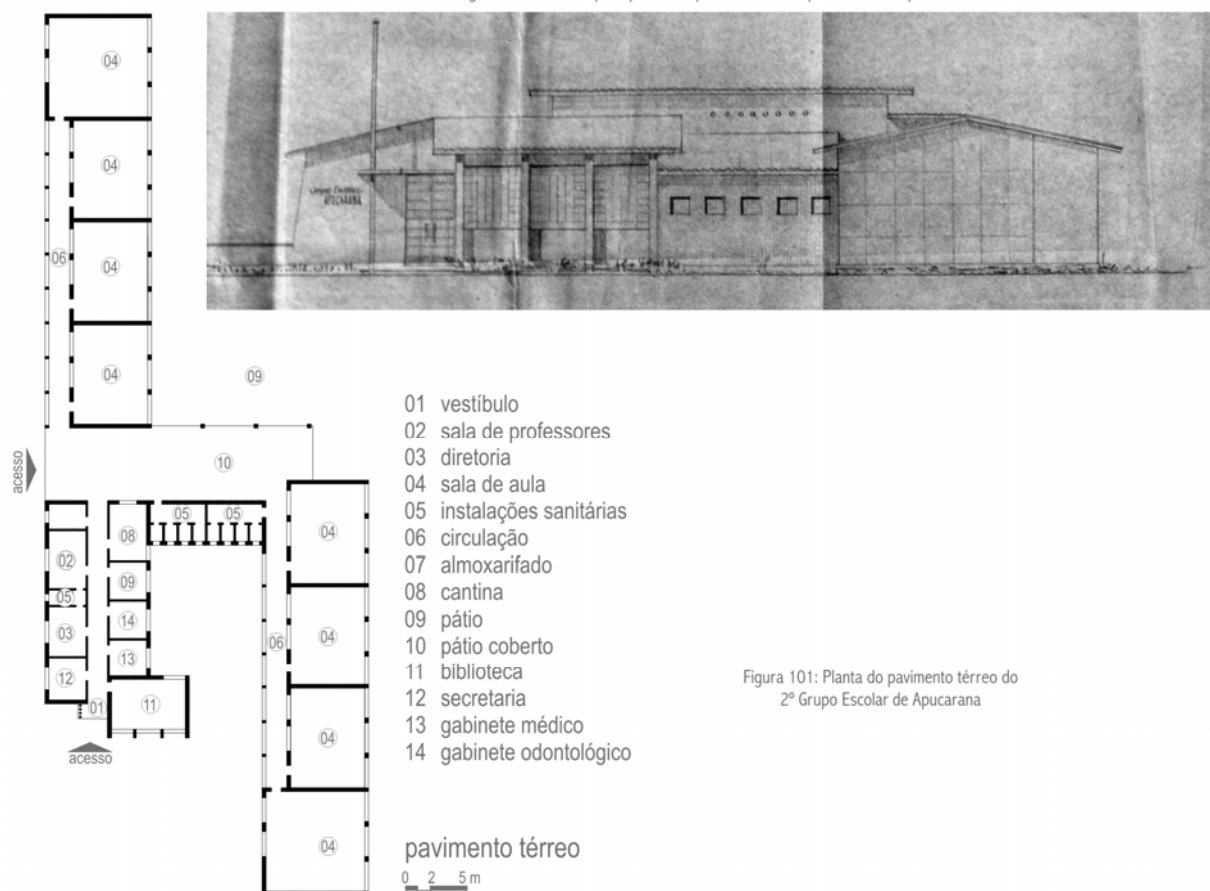


Figura 101: Planta do pavimento térreo do 2º Grupo Escolar de Apucarana

Os dois edifícios com seis salas de aula (Figuras 96 a 99) apresentaram o pátio coberto como elemento central da composição, ficando alocadas ali as instalações sanitárias para alunos e a cantina. As salas de aula foram divididas em duas alas e o setor administrativo constituiu-se pela diretoria e sala de professores. No projeto dos grupos escolares Ouvidor Pires Pardini - Faxinal e Machado de Assis - Lupionópolis destacou-se a presença da biblioteca.

Assim como nos períodos anteriores, e o programa arquitetônico das escolas modernistas com oito ou mais salas de aula tornou-se mais complexo. No 2º Grupo Escolar de Apucarana, ambientes como os gabinetes médico e odontológico foram incorporados (Figuras 100 e 101), o pátio coberto realizou novamente o papel de espaço de ligação entre as alas com salas de aula e o setor administrativo e de atendimento ao aluno. A importância do acesso principal foi reduzida, com um vestíbulo de pequenas dimensões. A biblioteca foi alocada próxima do acesso principal da escola e longe das salas de aula, distância que não correspondia à importância dada pela Escola Nova à proximidade do aluno com a biblioteca.

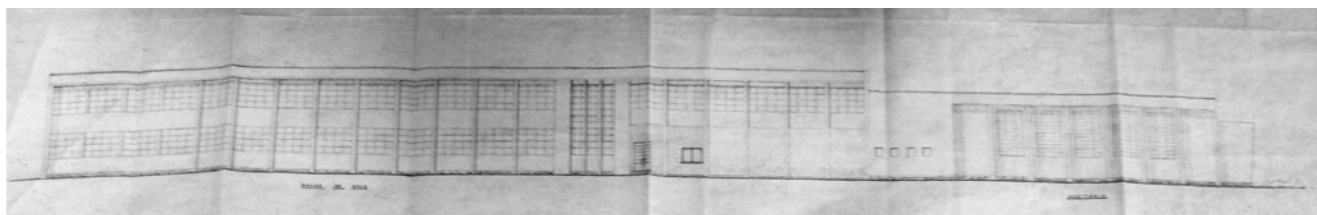
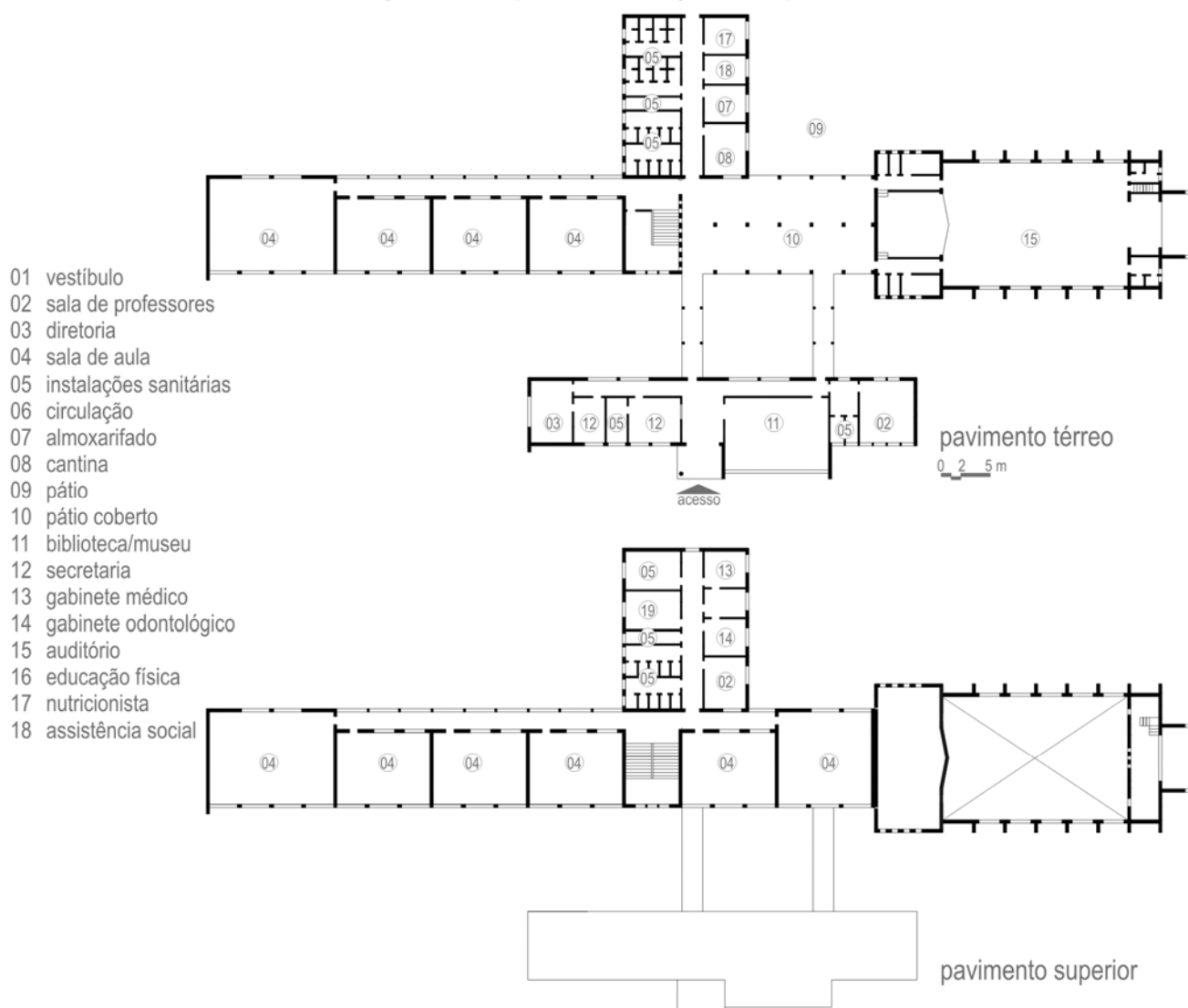


Figura 102: Fachada principal do Colégio Estadual de Apucarana

Figura 103: Planta do pavimento térreo do Colégio Estadual de Apucarana



A cidade de Apucarana recebeu o único colégio projetado no período. A perspectiva do anteprojeto foi publicada na capa do Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, no início de 1952 (Figura 09, Capítulo II, página 169).<sup>152</sup> Deste

<sup>152</sup> PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná. Ano II, Número 05. Curitiba: janeiro a fevereiro de 1952.

estudo para o edifício construído houve algumas modificações: inicialmente concebido em três blocos paralelos interligados por passarelas, o Colégio Estadual de Apucarana foi inaugurado com apenas dois (Figura 103).<sup>153</sup>

O edifício espalhou-se no terreno de grandes dimensões. O primeiro bloco concentrou os ambientes administrativos e, mais uma vez, a biblioteca foi incorporada a este setor, dividindo seu espaço com o museu. As salas de aula, distribuídas em dois pavimentos, e o auditório, apesar de apresentarem tratamento formal diferenciado, foram alinhados e intermediados pelo pátio coberto. Na transversal, um terceiro bloco foi inserido, com instalações sanitárias, ambientes de apoio e de atendimento ao aluno.

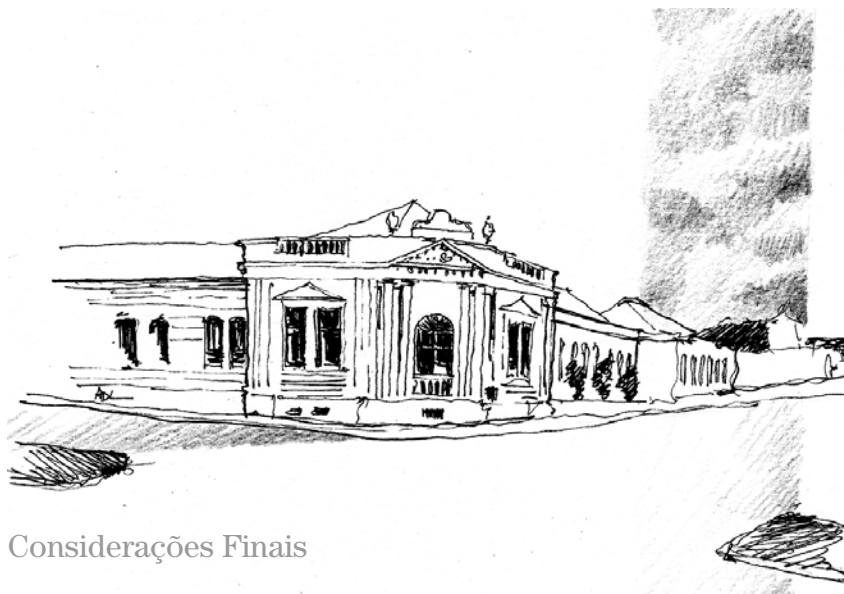
O partido arquitetônico do Colégio Estadual de Apucarana assemelhou-se ao dos grupos escolares construídos na primeira metade da década de 1950, analisados nesta seção, no entanto revelou maior maturidade compositiva e, de forma semelhante aos períodos anteriores, indicou que o ensino secundário mereceu um maior apuro formal que o primário. Foi assim com o Ginásio Paranaense do início do século XX, as escolas normais da década de 1920, o Colégio Estadual do Paraná, na interventoria de Manoel Ribas, e o Colégio Estadual de Ponta Grossa, na administração de Moysés Lupion.

As escolas modernistas do Paraná, projetadas entre 1951 e 1955, apresentaram características singulares em relação ao universo estudado. De forma consistente, o partido arquitetônico abandonou a simetria, guiando-se por eixos verticais e horizontais que possibilitaram uma disposição mais solta no terreno. A setorização foi ainda uma referência, agrupando atividades afins em blocos distintos, porém este procedimento não veio acompanhado da tradicional hierarquização, sendo os diversos blocos tratados de forma distinta, sem a valorização de uns em detrimento de outros. Neste sentido, o edifício ganhou leveza e fluidez, reforçadas pela presença de pátios cobertos sustentados por pilotis. No entanto, ainda se mantém a ordenação e a racionalidade do espaço, a adequação às atividades pedagógicas, o atendimento às demandas higienistas, a utilização de modernas técnicas construtivas, a busca pela beleza da composição e o bem-estar de seus usuários - princípios da arquitetura que constroem o caráter do edifício escolar, o qual se mantém desde as escolas jesuíticas do Brasil-colônia.

---

<sup>153</sup> O ante-projeto não foi encontrado. O projeto apresentado na Figura 103 foi datado como março de 1952, ou seja, elaborado logo após a publicação da perspectiva.





### Considerações Finais

Desenvolvido este estudo sobre a arquitetura e a produção de edifícios escolares no Brasil e no Paraná é possível estabelecer algumas considerações a respeito da tipologia encontrada ao longo do período estudado, procedimento que poderá contribuir para a análise mais abrangente das escolas construídas no Paraná.

De forma geral, os primeiros exemplares construídos tiveram como partido arquitetônico um bloco único. Este volume compacto abrigava uma ou duas unidades de ensino, chamadas de *escolas* - correspondentes espacialmente a salas de aula. Duas características eram bem marcantes nesta configuração: a simetria e a abertura do edifício para “fora”. Nas situações em que as escolas estavam agrupadas no mesmo espaço, não havia ligação administrativa nem física entre elas. Cada uma contava um professor, uma sala de aula e acesso independente. Esta organização espacial satisfazia a já necessária separação de alunos e alunas.

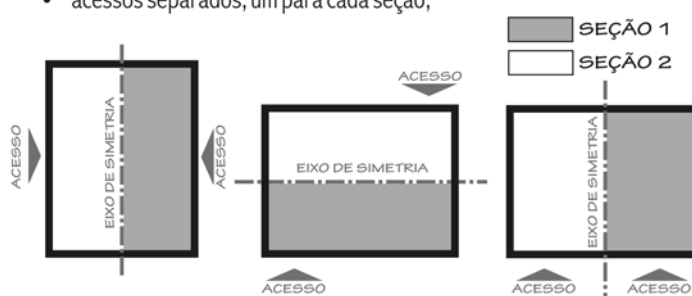
A escola, naquele momento, era composta pela sala de aula e dois ambientes de apoio, um para o professor e outro para os alunos (esquema ao lado). Este núcleo poderia ser encontrado sozinho ou duplicado, situação em que os edifícios passavam a ter duas seções



### TIPOLOGIA DAS ESCOLAS PARANAENSES FINAL DO SÉCULO XIX

Características tipológicas da planta:

- bloco único;
- duas seções completamente independentes, sem ligação interna;
- acessos separados, um para cada seção;

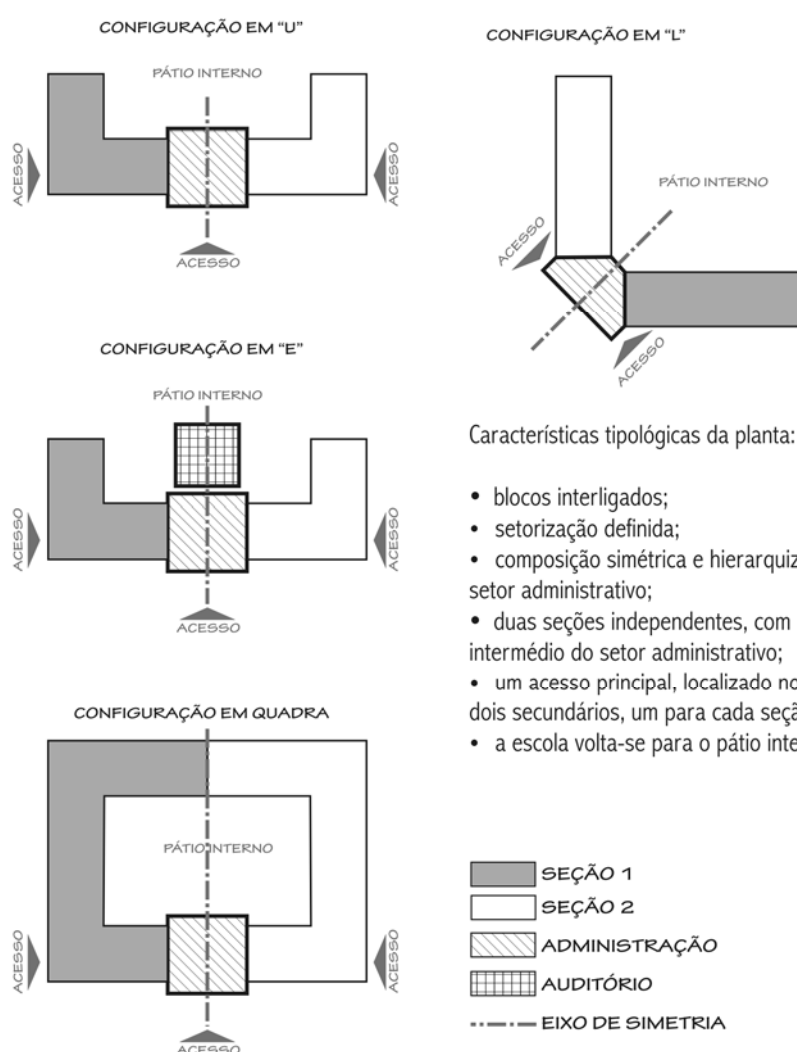


Na República, foi instituída a escola agrupada com a presença de diversas séries (e, conseqüentemente, várias salas de aula), centralização administrativa (e a necessidade de ambientes como secretaria, diretoria e portaria) e de atividades/ambientes de apoio (como biblioteca, museu, laboratórios). O modelo deste novo edifício escolar foi a Escola Normal de São Paulo, projetada pelo consagrado Ramos de Azevedo e construída no final do século XIX, que incorporou a nova demanda pedagógica, higienista e programática e separou espacialmente as diferentes atividades, introduzindo conceitos de setorização, hierarquização e ordenação no espaço escolar republicano. Áreas e ambientes foram agrupados de acordo com a atividade que desempenhavam, passando a existir salas de ensino e administrativas, de alunos e alunas, de pessoal interno e de visitantes, de uso freqüente e esporádico; assim como determinados ambientes foram mais valorizados que outros. O edifício projetado e concebido como escola materializou e simbolizou demandas pedagógicas e higienistas, a partir de uma solução arquitetônica consagrada, da adoção de técnicas e materiais modernos, da inovadora implantação no terreno e de uma grande visibilidade no cenário urbano.

O partido arquitetônico desta escola modelar estruturou-se em alas agrupadas simetricamente, a partir de uma unidade centralizada e valorizada formalmente, onde

estava locado o acesso principal e as salas administrativas. Tal configuração admitiu de forma mais freqüente as tipologias em “U”, em “E” (esta com o auditório e/ou ginásio situado logo após o bloco central) e, eventualmente, em quadra. Aqui, a escola voltou-se para o pátio centralizado, local das atividades internas (esportivas, recreativas etc.), apoiando-se no conceito fechado das escolas jesuíticas, com seu claustro que protegia o aluno dos perigos do mundo externo. O partido e o caráter do edifício escolar continham a ordem e a hierarquia necessárias para a atividade pedagógica, além de um rígido controle visual de todas as movimentações no edifício (esquema abaixo) - também encontradas nos conjuntos jesuíticos.

### MODELOS TIPOLÓGICOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA



A Escola Normal de São Paulo definiu uma tipologia modelar (no esquema acima, 1ª coluna, desenho intermediário: configuração em “E”) e imprimiu um caráter para o edifício escolar que impôs e exprimiu simultaneamente valores como modernidade, racionalismo, ordem e hierarquia. Os primeiros edifícios republicanos paranaenses, concebidos para marcar o

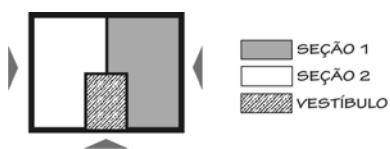
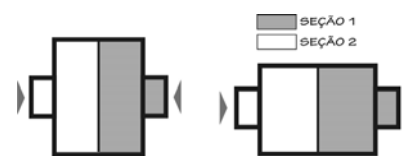
início da instrução pública nos moldes republicanos buscaram apreender nas suas formas e formato o caráter e as qualidades da tipologia da escola paulistana.

O Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva (no esquema da página anterior, 2ª coluna: configuração em “L”) e o Ginásio Paranaense (no esquema da página anterior, 1ª coluna, desenho inferior: configuração em quadra) apresentaram variações no partido arquitetônico em relação à Escola Normal de São Paulo que não impediram de manter setorização, hierarquia, ordem e racionalidade. Todas são tipologias consagradas, fazem parte do repertório da arquitetura e podem ser encontradas, por exemplo, em conventos, edifícios públicos, hospitais e escolas.

No entanto, o porte e o programa arquitetônico mais elaborado destes edifícios não foram repetidos pelas escolas edificadas posteriormente. Nas duas primeiras décadas do século XX, a tipologia de bloco único e a definição e separação de duas seções independentes encontradas nas unidades do final do século XIX mantiveram-se. Uma das poucas diferenças residiu no tamanho das escolas, algumas com quatro salas de aula. Ocasionalmente eram colocados ambientes de apoio em volumes justapostos, mas que preservavam a divisão em seções, (esquema à direita). A solução espacial destes edifícios indica que a implantação administrativa e pedagógica da escola seriada no Paraná foi gradativa.

Esta configuração espacial apresentou uma variação, estruturada na presença de um vestíbulo interno e centralizado, o qual desempenhou o papel de ambiente de integração das duas seções (esquema à esquerda). Solução que permitiu a transição do sistema de escolas reunidas (agrupamento de escolas em um mesmo espaço funcionando de forma independente) para o de grupos escolares (estruturado na centralização administrativa e espacial de diversas escolas).

A década de 1920 caracterizou-se pela utilização de projetos padronizados para escolas que apresentaram a possibilidade de ampliação posterior. Com tais condicionantes, *famílias* de projetos arquitetônicos foram concebidas, adotando a tipologia da planta em “U”, a definição espacial de setores e a hierarquização de ambientes - aproximando-se do modelo instituído pela Escola Normal de São Paulo. Destacam-se, neste momento, os três edifícios das escolas normais e o do Grupo Escolar D. Pedro II que consolidaram a escola seriada e valorizaram a formação do professor com sedes imponentes, grande requinte formal e programa arquitetônico completo (no esquema da página anterior, 1ª coluna, desenho superior: configuração em “U”). Esses exemplares



materializaram e simbolizaram as demandas pedagógicas e higienistas e a ação governamental na instrução pública, referências e modelos da escola pública no Paraná.

No final da Primeira República já podia ser identificado um procedimento que foi mantido em todo o período estudado. As escolas construídas atendiam diferentes demandas e apresentavam um programa arquitetônico que se tornava mais complexo com o aumento do número de salas de aula. Assim, cada período contou simultaneamente com edifícios de grande porte, marcos referenciais por incorporarem de forma plena as demandas pedagógicas e higienistas vigentes, e com pequenas e médias escolas espalhadas pelo território paranaense, materializações de imposições e situações mais modestas. Se uma unidade contava com poucas salas de aula, os demais ambientes de apoio e/ou administrativos também foram reduzidos.

Os edifícios escolares, na década de 1920, começaram a ser concebidos de forma abrangente, identificando, classificando e padronizando necessidades e situações específicas, com a efetiva elaboração de projetos padronizados com opções de quatro, seis e oito salas de aula. O projeto arquitetônico elaborou um conjunto de edifícios que possuía um programa de necessidades mínimo - com a presença da sala do diretor indicando a efetiva centralização administrativa da escola seriada - que poderia crescer e se sofisticar na medida da ampliação das salas de aula. A reunião de partes para formar um todo, como já visto, esteve presente nas lições de J. N. L. Durand, utilizadas freqüentemente nos séculos XIX e XX. A simetria axial e a conseqüente rigidez compositiva foram características que vigoraram em todas as tipologias da Primeira República.

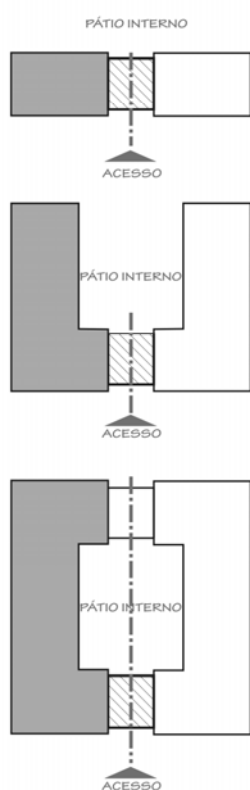
Na década de 1930, a padronização de projetos de unidades escolares estava consolidada e se manteve. A célula inicial de uma escola foi composta por duas salas de aula e dois ambientes de apoio, que poderia ser ampliada até o total de dez salas de aula. Com quatro salas, a escola incorporava as instalações sanitárias, e com dez, ganhava mais dois ambientes de apoio. Neste momento, a prioridade residia na construção de escolas no interior do estado, muitas vezes em locais que não possuíam ainda edifícios destinados ao ensino. O programa arquitetônico enxuto refletia a realidade regional e, em princípio, não atendia às demandas escolanovistas por bibliotecas, auditórios-ginásios, museus e gabinetes médico e odontológico. A tradicional tipologia da planta em “U”, simétrica, com hierarquização acentuada e solução projetual padronizada (no esquema da próxima página, 1ª coluna) encontrada nos projetos ecléticos da década anterior, foi revestida com formas e linhas do moderno art déco. De

forma diferente do que aconteceu no Distrito Federal ou em São Paulo, não houve uma ruptura conceitual no edifício escolar paranaense, verificou-se a manutenção do programa e da tipologia com a renovação das fachadas.

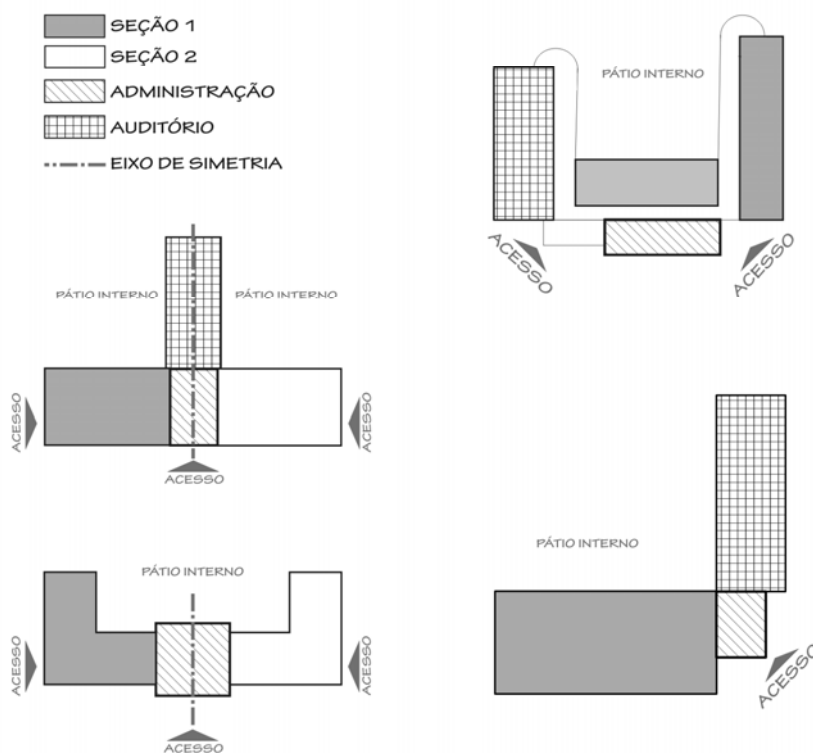
Uma segunda família de escolas déco foi projetada na segunda metade da década de 1930, apresentando a tipologia da planta em “T”, de seis a doze salas de aula e o auditório-ginásio em todas as suas versões (no esquema abaixo, 2ª coluna, desenho superior).

### TIPOLOGIA DAS ESCOLAS PARANAENSES

#### DÉCADA DE 1930



#### PERÍODO 1935-1945



Na primeira metade da década de 1940, uma maior variedade de edifícios escolares foi projetada e construída, com diferentes linguagens formais (modernismo e neocolonial) e tipológicas. O programa arquitetônico ficou mais elaborado, apresentando ambientes como bibliotecas, auditórios-ginásios, museus e gabinetes médico e odontológico.

A linguagem modernista nas escolas primárias foi utilizada no Grupo Escolar de Palmas onde se verificou o abandono da simetria compositiva, a definição de setorização com o emprego de volumetrias diferenciadas e a atenuação da forte

hierarquia presente nas escolas anteriores (no esquema da página anterior, 3ª coluna, desenho inferior), mas foi uma experiência isolada.

A filiação ao modernismo também foi uma característica do Colégio Estadual do Paraná, principal escola do período de interventoria de Manoel Ribas e até hoje o maior conjunto escolar público do Paraná, com um programa e um porte inigualável dentro do universo aqui estudado. O pioneirismo, a grandiosidade e a sofisticada composição desta escola estruturou-se, entretanto, numa tipologia tradicional, em “U”, simétrica e hierarquizada (no esquema da página anterior, 2ª coluna, desenho inferior).

O Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa foi um dos exemplares mais representativos da produção arquitetônica neocolonial em Curitiba (no esquema da página anterior, 3ª coluna, desenho superior). Além de possuir um programa arquitetônico completo, sua configuração espacial apresentou características singulares e, mesmo com a tradicional configuração em “U”, a solução arquitetônica fugiu da simetria, não definiu duas seções nem estabeleceu o consagrado destaque do setor administrativo. Nesta escola, a setorização pouco precisa e a circulação mais fluida permitiram que ambientes como a biblioteca e o museu ficassem próximos do aluno. Neste exemplar, o neocolonial, associado ao tradicionalismo e nacionalismo do Estado Novo, foi colocado a serviço das demandas escolanovistas, que queriam uma escola voltada para a criança.

As demais escolas primárias neocoloniais mantiveram a tipologia em “U”, a estruturação simétrica, a definição de duas seções e a hierarquização e a setorização dos ambientes (no esquema da página anterior, 2ª coluna, desenho inferior). Apresentaram o núcleo central com dois pavimentos - onde estão alocados os gabinetes médico e odontológicos, o museu e/ou a biblioteca - e as alas laterais com apenas um, com as salas de aula.

Dentro da diversificada produção de edifícios escolares do período 1930-1945, encontram-se tipologias tradicionais e inovadoras, linguagens déco, modernistas e neocoloniais e diferentes programas arquitetônicos.

Na segunda metade da década de 1940, marcada politicamente pelo retorno democrático e pela consolidação da Escola Nova no Paraná, as escolas paranaenses não mostraram a diversidade encontrada no período anterior. Dentro do conceito de projetos padronizados, que atendiam a diferentes demandas, as escolas contavam com quatro, seis, oito, dez ou doze salas de aula. A tipologia em “E” foi utilizada nos exemplares de maior porte e nos demais, em “U” (no esquema da página 291, 1ª coluna: configuração em “U” e “E”). Em um primeiro momento, os edifícios assumiram feições neocoloniais e,

posteriormente, as fachadas foram renovadas, passando a ter linhas retas e elementos modernistas.

Apesar deste aparente retrocesso, ocorreram alguns avanços em relação ao programa arquitetônico: a biblioteca foi incorporada em todas as escolas, no entanto não mereceu a atenção requerida, sendo uma diminuta sala com as mesmas dimensões do almoxarifado da escola; o museu e os gabinetes médico e odontológico apareceram nas unidades com oito ou mais salas de aula; e o auditório-ginásio, apenas nas escolas com doze salas. A presença de determinados ambientes somente nas escolas maiores - museu, gabinetes médico-odontológico e auditório/ginásio - não atendeu plenamente os ideais escolanovistas. Sem inovações na concepção do espaço escolar, a implantação ou consolidação dos princípios da Escola Nova no Paraná foi efetivada na prática pedagógica e na disseminação pelo território paranaense de edifícios escolares, os quais contavam com um programa arquitetônico possível e limitado.

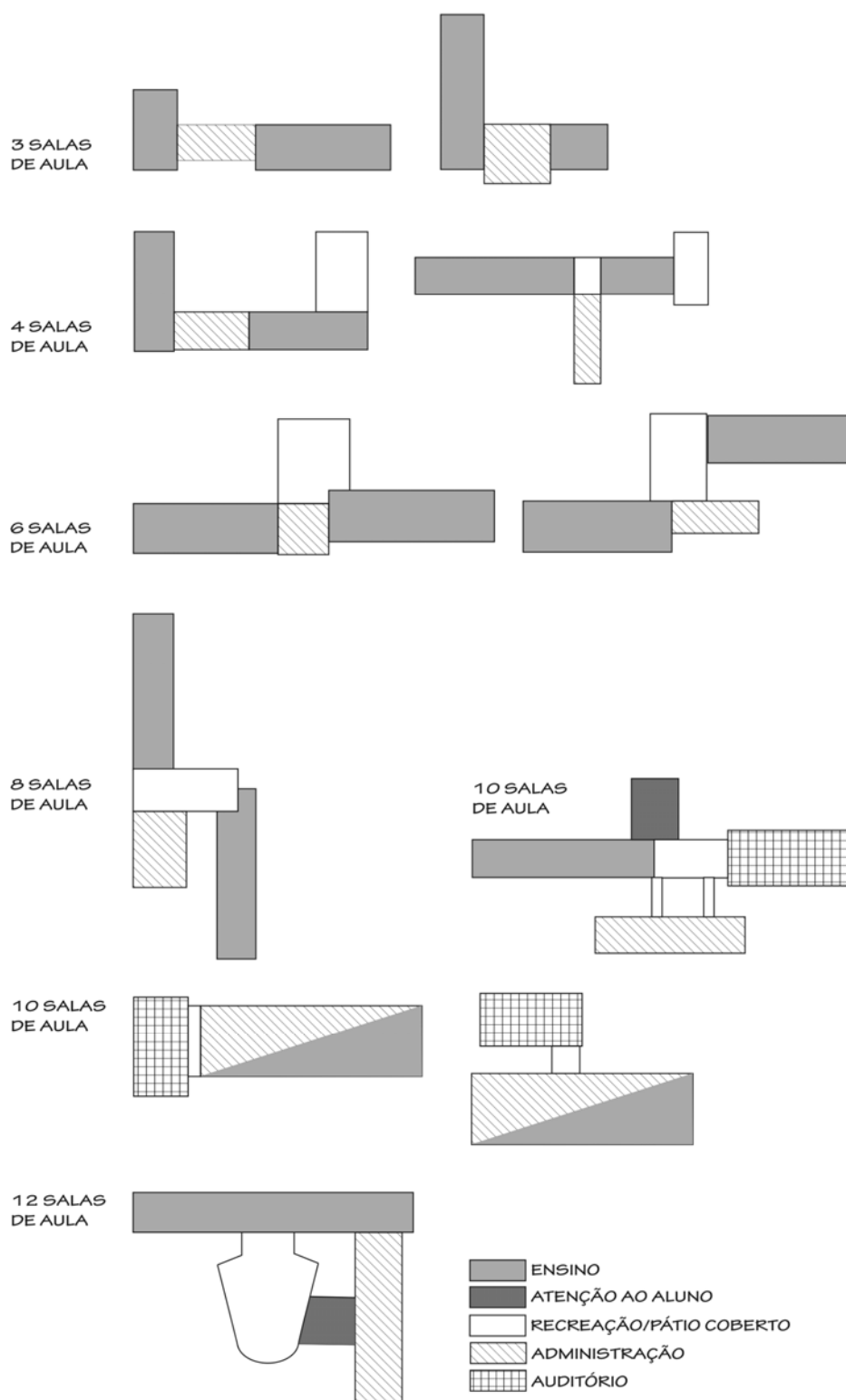
Houve destaque para os edifícios ginasiais, com um programa arquitetônico completo inserido na tradicional configuração em “E” (no esquema da página 291, 1ª coluna: configuração em “E”) e com composição mais sóbria e próxima do art déco.

Na década de 1950, em pleno vigor da arquitetura modernista, a setorização conduziu o projeto do edifício escolar. Os blocos das atividades de ensino, administrativa, esportiva e de atenção ao aluno foram dispostos no terreno de forma mais livre e interligados por passarelas, com tratamento formal diferenciado e hierarquia pouco evidente (esquemas na próxima página). A simetria desapareceu da composição, agora estruturada por vários eixos perpendiculares entre si. Mesmo assim, pode-se afirmar que foi mantida a metodologia projetual de *reunião de partes para formar um todo* ensinada por J. N. L. Durand.

Os edifícios ficaram mais dinâmicos, espalhados no terreno e não mais fechados e voltados para o pátio interno. Ganhou importância a área de recreação coberta, elemento de ligação de diversos setores, ponto de encontro de alunos e professores, que passou a não ter mais localização fixa, podendo ser encontrada nas extremidades da escola ou ainda estar centralizada. A solução espacial mais fluida e menos autoritária foi encontrada nas escolas do interior, onde os terrenos eram mais generosos. A possibilidade de crescimento foi mantida, porém não se verificou a padronização de projetos. As soluções arquitetônicas possuíam uma unidade conceitual, mas se diferenciaram entre si, respeitando dimensões e posicionamento do terreno e especificidades locais (no esquema da próxima página, quatro primeiras linhas).



TIPOLOGIA DAS ESCOLAS PARANAENSES  
PERÍODO 1951-1955



Em Curitiba, as escolas modernistas não apresentaram a mesma maleabilidade. Todas de grande porte, consideradas marcos da arquitetura modernistas e integrantes das obras comemorativas do Centenário da Emancipação Política do Paraná, possuíam programa completo, composição mais rígida e maior apuro formal, mas as estreitas

dimensões de seus terrenos impuseram soluções compactas (esquemas na página anterior, duas últimas linhas).

A incorporação de ambientes no edifício escolar é um processo lento e contínuo, a cada nova geração de escolas espaços vão sendo agregados, principalmente nos edifícios de menor porte, tornando o programa arquitetônico mínimo mais extenso. As escolas da primeira metade da década de 1950 confirmam mais uma vez tal situação, apresentando, por exemplo, biblioteca nas escolas de três salas de aula e cantina e pátio coberto nas unidades de quatro. Neste momento, houve a consolidação da Escola Nova no Paraná, com os edifícios escolares contando com partido arquitetônico e programa de necessidades condizentes com as demandas pedagógicas.

O caráter dos edifícios escolares paranaenses, entre 1853 e 1955, foi delineado pelos valores de *utilidade, ordem, economia, simplicidade e modernidade*.

Em todos os períodos estudados percebe-se que os edifícios apresentaram elementos/tipologias/ambientes tradicionais e simultaneamente contaram com inovações. A tipologia em “U”, por exemplo, permaneceu válida durante toda a primeira metade do século XX, abrigou as primeiras escolas primárias seriadas, pautadas no ensino intuitivo; ginásios e escolas normais; e possibilitou a aplicação pedagógica escolanovista. Recebeu formas ecléticas, déco, neocoloniais e até modernistas sem prejuízo de seu caráter. Foi estruturada por eixos axiais, assim como aceitou uma configuração assimétrica. Delimitou e separou meninos e meninas, mas também permitiu a integração de alunos no pátio interno. Manteve, como nas quadras jesuíticas, a distinção externo/interno e o controle visual de tudo o que acontecia. Foi imponente quando abrigou escolas normais e nos pequenos grupos escolares primou pela simplicidade formal. Esta foi a tipologia mais freqüente no universo estudado e, portanto, não pode estar associada a um período da arquitetura escolar ou a uma determinada prática pedagógica.

O presente trabalho procurou contribuir para o entendimento mais abrangente do edifício e do espaço escolar, entendendo que ali se sobrepõem permanências e mudanças. Nada é tão rígido que não permita alterações e acréscimos, ao mesmo tempo em que tipologias tradicionais são mantidas, muitas vezes acrescidas de inovações técnicas, programáticas e/ou formais. Afirmações simplistas como as escolas republicanas eram ecléticas e monumentais, ou ainda os edifícios déco da década de 1930 incorporaram os princípios escolanovistas e não eram mais imponentes, não se sustentam. A monumentalidade, como foi visto ao longo do trabalho, foi uma

característica constante nas escolas de grande porte, nas de ensino secundário, normal ou superior, ou ainda nos exemplares mais representativos de uma gestão administrativa. Assim como a maioria das escolas construídas na Primeira República era de pequeno porte e linguagem formal simplificada, característica que foi mantida na Era Vargas/Manoel Ribas e nos demais períodos.

A análise dos edifícios escolares deve ter como parâmetros os princípios e os conceitos da arquitetura. Não se pode desconsiderar os três fundamentos definidos por Vitruvius - *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas* -, nem esquecer que:

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas em seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidos, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a “comodulação” e a “modenatura”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento.<sup>1</sup>

O edifício escolar é um produto cultural histórica e geograficamente determinado, concebido a partir da teoria e da prática arquitetônica estruturadas em princípios e conceitos, como uma resposta às demandas programáticas, pedagógicas, higienistas e sociais vigentes. A leitura e a interpretação *da história da educação pela arquitetura dos edifícios escolares*, de acordo com a historiadora Rosa Fátima de Souza, revela que a arquitetura reflete as múltiplas tendências e práticas educacionais ocorrendo simultaneamente, como se dá na própria sociedade. Universo permeado por correntes e metodologias, a educação apresenta um ritmo lento de incorporação ao novo. A introdução de uma proposta, não significa aceitação ampla e imediata em todas as esferas do ensino. Os agentes sociais preparados nas metodologias já consagradas dependem de adequação e, portanto, de tempo para incorporarem as inovações. Logo, convivem metodologias inovadoras em práticas conservadoras. A arquitetura escolar incorpora esta aparente contradição, pois como ato político, atende aos diversos interesses sociais. Na sociedade complexa e heterogênea brasileira, a multiplicidade e a diversidade de concepções incorporam, sem ser necessariamente excludentes. Portanto, uma tipologia arquitetônica absoluta e dominante dificilmente será encontrada, haverá sempre muitas leituras sobre a realidade e muitas formas de materializá-las ocorrendo em um mesmo tempo histórico.

---

<sup>1</sup> COSTA, Lucio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil (p. 9-98). In *Arquitetura Religiosa. Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978. (p. 17)



Relação de Fotografias, Figuras, Mapas, Quadros e Tabelas

## CAPA e PREÂMBULOS

Ilustração Capa: Ginásio Paranaense, em Curitiba. Desenho de André Largura.

Ilustração e Citação: Grupo Escolar Lisymaco Ferreira da Costa, em Curitiba. Desenho de André Largura.

TEIXEIRA, Anísio. Associação Brasileira de Educação. O problema do prédio escolar - A palestra inicial do Sr. Anísio Teixeira (p. 5). In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 de março de 1934. (p. 5-6)

## INTRODUÇÃO

Ilustração: Escola Carvalho, em Curitiba. Desenho de André Largura.

## CAPÍTULO I: ARQUITETURA E ARQUITETURA DAS ESCOLAS NO BRASIL

Ilustração: Escola Tiradentes, em Curitiba. Desenho de André Largura

Figura 01: Planta esquemática da Escola de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Fonte: MOUSSATCHE, Helena; MAZZOTTI, Alda Judith Alves e MAZZOTTI, Tarso Bonilha. *Arquitetura Escolar: imagens e representações*. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Volume 81, nº 198. Brasília: INEP, 2000. (p. 305)

Figura 02: Planta esquemática da Escola Pública da Rua Santa Amaro, São Paulo. Fonte: WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. *Espaço e Educação. Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992.

233p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. (p. 103)

- Figura 03: Planta esquemática da Escola Pública do Arouche, São Paulo. Fonte: WOLFF, S. F. S. Espaço e Educação... 1992. (p. 102)
- Figura 04: Planta esquemática do edifício principal da Escola Normal de São Paulo. Desenho elaborado em 2007, tendo como base as plantas apresentadas em CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Ramos de Azevedo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Coleção: Artistas Brasileiros, 14) e e MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora: Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997. (p. 123)
- Figura 05: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar-Modelo da Luz, em São Paulo. Desenho elaborado em 2007, tendo como base as plantas apresentadas em CARVALHO, M. C. W. Ramos ..., 2000. (p. 189)
- Figura 06: Plantas dos pavimentos térreo e superior do projeto-tipo para Grupo Escolar de Victor Dubugras. Desenho elaborado em 2007, tendo como base a planta apresentada em CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991. (p. 8)
- Figura 07: Planta esquemática de grupo escolar paulista construído em 1911, segundo Vilanova Artigas. Desenho elaborado em 2007, tendo como base a planta apresentada em ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas (p. 87-98). In ARTIGAS, Vilanova. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Cosac & Naipy Edições, 1999. (p. 94)
- Figura 08: Planta esquemática do pavimento térreo do Grupo Escolar - tipo Oscar Thompson, utilizado no edifício do 2º Grupo Escolar de Araraquara/SP. Desenho elaborado em 2009, tendo como base as plantas apresentadas em CAMARGO, Mauro Alvaro de Souza. *Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurais*. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, nº 18. São Paulo: Casa Espindola, 1920. (p. 46-47)
- Figura 09: Perspectiva do Grupo Escolar - tipo Oscar Thompson. Fonte: CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 48)
- Figura 10: Fachadas principal e lateral do Grupo Escolar - tipo Oscar Thompson. Fonte: CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 50-51)
- Figura 11: Fachadas principal e lateral do Grupo Escolar - tipo Eloy Lessa. Fonte: CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 70-71)
- Figura 12: Planta esquemática do pavimento térreo do Grupo Escolar - tipo Eloy Lessa. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 78)
- Figura 13: Fachadas principal e lateral do Grupo Escolar - tipo Mário Ayrosa. Fonte: CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 80-81)
- Figura 14: Planta esquemática do pavimento térreo do Grupo Escolar - tipo Mário Ayrosa. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em CAMARGO, M. A. S. Projectos de Grupos... 1920. (p. 67)
- Figura 15: Fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II, Petrópolis (RJ). Fonte: HEITOR DE MELLO homepage. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.crea-rj.org.br/heitordemello/pro3.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2009.
- Figura 16: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar D. Pedro II, Petrópolis/RJ. Fonte: HEITOR DE MELLO... 2009.
- Figura 17: Escola Normal do Rio de Janeiro. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comissão Censitária Nacional. A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil por Fernando Azevedo. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Nacional - Volume I. Introdução - Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.
- Figura 18: Perspectiva da Escola Tipo Mínimo. Fonte: OLIVEIRA, Beatriz Santos de. A Modernidade Oficial: A Arquitetura das Escolas Públicas do Distrito Federal (1928-1940). São Paulo, 1991. 360 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. (p. 157)

- Figura 19: Planta do pavimento térreo da Escola Tipo Mínimo. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em OLIVEIRA, B. S. A modernidade oficial... 1991. (p. 157)
- Figura 20: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Nuclear. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em OLIVEIRA, B. S. A modernidade oficial... 1991. (p. 158)
- Figura 21: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Platoon - 12 classes. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em OLIVEIRA, B. S. A modernidade oficial... 1991. (p. 162)
- Figura 22: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Platoon - 16 classes. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em OLIVEIRA, B. S. A modernidade oficial... 1991. (p. 163)
- Figura 23: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Tipo Platoon - 25 classes. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em OLIVEIRA, B. S. A modernidade oficial... 1991. (p. 164)
- Figura 24: Fachada principal do projeto-tipo de escola com doze salas de aula, Rio de Janeiro. Fonte: OLIVEIRA, B. S. A Modernidade Oficial... 1991. (p. 318)
- Figura 25: Fachadas e perspectiva do projeto-tipo de escola com oito salas de aula, Rio de Janeiro. Fonte: FERNANDES, Noemia Lucia Barradas. Arquitetura Escolar Carioca: edificações construídas entre 1930 e 1960. Rio de Janeiro, 2006. 142 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (p. 87-90)
- Figura 26: Perspectiva do Grupo Escolar Congonhas do Campo, em Tatuapé, São Paulo/SP. Fonte: SÃO PAULO. 1936. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diretoria de Ensino. Novos prédios para grupo escolar. Estudos da Diretoria do Ensino e da Diretoria de Obras Públicas. São Paulo, 1936.
- Figura 27: Plantas dos pavimentos inferior, térreo e superior do Grupo Escolar Congonhas do Campo, em Tatuapé/ São Paulo. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a planta apresentada em FERREIRA, Avany De Francisco; CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de. Arquitetura Escolar Paulista - Restauro. São Paulo: FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), 1998. (p. 23)
- Figura 28: Perspectiva do Grupo Escolar Godofredo Furtado, em São Paulo/SP. Fonte: FERREIRA, A. F.; CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G. Arquitetura Escolar Paulista - Restauro. 1998. (p. 23)
- Figura 29: Perspectiva do Grupo Escolar Princesa Isabel, em São Paulo/SP. Fonte: SÃO PAULO. 1936.
- Figura 30: Tipologia de plantas de escolas construídas no Estado de São Paulo, entre 1936 e 1944, segundo Vilanova Artigas. Desenho elaborado em 2009, tendo como base as planta apresentadas em ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas. In ARTIGAS, Vilanova. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Cosac & Naipy Edições, 1999.
- Figura 31: Implantação esquemática da escola-parque Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador/BA. Fonte: EBOLI, Terezinha. Uma experiência de educação integral. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. MEC-INEP Bahia, 1969. (p. 21)
- Figura 32: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola e do Ginásio do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Rio de Janeiro/RJ. Fonte: XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. Arquitetura moderna no Rio de Janeiro. São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: RioArte, 1991.(p. 61)
- Figura 33: Comparação entre dois tipos de salas de aula, sendo a primeira de tipo tradicional e a segunda evidenciando a pedagogia ativa. Fonte: DUARTE, Hélio. O problema Escolar e a arquitetura. (p. 4-6). In Revista Habitat - revista das artes no Brasil. Nº 4. São Paulo: Habitat, set-dez de 1951. (p. 6)
- Foto 01: Escola da Freguesia de Sant'Anna, Rio de Janeiro - sem data. Fonte: RIO DE JANEIRO. Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro. Escolas do Imperador. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas\\_imperador/escolas\\_imperador.htm](http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escolas_imperador.htm). Acesso em 17 de março de 2009.
- Foto 02: Escola de São Cristovão, Rio de Janeiro - sem data. Fonte: RIO DE JANEIRO. Centro de Referência ... 2009.
- Foto 03: Escola Pública do Arouche, São Paulo - sem data. Fonte: CAMPOS, Eudes. O Ecletismo Paulistano no tempo do Jovem Ramos de Azevedo (p. 25-31) in CIDADE. Revista do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura. Signos de um novo tempo. A São Paulo de Ramos de Azevedo. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, nº 5, ano V, janeiro de 1998. (p. 26)

- Foto 04: Escola Normal de São Paulo - sem data. Fonte: HASSEL, Sílvia e GAMA, Lúcia. Ramos de Azevedo e a cidade. (p. 20-23). In CIDADE... 1998. (p. 22)
- Foto 05: Grupo Escolar-Modelo da Luz, em São Paulo/SP - sem data. Foto de João Musa, pertencente ao portfólio de Ramos de Azevedo. Acervo: Biblioteca do Condephaat apud CARVALHO, M. C. W. Ramos... 2000. (p. 190)
- Foto 06: Grupo Escolar de Piracicaba/SP, projetado por Victor Dubugras - sem data. Fonte: CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. Arquitetura Escolar... 1991. (p. 10)
- Foto 07: Grupo Escolar de Espírito Santo do Pinhal/SP, projetado por Victor Dubugras - sem data. Fonte: CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.; NEVES, H. M. V. Arquitetura Escolar... 1991. (p. 14)
- Foto 08: 2º Grupo Escolar de Araraquara, São Paulo - 1930. Acervo: Eda Maria Lombardi.
- Foto 09: Escola Uruguai, no Rio de Janeiro - sem data. Fonte: RIO DE JANEIRO. Centro de Referência ... 2009.
- Foto 10: Escola Argentina, no Rio de Janeiro - sem data. Fonte: RIO DE JANEIRO. Centro de Referência ... 2009.
- Foto 11: Escola Estados Unidos, no Rio de Janeiro - sem data. Fonte: RIO DE JANEIRO. Centro de Referência ... 2009.
- Foto 12: Fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II, Petrópolis/RJ. Fonte: HEITOR DE MELLO... 2009.
- Foto 13: Fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II, Petrópolis/RJ. Fonte: HEITOR DE MELLO... 2009.
- Foto 14: Escola Tipo Nuclear. Fonte: DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 75)
- Foto 15: Detalhe do acesso principal da Escola Tipo Nuclear. Fonte: DÓREA, Célia Rosângela Dantas. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar: planejando escolas, construindo sonhos. São Paulo, 2003. 231p. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Curso de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (p. 77)
- Foto 16: Escola Tipo Platoon - 12 classes. Fonte: DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 78)
- Foto 17: Escola Tipo Platoon - 16 classes. Fonte: DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 77)
- Foto 18: Escola Tipo Platoon - 25 classes. Fonte: FERNANDES, N. L. B. Arquitetura Escolar Carioca ... 2006.. (p. 75)
- Foto 19: Detalhe do acesso principal da Escola Tipo Platoon - 25 classes. Fonte: DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 77)
- Foto 20: Escola Tipo Platoon - 12 classes. Fonte: DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 78)
- Foto 21: Escola Tipo Platoon - 16 classes. Fonte: DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 77)
- Foto 22: Escola Tipo Platoon - 25 classes. Fonte: FERNANDES, N. L. B. Arquitetura Escolar Carioca ... 2006.. (p. 75)
- Foto 23: Detalhe do acesso principal da Escola Tipo Platoon - 25 classes. Fonte: DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 77)
- Foto 24: Escola Henrique Dodsworth / projeto-tipo de escola com oito salas de aula, Rio de Janeiro. Fonte: FERNANDES, N. L. B. Arquitetura Escolar Carioca... 2006. (p. 89)
- Foto 25: Grupo Escolar Godofredo Furtado, em São Paulo/SP - sem data. Fonte: FERREIRA, A. F.; CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.. Arquitetura Escolar Paulista - Restauro. 1998. (p. 23)
- Foto 26: Grupo Escolar Princesa Isabel, em São Paulo/SP - sem data. Fonte: FERREIRA, A. F.; CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.. Arquitetura Escolar Paulista - Restauro. 1998. (p. 23)
- Foto 27: Grupo Escolar Silva Jardim, em São Paulo/SP - sem data. Fonte: FERREIRA, A. F.; CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.. Arquitetura Escolar Paulista - Restauro. 1998. (p. 23)
- Foto 27: Grupo Escolar Silva Jardim, em São Paulo/SP - sem data. Fonte: FERREIRA, A. F.; CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G.. Arquitetura Escolar Paulista - Restauro. 1998. (p. 23)
- Foto 28: Escola maternal em Como, Itália - 1938. Fonte: ROCHA, Francisca Franco. *Escolas. A CASA*. Anno XVI, nº 174/175. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1938. (p. 33)
- Foto 29: Sala de aula - escola maternal em Como, Itália - 1938. Fonte: ROCHA, Francisca Franco. *Escolas. A CASA*. Anno XVI, nº 174/175. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1938. (p. 35)

- Foto 30: Escola-parque Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador/BA. Fonte: BASTOS, Maria Alice Junqueira Bastos. A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos). In Revista AU - Arquitetura e Urbanismo. Nº 178. São Paulo: Pini, janeiro de 2009. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/178/artigo122877-1.asp>. Acesso em 9 de julho de 2009.
- Foto 31: Escola do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Rio de Janeiro/RJ. Fonte: <http://pt-br.wordpress.com/tag/pedregulho/>
- Foto 32: Escola do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Rio de Janeiro/RJ. Fonte: <http://pedrovannucchi.com/>
- Foto 33: Grupo Escolar da Penha, em São Paulo/SP. Fonte: FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). Arquitetura Escolar Paulista - anos 1950 e 1960. São Paulo: FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), 2006. (p. 87)
- Foto 34: Grupo Escolar Alberto Conte, em São Paulo/SP. Fonte: FERREIRA, A. F.; MELLO, M. G. (org.). Arquitetura Escolar Paulista... 2006. (p. 139)
- Tabela 01: Tipos de escolas construídas no Distrito Federal na primeira metade da década de 1930, capacidade e programa arquitetônico. Elaborada em 2008, tendo como fontes: OLIVEIRA, B. S. A modernidade oficial... 1991. (p. 155-156) e DÓREA, C. R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar... 2003. (p. 70-86)

## CAPÍTULO II: ARQUITETURA E EDUCAÇÃO: REGULAMENTAÇÃO E MÉTODOS DE ENSINO NO PARANÁ

Ilustração: Grupo Escolar D. Pedro II, em Curitiba. Desenho de André Largura

- Figura 01: Corte, planta e fachada principal da casa escolar do Distrito de Glocester, Rhode Island, EUA. Fonte: BARNARD, Henry. Practical illustrations of the principles of school architecture. Hartford: Press of Case, Tiffany and company, 1851. Disponível no endereço eletrônico: <http://name.umdl.umich.edu/afm4842.0001.001>. Acesso em 21 de abril de 2010. (p. 44-45)
- Figura 02: Planta do pavimento térreo de uma casa escolar nos EUA. Fonte: BARNARD, H. Practical illustrations... 1851. (p. 81)
- Figura 03: Planta do pavimento térreo de uma casa escolar nos EUA. Fonte: BARNARD, H. Practical illustrations... 1851. (p. 87)
- Figura 04: Planta de uma escola rural italiana. Fonte: BURGERSTEIN, Leo. Higiene Escolar. Rio de Janeiro: Atlantida Editora, 1934. (p. 120)
- Figura 05: Planta de uma escola rural francesa. Fonte: BURGERSTEIN, L. Higiene... 1934. (p. 121)
- Figura 06: Planta de uma escola rural italiana de três classes. Fonte: BURGERSTEIN, L. Higiene... 1934. (p. 124)
- Figura 07: Planta de uma sala de aula de ensino mútuo para 304 alunos. Fonte: CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Saber compartilhado. In Nossa História. Ano 3, nº 25. São Paulo: Vera Cruz, novembro de 2005. (p. 81)
- Figura 08: Orientações para o projeto de instalações sanitárias em escolas contidas na 1ª edição de A Arte de Projetar (Bau-Entwurfslehre), de 1936. Fonte: NEUFERT, Ernest. Bau-Entwurfslehre. Berlin: Bauwelt-Verlag, 1936. (p. 153)
- Figura 09: Capa do Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, nº 5. No detalhe, a perspectiva do ante-projeto para o Colégio Estadual de Apucarana. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná. Ano II, Número 05. Curitiba: janeiro a fevereiro de 1952.
- Foto 01: Colégio Estadual Maria Montessori, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 02: Colégio Estadual Guaira, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Mapa 01: Escolas Normais construídas no Paraná e suas regiões de influência. Mapa elaborado por Eduardo Vedor de Paula tendo como base os dados municipais do Paraná Cidade e os mapas disponíveis no acervo digital do ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências).



### CAPÍTULO III: ARQUITETURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

- Ilustração: Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Curitiba. Desenho de André Largura
- Figura 01: Planta do pavimento térreo do antigo Paço da Assembléia, já como Museu de História Natural e Etnographia (depois Museu Paranaense). Desenho elaborado em 2008, tendo como base Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curityba. Curityba, 1905. Plantas dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello e Secretaria de Finanças, apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 02: Planta do pavimento térreo do Liceu de Curitiba. Desenho elaborado em 2008, tendo como base Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curityba. Curityba, 1905. Plantas dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello e Secretaria de Finanças, apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 03: Planta do pavimento térreo da Escola Carvalho, em Curitiba. Desenho elaborado em 2009, tendo como base Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curityba. Curityba, 1905. Plantas dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello e Secretaria de Finanças, apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 04: Planta do pavimento térreo da Escola Oliveira Bello, em Curitiba. Desenho elaborado em 2009, tendo como base Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curityba. Curityba, 1905. Planta dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello e Secretaria de Finanças apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 05: Planta do pavimento térreo da Escola Faria Sobrinho, em Paranaguá. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Faria Sobrinho. Paranaguá, 1934. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. In PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. 1ª Residência. Relatório de 1941. Curitiba, 1941 e PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar Faria Sobrinho. Curitiba, 17 de janeiro de 1941. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4827.
- Figura 06: Planta do pavimento térreo da Escola da Lapa. Desenho elaborado em 2008, tendo como base BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artística Nacional) - 10ª Superintendência Regional. Inventário de bens arquitetônicos - Centro Histórico da Lapa. Curitiba, outubro e novembro de 1999. Plantas de implantação e do pavimento térreo do imóvel 30H apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por ArquBrasil - arquitetura e restauração. Acervo: IPHAN - 10ª Superintendência Regional.
- Figura 07: Planta do pavimento térreo da Escola Tiradentes. Desenho elaborado em 2009, tendo como base Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curityba. Curityba, 1905. Planta dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello e Secretaria de Finanças apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 08: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba. Desenho elaborado em 2006, tendo como base Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná). Planta de Implantação e Arquitetônica do Colégio Estadual Xavier da Silva. Curitiba, sem data e Planta de Implantação do Translado da Escritura Pública de compra e venda do terreno onde se situa o Grupo Escolar Xavier da Silva. Curitiba, sem data.
- Figura 09: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Ginásio Paranaense, em Curitiba. Desenho elaborado em 2006, tendo como base os desenhos apresentados em STRAUBE, E.C. Do Licêu de Coritiba.... 1993. (p. 52-53) e PARANÁ. SEEC (Secretaria de Estado da Cultura). Antigo Ginásio Paranaense. Curitiba, maio de 1998. Plantas

do subsolo e dos pavimentos térreo e superior apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por Rosina Coeli Parchen e Márcio Innocenti. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

- Figura 10: Planta esquemática do pavimento térreo do Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro. Desenho elaborado em 2009, tendo como base a Foto 13.
- Figura 11: Planta do pavimento térreo da Casa Escolar Cruz Machado, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Delegacia de Polícia do Batel. Terreno e Edifício - Planta. Curitiba, 29 de fevereiro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 137.
- Figura 12: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Jesuíno Marcondes - Palmeira. Ponta Grossa, sem data. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 277.
- Figura 13: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Professor Cleto, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação Públicas. Grupo Escolar Professor Cleto. Curitiba, 26 de janeiro de 1940. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 26.
- Figura 14: Planta do pavimento térreo da Casa Escolar Conselheiro Zacarias, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Grupo Escolar Conselheiro Zacarias - Prédio e Terreno. Curitiba, 14 de fevereiro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1717.
- Figura 15: Planta do pavimento térreo da Casa Escolar Professor Brandão, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Professor Brandão. Prédio e Terreno. Curitiba, 23 de fevereiro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 32.
- Figura 16: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Silvério da Motta, em São José dos Pinhais. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras Públicas. Planta do Grupo Escolar Silvério da Mota em São José dos Pinhais. Curitiba, 24 de novembro de 1924. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2245.
- Figura 17: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Rio Branco, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Rio Branco. Curitiba, setembro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2417.
- Figura 18: Planta esquemática do pavimento térreo do Grupo Escolar Dezenove de Dezembro, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base a descrição encontrada em PARANÁ. 1910. (p. 40)
- Figura 19: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Planta, Terreno e Situação do Grupo Escolar em União da Vitória. Curitiba, sem data. Implantação e Planta do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1170.
- Figura 20: Planta do pavimento térreo do Jardim de Infância Emília Ericksen, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Planta do terreno e edifício do Jardim de Infância Emília Ericksen. Curitiba, 27 de fevereiro de 1940. Implantação e Planta do pavimento térreo apresentadas em

uma prancha. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 06.

- Figura 21: Fachada da Universidade do Paraná, em Curitiba. Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Memórias do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná. CD-Rom. Curitiba: UFPR, 2005.
- Figura 22: Corte e planta do pavimento térreo esquemáticos do bloco frontal da Universidade do Paraná, em Curitiba. Desenho elaborado em 2009, tendo como base o estudo apresentado em BOLETIM INFORMATIVO..., 1997.
- Figura 23: Projeto da fachada principal da Escola Normal de Curitiba. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Escola Normal de Curitiba. Sem data.
- Figura 24: Planta do pavimento térreo da Escola Normal de Curitiba. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Escola Normal de Curitiba. Sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachadas principal e lateral apresentadas em quatro pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 455.
- Figura 25: Planta do pavimento térreo da Escola Normal de Ponta Grossa e de Paranaguá. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Município de Paranaguá - Escola Normal. Sem data. Plantas de situação e dos pavimentos térreo e superior Apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4825 e PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. 2ª Residência. Ginásio Regente Feijó. Ponta Grossa, setembro de 1942. Plantas dos pavimentos térreo e superior e do Pavilhão de Ginástica apresentadas em três pranchas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5712.
- Figura 26: Projeto arquitetônico do Grupo Escolar de Santa Felicidade, em Curitiba. Não construído. PARANÁ. Projeto do Grupo Escolar para a Colônia de Santa Felicidade. Curitiba, sem data. Planta do pavimento térreo, corte esquemático, fachada principal e lateral apresentados em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia em canson. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 27: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Santa Felicidade, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. Projeto do Grupo Escolar para a Colônia de Santa Felicidade. Curitiba, sem data. Planta do pavimento térreo, corte esquemático, fachada principal e lateral apresentados em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia em canson. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 28: Fachada principal do Grupo Escolar de Ribeirão Claro. Fonte: Grupo Escolar de Ribeirão Claro. Sem data. Fachada principal, apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia canson. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5438.
- Figura 29: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Ribeirão Claro. Fonte: PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Seção Técnica. Grupo Escolar construído em Ribeirão Claro. Curitiba, 4 de maio de 1926. Planta do pavimento térreo e de situação e cortes parciais esquemáticos para fundação, apresentados em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4566.
- Figura 30: Planta do pavimento térreo do projeto padrão de grupos escolares com seis salas de aula do Governo de Caetano Munhoz da Rocha. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Projeto para ampliação do Grupo Escolar Carlópolis. Curitiba, 14 de fevereiro de 1947. Planta do pavimento térreo, corte e locação, apresentada em uma prancha. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4621 e PARANÁ. Grupo Escolar de Pirahy. Curitiba, sem data. Planta do pavimento térreo e fachadas, apresentadas em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 455.
- Figura 31: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Tomazina. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Grupo Escolar de Thomazina. Sem data. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento Arquitetônico em cópia

fotográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4660.

- Figura 32: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Foz do Iguaçu. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Grupo Escolar de Foz do Iguaçu. Curitiba, sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachadas principal e lateral, apresentadas em duas pranchas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5308.
- Figura 33: Fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II apresentada em 1925. Fonte: PARANÁ. 1925. Relatório da Secretaria Geral de Estado para a Presidência do Estado, relativo ao exercício financeiro 1924-25, em 31 de dezembro de 1925. Curitiba: Livraria Mundial e França e Cia., 1925.
- Figura 34: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar D. Pedro II, em Curitiba. Desenho elaborado em 2007, tendo como base PARANÁ. 1925. Relatório da Secretaria Geral de Estado para a Presidência do Estado, relativo ao exercício financeiro 1924-25, em 31 de dezembro de 1925. Curitiba: Livraria Mundial e França e Cia., 1925.
- Figura 35: Plantas-tipo do pavimento térreo da primeira série de projetos arquitetônicos padronizados, elaborados e construídos na década de 1930. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar de 2 a 10 salas - projeto tipo. Curitiba, 1934. Plantas apresentadas em cinco pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 36: Plantas dos pavimentos térreo e superior da segunda série de projetos arquitetônicos padronizados, elaborados e construídos na década de 1930, pelo Governo Manoel Ribas. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Grupo Escolar de 6 salas. Curitiba, 14 de junho de 1936. Planta do pavimento térreo e fachadas apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Seção Técnica. Projecto de Grupo Escolar de 12 salas em 2 pavimentos. Curitiba, 14 de julho de 1936. Plantas dos pavimentos térreo e superior e 2 cortes, apresentados em 1 prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 197.
- Figura 37: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti, em Curitiba. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Grupo Escolar 2 salas e residência. Curitiba, fevereiro de 1940. Plantas dos pavimentos térreo e superior, apresentadas em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 906.
- Figura 38: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola de Aprendizes Artífices, em Curitiba. Desenho elaborado em 2008, tendo como base COMPANHIA NACIONAL CONSTRUTORA S.A. Plantas da Escola de Aprendizes Artífices. Curitiba, março de 1935. Plantas do pavimento térreo e superior apresentadas em duas pranchas, desenhos nº 7 e 8. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 39: Fachada da Rua Sete de Setembro da Escola de Aprendizes Artífices, em Curitiba. Fonte: COMPANHIA NACIONAL CONSTRUTORA S.A. Escola de Aprendizes Artífices - estudo para as fachadas, vista geral. Curitiba, março de 1935. Fachada apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 40: Plantas dos pavimentos térreo e superior da Escola Normal de Jacarezinho, depois Ginásio Estadual Rui Barbosa. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Escola Normal de Jacarezinho. Curitiba, 2 de setembro de 1935. Plantas do pavimento térreo e superior, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 151.
- Figura 41: Detalhe da fachada principal do Grupo Escolar de Palmas. Fonte: PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Grupo Escolar de 10 salas. Curitiba, 5 de abril de 1941. Plantas do pavimento térreo e superior e fachadas apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5016.

- Figura 42: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Palmas. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Grupo Escolar de 10 salas. Curitiba, 5 de abril de 1941. Plantas do pavimento térreo e superior e fachadas apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5016.
- Figura 43: Fachada principal do Grupo Escolar de Morretes. Fonte: PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Seção Técnica. Grupo Escolar de Morretes. Sem data. Planta do pavimento térreo e superior e fachada principal apresentadas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4844.
- Figura 44: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Morretes. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Seção Técnica. Grupo Escolar de Morretes. Sem data. Planta do pavimento térreo e superior e fachada principal apresentadas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4844.
- Figura 45: Fachada principal do Grupo Escolar de Jaguapitã, em Sertãoópolis. Fonte: PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E. Projeto de um Grupo Escolar com 6 salas de aula. Curitiba, sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 227.
- Figura 46: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Jaguapitã, em Sertãoópolis. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E. Projeto de um Grupo Escolar com 6 salas de aula. Curitiba, sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 227.
- Figura 47: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Joaquim Távora. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Seção Técnica. Projeto de um Grupo Escolar com 8 salas para Joaquim Távora. Curitiba, 6 de abril de 1945. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 227.
- Figura 48: Fachada principal do Grupo Escolar de Joaquim Távora. Fonte: PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Seção Técnica. Projeto de um Grupo Escolar com 8 salas para Joaquim Távora. Curitiba, 6 de abril de 1945. Plantas e fachada principal apresentadas em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 227.
- Figura 49: Fachada principal do Grupo Escolar de Rebouças. Fonte: PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Divisão de Serviços Técnicos e Fiscalização de contratos. Serviço de Edifícios. Projeto de um grupo escolar com 8 salas. Curitiba, 27 de setembro de 1944. Plantas dos pavimentos térreo e superior, corte, fachada e perspectiva apresentados em quatro pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1225.
- Figura 50: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar de Rebouças. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Divisão de Serviços Técnicos e Fiscalização de contratos. Serviço de Edifícios. Projeto de um grupo escolar com 8 salas. Curitiba, 27 de setembro de 1944. Plantas dos pavimentos térreo e superior, corte, fachada e perspectiva apresentados em quatro pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1225.
- Figura 51: Fachada principal do Grupo Escolar da Água Verde, em Curitiba - sem data. PARANÁ. Divisão de Serviços e Edifícios da SVOP. Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa. Curitiba, 14 de março de 1944. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 307.

- Figura 52: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, em Curitiba. Desenho elaborado em 2005, tendo como base PARANÁ. Divisão de Serviços e Edifícios da SVOP. Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa. Curitiba, 14 de março de 1944. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 307.
- Figura 53: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba. Desenho elaborado em 2005, tendo como base PARANÁ. Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná). Colégio Estadual Júlia Wanderley. Curitiba, 01 de setembro de 2005. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por Antonieta Costa da Costa. Acervo: Fundepar.
- Figura 54: Planta do pavimento térreo das Escolas Municipais do Cajuru, do Guabirota e de Santa Felicidade, em Curitiba. Desenho elaborado em 2008, tendo como base OBRAS DA PREFEITURA Municipal de Curitiba. Nº 8, Tomo II Grupo Escolar República do Uruguai. Revista Técnica. Curitiba: Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, janeiro-março de 1945 e levantamento realizado nas três escolas.
- Figura 55: Jornal Colégio Estadual do Paraná, julho de 1944. No detalhe a perspectiva da nova sede do Colégio Estadual do Paraná projetado para a Praça Santos Andrade. Fonte: O BELÍSSIMO PRÉDIO da nova sede do Colégio Estadual do Paraná. In Jornal estudantil Colégio Estadual do Paraná. Ano 6, nº 27. Curitiba, julho de 1944. (p. 1)
- Figura 56: Perspectiva da sede do Colégio Estadual do Paraná para a Avenida João Gualberto, em Curitiba. Acervo: Colégio Estadual do Paraná.
- Figura 57: Plantas dos pavimentos térreo, primeiro, segundo e terceiro do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. Desenho elaborado em 2009, tendo como base o projeto apresentado em CASTRO, E. A.; IMAGUIRE, M. R. G. Ensaio sobre a Arquitetura.... 2006. (p.92)
- Figura 58: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com quatro e seis salas de aula. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar do Boqueirão. Curitiba, 18 de abril de 1947. Plantas de implantação e do pavimento térreo e fachada apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1338.
- Figura 59: Planta do pavimento térreo do projeto-tipo de grupo escolar com quatro e seis salas de aula. Desenho elaborado em 2005, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar do Boqueirão. Curitiba, 18 de abril de 1947. Plantas de implantação e do pavimento térreo e fachada apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1338.
- Figura 60: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com oito e dez salas de aula. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar com 8 salas - projeto tipo. Curitiba, 23 de agosto de 1948. Plantas do pavimento térreo e do pavimento superior e fachadas principal e lateral apresentadas em quatro pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1377.
- Figura 61: Plantas dos pavimentos térreo e superior do projeto-tipo de grupo escolar com oito e dez salas de aula. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar com 8 salas - projeto tipo. Curitiba, 23 de agosto de 1948. Plantas do pavimento térreo e do pavimento superior e fachadas principal e lateral apresentadas em quatro pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1377.
- Figura 62: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com doze salas de aula. Fonte: PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E. Grupo Escolar com 12 salas - projeto tipo. Curitiba, 22 de setembro de 1948. Fachada apresentada em uma prancha. Desenho nº 1672. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 672.
- Figura 63: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar do Cristo Rei. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E.

Grupo Escolar com 12 salas - projeto tipo. Curitiba, 22 de setembro de 1948. Fachada apresentada em uma prancha. Desenho nº 1672. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 672.

- Figura 64: Variante da fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com doze salas de aula. Fonte: PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E. Grupo Escolar de 12 salas - projeto-tipo. Curitiba, 22 de maio de 1950. Fachada principal apresentada em uma prancha. Desenho nº 1927. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 492.
- Figura 65: Variante da fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com quatro e seis salas de aula. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Projeto-tipo: Grupo Escolar de 4 e 6 salas. Curitiba, 1950. Planta do pavimento térreo, fachada e cortes apresentados em uma prancha. Nº do desenho: 1915. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1449.
- Figura 66: Fachada principal do projeto-tipo de grupo escolar com duas salas. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Projeto-tipo: Grupo Escolar com 2 salas. Curitiba, 12 de maio de 1950. Planta do pavimento térreo, fachada e cortes apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 639.
- Figura 67: Planta do pavimento térreo do projeto-tipo de grupo escolar com duas salas. Desenho elaborado por Elizabeth Amorim de Castro, em 2005, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Projeto-tipo: Grupo Escolar com 2 salas. Curitiba, 12 de maio de 1950. Planta do pavimento térreo, fachada e cortes apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 639.
- Figura 68: Fachada principal do Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina. Curitiba, 11 de agosto de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 442.
- Figura 69: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina. Curitiba, 11 de agosto de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 442.
- Figura 70: Fachada principal do projeto-tipo para os Ginásios Estaduais de Antonina e de Palmeira. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Antonina e de Palmeira. Curitiba, 06 de julho de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pastas 454 e 622.
- Figura 71: Plantas dos pavimentos térreo e superior do projeto-tipo para os Ginásios Estaduais de Antonina e de Palmeira. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Antonina e de Palmeira. Curitiba, 06 de julho de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pastas 454 e 622.

- Figura 72: Fachada principal do Ginásio Estadual de Ponta Grossa, depois Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia de Ponta Grossa. Fonte: SERVIÇO DOS PAÍSES. Universidade do Paraná. São Paulo: Serviço dos Países. s/d.
- Figura 73: Plantas dos pavimentos térreo, primeiro e segundo do Ginásio Estadual de Ponta Grossa, depois Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia de Ponta Grossa. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seccção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Ponta GROSSA. Curitiba, 22 de outubro de 1949. Plantas dos pavimentos térreo, primeiro e segundo, apresentadas em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4382.
- Figura 74: Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal do Colégio Estadual de Paranaguá. Fonte: PARANÁ. 1950. A concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion. 1947-1950. Curitiba, 1950.
- Figura 75: Plantas dos pavimentos térreo e superior do edifício principal do Lar-Escola Hermínia Lupion. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seccção de Projetos Arquitetônicos. Lar Escola Hermínia Lupion. Curitiba, 23 de julho de 1948. Plantas e fachadas da Casa Central, Pavilhão Médico, Ginásio, Capela e Clausura das Irmãs, apresentadas em dez pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: SEOP (Secretaria de Estado de Obras Públicas).
- Figura 76: Fachada frontal do edifício principal do Lar-Escola Hermínia Lupion. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Seccção de Projetos Arquitetônicos. Lar Escola Hermínia Lupion. Curitiba, 23 de julho de 1948. Plantas e fachadas da Casa Central, Pavilhão Médico, Ginásio, Capela e Clausura das Irmãs, apresentadas em dez pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: SEOP (Secretaria de Estado de Obras Públicas).
- Figura 77: Maquete do Centro Cívico de Curitiba. Fonte: PARANÁ. Publicação oficial do projeto do Centro Cívico de Curitiba. Curitiba, 1953.
- Figura 78: Maquete do Monumento do Centenário, em Curitiba. Fonte: PARANÁ. Publicação oficial do projeto do Centro Cívico de Curitiba. Curitiba, 1953.
- Figura 79: Perspectiva do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Curitiba - década de 1950. Elaborada por Romeu Paulo da Costa. Acervo: Romeu Paulo da Costa.
- Figura 80: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Curitiba. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. *Grupo Escolar Barão do Rio Branco*. Curitiba, 25 de abril de 1951. Plantas dos pavimentos térreo e superior apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Nº do desenho: 1981a. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 515.
- Figura 81: Plantas do subsolo e pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Prieto Martinez, em Curitiba. Desenho elaborado em 2008, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. *Grupo Escolar Prieto Martinez*. Curitiba, 20 de junho de 1951. Plantas do subsolo e dos pavimentos térreo e superior apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 511.
- Figura 82: Imagens da maquete do Grupo Escolar Tiradentes apresentadas em 1953. Fonte: O PARANÁ NO Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. Curitiba: Comercial e Editora Sant'Ana, 1953. (p. 59-60)
- Figura 83: Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar Tiradentes, em Curitiba. Desenho elaborado em 2008, tendo como base CORREIA, Ana Paula Pupo. História & Arquitetura Escolar: Os Prédios Escolares Públicos de Curitiba (1943-1953). Curitiba, 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. (p. 128-129) e PARANÁ. Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná). *Colégio Estadual Tiradentes*. Curitiba, 24 de abril de 2002. Plantas de implantação e dos pavimentos térreo e superior



apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por Celso Ayres Gasparim. Acervo: Fundepar.

- Figura 84: Fachada principal dos grupos escolares de Itaquí, em Campo Largo, e de Monte Real, em Santo Antônio da Platina. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 2 salas para Itaquí, Barro Preto. Curitiba, 06 de junho de 1953. Planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2672. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5441.
- Figura 85: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares de Itaquí, em Campo Largo, e de Monte Real, em Santo Antônio da Platina. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 2 salas para Itaquí, Barro Preto. Curitiba, 06 de junho de 1953. Planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2672. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5441.
- Figura 86: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo, em Londrina. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5736.
- Figura 87: Fachada principal do Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo, em Londrina. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5736.
- Figura 88: Fachada principal dos grupos escolares de Barro Preto, em Mangueirinha, de Fernandes Pinheiro, em Teixeira Soares, e de São José da Boa Vista, em Wenceslau Brás. Fontes: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para São José da Boa Vista. Curitiba, 30 junho de 1951. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2451. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1836 e PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para Teixeira Soares. Seis de maio de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2266. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5012.
- Figura 89: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares de Barro Preto, em Mangueirinha, de Fernandes Pinheiro, em Teixeira Soares, e de São José da Boa Vista, em Wenceslau Brás. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para São José da Boa Vista. Curitiba, 30 junho de 1951. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2451. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1836 e PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para Teixeira Soares. Curitiba, 06 de maio de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2266. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5012.
- Figura 90: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Men de Sá, em Campo Largo. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para Men de Sá. Curitiba, 25 junho de 1951. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia

heliográfica. Nº do desenho: 2005. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 584-2/2.

- Figura 91: Fachada principal do Grupo Escolar de Men de Sá, em Campo Largo. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para Men de Sá. Curitiba, 25 junho de 1951. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2005. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 584-2/2.
- Figura 92: Fachada principal do Grupo Escolar João Carlos de Faria, em Cornélio Procópio. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 4 salas para Cornélio Procópio. Curitiba, 5 de setembro de 1953. Planta de implantação, planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Nº do desenho: 2652. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5400.
- Figura 93: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar João Carlos de Faria, em Cornélio Procópio. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 4 salas para Cornélio Procópio. Curitiba, 5 de setembro de 1953. Planta de implantação, planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Nº do desenho: 2652. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5400.
- Figura 94: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares Santo Antônio do Barracão, em Japira, e David Carneiro, em Palmeira. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar Santo Antônio do Barracão. Curitiba, 26 de maio de 1952. Planta do pavimento térreo e fachadas principal e lateral apresentados em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2302, 2303, 2304. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4586.
- Figura 95: Fachada principal dos grupos escolares Santo Antônio do Barracão, em Japira, e David Carneiro, em Palmeira. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar Santo Antônio do Barracão. Curitiba, 26 de maio de 1952. Planta do pavimento térreo e fachadas principal e lateral apresentados em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2302, 2303, 2304. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4586.
- Figura 96: Fachada principal do Grupo Escolar de Vila Rubim, em Cambará. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Vila Rubin em Cambará Curitiba, 26 de junho de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em quatro pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2408, 2409, 2410, 2411. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5139.
- Figura 97: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar de Vila Rubim, em Cambará. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Vila Rubin em Cambará Curitiba, 26 de junho de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em quatro pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2408, 2409, 2410, 2411. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5139.
- Figura 98: Planta do pavimento térreo dos grupos escolares Ouvidor Pires Pardini, em Faxinal, e Machado de Assis, em Lupianópolis. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Lupianópolis. Curitiba, 6 de abril de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2260 e 2261. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 8169.
- Figura 99: Fachada principal dos grupos escolares Ouvidor Pires Pardini, em Faxinal, e Machado de Assis, em Lupianópolis. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de

Projetos e Construções. Grupo Escolar de Lupianópolis. Curitiba, 6 de abril de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2260 e 2261. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 8169.

Figura 100: Fachada principal do Grupo Escolar 2º Grupo Escolar de Apucarana. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. 2º Grupo Escolar de Apucarana. Curitiba, 1º de abril de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2130, 2131. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5348.

Figura 101: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar 2º Grupo Escolar de Apucarana. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. 2º Grupo Escolar de Apucarana. Curitiba, 1º de abril de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2130, 2131. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5348.

Figura 102: Fachada principal do Colégio Estadual de Apucarana. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Colégio Estadual de Apucarana. Curitiba, 13 de março de 1952. Planta dos pavimentos térreo e superior, corte e fachadas apresentados em quatro pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2071, 2072, 2073, 2074. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2358.

Figura 103: Planta do pavimento térreo do Colégio Estadual de Apucarana. Desenho elaborado em 2009, tendo como base PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Colégio Estadual de Apucarana. Curitiba, 13 de março de 1952. Planta dos pavimentos térreo e superior, corte e fachadas apresentados em quatro pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2071, 2072, 2073, 2074. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2358.

Foto 01: Antigo prédio da Assembléia, já como Museu de História Natural e Etnographia (depois Museu Paranaense) - sem data. Acervo: Museu Paranaense.

Foto 02: Curitiba em 1903. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Foto 03: Escola Carvalho, em Curitiba - 1891. Fonte: ESCOLA DE ARTES e Industrias do Paraná. Datas e conquistas principais do estabelecimento. Quadro comemorativo. Curitiba, 31 de dezembro de 1891. Acervo: Museu Paranaense.

Foto 04: Escola Carvalho, em Curitiba - 1891. Fachada posterior. Fonte: ESCOLA DE ARTES e Industrias do Paraná. Datas e conquistas principais do estabelecimento. Quadro comemorativo. Curitiba, 31 de dezembro de 1891. Acervo: Museu Paranaense.

Foto 05: Escola Oliveira Bello, em Curitiba - década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.

Foto 06: Escola de Antonina - 1917. Fonte: REVISTA DO POVO. Anno 2, nº 12. Curitiba, 7 de novembro de 1917.

Foto 07: Escola Faria Sobrinho, em Paranaguá - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4827.

Foto 08: Escola Manoel Pedro, na Lapa - sem data. Acervo Escola Municipal Dr. Manoel Pedro.

Foto 09: Escola Tiradentes, em Curitiba - sem data. Acervo: Colégio Estadual Tiradentes.

Foto 10: Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba - sem data. Acervo: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

Foto 11: Alunos no pátio interno do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba - 1924. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.

Foto 12: Ginásio Paranaense, em Curitiba - sem data. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.

Foto 13: Detalhe do frontão sobre o acesso secundário do Ginásio Paranaense, em Curitiba - 2006. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.

- Foto 14: Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro - sem data. Fonte: ALBUM DO PARANÁ. Anno II, nº 12. Curitiba, sem data.
- Foto 15: Casa Escolar Cruz Machado, em Curitiba - 1906. Fonte: PARANÁ. 1907. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado de Lima. Presidente do Estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba: Typografia d'A Republica, 1907. Acervo: Museu Paranaense.
- Foto 16: Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 277.
- Foto 17: Grupo Escolar Professor Cleto, em Curitiba - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 26.
- Foto 18: Casa Escolar Conselheiro Zacarias, em Curitiba - década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.
- Foto 19: Casa Escolar Professor Brandão, em Curitiba - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4525.
- Foto 20: Grupo Escolar Visconde de Guarapuava, em Guarapuava - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4525.
- Foto 21: Grupo Escolar Rio Branco, em Curitiba - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2417.
- Foto 22: Grupo Escolar Dezenove de Dezembro - sem data. Acervo: Colégio Estadual Dezenove de Dezembro.
- Foto 23: Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1170.
- Foto 24: Jardim de Infância Emília Ericksen, em Curitiba - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 06.
- Foto 25: Universidade do Paraná, em Curitiba - sem data. Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Memórias do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná. CD-Rom. Curitiba: UFPR, 2005.
- Foto 26: Escola Normal, em Curitiba - década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.
- Foto 27: Escola Normal, em Ponta Grossa - década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.
- Foto 28: Escola Normal, em Paranaguá - década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.
- Foto 29: Pavilhão de ginástica da Escola Normal de Curitiba - sem data. Acervo: IEPPEP (Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto)
- Foto 30: Detalhe da fachada principal do Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba - 2006. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 31: Detalhe do gradil da porta da fachada principal do Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba - 2009. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 32: Detalhe do desenho de vitral interno do Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba - 2009. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 33: Grupo Escolar de Ribeirão Claro - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4566.
- Foto 34: Grupo Escolar de Pirai do Sul - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Estadual da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 455.
- Foto 35: Grupo Escolar de Tomazina - sem data. Acervo: Museu Paranaense.
- Foto 36: Grupo Escolar de Foz do Iguaçu - sem data. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.
- Foto 37: Leprosário São Roque, em Piraquara - 1926. Acervo: Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná.
- Foto 38: Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo - 1926. Acervo: Asilo São Vicente de Paulo.
- Foto 39: Edifício da Coletoria, Junta Comercial e Diretoria de Águas e Esgotos de Curitiba - 1942. Fonte: PARANÁ. Relatório de Obras Públicas referente ao decênio 1932-1942. Curitiba: 1942.

- Foto 40: Diretoria de Saúde, Laboratório de Análise e Dispensário, em Curitiba - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 610.
- Foto 41: Grupo Escolar D. Pedro II - década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.
- Foto 42: Detalhe da placa de identificação na fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II - década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.
- Foto 43: Detalhe do medalhão sobre a platibanda na fachada principal do Grupo Escolar D. Pedro II - 2006. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 44: Fundos do Grupo Escolar D. Pedro II - década de 1920. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 87.
- Foto 45: Grupo Escolar de Sertanópolis - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 236.
- Foto 46: Grupo Escolar de Sertanópolis - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 236.
- Foto 47: Grupo Escolar Julio Teodorico, em Ponta Grossa - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4416.
- Foto 48: 2ª sede do Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 140.
- Foto 49: Grupo Escolar Hugo Simas, em Londrina - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 150.
- Foto 50: Grupo Escolar Macedo Soares, em Campo Largo - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4677.
- Foto 51: 2ª sede do Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 277.
- Foto 52: 2ª sede do Grupo Escolar Manoel Pedro, na Lapa - 2007. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 53: Grupo Escolar Duque de Caxias, em Irati - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 197.
- Foto 54: Antiga sede da Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti, em Curitiba - década de 1950. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 906. Hoje pertencente à Universidade Federal do Paraná.
- Foto 55: 1ª sede da Escola de Aprendizes Artífices na Praça Carlos Gomes, em Curitiba - sem data. Acervo: UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)
- Foto 56: 2ª sede da Escola de Aprendizes e Artífices, em Curitiba - 1935. Fonte: PARANÁ. 1935.
- Foto 57: Detalhe do acesso principal da Escola de Aprendizes e Artífices, em Curitiba - sem data. Acervo: UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).
- Foto 58: Sede do Departamento de Correios e Telégrafos, agência postal telegráfica, em Curitiba - sem data. Acervo: Casa da Memória/Diretoria do Patrimônio Cultural/FCC (Fundação Cultura de Curitiba)
- Foto 59: Ginásio Estadual Rui Barbosa, em Jacarezinho - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 151.
- Foto 60: Ginásio-auditório do Ginásio Estadual Rui Barbosa, em Jacarezinho - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 151.
- Foto 61: Grupo Escolar de Palmas - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5016.
- Foto 62: Grupo Escolar de Palmas - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5016.
- Foto 63: Grupo Escolar de Palmas - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5016.

- Foto 64: Escola Municipal Miguel Schleder, antigo Grupo Escolar Miguel Schleder, em Morretes - 2010. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 65: Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, em construção, Curitiba - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 307.
- Foto 66: Pátio interno do Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, em construção, Curitiba - sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 307.
- Foto 67: Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba - 2008. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 68: Pátio interno do Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba - 2008. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 69: Escola Municipal do Cajuru - 1942. Fonte: CURITIBA. 1942.
- Foto 70: Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data. Acervo: Colégio Marista Santa Maria.
- Foto 71: Pátio interno do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data. Acervo: Museu Guido Straube, Colégio Estadual do Paraná.
- Foto 72: Vista posterior do conjunto arquitetônico do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data. Acervo: Museu Guido Straube, Colégio Estadual do Paraná.
- Foto 73: Laboratório de Química do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data. Acervo: Museu Guido Straube, Colégio Estadual do Paraná.
- Foto 74: Biblioteca do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data. Acervo: Museu Guido Straube, Colégio Estadual do Paraná.
- Foto 75: Gabinete odontológico do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba - sem data. Acervo: Museu Guido Straube, Colégio Estadual do Paraná.
- Foto 76: Grupo Escolar do Boqueirão, em Curitiba - 1950. Fonte: PARANÁ. 1950.
- Foto 77: Grupo Escolar do Bacacheri, em Curitiba - sem data. Acervo: Colégio Estadual Leôncio Correia.
- Foto 78: Colégio Estadual Professor Elias Abrahão, antigo Grupo Escolar do Cristo Rei, em Curitiba - 2008. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 79: 3ª sede do Grupo Escolar Manoel Pedro, na Lapa - 2008. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 80: Grupo Escolar da Vila Hauer, em Curitiba - sem data. Acervo: MIS (Museu da Imagem e do Som).
- Foto 81: Grupo escolar com duas salas de aula. Fonte: ROSA, Sá Barreto J. Gomes (org.). Panorama Pedagógico. Monografia editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal. Curitiba: Habitat Editora Limitada, 1953.
- Foto 82: Ginásio Estadual de Bandeirantes - sem data. Fonte: RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. In Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná. Curitiba: Governo do Paraná: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.
- Foto 83: Ginásio Estadual de Antonina - sem data. Acervo: Colégio Estadual Moysés Lupion.
- Foto 84: Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia de Ponta Grossa - 1962. Acervo: MIS (Museu da Imagem e do Som).
- Foto 85: Hospital de Clínicas do Paraná, em Curitiba - 1971. Acervo: MIS (Museu da Imagem e do Som).
- Foto 86: Secretaria de Saúde e Assistência Social e Centro de Saúde, em Curitiba - sem data. Acervo: MIS (Museu da Imagem e do Som).
- Foto 87: Casa do Estudante Universitário, em Curitiba - 1959. Acervo: MIS (Museu da Imagem e do Som).
- Foto 88: Edifício principal do antigo Lar-Escola Hermínia Lupion, em Curitiba - 2005. Fotografia de Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 89: Vista aérea do Centro Cívico de Curitiba em construção - década de 1950. Acervo: Colégio Santa Maria.
- Foto 90: Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba - década de 1950. Acervo: MIS (Museu da Imagem e do Som).
- Foto 91: Teatro Guaira (fotomontagem), em Curitiba - década de 1950. Acervo: Colégio Santa Maria.
- Foto 92: Praça 19 de Dezembro, em Curitiba - década de 1990. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 93: Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Curitiba - década de 1950. Fotografia: Romeu Paulo da Costa.

- Foto 94: Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 95: Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 96: Colégio Estadual Prieto Martinez, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 97: Bloco posterior do Colégio Estadual Prieto Martinez, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 98: Rampa do Colégio Estadual Prieto Martinez, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 99: Vista da Praça 19 de Dezembro do Colégio Estadual Tiradentes, em Curitiba - 1978. Fonte: Prédios escolares de Curitiba. 1978.
- Foto 100: Vista da Rua Presidente Farias do Colégio Estadual Tiradentes, em Curitiba - 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Mapa 01: Curitiba em 1857. Acervo: Acervo: Casa da Memória/Diretoria do Patrimônio Cultural/FCC (Fundação Cultural de Curitiba).
- Mapa 02: Edifícios escolares construídos em Curitiba até 1906. Mapa elaborado por Eduardo Vedor de Paula e Ana Paula Marés Mikosik tendo como base os mapas da cidade disponíveis no acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba) e da COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba).
- Mapa 03: Edifícios escolares construídos em Curitiba até 1945. Mapa elaborado por Eduardo Vedor de Paula tendo como base tendo como base os dados das Tabelas 01 e 02 e os mapas da cidade disponíveis no acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba e da COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Ilustração: Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba. Desenho de André Largura.
- Esquemas tipológicos: Desenho de Elizabeth Amorim de Castro.

## RELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS, FIGURAS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

- Ilustração: Escola Normal, em Curitiba. Desenho de André Largura.

## GLOSSÁRIO

- Ilustração: Grupo Escolar Tiradentes, em Curitiba. Desenho de André Largura.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ilustração: Grupo Escolar Tiradentes, em Curitiba. Desenho de André Largura.

## AGRADECIMENTOS

- Ilustração: Grupo Escolar Dr. Pedrosa, em Curitiba. Desenho de André Largura.

## ANEXOS

Ilustração: Grupo Escolar Lisymaco Ferreira da Costa, em Curitiba. Desenho de André Largura.

Tabela 01: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos no Paraná na segunda metade do século XIX. Elaborada em 2010, tendo como fontes: Arquivo da Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e PARANÁ. Provincia. 1854; PARANÁ. Provincia. 1855; PARANÁ. Provincia. 1856; PARANÁ. Provincia. 1858; PARANÁ. Provincia. 1880; PARANÁ. Provincia. 1881; PARANÁ. Provincia. 1881a; PARANÁ. Provincia. 1882; PARANÁ. Provincia. 1884; PARANÁ. Provincia. 1887; e PARANÁ. Provincia. 1888.

Tabela 02: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos no Paraná entre 1900 e 1930. Elaborada em 2008, tendo como fontes: Arquivo da Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e PARANÁ, 1903; PARANÁ. 1903a; PARANÁ. 1904; PARANÁ. 1907; PARANÁ. 1910; PARANÁ. 1912; PARANÁ. 1913; PARANÁ. 1913a; PARANÁ. 1914; PARANÁ. 1915; PARANÁ. 1917a; PARANÁ. 1920; PARANÁ. 1924; PARANÁ. 1924a; PARANÁ. 1925; PARANÁ. Governo. 1902; PARANÁ. Governo. 1926; PARANÁ. Governo. 1928 e PARANÁ. Governo. 1929.

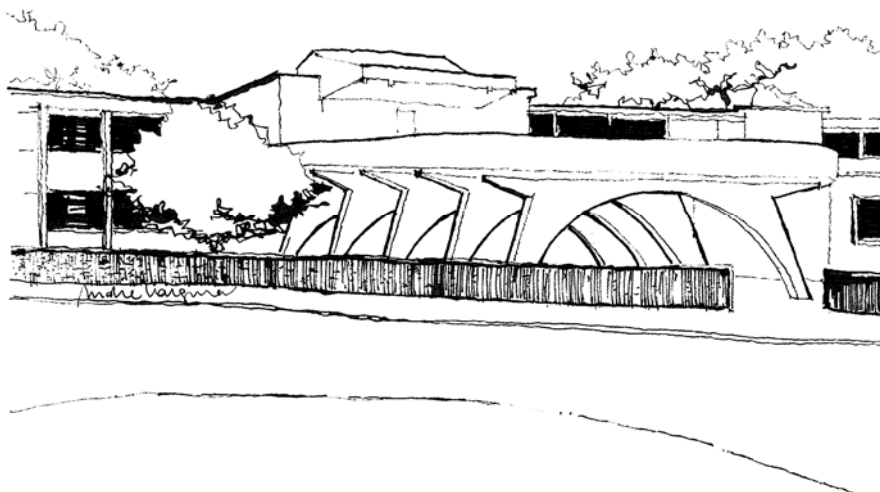
Tabela 03: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos na década de 1930. Elaborada em 2008, tendo como fontes: Arquivo da Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e PARANÁ. 1933; PARANÁ. 1935; PARANÁ. 1935a; PARANÁ. 1941; PARANÁ. 1942; PARANÁ. 1944; PARANÁ. Governo. 1935; PARANÁ. Governo. 1936; PARANÁ. Governo. 1937; PARANÁ. Governo. 1939; PARANÁ. Governo. 1941; e PARANÁ. Governo. 1945.

Tabela 04: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados na primeira metade da década de 1940. Elaborada em 2009, tendo como fonte o Arquivo da Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

Tabela 05: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados entre 1945 e 1951. Elaborada em 2009 tendo como fontes: Arquivo da Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e PARANÁ. 1953. PARANÁ. Governo. 1948; PARANÁ. Governo. 1948<sup>a</sup>; PARANÁ. Governo. 1949; PARANÁ. Governo. 1950; e PARANÁ. Governo. 1950a.

Tabela 06: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados entre 1951 e 1955. Elaborada em 2009 tendo como fontes: Arquivo da Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e PARANÁ. 1953; PARANÁ. Governo. 1951; PARANÁ. Governo. 1953 e PARANÁ. Governo. 1955.





### Glossário de termos de arquitetura

Ante-projeto arquitetônico	Versão preliminar do projeto arquitetônico.
Ala	Parte de um edifício que se projeta da parte central ou principal deste subordinado a ela.
Alvenaria de tijolos	Parede construída de tijolos.
Arcada	Série de arcos sustentados por pilares ou colunas.
Arco abatido	Arco com altura menor que a metade de seu vão.
Arco apontado	Arco com coroa pontiaguda.
Arco pleno	Arco semicircular.
Arquitetura Art Déco	Tendência estética de concepção moderna e industrialista que ocupou uma posição intermediária entre uma arquitetura mais técnica, pragmática e funcional, praticada por engenheiros, e a acadêmica, representada pelo neoclássico e o ecletismo, de cunho historicista. No Brasil, foi utilizada com frequência na década de 1930, estando relacionada às obras públicas da Era Vargas.
Arquitetura Colonial	Denominação que abrange a arquitetura produzida na colônia portuguesa entre 1500 e 1808, quando passou à condição de Reino Unido.
Arquitetura Eclética	Corrente acadêmica marcada pela utilização do repertório de diferentes épocas, variando ou mesclando elementos decorativos de <i>tempos</i> históricos diferentes. Na Europa, esse movimento ganhou força no Século XIX e, no Brasil, o período de maior expressividade coincide com a Primeira República.
Arquitetura Modernista ou Moderna	Conjunto de movimentos e escolas arquitetônicas que vieram a caracterizar a arquitetura produzida durante grande parte do século XX (especialmente os períodos entre as décadas de 10 e 50), inserida no contexto artístico e cultural do Modernismo. Suas características podem ser encontradas em origens diversas como a Bauhaus, na Alemanha; em Le Corbusier, na França; em Frank Lloyd Wright nos EUA ou nos construtivistas russos alguns ligados à escola Vutemas, entre muitos outros. Um dos princípios básicos do modernismo foi a renovação e a rejeição toda a expressão anterior ao movimento.

Arquitetura Neoclássica	Corrente acadêmica marcada pelos referenciais da arquitetura greco-romana. Na Europa, esse movimento iniciou-se no Século XVIII, sendo trazido ao Brasil pela Missão Francesa, em 1808.
Arquitetura Neocolonial	Tendência estética que fez oposição ao ecletismo, buscando o vocabulário formal da arquitetura barroca e colonial brasileira. Esse movimento situa-se em um contexto de resgate da identidade nacional, cuja bandeira seria a emancipação artística do Brasil, iniciado na segunda década do século XX.
Arquitrave	Divisão situada na base de um entablamento clássico, que repousa diretamente sobre os capitéis das colunas e que apóia o friso.
Art déco	Abreviação do francês arts décoratifs e refere-se a uma tendência que se afirma nas artes plásticas, artes aplicadas (design, mobiliário, decoração etc.) e arquitetura no entre guerras europeu. O marco em que o "estilo anos 20" passa a ser pensado e nomeado é a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris em 1925. O art déco é derivado da tradição de arte aplicada que remete à Inglaterra e ao Arts and Crafts Movement. No padrão decorativo art déco predominam as linhas retas ou circulares estilizadas, as formas geométricas e o design abstrato. Na arquitetura, as fachadas têm rigor geométrico e ritmo linear, com elementos decorativos em materiais nobres.
Art nouveau	O art nouveau surgiu como uma tendência arquitetônica inovadora do fim do século 19: um estilo floreado, em que se destacam as formas orgânicas inspiradas em folhagens, flores, cisnes, labaredas e outros elementos. Os edifícios apresentam linhas curvas, delicadas, irregulares e assimétricas. O art nouveau chegou ao Brasil nos primeiros anos da República, com o nome de arte floreal, e, como na Europa, exerceu forte influência na arquitetura e nas artes gráficas.
Átrio	Pátio central iluminado por luz natural em uma construção; grande espaço interno com telhado de vidro e cercado de vários pavimentos de galerias.
Balcão	Plataforma elevada projetando-se da parede de um edifício e delimitada por um corrimão ou parapeito.
Bandeira	Janela localizada acima da porta separada deste por travessão.
Beiral	Borda inferior de um telhado que se prolonga para além da parede.
Caixilho	Armação fixa ou móvel de uma janela ou porta, na qual são instaladas as vidraças.
Cimalha	Alto das paredes de um edifício que faz sacada onde assentam os beirais do telhado ou a parte mais alta da cornija.
Circulação	Área de passagem de pessoas ou coisas localizada dentro do edifício.
Cobogó	Elemento vazado, de cerâmica ou de cimento, empregado na construção de paredes perfuradas, para proporcionar a entrada de luz natural e de ventilação.
Colunata	Série de colunas espaçadas de forma regular, que sustentam um entablamento e normalmente um dos lados da estrutura de um telhado.
Coluna torsa ou salomônica	Coluna retorcida com fuste helicoidal e base e capitel clássicos, utilizada na arquitetura barroca e neocolonial.
Comodulação	Subordinação das proporções a um módulo.
Composição arquitetônica	Arranjo de partes ou elementos em proporção ou relação adequadas, de modo a formar um todo unificado.
Cornija	Elemento que encima um entablamento clássico.
Coroa	Elemento projetado, semelhante a uma laje, de uma cornija clássica.
Dentículo	Cada um dentre uma série de pequenos blocos retangulares pouco espaçados entre si, que formam uma moldura ou que se projetam por sob as coroas das cornijas.
Elemento vazado	Bloco de concreto que apresenta desenho decorativo de aberturas transversais para admissão de ar e proteção contra a luz solar.

Entablamento	Parte horizontal de uma ordem clássica, apoiada sobre colunas e normalmente composta de cornija, friso e arquitrave.
Esquadria	Moldura final que contorna o vão de uma porta ou janela.
Fachada	Frente de um edifício ou qualquer uma de suas laterais que dão para uma via ou espaço público
Friso	Parte horizontal de um entablamento clássico, localizado entre a cornija e a arquitrave
Frontão	Remate de uma parede de empena que oculta as declividades de um telhado que recebe um tratamento ornamental
Frontispício	Fachada principal, ou parte de uma fachada, normalmente tratada como um elemento à parte do projeto e realçada por meio de ornamentação
Galeria	Área de passagem coberta localizada nas extremidades do edifício e voltada para o pátio interno.
Guarda-corpo ou peitoril	Parede ou estrutura de proteção erguida até a altura do peito.
Implantação ou planta de implantação	Planta que indica a forma, a localização e a orientação de um edifício em um terreno.
Janela de sacada	Janela que se projeta para fora da parede principal de uma construção, formando um nicho na parte externa. Também chamada de bay window.
Laje	Estrutura plana e rígida de concreto armado.
Linguagem formal ou plástica	Tratamento estético recebido pelo edifício considerando um vocabulário estilístico.
Marquise	Pequena cobertura estruturada protegendo uma porta de entrada ou acesso de um edifício.
Medalhão	Placa ornamental aplicada a uma parede, uma platibanda ou um friso.
Mísula ou consolo	Projeção a partir de uma superfície vertical que dá apoio estrutural a cornijas, sacadas ou janelas.
Modenatura	Inicialmente a disposição das ordens e dos componentes de uma fachada; aqui sendo considerada em seu sentido mais amplo: a maneira pela qual o arquiteto ordena os volumes, as partes e os detalhes considerados no seu conjunto, no seu efeito, na impressão que sua aparência produz e no próprio caráter do edifício.
Modulação	Medição, ajuste ou regulagem conforme certa proporção.
Óculo	Pequena abertura ou janela geralmente de formas arredondadas para iluminação e ventilação, que em alguns casos desempenham papel importante na composição das fachadas.
Ordem	É o repertório ornamental de colunas, capitéis e entablamentos da arquitetura clássica.
Ordem coríntia	A mais ornamental das três ordens desenvolvidas pelos gregos, caracterizada por base alta, pedestal, fuste canelado por filetes, capitéis ornamentados com folhas de acanto estilizadas e cornija elaborada. Foi utilizada na arquitetura neoclássica em edifícios de maior importância.
Ordem toscana	Ordem clássica romana considerada uma simplificação da ordem dórica desenvolvida pelos gregos, caracterizada por uma coluna não acanelada e uma base, um capitel e um entablamento lisos, sem nenhuma decoração afora as molduras.
Ordenação ou organização espacial	Arranjo, organização e distribuição dos diferentes ambientes a partir de critérios como setorização, hierarquia, fluxo de atividades etc. dentro de uma unidade coerente ou todo funcional.
Partido arquitetônico	Resultado formal derivado de uma série de condicionantes ou determinantes, tais como: requisitos técnicos, construtivos, legais, econômicos e funcionais; geográficos (terreno, clima, condições físicas e topográficas, etc.); beleza e comodidade.
Pedra angular	Quina externa de uma parede de alvenaria diferenciada das superfícies adjacentes através de seu material, textura, cor, tamanho ou projeção.
Peitoril	Peça horizontal colocada na base do vão de uma janela.

Pérgola	Estrutura de colunatas que sustentam uma cobertura vazada de vigas dispostas em paralelo.
Pilar	Elemento estrutural rígido, relativamente delgado, destinado a suportar cargas axiais, compressivas, aplicadas em suas extremidades.
Piloti	Qualquer uma de uma série de colunas que sustentam um edifício acima de um piso térreo aberto.
Pavimento	Divisão horizontal de um edifício, dotada de um piso contínuo e compreendendo o espaço entre dois níveis adjacentes.
Perspectiva	Representação gráfica de objetos tridimensionais e relações espaciais de forma semelhante que seria vista por olhos humanos.
Planta	Planta de um pavimento de um edifício vista de cima após a execução de um corte horizontal e a retirada da parte de cima, que mostra a forma, a distribuição e as dimensões dos espaços internos e as paredes, janelas e portas que os delimitam.
Planta centrada	Aquela cuja disposição da composição se faz a partir de um espaço central principal, não apresentando direção dominante. Usualmente é simétrica em relação aos eixos transversal e longitudinal, que neste caso, são equivalentes.
Platibanda	Parede protetora baixa que se ergue acima do telhado, fazendo parte da parede externa de um edifício.
Pó-de-pedra	Revestimento de parede á base de mica, de cor acinzentada, muito utilizado na arquitetura art déco
Pórtico	Apêndice externo de um edifício sustentado por colunas que forma uma entrada coberta.
Prateleira de luz	Pequena marquise colocada no alto de uma janela, para controle da incidência de luz solar nos ambientes internos de um edifício.
Programa arquitetônico de necessidades, programa arquitetônico ou programa de necessidades	Relação dos ambientes necessários a uma edificação.
Projeto arquitetônico	Desenho destinado a representação e a especificação dimensional de um edifício.
Simetria	Correspondência exata de formas de tamanho e ordens similares, equidistantes e em lados opostos a uma linha ou plano divisorio definido por uma linha ou eixo central.
Rustificação	Alvenaria cortada em grandes blocos com a superfície sem acabamento, separada por juntas secas e utilizada freqüentemente na parte inferior de uma edificação para aparentar solidez.
Técnica construtiva	Conjunto de métodos e procedimentos de edificação e de um grupo de materiais construtivos aprimorados ao longo do tempo.
Terraço	Telhado plano, espaço elevado contíguo a uma edificação, pavimentado ou gramado e utilizado para lazer.
Tipologia da planta	Classificação de tipos de plantas arquitetônicas de acordo com seu formato geral.
Vão	Abertura de uma parede à qual é encaixada uma esquadria de porta ou janela.
Verga ou travessa	Peça superior de um batente de porta ou janela.
Vestíbulo	Pequeno ambiente de entrada localizado entre a porta principal de acesso e o interior de um edifício.
Viga	Peça estrutural rígida destinada a suportar e a transmitir, através do espaço, cargas transversais para os elementos de sustentação.
Voluta	Ornamento em espiral, semelhante a um pergaminho enrolado, presentes nos capitéis jônicos, coríntios e compósitos.



## Fontes e Referências Bibliográficas

### Fontes:

#### RELATÓRIOS E MENSAGENS DE GOVERNO:

PARANÁ. 1894. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do Paraná pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Secretario d'Estado do Negocios das Obras Publicas e Colonisação. Curytba, Typ. D'ARepublica, 1894.

PARANÁ. 1894a. Relatório apresentado ao Snr. Caetano Alberto Munhoz, DD Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Superintendente Geral do Ensino Publico do Estado, em 1º de novembro de 1893. Curytba: Typ. Lith Companhia Impressora Paranaense, 1894.

PARANÁ. 1894b. Relatório apresentado ao Snr. Caetano Alberto Munhoz, DD Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Superintendente Geral do Ensino Publico do Estado, em 29 de novembro de 1894. Curytba: Typ. Lith Companhia Impressora Paranaense, 1894.

PARANÁ. 1903. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica, em 31 de dezembro de 1902. Curytba: Typ. d'A Republica, 1903.

PARANÁ. 1903a. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado do Negocios das Obras Publicas e Colonisação, em 31 de dezembro de 1903. Coritiba: Impressora Paranaense, 1903.

PARANÁ. 1904. Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica e anexos, em 31 de dezembro de 1903. Curytba: Typ. d'A Republica, 1904.

PARANÁ. 1904a. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonizaçãõ, em 31 de dezembro de 1903. Curytba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1904a.

PARANÁ. 1905. Relatório da Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica e Annexos — 1904. Curytba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1905.

PARANÁ. 1907. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado de Lima, Presidente do Estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, Secretário dos Negocios de Obras Publicas e Colonização. Curytba: Typografia d'A Republica, 1907. Acervo: Museu Paranaense.

PARANÁ. 1908. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curytba, 1908.

PARANÁ. 1910. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1910, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Pública e Colonização. Curytba: Typografia d'A Republica, 1910.

PARANÁ. 1910a. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Jayme Dormund dos Reis, Director Geral Interino da Instrução Publica do Estado, em 24 de Novembro de 1909. Curytba: Typ. D'A Republica, 1910.

PARANÁ. 1910b. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vicente Machado de Lima, Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização. Curytba: Typografia d'A Republica, 1910.

PARANÁ. 1910c. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Jayme Dormund dos Reis, Director Geral Interino da Instrução Publica do Estado, em 24 de Novembro de 1909. Curytba: Typ. D'A Republica, 1910.

PARANÁ. 1912. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1911, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Pública e Colonização. Curytba, 1912.

PARANÁ. 1912a. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Director Geral da Instrução Publica, em virtude do officio de 24 de Junho de 1912. Curytba: Typ. do Paraná Moderno, 1912.

PARANÁ. 1913. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo. Anno de 1913. Curytba: Impressora Paranaense, 1913.

PARANÁ. 1913a. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 1912, pelo Engenheiro Civil José Niepce da Silva, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo. Curytba: Impressora Paranaense, 1913.

PARANÁ. 1914. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Director Geral da Instrução Publica. Coritiba: Typ. do Diário Official, 1914.

PARANÁ. 1915. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Director Geral da Instrução Publica, em 31 de Dezembro de 1914. Coritiba: Typ. do Diário Official, 1915.

PARANÁ. 1917a. Relatório apresentado ao Exmo Snr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretario d'Estado dos Negocios de Fazenda, Agriculturas e Obras Publicas pelo Engenheiro Director de Obras e Viação, Engenheiro Civil João Moreira Garcez. Exercício de 1916-1917. Curytba: Typ. d'A Republica, 1917.

PARANÁ. 1920. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curytba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1920.

PARANÁ. 1921. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1921.

PARANÁ. 1923. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1923.

PARANÁ. 1924. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Curytba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1924.

- PARANÁ. 1924a. Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná apresentado a Sua Excellencia o Senhor Doutor Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, por Alcides Munhoz, Secretario Geral d'Estado, referente aos serviços do Exercício Financeiro de 1923- 1924. Curitiba: 31 de dezembro de 1924.
- PARANÁ. 1925. Relatório da Secretaria Geral de Estado para a Presidência do Estado, relativo ao exercício financeiro 1924-25, em 31 de dezembro de 1925. Curitiba: Livraria Mundial e França e Cia., 1925.
- PARANÁ. 1933. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Manoel Ribas digníssimo Interventor Federal no Estado do Paraná, pelo Secretario dos negocios da Fazenda e Obras Publicas, Rivadavia de Macedo. Exercícios de 1931, 1932 e 1º semestre de 1933. Curitiba, 1933.
- PARANÁ. 1935. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Othon Mader, D. D. Secretario da Fazenda e Obras Publicas pelo Engº Ângelo Lopes, Diretor do Departamento de obras e Viação. Curitiba, 1935.
- PARANÁ. 1935a. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Manoel Ribas D. D. Governador do Estado do Paraná pelo Secretário dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas Othon Mäder, Exercício de 1934. Curitiba, junho de 1935.
- PARANÁ. 1941. Secretaria do Interior e Justiça. Diretoria Geral da Educação. O ensino no Estado do Paraná no decênio 1932-41. Curitiba, 1941.
- PARANÁ. 1942. Departamento de Obras e Viação. 1ª Residência. Relatório do ano de 1942. Curitiba, 1942.
- PARANÁ. 1942a. Relatório de Obras Públicas referente ao decênio 1932-1942. Curitiba: 1942.
- PARANÁ. 1944. Departamento de Obras e Viação. 4ª Residência. Relatório dos serviços prestados pela 4ª residência durante o ano de 1944, apresentado ao Snr. Diretor do D.O.P. Curitiba, 1944.
- PARANÁ. 1950. A concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion. 1947-1950. Curitiba, 1950.
- PARANÁ. 1953. Publicação oficial do projeto do Centro Cívico de Curitiba. Curitiba, 1953.
- PARANÁ. Governo. 1902. Mensagem apresentada pelo Exmº Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo na 1ª Sessão ordinária da 6ª Legislatura, no dia 1º de fevereiro de 1902. Curitiba: Typographia d'A Republica, 1902.
- PARANÁ. Governo. 1903. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Exmº Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva na 2ª Sessão ordinária da 6ª Legislatura, no dia 1º de fevereiro de 1903. Curitiba: Typographia d'A Republica, 1903.
- PARANÁ. Governo. 1926. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1926. Curitiba, 1926.
- PARANÁ. Governo. 1928. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1928. Curitiba, 1928.
- PARANÁ. Governo. 1929. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 2ª Sessão da 19ª Legislativa, em 1º de fevereiro de 1929. Curitiba, 1929.
- PARANÁ. Governo. 1935. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado ao instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda Republica, em 16 de maio de 1935. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1935.
- PARANÁ. Governo. 1936. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura da Segunda Republica em 1º de setembro de 1936. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1936.
- PARANÁ. Governo. 1937. Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.
- PARANÁ. Governo. 1937. Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.
- PARANÁ. Governo. 1939. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1939.
- PARANÁ. Governo. 1941. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1940 e 1941. Curitiba, 1941.
- PARANÁ. Governo. 1945. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1932 a 1944. Curitiba, 1945. Mimeo.

- PARANÁ. Governo. 1948. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Sessão Legislativa ordinária de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1948.
- PARANÁ. Governo. 1948a. Planificação de obras para o Estado do Paraná organizada pelo Governo Moysés Lupion. Curitiba, 1948.
- PARANÁ. Governo. 1949. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Sessão Legislativa ordinária de 1949 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1949.
- PARANÁ. Governo. 1950. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Sessão Legislativa ordinária de 1950 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1950.
- PARANÁ. Governo. 1950a. Mensagem apresentada ao povo do Paraná pelo Senhor Moysés Lupion, ao término de seu mandato, em 1950. Curitiba, 1950.
- PARANÁ. Governo. 1951. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba, 1951.
- PARANÁ. Governo. 1953. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba, 1953.
- PARANÁ. Governo. 1955. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 3ª Legislatura pelo Senhor Antonio Annibelli, Governador do Paraná. Curitiba, 1955.
- PARANÁ. Governo. 1956. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1956 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1956.
- PARANÁ. Província. 1854. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.
- PARANÁ. Província. 1855. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855.
- PARANÁ. Província. 1856. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo Vice-Presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856.
- PARANÁ. Província. 1858. Relatório apresentado ao excellentissimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos, muito digno Presidente da Província do Paraná, pelo 2º Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, sobre o estado da administração da mesma Província no anno de 1857. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.
- PARANÁ. Província. 1880. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou ao Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa a administração, em 4 de agosto de 1880. Curitiba: Typ. Perseverança, 1880.
- PARANÁ. Província. 1881. Exposição com que o Dr. João José Pedrosa passou a administração da Província do Paraná ao Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel, no dia 3 de maio de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.
- PARANÁ. Província. 1881a. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª Legislatura, no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo Presidente da Província o Exmo Snr. Dr. João José Pedrosa. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.
- PARANÁ. Província. 1882. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª sessão da 15ª Legislatura, no dia 1º de outubro de 1882 pelo Presidente da Província o Exmo Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882.
- PARANÁ. Província. 1884. Relatório que ao Exm. Snr. Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira apresentou o Exm. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello ao passar-lhe a administração, em 22 de agosto de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884.
- PARANÁ. Província. 1887. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 17 de fevereiro de 1887 pelo Presidente da Província o exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Typ. Da Gazeta Paranaense, 1887.
- PARANÁ. Província. 1888. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 29 de dezembro de 1888, pelo Presidente da Província o Exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Typ. da Gazeta Paranaense, 1888.



SÃO PAULO. 1835. Requerimento do professor João Baptista Brandão de Proença ao Vice-presidente da Província de São Paulo. Curitiba, 2 de novembro de 1835. In KUBO, Elvira Mari. A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

#### PROJETOS ARQUITETÔNICOS:

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artística Nacional) - 10ª Superintendência Regional. Inventário de bens arquitetônicos - Centro Histórico da Lapa. Curitiba, outubro e novembro de 1999. Plantas de implantação e do pavimento térreo do imóvel 30H apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por ArquiBrasil - arquitetura e restauração. Acervo: IPHAN - 10ª Superintendência Regional.

COMPANHIA NACIONAL CONSTRUTORA S.A. Escola de Aprendizes Artífices - estudo para as fachadas, vista geral. Curitiba, março de 1935. Fachada apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

COMPANHIA NACIONAL CONSTRUTORA S.A. Plantas da Escola de Aprendizes Artífices. Curitiba, março de 1935. Plantas do pavimento térreo e superior apresentadas em duas pranchas, desenhos nº 7 e 8. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

Grupo Escolar de Ribeirão Claro. Sem data. Fachada principal, apresentada em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia canson. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5438.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação Públicas. Grupo Escolar Professor Cleto. Curitiba, 26 de janeiro de 1940. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 26.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. 2ª Residência. Ginásio Regente Feijó. Ponta Grossa, setembro de 1942. Plantas dos pavimentos térreo e superior e do Pavilhão de Ginástica apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Divisão de Serviços Técnicos e Fiscalização de contratos. Serviço de Edifícios. Projeto de um grupo escolar com 8 salas. Curitiba, 27 de setembro de 1944. Plantas dos pavimentos térreo e superior, corte, fachada e perspectiva apresentados em quatro pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1225.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Escola Normal de Jacarezinho. Curitiba, 2 de setembro de 1935. Plantas do pavimento térreo e superior, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 151.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar de 2 a 10 salas - projeto tipo. Curitiba, 1934. Plantas apresentadas em cinco pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Faria Sobrinho. Paranaguá, 1934. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. In PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. 1ª Residência. Relatório de 1941. Curitiba, 1941.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Jesuíno Marcondes - Palmeira. Ponta Grossa, sem data. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 277.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Professor Brandão. Prédio e Terreno. Curitiba, 23 de fevereiro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 32.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Grupo Escolar Rio Branco. Curitiba, setembro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2417.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Planta do terreno e edifício do Jardim de Infância Emília Ericksen. Curitiba, 27 de fevereiro de 1940. Implantação e Planta do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 06.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Planta, Terreno e Situação do Grupo Escolar em União da Vitória. Curitiba, sem data. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1170.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Delegacia de Polícia do Batel. Terreno e Edifício - Planta. Curitiba, 29 de fevereiro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 137.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Divisão de Serviços Técnicos e Fiscalização de contratos. Serviço de Edifícios. Projeto de um grupo escolar com 8 salas. Curitiba, 27 de setembro de 1944. Plantas do pavimento térreo e superior, corte, fachada e perspectiva apresentados em quatro pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1225.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Escola Normal de Curitiba. Sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachadas principal e lateral apresentadas em quatro pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 455.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Escola Rural de Palmeira. Curitiba, sem data. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Grupo Escolar 2 salas e residência. Curitiba, fevereiro de 1940. Plantas dos pavimentos térreo e superior, apresentadas em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 906.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Grupo Escolar Conselheiro Zacarias - Prédio e Terreno. Curitiba, 14 de fevereiro de 1940. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1717.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Grupo Escolar de 6 salas. Curitiba, 14 de junho de 1936. Planta do pavimento térreo e fachadas apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Grupo Escolar de 10 salas. Curitiba, 5 de abril de 1941. Plantas do pavimento térreo e superior e fachadas apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5016.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Grupo Escolar de Morretes. Curitiba, 26 de maio de 1945. Plantas do pavimento térreo e superior e fachada principal apresentadas em duas pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4844.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Município de Paranaguá - Escola Normal. Sem data. Plantas de situação e dos pavimentos térreo e superior apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4825.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Projecto de Grupo Escolar de 12 salas em 2 pavimentos. Curitiba, 14 de julho de 1936. Plantas dos pavimentos térreo e superior e 2 cortes, apresentados em 1 prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 197.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Projeto de um Grupo Escolar com 8 salas para Joaquim Távora. Curitiba, 6 de abril de 1945. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 227.

PARANÁ. Departamento de Obras e Viação. Secção Técnica. Projeto para ampliação do Grupo Escolar Carlópolis. Curitiba, 14 de fevereiro de 1947. Planta do pavimento térreo, corte e locação, apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4621.

PARANÁ. Departamento de Obras Publicas. Planta do Grupo Escolar Silvério da Mota em São José dos Pinhães. Curitiba, 24 de novembro de 1924. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2245.

PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Secção Técnica. Grupo Escolar construído em Ribeirão Claro. Curitiba, 4 de maio de 1926. Planta do pavimento térreo e de situação e cortes parciais esquemáticos para fundação, apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4566.

PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos -S.V.O.P./D.E.O.E. Projeto de um Grupo Escolar com 6 salas de aula. Curitiba, sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 227.

PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E. Grupo Escolar com 12 salas - projeto tipo. Curitiba, 22 de setembro de 1948. Fachada apresentada em uma prancha. Desenho nº 1672. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 672.

PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E. Grupo Escolar de 12 salas - projeto-tipo. Curitiba, 22 de maio de 1950. Fachada principal apresentada em uma prancha. Desenho nº 1927. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 492.

PARANÁ. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos - S.V.O.P./D.E.O.E. Grupo Escolar com 12 salas - projeto tipo. Curitiba, 22 de setembro de 1948. Fachada apresentada em uma prancha. Desenho nº 1672. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 672.

PARANÁ. Divisão de Serviços e Edifícios da SVOP. Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa. Curitiba, 14 de março de 1944. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 307.

PARANÁ. Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná). Planta de Implantação e Arquitetônica do Colégio Estadual Xavier da Silva. Curitiba, sem data. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Fundepar.

PARANÁ. Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná). Colégio Estadual Júlia Wanderley. Curitiba, 01 de setembro de 2005. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por Antonieta Costa da Costa. Acervo: Fundepar.

PARANÁ. Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná). Colégio Estadual Tiradentes. Curitiba, 24 de abril de 2002. Plantas de implantação e dos pavimentos térreo e superior apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por Celso Ayres Gasparim. Acervo: Fundepar.

PARANÁ. Grupo Escolar de Pirahy. Curitiba, sem data. Planta do pavimento térreo e fachadas, apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 455.

PARANÁ. Projeto do Grupo Escolar para a Colônia de Santa Felicidade. Curitiba, sem data. Planta do pavimento térreo, corte esquemático, fachada principal e lateral apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia em cansón. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

PARANÁ. Secção Technica. Casa Escolar de Afonso Pena - Município de São José dos Pinhais. Curitiba, 15 de novembro de 1940. Plantas dos pavimentos térreo e superior, apresentadas em duas pranchas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5738.

PARANÁ. Secção Technica. Grupo Escolar 2 salas e residência. Curitiba, 23 de setembro de 1940. Planta do pavimento térreo, apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5738.

PARANÁ. Secção Technica. Grupo Escolar 4 salas. Curitiba, 27 de fevereiro de 1941. Planta do pavimento térreo, apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2864.

PARANÁ. Secção Technica. Grupo Escolar 6 salas e residência. Curitiba, 27 de fevereiro de 1941. Planta do pavimento térreo, apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 17.

PARANÁ. Secção Technica. Grupo Escolar 8 salas com residência. Sem data. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 249.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Curitiba, 25 de abril de 1951. Plantas dos pavimentos térreo e superior apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Nº do desenho: 1981a. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 515.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar Prieto Martinez. Curitiba, 20 de junho de 1951. Plantas do subsolo e dos pavimentos térreo e superior apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 511.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 2 salas para Itaquí, Barro Preto. Curitiba, 06 de junho de 1953. Planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2672. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5441.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Patrimônio do Espírito Santo. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5736.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para São José da Boa Vista. Curitiba, 30 junho de 1951. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2451. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1836.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para Teixeira Soares. Curitiba, 6 de maio de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2266. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5012.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 3 salas para Men de Sá. Curitiba, 25 junho de 1951. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2005. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 584-2/2.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar com 4 salas para Cornélio Procópio. Curitiba, 5 de setembro de 1953. Planta de implantação, planta do pavimento térreo, corte e fachada apresentados em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica, assinado por Romeu Paulo da Costa. Nº do desenho: 2652. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5400.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar Santo Antônio do Barracão. Curitiba, 26 de maio de 1952. Planta do pavimento térreo e fachadas principal e lateral apresentados em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 2302, 2303 e 2304. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4586.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Vila Rubin em Cambará Curitiba, 26 de junho de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em quatro pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2408, 2409, 241 e 2411. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5139.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Grupo Escolar de Lupianópolis. Curitiba, 6 de abril de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2260 e 2261. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 8169.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. 2º Grupo Escolar de Apucarana. Curitiba, 1º de abril de 1952. Planta do pavimento térreo, corte e fachadas apresentados em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2130, 2131. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5348.

PARANÁ. Secretaria de Obras e Viação Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Colégio Estadual de Apucarana. Curitiba, 13 de março de 1952. Planta dos pavimentos térreo e superior, corte e fachadas apresentados em quatro pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Nº dos desenhos: 2071, 2072, 2073, 2074. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 2358.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas s. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. *Projeto-tipo: Grupo Escolar de 4 e 6 salas*. Curitiba, 1950. Planta do pavimento térreo, fachada e cortes apresentados em uma prancha. Nº do desenho: 1915. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1449.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Projeto-tipo: Grupo Escolar com 2 salas. Curitiba, 12 de maio de 1950. Planta do pavimento térreo, fachada e cortes apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 639.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Grupo Escolar de Foz do Iguaçu. Curitiba, sem data. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachadas principal e lateral, apresentadas em duas pranchas. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5308.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Grupo Escolar de Thomazina. Sem data. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia fotográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4660.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Projeto-tipo: Grupo Escolar de 4 e 6 salas. Curitiba, 1950. Planta do pavimento térreo, fachada e cortes apresentados em uma prancha. Nº do desenho: 1915. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1449.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Projeto-tipo: Grupo Escolar com 2 salas. Curitiba, 12 de maio de 1950. Planta do pavimento térreo, fachada e cortes apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 639.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina. Curitiba, 11 de agosto de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 442.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Antonina e de Palmeira. Curitiba, 06 de julho de 1948. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada, apresentadas em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 454 e 622.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos. Ginásio Estadual de Ponta GROSSA. Curitiba, 22 de outubro de 1949. Plantas dos pavimentos térreo, primeiro e segundo, apresentadas em três pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4382.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos. Lar Escola Hermínia Lupion. Curitiba, 23 de julho de 1948. Plantas e fachadas da Casa Central, Pavilhão Médico, Ginásio, Capela e Clausura das Irmãs, apresentadas em dez pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: SEOP (Secretaria de Estado de Obras Públicas).

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Estudos e Projetos Secção de Projetos Arquitetônicos. Casa Escolar. Curitiba, 15 de abril de 1948. Planta, corte e fachada da Casa Escolar, apresentada em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 777.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Escola rural projeto tipo. Implantação, planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em duas pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Dezoito de dezembro de 1948. Nº do desenho: 1705. Autor do projeto: Campelo. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 370-1/2.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Escola Normal Rural de Palmas. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Nº do desenho: 5096. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 330 2/2.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Divisão de Projetos e Construções. Escola Rural. Planta do pavimento térreo, cortes e fachada apresentados em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Curitiba, 13 de março de 1952. Nº do desenho: 2083. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 717.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar com 8 salas - projeto tipo. Curitiba, 23 de agosto de 1948. Plantas do pavimento térreo e do pavimento superior e fachadas principal e lateral apresentadas em quatro pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1377.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar do Boqueirão. Curitiba, 18 de abril de 1947. Plantas de implantação e do pavimento térreo e fachada apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 1338.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Grupo Escolar Faria Sobrinho. Curitiba, 17 de janeiro de 1941. Plantas de implantação e do pavimento térreo apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 4827.

PARANÁ. SEEC (Secretaria de Estado da Cultura). Antigo Ginásio Paranaense. Curitiba, maio de 1998. Plantas do subsolo e dos pavimentos térreo e superior apresentadas em três pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital realizado por Rosina Coeli Parchen e Márcio Innocenti. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

Planta de Implantação do Translado da Escritura Pública de compra e venda do terreno onde se situa o Grupo Escolar Xavier da Silva. Curitiba, sem data. Planta de implantação apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 6.

Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curityba. Curityba, 1905. Planta dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello, Secretaria de Finanças apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

## LEGISLAÇÃO:

CURITIBA. 1953. Lei Municipal nº 699/1953. Dispõe sobre o Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba. Disponível no endereço eletrônico: <http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/220b4938c3c8e905032568040054c58f/eddece8b372cb8e4032569030076bd6f?OpenDocument>. Acesso em 13 de outubro de 2008.

PARANÁ. 1856. Instruções contendo o plano e divisão das escolas de primeira ordem, de 27 de dezembro de 1856. Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação ... 2004. (p. 44-45)

PARANÁ. 1857. Regulamento de ordem geral para as escolas da instrução primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário, de 8 de abril de 1857. Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação ... 2004. (p. 52-67)

PARANÁ. 1858. Regulamento da Instrução Primária. Regulamento nº 3, de 10 de junho de 1858. Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação ... 2004. (p. 89-101)

PARANÁ. 1883. Lei nº 734, de 22 de outubro de 1883. Determina a construção de casas escolares. Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação ... 2004.a. (p. 366)

PARANÁ. 1884. Ato nº 287, de 14 de outubro de 1884: Regulamento para a construção de casas escolares. Apud MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org). Coletânea da Documentação ... 2004. (p. 401-402)

PARANÁ. 1910. Decreto nº 93, de 11 de março de 1901. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná (p. 6-74). In PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1910.

PARANÁ. 1912. Regulamento Organico do Ensino Publico do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1912.

PARANÁ. 1914. Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 1914, Instruções sobre Organização Escolar e Programma de ensino para as escolas publicas do Estado do Paraná (p. 13-17) apud PARANÁ. 1915.

PARANÁ. 1917. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917. Código de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1917.

PARANÁ. 1918. Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Paraná a que se refere a Lei n. 1791 de 8 de abril de 1918. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1918.

PARANÁ. 1932. Diretoria Geral da Instrução Pública. Decreto nº 1.874, de 29 de julho de 1932. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares. Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia., 1932.

PARANÁ. 1935. Lei nº 33, de 29 de outubro de 1935. Autoriza a disseminação do ensino primário através das escolas rurais. Leis e Decretos-Leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

PARANÁ. 1938. Decreto nº 6.155, de 12 de janeiro de 1938, e Regulamento sanitário que dá nova organização á Diretoria Geral de Saúde Pública. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1938.

PARANÁ. 1939. Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 6 de janeiro de 1939.

PARANÁ. 1940. Diretoria Geral da Educação. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares. Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia., 1940.

PARANÁ. 1946. Decreto Estadual nº 2.267, de 29 de janeiro de 1946. PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Dá a denominação de "Julia Wanderley" ao grupo escolar do Bigorriho. Curitiba, 4 de fevereiro de 1946. (p. 1)

PARANÁ. 1948. Lei Estadual nº 170, de 14 de dezembro de 1948, Dispõe sobre a organização e atribuições da Secretaria de Educação e Cultura, que passa a ser composta pelo Departamento de Administração, Departamento da Cultura, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Instituto de Educação, Colégio Estadual, Museu Paranaense e Conselho de Educação e Cultura. In Diário Oficial de 23 de dezembro de 1948.

PARANÁ. 1950a. Ante-projeto da Lei Orgânica da Educação no Estado do Paraná. Estabelece a organização do sistema de educação do Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, 1950.

PARANÁ. 1951. Lei Estadual nº 674, de 28 de agosto de 1951, Cria a Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná e dá outras providências. Apud PEREIRA, Ivo Arzu. Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná - CEOC-Síntese Histórica. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2008. (p. 19-20)

## REVISTAS, JORNAIS, TRATADOS DE ARQUITETURA E OUTRAS FONTES:

*A CASA*. Anno VIII, nº 79. Rio de Janeiro, dezembro de 1930.

*A CASA*. Anno XVI, nº 174/175. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1938.

*A CASA*. Anno XVII, nº 176. Rio de Janeiro, janeiro de 1939.

*A CASA*. Anno XVII, nº 177. Rio de Janeiro, fevereiro de 1939.

*ALBUM DO PARANÁ*. Anno II, nº 12. Curitiba, sem data.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *As conferências sobre o problema do prédio escolar - Palestras do professor João Lourenço da Silva sobre a escola em face dos novos elementos de construção e do professor Enéas Silva sobre a circulação no prédio escolar*. In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1934. (p. 6)

BARNARD, Henry. *Practical illustrations of the principles of school architecture*. Hartford: Press of Case, Tiffany and company, 1851. Disponível no endereço eletrônico: <http://name.umdl.umich.edu/afm4842.0001.001>. Acesso em 21 de abril de 2010.

BLONDEL, Jacques-François. *Cours d'Architecture ou Traité de la Décoration, Distribution & Construction des bâtiments*. Tome Premier. Paris: Desaint Libraire, 1771.

CAMARGO, Mauro Alvaro de Souza. *Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurales*. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, nº 18. São Paulo: Casa Espindola, 1920.

CLOQUET, Louis. *Traité d'architecture. Éléments de L'Architecture, Types d'Édifices - Esthétique, Composition et Pratique de L'Architecture*. Paris: Beranger, 19?. 12ª Edição. Acervo: Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

COLÉGIO ESTADUAL Maria Montessori. *Caracterização da Escola*. Curitiba, sem data. Mimeo, 3 f. (p. 1)

CURITIBA. *Boletim da PMC*. Prefeitura Municipal de Curitiba. Ano II, nº 8. Curitiba: março e abril de 1943. Acervo: Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES. *Ata de abertura de tomada de preços de acordo com as cartas convites 9 e 10 da Divisão de Projetos e Construções, a carta convite nº 9 para a conclusão do edifício destinado a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Filosofia em Ponta GROSSA* (EX-Ginásio Estadual). In Diário Oficial. Curitiba: Imprensa Oficial, 21 de maio de 1953. (p. 4-5)

DURAND, Jean-Nicolas Louis. *Précis des leçons d'architecture donnés a l'École Royale Polytechnique suivi le La Partie graphique des cours d'architecture faits a l'École Royale Polytechnique depuis sa réorganisation*. Liège: Dominique Avanzo et Compagnie Éditeurs, 1841.

*ESCOLA BRASÍLIO Machado*. Curitiba, sem data. 3 f. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5036.

*ESCOLA CARVALHO - Histórico*. Curitiba, sem data. 2 f. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 42.

ESCOLA DE ARTES e Indústrias do Paraná. *Datas e conquistas principais do estabelecimento. Quadro comemorativo*. Curitiba, 31 de dezembro de 1891. Acervo: Museu Paranaense.

ESCOLA TIRADENTES. In Jornal *A Republica*. Curitiba, 10 de fevereiro de 1895. Anno X, Nº 35. (p.2) Acervo: Museu Paranaense.

GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture*. Livre VIII. Les Éléments de la composition dans les édifices d'enseignement et instruction publique. Paris : Librairie de la Construction Moderne, 1909. 1ª edição : 1901.

GUILLOT, Émile. *Édifices Publics pour villes et villages*. Paris: H. Dunod et E. Pinat. Éditeurs, 1912. Disponível no endereço eletrônico: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54898815.r=.langPT>. Acesso em 7 de janeiro de 2008.

INAUGURAÇÃO DO GRUPO "Barão do Rio Branco". Jornal *O Estado do Paraná*. Curitiba, 28 de junho de 1953, página 3.

INAUGURADA ONTEM a Escola Experimental "Maria Montessori". In Jornal *O Estado do Paraná*. Curitiba, 4 de setembro de 1952.

INAUGURADO O CENTRO de demonstrações do ensino primário. In Jornal *O Estado do Paraná*. Curitiba, 9 de janeiro de 1954. (p. 3)

*INDICADOR Paranaense*. [Curitiba], [s/n.], 1912. 204 p.



- INSPECTORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ. *O Ensino*. Curitiba, agosto de 1924. Anno I, nº III.
- LAR ESCOLA HERMÍNIA LUPION**. Histórico 1954 - 1979. Curitiba, 1979. 8 p.
- LEVI, Rino. *A arquitetura e a estética das cidades*. Publicado no Estado de São Paulo, São Paulo, em 15 de outubro de 1925.. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/rino03.asp>. Acesso em 29 de março de 2010.
- MEIRELES, Cecília. *Predios Escolares*. In *Jornal Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1930. (p. 7)
- MUSEU PARANAENSE. *Catálogo Museu Paranaense*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. (p. 20)
- NEUFERT, Ernest. *Bau-Entwurfslehre*. Berlin: Bauwelt-Verlag, 1936.
- O BELÍSSIMO PRÉDIO da nova sede do Colégio Estadual do Paraná*. In Jornal estudantil *Colégio Estadual do Paraná*. Ano 6, nº 27. Curitiba, julho de 1944. (p. 1)
- O NOVO EDIFÍCIO do Colégio Estadual do Paraná*. In Jornal estudantil *Colégio Estadual do Paraná*. Ano 7, nº 35. Curitiba, junho de 1945. (p. 1-5)
- OBRAS DA PREFEITURA Municipal de Curitiba*. Nº 8, Tomo II. *Grupo Escolar República do Uruguai*. In *Revista Técnica*. Curitiba: Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, janeiro-março de 1945 e levantamento realizado nas três escolas.
- PARANÁ. *Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná*. Curitiba: Governo do Paraná: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.
- PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Ano I, Número 03. Curitiba: julho a outubro de 1951.
- PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Ano II, Número 05. Curitiba: janeiro a fevereiro de 1952.
- PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Ano II, Número 07. Curitiba: maio a junho de 1952.
- PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Ano III, Número 10. Curitiba: janeiro a fevereiro de 1953.
- PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Ano III, Número 11. Curitiba: março a abril de 1953.
- PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*. Ano III, Número 12. Curitiba: maio e dezembro de 1953.
- PORTO CARRERO, Oscar. *Exposição de Architectura Escolar. Conferencia do Professor Oscar Porto Carrero*. In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1934. (p. 3)
- PRIMEIRA CASA ESCOLAR. *Jornal Gazeta Paranaense*. Curitiba, sábado, 9 de dezembro de 1882. Acervo: Museu Paranaense.
- REYNAUD, Léonce. *Traité d'Architecture. Deuxième partie - Composition des édifices. Études sur l'esthétique, l'histoire et les conditions actuelles des édifices*. Paris: Dunod Éditeur, 1863. 2ª edição.
- REYNAUD, Léonce. *Traité d'Architecture. Première partie - Art de Batir. Études sur les matériaux de constructions et les éléments des édifices*. Paris: Dalmont et Dunod Éditeurs, 1860. 10ª edição.
- REVISTA DO POVO*. Anno 2, nº 12. Curitiba, 7 de novembro de 1917.
- SÃO PAULO. 1936. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diretoria de Ensino. *Novos prédios para grupo escolar*. Estudos da Diretoria do Ensino e da Diretoria de Obras Públicas. São Paulo, 1936.
- SERVIÇO DOS PAÍSES. *Universidade do Paraná*. São Paulo: Serviço dos Países. s/d.
- TEIXEIRA, Anísio. *Associação Brasileira de Educação. O problema do prédio escolar - A palestra inicial do Sr. Anísio Teixeira*. In *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 de março de 1934. (p. 5-6)
- TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique. Vol. IV: Types de constructions diverses*. Paris: H. Chairgrasse fils, [s.d].
- UNIVERSIDADE DO PARANÁ. 1914. *Relatorio Geral da Universidade do Paraná apresentado á Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1914 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral - Director*. Curitiba: Tip. Max Roesner, 1914.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ. 1915. *Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado á Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1915 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral - Director*. Curitiba: Tip. Max Roesner, 1915.

WARCHAVCHIK, Gregori. *Acerca da arquitetura moderna*. Publicado no Correio da Manhã, Rio de Janeiro, em 01 de novembro de 1925. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/gregori02.asp>. Acesso em 29 de março de 2010.

WARCHAVCHIK, Gregori. *Um congresso que marcou época na história da arte*. Este é o 5º de uma série de 10 artigos escritos por Gregori Warchavchik para o jornal *Correio Paulistano* no final do ano de 1928 e que tinha como título geral "Arquitetura do Século XX". Republicado na revista *Óculum* 3, FAU PUC-Campinas, março de 1993. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/gregori01.asp>. Acesso em 29 de março de 2010.

### Referências Bibliográficas:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 2ª reimpressão.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001. 1ª edição, 2ª reimpressão.

ARTIGAS, Vilanova. *Sobre escolas*. In ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.

AS ARQUITETURAS DO CONVÊNIO ESCOLAR. In *Revista Habitat - revista das artes no Brasil*. Nº 4. São Paulo: Habitat, setembro de 1951.

ATIQUÊ, Fernando. *Um Sotaque Disfarçado: A recepção de referências americanas no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes*. In *Revista 19&20*. Rio de Janeiro, v. III, n. 2, abr. 2008. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad\\_atique.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_atique.htm). Acesso em 10 de janeiro de 2010.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *Alexander S. Buddeüs: a passagem do cometa pela Bahia* (1). Disponível no endereço eletrônico: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081\\_01.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081_01.asp). Acesso em 29 de março de 2010.

BANDEIRA, Julio; XEXÉO, Pedro Martins Caldas; CONDURU, Roberto. *A Missão Francesa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BASTOS, Maria Alice Junqueira Bastos. *A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos)*. In *Revista AU - Arquitetura e Urbanismo*. Nº 178. São Paulo: Pini, janeiro de 2009. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/178/artigo122877-1.asp>. Acesso em 9 de julho de 2009.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 4, n. 122, dezembro de 1997.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2005. 4ª edição - 2ª reimpressão.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971*. São Carlos: Brasília: EdUFSCar; INEP, 2002.

BURDEN, Ernest. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BURGERSTEIN, Leo. *Higiene Escolar*. Rio de Janeiro: Atlantida Editora, 1934. 1ª edição: 1906.

BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Org. Myrian Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991.

CAMPOS, Eudes. *O Ecletismo Paulistano no tempo do Jovem Ramos de Azevedo* (p. 25-31). In CIDADE. Revista do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura. *Signos de um novo tempo. A São Paulo de Ramos de Azevedo*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, nº 5, ano V, janeiro de 1998.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *A construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial*. In *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 5. Campinas: Editora Autores Associados, jan/jun 2003. (p. 195-211)

CAROLLO, Bráulio. *Alfred Agache em Curitiba e sua visão de Urbanismo*. Porto Alegre, 2002. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Coleção: Artistas Brasileiros, 14)
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia ilustrada de cidade. As transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 3ª edição.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de Castro; IMAGUIRE, Marialba Rocha Gaspar. *Ensaio sobre a Arquitetura em Curitiba - 2. Colégios e Educandários*. Curitiba: Edição das Autoras, 2006.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. *A Arquitetura do Isolamento em Curitiba na República Velha*. Curitiba: Edição da Autora, 2004.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. *A arquitetura dos Grupos Escolares do Paraná na Primeira República*. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), v. 90, n. 224, janeiro/abril de 2009. (p. 122-148)
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. *A sede da mais antiga escola da Lapa*. In *LAPA. Histórias e Memórias da Educação da Lapa*. Lapa: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, julho de 2008. (p. 8-10)
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. *Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX*. Curitiba: Edição da Autora, 2008.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. *O Leprosário São Roque e a Modernidade. Uma abordagem da Hanseníase na perspectiva da relação Espaço-Tempo*. Curitiba, 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. *Os primeiros edifícios escolares de Curitiba*. In LEAHY Anthony (Org.). *Curitiba 316 anos de história, tradição e identidade*. Curitiba: Instituto Memória, 2009. (p.44-55)
- CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CHAVES, Miriam Waidenfeld. *A Educação Integral e o Sistema Platoon: A experimentação de uma nova proposta pedagógica no antigo Distrito Federal nos anos 30*. In *Revista Educação em foco*. Volume 7, nº 2. Juiz de Fora/MG: UFJF, setembro/fevereiro, 2002/2003. (p. 115)
- CHING, Francis. *Dicionário Visual de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica. Ensaio sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. *Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920*. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.
- CORREIA, Ana Paula Pupo. *História & Arquitetura Escolar: Os Prédios Escolares Públicos de Curitiba (1943-1953)*. Curitiba, 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
- COSTA, Lucio. *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. In *Arquitetura Religiosa*. Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978. (p. 9-98)
- CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- CZAJKOWSKI, Jorge. (org.) *Guia da arquitetura art-déco no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

- DÓREA, Célia Rosângela Dantas. *Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar: planejando escolas, construindo sonhos*. São Paulo, 2003. 231p. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Curso de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DUARTE, Hélio. *Considerações sobre arquitetura e educação*. In *Revista Habitat - revista das artes no Brasil*. Nº 210. São Paulo: Habitat, abril de 1956. (p. 236-238)
- DUARTE, Hélio. *O problema Escolar e a arquitetura*. In *Revista Habitat - revista das artes no Brasil*. Nº 4. São Paulo: Habitat, set-dez de 1951. (p. 4-6)
- DUDEQUE, Irã. Espirais de Madeira. *Uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.
- EBOLI, Terezinha. *Uma experiência de educação integral. Centro Educacional Carneiro Ribeiro*. MEC-INEP Bahia, 1969.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil* (p. 19-34). In *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Editora Autores Associados Ltda., Mai/Jun/Jul/Ago 2000, nº 14. Número especial - 500 anos de educação escolar. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>. Acesso em 29 de maio de 2009.
- FERNANDES, Noemia Lucia Barradas. *Arquitetura Escolar Carioca: edificações construídas entre 1930 e 1960*. Rio de Janeiro, 2006. 142p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Avany De Francisco; CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de. *Arquitetura Escolar Paulista - Restauro*. São Paulo: FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), 1998.
- FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). *Arquitetura Escolar Paulista - anos 1950 e 1960*. São Paulo: FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), 2006.
- FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirela Geiger de. *Escolas paulistas. A introdução da modernidade nos anos 30*. In *Projeto Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho, Indústria e Construção*, nº 179. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., outubro de 1994. (p. 91-95)
- FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Turismo. *Colégio Bartolomeu Mitre*. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.camarafoz.pr.gov.br/museudaimg.php>. Acesso em 27 de setembro de 2007.
- GONÇALVES, Josilena Maria Zanello. *Arquitetura Moderna no Centenário da Emancipação Política do Paraná: a Construção de um marco de Referência*. São Carlos, 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído). Curso de Pós-Graduação da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo.
- HASKEL, Sílvia; GAMA, Lúcia. *Ramos de Azevedo e a cidade* (p. 20-23). In CIDADE. Revista do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura. *Signos de um novo tempo. A São Paulo de Ramos de Azevedo*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, nº 5, ano V, janeiro de 1998.
- HEITOR DE MELLO homepage. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.crea-rj.org.br/heitordemello/pro3.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2009.
- HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFPR. *Breve Histórico*. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.hc.ufpr.br/Templates/informacoes/historia/historia.html>. Acesso em 30 de junho de 2009.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comissão Censitária Nacional. *A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil por Fernando Azevedo*. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Nacional - Volume I. Introdução - Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 3ª edição.

- KESSEL, Carlos. *Arquitetura Neocolonial no Brasil - entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.
- KESSEL, Carlos. *Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922* (p. 110-128). In *Estudos Históricos, Arte e História*. Nº 30, 2002/2. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/334.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2009.
- KUBO, Elvira Mari. *A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.
- LEITE JÚNIOR, Hor-Meyll; ESCOBEDO, Marcel Luiz. *Moisés Lupion. Civilizador do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006. Volumes 1 e 2.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- LINHARES, Temístocles. *Paraná Vivo*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.
- LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Iluminuras/Edusp/Fapesp, 1997.
- MAHFUZ, Edson da Cunha. *Reflexões sobre a construção da forma pertinente*. In *Arquitextos*, nº 45. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq045/arq045\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq045/arq045_02.asp). Acesso em 4 de dezembro de 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *O bê-a-bá no caos*. In *Revista de História*. Ano 1, nº 4. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, outubro de 2005. (p. 82-85)
- MARIANNO FILHO, José. *À margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas C. Mendes Júnior, 1943.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- MARTINS, Joel. *Planejamento e organização da sala de aula*. In *Revista Acrópole*. Nº 304. São Paulo: Acrópole, fevereiro de 1965. (p. 26-27)
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blank; MARTIN, Sonia Dorotea (org). *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4138>. Acesso em 12 de junho de 2008.
- MONARCHA, Carlos. *Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança*. In FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora: Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997.
- MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito. Sanitarismo e Eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOUSSATCHE, Helena; MAZZOTTI, Alda Judith Alves e MAZZOTTI, Tarso Bonilha. *Arquitetura Escolar: imagens e representações*. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Volume 81, nº 198. Brasília: INEP, 2000. (p. 299-315)
- MUELLER, Oscar. *Centro Cívico de Curitiba. Um espaço identitário*. Porto Alegre, 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. *Trajanos Joaquim dos Reis*. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Menu\\_Autoridades\\_PR/GrOr1902/902-Traja\\_Joaquim\\_dos\\_Reis.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Menu_Autoridades_PR/GrOr1902/902-Traja_Joaquim_dos_Reis.htm). Acesso em 30 de março de 2009.
- O PARANÁ NO Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto**. Curitiba: Comercial e Editora Sant'Ana, 1953.
- OLINDA, Maurício de. *Casa do Estudante Universitário do Paraná revigorada*. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/redacao3/node/203>. Acesso em 30 de junho de 2009.
- OLIVEIRA LYRA, Cyro Ilídio; PARCHEN, Rosina Coeli Alice; LA PASTINA FILHO, José. *ESPIRAIS DO TEMPO: bens tombados do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *A Construção de um Método para a Arquitetura. Procedimentos e Princípios em Vitruvius, Alberti e Durand*. São Paulo: 2002.

- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *A Modernidade Oficial: A Arquitetura das Escolas Públicas do Distrito Federal (1928-1940)*. São Paulo, 1991. 360p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *Espaço e Estratégia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Uberlândia: Prefeitura Municipal, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *No contexto da realidade educacional brasileira: as escolas rurais paranaenses*. In *Revista HISTEDBR On-line*. N° 31. Campinas, setembro de 2008. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art04\\_31.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art04_31.pdf). Acesso em 30 de março de 2009. (p.41-51)
- PEREIRA, Ivo Arzua. *Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná - CEOC- Síntese Histórica*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2008.
- PEREIRA, Renata Baesso. *Quatremère de Quincy e a idéia de tipo*. In *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: Unicamp, n. 13, jan.-jul. 2010 (p. 55-77). Disponível no endereço eletrônico: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista13.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2010.
- PIRES, Amílcar de Gil e. Carácter da Arquitectura e do Lugar. Apud *Revista ARTITEXTOS*. N° 06. Lisboa, julho de 2008 (p. 107-120). Disponível no endereço eletrônico: [http://home.fa.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART\\_Amilcar-Pires.pdf](http://home.fa.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART_Amilcar-Pires.pdf). Acesso em 13 de abril de 2010.
- PUPPI, Marcelo. *Léonce Reynaud e a concepção teórica do ecletismo no Rio de Janeiro*. In *Revista 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte*. Volume III, n. 2, abril de 2008. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.dezenovevinte.net/19e20/>. Acesso em 4 de junho de 2009.
- QUELUZ, Gilson Leandro. *História do CEFET. Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (1909-1935)*. Curitiba: CEFET, 1996.
- RAMALHO, Maria Lúcia Pinheiro; WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. *Escolas públicas paulistas na Primeira República*. In *Projeto Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho, Indústria e Construção*, n° 87. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., maio de 1986. (p. 66-71)
- RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovia Corrêa da. *Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular a equiparação do Ginásio Paranaense ao congêneres federal*. In *Revista do Centro de Educação*. Volume 31, n° 1. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2006. Disponível no endereço eletrônico: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/r9.htm>. Acesso em 7 de abril de 2009.
- REBELO, Vanderlei. *Bento Munhoz da Rocha - O intelectual na correnteza política*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- REIS, Trajano Joaquim dos. *Elementos de Higiene Social*. 1ª edição. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1894.
- RIO DE JANEIRO. *Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro*. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas\\_imperador/escolas\\_imperador.htm](http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escolas_imperador.htm). Acesso em 17 de março de 2009.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. *Teoria e Filosofia da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955. Primeiro Tomo.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. *Reflexos das luzes na terra do sol. Sobre a Teoria da Arquitetura no Brasil da Independência: 1808-1831*. São Paulo: ProEditores, 2000.
- RUBIES, Jorge Eduardo. *O Estilo Missões em São Paulo*. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.piratininga.org/estilo-missoes/estilo-missoes.htm>. Acesso em 2 de julho de 2009.
- SÁ, Marcos de Moraes de. *Ornamento e Modernismo. A construção de imagens na arquitetura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel Barra do Pirai/RJ, 1977.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *No tempo da palmatória*. In *Revista de História*. Ano 2, n° 23. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, agosto de 2007. (p. 66-69)
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas escolares*. In *Projeto. Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial e Construção*. N° 87. São Paulo: maio de 1986. (p. 64-65)
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2002. 2ª edição - 1ª reimpressão.

- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil* v. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 4ª edição.
- SILVA, Cleto. *Apontamentos históricos de União da Vitória. 1708-1933*. Curitiba: Max Roesner & Filhos Ltda., 1934.
- SOUSA, Alberto José de. *O ensino de arquitetura no Brasil imperial*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2001.
- STRAUBE, Ernani Costa. *Biblioteca Pública do Paraná: sua história*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- STRAUBE, Ernani Costa. *Do Licêu de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná*. Curitiba: Fundepar, 1993.
- STROETER, João Rodolfo. *Arquitetura e Teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.
- STRÖHER, Eneida Ripoll (org.). *O Tipo na Arquitetura: da teoria ao projeto*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 4ª edição.
- SUTIL, Marcelo Saldanha. *Baeta de Faria Um empreendedor nos primeiros anos da República (1876-1936)*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006. (A Capital, 4)
- SUTIL, Marcelo Saldanha. *Beirais e Platibandas. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20*. Curitiba, 2003. 200p. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.
- SZAMBIEN, Werner. *Simetria, gusto, caracter. Teoria y Terminología de la Arquitectura em la Época Clásica. 1550-1800*. Madrid: Akal, 1993.
- TEIXEIRA, Anísio. *Aspectos americanos de educação*. Salvador: Diretoria Geral de Instrução Pública, 1928.
- TEIXEIRA, Anísio. *O processo democrático de educação*. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Volume 25, nº 62. Rio de Janeiro, abril e junho de 1956. (p. 10)
- TEIXEIRA, Anísio. *Um presságio de progresso*. In *Revista Habitat - revista das artes no Brasil*. Volume 4, nº 2. São Paulo: Habitat, set-dez de 1951. (p.175)
- THOENES, Christof. *Teoria da Arquitetura: do Renascimento aos nossos dias*. Londres: Taschen, 2003.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba na Primeira República*. São Paulo, 1992. 353 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. Coleção História do Paraná; textos introdutórios.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Memórias do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná*. CD-Rom. Curitiba: UFPR, 2005.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. *Educação e modernidade no projeto formativo de Erasmo Pilotto*. Disponível no endereço eletrônico:<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 17 de março de 2009. (9 p.)
- VIEIRA, Carlos Eduardo. *Erasmo Pilotto e a Escola Nova no Paraná*. Curitiba, mimeo. 6 f.
- WESTPHALEN, Cecília Maria (org.). *Un mazzolino de fiori*. Volume III. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Espaço e Educação. Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. 233p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: RioArte, 1991.

## ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E ACERVOS CONSULTADOS:

Biblioteca Pública do Paraná

Casa da Memória/Diretoria do Patrimônio Cultural/FCC (Fundação Cultura de Curitiba)

Círculo de Estudos Bandeirantes

Colégio Estadual Dezenove de Dezembro

Colégio Estadual do Paraná

Colégio Estadual Tiradentes

Colégio Marista Santa Maria.

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura)

Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração)

Departamento Estadual do Arquivo Público (DEAP)

Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná)

Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto

Instituto de Educação Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha

Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - 10ª Superintendência Regional

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG)

Memorial Lysimaco Ferreira da Costa

Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura)

Museu Guido Straube do Colégio Estadual do Paraná.

Museu Paranaense da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura)

Secretaria de Estado da Educação (SEED)

Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)





## Agradecimentos

Ana Paula Pupo Correia  
Ângelo Marcos Vieira de Arruda  
Beatriz A. Spréa  
Beatriz Santos de Oliveira  
Dico Kremer  
Eda Maria Lombardi  
Eduardo Vedor de Paula  
Elisabeth Seraphin Prosser  
Gustavo de Castro  
Humberto Mezzadri  
Hugo Segawa  
Janice Bernardo da Silva  
Janice Meister  
Lauri da Costa  
Marcelo Vacção  
Paulo Vitola  
Romeu Paulo da Costa  
Salvador Gnoato  
Stela Moraes  
Vidal Costa  
Zulmara Clara Sauner Posse

Arquivo Público Municipal

- **Maria do Carmo Cattani**
- **Hugo Tavares**

Biblioteca Pública do Paraná

- **Canísio Miguel Morch**
- **Giuliano Teodoro Bertoncello**
- **Ivone Aparecida Alves**
- **Josefina Palazzo Ayres**
- **Lídia Mara Rosa Gross**
- **Luiz Gustavo Ramos**
- **Mara Rejane Vicente Teixeira**
- **Maria da Graça Simão Gonçalves**

Colégio Estadual Barão do Rio Branco:

- **Pedro Billo**

Colégio Estadual Conselheiro Zacarias:

- **Waldecyr Simioni**

Colégio Estadual Dezenove de Dezembro:

- **Eliana Denise Klein**

Colégio Estadual Dr. Francisco A. Macedo

- **Dartagnan Franca Ferraz**

Colégio Estadual Guaira:

- **Norma Gonçalves**
- **Hermínia Rabelo**

Colégio Estadual Hildebrando de Araújo:

- **Oswaldo Alves de Araújo**
- **Claudia Quaquarelli Geronazzo**
- **Rosely Caron Moroz**
- **Marialba Silva Antunes Rodriguez**

Colégio Estadual Moysés Lupion:

- **Marinez Nascimento de Oliveira**

Colégio Estadual Júlia Wanderley:

- **Josias Fagundes**
- **Lardy Pereira Junior**

Colégio Estadual Leôncio Correia:

- **Vanderlei Carlos Galdioli**

Colégio Estadual Maria Montessori:

- **Luciane Cristina Alexandrini**
- **Maria Cristina Subkoviak**

Colégio Estadual Paula Gomes:

- **Waldir Flemming**
- **Dulcemar Amaro Vieira**

Colégio Estadual Pedro Macedo:

- **Deuzita Cardoso da Silva**

Colégio Estadual Prieto Martinez:

- **Alzimeire Maria de Souza Figueiredo**

Colégio Estadual Professor Cleto:

- **Maria Eliza da Silva**
- **Osmarina Queiroz da Silva**

Colégio Estadual Professor Elias Abrahão:

- **Siham Boehm Ibrahim Arram**
- **Luciane Cazetta da Cruz**

Colégio Estadual Professor Francisco Zardo:

- **Bernadete Pelissari**

Colégio Estadual Professor Lysimaco Ferreira da Costa:

- **Marconi Burgath**

Colégio Estadual Tiradentes:

- **George Luiz Marsolik**

Colégio Estadual Segismundo Falarz:

- **Maria da Glória Barbosa**
- **Lucia Maria Alvarez Gonçalves**

Colégio Estadual Xavier da Silva:

- **Ednamar Salvina Silva**

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba:

- **Carla Gerhardt**

Coordenadoria do Patrimônio do Estado -  
Secretaria de Estado da Administração

- **Ivaldo Lopes**
- **Luiz Alberto Pinto de Carvalho**
- **Paulo Buono**

Departamento de Geografia da UFPR

- **Adilar Antonio Cigolini**

Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo:

- **Carla Cristina Boscardin Noering**

Escola Estadual Dom Pedro II:

- **Ruthi Mara Trenti Moraes**

Escola Estadual Professor Brandão:

- **Marilda da Cunha Macchi**

Escola Estadual Professor Elysio Viana:

- **Shirlei Terezinha Fraga Ribeiro**
- **Josélia Rodrigues**

Escola Estadual Republica Oriental do Uruguai:

- Karime Gaetner Farhat

Escola Municipal Presidente Pedrosa:

- Rosângela de Jesus Narciso

Fundação Cultural de Curitiba:

- Ana Maria Hladczuk
- Aparecida Bahls
- Christine Vianna Baptista
- Claudio A. Florêncio de Faria
- Jussara Reinert Ferreira
- Marcelo Sutil
- Maria Inês Barreto
- Norma Elizabeth Callado
- Priscila Jacewicz
- Roberson Maurício Caldeira Nunes
- Sandra Guimarães

Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmio Pilotto:

- José Frederico de Mello
- Mariza Terezinha Peruzzo
- Fernando Fumio

Instituto de Educação Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha:

- Anderson Lima Fernandes
- Elaine Bestana Gimenes

IPHAN / 10ª Superintendência Regional - Paraná

- José La Pastina Filho
- José Luiz Lautert

IHGEP - Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná

- Ernani Costa Straube

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

- Ana Lucia Ciffoni
- Oscar Ricardo Schmeiske

ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

- Eduardo Farias
- Fernando Canesso
- José Antonio Gediel

Museu Paranaense

- Vera Coelho
- Euclides Marchi
- Marcia Medeiros
- Daniel Artmann Tramontim

Museu da Imagem e do Som

- Graça Bandeira
- Stefanie Carina Freiberger

Memorial Lysimaco Ferreira da Costa

- Maria Josefina Franco Ferreira da Costa
- Luiz Guilherme Grein Vieira
- Thereza Cristina Grein
- Vera Lúcia Castro Grein Mercier

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR

- Marcus Levy Albino Bencostta

Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

- Judite Maria Barboza Trindade
- Magnus Roberto de Mello Pereira
- Maria Cristina Parzwski

Secretaria de Estado da Cultura

- Aimoré Índio do Brasil Arantes
- Edney Fraga
- Marcelo Polinari
- Rosemeire Odahara Graça
- Rosi Glória Zandoná Lopes Salomão

Secretaria de Estado da Educação

- Alayde Maria Pinto Digiovanni
- Cristiane Regina Zimmermann
- Lilian Alberton
- Maria de Lourdes Mazza de Farias
- Maria Helena Pupo Silveira
- Paulo Cesar Medeiros
- Ronel Corsi



Anexos

Tabela 01: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos no Paraná na segunda metade do século XIX								
	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM
1	Instrução Secundária	Liceu de Curitiba	Curitiba	5	variadas	1	Bloco único	Eclética
2	Instrução Primária/ Casa Escolar	Escola Carvalho	Curitiba	1	12,25 x 12,25 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
3	Instrução Primária/ Casa Escolar	Escola Oliveira Bello	Curitiba	1	14,00 x 12,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
4	Instrução Primária/ Casa Escolar	Escola de Antonina	Antonina	2		1	Bloco único	Eclética
5	Instrução Primária/ Casa Escolar	Escola Faria Sobrinho	Paranaguá	2	11,10 x 10,98 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
6	Instrução Primária/ Casa Escolar	Escola Manoel Pedro	Lapa	2	14,65 x 09,10 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
7	Instrução Primária/ Casa Escolar	Escola Tiradentes	Curitiba	2	15,00 x 07,50 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética

Tabela 02: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos no Paraná entre 1900 e 1930								
	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM
Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos entre 1900 e 1907								
1	Ginásio	Ginásio Paranaense	Curitiba	12	08,75 x 7,75 m <sup>2</sup>	2	Quadra	Eclética
2	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva	Curitiba	6	09,27 x 06,70 m <sup>2</sup>	1	L	Eclética
3	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Vicente Machado	Castro	2		1	Bloco único	Eclética
4	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Cruz Machado	Curitiba	2	08,00 x 04,30 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
5	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Jesuímo Marcondes	Palmeira	4	08,70 x 05,65 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos entre 1908 e 1912								
6	Jardim de Infância	Jardim de Infância Emilia Eriksen	Curitiba	3	09,55 X 07,80 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
7	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Professor Cleto	Curitiba	4	09,30 x 06,27 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
8	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Izabel Branco	Jaguariaíva	4	09,30 x 06,50 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
9	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Professor Raposo	Jacarezinho	4	09,30 x 06,50 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
10	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Macedo Soares	Campo Largo	4	09,30 x 06,50 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
11	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barão de Antonina	Rio Negro	4	09,30 x 06,50 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
12	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Dezenove de Dezembro	Curitiba	4	11,00 x 09,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
13	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Conselheiro Zacarias	Curitiba	2	09,50 x 07,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
14	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Presidente Pedrosa	Curitiba	2	09,50 x 07,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
15	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Dias da Rocha	Araucária	2	09,50 x 07,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
16	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Manoel Eufrásio	Piraquara	2	09,50 x 07,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
17	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Professor Brandão	Curitiba	2	10,70 x 07,55 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
18	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar Dr. Valle	Imbituva	2	10,70 x 07,55 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
19	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Visconde de Guarapuava	Guarapuava	4	08,80 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
20	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Professor Serapião	União da Vitória	4	08,80 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
21	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barão de Capanema	Prudentópolis	4	08,80 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
22	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Silveira da Motta	São José dos Pinhais	4	08,80 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
23	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Senador Correia	Ponta Grossa	4	08,80 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
24	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barão do Rio Branco	Curitiba	4	13,50 x 07,40 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética

Tabela 02: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos no Paraná entre 1900 e 1930 (continuação)								
	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM
Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos entre 1913 e 1920								
25	Universidade	Universidade do Paraná	Curitiba	14		3 + porão	Quadra	Eclética
26	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos	Ipiranga	4	08,70 x 05,65 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
27	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Telêmaco Borba	Tibagi	4	08,70 x 05,65 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
28	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Professor Serapião	União da Vitória	4	08,40 x 05,45 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
29	Grupo/Casa Escolar	Casa Escolar de Santo Antônio da Platina	Santo Antônio da Platina	2	09,50 x 07,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Eclética
Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos entre 1921 e 1928								
30	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Ribeirão Claro	Ribeirão Claro	4	08,85 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
31	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Pirai Mirim	Pirai do Sul	6	08,85 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
32	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de São Mateus	São Mateus do Sul	6	08,85 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
33	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar da Colônia Mineira	Siqueira Campos	6	08,85 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
34	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Carlópolis	Carlópolis	6	08,85 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
35	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Cambará	Cambará	6	08,85 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
36	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Santo Antônio da Platina	Santo Antônio da Platina	6	08,85 x 05,90 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
37	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Tomazina	Tomazina	6	09,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
38	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Entre Rios	Ponta Grossa	4	09,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Eclética
39	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha	Foz do Iguaçu	6	08,95 x 05,95 m <sup>2</sup>	2	U	Eclética
40	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar D. Pedro II	Curitiba	12	09,15 x 06,65 m <sup>2</sup>	2	U	Eclética
41	Escola Normal	Escola Normal de Curitiba	Curitiba	24	09,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2 + porão	U	Eclética
42	Escola Normal	Escola Normal de Ponta Grossa	Ponta Grossa	18	09,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2 + porão	U	Eclética
43	Escola Normal	Escola Normal de Paranaguá	Paranaguá	18	09,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2 + porão	U	Eclética

Tabela 03: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados e construídos na década de 1930									
	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM	GRUPO
1	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Sertanópolis	Sertanópolis	02	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
2	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Ibiporã	Sertanópolis	02	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
3	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Jaboti	Tomazina	02	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
4	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Pinhalão	Tomazina	02	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
5	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Rocha Pombo	Antonina	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
6	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Dias da Rocha	Araucária	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
7	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Sengés	Sengés	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
8	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Nova Rússia ou Amálio Pinheiro	Ponta Grossa	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
9	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar General Ozório	Ponta Grossa	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
10	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Quatiguá	Joaquim Távora	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
11	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Contenda	Lapa	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
12	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Barra Bonita	Tomazina	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
13	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Wenceslau Bras	Wenceslau Braz	04	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
14	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Professor Colares	Ponta Grossa	06	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
15	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Macedo Soares	Campo Largo	06	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
16	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Júlio Teodorico	Ponta Grossa	08	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Art Déco	1
17	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Vicente Machado	Castro	10	06,95 x 06,25 m <sup>2</sup>	1	outro	Art Déco	1
18	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Jesuino Marcondes	Palmeira	06	08,00 x 06,80 m <sup>2</sup>	1	T	Art Déco	2
19	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Manoel Pedro	Lapa	08	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	T	Art Déco	2
20	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barão de Antonina	Rio Negro	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	T	Art Déco	2
21	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Duque de Caxias	Irati	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	T	Art Déco	2
22	Colégio/Ginásio	Ginásio Estadual Rui Barbosa	Jacarezinho	mais de 12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Art Déco	1
23	Escolas Profissionais Urbanas	Escola de Aprendizes Artífices	Curitiba	mais de 12		2	L	Art Déco	

Tabela 04: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados na primeira metade da década de 1940

	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM
24	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Palmas	Palmas	10	08,00 x 06,30 m <sup>2</sup>	2	L	Modernista
25	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de São Mateus do Sul	São Mateus do Sul	10	08,00 x 06,30 m <sup>2</sup>	2	L	Modernista
26	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Guarapuava	Guarapuava	10	08,00 x 06,30 m <sup>2</sup>	2	L	Modernista
27	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de União da Vitória	União da Vitória	10	08,00 x 06,30 m <sup>2</sup>	2	L	Modernista
28	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Estados Unidos da América	Paranaguá	10	08,00 x 06,30 m <sup>2</sup>	2	L	Modernista
29	Ginásio/Colégio	Colégio Estadual do Paraná	Curitiba	mais de 12	08,00 x 06,30 m <sup>2</sup>	4	E	Modernista
30	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Jaguapitã	Sertãoópolis	06	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2 - núcleo central	Bloco único	Neocolonial
31	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Miguel Schleder	Morretes	09	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2 - núcleo central	U	Neocolonial
32	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Professor Júlio César	Rebouças	08	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2 - núcleo central	U	Neocolonial
33	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Miguel Dias	Joaquim Távora	08	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2 - núcleo central	L	Neocolonial
34	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
35	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Jaguariaíva	Jaguariaíva	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
36	Ginásio/Colégio	Ginásio Estadual de Londrina	Londrina	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
37	Grupo/Casa Escolar	Escola Municipal do Cajuru	Curitiba	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
38	Grupo/Casa Escolar	Escola Municipal de Santa Felicidade	Curitiba	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
39	Grupo/Casa Escolar	Escola Municipal do Guabirotuba	Curitiba	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial



Tabela 05: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados entre 1945 e 1951

	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM
1	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barigüi do Seminário	Curitiba	2	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
2	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Professor Becker e Silva	Ponta Grossa	3	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Outra
3	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Porto de Cima	Morretes	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
4	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar José de Alencar	Curiúva	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
5	Grupo/Casa Escolar	Escola Experimental Maria Montessori	Curitiba	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
6	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Manuel Moreira de Campos	Guarapuava	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
7	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Anita A. Pacheco	Curiúva	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
8	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Astolpho Macedo de Souza	União da Vitória	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
9	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Cel. Dias Batista	Bocaiúva do Sul	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
10	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Cônego Braga	União da Vitória	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
11	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar da Costeira	Paranaguá	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
12	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar da Vila São Pedro	Jacarezinho	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
13	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Alexandra	Paranaguá	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
14	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Arapoti	Jaguariaíva	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
15	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Curiúva	Curiúva	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
16	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Guaraqueçaba	Guaraqueçaba	4	06,95 x 06,25 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
17	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Guaratuba	Guaratuba	4	08,00 x 06,80 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
18	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Itamaracá	Andará	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
19	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Restinga	Rio Negro	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
20	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Warta	Londrina	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
21	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar do Boqueirão	Curitiba	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
22	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Dom Bosco	Almirante Tamandaré	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
23	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Francisco Ramos	Imbituva	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
24	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Presidente Vargas	Bela Vista do Paraíso	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
25	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Ribeirão do Pinhal	Ribeirão do Pinhal	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
26	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Correia de Freitas	Apucarana	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
27	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Antônio Kosloski	São João do Triunfo	4	08,00 x 06,00 m	1	U	Outra
28	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Gaspar Veloso	Jaguariaíva	4	08,00 x 06,00 m	1	U	Outra
29	Grupo/Casa Escolar	Escola João Canedo da Silva	Congonhinhas	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
30	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Cel. Alfredo da Almeida	Rio Negro	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
31	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Cel. Rogério Borba	Reserva	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
32	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Cristovão Colombo	Colombo	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
33	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar da Estação da Vila Setti	Jacarezinho	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
34	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Araruva	Maringá	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial

Tabela 05: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados entre 1945 e 1951 (continuação)

	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM
35	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Duque de Caxias	Bandeirantes	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
36	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Inácio Martins	Guarapuava	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
37	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de São Martinho	Rolândia	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
38	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Rui Barbosa	Porecatu	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
39	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Rui Barbosa	Jandaia do Sul	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Outra
40	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Tiradentes	Pitanga	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
41	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar da Vila Hauer	Curitiba	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
42	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barbosa Ferraz	Cornélio Procópio	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
43	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Carmela Dutra	Santa Mariana	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
44	Escolas Profissionais Urbanas	Lar-Escola Herminia Lupion	Curitiba	6	12,00 x 10,00 m <sup>2</sup>	3	E	Outros
45	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Ayrton S. da Silva	Almirante Tamandaré	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
46	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Brasília de Araújo	Bela Vista do Paraíso	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
47	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Nicolau Copérnico	Mallet	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
48	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de São José dos Pinhais	São José dos Pinhais	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
49	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Franco do Vale	Imbituva	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
50	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Leandro M. da Costa	Piraí do Sul	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
51	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar do Bacacheri	Curitiba	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
52	Ginásio/Colégio	Ginásio de Ribeirão Claro	Ribeirão Claro	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
53	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barão de Capanema	Prudentópolis	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Neocolonial
54	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Bartolomeu Mitre	Foz do Iguaçu	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	U	Neocolonial
55	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Alto Cabral	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
56	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Cristo Rei	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
57	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Meneleu de Almeida Torres	Ponta Grossa	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
58	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Apucarana	Apucarana	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
59	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Arapongas	Arapongas	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	E	Neocolonial
60	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Assaí	Assaí	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
61	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Londrina	Londrina	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
62	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Mandaguari	Mandaguari	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	E	Neocolonial
63	Grupo/Casa Escolar	Escola Olavo Bilac	Cambé	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
64	Grupo/Casa Escolar	Escola Souza Neves	Rolândia	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	E	Neocolonial
65	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Nóbrega da Cunha	Bandeirantes	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
66	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Visconde de Guarapuava	Guarapuava	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
67	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Visconde Túlio de Franca	União da Vitória	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Neocolonial
68	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar da Vila Guaira	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Modernista
69	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar do Novo Mundo	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Modernista
70	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Manoel Pedro	Lapa	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Modernista
71	Ginásio/Colégio	Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina	Santo Antônio da Platina	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Modernista
72	Ginásio/Colégio	Ginásio Estadual de Antonina	Antonina	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Modernista
73	Ginásio/Colégio	Ginásio Estadual de Palmeira	Palmeira	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	E	Modernista
74	Ginásio/Colégio	Ginásio Estadual de Ponta Grossa	Ponta Grossa	mais de 12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	3	E	Modernista

Tabela 06: Edifícios escolares públicos e urbanos projetados entre 1951 e 1955

	TIPO	NOME INICIAL	CIDADE	Nº DE SALAS DE AULA	DIMENSÕES DA SALA DE AULA	Nº DE PAVIMENTOS	TIPOLOGIA	LINGUAGEM
1	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Itaqui	Campo Largo	2	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
2	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Monte Real	Santo Antônio da Platina	2	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
3	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Patrimônio de Espírito Santo	Londrina	2	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
4	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Selva	Londrina	2	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
5	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Barro Preto	São José dos Pinhais	2	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
6	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Men de Sá	Campo Largo	3	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	T	Modernista
7	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Barro Preto	Mangueirinha	3	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
8	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Fernandes Pinheiro	Teixeira Soares	3	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	T	Modernista
9	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de São José da Boa Vista	Wenceslau Brás	3	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	T	Modernista
10	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar João Carlos de Faria	Cornélio Procópio	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
11	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Santo Antônio do Barracão	Japira	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
12	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar David Carneiro	Palmeira	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	Bloco único	Modernista
13	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Rio Claro	Mallet	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
14	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Antônio Tupy Pinheiro	Porto Amazonas	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
15	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Ortigueira	Ortigueira	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
16	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Santo Antônio da Platina	Santo Antônio da Platina	4	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
17	Grupo/Casa Escolar	Pavilhão Escolar de Vila Cazzoni	Londrina	4	06,95 x 06,25 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
18	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Clevelândia	Clevelândia	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	L	Modernista
19	Grupo/Casa Escolar	3º Grupo Escolar de Cornélio Procópio	Cornélio Procópio	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
20	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Vila Rubim	Cambará	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	T	Modernista
21	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Mandaguaçu	Mandaguaçu	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	U	Modernista
22	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Padre Anchieta	Mangueirinha	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	outro	Modernista
23	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Ouvidor Pires Pardiniho	Faxinal	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	outro	Modernista
24	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Machado de Assis	Lupionópolis	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	outro	Modernista
25	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar São Cristóvão	União da Vitória	6	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	outro	Modernista
26	Grupo/Casa Escolar	2º Grupo Escolar de Apucarana	Apucarana	8	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	outro	Modernista
27	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Florestópolis	Florestópolis	8	08,00 x 06,00 m	2	outro	Modernista
28	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Laranjeiras do Sul	Laranjeiras do Sul	8	08,00 x 06,00 m	1	outro	Modernista
29	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Maringá Novo	Maringá	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	outro	Modernista
30	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar de Paranavaí	Paranavaí	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	1	outro	Modernista
31	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar do Centenário do Sul	Centenário do Sul	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	L	Modernista
32	Colégio/Ginásio	Ginásio Estadual de Assaí	Assaí	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	T	Modernista
33	Colégio/Ginásio	Ginásio Estadual de São Mateus do Sul	São Mateus do Sul	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	T	Modernista
34	Colégio/Ginásio	Colégio Estadual de Apucarana	Apucarana	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	outro	Modernista
35	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Barão do Rio Branco	Curitiba	10	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	T	Modernista
36	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Paula Gomes	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	T	Modernista
37	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Hildebrando de Araújo	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	T	Modernista
38	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Prieto Martinez	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	outro	Modernista
39	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar Tiradentes	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	outro	Modernista
40	Grupo/Casa Escolar	Grupo Escolar São Nicolau	Curitiba	12	08,00 x 06,00 m <sup>2</sup>	2	outro	Modernista

